

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

TESE DE DOUTORADO

**PELOS CAMINHOS D'ÁGUA, PELAS RUGOSIDADES DA TERRA:
A CONSTRUÇÃO TERRITORIAL DE SERGIPE D'EL REY**

PEDRIANNE BARBOSA DE SOUZA DANTAS

MACEIÓ

2019

PEDRIANNE BARBOSA DE SOUZA DANTAS

**PELOS CAMINHOS D'ÁGUA, PELAS RUGOSIDADES DA TERRA:
A CONSTRUÇÃO TERRITORIAL DE SERGIPE D'EL REY**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU/UFAL, área de concentração Cidades, como requisito para obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

ORIENTADORA: PROF^a. DRA. MARIA ANGÉLICA DA SILVA

MACEIÓ

2019

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário Responsável: Marcelino de Carvalho

D192p Dantas, Pedriane Barbosa de Souza.
Pelos caminhos d'água, pelas rugosidades da terra : a construção territorial de Sergipe d'El Rey / Pedriane Barbosa de Souza Dantas. - 2019.
312 f. : il. color.

Orientadora: Maria Angélica da Silva.

Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2019.

Bibliografia: f. 282-299.

Apêndices: f. 300-312.

1. Sergipe d'El Rey. 2. Sergipe - História - Capitâneas hereditárias. 3. Urbanização - História. 4. Colonização. I. Título

CDU: 94(813.7).02/.03

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

PEDRIANNE BARBOSA DE SOUZA DANTAS

**PELOS CAMINHOS D'ÁGUA, PELAS RUGOSIDADES DA TERRA:
A CONSTRUÇÃO TERRITORIAL DE SERGIPE D'EL REY**

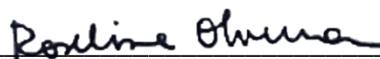
Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU/UFAL, área de concentração Cidades, como requisito para obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

APROVADA em 22/ 03/ 2019

BANCA EXAMINADORA



PROF^a. DRA. MARIA ANGÉLICA DA SILVA
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFAL – Orientadora



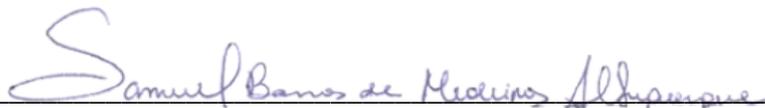
PROF^a. DRA. ROSELINE VANESSA SANTOS OLIVEIRA
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFAL – Examinadora do Programa



PROF. DR. LINDEMBERG MEDEIROS DE ARAUJO
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFAL – Examinador do Programa



PROF^a. DRA. BEATRIZ PICCOLOTTO SIQUEIRA BUENO
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP – Examinadora Externa



PROF. DR. SAMUEL BARROS DE MEDEIROS ALBUQUERQUE
Programa de Pós-Graduação em História - PROHIS/UFS – Examinador Externo

AGRADECIMENTOS

Agradeço a oportunidade do (re) encontro. Primeiramente com o Deus que habita em mim, mas que sempre encontro no mar. Comigo mesma, que estava aqui, perto e tão longe. Com Sergipe, terra escolhida para chamar de minha. Quantas descobertas em teus caminhos. Inesquecíveis!

Agradeço a chance do retorno. Para Maceió, para os meus familiares e amigos. Apesar do transtorno do ir e vir, como foi bom voltar para casa! Sentir o Amor assim de perto é momento que não se perde e eu senti a cada regressar, especialmente na casa dos meus tios, onde sempre sou recebida como uma Rainha. Obrigada tia Urânia, tio Maelson e Cia.

À Ufal, local de grandes (re) encontros. Com Ediane da Xerox, com os amigos pelos corredores, com os colegas de sala, com a Tudepa (Estudos da Paisagem). Foi tão bom revê-los, abraçá-los e assim reforçar nossos laços. Sem esquecer das aulas de vida do querido Prof.º Walter Matias. Pura inspiração! Agradeço a parceria com minha querida Prof^a. Maria Angélica. Um feliz encontro de vidas. Quão grata lhe sou pelo exemplo, olhar cuidadoso e amoroso de sempre. As palavras são frágeis, diante do sentimento que carrego. Ao Programa DEHA, que tão bem me acolheu com o suporte necessário. A gentileza e eficiência de Luciane fizeram toda a diferença. Estendo meus agradecimentos a minha banca avaliadora: tão potente! O cuidado com o meu trabalho na qualificação, as observações certeiras, foram caminho para um “ancoradouro” seguro.

Agradeço o retorno à Noronha, lá eu (re)encontrei uma parte de mim. À Evel companheira de aventura! À querida Rosany, que ao compartilhar o seu mapeamento dos engenhos de Sergipe, trouxe novos caminhos para esta tese.

Agradeço à Universidade Tiradentes por ser instrumento de revolução em minha vida. Aos meus alunos, fonte da juventude! Aos meus fofinhos do NUPPE, parceiros de vida, agradeço o acolhimento e sensibilidade. Agradeço ainda a parceria de Simone, Gabriel, Lygia e Rodrigo em prol de um mundo melhor! Vocês tornam a minha rotina gratificante. Foram anos intensos. De muitas mudanças, de posicionamento, luta e resistência!

Agradeço às “Antioxidantes”, à Tereza e aos queridos Horácio e Ezio pelos momentos de leveza, cuidado e partilha.

Agradeço à Julia por manter a ordem do meu lar e pelo cuscuz com ovo, que sempre me traz paz. À minha amada filha Margot, menina encantada que ilumina o meu viver! E para finalizar agradeço ao meu meu marido, “Pequeno” gigante, companheiro de grandes aventuras pelo “Maravilhoso” e “Tenebroso” mar da vida.

RESUMO

Ao considerar o território uma composição de múltiplas camadas de significados, amalgamadas ao longo do tempo, mas em constante transformação, ocasionando o acúmulo de processos, formas e expressões de tempo, esta tese propõe-se a investigar o processamento da ocupação da capitania de Sergipe d'El Rey especialmente durante o período colonial, a partir das evidências encontradas na documentação oficial, nos mapas produzidos no âmbito das intenções colonizadoras empreendidas neste período da história e no próprio espaço contemporâneo. Pretende-se entender esse processo considerando os grandes movimentos do território movidos pelos projetos de exploração econômica como as fazendas de gado, a extração da madeira e os engenhos, mas também a partir dos núcleos habitados, desde os arranjos previamente encontrados, promovidos pelos indígenas liderados por seus caciques, passando pelos aldeamentos e chegando aos pequenos povoados, vilas e cidades, que vão surgindo timidamente no grande e desconhecido espaço da mata e do sertão, porém infiltrados por inúmeros veios d'água que servem de caminho para os que buscavam adentrar nas terras. Dessa forma, os núcleos urbanos são entendidos como uma etapa de um processo de territorialização relacionado com várias outras formas de estabelecimentos no espaço. No contexto colonial sergipano, boiadas, pousos, fazendas, aldeias, engenhos de açúcar, freguesias, capelas e caminhos, dentre outros, serão “incógnitas” fundamentais para compreender as posteriores etapas de povoamento e congregação humana desse território, iniciado em 1590. A hipótese da tese desconfia das assertivas sobre as representações de Sergipe d'El Rey como simples “dobradiça” entre as capitanias da Bahia e Pernambuco, zona acessória aos polos açucareiros, e se ancora na representação de uma capitania partícipe ativa desde o século XVII, num sistema de interdependência mútua entre zonas de abastecimento e criatório com zonas açucareiras vinculadas ao comércio Atlântico. Assim, vasculhando documentos e vestígios materiais do passado, sob o enfoque das fontes textuais e iconográficas, buscamos repertoriar os movimentos de reconhecimento, demarcação e ocupação territorial de Sergipe d'El Rey, dentro do contexto social geral da Colônia, bem como entender suas peculiaridades.

Palavras-chave: História da Urbanização; Sergipe d'El Rey; Ocupação territorial.

ABSTRACT

When considering the territory a composition of multiple layers of meanings, amalgamated over time, but in continuous transformation, causing the accumulation of processes, forms and time expressions, this thesis proposes to investigate the occupation processing of Sergipe d'El Rey's captaincy particularly during the colonial period, based on the evidence found in the official documentation, on the maps produced within the scope of the colonizing intentions undertaken in this period of history and in the contemporary space itself. It is intended to understand this process considering the great movements of the territory moved by the economic exploration projects as the cattle farms, wood extraction and the sugarcane mills, but also from the inhabited nuclei, from the previously found arrangements, promoted by the indigenous people led by their caciques, going along the settlements and arriving at the small villages, towns and cities, that come timidly into being in the great and unknown space of the forest and the *sertão*, the Brazilian northeastern dry lands, although infiltrated by innumerable veins of water which serve as way for those who intended to enter in the lands. In this way, the urban nuclei are understood as a stage of a territorialization process related to several other forms of establishments in this space. In Sergipe's colonial context, cattle, landings, farms, villages, sugar mills, parishes, chapels and roads, among others, will be fundamental "unknowns" to understand the later stages of population and human congregation of that territory, begun in 1590. The hypothesis of the thesis is suspicious of assertions about the representations of Sergipe d'El Rey as a simple "hinge" between the captaincies of Bahia and Pernambuco, an ancillary zone to the sugarcane poles, and it is anchored in the representation of an active sharer captaincy since the 17th century, in a system of mutual interdependence between supply and breeding areas with sugar zones linked to the Atlantic trade. Thus, by searching documents and material vestiges of the past, under the focus of textual and iconographic sources, we seek to describe the movements of recognition, demarcation and territorial occupation of Sergipe d'El Rey within the general social context of the Colony, as well as to understand their peculiarities.

Keywords: History of Urbanization; Sergipe d'El Rey; Territorial occupation.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Nova divisão Hidrográfica de Sergipe, 2016	18
Imagem 2 - Carta nº II, Atlas de Kunstmann, Itália? 1502-04	40
Imagem 3 - Ritual antropofágico, detalhe da Carta nº II, Atlas de Kunstmann, Itália? 1502-04?	41
Imagem 4 – Iluminura Chronica Majora, século XIII. Guerreiros mongóis em um ritual canibal	42
Imagem 5 - Mapa mundi de Vesconte de Maggiollo, 1504, Biblioteca Comunale Federiciana, Fano	45
Imagem 6 – Planisfério de Nicolaus de Caverio, 1503	46
Imagem 7 – Universalis Cosmographia Secundum Ptholomaei Traditionem et Americi Vespucii Alioru[m]que Lustrationes, Waldseemüller, 1507	47
Imagem 8 – Carta nº V, Atlas de Kunstmann, Maggiollo, 1519?	50
Imagem 9 – Terra Brasilis, Lopo Homem, Atlas Miller, ca. 1519	52
Imagem 10 – Detalhe moldura ornamental Terra Brasilis, Lopo Homem, Atlas Miller, ca. 1519	53
Imagem 11 – Mapa-múndi da Biblioteca de Turim, Giovanni Vespucci, 1523?	55
Imagem 12 – Detalhe América do Sul, Mapa-múndi da Biblioteca de Turim, Giovanni Vespucci, 1523?	56
Imagem 13 – Carta Náutica do Oceano Atlântico e do Mar Mediterrâneo, Gaspar Viega, 1534	58
Imagem 14 – Carta nº XVII - Costa do Brasil, in Atlas de Fernão Vaz Dourado, Goa, 1571	61
Imagem 15 – Carta nº IX do atlas de Kunstmann, s.d.	62
Imagem 16 – Detalhe iluminuras Carta nº IX do atlas de Kunstmann, s.d.	63
Imagem 17 – Mapa esquemático com a hidrografia do litoral sergipano assinalada na cartografia histórica (Século XVI)	65
Imagem 18 – America with Those Known Parts in That Unknowne Worlde Both People and Manner of Buildings (1626), George Humble, Abraham Goos e John Speed	67
Imagem 19 – Detalhe da carta America with Those Known Parts in That Unknowne Worlde Both People and Manner of Buildings (1626), George Humble, Abraham Goos e John Speed	68

Imagem 20 – Limites da Capitania de Francisco Pereira Coutinho	79
Imagem 21 – Área de atuação dos caciques sergipanos e provável localização dos Aldeamentos Jesuítas (Século XVI)	92
Imagem 22 – Delimitação da Capitania Sergipe d’El Rey, área de atuação dos caciques sergipanos e provável localização dos Aldeamentos Jesuítas (Século XVI)	102
Imagem 23 – Movimentos de ocupação do território sergipano (Séc. XVI – XVII)	116
Imagem 24 – Carta de Serigipe Del Rei, João Teixeira de Albernaz, 1612	144
Imagem 25 – Detalhes ampliados – Carta de Serigipe Del Rei, João Teixeira de Albernaz, 1612 (A) Forte velho fundado por Cristóvão de Barros em Aracaju, (C) povoação velha de onde se vigiava o mar e (D) povoação nova a que chamão São Cristóvão	146
Imagem 26 – Detalhes ampliados – Carta de Serigipe Del Rei, João Teixeira de Albernaz, 16212. (A) Forte velho (C) e (D), respectivamente segundo e terceiro sítio de implantação de São Cristóvão, (G) fazenda dos padres jesuítas	147
Imagem 27 – Detalhes ampliados – Carta de Serigipe Del Rei, João Teixeira de Albernaz, 1612. (F) Serras de Itabaiana e (M) do rio Real, (L) fazendas do Caramuru, (E) campinas de Itabaiana de infinito gado	148
Imagem 28 – Carta do curso do rio São Francisco, João Teixeira de Albernaz, 1612	149
Imagem 29 – Detalhe do escoamento do salitre das minas de S. Gregório até o porto de Jasuaba. (S) Forte na barra, (BB) porto de Jasuaba, (AA) Aldeia ao pé das serras Aracare - Carta do curso do rio São Francisco, João Teixeira de Albernaz, 1612	151
Imagem 30 – Forte Novo da pasaiem, João Teixeira de Albernaz, 1612	153
Imagem 31 – Carta da costa que se estende da Bahia de Todos os Santos até a Barra do Rio São Francisco	155
Imagem 32 – Carta da costa que se estende da Bahia de Todos os Santos até a Barra do Rio São Francisco, João Teixeira de Albernaz, 1640	156
Imagem 33 - Brasilia Qua Parte Paret Belgis, 1647	159
Imagem 34 - Praefectura de Cirii vel Seregippe del Rey cum Itapauáma, Georg Marcgrave, 1647	162
Imagem 35 – Notularum Explicatio - Brasilia qua parte paret Belgis, Georg Marcgrave, 1647	163

Imagem 36 – Destaque de rios e caminhos - Praefectura de Cirii vel Seregippe del Rey cum Itapauáma, Georg Marcgrave, 1643	169
Imagem 37 – Detalhe da foz do rio São Francisco - carta Praefectura de Cirii vel Seregippe del Rey cum Itapauáma, Georg Marcgrave, 1647	170
Imagem 38 – Detalhe - Carta do curso do rio São Francisco, João Teixeira de Albernaz, 1612. (OO) Serras de Tabagua, (NN) Taraguaipu [Traipu], Rio (RR) Ilha do Ouro, (SS) Ilha dos Tapuias, (BB) Porto de Jasuba e (DD) Primeira Cachoeira	173
Imagem 39 – Detalhe - Carta do curso do rio São Francisco, João Teixeira de Albernaz, 1612. (VV) Penedos de São Pedro, (X) “Rio ipoxi que deçe do aracáre” e (AA) “Aldea ao pee das serras do aracare”	178
Imagem 40 – Penedo - [ca. 1637]	180
Imagem 41 – Castrum Mauritij, 1647, Georg Marcgrave	181
Imagem 42 – Detalhes das fortificações - Castrum Mauritij, 1647, Georg Marcgrave	182
Imagem 43 – Kaart van het fort't wolk Graaf - Maurits van Nassaun (...) Rivier S.to Francisco...', J. Vingboons, 1652-1670	183
Imagem 44 – Detalhe fortificações - Kaart van het fort't wolk Graaf - Maurits van Nassaun (...) Rivier S.to Francisco...', J. Vingboons, 1652-1670	184
Imagem 45 – Legenda - Kaart van het fort't wolk Graaf - Maurits van Nassaun (...) Rivier S.to Francisco...', J. Vingboons, 1652-1670	184
Imagem 46 – Barra do rio São Francisco - Carta do curso do rio São Francisco, João Teixeira de Albernaz, 1612. (T) “Lagoa Guaratuba em que se faz pescarias”, (V) “Lagoa Parauna, donde se faz o mesmo”	187
Imagem 47 – Caminhos terrestres que chegam ao rio São Francisco, carta Praefectura de Cirii..., Georg Marcgrave, 1647	190
Imagem 48 – Detalhe – Entorno do rio Çirijî, carta Praefectura de Cirii..., Georg Marcgrave, 1647	194
Imagem 49 – Detalhe – Entorno do rio Vazarbarries, carta Praefectura de Cirii..., Georg Marcgrave, 1647	197
Imagem 50 – Caminhos terrestres que partem de São Cristóvão, carta Praefectura de Cirii..., Georg Marcgrave, 1647	199

Imagem 51 – Detalhes engenhos identificados na carta Praefectura de Cirii..., Georg Marcgrave, 1647	201
Imagem 52 – Capitania Sergipe d’El Rey – Vilas (Século XVIII)	221
Imagem 53 – Mappa tipográfico dos Portos, e Costa da Bahia de todos os Santtos, Olinda e Pernambuco, 1776, Nicolao Martinho	225
Imagem 54 – Detalhe do território sergipano, com indicação dos núcleos urbanos e acidentes geográficos - Mappa tipográfico dos Portos, e Costa da Bahia de todos os Santtos, Olinda e Pernambuco, 1776, Nicolao Martinho	226
Imagem 55 – Detalhe território sergipano com indicação de acidentes geográficos e porto dos Cavalos - Mappa tipográfico dos Portos, e Costa da Bahia de todos os Santtos, Olinda e Pernambuco, 1776, Nicolao Martinho	227
Imagem 56 – Mappa topográfico da Provincia de Sergippe Del-Rei ilustrando a divisão de Sergipe nas respectivas Freguesias de Sergipe (São Cristóvão), Cotinguiba, Divina Pastora, Propriá, Villa Nova, Santo Amaro, Japaratuba, Itabaiana, Lagarto, Campos do Rio Real e Santa Luzia, atribuído a P. Gonnet, posterior a 1825	245
Imagem 57 – Legenda (Especificação de Sinais) - Mappa topográfico da Provincia de Sergippe Del-Rei, atribuído a P. Gonnet, posterior a 1825	246
Imagem 58 – Análise do Mappa topográfico da Provincia de Sergippe Del-Rei ..., atribuído a P. Gonnet, posterior a 1825	259
Imagem 59 – Capitania Sergipe d’El Rey – Vilas (Século XIX)	254
Imagem 60 – Detalhe – Entorno da cidade de São Cristóvão e Aldeamento Água Azeda - Mappa topográfico da Provincia de Sergippe Del-Rei ..., atribuído a P. Gonnet, posterior a 1825	256
Imagem 61 – Detalhe – Reduto, Vila de Santo Amaro, Enforcados e Missão da Japaratuba - Mappa topográfico da Provincia de Sergippe Del-Rei ..., atribuído a P. Gonnet, posterior a 1825	259
Imagem 62 – Detalhe – Vila de Santa Luzia - Mappa topográfico da Provincia de Sergippe Del-Rei ..., atribuído a P. Gonnet, posterior a 1825	263
Imagem 63 – Detalhe – vila de Nossa Senhora do Socorro do Tomar - Mappa topográfico da Provincia de Sergippe Del-Rei ..., atribuído a P. Gonnet, posterior a 1825	265

Imagem 64 – Detalhe – Vila de Itabaiana - Mappa topográfico da Provincia de Sergippe Del-Rei ..., atribuído a P. Gonnet, posterior a 1825	267
Imagem 65 – Detalhe – Vila de Lagarto - Capelas - Mappa topográfico da Provincia de Sergippe Del-Rei..., atribuído a P. Gonnet, posterior a 1825	269
Imagem 66 – Detalhe – Vila Nova – Missão de Pacatuba e Jaboaão - Mappa topográfico da Provincia de Sergippe Del-Rei ..., atribuído a P. Gonnet, posterior a 1825	273
Imagem 67 – Planta da Freguesia de S. Antonio do Orubu de baixo do rio de S. Francisco, no Arcebispado da Bahia	274
Imagem 68 – Legenda - Planta da Freguesia de S. Antonio do Orubu de baixo do rio de S. Francisco, no Arcebispado da Bahia	275
Imagem 69 – Detalhe – (A) Igreja Matriz, (B) Capella filial e única da freguesia e (C) Igreja da Fazenda de Jaboaão dos Padres da Companhia - Planta da Freguesia de S. Antonio do Orubu...Arcebispado da Bahia	276
Imagem 70 – Detalhe – (D) Missão de São Pedro de Capuchos e (E) Cazas do Morgado de Porto da Folha - Planta da Freguesia de S. Antonio do Orubu ..., no Arcebispado da Bahia	276
Imagem 71 – Detalhe – (F, G, H, I, L) Os rios são secos pelo verão e não são navegáveis em tempo algum, esse não sabe dos seus nascimentos- Planta da Freguesia de S. Antonio do Orubu ..., no Arcebispado da Bahia	276
Imagem 72 – Detalhe – Vila de Propriá, Missão de São Pedrodo Porto da Folha – Mappa topográfico da Provincia de Sergippe Del-Rei..., atribuído a P. Gonnet, posterior a 1825	278

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Toponímia da carta nº II do Atlas de Kunstmann, Itália? 1502-04	44
Quadro 2 – Toponímia comparada das cartas Kunstmann II (1502-1504), Caveiro (1502), Maggiollo de Fano (1504) e Waldseemüller (1507)	49
Quadro 3 – Toponímia da carta nº V do Atlas de Kunstmann	51
Quadro 4 – Toponímia comparada das cartas Terra Brasilis (1519) e Mapa-múndi de Turim (1523)	56
Quadro 5 – Toponímia da carta de Gaspar Viegas (1534)	59
Quadro 6 – Toponímia comparada das cartas nº IX do atlas Vaz Dourado (1571) e Kunstmann IX?	63
Quadro 7 - Distribuição de sesmarias no período de 1590 a 1623	109
Quadro 8 - Doação de sesmarias (1590 - 1623) com intenção de plantas canas e/ou fazer engenho	123
Quadro 9 – Vilas fundadas no Brasil (1534 – 1549)	136
Quadro 10 – Núcleos urbanos fundados no Brasil no século XVI	139
Quadro 11 – Comparativo – Fundação de vilas no Brasil (1534 – 1549)	142
Quadro 12 – Núcleos urbanos fundados no Brasil no século XVII	141
Quadro 13 - Tradução Cartucho - Brasilia Qua Parte Paret Belgis, Georg Marcgrave, 1647	161
Quadro 14 – Nota explicativa – Elementos geográficos	163
Quadro 15 – Rio São Francisco (Trecho 1), carta Praefectura de Cirii..., Georg Marcgrave, 1647	172
Quadro 16 – Rio São Francisco (Trecho 2), carta Praefectura de Cirii..., Georg Marcgrave, 1647	172
Quadro 17 – Rio São Francisco (Trecho 3), carta Praefectura de Cirii..., Georg Marcgrave, 1647	174
Quadro 18 – Rio São Francisco (Trecho 4), carta Praefectura de Cirii..., Georg Marcgrave, 1647	175
Quadro 19 – Rio São Francisco (Trecho 5), carta Praefectura de Cirii..., Georg Marcgrave, 1647	175
Quadro 20 – Rio São Francisco (Trecho 6), carta Praefectura de Cirii..., Georg Marcgrave, 1647	178

Quadro 21 – Conteúdo das legendas no mapa elaborado por Johannes Vingboons com tradução	185
Quadro 22 – Rio São Francisco (Trecho 7), carta Praefectura de Cirii..., Georg Marcgrave, 1647	185
Quadro 23 – Rio São Francisco (Trecho 8), carta Praefectura de Cirii..., Georg Marcgrave, 1647	186
Quadro 24 – Detalhe Rio Iuparatibuçû Soute reuier, carta Praefectura de Cirii..., Georg Marcgrave, 1647	189
Quadro 25 – Detalhe – Análise dos caminhos da costa e do meio (Trecho 1), carta Praefectura de Cirii..., Georg Marcgrave, 1647	193
Quadro 26 – Detalhe – Análise dos caminhos da costa e do meio (Trecho 2), carta Praefectura de Cirii..., Georg Marcgrave, 1647	191
Quadro 27 – Detalhe – Análise dos caminhos da costa e do meio (Trecho 3), carta Praefectura de Cirii..., Georg Marcgrave, 1647	192
Quadro 28 - Distribuição de sesmarias entre as décadas de 1650 e 1670	210
Quadro 29 - Distribuição de sesmarias entre as décadas de 1650 e 1690	213
Quadro 30 - Propriedades remanescentes construídas na Capitania de Sergipe - séculos XVII e XVIII	236
Quadro 31 - Propriedades açucareiras identificadas nos inventários judiciais da Comarca de São Cristóvão (1754 – 1776)	238
Quadro 32 – Diversas Freguesias e missões religiosas apontadas no Mappa Topográfico da Província de Sergipe d’El Rey, P. Gonnet, 1825	246
Quadro 33 – Relação das freguesias da capitania de Sergipe d’El Rey (Seculo XVII e XVIII)	247
Quadro 34 – Diversas freguesias, vilas, povoações, missões religiosas, currais apontados no Mappa Topográfico da Província de Sergipe d’El Rey, P. Gonnet, 1825	251

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 EM BUSCA DE “HUM BOM ANCORADOURO”: OS CONTORNOS DO TERRITÓRIO	31
2.1 O CAMINHO DOS MAPAS	37
3 “NINGUÉM CAMINHAVA POR TERRA QUE NÃO O MATASSE E COMESSE OS GENTIOS”: OS MEANDROS DA CONQUISTA DO CAMINHO	72
3.1 “AO EVANGELHO E NÃO ÀS ARMAS; À PAZ E NÃO À GUERRA, ENTREGOU-SE À CONQUISTA DA NOSSA CAPITANIA”	83
4 A CONSTRUÇÃO TERRITORIAL DE SERGIPE D’EL REY A PARTIR DAS CARTAS DE SESMARIAS (1594 – 1623)	106
4.1“ERA TERRA MAIS DE REBANHOS DE VACAS QUE DE ENGENHOS DE AÇÚCAR”	122
5 “UM ARQUIPÉLAGO HUMANO”: A VIDA URBANA EM SERGIPE D’EL REY	134
5.1 TU, SERGIPE, PÕES EM FACE DE TUAS MORADAS AS FLAMAS DE FEBO, E SOZINHO QUERES SER CHAMADO DE EL REI	157
6 RETOMADA DA COLONIZAÇÃO: “ESSE MOVIMENTO DE SERGIPE NÃO FAZIA MAIS DO QUE UNIR-SE AO DA BAHIA”	207
6.1 DOCES INTENÇÕES PARA SERGIPE DEL REY E OS “MELHORAMENTOS DE QUE É CAPAZ”	228
6.2 EM SERGIPE D’EL REY, “A EDIFICAÇÃO DA CAPELA OU DA IGREJA GERALMENTE PRECEDIA A VIDA URBANA DA REGIÃO”	239
6.3 AS MARCAS DO MOVIMENTO: REVELANDO OS ENGENHOS E OS NÚCLEOS URBANOS DE SERGIPE D’EL REY.....	244
6.4 SERGIPE, LUGAR HABITADO	253
6.4.1 CIDADE DE SÃO CRISTÓVÃO E ALDEAMENTO ÁGUA AZEDA	255
6.4.2 VILA DE SANTO AMARO DAS BROTAS, MISSÃO NOSSA SENHORA DO CARMO DA JAPARATUBA E POVOADO LARANJEIRAS	257
6.4.3 VILA DE SANTA LUZIA DO ITANHY E POVOAÇÃO DE ESTÂNCIA.....	261
6.4.4 VILA DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO DO TOMAR (GERU)	263
6.4.5 VILA DE SANTO ANTÔNIO E ALMAS DE ITABAIANA	265

6.4. 6 VILA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE DO LAGARTO.....	268
6.4.7 VILA NOVA DO RIO SÃO FRANCISCO E MISSÃO DE SÃO FELIX DE PACATUBA	270
6.4.8 VILA DE PROPRIÁ	273
CONSIDERAÇÕES FINAIS	279
REFERÊNCIAS	282
APÊNDICE A – QUADRO DE DOAÇÕES DE SESMARIAS (1594 – 1623)	300

A água, assim, é o olhar da terra, seu aparelho de olhar o *tempo*.
(CLAUDEL, 1926, p. 229 apud BACHELARD, 2013, p. 33).¹

¹BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos**: ensaio sobre a imaginação da matéria. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

1 INTRODUÇÃO

Durante a infância frequentava semanalmente o entorno alagoano do rio São Francisco. No caminho, ou do alto das varandas da casa de minha avó, fixava meus olhos rumo ao horizonte vislumbrando um pontilhado caiado, muitas vezes camuflado por palmeiras ou coqueiros. Acredito que este olhar curioso, decorria dos constantes relatos envolvendo o grande rio e a canoa de tolda do meu avô, especialmente quando da visita de algum parente que vivia para além das águas franciscanas.

Inquietava-me o desejo de conhecer as terras sergipanas. O que aconteceu somente na juventude através de uma viagem de estudos ao Recôncavo baiano, como estudante de Arquitetura e Urbanismo e integrante do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem da FAU/UFAL, que sob coordenação da Prof^a. Maria Angélica da Silva, se propõe a investigar recortes paisagísticos do Nordeste considerando seus elementos, dinâmicas, pessoas e temporalidades.

O tempo passou e o desejo de “decifrar horizontes” permaneceu em minhas escolhas acadêmicas. Em 2004, finalizei a graduação, investigando as permanências e transformações na paisagem do arquipélago de Fernando de Noronha, estudos que foram aprofundados em 2005, ao ingressar no mestrado. Na dissertação, a questão do mito do Paraíso, descrito desde a antiguidade por livros sagrados e anunciado por profetas, foi estudada com maior detalhamento. Apurou-se a interferência da mitografia edênica no processo de exploração da América e de que maneira, os nautas, missionários, colonos e viajantes lusos, fizeram no Novo Mundo o reconhecimento de uma paisagem, já vislumbrada através das inúmeras descrições medievais, que tratavam dos cenários do sonhado Jardim das Delícias, da busca pelo Paraíso Terreal, perdido após o pecado e expulsão de Adão e Eva e das dificuldades e exigências para acessá-lo.

Ao propor a continuidade do estudo da paisagem de Fernando de Noronha no doutorado em 2015, foi considerada a trajetória no tema, consolidada desde a graduação em Arquitetura e Urbanismo (2004) até o mestrado (2009). Entretanto, ao voltar ao arquipélago em abril de 2016, constatei que a produção dos dados necessários à proposta de mapeamento dos caminhos traçados pela ação humana ao longo de sua ocupação territorial, demandaria a permanência prolongada *in loco*, além de várias viagens, o que implicaria um dispêndio de tempo e recursos para o qual não estava preparada.

Desta vivência de mais de 10 anos, além do fascínio pelas águas, guarda-se a intimidade com a metodologia de pesquisa adquirida no Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem e utilizada

nas investigações produzidas, onde os elementos materiais e intangíveis da cultura paisagística são considerados, tendo como ferramentas prioritárias a cartografia histórica, a iconografia, os relatos de época e a observação sensorial e afetiva dos espaços.

Quem sabe fruto de um desejo infantil, fato é que desde 2010 passei a viver em Aracaju, SE. Em 2015, para cursar as disciplinas do doutorado na UFAL, as idas e vindas se tornaram frequentes. Durante o primeiro ano, a passagem se dava pelos caminhos do ar, época que ainda estudando Fernando de Noronha, lia *A Água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria* de Gaston Bachelard (2013). Pela janela do avião, durante os quarenta e cinco minutos de devaneio entre a partida e chegada, meu olhar alcançava a profundidade da superfície terrena, buscando identificar todas as linhas, fossem d'água ou de terra, que desenhavam aquele “meio de caminho” entre Sergipe e Alagoas. Ali, do alto, marcava-se o futuro reencontro.

Nos próximos anos, os caminhos foram trilhados por terra, e mais uma vez, agora da janela do ônibus, meus olhos se fixaram rumo ao horizonte tentando decifrar os resquícios edificadas, que pontilhavam a paisagem sergipana. De um rio a outro, e mais outros, até o São Francisco, às margens do caminho ou ao longe, despídos ou camuflados por palmeiras ou coqueiros, estes vestígios tão marcantes, reacenderam o interesse em desvendar esse território.

Para se apropriar de algo é necessário conhecê-lo. E esse era um desejo antigo, agora revisitado: conhecer Sergipe, de um rio a outro, ao ponto de desenhar seu contorno com os principais cursos d'água que desembocam no mar.

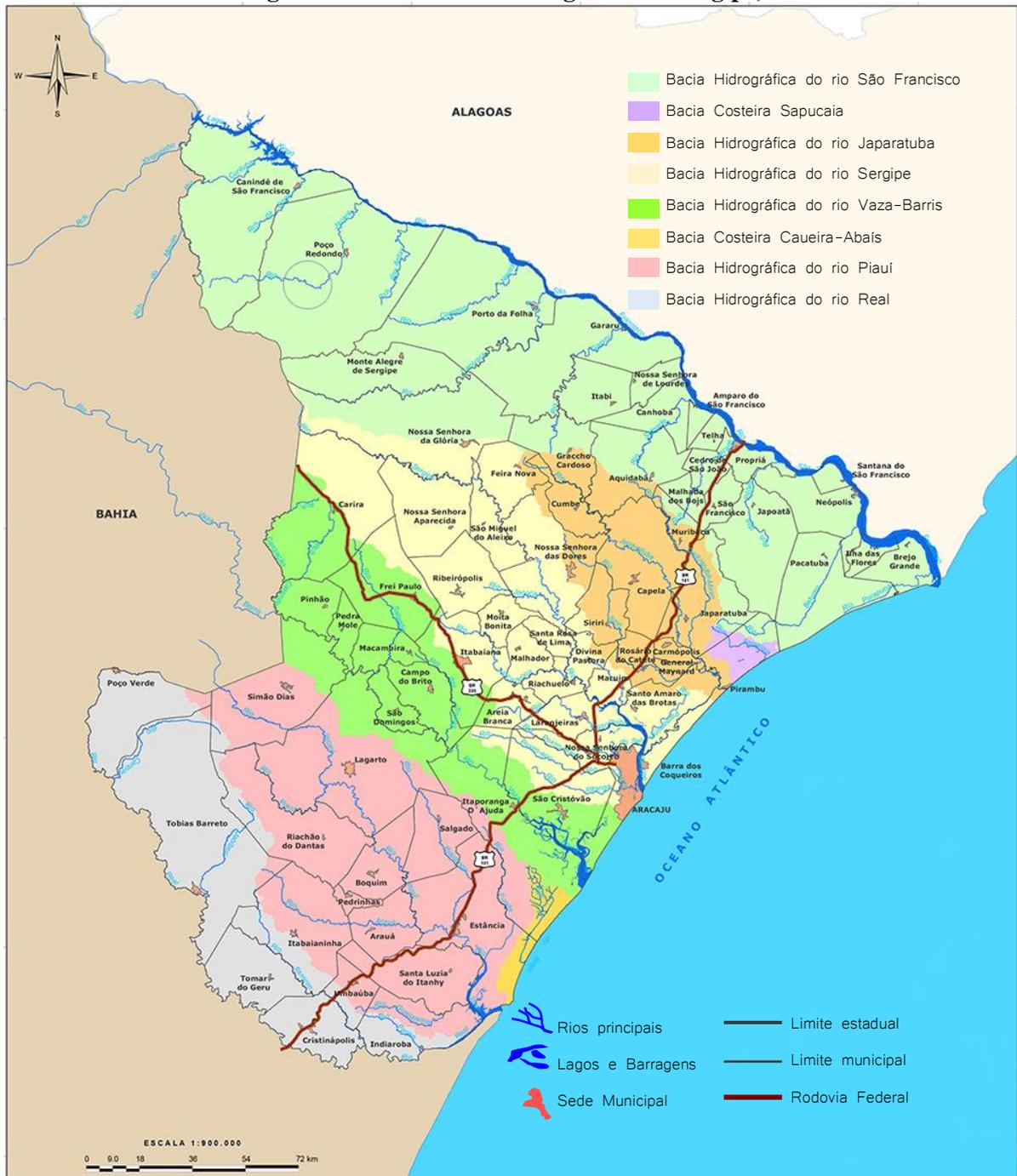
E quais são eles? Começando da banda do Norte para a Sul, tem-se o grande rio São Francisco, divisa com Alagoas. Depois, vem o rio Japarutuba, que no passado já foi o “perigoso” Vaza-Barris. Mais à frente o Cotinguiba, “cravejado” de pontos caiados, desemboca no rio Sergipe, do mesmo jeito que o Poxim já em Aracaju. Ladeando a cidade de São Cristóvão, lá vem o atual Vaza-Barris, assinalado como rio das Canafístula nos mapas dos quinhentos. Na sequência o rio Piauí divide a mesma foz com o Real. E se quiser seguir em frente, tem o Itapicuru que já foi sergipano, e hoje é baiano.

Como se vê, Sergipe possui uma grande rede hidrográfica, que inclui as bacias dos rios São Francisco, Vaza-Barris, Sergipe, Japarutuba, Piauí e Real, bem como as bacias costeiras do Sapucaia e Caueira-Abaís (Imagem 1).

Mas, o que nos faz (re)conhecer o pontilhado caiado e cristalizado na atual paisagem sergipana?

De acordo com Silva et al. (2007, p. 355) em *Gestos humanos, gestos urbanos: memórias cotidianas da paisagem colonial alagoana*, paisagens carregam em si a produção humana e os eventos que se desenrolam durante sua construção.

Imagem 1 – Nova divisão Hidrográfica de Sergipe, 2016



FONTE: GOVERNO DE SERGIPE, 2016

Como em um palimpsesto², as manifestações humanas vão se imprimindo na paisagem, resultante de um sistema complexo de relações entre as pessoas e o espaço. Nessa mistura de tempos, a paisagem se consolida em meio a sucessivas construções, acontecimentos

² Milton Santos (2008) em *A natureza do espaço. Técnica e tempo* firma uma analogia entre o palimpsesto (escritas sobrepostas que é frequente encontrar nos manuscritos sobre pergaminho) e a paisagem, sob inspiração dos criadores dessa geografia retrospectiva, evidenciando-se ledor de *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien* de Marc Bloch (1974), *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, bem como *Civilisation matérielle. Economie et capitalisme, XVe-XVIIIe siècle* de Fernand Braudel (1979, 1982).

e atos, conduzindo ao surgimento de novas expressões, materiais e imateriais, dialogando, sobrepondo e/ou destruindo as permanências preexistentes.

Assim, os fragmentos materiais da paisagem urbana contemporânea oferecem pistas que permitem supor seu caráter histórico. Conforme ressalta Upiano T. Bezerra de Menezes (2005, p. 36-37) em *A paisagem como fato cultural*, mais do que um palimpsesto, a paisagem é um significativo instrumento de trabalho, uma vez que, como salienta Fernand Braudel³, que nem nossa pele, é condenada a conservar as cicatrizes de feridas antigas.

Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno (2016) em *Arqueologia da paisagem urbana: lógicas, ritmos e atores na construção do centro histórico de São Paulo (1809-1942)* acrescenta que, como acumulação desigual de tempos, “as rugosidades dos sucessivos passados amalgamados na paisagem atual permitem supor cada etapa do processo social, cumprindo-nos retomar a história que esses fragmentos de diferentes idades representam tal como a sociedade a escreveu de momento em momento” (SANTOS, 2018 apud BUENO, 2016, p. 100-101).

Para detectar e interpretar tais pistas, Bueno (2017) em *Por uma arqueologia da Paisagem: mobilidade e enraizamento em perspectiva americana*, propõe um tratamento mais amplo das formas de povoamento e apropriação do território. Segundo a autora, a historiografia do processo de urbanização no Brasil no período colonial, em geral, pautou-se pelo estudo das vilas e cidades. Esse modelo tradicional de análise, acabou por ofuscar os demais núcleos de povoamento que pontuavam territórios cumprindo diferentes papéis. Assim, muito pouco se investigou sobre lugares, arraiais, capelas, freguesias, julgados, bairros rurais, aldeias indígenas, aldeamentos missionários, pousos, passagens, barreiras, fazendas, sítios, currais e fortalezas, que permaneceram ensombrados sob à rarefeita rede de vilas e cidades.

A historiografia tampouco deu atenção à natureza da complexa teia de comunicação que articulava esses núcleos – rios, córregos, veredas, trilhas, caminhos e calçadas – que permitiam ou dificultavam fluxos e contatos entre regiões, em meio à difícil e plural geografia física e humana que até hoje configura as nossas diversas paisagens culturais (BUENO, 2017, p. 242).

No *Dossiê Caminhos da história da urbanização no Brasil – colônia*, Bueno (2012) atrela ao entendimento do território como artefato social, a visão sistêmica que tem em vista atores, processos, dinâmicas e fluxos, redes de relações sociais, redes urbanas e suas configurações no espaço em perspectiva histórica.

³BRAUDEL, 1982, BRAUDEL, 1979.

Dentro do propósito de se desnudar as camadas desse palimpsesto, tateando alguns vestígios e vislumbrando as lógicas que presidiram a sua produção e apropriação, a cartografia apresenta-se como uma fonte privilegiada. Não obstante, demandem críticas internas por sua dimensão retórica, ideológica e por suas agendas ocultas, devendo ser situada dentro de seus contextos apropriados de fabricação e uso em concordância com John Brian Harley (2005) em *La nueva naturaleza de los mapas: Ensayos sobre la historia de la cartografía*, os mapas “são ímpares na sua capacidade de registrar relações espaço-temporais para se aquilatar práticas e dinâmicas em suas lógicas de funcionamento cotidiano em diversas escalas geográficas” (BUENO, 2017, p. 243).

Nessa conjectura, ao considerar o território uma composição de múltiplas camadas de significados, amalgamadas ao longo do tempo, mas em constante transformação, ocasionando o acúmulo de processos, formas e expressões de tempo, esta tese investiga o processamento da ocupação da capitania de Sergipe d’El Rey durante o período colonial, que apesar de não mais existir como tal, permanece como evidências na documentação oficial, nos mapas produzidos no âmbito das intenções colonizadoras empreendidas neste período da história e no próprio espaço contemporâneo.

Pretende-se entender esse processo não somente, a partir das vilas e cidades, núcleos urbanos já formalmente consolidados, mas também a partir de formas menores de agregação, que podem ter tido importantes desdobramentos urbanos. Dessa forma, as vilas são entendidas como uma etapa de um processo de urbanização relacionada com várias outras formas de estabelecimentos no espaço. No contexto colonial sergipano, boiadas, pousos, fazendas, aldeias, engenhos de açúcar, freguesias, capelas e caminhos, dentre outros, serão “incógnitas” fundamentais para compreender as ulteriores etapas de povoamento e congregação humana desse território, iniciado em 1590.

A hipótese da tese desconfia das assertivas sobre as representações de Sergipe d’El Rey como simples “dobradiça” entre as capitanias da Bahia e Pernambuco, zona acessória aos polos açucareiros, e se ancora na representação de uma capitania partícipe ativa desde o século XVII, num sistema de interdependência mútua entre zonas de abastecimento e criatório com zonas açucareiras vinculadas ao comércio Atlântico.

Documenta-se que estivesse enquadrada numa plural rede urbana de missões religiosas, capelas, freguesias e vilas, em meio a passagens, feiras, fazendas, engenhos, currais, minas de salitre, etc., resultantes, ou não, de formulações de políticas régias precisas voltadas ao controle administrativo, fiscal, fundiário e social daquelas paragens. Sem ignorar que essa trama de assentamentos figurou como mediação nas múltiplas relações sociais praticadas no

espaço, cujas materializações originaram paisagens diversas, que ensejam regimes de historicidade menos homogêneo e mais complexos do que foram tratados pela historiografia até o momento. A exemplo, da construção de caminhos terrestres com trajetos, que muitas vezes, se sobrepôs à antigas trilhas indígenas, além das estradas que foram abertas pelos moradores para atender às necessidades da vida cotidiana.

Assim, vasculhando documentos e vestígios materiais do passado, sob o enfoque das fontes textuais e iconográficas, buscamos repertoriar os movimentos de reconhecimento, demarcação e ocupação territorial de Sergipe d'El Rey, dentro do contexto social geral da Colônia, bem como entender suas peculiaridades. Até as beiradas do século XX, os historiadores que se dedicavam a esta temática tinham seus estudos direcionados para os acontecimentos de além-mar, centrados principalmente nas tradições dos países europeus. Nesse contexto, em menor quantidade, ainda eram os trabalhos que contemplavam reflexões sobre as origens da cidade brasileira, no que se refere à forma como foram implantados os primeiros núcleos urbanos do Brasil e como estes estavam inseridos na empresa colonial portuguesa. O olhar mais aprofundado sobre o processo de formação da cidade colonial brasileira era descuidado, em seus aspectos formais, tanto entre os historiadores e próprios arquitetos e urbanistas.

Nesse sentido, demandava-se uma investigação mais apurada dos desígnios sociais formais que direcionaram a formação dos núcleos urbanos no referido período. Para tanto, a compreensão do panorama geral da colonização brasileira, tornava-se essencial para o entendimento da montagem do sistema colonizador português, a partir de objetivos bem definidos, que vieram a influenciar diretamente nas formas espaciais concretas.

Ainda que sob a forte crença religiosa de expulsar ou cristianizar povos que ignoravam o cristianismo, sabe-se que a exploração das novas terras pelos lusitanos, teve um caráter essencialmente comercial. Em sucessão às várias ações frustradas nesse sentido, findando o século XV o rei D. João II dilatou as expedições marítimas buscando encontrar novas formas de obter lucro, ou mesmo expandir as práticas já existentes, principalmente através do comércio com o Oriente.

Nesse contexto de explorações marítimas, os portugueses avançaram tanto nas técnicas e navegações propriamente ditas, quanto no desenvolvimento e confecção de uma ampla cartografia, fundamental para o descobrimento de outras rotas, além do alcance e ocupação de novas terras. Como consequência destas experimentações, o processo de colonização empreendido no Brasil pelos portugueses contou com diferentes fases, ao passo que seus

objetivos e interesses iam sendo modificados e empregados nas formas de ocupação do território.

Este processo foi analisado por distintos olhares, em momentos e disciplinas diversas, indo do entendimento mais global do processo de colonização, passando pela busca de uma identidade nacional, ou de suas raízes, até estudos mais específicos, que trataram de aspectos particulares. Em decorrência, tem-se uma extensa produção bibliográfica, relacionada ao panorama geral, que procura compreender a essência da urbanização colonial brasileira, considerando os diferentes fatores colonizadores, internos e externos.

O núcleo urbano colonial também foi objeto de estudo da Geografia, destacando-se aqui o trabalho de Aroldo de Azevedo em *Vilas e Cidades do Brasil Colonial* (1956), que além de enfatizar a importância dos assentamentos no Brasil Colonial, questionou a concepção de que a colonização portuguesa não havia produzido núcleos de importância, contrapondo-se ao pensamento vigente, centrado na investigação e construção de uma identidade nacional, na evolução da economia e da política e formação do “povo brasileiro”. Contexto, no qual a cidade aparece como elemento coadjuvante para a compreensão de outras temáticas.

Na década de 60, Nestor Goulart Reis, será responsável pelos primeiros estudos sistemáticos, inaugurando uma forma de compreensão da urbanização como um processo social, determinado pelas relações interpessoais, que se configuram materialmente no espaço. Segundo Bueno (2011, p. 31) em *A última década, novos rumos. Balanço da Historiografia sobre urbanização no Brasil-Colônia. A contribuição dos estudos regionais recentes*, ao falar em História da Urbanização, e não em História do Urbanismo ou História da Cidade, Reis delimitou um campo de investigação dotado de uma perspectiva teórico-metodológica muito clara. Partindo de evidências materiais, propôs estudar a questão em perspectiva histórica e sistêmica, enfatizando as lógicas da política de colonização e urbanização e seus produtos no tempo longo, conceituando o caráter de cada núcleo em meio à rede urbana, em escalas geográficas diversas, do regional ao intercontinental.

Beatriz Bueno (2012, p. 19) ressalta ainda que, na linha dos arqueólogos, a análise empírica e a leitura dos vestígios materiais, “são fundamentais na formulação de teorias, buscando explicar-lhes as motivações, conceituá-los e significá-los em seus próprios termos”.

Da escala da paisagem, ao território, até o mais diminuto artefato do espaço intraurbano, Nestor Goulart Reis mostra ser possível verificar lógicas de apropriação, uso e transformação social, provenientes de sujeitos desde sempre relacionados, em rede, a contextos geográficos diversos (BUENO, 2012, 20).

Posteriores aos estudos de Nestor Goulart Reis, outros trabalhos vêm complementar as discussões sobre a cidade construída pelos portugueses na América, suas características e implicações, sociais e formais. No início dos 2000, novas publicações do autor, dentre elas o livro *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial* definiram novos rumos para a pesquisa sobre o Brasil urbano, encorajando estudos regionais, caça à documentação empírica inédita referente às mais diversas cidades, reconstituição das redes urbanas ao gosto das políticas metropolitanas em curso, com ênfase na interpretação da documentação visual como fonte, e não, mera ilustração.

Envolvidos por estes novos ares, entre os estudos sobre o processo de urbanização do Brasil durante o período colonial, cabe destacar o trabalho desenvolvido ao longo dos últimos vinte anos pelo Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem da Universidade Federal de Alagoas, coordenado pela professora Dr^a. Maria Angélica da Silva, que em suas pesquisas utiliza como principal aporte metodológico a análise da iconografia seiscentista, esmiuçada sob diversos aspectos, bem como o estudo empírico de diversas localidades, antigas vilas coloniais, que conservam significativos remanescentes materiais desse período, buscando compreender a lógica da gênese urbana das primeiras vilas e cidades brasileiras.

Segundo Nestor Goulart Reis (2012) em *Sobre as escalas dos projetos*⁴ a consolidação do uso da cartografia histórica como documentação básica para o estudo da arquitetura, do urbanismo e, não menos importante, da organização geral do território se deu com o trabalho *Desenho e Desenho: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*, tese desenvolvida por Beatriz Bueno (2001), na qual, as aulas de Arquitetura, responsáveis pela formação dos engenheiros militares e de suas contribuições para a construção do Brasil, ganham uma leitura mais ampla: a análise do papel desempenhado por esses trabalhos na definição das diretrizes de ação político-administrativa da Coroa de Portugal para o Brasil, como em relação às demais potências coloniais.

Neste precioso trabalho, além de analisar a presença do projeto, como instrumento de controle das obras de fortificação, Bueno (2001) discorre sobre o envolvimento dos engenheiros com edificações religiosas, questões urbanas bem restritas e acerca da importância da ação desses profissionais na esfera dos planos das vilas. Para além, destaca a presença dos engenheiros militares, como instrumentos privilegiados na organização e manutenção das redes de caminhos, como meios de articulação de todo o sistema e seu papel na elaboração de documentos cartográficos, como registros da presença e provas de domínio e soberania sobre o

⁴REIS, Nestor Goulart Reis. **Sobre as escalas dos projetos**. Revista pós v.19 n.32.São Paulo. Dezembro 2012 Disponível em: www.revistas.usp.br/posfau/article/download/52502/56480/ Acesso em: 02.03.2019

território, objetivos máximos dos projetos e designios políticos da Coroa. Trata-se, portanto, da discussão sobre a presença constante do projeto, em todas as escalas da organização espacial, e sua eficácia na integração de todas elas, sempre interligando entre si uma visão de conjunto (REIS, 2012, p. 267-268).

Na última década verifica-se uma considerável “dilatação geográfica” das pesquisas sobre a urbanização do Brasil com foco no período colonial, sendo cada vez mais frequente estudos regionais, com caráter local, sobre aspectos específicos desse processo, que vão além da discussão sobre a regularidade dos traçados portugueses e sobre o papel das vilas, desenvolvendo análises sobre elementos particulares, sem desvinculá-los do todo, destacando a sua importância na rede urbana colonial. Além disso, estes estudos têm sido amparados sobre o valioso, e volumoso, material cartográfico e iconográfico histórico disponível em diversos arquivos.

No *Dossiê Caminhos da história da urbanização no Brasil – colônia*, Bueno (2012, p. 11) faz um balanço de alguns estudos recentes realizados por uma nova geração de pesquisadores. Com base nesse levantamento, pode-se dizer que boa parte do Brasil está contemplada e, hoje, é possível “explorar facetas outrora inimagináveis do fenômeno urbano em tempos recuados”. Alguns destes trabalhos, contribuíram diretamente para que o estudo ora proposto emergisse. Seguindo a mesma linha de pesquisa adotada nesta tese, destacam-se os trabalhos de Catarina Agudo Menezes, que inicialmente em sua dissertação *A escrita no chão: A formação do território de Alagoas por meio de fontes coloniais* (2011), buscou repertoriar alguns movimentos da ocupação de Alagoas apoiadas nas fontes textuais e cartográficas coloniais dos séculos XVI e XVII, sobretudo a carta de Marcgrave. Na tese, *Alagoas além do açúcar: diversidade econômica e formação do território no século XVIII* (2017), dando continuidade às pesquisas iniciadas no mestrado, tratou do processo de urbanização de Alagoas durante o período colonial, com enfoque nos movimentos ocorridos durante o século XVIII, por meio da análise da atuação de diferentes agentes determinantes, bem como da relação entre eles.

Salienta-se a tese de Maria Fernanda Derntl (2010), *Método e arte: criação urbana e organização territorial na capitania de São Paulo 1765-1811*, que buscou acompanhar a elaboração de uma política de urbanização a partir da análise das iniciativas de criação urbana promovidas durante o governo da capitania de São Paulo entre 1765 e 1811.

Somam-se a estes os estudos recentes de Damião Esdras Arraes (2017), *Ecos de um suposto silêncio* e o de Nathália Montenegro Diniz (2013), *Um sertão entre tantos outros* autores que elegeram o “sertão do gado” e para tanto contemplaram toda a região do semiárido

nordestino, envolvendo zonas interiorizadas nos estados atuais do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia. Tratam-se de contribuições que ampliam nosso conhecimento inclusive sobre as redes de comunicação, na sua hierarquia plural, incluindo Estradas Gerais, caminhos, ribeiras navegáveis e mensurando o fluxo de pessoas e mercadorias transportadas.

Por fim, a tese de Rubens Giancesella (2008), *Paisagens no tempo: vilas litorâneas paulistas*, que atenta para as pré-existências naturais e humanas, para as territorialidades indígenas pregressas, e para os “encontros culturais” entre nativos e ádvenas.

Para a compreensão dos processos de urbanização e de suas paisagens e estruturação das seções deste trabalho, nos utilizamos de três dimensões analíticas: uma macro, uma corográfica e uma micro. Em cada seção, será certa a utilização de pelo menos uma destas escalas, sendo possível algumas combinações. Nada complicado, se imaginarmos que já nos utilizamos desta estratégia ao olhar Sergipe d’El Rey da janela do avião, posteriormente, ao vislumbrar os pontos escondidos na paisagem observada nas inúmeras viagens através da janela do ônibus e agora, quando os caminhos de terra deverão ser percorridos a pé.

Outra alternativa, diante do propósito de desenhar Sergipe d’El Rey, seria assumir o papel de cartógrafo, e assim definir três pontos de mirada. Nesse sentido, é possível inicialmente adotar a visada de um portulano (macro-escala), depois, o recorte aproximado de Vaz Dourado (corográfica) e por fim, recorrendo às ferramentas tecnológicas (micro-escala), ampliarmos o olhar, tornando-o tão próximo ao ponto de percorrer o desenho à pé.

A macro-escala retrata a maneira como os processos de urbanização se **objetificaram**⁵ no território numa rede de povoações integrada à teia de caminhos (terrestres e fluviais), cuja imagem remete às paróquias, às vilas, e por extensão aos sertões, para relações que extrapolam os contornos da capitania. Para Beatriz Bueno (2012) os desafios da perspectiva da macrorregião são desejáveis, haja visto a predominância do regionalismo historiográfico.

A segunda dimensão analítica é a corográfica, que aqui recupera o sentido atribuído pelo padre D. Rafael Bluteau (1712-1728, p. 556) em seu *Vocabulario Portuguez & latino: áulico, anatômico, architectonico...*, e diz respeito ao estudo de uma capitania, comarca ou termo de vila específica. Por fim, a escala micro envolve a interpretação da paisagem intraurbana e suas vinculações com os fatos cotidianos, com os atores e com as políticas de urbanização da Coroa.

⁵Ver MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas**: estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 90.

Os eixos centrais da tese terão suas representações reconstruídas através da leitura conectada entre fontes textuais e cartográficas. As fontes primárias utilizadas são de natureza variada e heterogênea, incluindo documentos oficiais: cartas régias, alvarás, ofícios, relatórios das autoridades governamentais e eclesiásticas, descrição das freguesias, vilas etc. Nesse contexto, destacam-se as cartas de distribuição de sesmarias que se constituíram num importante documento para se acompanhar a construção e ocupação do território de Sergipe d'El Rey.

Outro tipo de fonte primária adotada foi a chamada literatura de viagem, que se constitui por testemunhos, cujos registros e observações ajudam a conhecer a realidade da época. Os viajantes (ingleses, franceses, alemães e portugueses) foram os grandes cronistas da vida na antiga colônia portuguesa dos séculos XVI ao XIX, descrevendo em suas obras aspectos da terra, da gente, dos usos e costumes. Dentre os estrangeiros, viajantes e aventureiros, que escreveram suas impressões e crônicas sobre o Brasil, destacam-se nesta tese alguns que estiveram no Nordeste brasileiro e fizeram seus relatos sobre a região de Sergipe d'El Rey.

Tratando-se dos autores que se voltam à historiografia sergipana, destaca-se o pioneirismo das obras de Felisbello Freire com os livros *História de Sergipe* (1891) e *História territorial do Brasil* (1906). No prefácio da edição de 1891 o autor apresenta seu intento de “tornar Sergipe conhecido do país e do estrangeiro” visto que “com exceção de Frei Vicente Salvador que lhe dedica um ou dois capítulos em sua obra História do Brasil, todos os outros historiadores nenhuma página dedicam-lhe” (FREIRE, 1891, p. 7). Não podemos esquecer de Marco Antonio de Souza (1808) e sua *Memória sobre a Capitânia de Sergipe*.

Já *A capitania de Sergipe e suas ouvidorias: memoria sobre questões de limites* (1919) de Ivo do Prado e a *História dos limites entre Sergipe e Bahia: estudo de litígio interestadual* (1918) de Francisco Antônio de Carvalho Lima Junior, se destacam pela considerável documentação, utilizada para justificar as pretensões do Estado de Sergipe a áreas territoriais ocupadas pelo Estado da Bahia.

A partir de década de 1980, a historiografia sergipana no que diz respeito à História da Capitania de Sergipe, passou a receber significativas contribuições de autores como Maria Thetis Nunes com os livros *Sergipe Colonial I* (1989) e *Sergipe Colonial II* (1996), Luiz Roberto de Barros Mott com *Sergipe del Rey: população, economia e sociedade* (1986), *A Inquisição em Sergipe* (1989) e *Sergipe Colonial e Imperial* (2008) e Orlando Vieira Dantas com *A Vida patriarcal em Sergipe* (1980).

Com relação à história econômica de Sergipe salienta-se Maria da Glória Santana de Almeida com as obras *Uma unidade açucareira em Sergipe – o engenho Pedras* (1976),

Sergipe: fundamentos de uma economia dependente (1984) e *Nordeste açucareiro: desafios de um processo do vir-a-ser capitalista* (1993) e Josué Modesto dos Passos Subrinho, com *História econômica de Sergipe (1850-1930)*, publicado em 1987, e *Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro. Sergipe 1850-1930* (2000).

Destaca-se também os artigos publicados nas Revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), o principal periódico científico do Estado de Sergipe durante anos.

Quanto às séries cartográficas, o contexto da exploração das terras americanas nos séculos XVI e XVII, foi marcado por uma experiência de investigação mundial onde se intensificou a descoberta e o conhecimento das terras recém conquistadas, o que ocasionou a produção de uma série de registros textuais e iconográficos dessa expansão ultramarina. Deste período destacam-se os desenhos elaborados por Luís Teixeira, que inaugurará o trabalho produzido por uma família de cartógrafos reais, que se destacará dentre a produção iconográfica portuguesa, pela quantidade e expressividade de registro da costa brasileira.

Outro material de grande valia para esta tese foi o Atlas intitulado *Die Entdeckung Amerikas : nach den ältesten Quellen geschichtlich dargestellt : mit einem Atlas alter bisher ungedruckter Karten von Friedrich Kunstmann*⁶, publicado em 1859 pelo padre e historiador alemão Friedrich Kunstmann et al. Composto por treze cartas, este documento traz o registro das explorações geográficas pela América no século XVI.

No século XVII, além do legado português, tem-se o rico acervo de imagens produzidas pelos holandeses, especialmente durante a presença de Maurício de Nassau no Brasil (1637-1644), o qual se fez acompanhar por uma comitiva constituída por cartógrafos, pintores, naturalistas e cientistas. A atuação de Nassau no Brasil foi minuciosamente narrada por Gaspar Barléu em sua obra *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Publicado em 1647, o livro é ilustrado com mapas, plantas e vistas produzidos por Georg Marcgrave e Frans Post respectivamente, registrando as capitanias conquistadas pelos holandeses, dentre elas a de Sergipe d'El Rey.

Além destes, também receberam atenção o *Mappa tipográfico dos Portos, e Costa da Bahia de todos os Santtos, Olinda e Pernambuco* de Nicolao Martinho, produzido em Lisboa em 1776, um dos raros exemplares do século XVIII, que nos traz informações sobre a capitania de Sergipe d'El Rey nesse período e o *Mappa topográfico da Provincia de Sergippe Del-Rei*, que abrange a Província de Sergipe d'El Rey, ilustrando sua divisão nas respectivas Freguesias

⁶Tradução livre: A descoberta da América: historicamente representada pelas fontes mais antigas: com um atlas de mapas inéditos de Friedrich Kunstmann.

de Sergipe (São Cristóvão), Cotinguiba, Divina Pastora, Propriá, Villa Nova, Santo Amaro, Japarutuba, Itabaiana, Lagarto, Campos do Rio Real e Santa Luzia, atribuído a Pinxit Gonnet, posterior a 1825.

Os mapas apresentados nessa tese, terão seus caminhos percorridos como se nele estivéssemos a pé, conjugando percepção e experimentação, algo salientado por Nestor Goulart Reis em suas investigações. Seguiremos no encaicho de pistas sobre diferentes tipologias de rotas terrestres e fluviais e de núcleos de enraizamento e mobilidade que garantiam produção, pouso e abastecimento nas jornadas. Buscaremos imaginar distâncias, avaliar dificuldades, obstáculos, tempo de viagem. “onde”, “quem passava”, “o que se transportava” e “como funcionavam” as comunicações entre as partes de Sergipe d’El Rey? Ademais, estes serão esquadrihados no sentido de deprender informações sobre a vegetação, clima, índices pluviométricos, solo, relevo, as preexistências nativas e as possibilidades de territorialização dos diversos atores em ação (BUENO, 2017).

Assim, nessa busca, esta tese se organiza em seis seções, além desta introdutória e das considerações finais. Na segunda seção *Em busca de “hum bom ancoradouro”: os contornos do território*, os limites de Sergipe d’El Rey serão recortados e os rios lhe definirão as fronteiras. Como ponto de partida, tomam-se as afirmativas encontradas em fontes primárias e na obra de Cândido Mendes de Almeida, um destacado estudioso da história do Brasil, que, analisando a costa sergipana, textualmente afirma ter encontrado suas referências em mapas. Propõe-se o caminho oposto, remontando toda a trajetória dos mapas citados pelo autor para ancorar ou não a hipótese lançada nas fontes escritas. Dentro da busca em circunscrever os limites do território sergipano, uma outra fonte a ser considerada serão os mapas, que a partir de agora serão confrontados com as fontes escritas.

A terceira seção *“Ninguém caminhava por terra que não o matasse e comesse os gentios”: Os meandros da conquista do caminho*, analisa o intenso contato que ocorrerá na região de Sergipe, entre as populações que habitavam o lugar e os europeus que ali chegam, sejam eles os portugueses ou os franceses. Acompanha-se os embates entre grupos, dentre eles, indígenas, colonizadores, colonos e religiosos, especialmente os jesuítas, no sentido de garantir a vida e a posse das terras. Apresenta-se um conjunto de acontecimentos usualmente violentos, mas que vão galgando os lances da conquista do território. Dentro dessa conjuntura, dão-se os primeiros passos para integrar o caminho de “Cerigippe” à colonização lusa: a “conquista espiritual” dos índios pelos padres da Companhia de Jesus. Ademais, rompendo com o estereótipo da “tabula rasa”, recorrente na historiografia da história da urbanização, que

considerou em geral a América um continente vazio, mostra-se como os indígenas foram fundamentais no cotidiano de existência e sobrevivência nessa paisagem cultural.

A quarta seção *A construção territorial de Sergipe D’El Rey a partir das cartas de Sesmarias (1594 – 1623)* busca repertoriar os movimentos iniciais de ocupação, as formas, direções e o caráter assumido pela colonização do território de Sergipe d’El Rey neste primeiro momento, para isso, apoia-se na análise do conteúdo das cartas de sesmarias emitidas entre 1594 e 1623. Nesse quadro, o gado será um dos primeiros elementos a tomar significado estratégico como forma de ocupação das terras, influenciando a fixação e o crescimento populacional da capitania. Ademais, ainda com base nas cartas de sesmarias, investiga-se as primeiras intenções de cultivar canaviais e fazer engenhos.

A quinta seção *“Um arquipélago humano”: A vida urbana em Sergipe D’El Rey*, consiste em uma aproximação teórica quanto à forma portuguesa de ocupar e urbanizar o território e seus rebatimentos nos primeiros momentos de ocupação dos colonizadores em Sergipe d’El Rey. Neste sentido, apresenta uma análise da ocupação do território, no século XVI, através do estudo da cartografia de época, buscando evidenciar os diversos pontos de ocupação no território, além da vila de São Cristóvão. Seguindo uma linha cronológica, diante das invasões holandesas, considerando-se a relevância dos aspectos contidos na cartografia holandesa produzida, não só relacionados à geografia, mas também voltados às questões sociais, econômicas e políticas que caracterizam esse período, propõe-se aqui a ampliação e atualização do questionamento de Câmara Cascudo sobre “Qual seria o conhecimento geográfico do holandês na *Prefectura de Ciriui vel Seregippe del-Rey com Itapuáma?*”.

A sexta e última seção *Retomada da Colonização: “Esse movimento de Sergipe não fazia mais do que unir-se ao da Bahia”*, aborda o processo de urbanização de Sergipe sob a ótica da economia açucareira, atividade que, embora não tenha sido a única a se desenvolver no período em terras sergipanas, foi um dos aspectos que acelerou seu processo de ocupação e desenvolvimento. A seriação de mapas permite constatar que, no início do século XIX, os contornos urbanos da capitania mostravam-se muito distinto dos originais. Novas vilas e povoações instalaram-se ao longo de caminhos, sítios rurais e povoados litorâneos, ou mesmo em fronteiras da colonização, onde quase não havia sinal de estruturas oficiais.

No mapa, a rosa-dos-ventos sobre o espaço dos mares projeta rumos e desenha rotas que desvendaram e abraçaram a Terra, revelando-se aos poucos sua imagem inteira. Imagem do Mundo, o mapa é instrumento de medição para o homem localizar e representar seu lugar no Universo: cosmos, cosmografia; firmamento e natureza.

Monumentos de cultura, as cartas geográficas mostram beleza, conhecimento e reconhecimento do espaço onde se está, de onde se sai ou para onde se vai. Alimento da fantasia, do sonho e da imaginação, o mapa do cartógrafo, do geógrafo e dos viajantes é um convite para a aventura de lugares que se abrem – novos – para o conhecimento de outros céus e ventos, correntes e marés. No mapa está o caminho de ida e o ensinamento que permite o regresso, pois partir nunca foi uma entrega que não projetasse o retorno (MICELI, 2002, p. 50).

2 EM BUSCA DE “HUM BOM ANCORADOURO”: OS CONTORNOS DO TERRITÓRIO

Inicia-se aqui uma viagem além-mar, que terá como ponto de destino a construção da história do território, hoje reconhecido como sergipano. Subsidiada por viagens anteriores, os rumos foram projetados, as rotas traçadas no enalço de pistas que possam levar a desvendarmos as primeiras evidências de ocupação destas terras a partir da presença dos europeus no Novo Mundo. Para nos orientar nessa travessia, tomaremos inicialmente um conjunto de relatos de fontes primárias e comentaristas, para a seguir, buscar encontrar pistas em material caro aos que trabalham com as imagens: os mapas. De fato, o primeiro passo será recortar os limites do território. No caso, como era usual, os rios que lhe traçavam as fronteiras. Para isso, partiremos de afirmativas encontradas em fontes primárias e na obra de um importante estudioso da história do Brasil, Cândido Mendes de Almeida, que, analisando a costa sergipana, textualmente afirma ter encontrado suas referências em mapas. Iremos, de fato, traçar o caminho inverso, remontando toda a trajetória dos mapas citados pelo autor para ancorar ou não a hipótese lançada nas fontes escritas.

Como ponto de partida, tomaremos uma das narrativas de Cândido Mendes de Almeida, um “apaixonado pela busca de documentos e compilação dos mesmos em obras monumentais” (SANTIROCCHI, 2004, p. 68)⁷. Refiro-me a uma série de cinco artigos, intitulada *Notas para história pátria*, e publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil ao longo da década de 1870⁸, onde o sócio maranhense, procurando esclarecer alguns pontos que considerava “obscuros” na história do Brasil, desenvolveu uma tese sobre a colonização portuguesa nas várias províncias.

Nesta rota, os primeiros vestígios são identificados no segundo artigo da série, publicado em 1877, *Notas para a História Patria: Os primeiros povoadores. Quem era o bacharel de*

⁷SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **A coragem de ser só: Cândido Mendes de Almeida, o arauto do ultramontanismo no Brasil.** Almanack, Guarulhos, n.7, p. 59-80, Junho 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-46332014000100059&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20.02.19.

⁸ALMEIDA, Candido Mendes de. **Nota sobre a historia patria dos primeiros tempos da descoberta.** Revista Trimensal do Instituto Historico Geogrphico e Ethnographico do Brasil. Rio de Janeiro: R.L. Garbier Livreiroeditor, tomo 39, 1876, pp. 05-24. ALMEIDA, Candido Mendes de. **Notas para a História Patria – 2º artigo: Os primeiros povoadores. Quem era o bacharel de Cananéa?** In: RIHGB, tomo 40, 1877, pp. 163-247. ALMEIDA, Candido Mendes de. **Notas para a historia patria – 3º artigo: João Ramalho, o bacharel de Cananéa, precedeu Colombo na descoberta da América?** In: RIHGB, 1877, t. 40, pp. 277-373. ALMEIDA, Candido Mendes de. **Notas para a historia patria – 4º artigo: Porque razão os indígenas do nosso littoral chamavam aos francezes de 'Maís', e aos portugueses 'Peró'?** In: RIHGB, 1878, t. 41, pp. 71-141; ALMEIDA, Candido Mendes. **Notas para Historia Patria – 5º artigo: As catastrophes de João Bolés foi uma realidade?** In: RIHGB, 1879, t. 42, pp. 141-194.

Cananéa? dedicado à história de São Paulo, mais especificamente à tentativa de revelar a identidade do “bacharel de Cananéa”, personagem obscura que, segundo as crônicas do período do descobrimento, auxiliou os portugueses a se fixarem na costa paulista - como sendo João Ramalho.

Ao conjecturar o percurso da primeira expedição exploradora e o desembarque do bacharel nas praias do Brasil meridional em janeiro de 1502, Cândido Mendes (1877) dedicará especial atenção ao popular relato de Américo Vespúcio, que como integrante da expedição comandada por Gaspar de Lemos, descreve os principais fatos ocorridos. Apesar do foco de sua produção textual ser o “bacharel de Cananéa”, a observação minuciosa da documentação histórica no intuito de obter a maior exatidão possível para a “reconstituição verídica do passado”, acaba por revelar o litoral situado entre os rios São Francisco e Real, terras futuramente sergipanas, como um dos pontos de desembarque da frota lusitana.

Para localização e orientação nestas paragens, podemos nos valer diretamente do próprio Américo Vespúcio para ir montando as hipóteses acerca dos limites do recorte das terras que se chamarão Sergipe. Conta-nos o experiente navegador seu desembarque em um bom ancoradouro, após várias escalas e passagem pelo cabo nomeado Santo Agostinho:

(...) e continuando a nossa navegação avistámos hum dia muita gente pela praia, que tinha corrido **a ver o prodígio das nossas náos**, e cessando de navegar nos fizemos na volta de terra, onde fomos nos bateis, e achamos **hum bom ancoradouro**, e **homens de melhor condição do que os passados**; pois ainda que **com algum trabalho em domesticillos**; forão por fim nossos amigos, e comerciámos com eles. Estivemos **sinco dias nesta paragem**, e aqui achámos **canafistulas muito grossa, verde, e também seca em cima das arvores**; assentamos em trazer deste lugar hum par de homens, para aprender a Lingoa, e vierão três deles por sua vontade para Portugal (VESPUCIO, 1867, p. 149, grifo nosso).

Ao examinar o texto de Vespúcio, três particularidades irão contribuir para o reconhecimento do território, mais tarde tido como sergipano: a circunstância assinalada pelo viajante de “hum bom ancoradouro” no qual foi possível permanecer “sinco dias nesta paragem”, a presença de indígenas “de melhor condição” que “ainda que com algum trabalho em domesticillos”, tiveram-nos como “amigos” e parceiros comerciais. A vinda de três deles “por sua vontade” para aprender a língua em Portugal e por fim, a situação de ter impressionado ao já dito cosmógrafo florentino, a abundância da canafístula ou cassia, planta medicinal produzida nas Índias, conhecida dos europeus antes da descoberta da América.

Esta planta também foi descrita por Gabriel Soares de Souza, que visitou o litoral sergipano no final do primeiro século de colonização, experiência pormenorizada no conhecido *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Séculos depois, estas particularidades irão nortear Cândido Mendes (1877) na investigação do possível ponto de chegada da frota de Gaspar de Lemos entre os rios Real e São Francisco.

Dentre os atributos citados por Vespúcio, desperta a atenção, a presença da canafístula e a posse da informação de que esta planta crescia e florescia com grande pujança nas regiões banhadas pelo rio São Francisco, e em suas imediações, conforme já assinalado pelo tradutor das cartas de Vespúcio na *Colleccão de notícias para a historia e geographia das nações ultramarinas* (1812). Esta pista vegetal será muito importante para a apuração do território, como se verá ao longo desta seção.

Considerando-se a possibilidade deste “bom ancoradouro” estar situado às margens do rio São Francisco, passemos a análise da situação notada por Vespúcio de ter encontrado “homens de melhor condição do que os passados”, que “ainda que com algum trabalho em domesticillos”, tornaram-se amigos e com eles instauraram relações de comércio. Tal assertiva, leva ao descarte do desembarque ter se dado na margem pertencente à capitania de Pernambuco, neste tempo “senhoreada” pelos Caeté, “mui belicosos e guerreiros, mas mui atraídoos, e sem nenhuma fé nem verdade”, restando a alternativa deste ter sido realizado na margem relativa a capitania de Todos os Santos, futuramente sergipana, ocupada pelos Tupinambá, que apesar de também tidos como “belicosos” e “atraídoos; são muito amigos de novidades” (SOUZA,1851, p. 62).

As descrições detalhadas e classificações esquematizadas das populações indígenas de Gabriel Soares de Souza, asseguram claros indícios das percepções e imagens amontoadas ao longo do século XVI pelos portugueses no que diz respeito a um universo indígena que se apresentava tão vasto e sortido quanto incompreensível. Ademais, suas observações encaminham para uma descrição detalhada da topografia, das plantas, da fauna e das populações nativas da Bahia. Pode-se dizer, que um dos principais objetivos discursivos do sertanista português foi elaborar uma sequência histórica de conquistas na qual a dominação portuguesa se encaixava.

Nesse contexto, alguns atributos darão feição aos habitantes dessas terras, reconhecidos como “mui belicosos e guerreiros”, “atraídoos” e “sem nenhuma fé na verdade”. Subjugados pelos ventos da temática indígena, passamos a rapidamente tratar da “conquista espiritual” destes povos.

Ao transpor para o Novo Mundo as projeções do mundo europeu, em especial a religiosidade aos moldes de um catolicismo que, se pretendia absoluto, confirma-se um projeto no qual a expansão da fé e a colonização caminhavam juntas. A lógica de salvação através da cristianização estava clara e consolidada e, com tais pressupostos, justificavam sua política sobre os povos que pretendiam “conquistar”. Em “nome da religiosidade e da humanidade” a

América Portuguesa consolida uma nova etapa de desenvolvimento do Padroado⁹, na qual, paralelo às motivações religiosas, soma-se a lógica mercantilista da empresa colonizadora.

O estreito vínculo entre igreja e estado colonial fez com que a “conquista espiritual”, através da conversão dos indígenas ao cristianismo, viesse acompanhada da sua submissão política e exploração econômica, significando definitivamente, o “domínio sobre a força física” destes povos. Nesta relação intrínseca entre colonização, catequese e educação, inserem-se os padres da Companhia de Jesus, que catequizando o indígena, passam a desempenhar um papel subsidiário na consecução dos interesses do Estado e da economia mercantil portuguesa, contexto esmiuçado na próxima seção.

Ao tratar dos índios em seu *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, Gabriel Soares buscou várias referências distintas. A principal abordagem residia no contraste com as instituições europeias, descrevendo as sociedades indígenas a partir daquilo que lhes faltava. Lançando mão de uma frase amplamente disseminada por Pero de Magalhães Gândavo na década anterior, o sertanista português apresentava uma variante para o ditado *sem fé, sem lei, sem rei*. Apesar de impressionado pela “graça” da língua tupi, o autor observou que “faltam-lhes três letras do ABC, que são F, L, R grande ou dobrado”, o que os impedia de ter fé, lei e rei:

[Os tupinambás] **não adoram nenhuma coisa, nem têm nenhum conhecimento da verdade, nem sabem mais que há morrer e viver; e qualquer coisa que lhes digam, se lhes mete na cabeça, e são mais bárbaros que quantas criaturas Deus criou.** Têm muita graça quando falam, mormente as mulheres; são mui compendiosas na forma da linguagem, e muito copiosos no seu orar; mas **faltam-lhes três letras das do ABC, que são F, L, R grande ou dobrado, coisa muito para se notar; porque, se não têm F, é porque não têm fé em nenhuma coisa que adorem; nem os nascidos entre os cristãos e doutrinados pelos padres da Companhia têm fé em Deus Nosso Senhor, nem têm verdade, nem lealdade a nenhuma pessoa que lhes faça bem. E se não têm L na sua pronúnciação, é porque não têm lei alguma que guardar, nem preceitos para se governarem;** e cada um faz lei a seu modo, e ao som da sua vontade; sem haver entre eles leis com que se governem, nem têm leis uns com os outros. **E se não têm esta letra R na sua pronúnciação, é porque não têm rei que os reja, e a quem obedecam, nem obedecem a ninguém,** nem ao pai o filho, nem o filho ao pai, e cada um vive ao som da sua vontade; para dize-zerem Francisco dizem Pancico, para dizerem Lourenço dizem Rorenço, para dizerem Rodrigo dizem

⁹ Designação do conjunto de privilégios concedidos pela Santa Sé aos reis de Portugal e de Espanha, posteriormente estendidos aos imperadores do Brasil. Tratava-se de um instrumento jurídico tipicamente medieval que possibilitava um domínio direto da Coroa nos negócios religiosos, especialmente nos aspectos administrativos, jurídicos e financeiros. Porém, os aspectos religiosos também eram afetados por tal domínio. Padres, religiosos e bispos eram também funcionários da Coroa portuguesa no Brasil colonial. Isto implica, em grande parte, o fato de que religião e religiosidade eram também assuntos de Estado (e vice-versa em muitos casos). A união indissociável entre Igreja Católica e Estado português e espanhol marcou a ação colonizadora destes dois reinos em disputa pela hegemonia no comércio mundial no início dos Tempos Modernos e também as ações pastorais de atrair à fé católica os povos nativos das terras conquistadas, e ainda, a luta contra o avanço do protestantismo. ARNAUT DE TOLEDO, C. A.; RUCKSTADTER, F. M. M.; RUCKSTADTER, V. C. M. Verbete Padroado. In: SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (orgs.). *Navegando pela História da Educação Brasileira*. Cd-Rom. Campinas: Graf. FE: HISTEDBR, 2006.

Rodigo; e por este modo pronunciam todos os vocábulos em que entram essas três letras (SOUZA, 1851, p. 302, grifo nosso).

Oscilando entre a inconstância e a insubordinação, os índios de Gabriel Soares de Sousa mostravam-se pouco promissores enquanto súditos, apesar de, paradoxalmente, o autor justificar a dominação portuguesa.

Passado o vento forte da temática indígena, recupera-se o outro destaque realizado na narrativa de Vespúcio, agora acerca da existência de “hum bom ancoradouro”. E um outro ponto a ser considerado sobre o local de desembarque e traçado das fronteiras do território futuramente reconhecido como sergipano, é que esta paragem permitiria a permanência das naus por “sinco dias”.

Como primeira possibilidade, seguindo as interpretações de Candido Mendes (1877), passamos a considerar o estuário do rio São Francisco como local de chegada da expedição de Gaspar de Lemos. Entretanto, visto o impulso das águas, arrebentações, mangues extremamente densos e areais muito baixos em sua barra, características já relatadas por Gabriel Soares de Souza em seu Tratado de 1587 (1851, p. 54) e Diogo de Campos Moreno em seu *Livro que dá Razão ao Brasil* (1612, p. 546-547), dificilmente ter-se-ia ali um bom ancoradouro. Além disso, os terrenos às margens de sua foz, não correspondem a descrição de uma praia. Tarefa árdua seria acessar o “grande rio”, dificuldade que era maior nos períodos de cheia “que impelia muito para o mar as suas aguas barrentas, tingindo por muitas léguas a côr das do oceano, tornando mesmo n’esse ponto incommoda, senão perigosa, a navegação” (ALMEIDA, 1877, p. 188).

Excluído o rio São Francisco como paragem, seguindo o “impulso das águas”, passamos a investigar o espaço compreendido entre os rios São Francisco e o Real como a região mencionada por Vespúcio. Como reforço, atrelada a indicação da existência da canafistula, planta medicinal já conhecida pelos europeus, toma-se como chave da questão a referência de Gabriel Soares de Souza a um ponto do litoral de Sergipe, no qual desemboca um rio chamado do Pereira ou Canafístula:

Deste **rio de Cotegepe ao rio de Pereira**, a que outros chamam de **Canafístula**, são quatro léguas. Do qual até **Sergipe** faz a terra outra enseada, a que também chamam de **Vazabarris**, no seio da qual está o **rio Cotegepe**, de que já falamos, a que muitos chamam do nome de enseada. Do **rio de Pereira** a duas léguas está a ponta **do rio Real**, donde se corre a costa até Sergipe nor-nordeste su-sudoeste (SOUZA, 1851, p. 67, grifo nosso).

Apesar de questionar profundamente a localização do rio de Pereira a duas léguas da ponta do rio Real, Cândido Mendes (1877) considera preciosa a indicação de Gabriel Soares.

Para ele, o rio registrado como Canafistula correspondia ao rio da Cassia, já assinalado nas cartas e roteiros do século XVI, sendo sua nomenclatura certamente devida à planta medicinal.

Sobre a canafístula¹⁰, sabe-se que esta planta floresce à margem de mananciais de água doce e nunca à beira do oceano. Os portugueses a haviam plantando em São Thomé, de onde vieram sementes e plantas para o Brasil. Ao tratar das “árvores de virtude” que há na Bahia, ocupando-se da presença da canafístula na região, Gabriel Soares além de reconhecê-las como “muito grossa e comprida”, “salienta, que apesar dos frutos locais conservarem o sabor amargo e desagradável, e a mesma feição dos frutos de proveniência asiática, não possuíam o mesmo “merecimento”, embora continuasse uma árvore de extrema beleza quando coberta de flores:

Em algumas partes do sertão da Bahia se acham árvores de canafístula, a que o gentio chama geneúnia, mas de agrestes **dão a canafístula muito grossa e comprida**; e tem a côdea áspera, mas quebrada, e da mesma feição, assim nas pevides que tem como no preto; que se come e tem o mesmo saibo, da qual não usa o gentio, porque não sabe o para que ela presta. **Em algumas fazendas há algumas árvores de canafístula, que nasceram das que foram de São Tomé que dão o fruto mui perfeito como o das Índia** (SOUZA, 1851, p. 205).

Ao fazer referência à “canafístulas muito grossa”, o relato de Vespúcio, além de demonstrar seu profundo conhecimento sobre essa planta, podendo à primeira vista, e pela simples inspeção de suas vagens reconhecer e assinalar a semelhança, vem reforçar a diferença entre a canafístula asiática e a encontrada nas regiões banhadas pelo rio São Francisco, discordância também observada por Gabriel Soares de Souza.

O reconhecimento da canafistula pelo navegador florentino leva-nos a considerar a finalidade das expedições exploradoras que era mapear suas potencialidades e fazer uma apuração geográfica e antropológica da terra e de seus habitantes. A ocupação de determinado espaço físico e a indispensabilidade de se localizar no ambiente geográfico, garantindo a sua sobrevivência, revelam a exigência de qualificar e nomear os lugares. Entretanto, esse tipo de qualificação não ocorre ocasionalmente. Os nomes geográficos, através da compreensão de suas origens e motivações, oportunizam diversas relações com os aspectos culturais, sociais, políticos, econômicos e naturais da área a que se referem. O estudo dos topônimos, tem muito a contar sobre a história territorial e as relações que se desenvolvem entre os indivíduos e o lugar.

¹⁰Os italianos, como os romanos, chamavam ao produto asiático *casia – fistula*, os espanhóis e portugueses *cannafistula*, bem como *cassia purgante*. Os outros povos da Europa, em geral, *cassia*, *casse*, etc (ALMEIDA, 1877). Em *História Natural do Brasil*, Marcgrave escreveu em 1648 (1942, p. 134): A “Tapyraoaynana” dos Brasilienses é a árvore Cassia, cujo fruto é chamado pelos portugueses e outros de “Cannafistola”. Avistam-se estas árvores de longe, quando em plena floração, devido à cor encarnada. Os Brasilienses chamam ao fruto “Tapiracoianana”.

Nessa conjuntura, a toponímia encontrada na cartografia histórica se apresenta como ferramenta de análise socio territorial, permitindo uma outra maneira de abordar o conhecimento dos processos de construção territorial e ambiental. Nomes de lugares são fenômenos culturais, seus conteúdos se referem a uma realidade sócio histórica, cujo contexto é dado aos fatos ou características geográficas, sejam eles naturais ou antrópicas. Portanto, são um testemunho do passado.

2.1 O CAMINHO DOS MAPAS

Dentro da nossa busca em circunscrever os limites do território sergipano, uma outra fonte a ser considerada são os mapas, que a partir de agora buscaremos confrontar com as fontes escritas. De fato, no próprio contexto da expansão ultramarina europeia, os mapas vieram incorporar os avanços técnico-científicos do Velho Mundo, a fim de se obter maior conhecimento a respeito dos "novos" territórios.

A cartografia do século XVI foi grandemente determinada e determinante das descobertas geográficas. Registre-se, ainda, que a cartografia desse período era essencialmente náutica. De acordo com Paulo Miceli (2002) em *A Última Terra: o Desenho do Brasil*, mais do que na busca de novas terras, os esforços dos portugueses concentravam-se no estabelecimento cada vez mais preciso dos caminhos do mar, já que a posse das costas do Brasil e da África concedia-lhes o domínio do Atlântico Sul. Além disso, “eram o comércio e, conseqüentemente, a guerra, não a paisagem, o motor e o propósito central das viagens da expansão e da conquista” (MICELI, 2002, p. 231).

A cartografia histórica buscava precisar, identificar e representar o correto posicionamento dos acidentes costeiros, para subsidiar a navegação.

Ao percorrer os caminhos do mar em busca do futuro território sergipense, toma-se também consciência da imensidão do Mundo e dessa tarefa que há milhares de anos desafia a humanidade: resumi-lo em uma folha de papel, papiro ou pergaminho, que seja.

Porque cartografar, usualmente, não é mais, ou menos, do que reduzir os “espaços reais” para os apreender através de minúsculos desenhos. Pretende-se ver a amplitude do mundo real numa dimensão que os olhos possam abarcar. Olhar que nos diga onde estamos e qual o caminho pelo qual queremos caminhar. Mas a dimensão não é o único fator que dificulta a utilização dos mapas. É que também é necessário dominar a linguagem em que estão desenhados.

Por tudo isso, a leitura e a compreensão de um mapa pressupõem sua análise em várias espessuras, a começar por sua concepção artística, até atingir a recriação, enquanto

conhecimento, dos universos psicológicos, culturais e intelectuais dos desenhadores do mundo e seus ambientes, pois os monumentos cartográficos, além da importância histórica intrínseca e de seus atributos estéticos, são valiosos reveladores de sistemas culturais e políticos.

Ao acessar este material na atualidade, uma primeira constatação é que, apesar de toda evolução na cosmografia náutica portuguesa, foram produzidas ou chegaram até os dias de hoje poucas cartas e mapas representando o Brasil, no todo ou em partes, ao longo do século XVI e principalmente em sua primeira metade.

De acordo com Antônio Gilberto Costa em *Dos Roteiros de todos os sinais da costa até a Carta Geral: um projeto de Cartografia e os mapas da América portuguesa e do Brasil Império*, nesse período, a Coroa portuguesa manteve uma política de sigilo à produção de documentos cartográficos ou à impressão dos mesmos, sempre por motivos estratégicos, considerando que os seus territórios, em especial o da América do Sul, constituíam alvos constantes da cobiça de outras nações (COSTA, 2007, p. 83).

Voltando à questão de buscar os limites das terras sergipanas, para não perder o rumo desta empreitada, o primeiro passo foi identificar e localizar as fontes cartográficas utilizadas por Cândido Mendes de Almeida para desvendar “as confusões e equívocos” de Gabriel Soares quanto a localização do rio e indicar o provável local de desembarque da expedição de 1501-1502. Condizente aos costumes da época, o autor “sorratamente” faz uma breve menção às fontes cartográficas utilizadas, referindo-se ao “Atlas da historia do descobrimento da America, que Kunstmann e outros publicaram em 1859, reproduzindo fielmente as cartas originaes dos primeiros tempos da descoberta d’esta parte do mundo, sobretudo o famoso Atlas de Fernão Vaz Dourado” (ALMEIDA, 1877, p. 190).

A fragilidade das informações sobre os mapas analisados, levou-nos “a navegar à deriva”. Uma exaustiva pesquisa nas fontes textuais e no material disponibilizado na grande rede, promovida pela internet acabou por revelar o documento intitulado *Die Entdeckung Amerikas : nach den ältesten Quellen geschichtlich dargestellt : mit einem Atlas alter bisher ungedruckter Karten von Friedrich Kunstmann*¹¹, publicado em 1859 pelo padre e historiador alemão Friedrich Kunstmann et al. Composto por treze cartas numeradas de “Kunstmann I” à “Kunstmann XIII”, este atlas traz o registro das explorações geográficas pela América no século XVI.

Assim, tidas como frutos destas viagens para o reconhecimento da América, as cartas de Kunstmann numeradas de I a XIII, podem ser reunidas em dois grupos. As cartas de nº I ao

¹¹ Tradução livre: A descoberta da América: historicamente representada pelas fontes mais antigas: com um atlas de mapas inéditos de Friedrich Kunstmann.

V, representam as informações de localização obtidas a partir das primeiras expedições até as descobertas de Fernão de Magalhães (1519 – 1522). Já as de nº VI ao XIII seguem representando os resultados alcançados até o final dos quinhentos.

Ao nos debruçarmos sobre o atlas de Kunstmann, focou-se nos registros da América Portuguesa, especificamente, aqueles que assinalavam a região costeira futuramente sergipana.

Através da toponímia dos rios apresentada nessa cartografia, o propósito foi encontrar indícios acerca da hidrografia que representaria a grande chance de delimitar e assim, identificar e reconhecer o território em tela. As cartas de número II, III, IV, V, VII e IX além de representar a região costeira, poderiam discriminar alguns dos rios que iriam traçar o vindouro território de Sergipe. Destas, a carta nº IV, identifica apenas o rio São Francisco, as de nº III e VII, além deste, assinalam o rio Real. Já as cartas de nº II, V e IX por especificarem mais cinco rios além do rio São Francisco, dentre eles o rio das Canafistulas, tiveram a sua análise aprofundada, conforme apresentado ao longo desta seção.

Sendo assim, no sentido de complementar a investigação empreendida por Cândido Mendes (1877) em busca da localização do rio Canafístula e provável local de desembarque da expedição de 1501-1502, além dos atlas de Kunstmann e Fernão Vaz Dourado, estendemos a análise para outros registros cartográficos contemporâneos a estes, que contemplassem o recorte estudado. Define a aparição dos mapas ao longo desta seção, a sequência numérica utilizada por Kunstmann, fazendo-se os necessários aditamentos em ordem cronológica.

Apresenta-se inicialmente a carta de nº II do atlas de Kunstmann, também conhecida como mapa de quatro dedos, por referência a um grupo de ilhas que se juntam por quatro tiras semelhantes a dedos. Este portulano cobre a Ásia, a Europa, África e as Américas, como o registro das descobertas resultantes das viagens em 1501 do explorador português Miguel Corte-Real (por volta de 1448 a aproximadamente 1502) e do explorador e navegador italiano Américo Vespúcio (Imagem 2).

Segundo os estudos do geólogo Orville Derby (1902) que em seu trabalho Os mapas mais antigos do Brasil, analisou cartas e esboços utilizados na época do descobrimento da América, Kunstmann II é certamente posterior a setembro de 1502, quando chegou à Lisboa as informações nela representadas, e provavelmente anterior a junho de 1504, tempo das notícias que tornaram celebre a Ilha de Fernando de Noronha, ainda não representada neste documento.

Um dos primeiros e mais famosos mapas do mundo, Kunstmann II é carregado com sinais visuais e ícones que projetam as interpretações europeias dos novos lugares, que os capitães do mar estavam trazendo para um mundo atlântico em expansão de comércio e colonização.

Imagem 2 – Carta nº II, Atlas de Kunstmann, Itália?, 1502-04



Fonte: Biblioteca Digital Hispánica, Biblioteca Nacional da Espanha
Disponível em: <http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000000806>, 2018

A obra de origem italiana, teria sido elaborada por algum cartógrafo navegante, baseado em informações minuciosas e autênticas. Armando Cortesão (1975, p. 121) em *Esparsos*

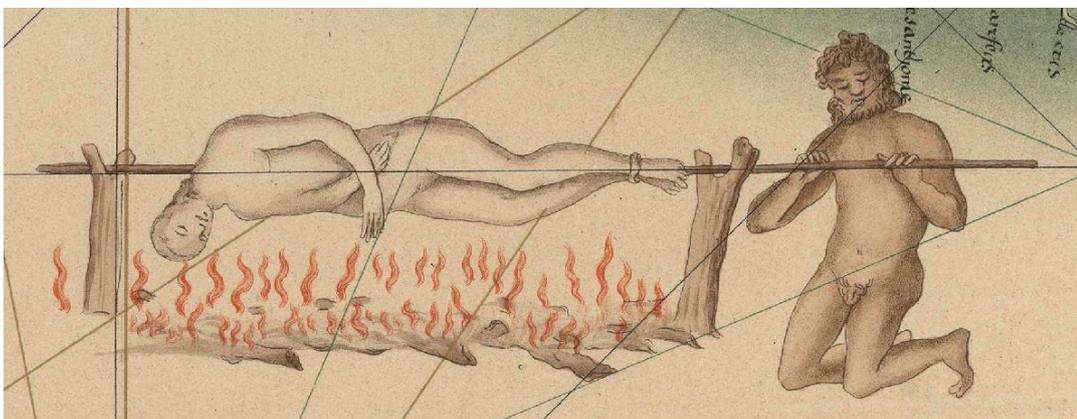
especula que o próprio Américo Vespúcio tenha servido de informante ao autor desse mapa, mas nada há de positivo a afirmar a esse respeito.

Uma inspeção rápida na história da cartografia revela a influência do poder político, religioso e social em diferentes épocas no processo de confecção de mapas, que foi uma das armas de inteligência especializada de poder para administrar, codificar e legitimar a posse dos territórios. Além disso, este conhecimento estava concentrado nas mãos de poucos. Nos primeiros tempos da Europa moderna, seus dirigentes tinham consciência do valor dos mapas para a defesa e para a guerra, para a administração interna e para a expansão do poder, e como instrumento de propaganda territorial com o objetivo de legitimar suas conquistas.

Nesse ínterim, a cartografia além de delimitar novos territórios, comunicava o panorama do colonizador sobre o colonizado. O olhar do europeu cristão e civilizado sobre os nativos da América refletiu-se em documentos de viajantes e cronistas, assim como nos mapas produzidos. A partir desse encontro de povos, surgem perspectivas que foram traduzidas em representações imagéticas nos mapas quinhentistas.

Assim, embora fuja um pouco do escopo do que por agora está se perseguindo nos mapas, ao analisar a carta nº II de Kunstmann, não passa despercebida a representação figurativa em grandes proporções no interior da América do Sul, do que seria um estágio do ritual de canibalismo. Nela, um índio (que parece ter barba) ajoelhado no chão, representado quase do comprimento da costa litorânea, gira sobre o fogo um homem espetado em uma vara, que provavelmente será a sua comida. Devido a cor clara da pele, acredita-se que a vítima seria de origem europeia, entretanto, não é clara a representação do sexo masculino (Imagem 3).

Imagem 3 – Ritual antropofágico, detalhe da Carta nº II, Atlas de Kunstmann, Itália?, 1502-04?



Fonte: Biblioteca Digital Hispánica, Biblioteca Nacional da Espanha
Disponível em: <http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000000806>, 2018

Segundo Sandra Sáenz-López Pérez (2011) em *Las primeras imágenes occidentales de los indígenas americanos: entre la tradición medieval y los inicios de la antropología moderna*,

esta seria a primeira representação cartográfica dos índios Tupinambá, observando, que a partir dessa evidência, cartógrafos ocidentais passaram a enfatizar suas práticas antropofágicas. A autora salienta a forma de preparar o assado, frisando que o cartógrafo se distancia da realidade americana, que ele provavelmente desconhecia, e recorre a uma imagem mais familiar, proveniente do modo diário de assar carne na Europa, ou a representações ocidentais semelhantes. Como exemplo destas últimas a autora recorre a uma iluminura da Crônica Majora, século XIII, de autoria do inglês Matthew Paris, na qual três mongóis devoram suas vítimas (Imagem 4).

Imagem 4 – Iluminura Chronica Majora, século XIII. Guerreiros mongóis em um ritual canibal



Fonte:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/90/Chronica_Majora%2C_Tartar_Cannibals%2C_original.jpg, 2018

De acordo com a autora, nela estão representados os quatro momentos da prática antropofágica: 1. a vítima acorrentada esperando pelo seu terrível destino (à direita, ao lado da árvore e do cavalo); 2. um guerreiro executa, decapitando com uma machadinha, uma das vítimas, que também serve de banco para outro mongol (à esquerda); 3. a carne humana é preparada no espeto pelo guerreiro que está sentado sobre cabeças e braços decepados (ao centro) e 4. finalmente, a vítima é devorada pelo mongol que está sentado sobre uma vítima recentemente decapitada (à esquerda) (PÉREZ, 2011, p.474).

Alguns autores supõem que esta cena foi inspirada na morte do marinheiro narrada por Américo Vésputio em *La Lettera*, de 1504, embora no caso, o corpo tenha sido esquartejado. Daí, decorrem as divergências quanto a data do mapa nº II de Kunstman, que neste caso, seria de 1504-1506.

(...) e elle foi ter com as mulheres, e chegando junto a ellas, metterão-o no meio de hum grande circulo, e apalpando e olhado-o atentamente se maravilhavão sobremaneira. Estando nisto vimos descer do monte huma mulher, que trazia hum grande páo na mão, e chegando aonde estava o nosso Christão, lhe sahio por detraz e levantando o páo lhe deo hum tão grande golpe que o estendeo morto: as outras

tomarão-o logo pelos pés e o arrastarão para o monte (...) **fazendo o Christão em pedaços, e assando-o a hum grande fogo, que tinham acendido à nossa vista, mostrando-nos muitas porções dele e comendo-as;** (VESPUCIO, 1867, p. 148).

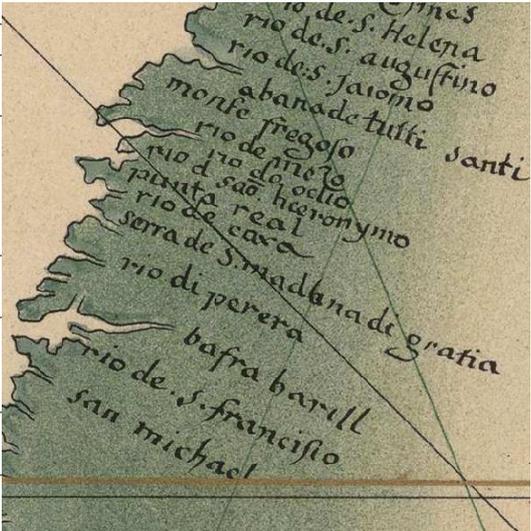
Tratando dos processos de divulgação e disseminação desta informação a respeito das populações nativas da América, de acordo com Yobenj Aucardo Chicangana-Bayona (2009) em *Canibais do Brasil: os açougues de Fries, Holbein e Münster (Século XVI)*, os artistas criadores da iconografia do índio do Brasil eram também impressores, editores, livreiros e comerciantes, e principalmente colecionadores de estampas, de gravuras em madeira e metal, além de testemunhas atentas das novas obras ilustradas que saíam ao mercado. Esses artesãos não só colecionavam, mas também aproveitavam, reciclavam, selecionavam e adaptavam imagens que durante séculos continuaram circulando, perdendo seus referentes e fins originais.

Retornando à carta, quanto aos seus aspectos formais, observa-se que a parte americana é desenhada com traços largos, demonstrando pouca preocupação com os pequenos detalhes artísticos, o que não ocorre nas partes europeia e africana. Derby credits esse fato à parte americana ter sido encaixada “apressadamente e por outra mão (ou pelo menos debaixo de outra inspiração) num mappa já esboçado e parcialmente delineado por um profissional no desenho de mapas”. Na América do Sul, o documento apresenta-se detalhado até mais além da foz do Orenoco, e passa a não ilustrar as terras de Castela, depois, a representação é retomada, rica em detalhes de desenho e de nomes até Cananéa (DERBY, 1902, p. 228).

Ao examinar especificamente o trecho correspondente ao litoral do atual território sergipano, após a barra do São Francisco, sentido norte e sul, identifica-se os seguintes rios: Bafra barril, nome que nas primeiras cartas marítimas é atribuído ao rio Japarutuba, que se lançava na “enseada tão perigosa de Vasabarris” (ALMEIDA, 1877, p.193), o rio di Pereira, que segundo Derby (1902, p.245) seria o Cotinguiba ou o Japarutuba, com maior probabilidade de ser o primeiro, bem próximo a Punta Real, foz do rio Real, é indicado o rio de Caxa e logo após, o rio de São Heroymo, hoje Itapicurú. Neste trecho, também é possível identificar a Serra de S. Madhna di Gratia, provavelmente a Serra de Itabaiana (Quadro 1).

Vale destacar que este documento apresenta tanto a indicação de um rio designado di Pereira, quanto do rio de Caxa. Desta informação conjectura-se uma provável corruptela de Cássia, o que nos leva à Canafistula. Se assim for, a representação destes dois rios, demonstra a confusão de Gabriel Soares de Souza em seu *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, ao acreditar que se tratava de um mesmo rio.

Quadro 1 – Toponímia da carta n° II do Atlas de Kunstmann, Itália?, 1502-04

KUNSTMANN II (1502 – 1504)		
TOPÔNIMO	Citações	Recorte do litoral
Rio/Marco		
Rio de s. francisco		
Rio bafra barril	Nome atribuído ao rio Japarutuba nas primeiras cartas marítimas (ALMEIDA, 1877, p. 193).	
Rio di pereira	Atual Cotinguiba (ALMEIDA, 1877, p. 193) Talvez seja o nome de alguém da expedição. Pode ser o Cotinguiba ou Japarutuba, provavelmente o primeiro (DERBY, 1902, p. 245).	
Serra de S. madhna di gratia	Alguns autores afirmam ser a Serra de Itabaiana.	
Rio de caxa	Rio da Caixa (DERBY, 1902, p. 245). Corrupção de Cassia. Rio Canafistula (ALMEIDA, 1877, p. 193).	
Punta real	Punto, ou Porto, é a barra do rio Real (DERBY, 1902, p. 245).	
Rio d. são heronymo	Rio de São Hereonomo. Atual Itapicuru (DERBY, 1902, p. 245).	

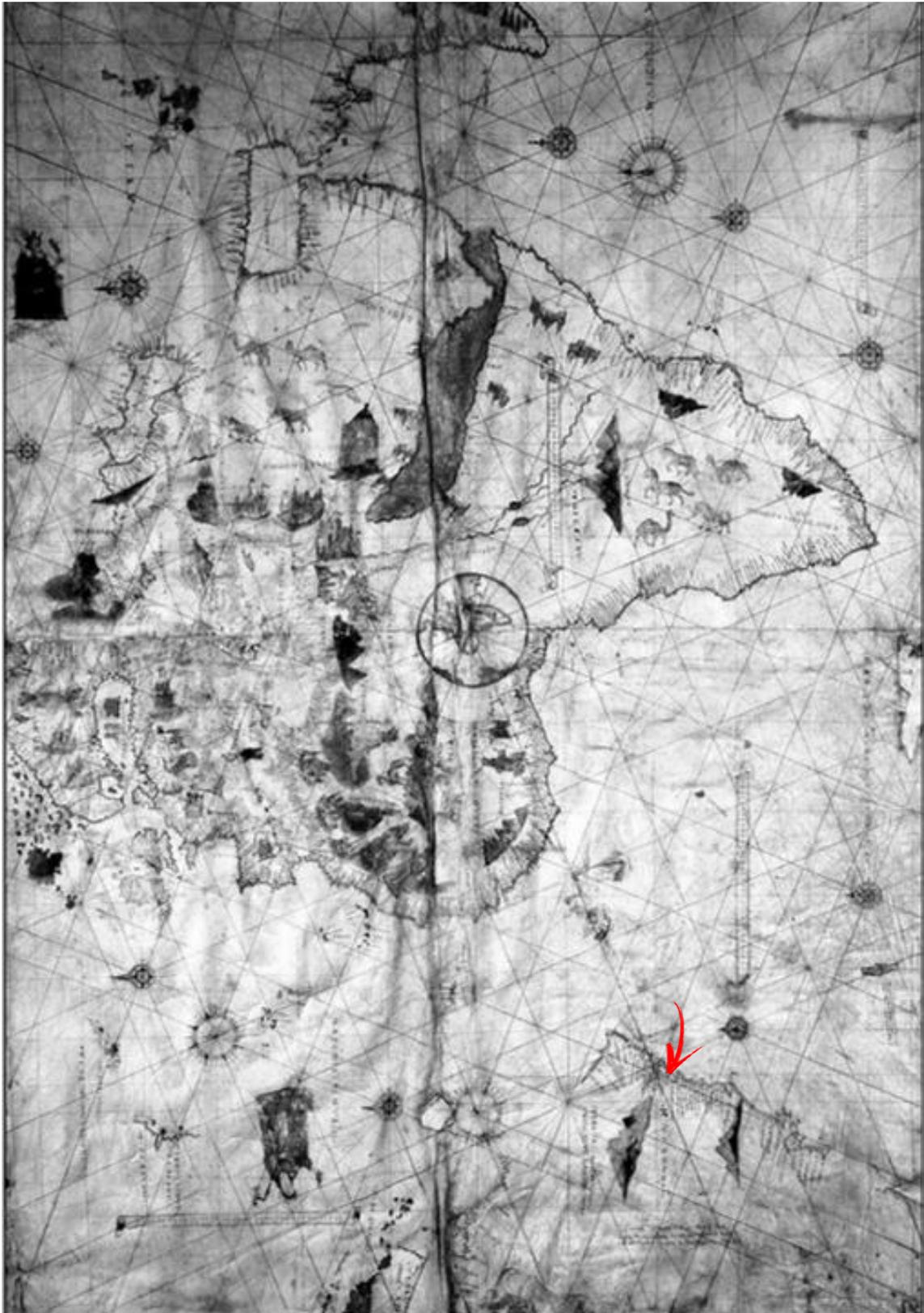
Fonte: AUTORA, 2018

O registro destes topônimos nos leva à primeira obra do conhecido cartógrafo italiano Vesconte de Maggiollo¹², o planisfério existente na Biblioteca Federiciana da pequena cidade adriática de Fano. O mapa, que abrange a Europa, a África e a parte da Ásia e do Novo Mundo conhecida nos alvares do século de quinhentos, é o primeiro, datado, em que figura a costa meridional do Brasil (Imagem 5).

De acordo com Levillier (1956, p. 439) em *O planisfério de Maiollo de 1504. Nova prova do itinerário de Gonçalo Coelho-Vespúcio à Patagônia, em sua viagem de 1501-1502*, o mapa de Maggiollo de Faro, devido a sua configuração (inflexão SSO), bem como concordância de sua toponímia com a carta n° II de Kunstmann (1502-1504), Caveiro (1503) e Waldseemüller (1507), associa-se “à primeiríssima cartografia derivada do périplo de Gonçalo-Coelho-Vespúcio de 1501-1502”. Segundo o autor, estes fundamentos acrescentados a indícios da época, como a interrupção da costa no litoral norte do Brasil e a lembrança da memória de Gonçalo Coelho, impõe a data de 1504 ao Planisfério de Maggiollo (Imagens 6 e 7).

¹² O maior número desses cartógrafos ocupava posições oficiais e, portanto, eram protegidos em seus privilégios e remunerados pelas autoridades municipais. Outros trabalhavam, por assim dizer, “de fora”, ajudando no benefício material da Família. Vesconte descendia de uma antiga Família de Ropallo, e parece ter sido o primeiro da Família Maggiolo a assumir a profissão. Provavelmente, no ano de 1518 mudou para Gênova a convite do Doge Ottaviano Fregoso, como um “habilidoso na elaboração de cartas náuticas e outras coisas necessárias para a navegação. Foi chefe de uma escola mantida pela República em Gênova até a sua morte, o que deve ter acontecido entre 1549 e 1551” (CARACI, 1937, p. 37).

Imagem 5 –Mapa mundi de Vesconte de Maggiollo, 1504, Biblioteca Comunale Federiciana, Fano



Fonte: Gregory C. McIntosh, 2015

Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/286932863_The_Vesconte_Maggiolo_World_Map_of_1504_in_Fano_Italy, 2018

Imagem 6 – Planisfério de Nicolaus de Caverio, 1503



Fonte: Biblioteca Nacional da França, Dep. de mapas e planos. Cód. HS 18. Pf bis 001 p.52
Disponível e: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b550070757/f1.item>, 2018

Imagem 7 – Universalis Cosmographia Secundum Ptholomaei Traditionem et Americi Vespucii Alioru[m]que Lustrationes, Waldseemüller, 1507



Fonte: Library of Congress Web site, 2018

Disponível em: <https://www.loc.gov/resource/g3200.ct000725C/?r=0.151,0.375,0.109,0.043,0>, 2018

A semelhança entre os mapas de Maggiollo e Caverio também é reforçada por Cortesão (2009, p. 308):

Ora o mapa de Vesconte de Maggiollo – e aqui pretendíamos principalmente chegar – pertence ao mesmo tipo do mapa de Caverio, ou melhor, obedecem os dois ao mesmo protótipo. A nomenclatura geográfica ao longo do litoral é igualmente a mesma. Apenas mais correcta em Maggiollo.

[...]

Não há, pois, a menor dúvida de que as duas cartas de Vesconte e Caverio são anteriores a 1505, e que registram os resultados das expedições de 1501-1502 e de 1502-1503, esta última que fomos os primeiros a estudar e revelar.

Datada de 1503, o planisfério de Caverio é atribuído ao cartógrafo genovês Nicolau de Caverio. Segundo Cortesão trata-se “duma cópia, por vezes muito grosseira, dum protótipo português, chegando alguns autores a inclinar-se para que ela tenha sido executada em Lisboa” (CORTESÃO, 2009, p. 275). Para Derby (1902, p.240) seria uma tentativa contemporânea à Kunstmann II de corrigir seus nomes (Imagem 6).

Isa Adonias (1970, p. 106) em *A cartografia vetustíssima do Brasil até 1530*, acredita que dos planisférios anteriores a 1510, Caverio “é o mais bem acabado”. Ademais, “certamente copiado de protótipo português”, este seria “um dos espécimes que mais influenciaram a cartografia alemã antiga, através de Waldseemüller”.

O mapa de Waldseemüller, publicado originalmente em abril de 1507 é dedicado ao cartógrafo alemão Martin Waldseemüller, sendo conhecido como o primeiro mapa a usar o nome "América" e a representar o mundo em dois hemisférios: ocidental e oriental. É um dos primeiros testemunhos cartográficos que representaram o rompimento da imagem do mundo medieval e a inclusão de uma nova face do mundo (Imagem 7).

Voltando às assertivas que estamos buscando comprovar, acerca da questão do ancoradouro, diz Jaime Cortesão:

(...) as viagens não se faziam necessariamente na mesma direção constante e por forma progressiva. Por vezes, forçados pelas correntes, os ventos contrários ou as tormentas, os navios recuavam e acontecia avistarem trecho de terras por onde haviam passado ao largo e após haverem descoberto outros pontos mais avançados do litoral, no sentido rumo da viagem (CORTESÃO, 2009, p. 284).

Assim, em busca de “hum bom ancoradouro”, retomamos a toponímia apresentada para o trecho estudado nos mapas Kunstmann II (1502 – 1504), Caverio (1503), Maggiollo de Fano (1504) e Waldseemüller (1507) (Quadro 2).

Quadro 2 – Toponímia comparada das cartas Kunstmann II (1502-1504), Caveiro (1502), Maggiollo de Fano (1504) e Waldseemüller (1507)

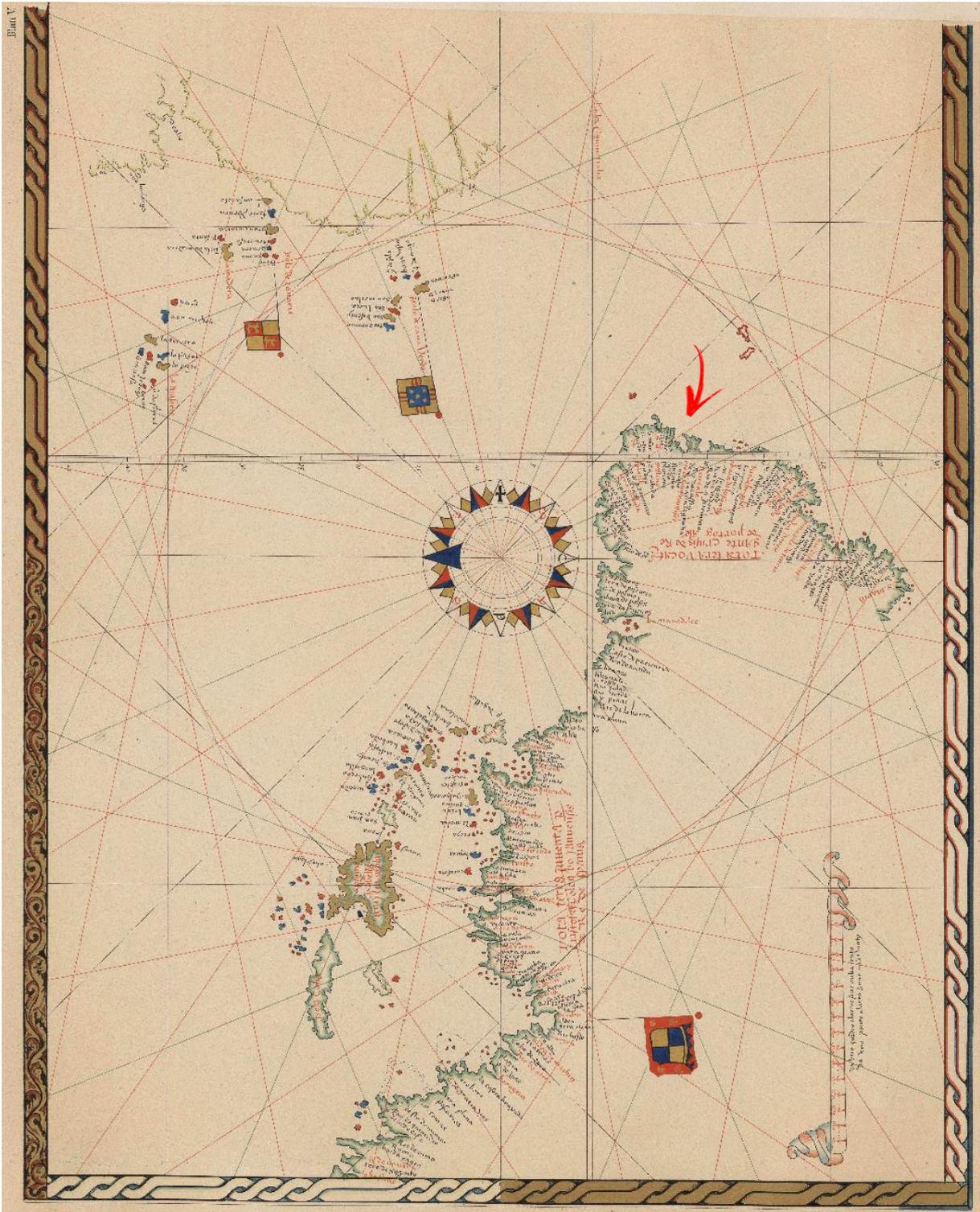
KUNSTMANN II (1502 – 1504)		PLANISFÉRIO DE CAVERIO (1503)	
TOPÔNIMO	Recorte do litoral	TOPÔNIMO	Recorte do litoral
Rio/Marco		Rio/Marco	
Rio de s. francisco		Rio de sam francesco	
Rio bafra barril		Vazia baril	
Rio di pereira		Rio de perera	
Serra de S. madhna di gratia		Serra de stã. maria de gracia	
Rio de caixa		Rio de caixa	
Punta real		Porto real	
Rio de são heronymo		Rio de Sam ieronimo	
MAGGIOLLO DE FANO (1504)		WALDSEEMULLER (1507)	
TOPÔNIMO	Recorte do litoral	TOPÔNIMO	Recorte do litoral
Rio/Marco		Rio/Marco	
Rio de San francesco		Rio de S. Francisco	
Vazia Barill		vazia baril	
Rio de Perera		Rio de perera	
Serra de Sta. Ma. de Gracia		Serra de S. maria de gracia	
Rio de cana fistula		Rio de casa	
P. Reall		Porto real	
Rio de San leronimo		R. S. iheronimi	

Fonte: AUTORA, 2018

Tratando agora da nomenclatura e grafia dos topônimos relativos à hidrografia, a simples comparação do delineamento costeiro do mesmo trecho nestes quatro mapas, mostra que o desenho e a nomenclatura geográfica ao longo do litoral futuramente sergipano são praticamente os mesmos. Ademais, a confusão de Gabriel Soares de Souza de que o rio de Pereira, seria aquele que “outros chamam de Canafistula” é desfeita pela recorrente representação destes dois rios.

Mas ainda a questão dos rios não se encontra totalmente resolvida. No contexto do atlas de Kunstmann, passamos a análise da carta nº V, provavelmente de 1519, cuja autoria também é dedicada ao Visconde de Maggiollo. Este mapa contempla o Novo Mundo e o Atlântico. Segundo Adonias (1970, p. 119) nele, “a costa brasileira está representada com bastante inexatidão, especialmente no trecho E-W, onde as longitudes estão exageradas. Contudo, a sua figuração é interessante, pois revela uma exploração minuciosa, pela abundância de topônimos” (Imagem 8).

Imagem 8 – Carta nº V, Atlas de Kunstmann, Maggiollo, 1519?



Fonte: Biblioteca Digital Hispánica, Biblioteca Nacional da Espanha
Disponível em: <http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000000806>, 2018

Tomando-se como referência o trecho do litoral futuramente sergipano, percebe-se na carta de nº V um contorno mais recortado. Após a representação do rio São Francisco, identifica-se com clareza a toponímia de parte dos rios já pontuados nos documentos

Imagem 9 – Terra Brasilis, Lopo Homem, Atlas Miller, ca. 1519



Fonte: Biblioteca Nacional de França
Disponível em: <https://i.redd.it/p546bb18pvqz.jpg>, 2018

Para Isa Adonias (1970, p. 119) “a costa brasileira está desenhada com bastante exatidão, representando um grande avanço em relação às anteriores”.

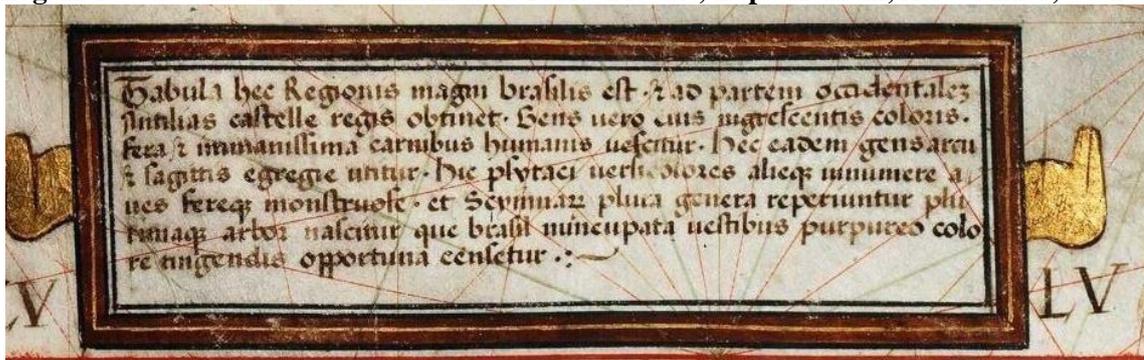
Quanto à geografia interior, “a carta é muda” (CORTESÃO, 2009, p. 324). Em compensação, sobre a imensa superfície, encerrada pelas duas bacias amazônica e platina, avultam as iluminuras. Seguindo o mesmo procedimento da análise da Carta nº II, Atlas de Kunstmann, nos deteremos brevemente no conteúdo iconográfico que preenche o interior do mapa e traz novamente a representação de cenas envolvendo os indígenas.

Nesse recheio de imagens, acaba por se estabelecer como uma espécie de inventário sobre a constituição territorial, clima, cursos de rios, faixa litorânea, vegetação, variedade de animais, assim como os tipos físicos, os hábitos e os costumes dos habitantes da nova terra em processo de descoberta:

Aí figura o indígena do Brasil, perfeitamente caracterizado, quer revestido de cinto, da capa e do diadema de penas rutilantes, e empunhando com gesto decidido o arco e as flechas, quer inteiramente nu, ou cortando o pau-brasil, carregando os respectivos molhos, já despídos os toros de casca e alburno e reduzidos ao âmago vermelho. A acha de ferro, índice diferenciador das duas civilizações que se defrontam, figura na mão dum dos indígenas, vivamente empunhada e desferida contra o toro do pau de tinta. Ao lado, e dentre bosques viridentes ou à beira dos regatos, papagaios e araras voam na espessura, pousam nos troncos ou passeiam à beira d’água; ao alto, um rabiforcado cruza a costa, vindo do mar; no interior, um mono coça-se, outro trepa a um tronco; uma onça deambula na clareira; e até um dragão alado, símbolo de toda a fauna ignota e por isso mesmo terrífica, investe do fundo do serão contra as bandas do mar (CORTESÃO, 2009, p. 324).

Aspectos “aterrorizantes” de seus habitantes, também figuram na legenda em latim que preenche a moldura ornamental no lado superior esquerdo, cujo conteúdo é apresentado na sequência, conforme tradução do historiador Jaime Cortesão. Além de informar que a carta “é da região do Grande Brasil”, situado ao ocidente das Antilhas de Castela, refere-se à abundância de aves e de uma árvore, chamada brasil, com cuja madeira se tingem as vestes de vermelho (ADONIAS, 1970) (Imagem 10).

Imagem 10 – Detalhe moldura ornamental Terra Brasilis, Lopo Homem, Atlas Miller, ca. 1519



Fonte: Biblioteca Nacional de França
Disponível em: <https://i.redd.it/p546bb18pvqz.jpg>, 2018

Está é a carta da região do grande Brasil, a qual toca, pela parte ocidental, com as Antilhas do rei de Castela. Porém a gente deste é de cor parda, brava e muito bárbara, e alimenta-se de carne humana. Esta mesma gente serve-se com suma habilidade do arco e das flechas. Aqui encontram-se papagaios versicolores, outras aves inúmeras, feras monstruosas, muitas espécies de macacos, e nasce a árvore chamada brasil, considerada boa para tingir as vestes de cor vermelha (CORTESÃO, 2009, p. 331).

Com relação ao registro da hidrografia das nas novas terras, uma copiosa nomenclatura (146 nomes) bordeja a costa desde a altura do Maranhão ao Cabo de Santa Maria, excedendo, nesse ponto e para um espaço igual, todas as cartas da primeira metade do século XVI (CORTESÃO, 2009, p. 324).

Encerra este agrupamento cartográfico, o *Mapa-múndi da Biblioteca de Turim*, dedicado a Giovanni Vespucci, sobrinho do frande navegador florentino e confeccionado provavelmente depois da primeira viagem de circunavegação de Fernão de Magalhães, ou seja, por volta de 1523, pois mostra o estreito de Magalhães muito bem desenhado para a época.

Europa, África e Ásia são reproduzidas com precisão e denso é o conjunto de nomes dos portos indicados. As ilhas Molucas aparecem em território espanhol numa época em que Portugal e Espanha disputavam a sua posse. O que traz a possibilidade do planisfério ter sido executado para a "Casa de Contratación" de Sevilha, que a esse tempo controlava os assuntos referentes às possessões espanholas.

A parte americana do planisfério aparece com toda a costa atlântica, desde o Sul dos Estados Unidos até o estreito de Magalhães, incluindo as Antilhas. No litoral do Brasil, a nomenclatura é abundante, enquanto o desenho de uma floresta e papagaios multicores caracteriza a região do interior confeccionada a partir das informações geográficas e náuticas procedentes do périplo ao redor do mundo (Imagens 11 e 12).

Quanto à questão toponímica, ao comparar o recorte da futura costa sergipana agora entre a carta *Terra Brasilis* (1519) e o mapa-múndi de Turim (1523), a primeira consideração vai no sentido de que não se observa nenhum novo rio assinalado no trecho estudado, além dos já citados. Ademais, a referência à Serra de Santa Maria encontrada em Kunstmann II (1502 – 1504), Caverio (1503), Maggiollo de Fano (1504), Waldseemüller (1507) e Kunstmann V (1519) inexistente na carta *Terra Brasilis* (Quadro 4). Quanto ao rio Canafístula, a sua nomeação está bem clara nos dois mapas.

Imagem 11 – Mapa-múndi da Biblioteca de Turim, Giovanni Vespucci, 1523?



Fonte: Biblioteca Real de Turim, Itália

Disponível em: <http://www.myoldmaps.com/renaissance-maps-1490-1800/3331-geocarta-nautica-unive/>, 2018

Imagem 12 – Detalhe América do Sul, Mapa-múndi da Biblioteca de Turim, Giovanni Vespucci, 1523?



Fonte: Biblioteca Real de Turim, Itália

Disponível em: <http://www.myoldmaps.com/renaissance-maps-1490-1800/3331-geocarta-nautica-unive/>, 2018

Quadro 4 – Toponímia comparada das cartas Terra Brasilis (1519) e Mapa-múndi de Turim (1523)

TERRA BRASILIS (1519)	
TOPÔNIMO - Rio/Marco	Recorte do litoral
R. de sam frco.	
uazabares	
R. de pereyra	
R. das canafystolas	
Rio Reall	
Rio de Sam geronymo	
MAPA-MÚNDI DE TURIM (1523)	
TOPÔNIMO - Rio/Marco	Recorte do litoral
Rio de s. francisco	
Rio bafra barril	
Rio di pereira	
Serra de S. madhna di gratia	
Rio de caixa	
Punta real	
Rio de são heronymo	

Fonte: AUTORA, 2018

Nesta longa viagem pelo Atlântico, ávidos por uma ancoragem segura, passamos à análise de um terceiro agrupamento, que corresponde a sequência das cartas de nº VI a XVIII apresentadas no atlas de Kunstmann. Destas, conforme já mencionado, somente a carta de nº IX irá apresentar o recorte estudado, com a indicação de cinco rios, ao sul do São Francisco.

A partir de meados do século XVI, irão surgir cartas que, nas suas grandes e numerosas novidades resultantes das novas expedições, tentam representar o interior do continente, mapear os rios e reconhecer fronteiras.

É o caso da *Carta Náutica do Oceano Atlântico e do Mar Mediterrâneo* (1534) de Gaspar Viegas, cujo traçado registra as descobertas da expedição de Martim Afonso de Sousa ao Brasil, entre 1530 e 1533, e, em particular, das expedições parciais de Diogo Leite ao Nordeste brasileiro e Pêro Lopes de Sousa ao rio da Prata¹³ (Imagem 13).

Organizada por D. João III e comandada por Martim Afonso de Sousa, esta expedição tinha uma tríplice missão: combater os traficantes franceses, penetrar nas terras na direção do Rio da Prata para procurar metais preciosos e, ainda, estabelecer núcleos de povoamento no litoral. Com amplos poderes, o capitão-mor da esquadra e do território descoberto, deveria fundar núcleos de povoamento, exercer justiça civil e criminal, tomar posse das terras em nome do rei, nomear funcionários e distribuir sesmarias.

Para Cortesão os resultados da empresa, sob o ponto de vista geográfico, se ligam, na carta de Gaspar Viegas, principalmente aos objetivos que tendiam a alargar a soberania portuguesa no continente.

As maiores novidades assinalam-se no estuário do rio do Prata, no qual desaguam o Uruguai, o Paraná e o Paraguai, “ainda que levados às proporções excessivas e caricaturais de braços de mar, que invadem e se alargam profundamente no interior do continente”. Seu “notabilíssimo traçado”, é dedicado pelo historiador português, “em boa parte, a informações indígenas”, melhor dizendo, “a João Ramalho, o luso indianizado”. Ainda segundo o autor, o silêncio quanto ao delta amazónico no mapa é dedicado ao governo português, que “desejava manter os espaços espanhóis, e por forma geral, os estrangeiros, no desconhecimento dessa grande porta de entrada da América” (CORTESÃO, 2009, p. 364, 367).

¹³ Do *Diário da navegação da armada que foi á terra do Brasil em 1530 sob a Capitania-Mor de Martin Affonso de Sousa*, escrito por Pero Lopes de Souza, supõe-se que o litoral futuramente sergipano, teria sido avistado em março de 1531 pela expedição organizada por D. João III: “Segundafeira onze do dito mes ao meo dia tomei o sol em onze graos e meo: fazia-me de terra des leguas. Fazia o caminho do sudoeste com o vento sueste. Em se pondo o sol demos n 'hua aguagem do rio de Sam Francisco, que fazia mui grande escarcéo” (SOUZA, 1839, p. 17).

Imagem 13 – Carta Náutica do Oceano Atlântico e do Mar Mediterrâneo, Gaspar Viega, 1534

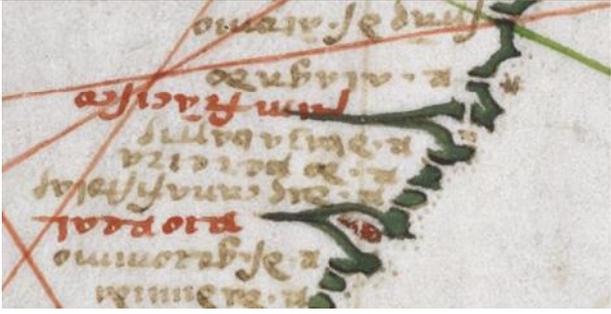


Fonte: Biblioteca Nacional da França

Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b5901199f.r=gaspar%20viegas?rk=42918;4>, 2018

Já a costa do nordeste brasileiro, até os limites meridionais do delta amazônico “se desenvolve com nomenclatura notavelmente aumentada”. Tratando-se do recorte estudado, não se identifica alterações no traçado ou acréscimo de um novo rio. Entretanto, permanece a grafia “R. das canafistolas” e supressão da Serra de Sta. Maria (Quadro 5).

Quadro 5 – Toponímia da carta de Gaspar Viegas (1534)

GASPAR VIEGAS (1534)	
TOPÔNIMO - Rio/Marco	Recorte do litoral
Sam frãcisco	
Rio de vazabarris	
Rio do pereira	
Rio das canafistolas	
Rio Real	
Rio de S. geronimo	

Fonte: AUTORA, 2018

A notícia da descoberta de metais preciosos na América Espanhola acentuou a necessidade de Portugal apressar a colonização de seus domínios no continente americano. Neste sentido, pouco tempo depois da expedição de Martim Afonso, em 1534, o Rei resolveu implantar na Colônia o sistema de capitâneas hereditárias, que já havia sido utilizado com grande sucesso nas colônias portuguesas na África.

Nesse contexto, “a carta de Gaspar Viegas deve ser considerada o prólogo cartográfico ao regime das capitâneas, que D. João III iria em breve inaugurar”. Aos olhos de Jaime Cortesão, nenhum documento “melhor nos instrui sobre as suas secretas intenções”. Ilustra assim, “a tenaz, mas hesitante ambição” do governo de Lisboa de estender a soberania nacional a todo o território compreendido entre o Amazonas e o Prata e principalmente em vastas regiões do vale platino (CORTESÃO, 2009, p. 368). O autor português destaca ainda, a “enorme e muito duradoura” influência deste documento na cartografia portuguesa, bem como na francesa, espanhola, italiana e holandesa. Com ela, pode-se dizer que termina o período da cartografia diretamente ligada ao descobrimento dos litorais.

Jaime Cortesão (2009) sinaliza, que desde o primeiro quartel do século XVI os portugueses começam a delinear nos mapas uma entidade geográfica brasileira, compreendida entre o delta amazônico e o estuário platino, que excedia largamente os limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas. O que já é evidente na carta *Terra Brasilis* (1519), onde o Brasil, pela primeira vez, é definido como uma vasta unidade geográfica e humana, compreendida entre as bacias fluviais daqueles dois grandes rios.

Ainda na trilha do rio Canafístula, passamos à análise das duas últimas indicações cartográficas de Cândido Mendes (1877), a carta de nº XVII do atlas Universal de Fernão Vaz Dourado (1571) e a carta nº IX do atlas de Kunstmann (S.d), ambas dedicadas por Alfredo Pinheiro Marques (1988) em *A cartografia do Brasil no século XVI*, ao celebrado cartógrafo português, cuja obra é notável pelo rigor no desenho e a beleza das iluminuras.

Armado Cortesão (1935) em *Cartografia e Cartógrafos Portugueses dos séculos XV e XVI*, reconhece Vaz Dourado como expoente máximo do que chamou de o "terceiro período ou escola" da cartografia portuguesa, marcado pelo desaparecimento das concepções ptolomaicas e por um maior rigor na representação das terras e continentes. Nesse período, as grandes legendas desaparecem para surgirem nomes de locais e pequenas indicações e descrições históricas. Surgem agora os Atlas e quarterões, enquanto as grandes cartas vão se tornando cada vez mais raras.

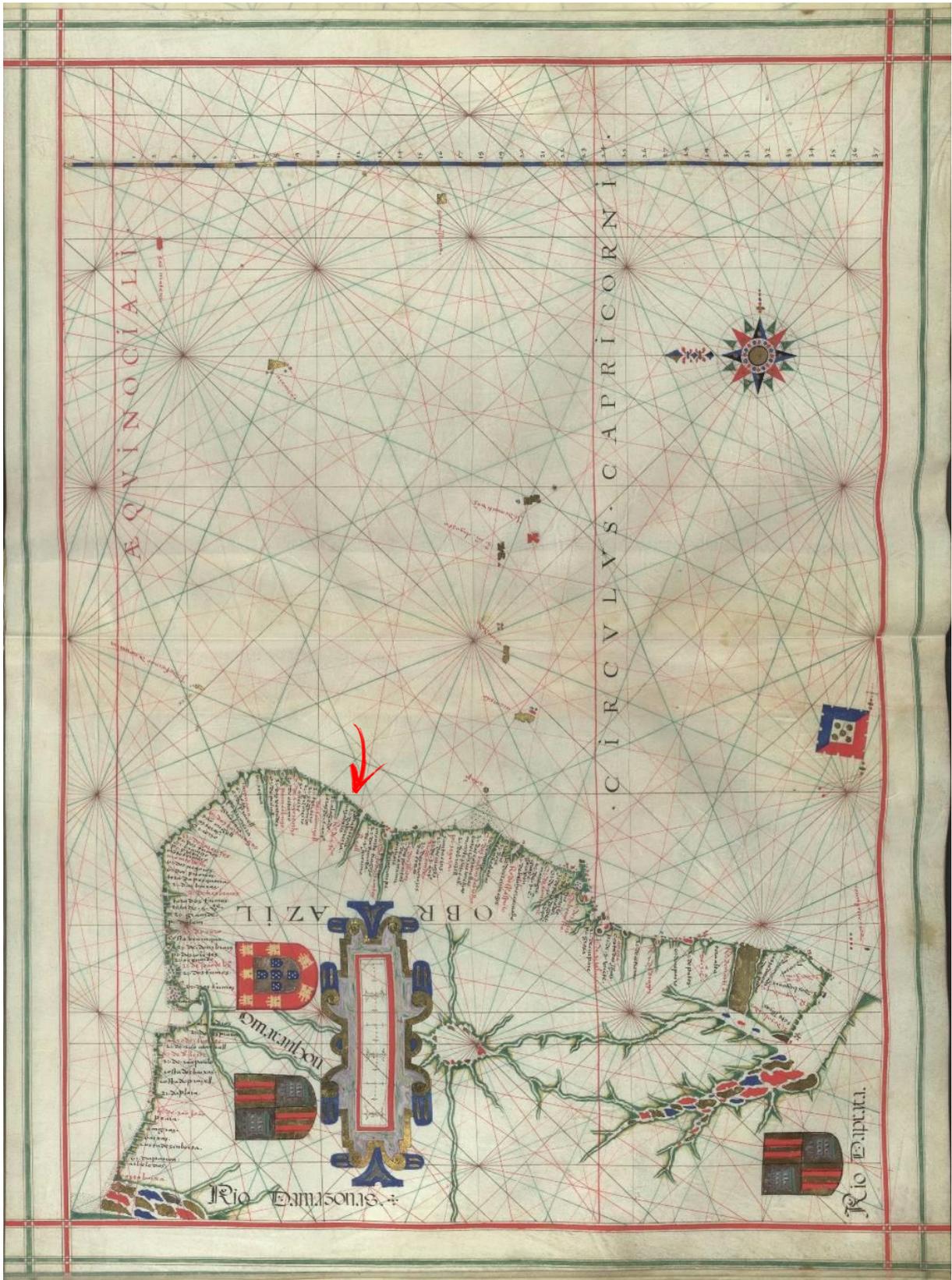
De sua biografia sabe-se pouco. Vaz Dourado é autor de pelo menos quatro atlas náuticos, realizados entre 1568 e 1580, sendo o atlas Universal de Fernão Vaz Dourado, "fronteira das terras, que engloba todos os reinos, terras e ilhas do mundo com suas rotas, alturas e ângulos", feito em Goa o mais famoso deles. Além do elevado gosto artístico das suas iluminuras, salienta-se a firmeza e perícia do seu traço.

Segundo João Carlos Garcia (2004) em *O atlas Universal atribuído a Fernão Vaz Dourado*, as cartas que o constituem são apresentadas ao observador em uma seqüência geográfica, como se fosse uma viagem circunavegando o globo, na qual a superfície da terra é observada por meio de amplas e sucessivas janelas.

A carta de nº XVII representa América do Sul portuguesa. Nela, diferentemente de outros fólhos correspondentes, o Brasil não é representado como uma ilha separada do continente pelas bacias dos rios Amazonas, Maranhão e Rio da Prata. A natureza complementar e importância decisiva dos espaços marítimos e continentais são bastante evidentes neste fólho. Uma escala gráfica ostensiva é desenhada sobre uma grande parte do espaço desconhecido, no centro do mapa, o que dificulta a visibilidade de qualquer enlace fluvial ou lago. Isso acontece em muitos dos mapas do cartógrafo de Goa, quando "o Mito parece não ser visível" o que talvez signifique um caráter problemático das representações do interior sul-americano, sendo às vezes, preferível "torner dessa maneira o problema"¹⁴ (MARQUES, 1988, p. 456) (Imagem 14).

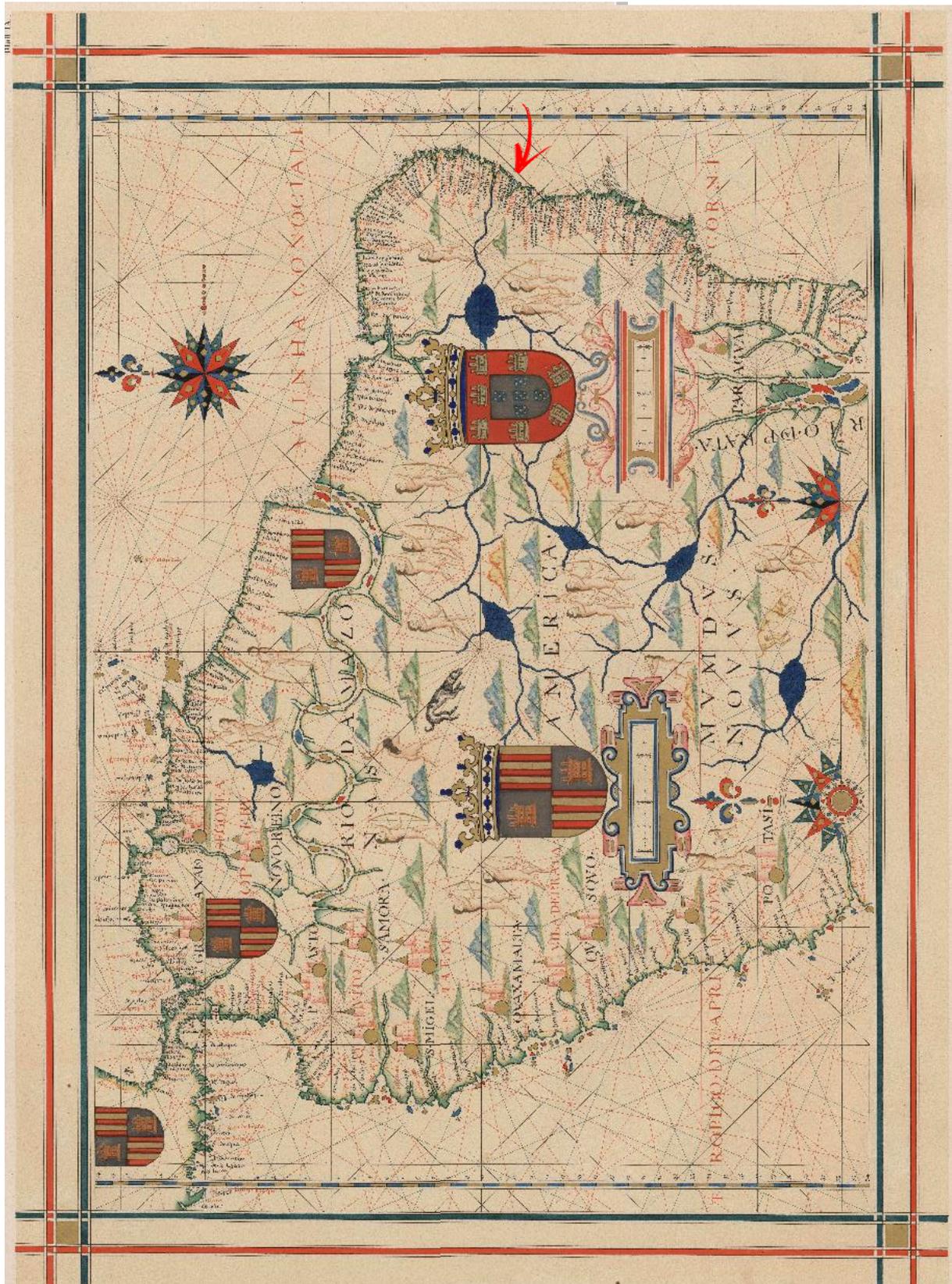
¹⁴ De acordo com André Heráclio do Rêgo (2016) em *O sertão e a geografia*, além do desconhecimento factual puro e simples, as representações cartográficas portuguesas, tais como as Fernão Vaz Dourado, pagavam tributo à política de sigilo da Coroa, pela qual os portugueses escondiam tanto o que sabiam quanto o que ignoravam.

Imagem 14 – Carta nº XVII - Costa do Brasil, in Atlas de Fernão Vaz Dourado, Goa, 1571



Fonte: <http://purl.pt/400/1/index.html#/26/html>, 2017

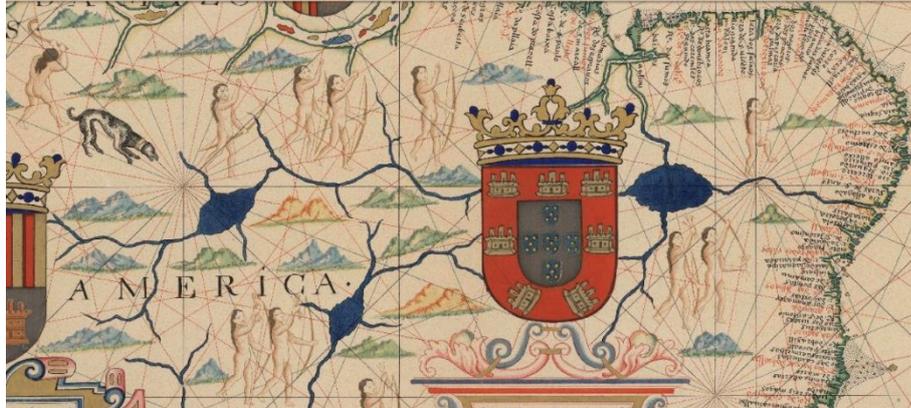
Imagem 15 – Carta nº IX do atlas de Kunstmann, s.d.



Fonte: Biblioteca Digital Hispánica, Biblioteca Nacional da Espanha
Disponível em: <http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000000806>, 2018

Repleta de iluminuras de índios (alguns barbados) manejando arcos e flexas, animais encoleurados, e elementos topográficos, a carta reproduzida sob o nº IX no atlas de Kunstmann, representa toda a metade Norte da América do Sul, com uma multiplicidade de encontros fluviais (e mesmo de lagos) no interior do continente (Imagens 15 e 16).

Imagem 16 – Detalhe iluminuras Carta nº IX do atlas de Kunstmann, s.d.



Fonte: Biblioteca Digital Hispánica, Biblioteca Nacional da Espanha
Disponível em: <http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000000806>, 2018

Deslocando-nos para o recorte estudado, acham-se em boa ordem e muito claramente destacados, os rios anteriormente assinalados nas outras cartas analisadas, bem como também se reafirma o topônimo rio Canafistula. Destaca-se a divergência entres os mapas quanto a continuidade dos rios São Francisco e Real para o interior do continente (Quadro 6).

Quadro 6 – Toponímia comparada das cartas nº IX do atlas Vaz Dourado (1571) e Kunstmann IX?

CARTA Nº IX – ATLAS FERNÃO VAZ DOURADO (1571)	
TOPÔNIMO - Rio/Marco	Recorte do litoral
R. de S. frco.	
uazabaris	
R. do pereira	
R. canafystolla	
Rio Reall	
Rio de S. jeronimo	
KUNSTMANN IX	
TOPÔNIMO - Rio/Marco	Recorte do litoral
Rio de S. frco	
uazabaris	
Rio do pereira	
Rio Canafistola	
Rio Reall	
Rio de São Jeronimo	

Fonte: AUTORA, 2018

Na carta nº VXII do atlas de Fernão Dourado, o rio Real se estende para o interior numa proporção bem maior do que o São Francisco, ocorrendo o inverso em Kunstmann IX, onde o rio São Francisco vai se enlaçar a outros rios.

A partir da análise empreendida, buscaremos então construir uma síntese desta jornada que atravessou tantas cartas históricas, através de um desenho esquemático que apresenta a costa de Sergipe, assinalando a indicação aproximada da hidrografia reportada na cartografia histórica do século XVI, bem como o provável ancoradouro da frota de Gaspar de Lemos (Imagem 17).

Vale destacar que, muitos dos nomes indígenas foram substituídos pela marcação de nomes portugueses, fazendo esquecer os primitivos. Isto se comprova ao tomarmos os cursos d'água assinalados nas cartas analisadas: rio São Francisco (Opara ou Parapitinga), Rio Real (anteriormente Itanhy), e no próprio rio ao qual perseguimos a sua nomeação e história, o Canafístula ou Rio Vaza-barris (Potipeba ou Yrapiranga). Esta revelava um universo muito rico de qualificação destes rios, hoje só retomada nos estudos etimológicos.

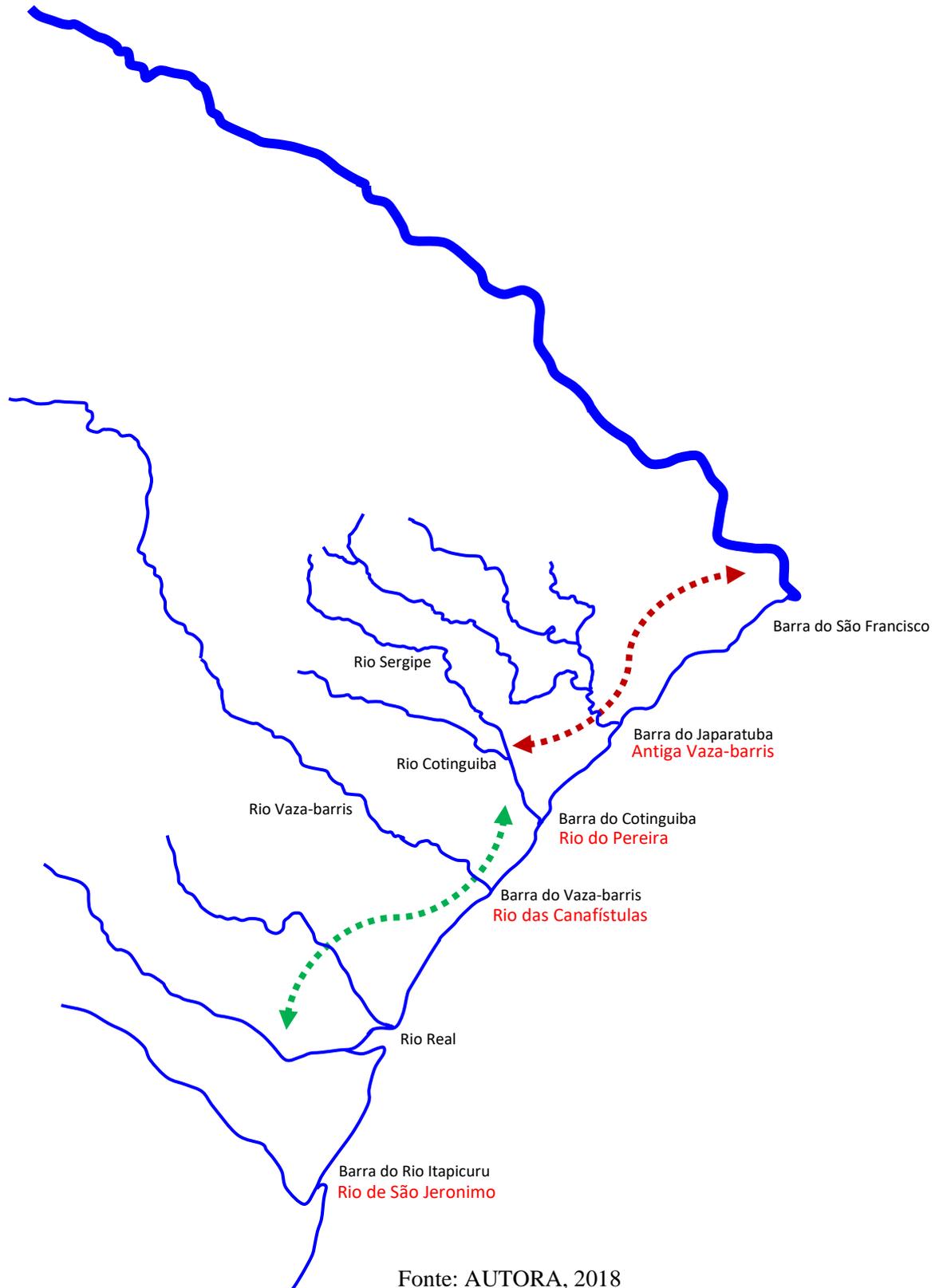
De acordo com Armino Guaraná (1916) em seu *Glossário etimológico dos nomes da língua tupi na geografia do Estado de Sergipe* apresentará Opará, é o nome primitivo do rio S. Francisco, que resulta do hibridismo formado do artigo português (O) com o vocábulo tupi *pará*, com o propósito de exprimir a grandeza desse rio, o rio por excelência. O autor também se refere a outro nome do rio, Parapitinga, compreendido como *Pará*: rio; *petinga*: branco (GUARANÁ, 1916, p. 315, 316).

Itanhy, nome primitivo do rio Real, assim será grafado nas cartas de semarias emitidas de 1596 a 1600, tendo sua origem em *Itan-hy*: rio das conchas, das itans (GUARANÁ, 1916, p. 309). Segundo Theodoro Sampaio em *O Tupi na Geografia Nacional*, Itahim: *itá-im*: a pedra pequena, a pedrinha, a conchinha; corr. *Ita-îb*: torre, campanário, coluna de pedra (SAMPAIO, 1901, p. 132). Potipeba outro nome do rio Vaza-Barris, será entendido como *Poti*: camarão, *hy*: rio, *peba*: raso; rio raso de camarões. Candido Mendes também irá nomear este rio como Yrapiranga, *Yrá* por *ybirá*: madeira, pau; *piranga*: vermelho; o pau-brasil; ou *irá* por *eíra*: mel, abelha; *piranga*: vermelho (GUARANÁ, 1916, p. 318, 326).

Para facilitar o esquadramento do espaço compreendido entre o rio São Francisco e o Real, passamos a dividi-lo em duas partes. Uma, a partir do sul da grande barra do São Francisco até a foz do rio Japarutuba (Ubirapatiba), senão a do Cotinguiba (Cotigipe)¹⁵.

¹⁵ Japarutuba: Rio de foz no oceano. *Y*: rio; *apara*: volta; *tuba*: frequência: rio de muitas voltas. Ainda segundo Guaraná (1916, p. 311), “nome de um dos chefes de tribo de Sergipe ao tempo de sua descoberta no século XVI. Na opinião de Sampaio (1901, p. 135-136) este nome pode derivar de *y-apara-tyba*: o que tem curvas ou voltas em

Imagem 17 – Mapa esquemático com a hidrografia do litoral sergipano assinalada na cartografia histórica (Século XVI)



abundância, o sinuoso; pode ser ainda: arcos em abundância. Cotindiba: nome de um rio em Sergipe notável pelas muitas tortuosidades do seu canal de entrada. *Acuti-yuba*, a cutia fulva. Gabriel Soares escreveu *Cotigipe*, corr. *Acuti-gy-pe*, no rio da cutia; *cotí-gy-pe*, no rio torto ou sinuoso (SAMPAIO 1901, p. 122-123).

Nesse espaço se acha a famosa enseada de Vaza-barris, que “tão celebrada se tornou pela sua furiosa corrente, que tantas desgraças causou”. Aqui, conforme já exposto, não seria possível que a frota de Gaspar de Lemos tentasse um desembarque, nem mesmo se aproximasse do litoral, “embarçado pelo impulso das águas” do São Francisco (ALMEIDA, 1877, p. 188).

A outra parte, limita-se entre a barra do Cotinguiba e do Real, cujo litoral, ao longo do tempo, incorporou a nomenclatura de Vaza-barris, inicialmente dedicada ao Japarutuba nas cartas marítimas do século XVI.

Quanto ao desembarque entre as barras do rio Cotinguiba e do Real, Cândido Mendes acredita que neste trecho, teria maior cabimento a narração de Vespúcio, apesar de destacar que os rios que nela desembocam, Cotinguiba, Vaza-barris, Real e ainda o Itapicurú (Rio São Jerônimo), “tenham pessimas barras, e mui difficultosa navegação” (ALMEIDA, 1877, p. 188).

Para justificar sua afirmação, o autor destaca a existência “de praias de fácil desembarque nos batéis, e de ancoradouro suportável” para os navios de tonelagem utilizados nas frotas do início do século XVI nos rios Cotinguiba, Vaza-barris e rio Real. Especialmente se o desembarque fosse feito “no verão, em que a costa não ficava desabrigada, e com a circunstancia de que em todo esse territorio addicto ao litoral, *maxime* á margem d’aquelles rios, havia *cannafistula* em abundancia, como ainda hoje” (ALMEIDA, 1877, p. 188).

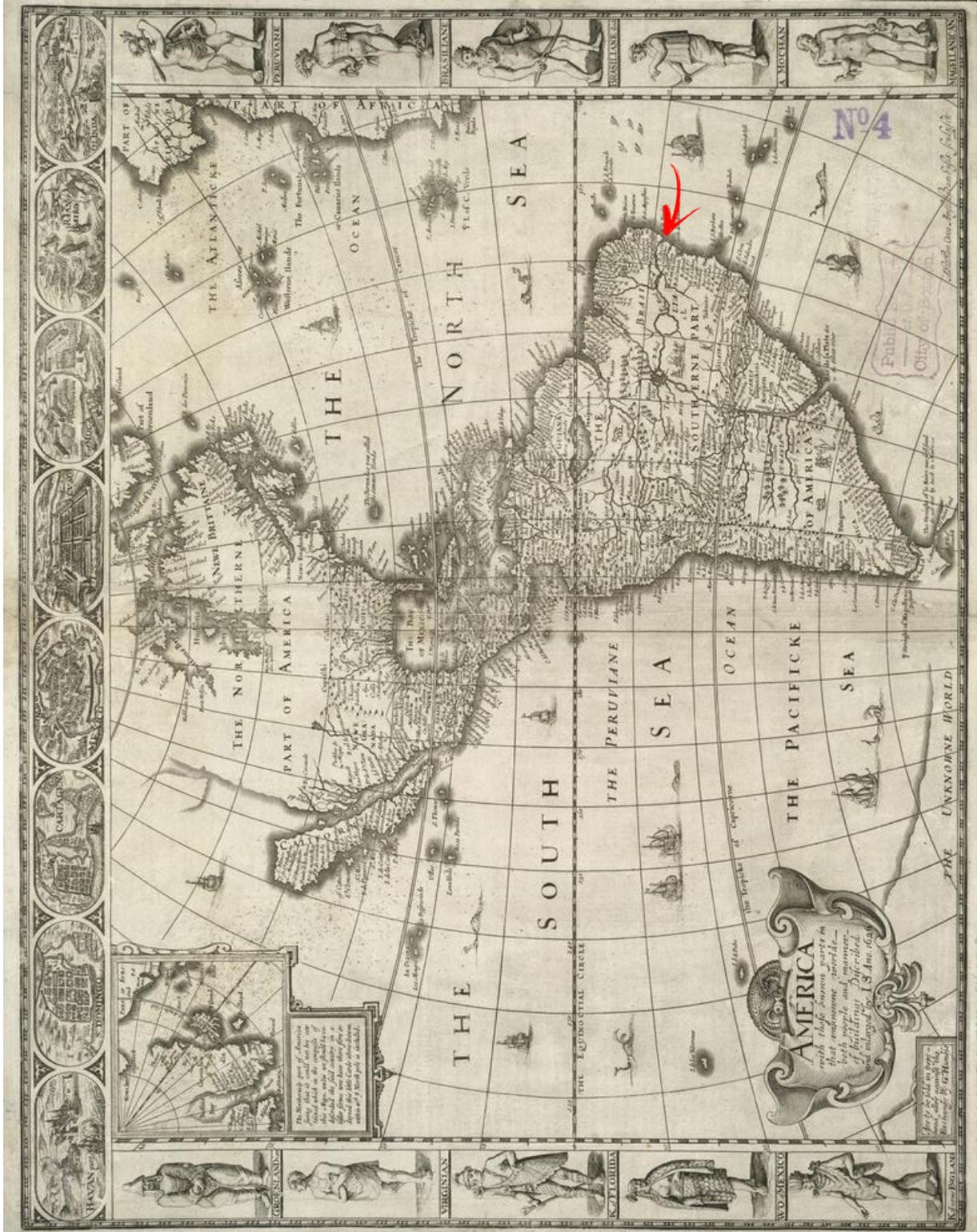
Potencializa os argumentos de Candido Mendes (1877), a indicação das fontes primárias, às quais ele pode ter se referenciado, como por exemplo, Gabriel Soares de Souza, que menciona a existência de um rio com o nome de Canafístula. Portanto, no espaço muito limitado, entre a foz do Cotinguiba e a do rio Real, se acha o “ponto ou nó da questão”.

Como não existe nenhuma outra corrente entre as barras dos rios Vaza-barris e Real, sendo a costa entre esses dois pontos “uma praia coberta de cômoros brancos sem nenhuma interrupção, como succede entre o Vasabarris e o Cotindiba” (ALMEIDA, 1877, p. 190), chegamos ao rio Canafistula, como sendo o “bom ancoradouro” utilizado pela frota lusitana. Ademais, a proximidade do rio Canafistula com o Real recorrente na cartografia histórica, traz a confirmação de que este rio seria o atualmente conhecido como Vaza-barris, sem contar que não há registros da planta medicinal em outras partes do litoral, salvo no interior, já que esta “não floresce senão á margem de mananciais de agua doce, e nunca á beira do oceano” (ALMEIDA, 1877, p. 193).

Desta feita, da análise das narrativas e documentos cartográficos ora apresentados, corrobora-se o entendimento de Candido Mendes de que foi no litoral, próximo a foz do atual rio Vaza-barris, que a frota lusitana ancorou, “e sem desastre, porque não era a época do

inverno, e os ventos que reinavam no momento mostravam-se favoráveis” (ALMEIDA, 1877, p. 194).

Imagem 18 – America with Those Known Parts in That Unknowne Worlde Both People and Manner of Buildings (1626), George Humble, Abraham Goos e John Speed



Fonte: Boston Public Library, 2018

Disponível em: <https://collections.leventhalmap.org/search/commonwealth:2514p096b>, 2018

Para “liquidar este incidente” o autor refere-se ainda ao mapa anexo à edição de 1627 da obra de Theodor de Bry, que pela descrição, supõe-se ser o mapa inglês, intitulado *America with Those Known Parts in That Unknowne Worlde Both People and Manner of Buildings* (1626) dedicado a George Humble, Abraham Goos e John Speed (Imagens 18 e 19).

Atendendo a descrição de Almeida (1877, p. 194), nele:

o actual *Vasabarris* vem com o nome de rio *Canafistolas*, e a foz tão larga que o braço do norte, circundando uma ilha, tem o nome de rio de *Pereira*, e o do sul rio *Canafistolas*. De modo que faz crêr que o desembarque dos nautas foi na ilha, por mór segurança, e que n’essa ilha foi onde viram as arvores com abundancia d’essa vagem medicinal. Ora essa ilha, segundo outros mapas, existe de facto a foz do supracitado rio.

Imagem 19 – Detalhe da carta *America with Those Known Parts in That Unknowne Worlde Both People and Manner of Buildings* (1626), George Humble, Abraham Goos e John Speed



Fonte: Boston Public Library, 2018

Disponível em: <https://collections.leventhalmap.org/search/commonwealth:2514p096b>, 2018

Portanto, sobre estes mapas, no contexto desta tese, além de servirem à recordação e à aventura, estes registros foram revistos e esquadrihados, no desejo de reconhecer os caminhos d’água que identificam e delimitam o território, hoje sergipano.

Buscando dar continuidade a narrativa do processo de ocupação destas terras, depois da verificação das marcas d’água que delineiam sua costa, seguiremos novos caminhos no rastro das medidas mais efetivas de conquista e administração para a América portuguesa.

Na esfera dos propósitos da Coroa de buscar novos mercados produtores de especiarias e outras riquezas, do ponto de vista econômico, as recentes possessões não satisfaziam as necessidades imediatas de Portugal de inseri-las no circuito comercial internacional. Excetuando-se o pau-brasil e algumas “curiosidades” da terra, a tenra colônia não era o mercado produtor ansiado.

Complementando esse quadro, as notícias da presença e atuação dos franceses com o estabelecimento de alianças e relações comerciais com os indígenas, aos quais pagavam, inclusive com armas de fogo, tornavam-se um elemento constante nos relatórios apresentados pelos comandantes das expedições que percorriam o litoral da nova colônia. Crescia, portanto, a preocupação dos lusos ante a possibilidade de perderem o controle da situação.

Para que essas terras atendessem às necessidades do Império Português, urgia ultrapassar a etapa da exploração das potencialidades naturais, indo buscar novos produtos ou fazendo-a produzir mercadorias valorizadas no âmbito comercial. Nesse contexto, D. João III torna concretas “suas intenções secretas” e inaugura, o já mencionado sistema de capitânicas hereditárias, culminância de várias tentativas anteriores de elaborar um projeto capaz de garantir o domínio, o usufruto das riquezas existentes e produtos agrícolas a serem produzidas no futuro e sua incorporação ao circuito da economia mercantil.

A montagem dessa estrutura produtiva, administrativa e militar resultou, na implantação de um sistema fincado em mecanismos de dependência que garantissem o controle metropolitano. O crescimento e a complexidade do empreendimento colonial, exigia cada vez mais a atuação do Estado como agente controlador e estimulador da conquista e administração de sua colônia.

Com base nas informações produzidas pelos comandantes das várias expedições e verificadas por Martim Afonso de Sousa em 1533, as terras americanas foram divididas em quinze lotes de terra com 50 ou 100 léguas de costa cada uma e doadas em caráter hereditário aos donatários, membros da pequena nobreza e altos funcionários com experiência na conquista e administração de outras colônias. De acordo com Patrícia Verônica Pereira dos Santos (2004) em *Trabalhar, Defender e Viver em Salvador no século XVI*, o desinteresse da nobreza em participar diretamente do empreendimento pode ser explicado pelas dificuldades e riscos a serem enfrentados: a vastidão do território, a distância da metrópole, a presença dos indígenas e corsários franceses, bem como a necessidade de altíssimos investimentos.

Os donatários, cujos direitos e deveres eram definidos pela carta de Doação (que lhes dava a posse da terra) e a carta Foral (que definia os direitos e os deveres dos donatários perante a Coroa), representavam em suas capitânicas a Espada e a Cruz, os dois símbolos associados da conquista das novas terras pelo Estado, através do uso das armas, e pela Igreja, através da pregação religiosa. Dentre suas responsabilidades, tinham que promover a colonização e administrar seu lote de terra, inclusive com a concessão de sesmarias, o que reforçava a política lusa de controlar o acesso à terra. Nos núcleos criados nessas sesmarias, poderiam ser erigidas

povoações e vilas. Além das atividades políticas-administrativas, os capitães eram incumbidos da disseminação da fé católica e defesa do território dos ataques estrangeiros e indígenas.

Neste contexto, o atual território sergipano estava inserido no âmbito da Capitania concedida a Francisco Pereira Coutinho por carta de doação de cinco de abril de 1534 e Foral de vinte e seis de agosto do mesmo ano. Apesar dos esforços para alcançar o sucesso do sistema de capitanias hereditárias, a tarefa revelou-se demasiadamente pesada. Era difícil para os donatários e colonos adaptarem-se às condições climáticas e a um tipo de vida totalmente diverso do da Europa. Além disso, o alto custo do investimento não trazia retorno imediato.

Imerso nessa conjuntura, o processo de ocupação do vindouro território sergipano emerge na superação de um conjunto de fatores que tencionavam a derrocada da empreitada portuguesa. Fragilizavam a estabilidade e continuidade deste grande empreendimento colonial a má administração de alguns donatários, a estrutura social excludente e hierárquica implantada; a hostilidade dos índios diante do avanço sobre suas terras e regime de trabalho imposto; a alta taxa de mortalidade entre esses povos, particularmente, os escravizados; as grandes extensões de terra a administrar; o povoamento rarefeito; os atritos entre os donatários pela falta de recursos; a distância entre a colônia e a Metrópole, e a difícil comunicação entre as capitanias.

Dentro desse quadro, o recorte estudado figurava como caminho entre capitanias por onde ninguém passava, temendo os ataques dos gentios canibais. Além de franquear a comunicação por terra, também era necessário garantir o livre acesso às barras dos principais rios da região, impedido pela constante presença dos barcos franceses. Se os portugueses já conheciam, minuciosamente, o litoral posteriormente compreendido como sergipano, atendendo aos interesses da política colonial lusa, foram empreendidas várias tentativas de integrar este território ao domínio português. Entretanto, segundo as fontes, enquanto eram cordiais as relações dos índios com os franceses, o oposto se sucedia nos contatos com os portugueses que aqui se estabeleceram com o Primeiro Governo Geral.

Decorrentes dessa perseguição e das investidas predatórias realizada contra as aldeias indígenas, cresceu no Tupinambá do rio Real e de todo o território sergipano, o ódio aos portugueses, o que os levaria a intensificar a aliança com os franceses. Embrenhando mata a dentro, buscaremos na sequência, traçar de que maneira sucedeu a conquista e ocupação desse território, para tal, seguiremos na espreita dos rastros da perseguição empreendida sobre povos que o habitavam.

Asas que são braços abertos designam uma felicidade da terra. É a imagem oposta a braços que são asas e que nos transportam ao céu (BACHELARD, 2013, p. 42)¹⁶.

¹⁶ BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos**: ensaio sobre a imaginação da matéria. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

3 “NINGUÉM CAMINHAVA POR TERRA QUE NÃO O MATASSE E COMESSE OS GENTIOS”¹⁷: OS MEANDROS DA CONQUISTA DO CAMINHO

Uma questão brevemente assinalada na seção anterior, mas que agora toma o foco da análise é o intenso contato que ocorrerá na região de Sergipe, entre as populações que habitavam o lugar e os europeus que ali chegam, sejam eles os portugueses ou os franceses. Nesta parte da tese acompanharemos os embates entre grupos, dentre eles, indígenas, colonizadores, colonos e religiosos, especialmente os jesuítas, no sentido de garantir a vida e a posse das terras. Tratou-se de um conjunto de acontecimentos usualmente violentos, mas que vão galgando os lances da conquista do território.

À medida que o século XVI vai passando, o sucesso da empreitada lusa passa a exigir atitudes mais enérgicas da Coroa, especialmente com relação a estes povos denominados de invasores, que “concorrendo em toda a costa, luctavam pelo commercio e boas graças do gentio”. É com esta assertiva que Ivo do Prado (1919) em *A capitania de Sergipe e suas ouvidorias*, comenta os meandros da conquista do temível caminho de “Cerigipe”, parte integrante da rota Bahia-Pernambuco, área de livre atuação francesa, por onde ninguém passava, receando as investidas canibais.

A intensa atuação dos franceses em “Cerigipe” por cuja barra costumavam entrar “com naus de mais de cem toneladas” para ali carregá-las “de páu brasil, algodão e pimenta da terra”, é descrita por Frei Vicente do Salvador em sua *História do Brasil 1500-1627*. Às dificuldades enfrentadas neste trajeto tão difícil e demorado, acrescenta o missionário e religioso franciscano os riscos de não escapar às “mãos e dentes” dos indígenas locais, bem como as vantagens de se franquear este caminho:

Está Cerigipe na altura de onze graus e dous terços, por cuja barra com os bateis diante costumavam entrar os francezes com naus de mais de cem toneladas e vinham acabar de carregar da barra pera fora, por ella não ter mais de três braços de baixa-mar.

[...] mas tirando esta colheita aos francezes que alli iam carregar suas naus de páu brasil, algodão e pimenta da terra, e sobretudo franqueando o caminho de Pernambuco e mais capitancias do Norte pera esta Bahia e daqui pera ellas, **que dantes ninguém caminhava por terra que o não matassem e comessem os gentios**. E o mesmo faziam aos navegantes, porque ali **começa a enseada do Vasa-barris, onde se perdem muitos navios por causa dos recifes que lança muito ao mar e os que escapam do naufragio não escapam de suas mãos e dentes**” (SALVADOR, 1918, p. 336- 337, grifo nosso).

Segundo Felisbello Freire (1891, p. 3) em sua *História de Sergipe* “compreende-se perfeitamente que era de alto valor à prosperidade colonial da Bahia e Pernambuco, os dous

¹⁷ Frei Vicente do Salvador (1918, p. 336-337), em sua *História do Brasil 1500-1627* ao referir-se ao território sergipano antes da conquista de Cristovão de Barros.

pontos mais populosos do tempo”, a antecipação da conquista destas terras. “Ponto intermédio entre as duas capitânicas, havia de facilitar as comunicações entre ellas, desde quando as viagens marítimas” eram anunciadas por Frei Vicente do Salvador¹⁸ em sua *História do Brasil 1500-1627* “mais diffíceis e perigosas do que entre aquella e Portugal”.

Para Freire (1891, p. 3), durante esse tempo faltou a continuidade territorial, para desdobrarem-se com mais vigor as forças coloniais, “tornando-se ponto de selvagens que fugiam da colonização, atemorizados dos brancos e de onde fizeram tantos males á Bahia, aliados com os franceses”.

Segundo Pedro Abelardo de Santana (2003) em *Da Bahia a Pernambuco no século 16: viagens entre dois polos da colonização do Brasil* para aqueles que se lançavam nesta travessia, fosse por mar e/ou por terra, a depender das motivações e condições do clima e ventos, esta viagem poderia durar de quatro dias a três meses.

Jesuítas, militares, paisanos legalizados e aventureiros, partindo sempre de Olinda e da Bahia, por mar e por terra; corsários entrando pelo leste; índios em perseguição aos portugueses no sentido oeste-leste e na direção norte-sul; índios em fuga no sentido oeste-leste (litoral-interior). Todas essas experiências, dispostas sincronicamente, oferecem uma visão do que foi a “Guerra de Ceriggipe”.

A expansão colonizadora teve que enfrentar a resistência dos índios Tupinambá e Caeté que ocupavam essas terras. Mas, por outro lado, se a questão é analisada do ponto de vista dos indígenas, vê-se como, pressionados por um lado pela expansão baiana e, por outro, pela pernambucana, tiveram que encontrar uma alternativa de sobrevivência. Restou-lhes, portanto, acolher a missionação pelos jesuítas que se espalharam na região fundando suas missões. Destaca-se ainda, que o avanço do povoamento português na região, acarretou em significativa diminuição da população indígena, o que, para o ponto de vista dos povoadores, veio aprofundar e agravar o problema de mão de obra, cada vez mais necessária à exploração produtiva. Como visto, desde o princípio houve a tentativa de absorver as tribos ao sistema produtivo mercantil, num processo marcado pelas persistentes e violentas iniciativas dos colonizadores submetê-los ao cativo e, pela oposição das ordens religiosas.

Dentro desse quadro, pretende-se traçar de que maneira sucedeu a conquista e ocupação desse território com o estabelecimento de uma nova capitania régia. Para tratar dos povos nativos cabe considerar os outros agentes do processo de colonização: o Estado português, através de seus prepostos na colônia; os latifundiários, criadores aguçados pelas excelentes

¹⁸ Nome religioso do missionário e historiador franciscano brasileiro, Vicente Rodrigues Palha.

pastagens; e os missionários da Companhia de Jesus, interessados em “catequizar” as populações indígenas e “manter a terra pacificada”.

Enquadrado neste temível trajeto, o espaço geográfico que hoje constitui Sergipe, era ocupado por diferentes povos indígenas. Dentre eles, os Tupinambá eram seguramente os mais numerosos e os mais espalhados, sendo sua presença registrada em vários pontos. Por habitarem o litoral brasileiro à época da conquista, foram descritos por várias fontes dos séculos XVI e XVII, a exemplo de Gabriel Soares de Souza em seu *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*:

Os tupinambás são homens de meã estatura, de cor muito baça, bem feitos e bem dispostos, muito alegres do rosto, e bem assombrados; todos têm bons dentes, alvos, miúdos, sem lhes nunca apodrecerem; têm as pernas bem feitas, os pés pequenos; trazem o cabelo da cabeça sempre aparado; em todas as outras partes do corpo os não consentem e os arrancam como lhes nascem; **são homens de grandes forças e de muito trabalho; são muito belicosos, e em sua maneira esforçados, e para muito, ainda que atraçoados; são muito amigos de novidades, e demasiadamente luxuriosos, e grandes caçadores e pescadores, e amigos de lavouras** (SOUZA, 1851, p. 300, grifo nosso).

No primeiro decênio do século XVI o índio serviu aos portugueses como meio auxiliar para a procura, derrubada e transporte da carga do pau-brasil, sendo “recompensado” com facas, contas de vidro, dentre outras bugigangas. Nesse ato, Maria Hilda Baqueiro Paraíso (2011) em *Índios, naufragos, moradores, missionários e colonos em Kirimurê no século XVI: embates e negociações*, observa como a introdução do consumo das novas mercadorias trazidas pelos europeus, já demandava que as populações indígenas reestruturassem seus modos de vida.

De acordo com o pensamento de Paraíso (1994) em *De como se obter mão-de-obra indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVIII*, algumas peculiaridades culturais favoreceram as práticas de dominação e a construção de alianças surgidas a partir dos interesses dos colonos e dos próprios índios. Dentre elas, destacam-se a grande rivalidade e hostilidade entre os grupos indígenas, já mencionada por Gabriel Soares:

Como se este gentio viu senhor da terra da Bahia, dividiu-se em bandos por certas diferenças que tiveram uns com os outros, e **assentaram suas aldeias apartadas, com o que se inimizaram**; os que se aposentaram entre o rio de S. Francisco e o rio Real, se declararam por inimigos dos que se aposentaram do rio Real até a Bahia, e **faziam-se cada dia cruel guerra, e comiam-se uns aos outros; e os que cativavam, e a que davam vida, ficavam escravos dos vencedores** (SOUZA, 1851, p. 300, grifo nosso).

Estas oposições e estados de guerra constante foram usados pelos colonos no estabelecimento de alianças e obtenção de mão de obra. Os indígenas, também viam nos europeus a possibilidade de obterem aliados poderosos contra os seus inimigos tradicionais, e

ao mesmo tempo, preservarem-se dos saltos¹⁹ ou assaltos desviando as ações para os grupos adversários.

No entanto, este ambiente de composição de aliança era altamente fluído, compondo-se, rompendo-se e recompondo-se de acordo com a dinâmica das relações estabelecidas entre os seguimentos sociais. Nesse cenário, firmam-se os primeiros óbices às relações de escambo como estratégia de dominação: a competição entre os vários segmentos portugueses (colonos e contratadores reais), entre estes e os franceses, que mantinham aliança com alguns grupos indígenas, e o desinteresse dos nativos pelos antigos objetos oferecidos, levando-os a exigir armas de fogo e outros equipamentos para manutenção dos vínculos. Ademais, a crescente autonomia dos colonos associada aos produtos de subsistência também potencializava a apatia pela continuidade do sistema (PARAÍSO, 1994).

A partir da implantação das capitânicas hereditárias, intensificam-se as relações de conquista e dominação, expressas na imposição da sedentarização, da escravidão e de novas formas de produção. Transformados em escravos ou trabalhadores mal remunerados ou nem isso, os indígenas reagiram e estouraram as rebeliões que resultaram na destruição das aldeias, fugas e em violenta repressão.

Nessa conjuntura de expropriação, onde as alianças com os lusitanos não mais implicavam em reciprocidade, numa natural reação à escravização sofrida, os índios passam a pactuar com os marinheiros franceses, frequentadores da costa em busca de produtos extrativos, especialmente o pau-brasil, abundante e de ótima qualidade.

Essas relações conflituosas e a aliança dos índios com os franceses acarretaram em um cenário marcados por sucessivas revoltas, levando a perda de vidas e investimentos, situação que exigiu da Coroa medidas mais eficazes.

“E porque o systema de colonizar que preferira a metrópole já não fosse provando bem, impunham-se, a respeito, outras iniciativas” (PRADO, 1919, p. 13). Ante o clamor dos donatários e colonos, o governo metropolitano deliberou a criação do Governo Geral, visando criar as condições necessárias ao controle dos “indomáveis” e apoio aos donatários para que efetivassem a ocupação e colonização das terras.

“Para os fins, necessário era um homem de boa fibra; veio, pois, o forte, recto e bom Thomé de Souza, trazendo poderes amplos” (PRADO, 1919, p. 13). Assim, pelo regimento datado em Almeirim a 17 de dezembro de 1548, foi nomeado “capitão da povoação e terras da

¹⁹De acordo com Patrícia Verônica Pereira dos Santos (2004) em *Trabalhar, Defender e Viver em Salvador no século XVI*, denominação usual no século XVI dos ataques realizados pelos colonos às aldeias indígenas em busca de escravos.

dita Bahia de Todos os Santos e de Governador Geral da dita capitania e das outras capitanias e terras da costa do Brazil”, recebendo a incumbência de:

fazer uma fortaleza e povoação grande e forte, em um lugar conveniente, para daí se dar favor e ajuda às outras povoações e se ministrar justiça e prover nas cousas que cumprirem a meu serviço e aos negócios de minha Fazenda e a bem das partes; (REGIMENTO, 1548)²⁰.

Thomé de Souza aportou na Bahia com sua esquadra em 29 de março de 1549, trazendo o indispensável para fundação, construção, defesa, cuidado e civilização de uma cidade, a do Salvador, que deveria ser criada em sítio próximo à antiga vila de Francisco Pereira Coutinho, na Baía de Todos os Santos, ou se isso não fosse possível, em outro lugar mais conveniente, sempre na mesma baía que, pela sua situação continental, deveria ser a sede de um Governo.

Cumprindo as ordens recebidas, o primeiro governador escolheu um ponto para o centro da cidade e fundou a povoação. “Depois, com as terras de Todos os Santos, deu-lhe um patrimonio de area equivalente a de seis leguas em quadro”. Instalada a povoação, fundou a capitania, tomando para esta “a costa que vai de Itapoan até o Jequiriça”, terras adjacentes à capitania dos Coutinhos (PRADO, 1919, p. 15).

Entre outras recomendações, declarava ainda o regimento de Thomé de Souza, que o principal fim para se mandar povoar o Brasil seria “a reduçção do gentio á fê catholica”, sendo conveniente “atrahil-os á paz para o fim da propagação da fé, e aumento da povoação e commercio” (REGIMENTO, 1548, § nº 23).

Nele também se estabelecia a dupla política de conciliação/liberdade para alguns grupos indígenas e de repressão/escravização para outros. Proibia-se saltar e fazer guerra aos gentios por terra ou mar, sem a ordem expressa do Capitão. A respeito dos índios amigos autorizava a concessão de terras e aldeamentos²¹ (REGIMENTO, 1548, § nº 7). Que os convertidos fossem estabelecidos junto às povoações, porque com o trato dos cristãos mais facilmente “se hão de policiar”.

Ao mesmo tempo, com cruel contradição, rezava o minucioso documento, que se fizesse guerra aos que se mostrassem inimigos, destruindo as aldeias e povoações, “matando e

²⁰ Regimento que levou Tomé de Souza governador do Brasil, Almerim, 17/12/1548. Lisboa, AHU, códice 112, fls. 1-9. Disponível em: http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/2018-04/Regimento_que_levou_Tome_de_Souza_governador_do_Brasil.pdf. Acesso em 01/01/2019

²¹ Os termos, aldeia e aldeamento serão aqui utilizados com significados distintos. Aldeia diz respeito à taba indígena, núcleo tradicional habitado pelos índios antes da conquista do Brasil. Para o colono significava a não-cidade, o ambiente rural. Já aldeamento é o aglomerado onde os indígenas foram reunidos sob a administração de religiosos e de colonos. O vocábulo aldeamento remete à ideia de “núcleo criado conscientemente, fruto de uma intenção objetiva”. PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos paulistas**. São Paulo: EDUSP, 1995, p.104-105.

cativando aquela parte deles que vos parecer que baste para seu castigo e exemplo” (REGIMENTO, 1548, § nº 6).

Essa foi mais uma tentativa da Coroa de ordenar as relações entre colonos e índios de forma que seu propósito de ocupar e colonizar, se tornasse possível, interrompendo o caos vivido até então. Vale ressaltar que, para efetivar tais intentos de orientação dupla, acompanhavam o primeiro Governador, aqueles que se tornaram, daí para a frente “os arautos e defensores” desta política: os jesuítas.

Ainda que parcialmente protegidos dos ataques dos colonos, os índios passaram a sofrer pressões cotidianas para ajustarem seus padrões sociais às novas exigências coloniais. A ação jesuítica, voltada principalmente para a cristianização, a redução e a conversão, buscava eliminar a poligamia, a antropofagia, as casas coletivas, a nudez, o paganismo e o nomadismo, funcionando como um aríete demolindo as instituições fundamentais desses grupos. Também nesse momento houve revoltas, sempre esmagadas com o auxílio do governador geral.

Quanto aos limites de atuação do primeiro Governador Geral, apesar da indicação de providências direcionadas às águas e terras do póstero território sergipano, até o São Francisco, Thomé de Souza em sua expansão territorial, nunca “desrespeitou” o território dos Coutinhos.

Quanto às terras e águas da dita Capitania, que estão fora do termo que ora ordeno à dita povoação, até o Rio São Francisco, por onde parte com a Capitania de Duarte Coelho, vos informareis **que terras são e que rios e águas há nelas, e quantos, e que disposição têm para se poderem fazer engenhos d’açúcares e outras benfeitorias;** e se vo-las pedem algumas pessoas, e quanta parte cada uma pede, e que benfeitorias se quer obrigar a fazer nelas; escrever-me-eis tudo, muito declaradamente, com vosso parecer, da maneira que será mais meu serviço darem-se as ditas terras, para se melhor poderem povoar e aproveitar; e quanta parte se deve de dar a cada pessoa, e com que obrigação e jurisdição, para vos eu nisso mandar o que houver por bem que façais (REGIMENTO, 1548, § nº13, grifo nosso).

Temos uma questão polêmica relacionada à demarcação dos limites da capitania doada a Francisco Pereira Coutinho, que Ivo do Prado (1919) em *A capitania de Sergipe e suas ouvidorias. Memória sobre questões de limites* buscou esclarecer. De acordo com a carta de doação, datada de 5 de abril de 1534, Coutinho teria recebido:

(...) CYNCOENTA LÉGUAS DE TERRÃA na dita costa do Brasil, as quaes se começaram para o sul até a ponta da baya de Todos los Santos, entrando n’esta terrãa e demarcação deles TODA A DITA BAYA DE TODOS LOS SANTOS E A LARGURA DELLA DE PONTA A PONTA SE CONTARÁ NAS DITAS CYNCOENTA LEGOAS e não havendo dentro do dyto limite as ditas cyncoenta legoas SER-LHE-IA ENTREGUE A PARTE QUE PERA COMRIMENTO DELLAS FALECER PARA A BANDA DO SUL as quaes cyncoenta legoas se estenderam para o sertam de larguo ao longo da costa entrando na mesma largura pelo sertam e terra fyrme a dentro tanto quato poder entrar e fôr de minha conquista (...) (PRADO, 1919, p. 1 – 2).

A carta de doação concede a própria Baía de Todos os Santos de “ponta a ponta”, e se do vago início à ponta-sul da Bahia, cinquenta léguas não existissem, Coutinho deveria buscar

no sul as léguas que faltassem. Era, então, de livre escolha o ponto ao norte, início da contagem. Quatro meses depois, a carta foral, que tinha o intuito de regulamentar a administração das terras conquistadas, dispondo ainda sobre a cobrança de tributos e quaisquer outros privilégios, redefine os limites da doação, fixando o rio São Francisco como ponto de início para a contagem das 50 léguas.

Assim, segundo a carta foral de 26 de agosto de 1534, Coutinho teria recebido a dádiva “de juro, e herdade para sempre, da capitania e governança de 50 léguas de terra na minha costa do Brazil, as quaes começarão na parte do rio S. Francisco e correm para o sul até a parte da Bahia de Todos os Santos”, de onde partiam as terras de Jorge de Figueiredo, conforme foral de 1º de abril de 1535 (PRADO, 1919, p. 2).

Nessa nova conjectura, contadas as 50 léguas a partir da margem sul do rio São Francisco, os limites da capitania de Coutinho mal atingiriam a barra do rio Pojuca, distante mais de vinte léguas da bahia de Todos os Santos (Imagem 20). Segundo Ivo do Prado, tal seria o “pensamento que os forais nos comunicam, tal o pensamento que traduzem, desde logo, os actos do bom Thomé de Souza”:

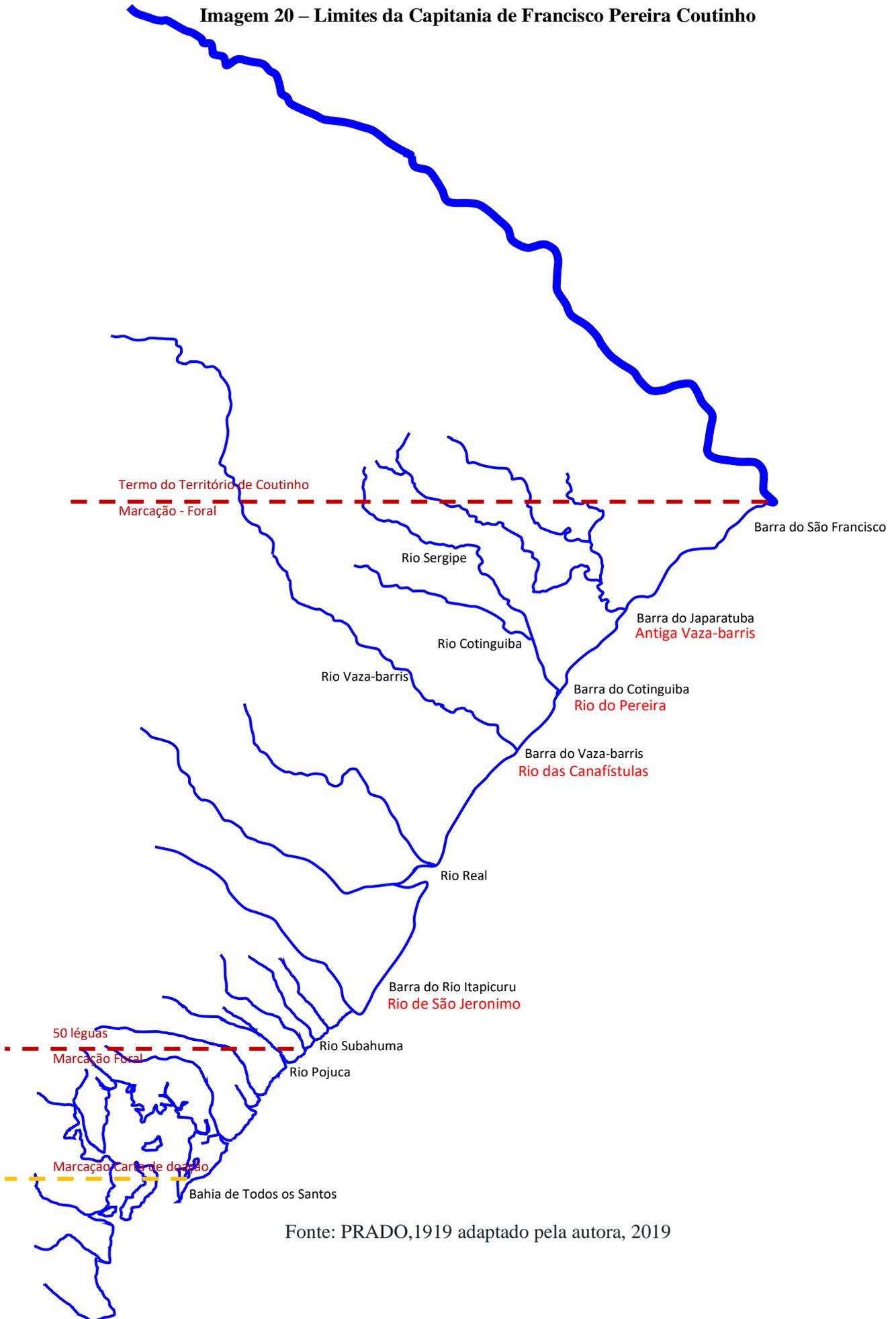
(...) o termo era o fim das cincoenta léguas. É este o limite único, seguro e mathematico. É bem visível: em taes condições, o rei manda caminhar, no sentido norte-sul, cada uma capitania, para o inicio da visinha, não para ‘atingil-o sempre’, sim para o não ‘exceder’ nunca ou também attingil-o só caso de ser, o inicio de uma, o termo exacto da precedente. E porque, vendo a imperfeição dos conhecimentos cartográficos, na ephoca, entre dois inícios imediatos não houvesse menos léguas de costa que as que fossem concedidas, o rei os alargou deixando, para si, as sobras que ficassem (PRADO, 1919, p.9).

Nestas circunstâncias, Ivo do Prado (1919, p. 7) acredita que convencido de que, entre a barra do São Francisco e a bahia de Todos os Santos, não havia mais de cinquenta léguas, “Coutinho, de bôa fé, não a conhecendo, colocou Todos os Santos em sua propriedade”.

Com a morte de Francisco Pereira Coutinho, foi nestas condições que Manoel Pereira Coutinho, o primogênito, herdou a capitania. Conta-nos Prado (1919, p. 12), que este, já sem recursos, “além de não ser enérgico, pelo menos o bastante, não desejou prosseguir na empresa do infeliz pai. Ficou-se na metrópole mantendo seus direitos; e a capitania, sem nenhuma atividade, permaneceu longos anos”.

Sem exploração, “assim foi permanecendo até que o próprio rei, comprando-a, fez d’ella, um morgado seu” (PRADO, 1919, p. 12). Diz Varnhagen (1870) em sua *História do Brazil de 1850*, que Manoel Coutinho, “contratou pois com a côroa de ceder-lhe a capitania, a troco de um padrão de quatrocentos mil reis de juro por anno, pagos pela redizima da mesma capitania, e vinculados para si e seus herdeiros” (1870. p. 326).

Imagem 20 – Limites da Capitania de Francisco Pereira Coutinho



Fonte: PRADO, 1919 adaptado pela autora, 2019

Voltando a tratar de sua vizinha, a capitania regia, fundada por Thomé de Souza, seus domínios foram dilatados para o interior, subindo o Jaguaripe e dominando o Paraguaçu. Seu território, tinha nos tempos coloniais, como tem hoje ainda, a alcunha de “Recôncavo”. Na costa, manteve seus limites “do Itapoan ai rio Jequiriça; onze léguas talvez,” até a carta régia de 27 de abril de 1729, que lhe permitiu chegar ao rio Subahuma (PRADO, 1919, p. 19).

É a partir da atuação de Thomé de Souza e de seus sucessores que se inicia a ocupação de novos espaços conquistados aos indígenas, tendo como grande centro difusor a cidade de Salvador e seu Recôncavo. É também nesse intervalo que a prática dos saltos às aldeias deixa de ser realizada na capitania do interessado e passa a ocorrer nas vizinhas, como forma de burlar o controle do Governador.

Os assaltos alteraram a estrutura das guerras nativas, inserindo-as numa nova lógica, a dos colonizadores, regidas por pressões e demandas crescentes. A progressiva hostilidade nas formas reativas dos indígenas provocava maior agressividade nos colonos, criando um fluxo de violência e um clima de guerra permanente, evidenciando as contradições existentes nas relações estabelecidas.

Este quadro se intensifica na administração do segundo Governador Geral (1553-1558), Duarte da Costa, quando as revoltas se tornam constantes. Como represália, aldeias são destruídas, suas principais lideranças mortas e os sobreviventes escravizados e distribuídos entre os colonos. Mas é durante a condução do terceiro Governador Geral, Mem de Sá (1558 – 1572), que os problemas assumem um caráter mais dramático devido ao agravamento das relações com a expansão açucareira.

A política de Mem de Sá calcou-se nos princípios já estabelecidos em 1548: proteção aos convertidos, garantia de terras aos aliados, estímulo a criação de novos aldeamentos, valorização das lideranças aliadas e repressão aos índios “inimigos”. A sua atuação repressiva é de grande monta e também voltada para os Tupinambá da capitania da Bahia, dos rios Sergipe, Itapicuru e Real e para os Caeté de Alagoas (PARAÍSO, 1994). De acordo com Harold B. Johnson (2004) em *A colonização portuguesa do Brasil, 1500-1580*, o terceiro Governador foi, acima de tudo, um colaborador devotado e entusiasta dos jesuítas, que tendo a sua disposição as forças militares do governador, fizeram significativas incursões no paganismo indígena ao tornar mais acentuada a distinção, já esboçada, entre índios rebeldes, que podiam ser escravizados, e índios pacíficos, em processo de aculturação, que eram estimulados a aceitar a proteção das aldeias.

Dessa forma, o período inicial do longo governo de Mem de Sá foi a época áurea da expansão jesuítica. Entretanto, dois fatos desestruturaram o trabalho dos inicianos.

Primeiramente, a “guerra justa²²” de 1562, empreendida pelo governador contra os caetés que haviam martirizado o bispo Sardinha seis anos antes, declarando aberto o período de caça. O segundo fato chega nos calcanhares dessa guerra incontrolável para flagelar a colônia: as epidemias. Foram duas ondas, uma em 1562, atingiu áreas próximas da Bahia; a outra, em 1563, foi mais generalizada. Juntas, podem ter aniquilado cerca de um terço à metade da população indígena, que, evidentemente, carecia de qualquer imunidade a doenças trazidas pelos europeus, como tuberculose, gripe, varíola e o sarampo. Ao mesmo tempo a fome que se seguiu às epidemias levou os índios “a venderem a si mesmos ou seus parentes aos colonos em troca de alimento ou de sustento” (JOHNSON, 2004, p. 267).

No território sergipano, portanto, a atuação jesuítica está associada à tensa relação entre lusos e índios, que passou a ter maiores repercussões em decorrência do já mencionado episódio da morte do bispo D. Pedro Fernandes Sardinha à foz do rio Cururipe, portanto, em terras vizinhas, da futura Alagoas, em 16 de junho de 1556.

A “crueldade” do gentio Caeté que ocupara a costa da boca do rio São Francisco até o rio Paraíba e que “tanto mal tem feito aos portugueses nessa costa é retratada por Gabriel Soares de Souza:

São estes **caetés mui belicosos e guerreiros**, mas mui atraídoados, e sem nenhuma fé nem verdade, o qual fez os danos que fica declarado à gente da nau do bispo, a Duarte Coelho, e a muitos navios e caravelões que se perderam nesta costa, dos quais não escapou pessoa nenhuma, que não matassem e comessem, cujos danos Deus não permitiu que durassem mais tempo; mas ordenou de os destruir desta maneira (SOUZA, 1851, p. 62).

²² Beatriz Perrone-Moises (1992) em *Índios livres e índios escravos: Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)* cita como precursor da doutrina da guerra justa em Portugal o franciscano Álvaro Pais que, no século XIV, a havia definido em função de vários fatores: só haveria guerra justa se preexistisse uma injustiça do adversário, se fosse conduzida com boas intenções (não seria justa a guerra movida por ambição, ódio ou vingança), se fosse declarada por uma autoridade competente (um príncipe ou a Igreja). Segundo Paraíso (1994) estes princípios foram reformulados entre 1539 e 1542, incorporando-se as ideias de Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. Os novos critérios adotados por Portugal passam a ser: a) decretação por autoridade competente, excluído o Papa dessa relação; b) a justeza da causa da decretação deveria ser considerada correta pelas autoridades reconhecidas; c) as intenções dos solicitantes teriam que ser avaliadas como boas pelas referidas autoridades. Com o passar do tempo, algumas alterações, que podemos identificar como acréscimo, reduções ou mudanças quanto às formas de decretação ou controle de Guerras Justas, foram promulgadas. As alterações incluíram novas razões para a decretação da guerra justa: a) hostilidades prévias; b) oposição atuação dos missionários; c) impedimento ao livre comércio; d) prática da antropofagia (PERRONE-MOISES, 1992, 123-127).

Com a imposição de restrições à decretação da Guerra Justa e as alterações das relações inter étnicas, novas alternativas foram buscadas para a obtenção legal dos escravos, como a compra de “índios de corda” ou resgatados - aqueles que (embora nem sempre) teriam sido feitos prisioneiros por tribos inimigas e seriam destinados a rituais antropológicos. Assim como eram comuns as acusações da ausência de justiça na decretação da Guerra Justa (vide a introdução da Lei de 20/3/1570), tendo sido algumas delas formalmente consideradas ilegais após terem ocorrido (o que só beneficiou os poucos sobreviventes identificados e localizados), também a prática dos resgates é cercada de acusações quanto a manipulações feitas pelos colonos para a obtenção de mão de obra utilizada (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 128).

De acordo com o relato do Padre Aurélio Vasconcelos de Almeida (1955, p. 168) em *Vida do primeiro apóstolo de Sergipe: Padre Gaspar Lourenço*, “o funesto acontecimento impressionou profundamente a Colônia, e exasperou nos portugueses que não estimavam os índios, o ódio mortal que lhes votavam e tornou-se geral o clamor de vingança”. Para Johnson (2004) a retaliação pela morte do bispo chegou um pouco tarde, sendo mais provável que essa “lei” tenha sido concebida para aplacar os colonos irritados com o crescimento das ações jesuíticas, que removiam tantos índios do grupo de escravos (JOHNSON, 2004, p. 266).

Notícias sobre o castigo empreendido contra os Caeté, agora sob lentes bem mais clementes para os indígenas, nos dá o padre Jose de Anchieta em seu *Discurso das Aldeias* de 1583:

Neste dito ano de 1562 estando todos os índios com muita paz e quietação em suas igrejas, e fazendo-se muito fruto nas almas, **quis o governador Mem de Sá castigar os índios do Caaeté, que estavam além do rio de São Francisco para Pernambuco, por terem morto o bispo Dom Pedro Fernandes**, e outra muita gente que desta Bahia partiu para o reino em uma nau, que ali foi dar à costa no ano de 1555 ou 1556, e porque os moradores desta Bahia diziam, que entre este gentio daqui morador e o de Ciriripe, donde está o engenho de Dom Fernando, e entre o gentio de Paraguaçu e Jaguaripe havia muito gentio daquele do Caaeté, e que tinham entrada uns com os outros, pronunciou o dito governador sentença contra o dito gentio do Caaeté, que fossem escravos, onde quer que fossem achados sem fazer exceção nenhuma, nem advertir no mal que podia vir à terra (ANCHIETA, 1933, p. 355, grifo nosso).

Como consequência, tamanhos foram os horrores desta sentença, alimentada pelo “desejo, que os portugueses tinham de haver escravos”, que “vendo os Índios os insultos e agravos que os Portugueses lhes faziam em cativar” se levantou parte do “gentio de Paraguaçu e Cirigipe, indo-se para o sertão”, tanto que “em breves dias se despovoou toda a terra”. De 12.000 almas, ficaram nas aldeias aproximadamente 1.000, e “toda esta gente e a mais que tenho dito se foi meter por esses matos por escaparem aos agravos” da escravidão.

Entretanto, esses índios da Bahia, nada tinham a ver com os Caetés do outro lado do rio São Francisco, no território de Alagoas, porque entre uns e outros, havia os índios de Sergipe, que eram inimigos dos da Bahia, de tal sorte que quase nenhuma comunicação existia entre eles (ANCHIETA, 1933, p. 355-356). Portanto, se considerarmos esta afirmativa do jesuíta, o rio atuava como um real divisor territorial.

À instância dos padres jesuítas, vendo o governador “quão mal isto saíra, e quantos males e pecados daqui resultaram, que pagavam os inocentes pelos culpados e que a terra se destruíra em tão pouco espaço de tempo”, revogou a sentença dos Caetés, “mas a tempo que já não havia remédio” (ANCHIETA, 1933, p. 356).

Os sertões do Rio Real foram preferidos para essa inominável caçada humana, onde **tôda sorte de crueldade se praticou contra aquelas infelizes criaturas** que além de abatidos da fome e da peste que houve nessa época, eram agrilhoados pelo cativoiro,

quando os matavam por lá ao serem julgados imprestáveis para esse fim. **O trato desumano e bárbaro, quase canibalesco, que os civilizados deram aos naturais do Rio Real, não diferia muito do que estes costumavam dar a seus inimigos.** Quando muito, havia equivalência nas crueldades que uns e outros praticavam, senão, mais exacerbadas, as daqueles **colonos que haviam perdido a noção de consciência cristã e os derradeiros resquícios de humanidade para com os selvícolas** (ALMEIDA, 1955, p.169, grifo nosso).

Em virtude desse tratamento, os índios do rio Real e de todo o território sergipano até o São Francisco, “ficaram muito mal dispostos com os portugueses, seus algozes, enquanto que com os franceses mantiveram por muito tempo, comércio amistoso” (ALMEIDA, 1955, p.169).

De acordo com Felisbello Freire (1891, p. 4) “A oposição franca do indígena ao domínio de um elemento estrangeiro, cuja propagação se fez debaixo de luta tenaz e encarniçada, removeram a conquista e descoberta de Sergipe para períodos muito ulteriores ao estabelecimento do governo colonial na Bahia”, com grande prejuízo para a Colônia e para a Coroa, por “ficarem aquelas terras abandonadas com tôdas as suas riquezas, além de impedido o caminho terrestre que ligava a Capitania da Bahia à de Pernambuco” (ALMEIDA, 1955, p.169).

Já no final do século, as primeiras entradas ocasionais no sertão assumiram aos poucos o caráter de expedições organizadas de preia de escravos, as bandeiras, que se tornariam temas dominantes da história do Brasil no século seguinte. Com frequência cada vez maior os governadores declaravam “guerras justas” contra os índios, e emitiam autorizações de resgates, como ao tempo de Luís de Brito de Almeida (1572-1578), sucessor de Mem de Sá.

Entre as instruções trazidas por Luís de Brito, estava a de combater a permanência dos franceses acima do rio Real. Como se verá a seguir, dentro dessa conjuntura, dá-se os primeiros passos para integrar o caminho de “Cerigippe” à colonização lusa: a “conquista espiritual” dos índios pelos padres da Companhia de Jesus.

3.1 “AO EVANGELHO E NÃO ÀS ARMAS; À PAZ E NÃO À GUERRA, ENTREGOU-SE À CONQUISTA DA NOSSA CAPITANIA”²³

A Companhia de Jesus foi uma ordem religiosa da Igreja Católica, fundada em pleno desenrolar do movimento de reação contra a reforma protestante na Europa. Tinha como objetivo sustar o grande avanço desta reforma, e para isso, utilizou-se de duas estratégias: a educação dos homens e a ação missionária, procurando converter à fé católica os povos das regiões que estavam sendo colonizadas. Com a descoberta das terras da América, seu projeto

²³Felisbello Freire (1891, p. 4) em *História de Sergipe* ao tratar da descoberta e conquista de Sergipe.

foi ampliado e levado para o Novo Mundo. A chegada dos primeiros jesuítas ao Brasil, deu início à missão de catequização na parte sul do continente.

Supõe-se que nos cinquenta anos após a descoberta oficial do Brasil pelos lusitanos, certamente, houve tentativas de conversão e catequese dos habitantes nativos, com os quais os portugueses estabeleceram seus primeiros contatos²⁴. De acordo com Fabrício Lyrio Santos (2012) em *Da catequese à civilização: Colonização e povos indígenas na Bahia (1750 – 1800)* seria um erro imaginar que a catequese somente foi iniciada com a chegada dos jesuítas. Entretanto, uma política oficial de missionação somente foi efetivada com a instalação do Governo Geral e a chegada dos primeiros religiosos da Companhia de Jesus.

Ao desembarcarem na América em 1549, estes, certamente tinham ideia do que encontrariam por meio dos relatos lidos na Europa, mas apenas o contato com a nova terra e seus habitantes (tanto os colonos já instalados quanto os indígenas) tornaria possível a formulação de uma estratégia de catequese que se acomodasse às circunstâncias e da qual se pudesse esperar resultados.

Era uma recém-fundada ordem religiosa quando foi convocada a assumir a tarefa de converter os povos pagãos e gentios das terras recém-descobertas pelos navegadores portugueses. Seu fundador, Inácio de Loyola e seus seguidores tinham, desde o início, uma compreensão ampla do processo expansionista, entendido em termos globais. Neste sentido, apesar de estar sediada em Roma, a Companhia de Jesus esteve presente nas mais diferentes partes do mundo, o que levou seus membros a adaptar seus métodos missionários aos diferentes contextos em que atuavam (SANTOS, 2012).

Como visto, nos primeiros séculos da colonização portuguesa no Brasil há uma clara percepção por parte das autoridades, dos colonos e dos missionários da necessidade de se contar com políticas de aliança com os diversos povos indígenas como forma de controlar a ação dos gentios sobre regiões tão vastas. Um complexo jogo de alianças envolvendo portugueses, povos indígenas e os franceses, levou à proliferação de diversos conflitos ao longo da costa brasileira no século XVI e parte do XVII. Certamente essas alianças devem ser vistas em suas múltiplas dimensões, já que envolveram não apenas interesses ou expectativas do europeu, mas também da parte dos índios.

Quanto aos missionários, a presença dos jesuítas deveria servir para amainar os conflitos e ajudar os colonos a consolidar a presença lusitana no litoral do território. Os índios que não

²⁴ Há notícias de franciscanos atuando em diferentes regiões do litoral do Brasil, entre 1500 e 1585, oriundos tanto de Portugal quanto da Espanha. Deve-se admitir, também, a vinda de clérigos seculares com os primeiros colonos e que tenham exercido algum tipo de catequese junto aos índios.

se opusessem deveriam ser bem tratados e favorecidos em tudo que fosse necessário para que permanecessem como aliados dos portugueses. Os que já fossem cristãos deveriam viver separados dos demais, morando em aldeias ou povoações próximas dos colonos portugueses, para que seus filhos fossem doutrinados e instruídos na religião cristã. Isso pode ser visto como uma primeira ideia a respeito dos aldeamentos. A contrapartida dessa política de pacificação e catequese, no entanto, era o tratamento rigoroso a ser dado contra os que se opusessem à presença colonial portuguesa ou ao cristianismo, os quais deveriam ser combatidos e escravizados.

Tratando da dimensão espacial desse processo, a prática de aldear ou reunir os índios com o objetivo de torná-los cristãos, fruto de um processo de adaptação da catequese à realidade local, consistia, resumidamente, em três possibilidades, não necessariamente nesta ordem e nem sempre cumprindo estas três etapas: a instalação do aldeamento, que podia se dar pela construção da igreja e da residência do missionário em uma aldeia indígena já existente ou em um novo sítio destinado para isso; a catequese propriamente dita, que se fundamentava no ensino dos rudimentos da fé e na preparação para o batismo; o “descimento”, ou seja, o deslocamento de novos grupos indígenas para as povoações já estabelecidas, visando concentrar a catequese nesses espaços. Enfim, os aldeamentos permitiram aos missionários a realização de um trabalho cotidiano de catequese, apoiado pelas autoridades civis da colônia (SANTOS, 2012).

De acordo com Beatriz Góis Dantas (1991) em *Os índios em Sergipe* as missões ambulantes realizadas pelos jesuítas são gradativamente substituídas pelas missões aldeamentos. Na primeira modalidade, os padres circulavam pelas aldeias pregando a religião cristã a uma população indígena que ainda conservava suas formas próprias de organização e cultura. Na segunda, os padres se fixavam entre os índios, muitas vezes expulsos dos territórios que outrora ocupavam ou desgarrados das suas comunidades de origem que, ajuntados com outros de etnias diversas, são submetidos à nova ordem.

Como posto anteriormente, reafirma-se que a colonização do território sergipano e consequente domínio dos índios que ali viviam, trariam algumas vantagens que as justificavam. Primeiramente, acabaria com o comércio de pau-brasil dos franceses. Além disso, solucionaria o problema da comunicação entre as capitânicas do norte e sul, bem como forneceria mão de obra indígena para os colonos portugueses.

Outro aspecto salientado por Felisbello Freire (1891, p. 6) é que este “processo de conquista ocasionaria benéficos resultados, porque tiraria da raça conquistada o temor e o receio

que sempre nutria a respeito dos conquistadores; viriam desassombrados colaborar na grande obra da civilização, aliando-se á raça conquistadora”.

A alternativa encontrada se estabeleceu através da ação dos padres jesuítas. Conta-nos Almeida (1955, p. 171) que a primeira tentativa de aproximação com os indígenas do outro lado do rio Real se deu em 1562, quando “o gentio do grande Rio S. Francisco, pelas novas que tinham do que êle por cá fazia, o desejavam vêr e ouvir sua fala e esperando de com sua ida deixarem seus costumes e matanças e para isso queriam que fizesse pazes entre êles e seus contrários com quem se comiam...”.

Apesar dos jesuítas partirem em atendimento ao chamados dos indígenas, “tendo andado perto de 40 léguas ao longo da Costa, com muito trabalho pela falta de mantimentos” e por serem informados de que “quanto mais fossem adiante tanto mais fome havia, pelo que os índios andavam pelos matos espalhados à fruta”, com parecer da Companhia, deixaram “a ida para outro tempo, porque pela gente que levava consigo, como alguns principais necessários para o fazer das pazes e outros, fora impossível caminhar com tanta esterilidade” (ALMEIDA, 1955, p. 171).

Sendo governador Luiz de Brito e o padre Inácio de Tolosa provincial, os relatos jesuítas contam que em 1574 chegam à Bahia para pedir padres, “que lhe fossem pregar a lei de Deus”, os principais índios das aldeias do rio Real, que viviam em guerra com os lusitanos, “pelos saltos e agravos que lhes tinham feito, donde tinham mortos alguns portugueses em sua defesa” (ANCHIETA, 1933, p. 371).

Narra minuciosamente este fato a carta do Padre Inácio de Tolosa²⁵ destinada ao “Geral da Companhia Jesus”, na época o Padre Everaldo Marcuriano. Datada de 7 de setembro de 1575 é considerada uma espécie de certidão de nascimento da cristianização e efetiva dominação dos índios de “Cerigippe”.

Vieram do Rio Real muitos indios principaes das aldeias comareas que estão naquelas partes: **quarenta, cinquenta e sessenta leguas desta cidade, todos em grande desejo de levar padres que os ensinassem as cousas de sua salvação** e como era gente que antes estava de guerra, sem ter commercio com os brancos, aguardou-se alguns mezes para ver se vinham bem movidos e constando claramente que Deus os trazia pareceu serviço de Deus aceitar esta empresa (...) (TOLOSA, 1575 *apud* FREIRE, 1891, p. 6, grifo nosso).

²⁵Felisbello Freire (1891) em nota de *História de Sergipe*, dedica a primeira publicação deste “preciosíssimo documento” à “bondade do ilustrado Dr. Capistrano de Abreu”. De acordo com Alves (2015) em *Três Marcos de Sergipe Colonial: 1575, 1590 e 1637* Guilherme Studart (1904) publica parte do texto quinhentista em *Documentos interessantes para a História do Brasil, especialmente do Céara*. A carta foi também editada pelo historiador sergipano Luis Antônio Barreto. Cópia do século XVI consta no acervo dos manuscritos da Biblioteca Nacional em Lisboa sob o endereço arquivístico FG 4532, folhas 161-167.

Para Dantas (1991, p. 36) a busca aos missionários, para além da curiosidade que os padres despertavam, seria uma estratégia adotada pelos índios na tentativa de escaparem à escravização, já que a legislação da época proibia que os índios catequizados, os chamados “índios de consciência”, fossem vendidos como escravos. Embora essas leis fossem constantemente desrespeitadas, a presença dos missionários criava embaraços para que os índios fossem retirados das aldeias e levados como cativos para as povoações dos brancos. Assim, quando as demandas por escravos caçados nas futuras terras sergipanas se tornavam maiores em virtude da expansão das atividades dos colonos nas imediações do Rio Real, é crível supor que os índios tenham recorrido à presença dos jesuítas para fazer face à avassaladora onda escravista.

E assim, no mês de fevereiro de 1575 mandou o Padre Provincial para além do rio Real com os ditos índios o Padre Gaspar Lourenço, que era “grande lingua entre eles muito affamado”, e o irmão João Salônio para “ensinar-lhes as cousas de sua salvação”. Valendo-se da oportunidade, “enviou também o governador Luiz de Brito um capitão, com alguns homens brancos, com desejo de haver la alguma povoação” (TOLOSA, 1575 apud FREIRE, 1891, p. 6), “porque diziam ter ele ali 10 léguas de terra” que El-Rei lhe doara (ANCHIETA, 1933, p. 372).

Chegado o padre ao seu destino em 28 de fevereiro, os portugueses, que com eles iam, “fizeram sua habitação na barra do rio, e o padre passou por diante ás aldeias” (ANCHIETA, 1933, p. 372). Se tomarmos o livro *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Serafim Leite (1938, p. 157) refere-se ao envio de uma força militar de vinte soldados, comandados por um Capitão, que ficou na barra do rio Real, o que indica que a atuação dos inacianos, apesar de usufruir de certa autonomia, foi permeada de conflitos, onde interesses religiosos, políticos e econômicos se entrelaçavam e se opunham. Ou seja, junto ao braço religioso da colonização, a força militar da colonização lusa.

Os feitos catequéticos da missão de Gaspar Lourenço são descritos na carta de Tolosa, abordando os seguintes tópicos: convite dos indígenas do Rio Real aos padres jesuítas, a viagem da Bahia até o Rio Real, a ocupação da “aldeia de São Thomé”, a criação das aldeias de Santo Inácio e de São Paulo e o envio do Padre Francisco Pinto e Luiz de Grã.

Deduz-se da carta de Tolosa que a aldeia de São Thomé preexistia à chegada dos religiosos, à qual trouxeram algumas transformações: uma “igreja devotada ao discípulo incrédulo”, junto dela uma casa para morada e “concerto religioso” e uma cruz de “alguns oitenta palmos, mui formosa”. O jesuíta refere-se também a uma “escola dos moços”, que

segundo Almeida (1955, p.175) chamou-se Escola de São Sebastião e teve como primeiro mestre o irmão João Salônio.

Não há precisão quanto a localização desta missão em Sergipe, já que a indicação de que tal sítio estava “seis léguas” após o Rio Real não esclarece se este ponto ficava no sentido beira mar ou do sertão.

Dando continuidade às ações dos jesuítas, “**depois de haver o padre convertido a aldeia de S. Thomé e a gente pacífica**, passou a visitar as aldeias comarcans, onde há tanto tempo havia que o desejavam”. Vencida a penosa jornada, o Pe. Gaspar Lourenço juntamente com o irmão Salônio, atingem as margens do rio Vaza-barris, região dominada pelo índio Surubi, “do qual todos se temiam, porque em os tempos passados tinha morto alguns brancos”. Esta aldeia ficava “a dez ou doze léguas de S.Thomé, por mui ruim caminho”. Durante a sua estada, fundaram a segunda igreja nas terras de Sergipe, denominada de Santo Inácio. Havia ali, “mais de mil almas” (TOLOSA, 1575 apud FREIRE, 1891, p. 10-11, grifo nosso).

Tolosa refere-se ainda às dificuldades do caminho que passaram,

por ser por montanhas em terras muito fragosas. Passaram por algumas partes que as hervas os cortam as pernas, e não podiam andar calçados por haver muitas aguas e atoleiros.

Acontecia-lhes ir mais de meia légua por um Arroyo que os dava a agua, as vezes do joelho, acrescentava-se a isto a falta de mantimentos especialmente que a quaresma os obrigava a jejuar, a comida não era mais que bananas e farinha molhada em agua, pimenta, e por fructa tinham alguns caranguejos que os índios traziam seis léguas d’alli (TOLOSA, 1575 apud FREIRE, 1891, p.11).

“Dahi, passou a outras aldeias: em algumas foi mui bem recebido, em outras não os faziam bom gosto, temendo que os iam ajuntar para seu mal e assim diziam porque estavam muito escandalizados dos tempos passados, em que os brancos os tinham feito grandes damnos” (TOLOSA, 1575 apud FREIRE, 1891, p.11).

Fundaram ainda uma terceira aldeia, “trazendo gente de duas ou três aldeias, para ajuntal-os em uma igreja juncto do mar”. Como chegaram à localidade na véspera de São Pedro e São Paulo, para solenizar o santo do dia, “levantaram a cruz” e fizeram a igreja cuja invocação foi dedicada a São Paulo. Segundo Serafim Leite (1938, p. 157) “esta aldeia foi depois desamparada, por estar precisamente à beira do mar, portanto demasiado exposta e os índios recearam os portugueses”.

As fontes relatam que os jesuítas prosseguiram a catequese com entusiasmo. Além destas aldeias, visitaram ou “pacificaram” mais umas 28 ou 30, fizeram alguns batismos *in extremis* e anunciaram a lei de Deus. Além das três aldeias de São Tomé, Santo Inácio e São Paulo, uma quarta aldeia fundada pelo padre Gaspar Lourenço aparece no *Discurso das Aldeias de Anchieta* (1933, p. 349) com o nome de Nossa Senhora da Esperança.

Apesar de descrever a visita do padre a outras aldeias, a carta de Tolosa não confirma a construção de uma quarta igreja, contudo, Almeida (1955, p. 182) acredita que como era de praxe o padre Gaspar erigir igrejas nas aldeias que fundava para “melhor e mais facilmente poder visitar os índios”, ele certamente construiu esta quarta. Prática que pode ser confirmada na narrativa do próprio jesuíta:

Vieram alguns indios de outras aldeias a falar com o padre e a **pedir-lhe para fazer-lhe igrejas em suas terras**, especialmente um, que antes havia ameaçado os padres, veio tão manso como um cordeiro, dizendo que só o padre era irmão e o padre perguntou qual era sua determinação e elle respondeu-lhe que era cousa importante, que não era bom determinar-lhe de baixo de casa alheia, que fosse a sua aldeia que se lhe diria. **Prometteu-lhe o padre de ir a ella e assim o fez dahi a poucos dias**. Estava três léguas de S. Thomé, foram de todos recebidos com grande louvor e depois de haver o padre falado, responderam que faziam o que elle quisesse e que passariam a aldeia onde o senhor (?) **mandasse e assim a passaram junto do mar para poder ser melhor visitada** (TOLOSA, 1575 apud FREIRE, 1891, p. 12-13, grifo nosso).

Fortalecendo esta afirmação, Serafim Leite (1938, p. 157) faz referência a outra carta de Tolosa, escrita já depois de liquidada a empresa, onde a quarta igreja aparece com a denominação de Nossa Senhora da Graça. Esta seria posteriormente denominada pelos cronistas como Nossa Senhora da Esperança e Nossa Senhora da Conceição.

Alguns relatos, como a ânu^a²⁶ do padre Luiz da Fonseca de 17 de dezembro de 1576 traz-nos a ideia de que esta igreja teria sido feita em substituição a de S. Tomé:

O padre Brás Lourenço, que muito trabalhou na vinha do Senhor na região do rio Real, ergueu lá três igrejas. Uma na aldeia de um príncipe, de nome Surubi, em honra de **Santo Inácio**. A segunda, situada a algumas jornadas da primeira, foi consagrada a **Nossa Senhora da Conceição**. A terceira, instalada numa aldeia onde os escravos fugitivos buscam refúgio, foi dedicada a **São Tomás** (FONSECA, 1578 apud FRANÇA, 2010, p. 267, grifo nosso).

O que segundo Almeida (1955, p. 183) não procede, visto que a Igreja de São Tomé e a outra Igreja de Nossa Senhora da Graça, são mencionadas diretamente com “existência e serventia simultâneas” pelo próprio Padre Tolosa ao noticiar os acontecimentos do rio Real. Para Serafim Leite (1938, p. 157) a divergência na invocação explica-se pela precariedade de tal aldeia, logo destruída e que provavelmente chegou ao conhecimento dos cronistas, como certa, a invocação de Nossa Senhora, e, vagamente, o título da invocação. Nunes (1989, p. 20)

²⁶Conta-nos Patricia Fachin e Márcia Junges (2010) em *A dinâmica das populações reducionistas*, que estas cartas eram informes periódicos que os jesuítas enviavam aos seus superiores, referentes às atividades que desenvolviam. No início, elas descrevem as condições do lugar onde os missionários operavam, os traços da população indígena e os projetos que levavam a cabo em seu labor pastoral. Mais adiante, as Cartas Ânua^s centram-se cada vez mais nas questões internas da Companhia de Jesus, em suas relações com a sociedade colonial à qual pertenciam e a vida religiosa e pastoral que desenvolviam. A leitura das mesmas proporciona um caudal de informações interessantes sobre a própria atividade e o mundo indígena que atendiam em suas missões. Não se deve esquecer que as Cartas Ânua^s também tinham a intenção de estimular o fervor missionário dos jesuítas europeus, sobretudo o dos jovens noviços, e de atraí-los para a evangelização dos povos americanos, de modo que sua leitura atual requer que também se tome em conta o aspecto edificante de seus textos.

em *Sergipe Colonial II* também se refere a uma igreja construída de palha de pindoba erguida e consagrada a Nossa Senhora da Esperança.

A reprodução da carta de Tolosa apresentada por Felisbello Freire (1891) faz referência a várias aldeias e seus principais, nominando Curubi e Surubi²⁷, e Pepita, um provável erro de cópia de Aperipê. Em sua *História de Sergipe*, Freire também cita Aperipê, Serigi e Baepeba. Frei Vicente Salvador (1918, p. 214) faz menção a Aperipé e Soroby. Conforme a *Relação da Província do Brasil* do Pe. Jácome Monteiro (1610 apud LEITE, 2004), viviam entre os rios Real e São Francisco, cerca de 25 mil índios, distribuídos em 30 aldeias.

O manuscrito intitulado *Apontamentos Históricos e Topográficos Sobre a Província de Sergipe* de Antônio José da Silva Travassos (1915), oferecido ao Imperador em 1860 na sua passagem por Sergipe, é das raras fontes que buscam espacializar a presença indígena entre os rios Real e São Francisco. Apesar das fragilidades memorialísticas apontadas por José Calazans Brandão da Silva (1992), na sua *Introdução à historiografia sergipana*²⁸, da “Nota”, “Elogio” e, ainda, “Fortuna crítica”, produzidos por Luiz Antônio Barreto, Isabel Ladeira, João José do Monte e Maria Thétis Nunes em sua última edição (2004), as informações de Travassos, embora de confiabilidade discutível, apresentam dados que, caso verossímeis, possibilitam observar como se dava naquela altura, a ocupação do território pelas principais tribos indígenas.

O principal lapso apontado pelos historiadores que tem consultado os *Apontamentos...* é o descompromisso do seu autor com a indicação das fontes. Questiona-se principalmente a origem das informações sobre os nomes, os domínios e destinos dos grupos e dos chefes indígenas do século XVI. Entretanto, corrigidos os equívocos, é de se considerar como seria importante já contar com o lastro das informações acerca de onde as tribos se localizavam, visto que, como se sabe, eram sítios propícios para instalar um núcleo de povoamento – ao contar com rio, terras férteis, bons ares - buscamos então adentrar por este caminho de investigação.

Segundo Travassos (1915) o território sergipano estava exatamente dividido entre “seis departamentos, sendo comandantes ou caciques dessas divisões” (Imagem 21):

Moribéca, que marcava seu limite entre o rio Itapicuru e Vaza-barris, **Sergipe**, que dividia seu distrito entre os rios Vaza-barris e o de Sergipe, a quem deu nome, e é um

²⁷*Surubim, de çoó-r-oby*: animal azulado, com laivos azues: é o nome do peixe chamado jaú, no Sul do Brasil (SAMPAIO, 1901, p. 150).

²⁸Calazans (1992) aponta alguns equívocos nas memórias de Travassos (1915) em triplo sentido: gênero literário, método de acessar o passado e a própria lembrança. Dentre as falhas do santamarense, destaca-se “a afirmação de que os holandeses edificaram, em São Cristóvão, a igreja matriz, os conventos do Carmo e São Francisco, bem como a igreja e a casa da Misericórdia, acrescentando que no frontispício da matriz achavam-se as armas dos holandeses, raspadas por ocasião da independência do Brasil (CALAZANS, 1992, p. 13). Itamar Freitas em *Memórias de Antônio Travassos (Final)* (2004) destaca outros deslizos como por exemplo, o fato dos holandeses nunca terem transferido a capital São Cristóvão, os erros de datação sobre a origem de vilas e freguesias e a narrativa da rendição dos índios.

dos que forma a barra da Cotinguiba, e o seu confluente mais notável. **Siriri**, cujo limite era marcado entre o Rio Sergipe e Siriri, a quem deu o nome, sendo este um dos afluentes da barra do Japarutuba. **Japarutuba**, que tinha seu distrito, entre aquele Rio Siriri e o Rio Poxim do norte, confluente do Rio São Francisco. **Pacatuba**, cujo distrito era marcado pelo dito Rio Poxim, estendendo-se ao norte, até o Rio de São Francisco, subindo a margem direita deste Rio, até a Serra da Tabanga. **Pindaíba**, que fazia seu distrito na Serra da Tabanga, seguindo o dito Rio até o Riacho Tamanduá, onde hoje dividem-se as províncias de Sergipe e da Bahia (TRAVASSOS, 1915, p.86-87, grifo nosso).

Destacam-se algumas contribuições do autor para o entendimento dos possíveis desdobramentos das áreas de atuação destes caciques em futuras povoações, influenciadas certamente pela rede hidrográfica como ele mesmo anuncia. Por outro lado, evoca, por vezes, tradições fortemente arraigadas no imaginário sergipano, como as lendárias minas de prata da serra de Itabaiana. Vê-se também como relaciona povoações às localizações de engenhos:

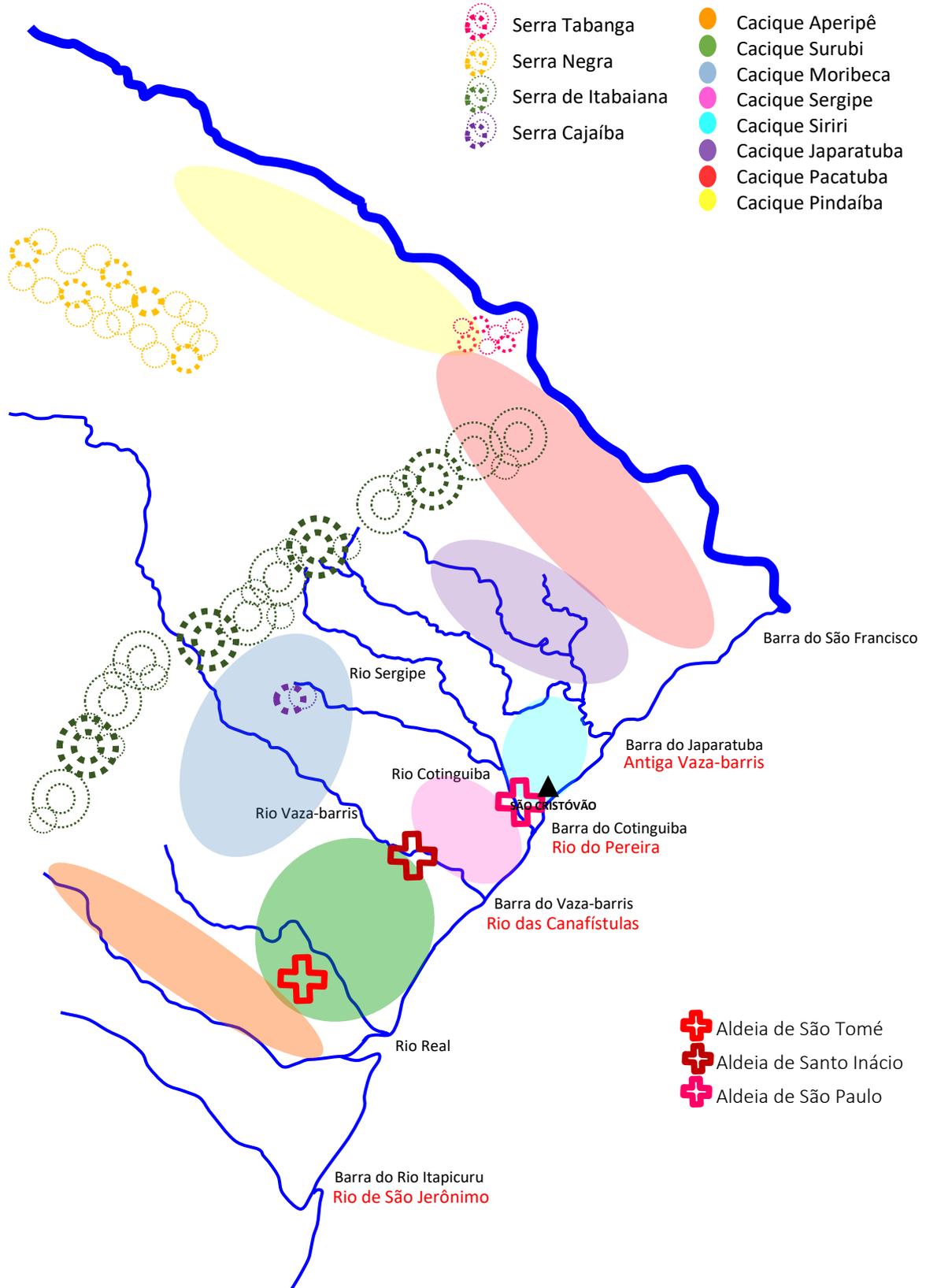
Tinha **Moribéca** a sua sede na Serra da Miaba, entre as vilas de Itabaiana e Lagarto, e é naquela onde se diz darem-se vestígios de Minas de prata, e há na Província tradição antiga de ter enriquecido um descendente daquele cacique, que negociava para a Bahia com prata extraída do dito lugar. O cacique **Sergipe** tinha seu assento no Aracaju; **Siriri**, junto à Vila do Rosário, onde foi o Engenho Velho do Saco; **Japarutuba**, no lugar Canavieirinhas²⁹, à margem do Rio Japarutuba merim; **Pacatuba** no lugar da Freguesia deste nome; e **Pindaíba** na Ilha de São Pedro do Porto da Folha (TRAVASSOS, 1915, p. 87, grifo nosso).

Apesar das críticas que envolvem a obra de Travassos (1915), Maria Thetis Nunes (1989) em *Sergipe Colonial I*, atualiza a divisão apresentada pelo autor, acrescentando os caciques Surubi e Aperipê e suas prováveis áreas de atuação e desdobramentos ocupacionais (Imagem 21):

Surubi, principal da terra, muito nomeado e temido entre os portugueses, dominando a região do baixo Vasa-Barras, centrando suas atividades no local onde hoje se situa a cidade de Itaporanga; **Serigi**, com liderança na zona litorânea, com sede na região da atual cidade de Aracaju; **Aperipê** estendia seu poderio pelas margens do rio Real e terras adjacentes; **Muribéca** dominava entre as localidades de Itabaiana e Lagarto, centrado na Serra da Miaba; **Siriri**, do rio Sergipe ao rio Siriri, sendo a taba principal localizada nas vizinhanças da atual cidade do Rosário do Catete; **Japarutuba**, no rio Siri (afluente do Sergipe) ao rio Poxim do norte (afluente do São Francisco), morando às margens do rio Japarutuba, no local denominado Canavieirinha; **Pindaíba**, da Ilha de São Pedro do Porto a Folha à Serra da Tabanga, indo seu domínio além do riacho Tamanduá, com sede na Ilha de São Pedro (NUNES, 1989, p. 176, grifo nosso).

²⁹Segundo Pedro Abelardo de Santana (2004) em *Aldeamentos indígenas em Sergipe Colonial: subsídios para a investigação de Arqueologia Histórica*, há um notório erro com relação a Canabrava que estava situada nas margens do rio Itapicuru, na Bahia, e não em Sergipe.

Imagem 21 – Área de atuação dos caciques sergipanos e provável localização dos Aldeamentos Jesuítas (Século XVI)



Fonte: FREIRE,1891, TRAVASSOS,1915 e NUNES, 1989 adaptados pela AUTORA, 2018.

Em *Os índios em Sergipe*, Beatriz Góis Dantas (1991), relevante estudiosa dos povos indígenas em Sergipe não utilizou a divisão geopolítica das tribos prescrita por Travassos. Segundo ela, existiam os Tupinambá no litoral e os Kiriri mais ao sul, além de muitos outros grupos menores como os Aramuru, Boimé, Karapotó, Kaxagó, dentre outros. Complementa a autora, que considerando a fragmentariedade das informações contidas nas fontes não se pode pretender exatidão, mas tão somente a indicação aproximada de locais onde foi registrada a presença de grupos indígenas, em algum momento, entre os séculos XVI e XX. Felisbello Freire, escrevendo cem anos antes desta autora, também não arriscou assumir em sua *História de Sergipe* (1891) a divisão do território sergipano entre “seis departamentos”.

Entretanto, apesar de alegar não saber “positivamente localizar” também se permite fazer algumas especulações quanto à localização das aldeias mencionadas na carta de Tolosa (1575). Neste sentido, o autor fixa a aldeia de São Tomé, nas imediações do rio Piauí, afluente do rio Real, mais tarde Vila de Santa Luzia. A aldeia de Surubi, certamente ficava às margens do “rio Vaza-Barris, junto, ou talvez no lugar em que se acha edificada a vila de Itaporanga³⁰”, e a terceira aldeia junto ao mar, na área de domínio do cacique Serigi, região da atual cidade de Aracaju (1891, p. 5) (Imagem 21).

Localizadas as aldeias, um outro dado que se pode contar nas tentativas de levantar alguns pressupostos que auxiliem a identificar os primeiros núcleos habitados do território, pode-se averiguar a atuação da força militar de vinte soldados, comandados por um Capitão (LEITE, 1938, p. 157), que acompanhou o braço religioso de Gaspar Lourenço para além do rio Real. Ao especular sobre esta paragem, Felisbello Freire (1998) em *História Territorial do Brasil*, presume seu estabelecimento na barra do rio, a “seis léguas” da aldeia de São Tome, onde posteriormente seria levantada a Vila de Santa Luzia, a mesma que Dom Marco de Souza (1808) em *Memória sobre a Capitania de Sergipe* dá o nome de Santa Luzia do Piagui.

Para alguns autores³¹, o mencionado capitão enviado por Luís de Brito com o propósito de “fazer povoação” seria Garcia D’Avila, que inicialmente tinha a simpatia dos inacianos. Entretanto, o bom convívio acabou, quando os negócios e a “fome de braços e terras” fizeram declinar o “fervor catequético” do rico fazendeiro. Tratava-se, no entanto, de “um dos principais

³⁰ De acordo com o *Glossário Etimológico dos nomes Tupis da Geografia do estado de Sergipe* de Armindo Guaraná (1916) Itá: pedra; poranga: bonita.

³¹ Antônio de Alcântara Machado na nota (504) de *Carta, Informações e Fragmentos Históricos e Sermões* do padre Jose de Anchieta 1554-1594 (1933, p. 372) afirma que o capitão enviado por Luis de Brito junto com o jesuíta Gaspar Lourenço para fazer povoação era Garcia D’Ávila, citando em seu aval Gabriel Soares e Frei Vicente Salvador.

e mais ricos moradores da cidade do Salvador” e fundador da Casa Torre de Tatuapara (NUNES, 1989, p. 20).

Mas, segundo Serafim Leite (1938, p. 157) não obstante os esforços dos jesuítas para manter a “catequese em boa paz”, a “terra pacificada” e a “passagem para Pernambuco assegurada”, justamente perturbava a paz dos indígenas a presença desses soldados, na barra. Somava-se a isso a intriga dos colonos em particular os mamelucos³², que instigavam o governo relatando problemas e animosidades na região.

Sob a visão do jesuíta, o governador Luís de Brito “dava ouvidos aos inquietos que promoviam as desinteligências, com o fito na guerra, isto é, na boa colheita de escravos” já que “ele próprio queria ver umas terras que ali possuía” (LEITE, 1938, p. 157).

A presença dos soldados atemorizava os índios. Os mamelucos apregoavam, e alguns escravos fugidos também, que atrás dos padres viriam os soldados para levá-los presos e cativos para a Bahia. Além disso, a presença dos padres entre os índios incomodava os colonos, que os vendo pacificados, queriam reaver, a bem ou a mal, os antigos escravos fugitivos (LEITE, 1938, p. 157).

Apesar da Companhia de Jesus constituir-se uma ordem religiosa com autonomia do Governo Português, as suas relações com a Corte se faziam a partir de múltiplos e recíprocos interesses. Em momento de grande desavença entre as autoridades portuguesas, colonos e inacianos, em especial motivada pela “intransigência” dos padres ao proibirem a escravização dos indígenas, segregados em aldeias ou missões sob sua tutela, a colonização sergipana se dará a partir da aliança entre o Estado Português, através de seus prepostos na colônia, e os latifundiários, especialmente o mais importante deles, Garcia D’Ávila, “um dos principais e mais ricos moradores da cidade do Salvador” e fundador da Casa Torre de Tatuapara (NUNES, 1989, p. 20).

Segundo Pedro Calmon (1958) em *História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros*, Garcia d’Ávila, aqui chegou em 1549 na armada de Tomé de Sousa, que viera fundar a Cidade do Salvador. Foi o maior desbravador de terras no final do século XVI. Sua

³²Uma das alternativas para amenizar os conflitos eram os pactos conjugais. Ângelo Emílio da Silva Pessoa (2003) em *As ruínas da tradição: a casa da torre de Garcia D’Ávila – Família e propriedade no Nordeste Colonial*, coloca que a aceitação social de algumas uniões entre colonos e índias eram reticentes pois dizia respeito à necessidade de garantir a presença portuguesa em diferentes regiões. Figuras paradigmáticas como João Ramalho em São Paulo ou Diogo Álvares na Baía, que passam a viver entre povos dessas regiões, desempenham um papel importante para pactuar alianças entre os portugueses e os índios do planalto de Piratininga ou do recôncavo baiano. Esses homens e seus descendentes acabaram por receber certas distinções das autoridades, ao assumirem o papel de “fiadores” dessas alianças entre os colonos e os índios. Certamente esse papel não pode ser visto de forma linear e muitas vezes o mameluco acaba por tornar-se ou num forte elemento de negação do europeu e de seu projeto colonial ou num terrível adversário de povos indígenas.

importância estende-se para além das futuras terras sergipanas. A partir da Casa da Torre, administrou seus bens, o grande rebanho de gado criado à extensiva, enquanto arrendava sítios a terceiros. Possuía um considerável número de “guerreiros”, mestiços e índios cooptados, e armas, com o objetivo de defender suas propriedades e auxiliar no ataque de novas aldeias indígenas, adquirindo novas terras.

Conta-nos Luiz Mott (2010) em *Bahia: inquisição e sociedade*, que sucessivas gerações da família Ávila, ao longo de dois séculos, desbravaram e estenderam os caminhos abertos pelos seus antepassados, construindo um império latifundiário incomensurável. A Casa da Torre, em três gerações, aumentou seu domínio de tal forma que era senhora de grande parte dos sertões da capitania da Bahia. Em fins do século XVII, estendera esse domínio a quase todo vale do rio São Francisco, ocupando terras nos atuais estados de Pernambuco, Piauí e Paraíba, e inclusive, no Rio Grande do Norte.

Ao analisar a narrativa de Gabriel Soares de Souza em *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, apesar de não estar explícita a participação do fundador da Casa Torre de Tatuapara neste primeiro momento da colonização, observa-se alguns indícios da “relação” entre o poderoso fazendeiro e os padres da Companhia de Jesus.

Aqui tem Garcia d'Ávila, que é um dos principais e mais ricos moradores da cidade do Salvador, uma povoação com grandes edifícios de casas de sua vivenda, e uma igreja de Nossa Senhora, mui ornada, toda de abóbada, na qual tem um capelão que lhe ministra os sacramentos.

Este Garcia d'Ávila tem toda sua fazenda em criações de vacas e éguas, e terá alguns dez currais por esta terra adiante; **e os padres da companhia têm neste direito uma aldeia de índios forros tupinambás, a qual se chama de Santo Antônio, onde haverá mais de trezentos homens de peleja;** e perto dessa aldeia têm os padres três currais de vacas, que granjeiam, os quais têm na aldeia uma formosa igreja de Santo Antônio, e um recolhimento onde estão sempre um padre de missa e um irmão, que doutrinam estes índios na nossa santa fé católica, no que os padres trabalham todo o possível; **mas por demais, porque é este gentio tão bárbaro, que até hoje não há nenhum que viva como cristão**, tanto que se apartam da conversação dos padres oito dias. Esta enseada de Tatuapara³³ está a altura de doze graus esforçados e corre-se a costa daqui até o rio Real nor-nordeste su-sudoeste (SOUZA, 1851, p.70, grifo nosso).

Apesar dos relatos jesuítas confirmarem as expectativas iniciais favoráveis a catequese³⁴, a narrativa de Gabriel Soares evidencia as dificuldades enfrentadas na “pacificação” e “controle” do indígena, cujo comportamento foi visto, pelos inacianos, como

³³ c. *tatú-apara*, tatu arcado, ou que se dobra, o que vulgarmente se chama tatu-bola (*Dasypus trincinctus*) (SAMPAIO, 1901, p. 153).

³⁴ Tolosa (1575 apud FREIRE, 19891, p. 6) ao relatar o envio do Padre Gaspar Lourenço para as terras além do rio Real refere-se ao “sentimento que houve em aldeia de S. Antonio, quando, se despediu dela o padre, porque todos os desta aldeia se puzeram em um pranto, sentindo muito apartar-se deles o padre, de suas almas, como diziam; e grandes e pequenos subiram com eles boa parte do caminho e se não se puzera numero na gente que havia de levar, quase todos queriam ir com ele, mas não foram mais de vinte. Pelo caminho a ocupação dele padre foi ensinar a doutrina aos Índios e brancos que iam em sua companhia”.

contraditório, “inconstante”, pois, com a mesma facilidade com que se convertiam ao cristianismo, ou seja, aceitavam ser batizados, voltavam a praticar seus antigos costumes. Assim, para os inacianos passou a ser necessário e fundamental que os índios vivessem sob algum tipo de sujeição para que fossem impedidos de praticar aquilo que a seus olhos impedia ou contradizia a aceitação do cristianismo.

Nesse contexto, os aldeamentos foram uma solução pensada a partir dessa necessidade de controle. Os índios aldeados eram proibidos de praticar a antropofagia, guerrear sem licença do governador e recorrer aos seus líderes religiosos tradicionais, cujas atribuições foram sendo paulatinamente incorporadas pelos próprios missionários³⁵ (SANTOS, 2012).

Retomando as relações entre Garcia D’Ávila e os padres da Companhia de Jesus, à medida que os campos de além do rio Real se tornaram importantes para a plena expansão do gado, exigindo o desalojamento das populações nativas, surgiram os antagonismos entre eles (NUNES, 1989, p. 20).

João Fernando de Almeida Prado em *A Bahia e as Capitanias do Centro do Brasil (1530 – 1626)* diz que teria sido Garcia D’Ávila quem mais instigou Luís de Brito à conquista violenta de Sergipe:

Todo o mal vinha de que o adversário dos jesuítas prosperava em bens, importância e influencia a representar contagioso exemplo de lucros dados pela iniciativa privada para maior benefício de um indivíduo e da coletividade. Graças ao êxito tornou-se ouvido pelo governador – o qual de certo modo, estava nas mesmas condições que ele, pois também recebera terras naquela direção, e ansiava por valorizá-las antes de ser transferido para outro posto. Queriam os acontecimentos que todo o bem feito pelos inacianos ao povoador redundasse em prejuízo da evangelização de Sergipe, além de espalhar o vírus de futuras contendas entre as Missões e os habitantes da Colônia (PRADO, 1945, p. 143, grifo nosso).

Ainda segundo o autor, a opulência nos currais de Garcia D’Ávila levantados em direção a Sergipe começou com a edificação da fazenda Tatuapara entre 1563 e 1609, adquirida por compra ou arrendamento de Tomé de Sousa. A fama do potentado da Casa da Torre era uma das maiores no Brasil, “devendo ele figurar logo depois do donatário de Pernambuco entre os homens de posse e prestígio regional” (PRADO, 1945, p. 143)³⁶.

³⁵ Esta ideia é discutida por Eduardo Viveiros de Castro (2002) em *O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem*. In: *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

³⁶ O historiador e antropólogo Luiz Mott (2010) ao tratar da tortura de escravos e heresias na *Casa Torre em Bahia: inquisição e sociedade*, refere-se a família dos Garcia d’Ávila como “dinastia de pioneiros”, mas também campeões de genocídio e violência contra índios e negros. Neste artigo, Mott apresenta “um medonho documento”, que denuncia ao Tribunal do Santo Ofício as “crueldades extremadas e inauditas praticadas contra seus escravos pelo homem mais rico da Bahia, e de todo o Brasil, na segunda metade do século XVIII, o Mestre de Campo Garcia d’Ávila Pereira de Aragão, herdeiro e proprietário da considerada famigerada Casa da Torre, sediada na capitania da Bahia.

Certo é que, sabendo dos merecimentos do Rio Real e necessidade de manter esta costa “segura do gentio e os franceses desenganados de não poderem vir resgatar com ele entre a Bahia e Pernambuco” o rei D. Sebastião manda Luís de Brito povoar e fortificar este rio. Cumprindo as ordens régias, o governador entregou a obrigação de assentar uma povoação a Garcia D’Ávila. A este episódio refere-se Gabriel Soares:

Pelo sertão deste rio **há muito pau-brasil, que com pouco trabalho todo pode vir ao mar**, para se poder carregar para estes reinos. E para que esta costa esteja segura do gentio, e os franceses desenganados de não poderem vir resgatar com ele entre a Bahia e Pernambuco, **convém ao serviço de Sua Majestade que mande povoar e fortificar este rio**, o que se pode fazer com pouca despesa de sua Fazenda, do que já el-rei D. Sebastião, que está em glória, foi informado, e mandou muito afincadamente a Luís de Brito, que neste tempo governava este Estado, que ordenasse com muita brevidade como se povoasse este rio, no que ele meteu todo o cabedal, **mandando a isso Garcia d’Ávila, que é um dos principais moradores da Bahia, com muitos homens das ilhas e da terra, para que assentassem uma povoação onde parecesse melhor;** (SOUZA, 1851, p. 68, grifo nosso).

Esta povoação será assentada a três léguas da barra do rio Real com grande oposição do “gentio que por ali vivia”. Diante de “terrível resistência”, atendendo aos interesses da política colonial lusa, em novembro de 1575, o governador Luís de Brito, acompanhado pela “força da gente que havia na Bahia”, transpôs o rio Real para “dar guerra ao gentio daquela pane” (SOUZA, 1851, p. 68).

Ao se sentirem intimidados pela chegada do governador, os chefes indígenas juntamente com seus liderados foram abandonando as missões, tomando como verdade a suspeita de traição dos jesuítas, fortalecida pela presença dos soldados junto ao litoral e a aproximação de um corpo militar. Utilizando-se deste pretexto, o governador inicia um violento ataque contra as aldeias. Tãmanha foi a resistência dos indígenas, morrendo na luta ou refugiando-se nos sertões, que ficaram frustrados os que acompanharam o governador “por não acharem o gentio que buscavam para o cativo e se servirem deles” (SALVADOR, 1918, p. 215).

Tratando-se da localização da povoação levantada por Garcia d’Ávila, conclui-se da narrativa de Gabriel Soares que o sítio escolhido não agradou ao governador e sua comitiva, “e com razão, porque estava longe do mar, para se valerem da fartura dele, e longe da terra boa, que lhe pudesse responder com as novidades costumadas” (SOUZA, 1851, p. 68).

Acrescenta-nos o historiador e poeta inglês Robert Southey em *História do Brasil* (1862, p. 42) que “não havia navio de mais de sessenta toneladas, que podesse alli entrar; e a terra, até onde chegava a maré, que seriam seis ou sete legoas, para pouco mais servia, senão para gado”.

Além de distanciar-se do litoral e dos lugares ricos de pau-brasil, de pimenta e outros produtos, supõe-se que esta povoação não teria condições de subsistir sem um forte, e por estar próximo o fim do período administrativo de Luís de Brito, ele não o construiu.

E quando o governador recolheu, **se despovoou este princípio de povoação**, sem se tornar mais a bulir nisto, por se entender ser necessário **fazer-se uma casa forte** à custa de Sua Majestade, **a qual Luís de Brito não ordenou por ser chegado o cabo de seu tempo**, e suceder-lhe Lourenço da Veiga, que não buliu neste negócio pelos respetos, que não são sabidos, para se aqui declararem (SOUZA, 1851, p. 68, grifo nosso).

Portanto, apesar do conhecimento das riquezas naturais da região, da uberdade do seu solo, dos laços de simpatia que ligavam seus habitantes aos franceses, fracassou essa primeira tentativa de colonização, que no dizer de Frei Vicente Salvador (1918, p. 214) “nunca se acabou de povoar sinão de curraes de gado”. O que vem fortalecer o pensamento de Nunes (1996, p. 18) de que a localização desta povoação estava diretamente relacionada ao interesse de Garcia d’Ávila em expandir seus currais pelos sertões, devendo esta povoação funcionar como ponto de irradiação do gado.

Luís de Brito retirou-se do território sergipano, sem deixar seguras as bases de uma colonização, que confiou a Garcia d’Ávila, a quem não foi dado corresponder aos intuitos do governador. Com o passar do tempo, os índios que haviam fugido para o interior paulatinamente voltaram a ocupar as terras próximas ao litoral e continuaram a manter relações comerciais com os franceses, até que as armas de Cristóvão de Barros vieram destroçá-los e expeli-los no ano de 1590, por ordem de Felipe II da Espanha já no contexto da União Ibérica (FREIRE, 1998, p. 278).

É a “guerra de Cerizippe” da qual traz relato circunstanciado frei Vicente do Salvador em sua *História do Brasil* de 1627. Consideremos o que revela o cronista sobre o sangrento batismo civilizatório de Sergipe no capítulo “Da guerra que Cristóvão de Barros foi dar ao gentio de Cerezippe”³⁷. Sobre sua causa, acredita o religioso franciscano que o fato teve uma tríplice motivação. A primeira delas estaria relacionada ao desejo de Cristóvão de Barros vingar-se da morte de seu pai, Antônio Cardoso de Barros, devorado junto com o bispo Dom Pero Fernandes Sardinha pelos Caeté, nos baixios de Coruripe, Alagoas em 1556 (SALVADOR, 1918, p. 334).

A segunda, seria o fato de que “sendo guerra tão justa, dada com a licença de el-rei”, os “muitos homens desta terra [Bahia] e alguns de Pernambuco” que acompanharam Cristóvão de Barros na expedição, almejavam com a conquista “trazer muitos escravos” (SALVADOR, 1918, p. 334).

³⁷Até onde se sabe, Frei Vicente do Salvador não foi uma testemunha ocular da “guerra de Sergipe”. Todavia, conforme os especialistas, seu relato é merecedor de crédito, por parecer calcado na tradição oral corrente no seu tempo e ainda no testemunho daqueles que participaram dos sucessos narrados. Contudo, a narrativa do cronista é tão viva e detalhada que parece haurida dos protagonistas da aludida façanha. RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1979, p. 489 – 494.

Por fim, o cronista revela uma outra motivação, a “traição dos índios de Cerezipe” à confiança do governo baiano. Durante o governo de Manuel Teles Barreto, entre 1583 e 1587, no intuito de irem até a Bahia pedir novo envio de padres para a catequese, estes indígenas, solicitaram ao governador geral, soldados que o acompanhassem e defendessem até lá, garantindo sua passagem por entre aldeias inimigas. Diante da insistência, Barreto reúne um conselho de cinco membros em que toma parte Cristóvão de Barros, que vota contra ao atendimento do pedido, vislumbrando “uma alta traição” (SALVADOR, 1918, p. 334, 326).

Porém, diante da insistência e reclamações dos interessados, o pedido foi satisfeito, sendo enviados “cento e trinta soldados brancos e mamelucos”. Passados alguns dias no local, em convivência com as tribos e delas recebendo, em aparência, as mais sinceras provas de amizade e confiança, “são mortos, por uma traição”, concretizando-se, as suspeitas de Cristóvão de Barros.

(...) vieram uma madrugada, gritando aos nossos que se armassem, que vinha outro gentio seu contrario, sendo que eles mesmos eram os contrários e, como os nossos estivessem tão descuidados e se não pudessem valer das armas, **alli foram todos mortos como ovelhas ou cordeiros, sem ficarem vivos mais que alguns índios dos padres, que trouxeram a nova. A qual o governador sentiu tanto que quizera ir logo pessoalmente tomar vingança** (...) posto que depois, impedido da sua muita idade e indisposição, lhes reescreveu que não viessem, antes fossem socorrer a Parahiba (SALVADOR, 1918, p. 330, grifo nosso).

O procedimento, “altamente traiçoeiro do indígena exacerba o bom humor de Barreto, que sente nascer o desejo de vingar semelhante ousadia”, ordenando aos capitães-mores de Pernambuco e Itamaracá, que se preparassem para conquistar os domínios de tais indígenas. Uma contraordem do governador suspende os preparativos bélicos dos dois capitães, ordenando-lhes que socorressem a Paraíba (FREIRE, 1891, p. 17).

Fundamentado também em Frei Vicente Salvador, Felisbello Freire (1891) considera este episódio uma traição dos índios de Sergipe, porém, Nunes (1989, p. 25) com fundamentos no jesuíta Padre Cristóvão de Gouveia, interpreta o sucedido como uma decorrência de terem os indígenas percebido que os colonos traziam a intenção de aprisioná-los. Esse jesuíta acusou como responsáveis pela expedição o Governador, Garcia d’Ávila e os religiosos de São Bento³⁸

³⁸Os Beneditinos chegaram à Bahia em 1581. Três anos depois, fundaram a Abadia entre os rios Itapicuru e Real. Em 1606 solicitaram sesmaria nas terras futuramente sergipanas, entretanto, por não cumprirem os itens implícitos na carta de doação, perderam o direito à posse das terras. Segundo Nunes (1996, p. 248) não existe qualquer notícia conhecida da presença dos beneditinos além do rio Real. Para a autora, sendo uma Ordem pouco identificada com a ação missionária, por sua organização mais voltada à vida contemplativa, não atraía aos seus monges os pequenos núcleos urbanos sergipanos nos começos do século XVII. Tratando-se dos Franciscanos, transferindo-se a sede da Custódia de Santo Antônio do Brasil para a Bahia em 1649, receberam terras doadas por escritura para implantação de um convento em São Cristóvão em 21.11.1659 e 5.3.1730. Em 1693 seria lançada a pedra basilar do convento, levando, todavia, muitos anos até a sua conclusão em 1741 (NUNES, 1996, p. 240).

a quem foram prometidas terras em Sergipe, despertando a reação “dos nativos e o fracasso do trabalho de catequese dos inacianos, cujo êxito não interessava aos senhores de terra da Bahia”.

Nos anos subsequentes a 1586, intensificou-se a ação dos indígenas contra os colonizadores, insuflados pelos franceses, mais numerosos após a expulsão da Paraíba em 1575. Para Freire (1891, p. 18) traçar as causas da conquista de Sergipe “é um empenho tão importante, quanto difícil, pelo pouco ou nada que se tem escrito a esse respeito”. Entretanto, apoiado na própria história e nos documentos que teve acesso, o autor busca explicar a obscuridade das reais motivações da conquista de Sergipe. Em geral, se diz que a conquista de Sergipe foi motivada pela ordem de Felipe II, período da União Ibérica, diante do requerimento dos habitantes da região do rio Real, alvo do comércio dos franceses e índios, e seus assaltos, o que “francamente autorizava que fossem expelidos e se promovesse a colonização da terra” (FREIRE, 1891, p. 19).

Se o bem público repercutiu “no coração do rei” a inspirar-lhe essa deliberação altamente útil a esses habitantes, o mesmo não sucedia com os membros do governo colonial, “para quem era indiferente a condição precária desses indivíduos”, e disso já tinham dado provas desde Luís de Brito, que só quis “fazer uma carnificina sobre os infelizes indígenas”, vislumbrando a possibilidade da conquista de escravos. Se à vontade e ordem de um soberano legítimo, não foi cumprida por seus delegados, não seriam, por certo, as determinações de “um rei intruso”, com profundo descontentamento da nação portuguesa, a causa real de uma conquista cheia de perigos e incômodos (FREIRE, 1891, p. 19).

Outro aspecto levantado pelo autor (1891, p. 17) é a “traição” dos indígenas de Sergipe. Segundo o historiador, se a exploração de Luís de Brito não desencadeou a organização política de uma nova capitania, não seria a “deslealdade” dos gentios, feita posteriormente, ao governador geral da Bahia, Manuel Teles Barreto, porém, a ela ligada, a causa determinante de “um novo assalto, de novos encontros de armas, quando as forças contrárias já tinham lucrado tempo suficiente” para se reconstituir. Conclui que Cristóvão de Barros, como um dos membros da Junta Provisória “que assumira as rédeas” do governo da Bahia, por morte de Manuel Teles Barreto em 1587, aproveitou as garantias do cargo que ocupava e que lhe assegurava probabilidade de “bom sucesso”, para punir e vingar a morte de seu pai Antonio Cardoso de Barros, pelos Caetés, junto ao rio São Francisco (FREIRE, 1891, p. 19).

Se esta circunstância muito influenciou para que Cristóvão de Barros estivesse à frente da expedição a ela se juntou uma causa de maior valor, eliminar a concorrência dos franceses com os naturais do rio Real, que já assustava a sede do governo colonial, por se prepararem para assaltar a Bahia. Não se tratava, como em 1575, de livrar os colonos do rio Real e Itapicuru das

hostilidades praticadas pelos indígenas, nem tampouco fundar estabelecimentos. Tratava-se de “salvar a Bahia de uma invasão de bárbaros, e pô-la a abrigo de iguais tentativas para o futuro. Qualquer demora era de alta conveniência” (FREIRE, 1891, p. 19-20).

O projeto é submetido à corte, que considera a Guerra de Sergipe justa, não só porque a colonização estendia-se a paragens mais longínquas, mas também pelos maiores interesses do erário, para o futuro. Para além, a possibilidade de escravizar os “indígenas resistentes”, foi um poderoso incentivo para captar interessados em acompanhar Cristóvão de Barros nesta empreitada. Apregoada a guerra e empregando o governo os esforços necessários para obter o êxito desejado, o exército dos conquistadores bate, em várias frentes de ataque, às cercas inimigas.

Os feitos da guerra são descritos por Frei Vicente Salvador (1918, p. 336), especialmente as batalhas decisivas que ocorreram entre 23 de dezembro de 1589 e a noite do “Anno Bom” de 1590, quando “mataram uns mil e seiscentos, e captivaram quatros mil”, fugindo ainda muitos para o sertão.

Por livrar a capitania da Bahia de uma invasão francesa e ampliar os futuros proventos da Coroa com a colonização de novas paragens, Cristóvão de Barros recebe em recompensa aos seus serviços a doação das terras conquistadas, “com direito de vendê-las ou reparti-las com os colonos que quisesse, com a condição de fundar ali as colônias dentro do prazo marcado pelo rei” (FREIRE, 1891, p. 25)³⁹ (Imagem 22). Assim, retomamos a questão da ocupação das terras.

Segundo Gaspar Barléu em *História dos feitos praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau* (1940, p. 332):

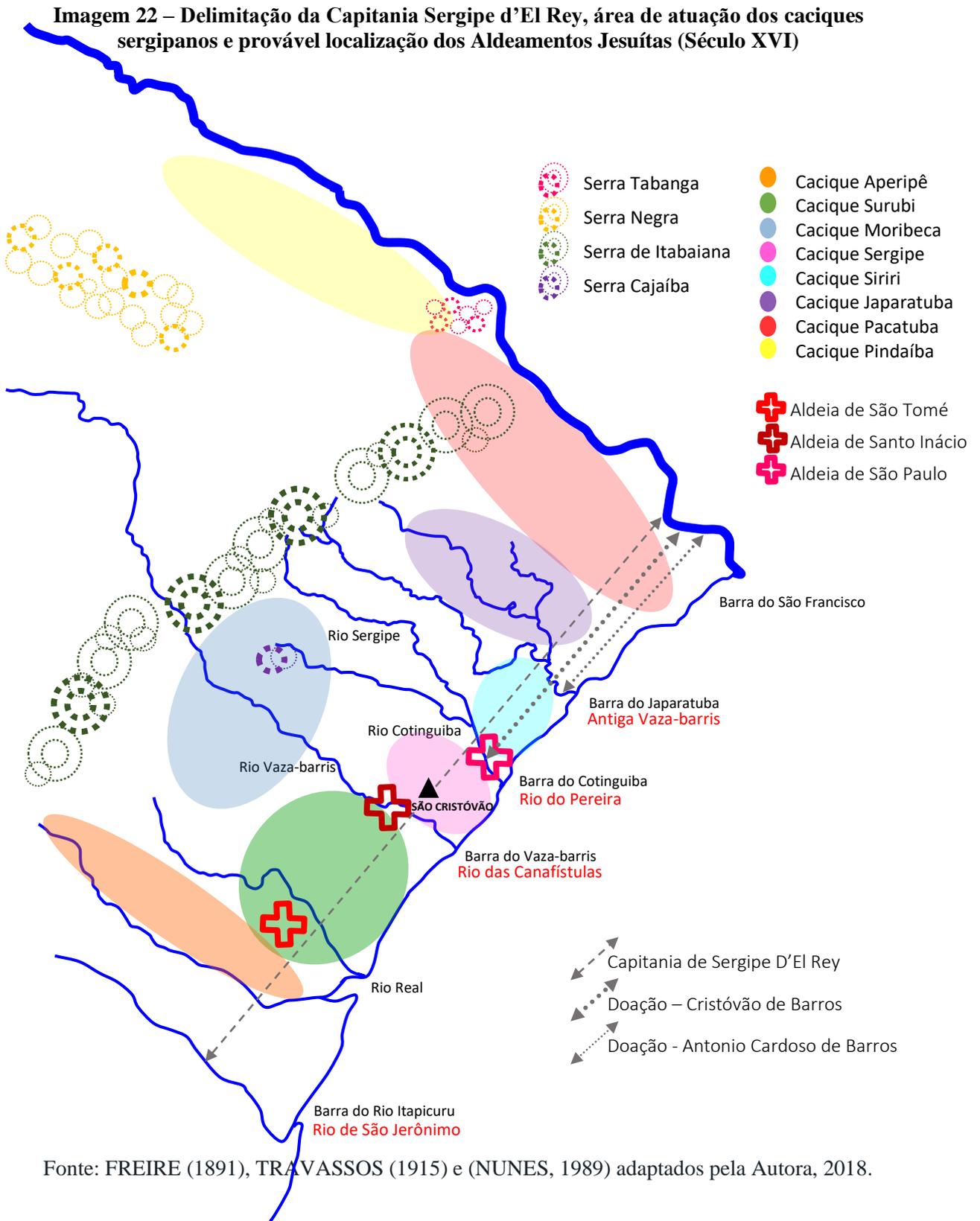
O Sergipe, numa extensão litoral de trinta e duas milhas, foi primeiro anexado ao domínio português por Cristóvão de Barros Cardoso, a quem o rei das Espanhas doou, em recompensa de seus serviços, essas mesmas teras entre o Sergipe e o rio São Francisco, com direito de vendê-las ou reparti-las com os colonos que quisesse, com a condição de fundar ali as colônias dentro do prazo marcado pelo rei.

Dentro dessa atribuição, o conquistador concedeu a seu filho, Antonio Cardoso de Barros, a primeira sesmaria que possuía 10 léguas de extensão na costa, indo desde a barra do Japarutuba ao rio São Francisco⁴⁰ (FREIRE, 1998, p. 283). Segue-se então uma tentativa de dar

³⁹“O Sergipe, numa extensão litoral de trinta e duas milhas, foi primeiro anexado ao domínio português por Cristóvão de Barros Cardoso, a quem o rei das Espanhas doou, em recompensa de seus serviços, essas mesmas teras **entre o Sergipe e o rio São Francisco**, com direito de vendê-las ou reparti-las com os colonos que quisesse, com a condição de fundar ali as colônias dentro do prazo marcado pelo rei”. Assim nos conta Gaspar Barléu em *História dos feitos praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau* (1940, p. 332, grifo nosso).

⁴⁰De acordo com Frei Vicente Salvador (1918, p. 247), “o conquistador concedeu a seu filho Antonio uma sesmaria de dez léguas de largura na costa, desde o rio Sergipe até o São Francisco, estendendo-se para o sertão com as capitanias dos donatários”. Entretanto, o religioso afirma, que por provisão régia de 20 de junho de 1597, a largura da costa foi reduzida a cinco léguas e o comprimento para o sertão a dez.

visibilidade a esta repartição de terras, deixando visível a divisão anterior entre as tribos indígenas. Os acidentes geográficos continuam sendo marcos decisivos para a divisão das glebas (Imagem 22).



Fonte: FREIRE (1891), TRAVASSOS (1915) e (NUNES, 1989) adaptados pela Autora, 2018.

Efetuada a conquista, Christovão de Barros, o “conquistador destes sertões”, “levanta um forte sobre o istmo que fórma a barra do rio Poxim, juto a fóz do rio Sergipe, hoje Cotinguiba, e junto a ele funda um arraial, a que deu o nome de cidade de S. Chistovão, em honra do santo do seu nome” (FREIRE, 1998, p. 280). Em 1590, foi assim projetada e resolvida a ocupação e colonização dessas terras, e o estabelecimento de uma nova capitania régia, que veio a se chamar Sergipe d’El Rey.

Um outro ponto a considerar é o nome atribuído às terras. Sergipe, originado do tupi “SI RI Û PE”, significaria “curso dos rios dos siris”. De acordo com Freire (1891, p. 3) talvez o aposto del Rei se justificaria pelo fato de que a conquista de Sergipe teria sido efetuada por ordem régia e à custa da coroa. Além disso, a capitania tomara o nome de Sergipe d’El Rey por haver Sergipe do Conde. Já Luiz Mott (2008, p. 141) em *Sergipe Colonial & Imperial: religião, família, escravidão e sociedade 1591 – 1882* diz ter encontrado nos documentos inquisitoriais a denominação “Sergipe o Novo”,

como forma coeva para distinguir a novel conquista da primeira localidade nos Brasis a possuir tal denominação, as terras anexas ao famosos Engenho Sergipe do Conde, situado no Recôncavo da Bahia, a légua e meia da foz do o rio Sergi, ou Sergimirim, considerado um dos principais engenhos da Colônia, propriedade inicial de Mem de Sá, cujo nome está associado à estirpe do Conde de Linhares.

Como se viu, a origem do processo de conquista e ocupação do território que se definiu como Sergipe d’El Rey pautava-se pela necessidade não apenas de dominar e conquistar terras para destiná-la a produção colonial, mas também para interligar, geograficamente, dois importantes núcleos coloniais do século XVI.

A conquista de Sergipe veio acabar com a solução de continuidade territorial que separava a capitania de Pernambuco da Bahia, que se constituíam como núcleos de povoamento mais importantes da costa nordeste no contexto dos primeiros séculos coloniais, e que, segundo Freire, não poderiam continuar separados, por via terrestre, em vista da unidade e harmonia de interesses que os aproximavam (FREIRE, 1998, p. 273).

A conquista dessa região também se relacionava com o movimento de ampliação da ocupação e fixação da presença portuguesa por toda a costa atlântica do que viria a se constituir seus domínios na América. Assinalada nesse contexto, como “uma expansão baiana” para o norte, como indica Pedro Calmon (1939) em sua *História do Brasil* não era mais uma “aventura de rapinagem, mas a guerra de grande estilo, que el’rei autorizava. Honrara e recompensava”.

A tomada do território e o domínio do gentio deveriam ocorrer, inicialmente, com a ação evangelizadora a partir da organização das missões jesuíticas. Entretanto, a submissão dos nativos via cristianização mostrou-se demorada e pouco frutífera. Além disso, a crescente

aproximação agressiva e belicosa dos colonos desenvolveu a desconfiança entre os nativos de que o intuito desses contatos era a escravização.

A vitória dos portugueses, através de Cristóvão de Barros teve importante significado para definir a permanência dos lusitanos na região, pois os franceses e nativos eram vistos como problemas articulados, já que ao eliminar um importante aliado do gentio nas batalhas, enfraquecia-se também a capacidade de resistência e ação militar dos franceses.

Facilidades de comunicação e segurança para o colono português na ocupação e fixação do território passaram a ser a meta das ações dos portugueses. Nestes termos, o “belicoso” território de Sergipe d’El Rey foi “desinfestado do gentio bravo”, como se dizia na época, em decorrência da sanguinolenta “Guerra de Sergipe” (MOTT, 2008, p. 145).

Estamos na altura dos anos de 1590. Temos já, portanto, a capitania constituída, as glebas de terras divididas e a tentativa de implantação de uma primeira vila realizada.

Outrora sorria um vale silencioso
Onde ninguém morava

.....
Agora cada visitante confessará
A agitação do triste vale.

(BACHELARD, 2013, p. 65)⁴¹

⁴¹ Poesia de Edgar Poe. BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos**: ensaio sobre a imaginação da matéria. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

4 A CONSTRUÇÃO TERRITORIAL DE SERGIPE D'EL REY A PARTIR DAS CARTAS DE SESMARIAS (1594 – 1623)

Consolida-se a hipótese de a colonização sergipana ter sido em seus primórdios essencialmente, uma empresa militar. E assim continuou. Os povoadores tinham que empreender constantes embates, fosse com o pirata francês na região litorânea, com os índios ou com os negros aquilombados no interior, chegados após a conquista de Cristóvão de Barros em 1590.

Cabe ressaltar que uma campanha como a de Cristóvão de Barros demandava uma grande quantidade de homens, armas e mantimentos, suporte econômico, que a grande maioria dos colonizadores não dispunham. Para obter êxito, os portugueses valeram-se de um recurso antigo: dividir os espólios de guerra que seriam as terras conquistadas e os nativos aprisionados.

Imersa numa política mercantilista, a ocupação do território visava angariar grandes rendimentos ao Tesouro Real. Para isso, era preciso, não só “pacificar” o indígena, afastar os corsários franceses da costa e criar um eficiente esquema de defesa da terra, mas distribuir sesmarias e intensificar uma produção agrícola que resultasse em produtos rentáveis à economia da Coroa.

As sesmarias eram lotes de terras doadas pelo donatário aos colonos (sesmeiros) cristãos, que as solicitassem e se dispusessem a pagar taxas e tributos ao Rei e a Ordem de Cristo e fazer produzir a terra, aplicar a justiça e cobrar impostos. Seus direitos eram semelhantes aos concedidos aos donatários. Para obterem uma sesmaria ou ampliá-la, o pedido era direcionado à Coroa, alegando serviços prestados e as guerras feitas aos índios (SANTOS, 2004). Portanto, as cartas de distribuição de sesmarias constituem um importante documento para se acompanhar a construção e ocupação dos territórios coloniais. No caso de Sergipe, contamos com 220⁴² cartas de sesmarias emitidas entre 1594 e 1669 e apresentadas como apêndice por Felisbello Freire (1891) em sua *História de Sergipe 1575- 1855*. Esta seção se baseará essencialmente nestas fontes.

Como se viu, a conquista de Sergipe foi um desdobramento da colonização da Bahia, uma vitória de seus latifundiários, que principalmente estimulados pela promessa de escravizar os indígenas, vieram ajudar a dar guerra em Sergipe d'El Rey em companhia de Cristóvão de

⁴²Luiz Mott (2008) em *Sergipe Colonial & Imperial: religião, família, escravidão e sociedade*, contabiliza 213 cartas concedidas aos primeiros colonos de Sergipe. Já a segunda edição da *História de Sergipe 1575- 1855* de Felisbello Freire (1891) vai contabilizar 218 cartas. Entretanto, na p. 416 o autor apresenta mais duas cartas sem títulos, sendo a primeira datada de 13.06.1610 e a segunda de 10.06.1611.

Barros, buscando dilatar seus currais e consolidar a retaguarda econômica para a indústria açucareira baiana (FREIRE, 1891).

Diante da já saturada ocupação do Recôncavo Baiano e dificuldade da expansão para o sul ante a ameaça dos Tapuias, o alargamento dos currais exigia a busca de novos pastos. Daí, decorre esse movimento rumo ao rio São Francisco, região possuidora de excelentes pastagens. Ponderação que vai de encontro à afirmação de Pedro Calmon em *História da Casa da Torre* (1983, p. 31) de que a base da expedição de Cristóvão de Barros ao território sergipano, teve como “porto e abrigo” a casa da Torre de Garcia d’Ávila, o potentado dono dos maiores rebanhos da Colônia.

Através da doação de sesmarias, Cristóvão de Barros procurou completar a obra iniciada com a empresa militar, seguindo as diretrizes da política colonizadora da metrópole. Juntamente com os rendeiros da casa da Torre, soldados, religiosos do clero regular e secular, pessoas de representação na capital da Colônia onde exerciam cargos de projeção como ouvidor, provedor, escrivão, alcaide, almoxarifes, “nobre morador”, “homem de posses”, ou pessoas buscando “se estabelecer na nova capitania”, que se tornaram os donos das terras para além do rio Real.

Assim, terras e mão de obra, as bases fundamentais da estrutura produtiva colonial, eram asseguradas através da conquista militar. A montagem das estruturas mercantilistas na capitania que, atendendo as necessidades das funções econômicas e militares, garantissem a soberania portuguesa, permitiu que se organizassem as formas de exploração da região, o que envolveu a efetivação de formas de apropriação da terra, de ocupação produtiva do espaço e de dispor e utilizar os trabalhadores.

As certidões de sesmarias relativas a Sergipe d’El Rey emitidas entre 1594 e 1669, registros autênticos e oficiais do processo de ocupação das terras sergipanas, como se verá, além de testemunharem a grande corrida pela posse de terra nos primeiros doze anos de sua “conquista oficial”, descrevem as primeiras aglomerações, povoação e habitantes, nos âmbitos socioeconômicos – geográfico.

A análise do conteúdo das cartas de sesmarias, tornou-se fonte imprescindível, no sentido de angariar elementos para a problematização de aspectos como o movimento de ocupação, as formas, direções e o caráter assumido pela colonização do território sergipano naquele momento. Para análise desta documentação, adotou-se a categorização: ano da doação, sesmeiro, dimensões das terras concedidas, local da doação, identificado através de marco ou limite natural/artificial e justificativa apresentada pelo solicitante (Apêndice A – Quadro de doações).

Esclarece-nos Cezar Alexandre Neri Santos (2012) em *De Cirigype a Sergipe Del Rey: os topônimos nas cartas de sesmarias (1594-1623)*, que independente de qual capitania ou século, a carta de sesmaria possuía constituintes formais que a caracterizava como uma certidão específica. Se estabelecia a partir da ação do requerente que encaminhava ao capitão-mor ou ao governador uma petição pleiteando determinada extensão de terra, devendo especificar o seu nome, o lugar onde residia, a disposição geográfica, extensão e confrontações da posse e quais serviços eram pretendidos para o território doado.

Lucas Munhoz Moura (2016) em *Regime de sesmarias no Brasil-colônia: uma análise comparativa entre as capitanias do Grão-Pará e Piauí*, acrescenta que esse requerimento era analisado e emendado com informações pelo provedor da fazenda real, da câmara municipal e do procurador da Coroa. Tinha-se por fundamental ratificar o caráter público das terras solicitadas, bem como atestar se o requerente tinha as devidas condições para aproveitá-las. Cabe ressaltar a necessidade de o requerente ser cristão, com outorga de regalias aos homens com qualidades pessoais favoráveis e com posses, tendo a concessão também um caráter recompensador por serviços oferecidos ao rei. Encerrado esse processo administrativo, despachava-se o parecer final, com a garantia do direito individual de propriedade sobre a terra mencionada pelo governador ou capitão-mor.

Nos primórdios do sistema sesmarial no Brasil-colônia, as doações de terra eram realizadas gratuitamente, já que o solo não pertencia a nenhum senhorio, devendo-se, unicamente, o pagamento do dízimo à Ordem de Cristo, calculado sobre a produção desenvolvida pelo sesmeiro. O dízimo era obrigação do fiel com vistas a alargar o reino de Cristo na Terra, evidenciando-se a estreita relação do cristianismo com a aquisição dessas terras. Posteriormente, o sistema sofre alterações (MOURA, 2016).

Concentrando-se na categorização adotada, a análise das “cartas de Felisbelo” motiva algumas observações. Ao se iniciar a análise destes documentos, evidencia-se, por exemplo, a heterogeneidade dos que recebiam tais doações, os sesmeiros. Percebe-se que nos pedidos de doações, prevaleceu amplamente o espírito bélico e o sentido da compensação pelos serviços prestados na guerra e pelo desempenho desses indivíduos que atuaram “pelo bem de Vossa Majestade”. Ter lutado diretamente em prol da expulsão dos franceses, usado de “despesas próprias” para a conquista e participado na guerra contra o gentio, transformaram-se em importantes critérios dignos e merecedores de recompensa real, denotando valores nobres ao processo de ocupação da terra.

A doação de terras na capitania de Sergipe d’El Rey começou em 1590 e foi até 1623. Até 1594 registra-se as doações feitas à Cristóvão e Barros e ao seu filho Antonio Cardoso de

Barros. Do total de 221 doações, 208 foram feitas entre 1594 e 1607. De maneira geral, era comum o fato de os pretendentes justificarem seus pedidos de terras pelo motivo de serem “pessoas de posse”, o que possivelmente intentava sinalizar uma presumível capacidade de investimento e certeza de exploração econômica. Porém, nas concessões analisadas, percebe-se em algumas situações, o cuidado em não doar grandes extensões a poucos indivíduos. As sesmarias recebidas em decorrência da vitória de Cristóvão de Barros eram, em sua maioria, lotes de até uma légua² (4.356ha) de extensão (Quadro 7).

Quadro 7 - Distribuição de sesmarias no período de 1590 a 1623

DOAÇÕES DE SESMARIAS – 1594 a 1623

1 légua = 6.600ms/ 1 légua² = 4.356ha

	<i>ANO</i>	<i>Nº DE DOAÇÕES</i>	<i>DIMENSÕES EM LÉGUAS²</i>
1	1594	1	< 1
2	1595	2	< 1
3	1596	28	2 > 1 26 < 1
4	1597	2	< 1
5	1598	---	---
6	1599	4	< 1
7	1600	33	24 < 1 3 > 1 4 = 1 2 imprecisas
8	1601	28	23 < 1 2 > 1 1 imprecisa 2 = 1
9	1602	79	58 < 1 5 > 1 1 imprecisa 15 = 1
10	1603	15	7 < 1 2 > 1 6 = 1
11	1604	1	> 1
12	1605	---	---
13	1606	9	1 < 1 6 > 1 2 = 1
14	1607	6	1 < 1 3 > 1 2 imprecisas
15	1608 - 1609	---	---
16	1610	1	< 1
17	1611	1	> 1
18	1612 - 1613	---	---
19	1614	1	> 1
20	1615 - 1620	---	---
21	1621	1	> 1
22	1622	---	---
23	1623	9	2 < 1 3 > 1 1 imprecisa 3 = 1

Fonte: FREIRE. 1977 adaptado pela AUTORA, 2018

Constata-se que 32 sesmarias possuíam dimensões iguais a uma légua² (4.356ha), 30 tamanhos superiores a uma légua², 7 doações de área imprecisa e as demais 152 de dimensões inferiores a uma légua². Do total de casos, 32 sesmeiros foram privilegiados com mais de um lote, iniciando cedo um processo de concentração de terras não contínuas nas mãos de um mesmo proprietário. A partir dos seus dados, é interessante constatar que as terras próximas ao litoral, que ofereciam melhores condições para a agricultura e produção exportável tinham menores dimensões.

A recorrente alusão a terras devolutas nos pedidos de sesmarias revela a dificuldade de fixar o povoamento e promover a ocupação nesses primeiros anos de colonização. Ao que parece, novas distribuições de terras ocorreram entre 1600 e 1602, pois é presente a menção dos sesmeiros à convocação por meio de pregão na Bahia, chamando colonos interessados em possuir terras na capitania de Sergipe.

De acordo com Nunes (1989, p. 97) às autoridades metropolitanas interessava a possibilidade dos lucros que as sesmarias ocupadas pudessem rapidamente render. Percebe-se na documentação sesmarial o cuidado dos administradores em fixar prazos para a ocupação das terras, sob o risco de devolução. Na capitania de Sergipe, o tempo determinado para que as terras fossem declaradas devolutas era de um ano do ato de doação, enquanto no regimento de Thomé de Souza o tempo determinado era de três anos. Ainda segundo a autora, a distribuição de sesmarias aos soldados que acompanharam Cristóvão de Barros, avaliadas como pessoas sem posses, trouxe a “democratização” da terra na nova capitania, já que comumente era ela privilégio de pessoas abastadas.

Constata-se ainda novas doações a indivíduos que já possuíam terras. Neste caso, a estratégia utilizada para solicitar uma sesmaria ou aumentar os limites de um lote recebido, consistia em denunciar o não aproveitamento econômico de uma propriedade doada. Através deste recurso, a denúncia se tornou um importante argumento para o requerente dar destaque ao fato de ser morador estabelecido na capitania, diante da situação de absenteístas.

Mais uma vez, era necessário dar ênfase ao respeito merecido pelo fato de ser morador e os feitos militares relacionados à conquista. Mais do que salientar o triunfo da dominação e o aniquilamento dos indígenas para a obtenção de mercês e recompensas, esses elementos ajudavam a sustentar uma concepção aristocrática da posse da terra.

Das cartas de sesmarias, extrai-se indícios seguros de que a administração colonial buscou controlar a extensão das propriedades doadas. Tal aspecto, além de contribuir para relativizar a ideia consolidada da formação imediata de grandes potentados e da composição de

verdadeiros latifúndios, faz reconhecer no cenário sergipano, variadas formas de posse que agrupavam grandes propriedades com as de menor extensão.

Na prática, a literatura afirma que o sistema sesmarial tendia a privilegiar os homens de qualidade e/ou de cabedal na posse de terras cultiváveis. Essa característica indicava que atuar na organização econômica colonial era um privilégio. Entretanto, segundo Edna Maria Matos Antonio (2012) em *A qualidade da terra e dos homens: colonização e posse de terras na América Portuguesa (Sergipe – séculos XVI – XVII)*, isso não impedia a participação de “homens de escassos recursos de investimentos” na colonização, o que não significava dizer que estivesse disponível a “qualquer pessoa”. Na falta de condições financeiras prévias, ainda segundo a mesma autora, poderia nascer do capital político a oportunidade para a ascensão social e econômica para indivíduos destituídos de fortuna. Como exemplo a autora cita Garcia D’Ávila, que converteu o patrimônio inicial de duas vacas em um potentado dos mais poderosos e abastados da colônia.

Posto isso, observa-se o relevo adquirido pela dimensão política das relações sociais. Para a construção desses vínculos, funcionava um mecanismo que envolvia pactos, acordos, dependência, submissão e respeito. Nele, eram trocados benefícios materiais e simbólicos por submissão política, de *effectus* por *affectus*, de serviços por honra, importante interação para compor e definir hierarquias de poder entre homens livres (ANTONIO, 2012, p. 57).

Esse aspecto gerou fortes interferências na caracterização original da posse fundiária na capitania, pois, a medida que as melhores terras do litoral ou de áreas férteis próximas aos rios foram destinadas a sesmeiros de maior recurso e prestígio, restou ao colono de menor cabedal tentar se fixar em áreas mais distantes. Esta condição da posse fundiária e a destinação produtiva foram fundamentais para moldar o perfil do povoamento e o modo de acesso a terra em Sergipe d’El Rey.

Do exame das petições de terra, especialmente dos serviços pretendidos pelos sesmeiros, verifica-se a recorrência das expressões: “criasois de gado vaqun e das mais criasois”, “terras para mâtimentos e pastos para gado”, “criasois de gado vaqun e outros miudos”, confirmando que a pecuária foi certamente a atividade econômica responsável pela ocupação colonial do território sergipano naquele contexto. Na explicação pela primazia da pecuária, deve-se lembrar que o estabelecimento de engenhos ou de lavoura de exportação exigia grande cabedal, nem sempre disponível à boa parte dos sesmeiros.

O gado, ao lado das culturas de subsistência, eram atividades que esses sesmeiros poderiam desenvolver. Além disso, poucas seriam as exigências para o estabelecimento de uma fazenda, caso o proprietário possuísse algumas cabeças de gado. Esta informação combina com

o relato do Capitão Diogo Campos Moreno que no *Livro que dá razão do Estado do Brasil* de 1612, registrou a vocação econômica desta região incrustada no meio de duas capitanias, áreas de ponta de exportação:

Toda essa terra he feril de mantimentos de toda a sorte, fazem nella muitas madeiras de importância para embarcações e edificios, as quaes com muita facilidade se podem trazer a Bahia para fabrica de galiões. Tem poucas agoas para engenhos, mas tudo há canas prantadas, e hum engenho compesado.

(...)

Esta capitania he muito proveitossa aos engenhos e fazendas de Pernambuco, e da Bahia para as quaes todos os anos vai muito guado assim para comer como para ceruiço. Cria-se nestes pastos muito boas eguoa e bons cavalos, que dos do Brazil são os milhores (MORENO, 1612, p. 544, grifo nosso).

A questão da distribuição do solo e ocupação humana entrelaçam-se aos elementos ambientais, orientadas pela necessidade de colonização. Através das estratégias de ocupação e posse das terras e das formas de exploração nelas aplicadas, subordinadas às características peculiares do solo e clima, define-se o ritmo da ocupação deste território, movimento que foi ampliado seguindo o litoral e acompanhou o curso dos rios da região sul da capitania, aproveitando seu solo fértil e sua localização próximo da capital administrativa da Colônia, a cidade do São Salvador.

Com vistas a continuar a empreitada em busca da reconstituição da construção territorial de Sergipe d'El Rey, um outro dado que as cartas de sesmarias revelam são informações acerca da toponímia. Chama a atenção a predominância de vocábulos tupi, o que nos faz deduzir uma relação ativa entre colonizadores e indígenas. Neste sentido, cuidadoso trabalho desenvolveu Cezar Alexandre Neri Santos (2012) em *De Cirigype a Sergipe Del Rey: os topônimos nas cartas de sesmarias (1594-1623)*, que catalogou, classificou e interpretou os topônimos coletados nos documentos de doação se apresentando muito útil. Dos setenta e três nomes analisados, o autor identificou a procedência indígenas e as reminiscências ocasionadas pelo contato interétnico em cinquenta e sete topônimos.

Outro aspecto a ser destacado ainda sobre esta questão é que seguindo o pensamento de Luiz Mott (2008) em *Sergipe Colonial & Imperial: religião, família, escravidão e sociedade*, estes seriam também sinais de miscigenação cultural. Segundo o autor, havia uma inconstância nestas nomeações, refletido possivelmente a dificuldade dos primeiros colonizadores de memorizar e padronizar denominações toponímicas indígenas, tão diversas da fonética lusitana, mas tão importante de serem referidas a fim de demarcar com a precisão possível, as “datas de terra” que pleiteavam receber como mercê real (MOTT, 2008, p. 141).

Ainda segundo Mott (2008), tudo em Sergipe revelava-se instável e impreciso nestes primeiros anos de ocupação, a começar por seu próprio nome, que antes de se fixar como

Sergipe foi grafado em mais de uma dezena de variantes⁴³. Outro bom exemplo desta confusão é o nome de um dos principais afluentes da zona açucareira de Sergipe, o atual rio Cotinguiba, que em sua embocadura se situou a antiga cidade de São Cristóvão, topônimo que aparece grafado com grande variação.

Vasculhando as referidas cartas de sesmarias, notamos que os conquistadores e colonos mantiveram na maioria dos casos, os mesmos topônimos utilizados pelos indígenas, provavelmente acreditando que assim estariam tornando mais segura a localização das glebas requeridas. Os rios, ribeiras e riachos foram os principais pontos de referência toponímica nesta ocupação territorial. Importante contribuição nos deu Felisbello Freire (1891) ao comentar esta primeira relação da malha fluvial de “Sergipe o novo”, sempre buscando, identificar tais variações como “reflexo da instabilidade cultural desta frente pioneira de colonos portugueses em franco processo de inclusão de neologismos da língua tupi e posterior mestiçagem vernacular” (MOTT, 2008, p. 142).

Outros acidentes geográficos e localidades são igualmente referidos nas cartas, sendo nomeadas lagoas, um único mangue, conhecido como *Corropoíba* e situado nas proximidades do rio Cotinguiba. Veredas cortam a novel capitania conquistada por Cristóvão de Barros. Algumas poucas serras e outeiros também mantiveram seus primitivos nomes tupis: Serra da *Cayaiba* ou *Caiaiba*; Serra do *Bogio* (macaco em tupi), Serra do *Piauhy* e da *Tabangua*. Passam de uma dezena os lugarejos nomeados no território sergipense nessa passagem do século XVI para o XVII, predominando os nomes nativos, repetindo diversas destas localidades a mesma denominação dos rios em cujas margens estavam situados.

Com exceção da Aldeia de São Tomé, localizada nas imediações do rio Real e assim batizada pelos jesuítas em 1575, as demais povoações referidas nas cartas mantem seu nome tribal: *Maitacanema*, *Taperaqua* e *Tepahoqua*. São citadas algumas “taperas⁴⁴”, termo tupi (*tawapwera*, “taba que foi”), que originalmente significava “aldeia abandonada, habitação em ruínas”, mas que segundo Mott (2008, p. 144) posteriormente, também será compreendida como “fazenda que algum tempo se granjeou, e que depois se abandonou e deixou fazer mato ou sapezal, por cansada”. Esta também é uma indicação interessante visto que demonstra registros de diversos núcleos desaparecidos ou abandonados.

Com base ainda na documentação sesmarial, passamos a espacializar a ocupação deste território, considerando agora a rede hidrográfica. Constata-se anteriormente a esta fonte, que

⁴³*Cyri-gy-pe*: no rio dos siris (GUARANÁ, 1914, p. 321).

⁴⁴Tapera: corr. *Tab-era*, aldeia extinta, ruína, povoação de outr’ora; alt. *taguera* (SAMPAIO, 1901, p. 152). *Tap*, forma contracta de taba: aldeia; *oéra*: velha, arruinada (GUARANÁ, 1914, p. 322).

as terras no entorno dos rios Real e Piauí foram as primeiras a serem ocupadas e povoadas, tendo em vista, que desde 1575, as missões de Gaspar Lourenço e as tentativas de conquista de Garcia D'Ávila já terem tornado habitáveis as zonas banhadas por estes rios.

Assim, de 1595 a 1600, a ocupação se deu pelo sul. “Quase todo território que avizinha principalmente os dous primeiros rios ficou ocupado por lavradores e criadores, a pouca distancia do litoral” (FREIRE, 1891, p. 34-35). As posses do rio Poxim são iniciadas em 1596 (Fluxo 1, Imagem 23).

Segundo Freire a constituição do solo e o caráter étnico direcionaram a ocupação do território, com a fixação de brancos e negros dedicados a “profissões de hábitos fixos” numa faixa de “dôze léguas” de litoral, e de indígenas e “seus produtos de cruzamento com o branco e preto” no interior do continente, entregando-se “às profissões pastoris”:

A constituição chimica do solo poderosamente influiu sobre a direcção que, cedo, tomou a lavoura, situando-se na zona oriental da capitania, por ser a que mais se prestava á tendência muito inherente á raça que veio colonizar, com auxilio principalmente da africana por ser a mais rica e mais apta á espécie de exploração colonial que havia de dominar, caracterizada pela cultura da canna e fabrico do assucar. Por uma hereditariedade que lhes vêm de antecedentes muito longínquos, o branco e o preto dedicam-se ás profissões de hábitos fixos.

Esse character ethnico guiou as duas raças a procurarem a zona oriental, em uma distancia de dôze léguas para o occidente, para nella gerarem os focos de população. Ao indígena e seus produtos de cruzamento com o branco e preto, ficava a zona occidental, pela pobreza de seu solo para qualquer exploração agrícola, afim de nella desdobrar a atividade de uma vida nômade, entregando-se ás profissões pastoris (FREIRE, 1891, p. 35).

A colonização do Vaza-barris começou em 1598, mais tardia do que a do rio Real e Piauí. Nos dez primeiros anos, raras são as doações junto aos rios do norte. Para lá migravam o indígena, “furtando á escravidão que se lhe queria impôr” (FREIRE, 1891, p. 35). Se formavam centros de resistência, enfraquecidos à proporção que a marcha avançava e o natural era expatriado.

Retornando ao tema dos indígenas, a sua reação à escravidão unida à proteção dispensada pelos jesuítas, incrementavam o regime dos aldeamentos e desfalcavam os braços das lavouras. Assim, será cada vez mais, introduzida a presença dos negros como mão de obra, ponto até agora pouco abordado. Segundo Mott (2008, p. 153) a primeira referência a presença de cativos negros em terras de Sergipe d'El Rey é identificada na confissão de Roque Garcia ao Santo Ofício à Bahia, datada de 1591.

Os pedidos de sesmarias comprovam que uma parcela dos requerentes, geralmente vindos da Bahia, possuíam escravos negros, inicialmente destinados à pecuária. Entretanto, caberia à agricultura “de mantimentos”, e depois à lavoura de fumo e à cana-de-açúcar absorver os contingentes negros entrados na capitania.

Declararam a posse de escravos em suas cartas de sesmarias, Melchior Dias Caramuru, que recebeu terras no rio Real em 1601, João Dias e Luis Alvares, moradores de Tatuapara, Domingos de Vilacham, Henrique Muniz Barreto e Joam Garcez, moradores da Bahia e Gaspar de Amorim e Francisco Borges, de Sergipe, que receberam doações em 1602. Somente Francisco de Barros e Sebastião de Brito Correia, que alcançaram terras no rio Sergipe em 1602, declaram a posse de escravos e o propósito de se fazer engenho.

Os registros da presença de escravo africanos em Sergipe Del Rey são escassos até o final do século XVIII. Apesar da instalação dos primeiros engenhos em Sergipe remontar ao começo do século XVII, o assentamento do trabalho negro na cultura açucareira, resultado de conjunturas específicas que serão tratadas adiante, só ocorrerá com a expansão e consolidação dos engenhos pelas várzes dos rios Cotinguiba, Vaza-barris e Piauí no final do século XVIII e início do XIX.

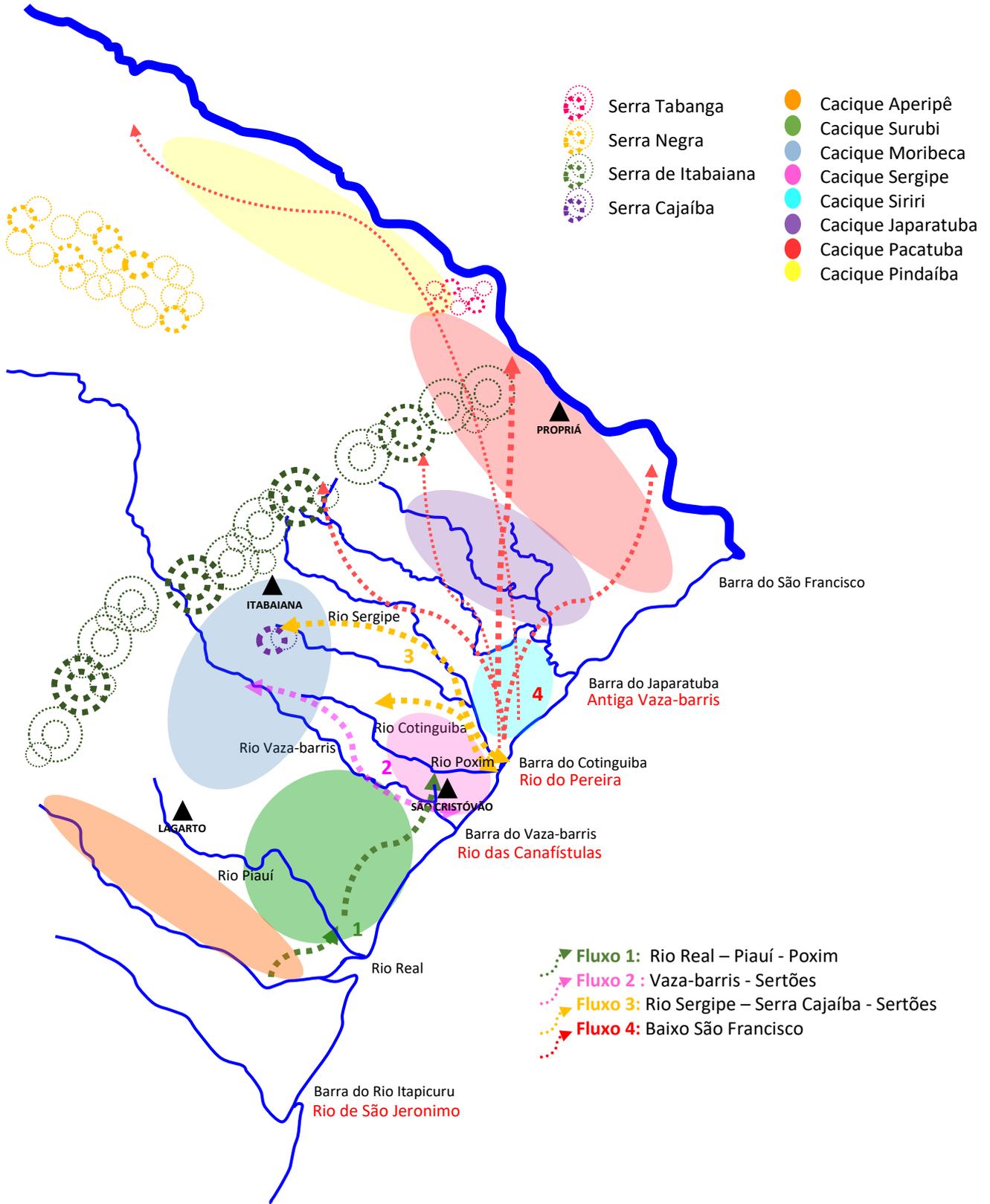
No sentido de conceder uma visualização às referências extraídas das cartas de sesmarias vinculadas ao tema os rios, sobreporomos esta informação aos dados já disponibilizados relativos à espacialização das tribos indígenas e os principais acidentes geográficos que estão cumprindo papel balizador na ocupação das terras.

Uma informação importante pode ser deduzida da carta de Miguel Soares de Sousa. Ela informa sobre a pretensão do sesmeiro de formar roças e se dedicar a criação de gado. Como sua área encontra-se no entorno da cidade de São Cristóvão, este fato nos leva a supor que a área já estava toda ocupada em 1596.

Quanto ao rio Sergipe, somente três doações são feitas nas suas vizinhanças, cujo curso se faz na porção setentrional. Já seguindo o curso do rio Vaza-barris, considerado a mais importante rota de penetração nos Sertões de Sergipe, inicia-se um segundo movimento expansionista, que se direciona do sudeste para o sudoeste, afastando-se do mar. Nele, os colonizadores e seus rebanhos vão se estabelecer nas regiões semiúmidas já em transição para o semiárido, recobertas de pastagens (Fluxo 2, Imagem 23).

A partir de 1600 até 1602 o movimento de ocupação segue para o norte e para o centro da capitania. Terras são concedidas nas circunvizinhanças do rio Sergipe e da serra de Itabaiana. Em 1601, Belchior Dias Moréia, neto de Caramuru, solicita uma grande doação no rio Real, onde posteriormente instituiu “um morgado e alega seus serviços na conquista de Sergipe, onde se tinha estabelecido como creador, desde 1599” (FREIRE, 1891, p. 36).

Imagem 23 – Movimentos de ocupação do território sergipano (Séc. XVI – XVII)



Fonte: Adaptação da AUTORA, 2018

Mas também os escravos, recém introduzidos vão ser responsáveis por outras novas ocupações no território. Por esse tempo os negros de Sergipe abandonaram as fazendas e reunidos com outros da Bahia, formavam grandes mocambos nos palmares do rio Itapicuru, dificultando o trânsito por terra para além do rio Real até a Bahia. Como, anteriormente, fizera o indígena, o negro empreendeu fuga para os sertões, geralmente em grupos organizando os quilombos.

Como consequência, para desalojá-los, tornou-se necessário que o governo da Bahia mandasse vir índios potiguares comandados por Poti, que se tornaria o herói Felipe Camarão das guerras holandesas (FREIRE, 1891). Como capitão-do-mato teve tanto êxito que seria aquinhado com escravos negros aprisionados após a destruição dos mencionados mocambos do rio Itapicuru, e com uma sesmaria em terras sergipanas (NUNES, 1989).

Voltando ao tema da concessão de sesmarias, elas também foram concedidas a ordens religiosas. No início dos seiscentos, posses de sesmarias são solicitadas próximas ao rio Sergipe em “duas léguas em quadra” (17.424 hectares) pelos Padres da Companhia de Jesus⁴⁵, que já tinham obtido doações nas terras do rio Real e Sergipe, o que pode ser confirmado nas cartas de Cristovam Rabelo, datada de 16 de maio de 1596 e de Miguel Soares de Souza de 26 de maio de 1596. A nova doação referia-se a terras “junto a serra da Cahyba, na tapera de Pirapoan, entre o valle do Vasa Barris, a serra de Itabaiana e subindo o rio até aquelle pico” (FREIRE, 1998, p. 288) (Fluxo 3, Imagem 23). Diz a carta:

Saiban etc. diz o irmão Amaro Lopes em nome do padre reitor da companhia de Jesus que eles, Vai em quatro anos pouquo mais ou menos que estão ajudando a povoar esta capitania sustentado a passagem do Vasa Baris e vindo todos os anos a esta capitania ajudar o espirituall com muito trabalho outro si aqui he moradores pera terra no que em tudo fasem muito serviso a déus e a sua magestade porque ora elles sopricantes tem metido muito fabriqua asin de gentes como de gado e suas criasois e **a terra que lhe he dada não he capaz de sustentar a sua fabriqua o mais que querem meter por quanto não servem mais que de pastos e ora junto a serra de cayaiba que podem ser oito llegoas desta povoação esta huã tapera que se chama pixapoam a quall se se povoar se fara muito serviso a déus e a sua magestade e bem crecemta muito a esta capitania por coanto he frontera e segura esta capitania pera que os moradores se posam allargar povoando suas terras que por medo deixão alguns de povoar e ora elles a querem povoar e por nela fabriqua de gente e gado e cultivala pera que tenham mantimentos pera poderem se sustentar visto serem moradores ja pedem a Vm. lhe de en nome de sua magestade por devoluta no primeiro vale que esta antes da dita tapera pera elles tres llegoas de terra a quall terra se demarcara pero dito valle direito ao rio Vasabaris e pelo rio asima tornãdo pellas fraldas da Itanhana e cayaiba para oeste de maneira que fique as ditas tres llegoas em quadro erm- dou ao sopricante em nome de sua magestade na parte que pede duas**

⁴⁵Além da ordem da Companhia de Jesus, em 1603, os beneditinos, representados pelo Frei Domingos, solicitam do capitão-mor um idêntico favor para “novamente nesta sidade hordenar huma casa de sua ordem”, “llaurar mantimentos canas e o mais que lhes for nesario”. Para que viessem a cultivar e fazer seu mosteiro, os padres de São Bento receberam “huma llegoa de tera em coadro (...) pelo rio de cotimdiba” (FREIRE, 1891, p. 387). De acordo com Nunes (1996, p. 248-249) não existe qualquer notícia conhecida da presença dos beneditinos em terras sergipanas. Por não cumprirem os itens implícitos na carta de doação, perderam o direito à posse de sesmaria.

llegoas de terra em quadro de sesmaria com todas as auguas e madeira a que nella se achar em Seregipe a des de marso de seis sentos e hu o capitão M. M. B. em ausencia de Diogo de Qoadras (FREIRE, 1891, p. 373, grifo nosso).

Essa sesmaria que, como se viu, referindo-se à tapera de Pirapoan, já significa um repovoamento, trouxe a colonização da zona sertaneja, com a vantagem de “segurar a capitania pelo sertão”, para que “os moradores se posam allargar povoando suas terras que por medo deixão algus de povoar”. Com tão grande posse territorial, os jesuítas iniciam o trabalho de aldeamento, organizando-se em povoações de no máximo trezentas casas. Levantam propriedades açucareiras, edificam capelas, além do templo junto à capital, que serve de colégio (FREIRE, 1891).

Convergiram para a mesma região em 1602, as solicitações de Manuel Thome D’Andrade, Francisco Borges, Gonçalo Francisco, Duarte Muniz Barreto, Jorge Barreto e Pero de Novaes Sampaio, recebendo doação de sesmaria “para detraz da Itabaiana para a banda de ponente” terra “fora de mao e perigosa de gemtes e llugar onde hum ome so não pode ir para sua fasenda” diante dos vorazes indígenas, que ali se resguardavam da escravidão imposta pelo domínio português. Em 1603, chegam “ao pé do outeiro de tabanhana” para ajudar a povoar Philippe da Costa e Melchior Velho e em 1606, Sebastiam de Pontes.

Pelas particularidades climáticas e de vegetação desta localidade, os sesmeiros encontraram condições adequadas para desenvolver atividades de pecuária e de cultura de mantimentos. Tal especialização produtiva justificava-se pela criação de *gado vacum*, que ilimitadamente se multiplicava, demandar pouca inversão de capital e dispensar especialização. Dessa forma, fixou-se uma população reduzida a posseiros recebedores das primeiras sesmarias que, com os seus escravos, desenvolviam lavouras de gêneros para consumo interno e de todos os cereais, bem como a criação de ovelhas, cabras, porcos, aves domésticas, e a cana-de-açúcar, em menor número, somente para o consumo local.

A região de Itabaiana destacava-se também por ser o local das primeiras explorações mineralógicas de Belchior Dias Moreia, já mencionado, morador e proprietário de fazendas de criação às margens do rio Real.

Ao mesmo tempo que se povoava a zona de Itabaiana, a colonização seguia pelo vale do Vaza-Barris (FREIRE, 1998, p. 289).

Poucos anos depois da colonização do Vaza-barris, inicia-se a do Cotinguiba e Sergipe, e seus respectivos afluentes, apesar que desde 1594, Thomé Fernandes ter solicitado terras no “Contemguiba pera onde se acabam os Mangues verdadeiros que chamão corropoiba” (FREIRE, 1891, p. 349). Mas só em 1602 em diante, acentua-se o povoamento da bacia desse

rio. Nesta mesma época, além da criação de gado e lavouras de mantimentos, o cultivo da cana-de-açúcar para a instalação de engenhos começa a aparecer como justificativa para as concessões de sesmarias. O movimento avança no sentido do fértil vale do Cotinguiba, onde colonos dariam início a tímida produção açucareira. Entretanto, a uberdade desta zona viria a assegurar “a prosperidade dessa exploração agrícola, que para o futuro havia de conquistar supremacia sobre a criação de gado” (FREIRE, 1891, p. 40) (Fluxo 3, Imagem 23).

Outro fato importante ocorre a esta altura: é solicitada a transferência da sede capitania, a cidade de São Cristóvão. Este fato, recorrentemente abordado na literatura, é confirmado pela carta de sesmaria datada de setembro de 1603, na qual, o conselho da capitania pede uma doação de terra alegando a mudança da cidade de São Cristóvão “que no tall tempo estava no Aracaju⁴⁶” (FREIRE, 1891, p. 32), veio facilitar a colonização do Vaza-barris, Poxim, Cotinguiba e seus respectivos afluentes.

Como se viu, fundada em 1590, a sede administrativa da capitania ergueu-se próxima à foz do rio Sergipe, no istmo formado pelo rio Poxim, voltada para o mar, com o fim de vigilância ante a ameaça dos navios estrangeiros. Entre 1594-95, a cidade foi transferida para terras situadas entre o rio Poxim e o litoral. Permaneceu nesta localidade por pouco tempo, pois a segunda e definitiva mudança de sítio, é mencionada na carta de doação, como ocorrida em 1607 para quatro léguas a dentro da enseada do Vaza-barris, na confluência que faz com o Paramopama (NUNES, 1996, p. 171). Essa mudança recebeu uma avaliação negativa dos moradores, pois a nova localização não facilitava o acesso de embarcações devido à maré baixa, dificultando e até mesmo impossibilitando a navegação, mesmo de barcos de pequeno porte.

Segundo Campos Moreno (1612), embora tivesse o status de cidade, São Cristóvão não passava de um pequeno aglomerado de casas, deslocado segundo a vontade e comodidade daqueles que assumiam o governo da capitania. De fato, esta era uma situação comum à época visto que o título de cidade era concedido não necessariamente vinculado à dimensão do núcleo povoado. Quanto às mudanças territoriais da cidade, fontes primárias narram que poderia se tratar apenas de um capricho dos proprietários de terra para que a sede da capitania ficasse mais perto de suas fazendas, que a essa época começavam a ocupar o vale do Cotinguiba e a formar os primeiros engenhos.

⁴⁶Aracajú: Capital do Estado. Comarca. Ribeiro afluente do Cotinguiba (GUARANÁ, 1914, p. 298); ár-nascer; *cajú*-fructo do cajueiro: lugar de cajueiros (MARTIUS, 1867); “*ar-acayú*: cresce ou nasce o cajueiro; apanhar ou colher caju; corr. *ara-acayu*: caju do tempo, ou da estação; corr. *ará-cayú*: cajueiro dos papagaios (SAMPAIO, 1901, p. 111); *ara-cayu*, cajueiro dos papagaios. Capital de Serjipe (BUENO, 2008, p.561); *mabaracagüpe*>*marãcagü*>*maracagu*>*aracaju*, ribeira do gato, aurora da mata, aurora dos cajueiros (SOBRINHO, 1955, p. 65-6); *ara*-doença; *ca*-fruta; *ju*-amarelo, fruta amarela contra a doença, isto é, contra a febre palustre (SOBRINHO, 1955, p. 65-6);

Segundo Nunes (1996, p. 170) a precariedade, simplicidade e o lento desenvolvimento de São Cristóvão até o final século do XVII decorriam das atividades econômicas essencialmente agrícolas as quais se dedicavam seus habitantes. Impunha-se apenas por sua função política como sede da capitania, embora, economicamente, não fosse o núcleo mais próspero. Ainda segundo a autora, os moradores de São Cristóvão de fato viviam nas casas-grandes dos engenhos e fazendas, assim como nas modestas habitações dos sítios ou nas choupanas, casebres e senzalas levantadas nas proximidades das residências dos senhores de terras.

Mas a ocupação das terras continua a avançar. No movimento rumo ao sertão, seguindo o curso dos rios e dizimando a população nativa que resistia ao avanço da ocupação portuguesa, os colonizadores alcançam as regiões do norte e se fixam na margem direita do rio São Francisco, em 1606 (Fluxo 4, Imagem 23).

Portanto, finalmente a ocupação alcança o limite norte da capitania. Muitas sesmarias foram distribuídas na região do Baixo São Francisco, a partir da fixação de fazendas voltadas para a criação de gado com a formação dos currais e a constituição de pequenas roças, conforme relata a carta de doação de Thomé da Roxa, datada de 8 de outubro de 1606:

(...) no Rio de sam francisco pelo..... **asima há pastos e teras que nunca forão quoltivadas de branquos por serem as ditas partes de tera escavada pera seo guado e lhe são nesesarjo pastos** pede a Vm lhe fasa merse dar dita parte do dito outejro da tabanga pelo rio asima todo comprimento que ouver te chegar da banda de joseaba da quapitanja de pernambuquo que podem ser des lleguoas de comprjdo pouquo mais ou menos e que a llargura do dito comperimento sera de des leguoas diguo de sesis lleguoas pella tera demtro (FREIRE, 1891, p. 413, grifo nosso).

Ainda segundo as cartas de sesmarias, pelas margens do São Francisco, se estabelecerá Thome da Rocha Malheiros desde o outeiro da Tabanga, até o de Joseaba, em uma extensão de quase 10 léguas; Bernardo Correia Leitão, na tapera dos Enforcados, entre os rios Sergipe e São Francisco em 1623; Gaspar de Araújo e André Gonçalves, da tapera a que chamavam Sambahas, entre os dois rios. Melchior Maciel de Andrade e Antonio de Andrade Caminha, do Porto da Folha, para o sertão e Gaspar da Cruz Porto Carreiro, ao sul do São Francisco, da serra da Tabanga para o sertão (Fluxo 4, Imagem 23). Observa-se novamente o uso do termo tapera, indicando uma possível reocupação de sítios anteriormente povoados.

Portanto, o modo de ocupação e exploração dessas terras pautou-se na pecuária, que, como assinalou Felisbello Freire (1891, p. 146), marcou a etapa inicial de colonização do território e representou a principal atividade produtiva desenvolvida no início do século XVII, o que lhe permitiu definir que “antes de ser agricultor, o sergipano foi pastor”.

Para a fixação desta atividade era pré-requisito a existência de condições adequadas como pastos, água e qualidade dos campos, elementos presentes em boa parte da região que abrangia a capitania de Sergipe d'El Rey, que passa a se dedicar então à criação e propagação do gado *vacum* e cavalar.

Assim, até 1637, o movimento de ocupação do território abrangia quase toda extensão da Capitania, indo do rio Real (ao sul) até o rio São Francisco (ao norte) com maior fixação no litoral. Partindo para o interior pelo São Francisco, transpôs a Serra Negra (Fluxo 4, Imagem 23). O aspecto rarefeito do povoamento nos sertões pode ser imputado às especificidades da geografia local e fatores como o tipo de clima e vegetação, marcado por secas periódicas, obstáculos à fixação humana. Paralelamente, as condições favoráveis à agricultura no sul da capitania e a expansão açucareira no vale do Cotinguiba contribuirão para a formação de núcleos populacionais mais estáveis e prósperos nessas regiões.

Maria da Gloria Santana de Almeida (1993) em *Nordeste açucareiro: desafios num processo de vir-a-ser capitalista* ao tratar das marcas fundamentais que, decorrentes das formas mais antigas em que se fez a ocupação das terras futuramente sergipanas, se refletirão no sistema fundiário das fases subsequentes, conclui que indiscutivelmente, o regime de sesmarias abriu o processo de ocupação acelerada do território. Como a colonização de Sergipe só se fez no século XVII, dela as cartas de sesmarias deixam clara a força dos interesses econômicos e o contínuo movimento de ocupação de terras entre os rios Real e São Francisco.

Neste contexto, toma força a vocação desta capitania, favorecendo os engenhos e fazendas de Pernambuco e da Bahia (MORENO, 1612), o que vem robustecer o pensamento de Lilian da Fonseca Salomão (1996, p. 105-115) em *A lenta penetração portuguesa no Brasil: o caso de Sergipe d'El Rey, Território Marginal*, de que a conquista e as vicissitudes da colonização de Sergipe D'El Rey fizeram com que a capitania permanecesse como “dobradiça”, uma espécie de área “suporte” à produção açucareira nas capitanias vizinhas. Estas características de posse da terra e sua destinação produtiva darão título a subseção seguinte. Nesse quadro, o gado será um dos primeiros elementos que adquire grande significado estratégico como forma de ocupação das terras, influenciando a fixação e o crescimento populacional de Sergipe d'El Rey. Ademais, investiga-se as primeiras intenções de cultivar canaviais e fazer engenhos.

4.1 “ERA TERRA MAIS DE REBANHOS DE VACAS QUE DE ENGENHOS DE AÇÚCAR”⁴⁷

Como mostrado, nos primeiros anos da colonização do território, as doações iniciais de sesmarias evidenciam que os peticionários, em sua quase totalidade, pretendiam usar as terras para a criação de gado e o plantio de culturas de subsistência. Sergipe d’El Rey era um território importante para a unificação do Brasil. Sua ocupação contribuiria para a melhoria das rotas comerciais e administração da região. Interessados nas boas pastagens, abundância de rios e na facilidade de transporte do Recôncavo baiano para o rio São Francisco, os criadores de gado se aliaram ao Estado Português. De acordo com Pedro Calmon em sua *História do Brasil*:

Era indispensável essa expansão pastoril na conquista de territórios apartados do recôncavo agrícola. Os gados desenvolviam-se bem entre Itapoan e Tatuapara. Mas a proximidade das terras de plantio lhes obstava à multiplicação. Havia necessidade das ‘sôltas’ imensas, nas planícies onde, sem vizinhos importunos, os rebanhos constituíssem um valôr autônomo. Além disso, assegurar-se-ia o trânsito para Pernambuco... (CALMON, 1939, p. 399).

Como já abordado, situada entre os dois principais centros econômicos da Colônia, Bahia e Pernambuco, seu desenvolvimento estava condicionado ao das capitanias vizinhas, funcionando, durante vasto tempo, em termos de complementariedade dessas economias. Exacerbavam a situação as dificuldades de transporte marítimo em decorrência do complicado acesso dos navios às barras sergipanas, onde naufrágios eram frequentes.

Buscando analisar o uso rural das terras, visto que terão repercussão na ocupação populacional da capitania bem como no desenvolvimento dos seus núcleos urbanos, ponderaremos sobre as duas vocações já levantadas para o território. Detendo-nos na questão do açúcar, se comparados ao número de pedidos que intentavam a doação de terras com o desígnio de criar gado e fazer roças de mantimentos, minguados foram os requerimentos que se fizeram com a disposição de plantar canas e implantar engenhos em Sergipe d’El Rey. Poucos, dentre eles, se qualificavam como “homens de posse”, e em condições de arcar com as despesas exigidas para a implantação de uma indústria açucareira. Ademais, a novel capitania não apresentava estímulos para tal empreendimento.

Sabe-se que há diferenças significativas entre lavouras canavieiras e engenhos. Por esta perspectiva, as terras dedicadas ao plantio da cana poderiam ser pequenas e de média extensão, cuja produção seria direcionada para beneficiamento nos engenhos propriamente dito. Já a implantação de engenhos propriamente ditos, estes requisitavam maiores espaços, levando-se

⁴⁷ Pedro Calmon (1939) em *História do Brasil* ao comparar o Rio Grande do Norte a Sergipe.

em conta o complexo produtivo e suas diversas etapas, demandando conseqüentemente maior cabedal e mão de obra. Implicava em áreas de mata para abastecer de lenha as fornalhas, roças de mantimentos e reserva para a rotação das plantas. Sem falar na parte estrutural como moendas e fornalhas, abrigos para materiais do engenho, barcos e barcaças, e área de estocagem.

Ao esquadrinhar as cartas de sesmarias em busca destas pretensões, identificam-se apenas doze solicitações de terras com este propósito (Quadro 8).

Quadro 8 - Doação de sesmarias (1590 - 1623) com intenção de plantas canas e/ou fazer engenho

<i>DOAÇÕES DE SESMARIAS – 1594 a 1623</i>				
<i>Intenção de plantar cana ou implantar engenho de açúcar</i>				
<i>1 légua = 6.600ms/ 1 légua² = 4.356ha</i>				
<i>ANO</i>	<i>SESMEIRO</i>	<i>LOCALIDADE</i>	<i>JUSTIFICATIVA</i>	<i>DIMENSÕES</i>
1600	PADRE AGOSTINHO MONTEIRO	VARZEA DO RIO SERGIPE	MANTIMENTOS, CANAVIAIS E CURRAIS	1 LÉGUA ² MIL BRAÇAS ² 484ha
1602	GONSALO ALVARES	BARRA DA IBURA RIO COTINDIBA	POVOAR, FAZER UM ENGENHO E CRIAÇÕES	1 LÉGUA ²
1602	BALTAZAR FERAZ	RIO DE SERGIPE RIBEIRA TAPECAHY	FAZENDA DE CRIAÇÕES DE GADO VACUM, CAVALAR E OUTRAS CRIAÇÕES FAZER ENGENHO DE AÇÚCAR	2 LÉGUAS ²
1602	GASPAR DAMORIM E MANOEL TOME	RIO COTINDIBA	FAZER UM ENGENHO E PLANTAR CANAS	1 LÉGUA ²
1602	ANTONIO GUEDES	RIO GUATINDIBA	FAZER ENGENHO	½ LÉGUA ²
1602	MELCHIOR MASIEL E BALTAZAR MASIEL	RIO QUATINGUIBA TAPERAGUARAUNA	AJUDAR A POVOAR AS FRONTEIRAS CRIAÇÕES E ENGENHO	1 LÉGUA ²
1602	FRANCISCO DE BARROS E SEBASTIÃO DE BRITO CORREIA	RIO DE SERGIPE	AJUDAR A POVOAR COM CRIAÇÕES DE GADO E ESCRAVOS FAZER ENGENHO DE AÇÚCAR	4 MIL BRAÇAS ² 338ha
1602	BASTIÃO ALVARES	RECONQUOS DO RIO REAL RIO BURAZEMA ARETECA – GUARAREMA	TEM FABRIQUA PARA FAZER CANAVIAIS E ROÇAS E MAIS BENFEITORIAS E CRIAÇÃO DE GADO	1200 BRAÇAS ² 696,96ha
1602	ANTONIO GUEDES	RIO QUATINDIBA RIO DE SERGIPE	TERRAS PARA CANAVIAIS, ENGENHO, MANTIMENTOS E ALGODÃO	1 LÉGUA ²
1603	PADRES DE SÃO BENTO	RIO DE COTENDIBA	HORDENAR UMA CASA DE SUA ORDEM LAVRAR MANTIMENTOS E CANA	1 LÉGUA ²
1614	COSME BARBOSA DE ALMEIDA	RIO COMMENDAROBA	FAZER ENGENHO REAL	1 ½ LÉGUA 9.801ha
1621	PEDRO HOMEM DA COSTA E PEDRO ALVES	RIO REAL RIO PIAUHY	GADO, MANTIMENTOS, CANAS E ALGODÃO. FAZER ENGENHO	4 LÉGUAS ² 69.696ha

Fonte: FREIRE,1891 adaptado pela AUTORA, 2019

Nesta capitania, como nas demais áreas costeiras da América Portuguesa, a cultura canavieira foi desenvolvida na faixa de terras férteis próximas ao litoral. Úmida, terreno rico em húmus (massapê), abundante em rios, com chuvas regulares e facilidade de escoamento, a região bem se acomodou à cultura de exportação carente da instalação de engenhos. O interior também possuía uma faixa fértil, mas sujeita à inconstância das chuvas, à localização esparsa dos rios e à inexistência de caminhos para o transporte da produção, não reunia as mesmas qualidades produtivas do litoral.

O primeiro pedido referenciado nas cartas de Felisbello (1891) com a intenção de cultivar canaviais no rio Sergipe foi solicitado em 1600 pelo Padre Agostinho Monteiro:

Saibão etc. diz o padre agostinho monteiro q elle **quer ser morador nesta capitania de seregipe ou mandar pouvar cõ rosarias e canaviais curais** como he costume dos q povão a terá pra o q tem necessidade de terras prá asim o poder fazer pede a vm. lhe de de sesmaria no rio se seregipe na testada de simão da Rocha hua llego de tera em coadro para seus mantimentos e porquanto na dita terra não tem teras para pastos pede a vm outro sim de dar na varzea do dito rio de seregipe mill brasas em coadro na testa do dito simão da rocha com todas as augoas llenhas madeiras erm. - despacho dou ao sopricante em nome de s. magestade na parte q pede a llegoa de terra em coadro a call lhe dou de semaria outras sem mil brasas em coadra na testada de Simão da rocha para pastos a call lhe dou com todas as augoas llenhas madeiras q nas ditas terras se acharem em seregipe vinte e seis de dezembro de 1600. O capitão o padre Bento Ferras (FREIRE, 1891, p. 370, grifo nosso).

Somente em carta de sesmaria datada de 2 de agosto de 1602, identifica-se claramente a intenção de se levantar engenho de açúcar em terras sergipanas. Morador de Sergipe do Conde, o pedido de Gonsalo Alvares, decorre de sua vontade de querer “ajudar a esta capitania povoar e fazer **hum engenho** por ter pose e tãbem nesta capitania gente e criasons”. Para fazer o dito engenho o requerente pede “duas llegoas de terra que se comesara de mydir da barra da ibura corendo onde e mesara mellhior masiell a sua dada e dahi para baixo pelo rio de cotindiba da banda do sull [...]”. Uma légua² de terra foi concedida no rio Sergipe com todos os matos e pastos com a condição de que, dentro do prazo de seis meses, o requerente iniciasse as obras pretendidas.

Em 15 de junho do mesmo ano, o desembargador Baltazar Ferraz, morador na Bahia, que já tinha terras na capitania, pedia novas terras no rio Sergipe “para seu proveito e dos moradores da dita capitania”, para “**nella fazer engenho ou engenhos de asucar que nella não ha e nas terras que tem não há augoa com que posa fazer**”. Para isso solicita duas léguas de terras em “hua ribeira que se chama tapecahy”. A sesmaria foi dada com a exigência de que em até um ano o dito engenho fosse iniciado.

Dentre outros aspectos presentes nas solicitações de sesmarias, destaca-se o sentido da valorização da contribuição do pretendente com a implantação do engenho. Outro importante argumento relaciona-se ao fato de ser morador estabelecido na capitania. De acordo com Edna Maria Matos Antonio (2011) em “*A Independência do solo que habitamos*”: *poder, autonomia e cultura política na construção do Império brasileiro*, na sociedade que se firmava, tais elementos funcionariam como traços distintivos de prestígio e reconhecimento social, pois um critério definidor de status e consideração seria a importância de ser um dos conquistadores e pela antiguidade da chegada dos colonos com suas famílias.

Mais um pedido de sesmaria com o propósito de se construir engenho é feito por Gaspar Damorim e Manoel Tomé em 2 agosto de 1602. Nela, os moradores que já tinham terras na capitania, alegam estar “povoado nesta capitania com suas pessoas e fabrica de guado escravo e outras criasois e **querem pello tempo adiante fazer um engenho** e para isso não tem teras e querem lloguo prantar canas para o proprio engenho que se fizer”. Neste intuito, pedem três léguas de terra cortadas ao meio pelo rio Cotinguiba. Foi dada uma légua² de terra, de modo que o rio ficasse no meio, conforme solicitado.

Destaca-se mais uma vez o cuidado dos administradores coloniais em fixar prazos para a ocupação das terras, sob risco de devolução, bem como o cuidado do capitão-mor em avaliar a capacidade de investimento econômico do solicitante, e não disponibilizando de pronto grandes extensões de terra. Entretanto, verifica-se o favorecimento de mais de uma doação a pessoas que já possuíam terras na capitania.

Antonio Guedes, morador da Bahia, apresenta duas cartas, na primeira datada de 2 de agosto de 1602 o sesmeiro afirma ter “nesta capitania fazenda de guados vaquos que emporta sinquo mill cruzados **E quer fazer engenho por ter para isso**” e pede duas léguas na região sul do Cotinguiba. As terras são concedidas com a condição de que as benfeitorias e o cultivo das terras fossem efetivados em seis meses.

Conforme carta de Rodrigo da Rocha Peixoto, datada de 14 de setembro de 1603, Antonio Guedes não fez benfeitorias no prazo e perdeu a terra para o Alferes e Provedor da Fazenda Real. Fato que viria justificar sua segunda carta de doação, datada de 24 de dezembro de 1602, na qual afirma ter “nella mujta copia de guado com sua gente he de nouvo trouxe omes he escravos para fazer jazida” e pede nos limites do norte do Cotinguiba, pelo rio Sergipe acima, terras “**em que posa prantar canaveais em caso que na tera se fasa emgenho** he mantimentos he allgodois de que muita esperam fazerem vallia”. As terras são concedidas com a mesma condição: caso as benfeitorias não se efetivassem em seis meses, seriam repassadas a quem quisesse povoar.

Supõe-se que Manuel Rodrigues e Simão Lopes, pelo ofício de mestre de açúcar, tivessem o propósito de plantar canas ou construir engenho em terras sergipanas. Através da carta de 3 de agosto de 1602 a sesmaria é concedida pelo rio Cotinguiba, da banda sul, onde chamavam Ibura. Área que futuramente terá grande concentração de engenhos.

Já detendo terras na capitania, dizem Francisco de Barros e Sebastião de Brito Correia, “homes de muitas pose” em 17 de agosto de 1602, que “elles ajudam a povoar esta capitania com cryasois de guado e escravos e ora **querem fazer engenho**” por isso pedem três léguas de terra ao longo do rio Sergipe (próxima à de Baltazar Ferraz) com todas as lenhas, águas e

madeiras que nas ditas terras houver. Foram concedidas 4 mil braças² com a condição de que em um ano fossem iniciadas as benfeitorias.

Em carta de 9 de setembro de 1602, Bastião Alvares, “assistente no rio real termo desta capitania que a muitos anos que he morador” afirma ter “**fabriqua para fazer canaviais** e rosas e mais benfeitorias” e pede terra para “llavrare trazer suas crjasois”. São concedidas 1.200 braças² de terra “nos reconquos do rio reall”.

Em 5 de agosto de 1603, os padres beneditinos pedem no rio Cotenguiba, terras em que “posam llaurar mantimentos canas e o mais que lhe for nesessario”. Os padres recebem uma légua de terra² com a condição de que dentro dentro um ano seu mosteiro esteja pronto. Por não cumprirem os itens implícitos na carta de doação, perderam o direito à posse das terras.

É difícil retrair o progresso da indústria do açúcar em Sergipe d’El Rey, pois, para além destas informações coletadas nas cartas de sesmarias, os registros documentais que quantificam os engenhos na capitania no século XVII são escassos. Segundo Pedro Calmon (1941, p. 169) em sua *História do Brasil*, em 1609, “três engenhos eram aí começo d’uma colonização estável”. E, agora abordando fontes primárias, em 1612, Campos Moreno além de destacar a escassez de “agoas para engenhos”, teria identificado na capitania plantações de cana e “**hum engenho compessado**” (MORENO, 1612, p. 544, grifo nosso).

De acordo com a correspondência de Cristóvão da Rocha ao Governador-Geral D. Luís de Souza datada de 24 de agosto de 1617, Sergipe d’El Rey teria mais um engenho sendo construído nesse ano: “Eu não posso ir até Janeiro beijar as mãos de V. S. como devo por respeito de ir botar uma Caravela fora da Barra para Angola a buscar-me peças para um engenho que ando acabando nesta cidade de Seregipe aonde trago desesseis oficiais brancos, e sem a minha presença não fazem nenhuma cousa”.

Em 20 de julho de 1614, o capitão Cosme Barbosa de Almeida pede as terras dadas ao Padre Gaspar Fernandes, Vasco Marinho Falcam e Martim de Souza, nas imediações do rio Comendaroba, “porque nen hum delles povoou a dita tera lha deu o capitão Tomé da Rocha por devolluto visto nam ser povoada de ninguem e elle suplicante puvou e cultivou a mais de nove anos como Hoje esta pouvando. E, nelle quer fazer engenho rial”.

Em dez de setembro de 1621, dizem Pedro Homem da Costa e Pedro Alves,

ambos cunhados moradores desta capitania que a muitos anos que nella san moradores com suas mulheres e filhos e nella em todas as occazioins que se oferessero do serviso de sua magestade se acharão com suas armas e cavallos e escravos e com muitos negros da tera e com toda a mais fabrica que tem e pesumiem e porque peraseus gados e outras criasoins que tem não tem pastos nem matos pera comerem e us escravos fazerem rozarias de mantimentos e **prantarem cannas e algodão e pertenderem fazer engenhos,**

nas imediações de uma ribeira próxima à foz do rio Piauí, ficando esta no meio da sesmaria (FREIRE, 1891, p. 417). Segundo Nunes (1989, p. 198) as terras doadas a Pedro Homem da Costa e Pedro Alves se tornaram o mais importante centro receptor de escravos.

Contudo, expressiva parte das fontes vão referendar a função econômica da capitania atrelada ao gado. Certamente a capitania de Sergipe d'El Rey era terra mais de rebanhos de vacas que de engenhos de açúcar. Em *Dialógos das Grandezas do Brasil* (1618), texto atribuído a Ambrósio Fernandes Brandão, este território era definido como “coisa pequena, e só abundante em gado, que naquela parte se cria em grande cópia” (BRANDÃO, 1977, p. 53).

A relevância econômica e social dos rebanhos adquire contornos ainda maiores se pensarmos na sua ligação com o setor exportador açucareiro do Recôncavo e a característica assumida de complementaridade entre as atividades produtivas, onde as populações urbanas baianas eram abastecidos em grande parte, pelo alimento e pela força motriz de seu vizinho.

Pois os grandes engenhos necessitavam de grande número de bois para os carros, e os pequenos, para serem usados como força motriz. Stuart Schwartz (1999) em *O Brasil colonial, c.1580-1750: as grandes lavouras e as periferias*, estima que numa temporada um engenho requeria de 30 a 60 bois, acrescido do fato de seu índice de mortalidade durante a safra ser bem alto. Além disso, os engenhos precisavam de sebo, couro cru e carne em quantidade. Era costume inclusive manterem algum tipo de pasto para seus rebanhos residentes, mas como a presença de gado a pastar próximo à terra de agricultura sempre causou problemas, estas duas funções levavam a uma segregação de seus espaços.

Expulsas das melhores zonas agrícolas, as manadas de gado começaram rapidamente a crescer no sertão, sobretudo, ao longo das margens do São Francisco. Os fazendeiros de gado, alguns deles também agricultores ou relacionados com famílias de agricultores, e seu vaqueiros empurravam seu gado para o extremo geográfico da capitania. Mais afastados dos centros do governo real, menos reprimidos pelas instituições e donos de vastas extensões de terra, detinham um poder mais irrestrito do que o dos senhores de engenho (SCHWARTZ, 1999).

Portanto, em Sergipe d'El Rey, o gado foi de grande significado como forma de ocupação de terras sujeitas às grandes estiagens e como importante atividade produtiva que atraía e favorecia a fixação e o crescimento populacional. A presença do governo da Bahia interferindo nos rumos da capitania também foi uma constante em todo período colonial. Assim assinala Stuart Schwartz e Alcir Pécora (2002) em *As excelências do governador: o panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)*:

A região ao sul do delta do São Francisco, próxima da costa, constituía a capitania independente de Sergipe do Rei, que, como Ilhéus, era, no entanto, econômica e administrativamente ligada à Bahia. Havia alguns engenhos de açúcar ao longo dos

rios, especialmente junto à vila de São Cristóvão. A região, tal qual a área localizada ao norte de Salvador, era mais importante, contudo, por sua situação de núcleo de expansão da criação de gados. As boiadas eram levadas às margens do São Francisco, do rio Real e de outros rios e, em meados do século XVII, já havia ocorrido uma considerável penetração do interior (SCHWARTZ & PÉCORÁ, 2002, p. 20).

Ainda sobre a questão do gado, como se viu, muitas vezes as ordens missionárias, especialmente os jesuítas, desempenharam papel fundamental no desbravamento de novas áreas e na pacificação dos índios. No fim, acabaram por irromper vários conflitos entre fazendeiros de gado e jesuítas, porque esses últimos controlavam a mão de obra indígena e possuíam extensos rebanhos (SCHWARTZ, 1999).

O contato entre vaqueiros e índios produziu uma população de “raça mista”, chamada regionalmente de “cabras” ou “caboclos”. Outro aspecto destacado pelo autor, é que apesar de pontuada a fronteira do gado como muito livre e descontrolada para fazer uso de escravos, estudos têm revelado que a escravidão foi também uma forma característica de trabalho no sertão. Segundo este autor, não havia nenhuma incompatibilidade entre a criação de gado e a escravidão (SCHWARTZ, 1999). O modelo comum era usar ao mesmo tempo como vaqueiros, escravos e trabalhadores livres, situando-os junto com suas famílias numa fazenda de gado distante, deixando-os guardar o rebanho de forma bastante independente. Eram feitas contagens periódicas. Aos trabalhadores era permitido às vezes aplicar parte do incremento anual em bezerros como um incentivo ao bom serviço.

Frouxamente estruturada e livre de grande parte de interferência direta da Coroa, a sociedade do sertão desenvolveu suas próprias peculiaridades. Os fazendeiros exerciam amplo poder social e político sobre seus escravos e agregados. Ressaltando as questões espaciais, o controle das margens dos rios e nascentes de água eram fundamentais para o sucesso dos empreendimentos. Para garantir que eles próprios tivessem pasto adequado e para negar aos camponeses e aos agregados oportunidades alternativas, os grandes fazendeiros de gado aparentemente deixavam inexploradas grandes extensões de seu território e se recusavam a vender ou alugar qualquer parte dele⁴⁸.

Schwartz (1999) salienta que esta era uma sociedade mais pobre do que a da costa, porém mais móvel e menos reprimida pela lei metropolitana; mas também totalmente dependente da economia dominante, a pecuária, que por sua vez estava vinculada à indústria do açúcar.

⁴⁸ De acordo com Almeida (1993, p. 133) as sesmarias não representavam formas únicas e indiscutíveis de ocupação de terras. Durante vários séculos, duas vias de acesso à terra acompanharam a sesmaria oficial: o arrendamento, a partir das próprias sesmarias ou das terras devolutas, e a posse, sem nenhuma base legal.

Tal realidade vai ser precisamente tratada por Diogo Campos Moreno, ao dedicar um capítulo de sua obra à nascente “Sergipe Del Rey”, 22 anos após a sua conquista. O capitão apresenta informações e dados estatísticos, econômicos, militares e geográficos da capitania, matéria sobre a qual nos deparamos com a barreira da falta de informações. Esta obra é de grade valia para aqueles que se aventuram neste campo de trabalho, pois retrata, sob diversos aspectos, princípios da formação da colônia brasileira a partir do ponto de vista de alguém que visitou as terras. O sargento mor critica o predomínio dos interesses privados, e a falta de mando administrativo diante do povoamento de Sergipe d’El Rey, que se fazia ao "acaso, e não por ordem", implicando, por vezes, em prejuízos para o bem comum, para o desenvolvimento do Brasil, ou até mesmo para o enriquecimento da Fazenda Real. Ou seja, diante do poder de mando de cada senhor sobre as suas sesmarias eram os interesses destes que prevaleciam, tornando-se impossível o povoamento de pontos importantes do território, servindo estes de abrigo para corsários, expondo ao perigo o povo e a terra.

No contexto da ocupação do baixo São Francisco, Moreno (1612) observa que o sistema de repartição da terra em grandes sesmarias podia constituir um obstáculo para a fixação de novas povoações nessa região, cuja população se deparava com restrições nas áreas disponíveis para o cultivo, que eram condicionadas pelas propriedades particulares. Sobre esta questão comentou:

Tem essa capitania mães de duzentos moradores brancos separados hus dos outros a respeito das criasões **para as quaes são tão cubiçossos de ocupar terra** que ha m.ºr que tem trinta legoas de sesmaria em diferentes partes (...) e outros muitos moradores desta maneira **tem ocupado com quatro currais terra em que se podem acomodar muitas gentes**, e sobre estas posses há grandes diferenças, **e não he possível comodamente fazerse o que convem ao bem comum**, e serviço de sua Magestade (MORENO, 1612, p. 544, grifo nosso).

No final do século XVII algumas propriedades rurais do sertão baiano eram maiores do que provincias inteiras de Portugal. Uma grande familia de fazendeiros como a Garcia d’Ávila, cujos rebanhos pastavam no alto Paraguaçu, poderiam possuir mais de 20 mil cabeças de gado em suas fazendas espalhadas, mas esses “potentados do sertão” eram exceção, e o mais comum eram fazendas de mil a três mil cabeças. Via de regra, as zonas de fazendas de gado do interior tendiam a se dividir em grandes propriedades, esparsadamente povoadas por vaqueiros e agricultores de subsistência e dominadas por grandes famílias de fazendeiros frequentemente ligados à elite dos senhores de engenho do litoral (SCHWARTZ, 1999, p. 379). Este seria um notável equívoco, confundindo-se o grande domínio (configurado pela jurisdição, ou seja, o exercício de direitos de senhorio) e a exploração direta (o uso dos recursos econômicos da terra).

Francisco Carlos Teixeira da Silva (1997) em *Pecuária, agricultura de alimentos e recursos naturais no Brasil colônia*, obra que analisa a ocupação territorial do sertão do rio São Francisco no século XIX, contudo, sobre os primeiros séculos de ocupação, o autor acrescenta que a grande propriedade de origem sesmarial ou as terras arrendadas, no interior da sesmaria, não seriam as únicas formas de acesso à terra nos sertões. Como exemplo, trata das propriedades ao longo do sertão do São Francisco que se constituíram, desde cedo, como uma ampla área de terras indivisas. Caracterizadas pela posse e uso compartilhado, o gado utiliza as terras em comum. Refere-se ainda a zonas de criação de animais de pequeno porte nos vales da região, onde criam-se à solta cabras e porcos, ao lado de muitas aves de terreiro.

“Tais áreas comunais estabelecem-se sobre superfícies cobertas de mata caatinga e utilizadas como pastagens naturais, sem cercas nem limites de propriedades, daí serem chamadas à época de indiviso”. Outro tipo de apossamento da terra, muito próximo ao comum, eram as *malhadas* (*maiadas* no médio São Francisco), tidas como área de uso coletivo, local de reunião do gado para pernoite, *ferra* e/ou *junta*. Embora pudessem estar localizadas nas terras de algum fazendeiro, o que não era o caso do indiviso ou do comum, onde não se reconhecia um proprietário, podiam ser usadas por todos, sem permissão ou cobrança de direitos (SILVA, 1997, p. 129,131).

Ainda sobre o gado, sem dúvida, o arrendamento foi a forma de posse de terra dominante. Independente das pressões da Coroa, o sistema não só se manteve, como ainda adquiriu quase universalidade. Em Sergipe D’El Rey, a política de arrendamentos decaiu na mais aberta exploração. A “aristocracia rural” obrigou os lavradores ao pagamento de altas porcentagens pelo arrendamento das terras onde habitavam, e como resposta a qualquer protesto contra tal extorsão, mandavam “incendiar-lhe as choupanas e derribar-lhes as plantações” (FREIRE, 1891, p. 211). Em nenhum outro ponto do território sergipano o conflito tornou-se tão agudo como na área do São Francisco.

Grande parte da capitania, ficou nas mãos de pequenos plantadores e vaqueiros de gados, na qualidade de rendeiros de grandes sesmeiros ausentes, a quem realmente coube o desbravamento e ocupação das terras. Os conflitos se repetiam com grande frequência, quase sempre com a recorrência dos sesmeiros ao poder político sediado em Salvador (SILVA, 1997, p. 134).

O fato dessas terras serem ocupadas e exploradas economicamente por pequenos posseiros ajuda a relativizar a visão generalizada da atividade pastoril no período colonial, tão associada a enormidade dos currais. Mesmo no caso de sesmarias extensas, dificilmente o conjunto de terras configurava uma área explorada de forma vasta e efetiva. A unidade básica

de exploração poderia ser uma área arrendada como um sítio, uma área específica ou uma fazenda do próprio sesmeiro, a depender dos recursos naturais disponíveis. E nesse sentido, o papel do arrendatário adquiria relevância, sendo prática muito comum do sesmeiro, mandar enviados seus, livres ou escravos, para “montarem currais” no sertão. Esta era a finalidade e a importância dos desbravadores ao promover a ocupação das sesmarias: arrendar as terras recebidas.

No exemplo da Casa da Torre eram “120 sítios, fazendas ou logares arrendados, com garantias tais que a expulsão dos ocupantes era rara e moralmente condenável”. Essas unidades menores (sítios, currais ou fazendas) no interior da sesmaria, eram as empresas produtoras, base do sistema pecuarista, ou de qualquer outro sistema agrário (SILVA, 1997, p. 143).

O autor levanta ainda, que imensas sesmarias, reunindo vastos tratos de terra, podiam significar, o esforço em se apropriar de recursos naturais raros, e não exatamente de terras em si. Seguindo este pensamento, chama-se atenção para as recorrentes referências nas cartas de sesmarias a termos como “para criar”, “pastos bons” ou “terras úteis”. Muito mais importante, do que a apropriação privada das terras era o uso dos recursos naturais raros. Se, as terras eram indivisas, o mesmo não ocorria com cacimbas, caldeirões ou olhos d’água.

Um outro ponto a destacar é que nem todas fazendas eram iguais e este fato implica no processo de ocupação territorial. Algumas eram somente currais, onde o gado era reunido para se fazer a ferra ou a marca. Nesse caso, curral é sinônimo de pasto. Em algumas situações, Silva identifica a “tapera do vaqueiro e seus cabras”, com as atividades concentradas na malhada mais próxima. Alguns currais, seriam como satélites distantes de uma grande fazenda, configurando-se em pontos de adensamento de um amplo sistema de criação extensiva. Outros seriam estabelecimentos de senhores residentes em Salvador, ou em engenhos do Recôncavo da Bahia. A maioria, entretanto, seria constituída de estabelecimentos autônomos, caracterizados pela baixa inversão de recursos financeiros, quase sempre restritos apenas à compra de matrizes e dos escravos (SILVA, 1997, p. 147).

Neste sentido, conforme vislumbrado nas cartas de doações analisadas anteriormente, o processo de ocupação no século XVII, torna-se mais intenso na região devido, não só às investidas estrangeiras, mas também ao aumento da exploração econômica da terra. Diversas fontes textuais desse período, passam a referir-se, como se verá, à cultura de subsistência, à quantidade e qualidade de gado em Sergipe d’El Rey. Entretanto, poucas irão mencionar a existência de engenhos.

Essas atividades irão se consolidar como os dois principais fatores contribuintes para a expansão da ocupação territorial de Sergipe, implicando na fixação de povoações e, portanto,

na instalação de estruturas edificadas no território. Tal processo pode ser acompanhado através das fontes primárias desse período, que além de descrever os elementos naturais e habitantes nativos, passarão a tratar dos primeiros núcleos habitados formados, levando em consideração a localização, características do sítio de implantação, principais elementos urbanos, defesas, acessos, entre outros aspectos. Impulsionados por interesses diversos (próprios de seus autores, comerciais ou para divulgação do Novo Mundo), o fato é que estes registros oferecem todo um panorama físico, político, social e econômico da Colônia.

Em Sergipe d'El Rey, aos poucos a conquista foi então efetivada e a colonização se desenvolveu através de uma estratégia sistemática de incentivo à fixação humana. Esses movimentos foram registrados em diversos documentos, não só em relatos, mas também em mapas e vistas, os quais permitem hoje apreender vários aspectos relacionados ao processo de formação territorial sergipano.

Neste sentido, na sequência, buscaremos repertoriar os movimentos de reconhecimento, demarcação e ocupação territorial, apoiados nas fontes textuais e cartográficas coloniais dos séculos XVI e XVII, de modo a compreender aspectos de sua formação, originados em princípios do período colonial brasileiro, mas que se expandiram e se diversificaram ao longo do tempo, sendo capturados por diferentes olhares e expressos com objetivos diversos.

Retornaremos, portanto, à iconografia. O interesse comercial dos reinos em explorar as novas terras conquistadas incutiu na confecção dos mapas aspectos que ressaltavam as riquezas existentes nos lugares recém descobertos. Disso resultou uma cartografia bastante rica tanto pelo conteúdo informacional como pelo valor artístico que os mapas desse período apresentam, somando-se a isso o esmero com que foram executados. Entre os diversos cartógrafos seiscentistas, nos deteremos inicialmente na chamada “família Albernaz”, que alcançou grande destaque no cenário da época.

Seguindo uma linha cronológica, diante das invasões holandesas, especialmente a partir de 1637 com a nomeação do conde Maurício de Nassau para governar o Brasil Holandês, a capitania de Sergipe d'El Rey mais uma vez ficará tensionada, agora entre os interesses da Bahia, centro administrativo da Colônia, e os de Pernambuco, então território batavo. Entretanto, neste contexto, os neerlandeses contribuirão na elaboração de uma ampla e vasta documentação sobre os trópicos, incluindo fontes dos mais distintos gêneros, que se constitui num importante instrumento de reconhecimento do território. E a partir deles, como se verá na seção seguinte, será possível filtrar diversos dados referentes aos primórdios da vida urbana em Sergipe d'El Rey.

Vida de Sergipe del Rei⁴⁹

Acordar... e jogar a polha
de noite não dormir de cães à bulha
lançar ao Mestre torto muita pulha
e ouvir contar ao Crespo muita embrolha.

Esperar que o Vigário traga a olha
Que costuma abrager toda a pa(tru)lha
E depois que o ventre se faz tulha
À botija viril tirar a rolha.

Ver que o Veiga se safa para a Ilha
Que Caetano na praça nunca falta
E o Cafubá nos auditórios brilha.

Que o Escriba do campo sempre ralha
Que reina Nicolau e sua quadrilha⁵⁰,
É a vida que passo entre a canalha.

⁴⁹ Soneto atribuído a Gonçalo Soares e transcrito por Luiz Mott (2008, p. 133) em *Sergipe Colonial & Imperial: religião, família, escravidão e sociedade*.

⁵⁰ “companhia de soldados, uma divisão de quatro ou mais cavaleiros, turma ou gente de cavalo apresentada para a guerra”. MORAES e SILVA, Antonio. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Lisboa, Typographia Lacerdina, 1813.

5 “UM ARQUIPÉLAGO HUMANO”⁵¹: A VIDA URBANA EM SERGIPE D’EL REY

Diante de um progressivo conhecimento das potencialidades econômicas e das grandes dimensões do território brasileiro, Portugal foi apercebendo-se da necessidade de ter uma atuação mais direta sobre essas terras. Neste período, o governo metropolitano considerou que a criação de núcleos populacionais ao longo da costa constituiria a forma mais adequada de colonização diante de sua realidade específica.

Nas cartas de doação das capitanias já constava, que cabia integralmente ao dito capitão e governador e todos seus sucessores que pudessem “por si fazer vilas todas e quaisquer povoações que se na dita terra fizerem e lhes deles parecer que o devem ser, as quais se chamarão vilas e terão termo jurisdição e liberdades e insignias de vilas”⁵². Isto indicava que a Coroa portuguesa mantinha firme a ideia de que a criação de vilas incentivaria a fixação de uma população, contribuindo com o intuito de demarcação e fortalecimento do domínio português sobre a colônia.

Segundo Maria Berthilde Moura Filha em *O livro que dá “Rezão do Estado do Brasil” e o povoamento do território brasileiro nos séculos XVI e XVII* povoar, defender e tornar a terra produtiva, fechava o ciclo de parte das obrigações e das metas estabelecidas para a colonização do Brasil, considerando-se que, em geral, a partir desses povoados é que se estendia a vertente religiosa com a ação da Igreja para a catequese do gentio, sempre sujeita a maior ou menor aceitação das tribos em relação à presença portuguesa (MOURA FILHA, 2002).

A ocupação do Nordeste no século XVI foi marcada pela pequena quantidade de núcleos urbanos proporcionalmente às dimensões territoriais coloniais. Segundo Aroldo de Azevedo em seu ensaio de geografia urbana *Vilas e Cidades do Brasil Colonial* ao findar-se os quinhentos, existiam no Brasil pelo menos 14 vilas e 3 cidades. Quanto às cidades, a primeira foi São Salvador da Bahia de Todos os Santos, fundada por Thomé de Souza em 1549, seguida de São Sebastião do Rio de Janeiro, fundada em 1565 e definitivamente instalada em 1567 e a cidade Filipéia de Nossa Senhora das Neves, depois Paraíba, estabelecida em 1585 (AZEVEDO, 1994, p. 28-29).

A consulta ao *Diccionario da lingua portugueza* composto pelo padre D. Rafael Bluteau (1789) possibilita uma certa compreensão do sentido dos vocábulos vila e cidade utilizados em

⁵¹ Maria Thetis Nunes (1996, p. 170) em *Sergipe Colonial II* ao tratar dos centros habitacionais de Sergipe d’El Rey.

⁵² Registro da Carta de Doação de terras no Rio de Janeiro a Antonio Carneiro de Sousa, conde da Ilha do príncipe em julho de 1712. Livro 1º de Regimentos 1684 – 1725. Registro de provisões da casa da Moeda da Bahia. Vol. LXXX. Biblioteca Nacional (1775, p. 112).

Portugal e no Brasil durante o período colonial, mas não nos leva muito adiante. Para o religioso, a palavra vila é entendida como “povoação de menor graduação que a Cidade, e superior a aldeia, tem juiz, câmara, e pellourinho” (BLUTEAU, 1789, v.2, p. 526). Já o vocábulo cidade é apresentado como povoação de graduação superior às Villas. § A cidade por excellencia, se entende daquela onde estão os que fallão (BLUTEAU, 1789, v. 1, p. 272).

De acordo com Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno em *Dilatação dos confins: vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532 – 1822)* as cidades nas Ordenações do Reino de Portugal eram as “capitais” – “cabeça, princípio, & fonte, donde outras cousas se encerram” –, ou seja, os prolongamentos do aparelho estatal, braços da Coroa, no reino ou nas distantes conquistas ultramarinas. Estar nos contornos e sob a jurisdição de uma “cidade” significava ser parte de um reino ou império. Não por acaso, apenas a Coroa tinha a prerrogativa de fundar “cidades” em seus territórios (BUENO, 2009, p. 252).

Sobre a criação de cidades, um outro estudioso da história urbana, Maurício Abreu em *A apropriação do território no Brasil colonial*, esclarece que os donatários, apesar do dever de levantar vilas, não tinham a prerrogativa de criar cidades, atributo exclusivo da Coroa. Ainda segundo o autor, “as cidades, perpetuando em si o antigo Município romano, de natureza independente, só assentavam em terras próprias alodiais” (ABREU, 1997, p. 213).

No Brasil-Colônia, as instâncias de poder organizavam-se de maneira hierarquica em instituições propagadas a partir das “cidades reais”. Seguindo padrões portugueses, as instâncias administrativa, jurídica e eclesiástica sobrepunham seus territórios no espaço. As vilas desempenhavam um papel hierarquicamente inferior às “cidades”, mas superior às capelas e freguesias. Todas, igualmente, eram tentáculos metropolitanos na distante “Conquista”, cumprindo papéis distintos na lógica da rede urbana (BUENO, 2009, p. 252).

Para melhor compreender o contexto que levará a implantação das primeiras vilas em Sergipe d’El Rey, nos utilizaremos do balanço sobre o primeiro momento de urbanização do Brasil apresentado por Laurent Vidal (2017) em *Considerações sobre uma experiência negligenciada: a fundação de vilas no tempo das capitânicas hereditárias (1534 – 1549)*. Como estratégia de análise deste processo, especialmente direcionado a fundação de vilas, o autor propõe três eixos de análise, variando as escalas de observação: seu lugar na formação do Império Português e do Atlântico (privilegiando uma escala ampla); seu significado na história da urbanização social e física do Brasil (reduzindo a escala de observação) e (descendo ao nível do chão) sua articulação com o ecossistema do litoral Brasileiro. Para além desses três eixos, tratará da sociedade, bem como da “fragilidade dos muros invisíveis” das vilas.

Sedo assim, num primeiro momento, Vidal (2017, p. 16-17) discutirá o tempo das capitâneas hereditárias na geopolítica do nascente atlântico português. Neste contexto, nos conduzirá ao entendimento dos primórdios da “urbanização” atlântica, “como o ato de semear formas arquitetônicas, mesmo frágeis, num universo desconhecido”. Ao destacar a transformação do Atlântico em um grande terreno de experimentação por parte de Portugal, acaba por notabilizar a articulação entre política estatal e iniciativa privada, notadamente nas ilhas, onde a Coroa experimentou o sistema de capitâneas hereditárias durante o século XV e início do XVI. No Brasil, a fundação da vila de São Vicente, em 1532, significará a implantação da primeira vila continental extra-europeia no Atlântico Português.

Como síntese deste movimento inicial, o autor compara cada vila a um “nó” em torno do qual se tece a “teia do império”. Após um longo período de tateamento e experiências, onde um século foi necessário para a fundação de nove vilas, nasce um novo tempo: o do açúcar, dos engenhos e das vilas (VIDAL, 2017, p. 17). No Brasil, essa urbanização começa com a experimentação do sistema de exclusividade particular (1534). Segundo o autor, em quinze anos, 11 vilas são fundadas, algumas simplesmente no papel, mas mesmo assim, dando a perceber um ritmo totalmente novo na perspectiva do Atlântico português (Quadro 9).

Quadro 9 – Vilas fundadas no Brasil (1534 – 1549)

FUNDAÇÃO DE VILAS NO BRASIL (1534 – 1549)			
Nº	ANO	VILA	CAPITANIA
1	1542	VILA DA CONCEIÇÃO	ITAMARACA
2	1535	VILA COSME E DAMIÃO (IGARAÇU)	PERNAMBUCO
3	1537	OLINDA	
4	1536	VILA VELHA	BAHIA
5	1536	S. JORGE DOS ILHÉUS	ILHÉUS
6	1535	PORTO SEGURO	PORTO SEGURO
7	1536	SANTA CRUZ	
8	1536	SANTO AMARO	
9	1535	VITORIA	ESPÍRITO SANTO
10	1540	VILA DA RAINHA	SÃO TOMÉ
11	1546	SANTOS	SÃO VICENTE

Fonte: VIDAL, 2017

Para Vidal (2017, p. 18) as fundações das primeiras vilas se inserem no contexto mais amplo da estruturação de um articulado sistema comercial talassocrático, com o intuito de fortalecer os “nós do império” do Atlântico português.

Ao direcionar sua análise para a fundação de vilas no “que vulgarmente chamamos Brasil”, o autor insiste no fato de que no sistema de exclusividade particular, todo donatário podia, por delegação de competências reais, fundar uma vila, poder igualmente transmissível. Nessa conjectura, a distribuição de sesmarias tinha como perspectiva a transferência de titularidade de direitos políticos relacionados com a criação de vilas e a sua administração. E como cada vila se tornava patrimônio do seu fundador, a intenção da Coroa é claramente

evidenciada: incentivar a distribuição de sesmarias para multiplicar as possibilidades de criação de vilas. A única restrição seria a exigência do subdonatário “tomar posse corporal de todas águas e terras contidas e declaradas” (VIDAL, 2017, p. 19).

Ainda segundo o autor, a fundação de uma vila almejava uma dupla finalidade: definir um território e instalar um povo, o que para Stuart Schwartz (2005) em *De la Plèbe au 'Peuple' dans le Brésil du XVIII e siècle* sempre foi um desafio.

Pode-se dizer que cada vila inventava seu território, não sendo ao acaso, a observância das regras frequentemente contidas nas cartas de doação. A precisão dessas indicações mostra como a localização das vilas fazia parte de um projeto de ordenamento territorial, no qual costas e rios serviam de primeiros elementos para a racionalização da ocupação espacial. Um outro instrumento de estruturação territorial consistia no termo, que definia a extensão e delimitação do território de cada vila. Na perspectiva da Coroa, a vila era a base fundamental para a centralização administrativa, sede de um território mais vasto (o termo). No qual era notadamente possível instalar povoados (VIDAL, 2017, p. 19-22).

Observação interessante faz o autor, ao destacar a importância dos sons na extensão do termo: “o sino da igreja devia ter um tamanho suficiente para ser ouvido até o fim do termo”. Ademais, a presença e monumentos característicos (principalmente o pelourinho, a câmara e cadeia e a capela) ajudava também a distinguir a vila no espaço. Assim, fundar uma vila permitia marcar o território e instalar um tempo novo, ou seja, impor uma espacialidade e uma temporalidade específicas (VIDAL, 2017, p. 22).

Tratando-se da segunda pretensão da fundação de uma vila, que consistia na definição e instalação de um povo, as cartas de doações de sesmarias já nos dão indícios do perfil desses moradores, que além de cristão, deveriam ser “pessoas de qualidade e cabedal”. Neste sentido, no topo da hierarquia o autor situa os fidalgos, poucos numerosos no Brasil Colonial, e os que ocupavam altos cargos. Em seguida, posiciona os moradores considerados aptos a receberem privilégios e capazes de exercer cargos de administração. Essa definição de povo, permite, em contraponto, designar também os que estavam excluídos dessa emergente sociedade que se instalavam nas primeiras vilas, notadamente os índios (VIDAL, 2017, p. 23).

Neste segundo momento, a implantação das primeiras vilas pretendia criar a ilusão de uma presença contínua no território. “Semeando o espaço de gestos e de sons, de tempos e de ritmos novos”, as vilas ambicionavam também inventar um novo território. Observadas nessa escala, assumem o papel de sentinelas para a proteção do território e com bases para expandir a territorialidade da Coroa no Brasil. Para Vidal (2017, p. 24) sua presença assinala a tentativa de construção de uma nova malha de poder.

Na sequência, o autor tecerá algumas considerações sobre a fundação de povoados e vilas no ecossistema do litoral brasileiro, que irão privilegiar a experiência concreta e a escala local. Apesar das enseadas do litoral oceânico terem sido sempre privilegiadas para a instalação de um núcleo inicial, Vidal (2017) observa que passados os primeiros momentos, não foi rara a implantação de outros núcleos no interior dos estuários, a exemplo da vila de São Cosme e Damião (Igarapu), e da vila de Santa Cruz em Porto Seguro, que inicialmente fundada no litoral, mudou para a beira de um rio. As localizações nas beiras de rio, pretendiam vários objetivos: servir de base à penetração ao interior das terras, aproveitar a fertilidade dos sedimentos para implantar uma atividade agrícola (notadamente a cana-de-açúcar), ou valorizar a energia da água para acionar os engenhos. Ou seja, estas fundações estuarinas testemunham um momento em que descobrimento, conquista e exploração tentavam se articular (VIDAL, 2017, p. 25).

Ao tratar da ocupação do Brasil no século XVI, a literatura recorrentemente repete o dito de Frei Vicente do Salvador que “por negligencia dos portugueses, que sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando a costa ao longo do mar como caranguejos” (SALVADOR, 1918 p. 19). A metáfora nos revela que a configuração socioespacial quinhentista foi marcada pela litoraneidade, ou como prefere Azevedo (1992, p. 30), pela maritimidade.

Tal característica nada mais constituía do que uma consequência das condições dominantes naquele momento histórico. “Os audazes pioneiros históricos”, que montavam a população desses núcleos urbanos, precisavam se fixar no litoral a fim de manter permanente a comunicação com os caminhos d’água que levavam ou traziam os ecos da metrópole lusa. Mais do que nunca o colono quinhentista dependia desses raros e sempre desejados contatos: de Portugal vinham os tecidos para o seu vestuário, os mantimentos com que haviam acostumado, as armas e munições imprescindíveis à sua defesa, os instrumentos de uso comum ou para a lavoura, as sementes e as cabeças de gado (AZEVEDO, 1994, p. 30-31).

Para Azevedo (1994, p. 31) fixar-se junto às águas do Atlântico, que também banham as costas lusitanas, constituía, até certo ponto, um gesto de sobrevivência e presença de esperança; afastar-se desse litoral e embrenhar-se pelo sertão desconhecido, era sujeitar-se a perigos de toda ordem e a contratempos inimagináveis, era expor-se ao ataque da “indiada hostil” e abdicar ao mínimo de conforto que a civilização poderia oferecer. Em última análise, tratava-se de escolher entre a vida e a morte. As necessidades materiais exigiam essa permanência na costa, fazendo com que os colonos se agarrassem como os caranguejos, conforme a tão citada e sugestiva imagem de Frei Vicente Salvador. Ao descrever o quadro de povoamento do Brasil e a distribuição espacial dos aglomerados urbanos do século XVI, o autor

sustenta que além de tipicamente marítimos, estes núcleos surgiam de maneira isolada e esparsa, constituindo verdadeiros “nódulos” de população no imenso “deserto” humano do Brasil de então.

Nestor Goulart Reis Filho (2000) em *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil 1500/1720* apresenta o desenvolvimento do número de núcleos urbanos fundados no Brasil até 1720, agrupados por séculos, com a indicação da oficialização desses eventos. Para isso, toma como referência as informações obtidas a partir de Gandavo, Gabriel Soares de Souza, Frei Vicente Salvador, Ayres do Casal e Aroldo de Azevedo. De acordo com este quadro, quinze vilas e três cidades figuravam em toda extensão do território brasileiro no século XVI (Quadro 10).

Quadro 10 – Núcleos urbanos fundados no Brasil no século XVI

Nº	ANO	VILA OU CIDADE	UNIDADE ATUAL
1	1599	NATAL	RIO GRANDE DO NORTE
	1585	FILIPÉIA DE NOSSA SENHORA DAS NEVES (cidade)	PARAÍBA
2	1536	IGARASSU	PERNAMBUCO
3	1537	OLINDA	
4	1590	SÃO CRISTÓVÃO	SERGIPE
5	1535	PÔRTO SEGURO	BAHIA
6	1536	SANTA CRUZ	
7	1536	S. JORGE DOS ILHÉUS	
	1549	SALVADOR DA BAHIA DE TODOS OS SANTOS (cidade)	
8	1535	ESPÍRITO SANTO	ESPÍRITO SANTO
9	1551	NOSSA SENHORA DA VITÓRIA	
	1565	SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO (cidade)	GUANABARA
10	1532	S. VICENTE	SÃO PAULO
11	1554	SÃO PAULO DE PIRATININGA	
12	1561	NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE ITANHAÉM	
13	1545	SANTOS	
14	1577	NOSSA SENHORA DAS NEVES DE IGUAPE	
15	1587	SÃO JOÃO BATISTA DE CANANÉIA	

Fonte: REIS, 2000

Considerando-se o mesmo período analisado por Vidal (1534-1549), Reis (2000) registra a fundação de oito vilas e da cidade de Salvador da Bahia de Todos os Santos, três a menos do que o autor anterior (Quadro 11).

Ao comparar os quadros de fundação de vilas apresentados, são identificadas pequenas divergências quanto às datas de fundação de Igarassu e Santos. Ademais, Reis (2000) não tratará das fundações das vilas da Conceição em Itamaracá, Santo Amaro em Porto Seguro e vila da Rainha em São Tomé, bem como relacionará a fundação da vila de Nossa Senhora da Vitória à 1551.

Quadro 11 – Comparativo – Fundação de vilas no Brasil (1534 – 1549)

FUNDAÇÃO DE VILAS NO BRASIL (1534 – 1549) Nestor Goulart Reis (2000)		FUNDAÇÃO DE VILAS NO BRASIL (1534 – 1549) Laurent Vidal (2017)		
ANO	VILA	ANO	VILA	CAPITANIA
		1542	VILA DA CONCEIÇÃO	ITAMARACA
1536	IGARASSU	1535	VILA COSME E DAMIÃO (IGARAÇU)	PERNAMBUCO
1537	OLINDA	1537	OLINDA	
		1536	VILA VELHA	BAHIA
1549	SALVADOR DA BAHIA DE TODOS OS SANTOS (cidade)			
1536	S. JORGE DOS ILHÉUS	1536	S. JORGE DOS ILHÉUS	ILHÉUS
1535	PÔRTO SEGURO	1535	PORTO SEGURO	PORTO SEGURO
1536	SANTA CRUZ	1536	SANTA CRUZ	
		1536	SANTO AMARO	
1535	ESPÍRITO SANTO	1535	VITORIA	ESPÍRITO SANTO
		1540	VILA DA RAINHA	SÃO TOMÉ
1532	S. VICENTE			
1545	SANTOS	1546	SANTOS	SÃO VICENTE

Fonte: REIS,2000 e VIDAL,2017, adaptados pela AUTORA, 2019.

A partir do final do século XVI, diante do insucesso da colonização de algumas capitânicas, chega a intervenção do poder metropolitano, através do estabelecimento de outras capitânicas reais, dentre elas Sergipe d'El Rey. Em grande parte, a reconquista do território brasileiro ocorrerá ao tempo da união das Coroas Ibéricas e se concretizará com a aprovação da Monarquia Dual, que, perante as ameaças estrangeiras e a impossibilidade de ocupá-la com colonos espanhóis, decidiu apoiar a expansão portuguesa, em direção ao Maranhão e ao Pará, contribuindo de forma decisiva para o alargamento territorial do Brasil.

A União Ibérica (1580-1640) marcará definitivamente o Sistema Colonial Português, tanto em terras lusitanas, quanto em seu domínio na América. Segundo Rafael Straforini (2006) em *Estradas reais no século XVIII: A importância de um complexo sistema de circulação na produção do território brasileiro*, durante esse intervalo, dominou na América Portuguesa e em toda a Europa o período de estruturação de uma etapa da economia-mundo, inaugurada com a expansão marítima do final do quatrocentos e comandada pelas potências navais ibéricas (Portugal e Espanha) e encerrada somente no seiscentos com o advento das novas potências europeias: Holanda e Inglaterra.

Esses acontecimentos, sob o ponto de vista da formação socioespacial, trouxeram para a América Portuguesa importantes consequências, ao tempo que também o continente era razão das grandes modificações em curso. Sobre isso, Antonio Carlos Robert Moraes em *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI*, sustenta que a conformação básica do futuro do território brasileiro estava posta, o que não significa que estivesse consolidado o domínio de todo o espaço que o compunha. O que se consolidava no

final dos seiscentos era o controle pleno de uma superfície já considerável, composta de núcleos de ocupação, com espaços de povoamento contínuo (MORAES, 2000, p.402).

Para Straforini (2006), os inúmeros eventos ocorridos na América Portuguesa, bem como na própria Metrópole, todos eles ainda no contexto do exclusivo mercantil, criaram lentamente condições para que os ditos "caranguejos" se transmutassem em aventureiros, caçadores de índios, descobridores de metais preciosos, senhores de gado nos currais do Rio São Francisco, jogando, para cada vez mais longe os sertões, ou, alargando os "fundos de território"⁵³ da Colônia.

Apesar dos esforços para a conquista do interior, a maritimidade dos aglomerados urbanos continuou a ser característica marcante no século XVII. Na verdade, mesmo com todas as ocorrências que imprimiram novas espacialidades no território, a sua configuração pouco se alterou em relação ao século anterior, mantendo a faixa litorânea e as atividades de exportação aí instaladas como o "núcleo" central da América Portuguesa. Segundo Goulart (2000, p. 86-87) foram fundadas ou nomeadas, particularmente na segunda metade dos seiscentos, 34 vilas e 4 cidades. Neste contexto, passa a fazer parte da rede urbana, Sergipe d'El Rey, com 2 novos núcleos elevados à categoria de vila: Santo Antônio de Itabaiana, em 1665 e Santo Amaro das Brotas em 1697.

Mas antes deste século, como posto no quadro 10, em 1590 a capitania vê surgir sua primeira vila, São Cristóvão, que já nasce sob este estatuto. O quadro de ocupações populacionais vem crescendo em toda a colônia, como demonstra Nestor Goulart (Quadro 12).

Quadro 12 – Núcleos urbanos fundados no Brasil no século XVII

Nº	ANO	VILA OU CIDADE	UNIDADE ATUAL
	1616	NOSSA SENHORA DE BELÉM (Cidade)	PARÁ
1	1634	VILA SOUZA DO CAETÉ	
2	1635	VILA VIÇOSA DE SANTA CRUZ DO CAMETÁ	
3	1639	GURUPÁ	
	1612	SÃO LUIZ DO MARANHÃO (Cidade)	MARANHÃO
4	1637	SANTO ANTÔNIO DE ALCÂNTARA	
	1676	OLINDA (Elevação a Cidade)	PERNAMBUCO
5	1627	VILA FORMOSA (Serinhaem)	
6		BOM SUCESSO DO PÔRTO CALVO	ALAGOAS
7	1636	PENEDO DO RIO SÃO FRANCISCO	
8		SANTA MARIA MADALENA DE ALAGOA DO SUL	
9	1665	SANTO ANTÔNIO DE ITABAIANA	SERGIPE
10	1697	SANTO AMARO DAS BROTAS	
11	1608	CAIRU	BAHIA
12		CAMAMU	

⁵³ Definir um lugar como sertão significava projetar sua valoração para o futuro em moldes diferentes dos vigentes no momento dessa ação. Nesse sentido "o sertão é comumente recebido como um espaço para expansão, com o objetivo de um movimento expansionista que busca incorporar aquele novo espaço assim denominado, a fluxos econômicos ou a uma órbita de poder que lhe escapa naquele momento", ou seja, "fundos de território" (MORAES, 2002-2003: p.14).

13	1693	NOSSA SENHORA DA AJUDA DE JAGUARIBE	
14		NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE CACHOEIRA	
15		SÃO FRANCISCO DA BARRA DO SERGIPE DO CONDE	
16	1689	GUARAPARI	ESPÍRITO SANTO
17	1608	ANGRA DOS SANTOS REIS DA ILHA GRANDE	RIO DE JANEIRO
	1615	NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO DO CABO FRIO (Cidade)	
18	1660	PARATI	
19	1677	SÃO JOÃO DO PARAÍBA	
20	1677	SÃO SALVADOR DOS CAMPOS DE GOITACAZES	
21	1697	SANTO ANTÔNIO DE MACACU	
22	1611	SANTANA DE MOGI DAS TRÊS CRUZES	SÃO PAULO
23	1625	SANTANA DE PARNAÍBA	
24	1636	SÃO SEBASTIÃO	
25	1637	EXALTAÇÃO DE SANTA CRUZ DE UBATUBA	
26	1645	SÃO FRANCISCO DAS CHAGAS DE TAUBATÉ	
27	1653	NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DO RIO PARAÍBA	
28	1655	NOSSA SENHORA DO DESTÊRRO DO CAMPO ALEGRE DE JUNDIAÍ	
29	1651	SANTO ANTÔNIO DE GUARATINGUETÁ	
30	1657	NOSSA SENHORA DA CANDELÁRIA DE OUTÚ GUAÇU	
31	1661	NOSSA SENHORA DA PONTE DE SOROCABA	
32	1649	NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE PARANAGUÁ	PARANÁ
33	1693	NOSSA SENHORA DA LUZ DOS FINHAIS DE CURITIBA	
34	1660	RIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	SANTA CATARINA

Fonte: REIS, 2000

Nesse cenário, efetiva-se a ocupação de Sergipe d'El Rey com a formação dos primeiros núcleos de povoamento, sustentados pelo regime sesmarial e submetidos às tensões entre os interesses locais. Interesses estes representados pelas motivações da população emergente; dos colonos, que movimentavam a economia baiana; dos colonos ligados à pecuária, às culturas do algodão, do fumo, de subsistência e posteriormente da cana-de-açúcar; e pelas motivações das missões jesuíticas, dos bandeirantes e da população indígena.

Segundo Fernando Antonio Santos de Souza (2008) em *Formação, movimento e descompasso da rede urbana de Sergipe*, essas formas de constituição da rede urbana sergipana foram sendo forjadas e consolidadas pelas instituições político-administrativas da colonização portuguesa consorciadas com o desenvolvimento local da capitania. Molda-se, então, um espaço urbano secundário e dependente da capitania da Bahia de Todos os Santos.

Um espaço complexo, marcado por um ambiente dominado pela expectativa de prosperidade e enriquecimento rápido, pontuado pela fé católica; e, se valendo de uma baixa centralidade urbana, sustentada por forças reunidas com diferentes formas espaciais independentes uma das outras, mas conectadas à vizinha capitania da Bahia.

Devido a fatores como a necessidade de reconhecimento do território recém conquistado, à medida que alcançava maior desenvolvimento e sua ocupação se efetivava, as terras sergipanas foram aos poucos sendo representadas em uma série de registros textuais e iconográficos ao passo que o século XVI avançava.

Estes constituem relatórios e relatos que descrevem, dentre outros aspectos, os lugares povoados, com linguagem à maneira de diário ou de forma mais sistematizada enquanto resultado de uma encomenda real, como os escritos de Pero de Magalhães Gândavo (1576), Gabriel Soares Souza (1587) e Diogo de Campos Moreno (1612), sendo a obra dos dois últimos várias vezes reportadas nas seções anteriores. Cabe destacar que a produção de Moreno é ilustrada por cartas elaboradas por Luís Teixeira. Este inaugura um conjunto de trabalhos produzido pela conhecida família Albernaz que irá se destacar dentre a produção iconográfica portuguesa pela quantidade e expressividade de registro da costa brasileira.

Além de ricas cartas gerais, com a descrição de toda a extensão conhecida da colônia, os trabalhos cartográficos desta família se compunham também de mapas com recortes menores, de regiões específicas contendo informações mais detalhadas, como a representação de uma capitania inteira ou parte dela. Sergipe d'El Rey também foi representada nos mapas dos referidos cartógrafos, nos quais são indicados tanto elementos naturais como aqueles que acusam a formação de povoados e outras instalações próprias dos colonizadores.

Buscando traçar os primeiros momentos da história territorial da capitania de Sergipe d'El Rey, na perspectiva das informações trazidas por estes mapas, foram considerados 5 exemplares cartográficos confeccionados por João Teixeira Albernaz (o velho), contidas no *Livro que dá Razão do Estado do Brasil* (1612), cujo texto é de autoria de Diogo de Campos Moreno; no *Atlas Estado do Brasil Coligido das mais sertãs noticias q pode ajuntar dõ Ieronimo de Atayde* (1631) por João Teixeira Albernaz, cosmógrafo de Sua Majestade, além do *Atlas Descricao de todo o Maritimo da terra de Sta. Crus chamado vulgamento o Brazil por Joao Teyxeira*, (1640).

A partir de uma sequência cronológica de confecção dos mapas, têm-se três cartas, sem título, inseridas no *Livro que dá Razão do Estado do Brasil* (1612), de Diogo Campos Moreno, que interessam ao tema desta tese, por oferecem informações sobre Sergipe d'El Rey. A capitania surge nessas representações confirmando a imagem de um território sob o poder da água, ou seja, confirmando as análises anteriores que ponderaram sobre a importância da hidrografia na constituição e ocupação do território sergipano.

Apresenta-se essencialmente como uma grossa faixa litorânea, recortada por vários rios, representados como filamentos azuis adentrando pelas terras. A primeira imagem analisada, datada de 1612, abrange “toda a terra que são obrigações do Sergipe” indo do rio São Francisco (que tem apenas sua foz pontuada), passando pelos rios Sergipe, Vaza-barris e Real, até o rio Itapicuru (Imagem 24).

Imagem 24 – Carta de Serigipe Del Rei, João Teixeira de Albernaz, 1612



Fonte: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Disponível em: http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos_BPMP/MS-126/MS-126_item1/MS-126_JPG/MS-126_JPG_24-C-R0072/BPMP_MS-126_151_t24-C-R0072.jpg, 2018

Entre as águas, predomina a informação sobre os rios, sendo indicados do norte para o sul: Rio São Francisco, Rio Sergipe (B), “com 2 braços de fundo” rio Vaza-barris (B), “muy perigosa”, rio Real, “com muito fundo mas muito perigosa” e Itapicuru, “furiosíssimo em lua corrente”.

E continua Diogo Campos Moreno:

Destas enseadas do Tapicuru e Vaza Barris fogem todos os navios como da morte pella força com que as aguas sempre chamão para a terra a toda o tempo de sorte q com pouco que aponte a ser travessia/ que se acha das pontas para dentro não podendo ganhar nada de necessidade a de varar em terra porque nem há lugar de estar sobre amarra que todo o fundo he sujo, e logo se cortão, e assim se tem perdido nesta paragem muitos navios (MORENO, 1612, p. 544).

No âmbito dos elementos naturais, além dos rios e lagoas, também estão representados os arrecifes ao longo de toda a costa, bem como a vegetação, que, parece seguir um padrão de representação iconográfica, uma vez que um mesmo tipo de árvore se repete por todo o mapa. A identificação das entradas da costa brasileira, portos e outros ancoradouros, era uma medida indispensável para os colonizadores em um sentido mais amplo, incluindo portugueses, franceses e outras nações que buscavam estabelecer relações mercantis nas novas terras, ou simplesmente realizar atividades extrativistas. Dentro da lógica do capitalismo mercantil vivenciado por parte do mundo (principalmente Europa e Ásia) naquele período, esses locais eram de fundamental importância, tanto para o estabelecimento das trocas, para paradas estratégicas de expedições, bem como para apoio às novas rotas marítimas que circunvagavam o sul da América (MENEZES, 2013).

Além de documentar pontos da geografia física e humana de Sergipe, a carta oferece dados preciosos para elucidar um aspecto importante acerca da história urbana da capitania: o lugar inicial da fundação do “forte” e da “igreja” de São Cristóvão por Cristóvão de Barros em 1590. Registra também as sucessivas mudanças de sítio da capital segundo os interesses dos povoadores, conforme já comentado. Fato que para Nunes (1989, p. 221) “também dificultava a marcha da colonização”.

Ao descrever a “Capitania do Sergipe del Rey”, o capitão refere-se claramente às três distintas localizações que teve São Cristóvão posicionadas na carta de Albernaz (1612) (Imagem 25):

Tem ho Rio Sergipe hua povoação de casas de taipa cobertas de palha pequena, a qual chamão a cidade de São Christovão, primeiro foi fundada no ponto A. que se ve na carta desta capitania a f.52, depois fundarão no ponto C. e logo dahí a poucos anos a situarão no ponto D. despovoando-se o demais, e contudo ate oje não tem tomado assento porque cada um dos moradores o anno que há de governança loguo trata de levar a cidade a porta do seu curral. No ponto A já nomeado estão as ruinas de hu forte que fez Christovão de Barros para guarda da barra, e como de feito se ouvera outros cômodos, aquelle (como se ve) he o sitio

melhor para a passagem dos que caminham a Pernambuco, e dos que vem do mar em fora. O segundo lugar no ponto C. donde a povoação segunda vez se passou tinha mais comodidade para a vivenda dos moradores e vigiavão a costa, mas com tudo fica sendo a pior eleição por quanto estão no rio de Vasa Barris que tem pior barra, e por necessidade se passaram mães polla terra dentro ao ponto D. ficando mais perto de suas fazendas, porem no Rio Sirigipe, no ponto D. entrou a nau de Gabriel Soares, e he o melhor porto tomado em conjunção de todos odesta capitania que não servem o presente mais que de barquos (MORENO, 1612, p. 543, grifo nosso).

Imagem 25 – Detalhes ampliados – Carta de Serigipe Del Rei, João Teixeira de Albernaz, 1612 (A) Forte velho fundado por Cristóvão de Barros em Aracaju, (C) povoação velha de onde se vigiava o mar e (D) povoação nova a que chamão São Cristóvão



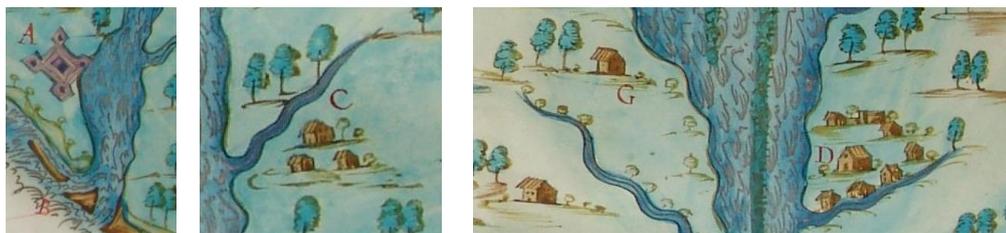
Fonte: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2018

Para além disso, as informações fornecidas por Campos Moreno permitem fundamentar a ideia da existência de uma relação direta entre o povoamento do território e os objetivos almejados para sua colonização, ou seja, a ocupação, a defesa, o aproveitamento da terra e a disseminação da religião. Nesse contexto, um outro fator determinante na fixação do povoamento de Sergipe Del Rey por ele destacado, foi a presença da Igreja e sua relação com os indígenas:

Nesta capitania tem os padres da Companhia muitas terras e fazendas, e tem a seu cargo a major força dos Indios daquele districto assim donde chamão Cotigipeua como em outros lugares, também nas fazendas do dito Antonio Cardozo esta outra aldea de Tapuyas que são bárbaros do mato. Estes tem seu capellão e capitão aparte conforme a ordenança nova (MORENO, 1612, p. 544, grifo nosso).

Tais informações são reforçadas na legenda (G) apresentada por Albernaz (1612) ao indicar nas proximidades do rio Vaza-barris “as fazendas dos padres da companhia” que chamam de “o Saco” (Imagem 26).

Imagem 26 – Detalhes ampliados – Carta de Sergipe Del Rei, João Teixeira de Albarnaz, 16212. (A) Forte velho (C) e (D), respectivamente segundo e terceiro sítio de implantação de São Cristóvão, (G) fazenda dos padres jesuítas



Fonte: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2018

Disponível em: http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos_BPMP/MS-126/MS-126_item1/MS-126_JPG/MS-126_JPG_24-C-R0072/BPMP_MS-126_151_t24-C-R0072.jpg, 2018

Detendo-nos nas mudanças de sítio da sede a capitania, Francisco Adolfo Varnhagen em sua *História do Brasil de 1850*, ao nos contar a “guerra de Sergipe”, revela-nos com precisão a provável implantação inicial de São Cristóvão situando-a na foz do rio Poxim, atualmente região do município de Aracaju.

Desassombrado assim todo o districto de inimigos, passou Christovam de Barros a cuidar no melhor modo de o assegurar e povoar. **Junto á foz do próprio rio de Sergipe, actual Cotindiba, sobre o isthmo que perto de mar fórma ahí o desagüe do Poxim**, levantou um forte, que ainda anos depois era reconhecido com o nome de forte velho, e junto a elle fundou um verdadeiro arraial, a que já deu o nome de cidade (VARNHAGEM, 1870, p 377-378, grifo nosso).

Respalda a hipótese de Varnhagen o sergipano Felisbello Freire, que em sua *História de Sergipe* (1871), praticamente repete suas palavras. A hipótese da localização de São Cristóvão nas margens do rio Poxim é conservada pelos autores do século XX, a exemplo de Maria Thetis Nunes (1989, p. 26).

Retornando à Carta de Sergipe Del Rei de João Teixeira de Albarnaz de 16212, não foram indicados engenhos de açúcar ou outros tipos de estrutura correlatas a essa atividade econômica. Entretanto, a partir do texto contido na legenda pode-se compreender a intenção dessa carta, de se colocar como guia, sobretudo para acesso às propriedades produtivas. São apontados outros tipos de atividades e potencialidades de exploração da região, sobretudo a fertilidade da terra para “mantimentos de toda sorte”, vocação para servir gado “para comer como para cerviço” aos engenhos e fazendas de Pernambuco, e da Bahia e especulações sobre a extração de minerais (Imagem 27).

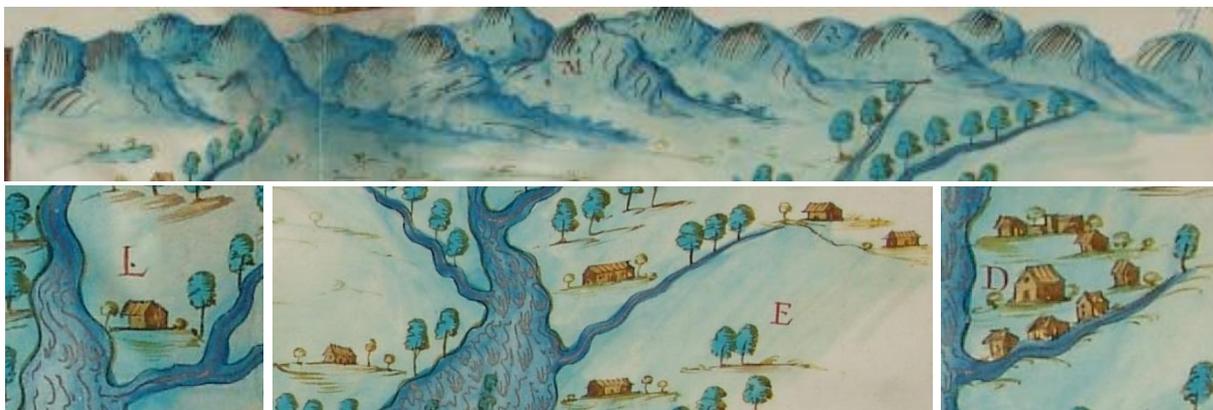
Ainda se encontra em Diogo Campos Moreno (1612) a conjectura da existência de prata nas serras de Itabaiana e num segundo momento nos dará ciência da exploração do salitre na Serra de São Gregório, lado norte do grande rio São Francisco (Imagens 27):

Ao pé de huãs serras que se chamão Itabanhana ao longo do mesmo Rio Sirigipe affirmão os moradores daquela capitania ouvirem que em certos tempos estrondo de grossas pessos dartelharia la no intimo das terras **pello que se pessume que devem**

de ter algum bolcam mas ate oje não am sido penetradas de pessoa alguma porque os naturaes fogem dentrarem la.

No Rio de São Miguel que se ve na dita carta no ponto E. vive o **Caramuru que he o que assegura aver muita prata aquellas serras do ponto F.** donde desse o mesmo rio que se chamão Real pollo muito que se alarga naquela parte sendo pouco o que vai pella terra dentro (MORENO, 1612, p. 543, grifo nosso).

Imagem 27 – Detalhes ampliados – Carta de Sergipe Del Rei, João Teixeira de Albernaz, 1612. (F) Serras de Itabaiana e (M) do rio Real, (L) fazendas do Caramuru, (E) campinas de Itabaiana de infinito gado



Fonte: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2018

Disponível em: http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos_BPMP/MS-126/MS-126_item1/MS-126_JPG/MS-126_JPG_24-C-R0072/BPMP_MS-126_151_t24-C-R0072.jpg, 2018

Há indicação gráfica neste mapa das serras do rio Real, das fazendas de Caramuru perto das “serras das pratas”, bem como das campinas de Itabaiana de infinito gado. Ademais, há a representação de edificações isoladas que variam de tamanho, o que nos levam a suposição de casas de fazenda. A configuração das edificações no ponto indicado com a letra (D), que corresponde à cidade de São Cristóvão no entorno do rio Vaza-barris.

O segundo mapa que contempla Sergipe d’El Rey, contido no livro de Diogo de Campos Moreno, também sem título, abrange detalhadamente a área do rio São Francisco, estendendo-se para a “banda do norte”, onde “compeça a capitania Parnambuquo” (Imagem 28).

Conforme já dito, Campos Moreno (1612) além de apresentar sua análise sobre a realidade que havia observado no Brasil, avança com propostas para assegurar os interesses econômicos do poder real, tendo algumas dessas medidas relação direta com a organização do povoamento e repartição do território (MOURA FILHA, 2003).

Imagem 28 – Carta do curso do rio São Francisco, João Teixeira de Albernaz, 1612



Fonte: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Disponível em: http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos_BPMP/MS-126/MS-126_item1/MS-126_JPG/MS-126_JPG_24-C-R0072/BPMP_MS-126_162_t24-C-R0072.jpg, 2019

Neste sentido, ao tratar de Sergipe d'El Rey, apresenta muitos detalhes de interesse histórico, como ilhas, rios afluentes, lagoas, serras da região do São Francisco, portos, mina de salitre, cachoeiras e sumidouro.

Especial atenção é dedicada ao rio São Francisco, bastante destacado pelos colonizadores devido a sua grandeza e fertilidade. Sobre este rio as informações são dadas no sentido do seu uso pela navegação, com referências à entrada, na barra existente, e ao limite navegável do mesmo:

a este grande Rio de São Francisco, se lhe não sabe nascimento posto que por ele asima se tem navegado mais de trezentas legoas ate que espantados da multidão do gentio que encontrarão se tornarão atrás os navegantes.

Da banda do norte deste rio compessa a capitania Parnambuquo toda em si he navegável da barra atte as cochoeiras tem sessenta legoas ocupadas de tantas nascões de Indios bárbaros a que chamão Tapuias que apenas se entemdem hus com outros pelo que ainda oje se faz trabalhoso de penetrar.

(...)

Todo este rio he navegável e mui capas de grandes embarcações porem sua barra he desfaques ou banquos de área que se mudam os mões dos anos fazendo a mões fácil hus q outros, sempre caraveloens grandes entrão em toda a maré, tem nesta barra e em todo ho rio grande força as agiagens que deçem de cima, e são de modo q há tempos q a quatro legoas ao mar se pode beber a agoa doce e na boca da barra de ordinário mões de hua legoa ao mar a grandes rilhançeiras de agoa que empedem o curso as vezes, e o suspendem a hum navio ainda que va em todo o tempo que dura a viração do mar que nuqua de dia falta, se navega este rio para cima com fçilidade porem tanto que acalma o vento he necessario lançar ancora porque a corrente dagua com presteza increivel os torna a trazer pera baxo sem vella nem rmo (MORENO, 1612, p. 545-547).

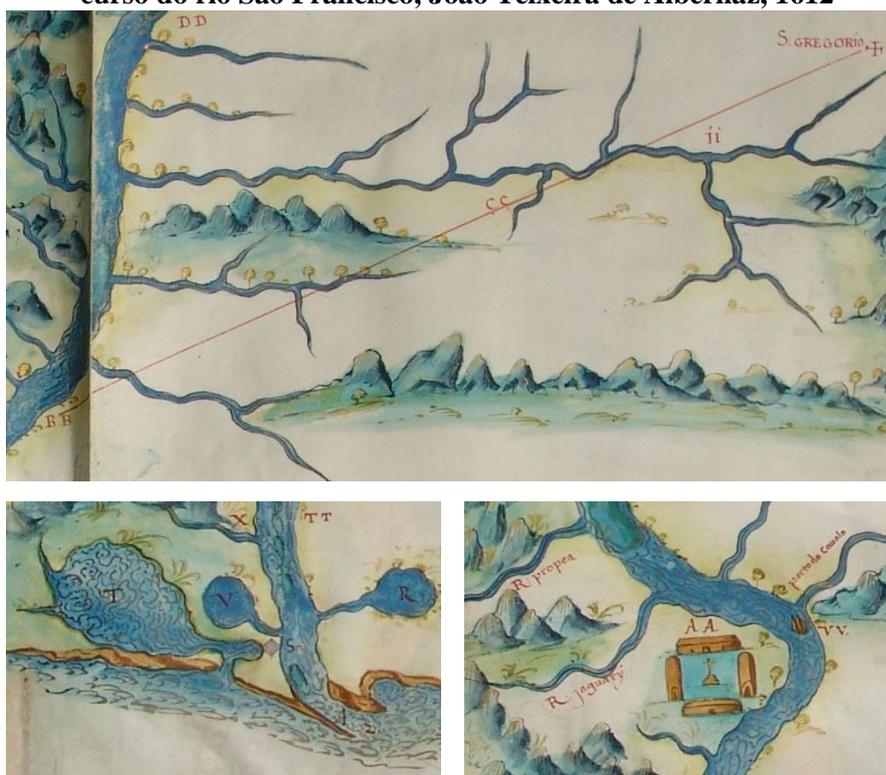
Conservando a predominância dos tons azul do mapa anterior, não há letra, nem texto assinalando o rio São Francisco, mas sim duas indicações quanto a sua barra (A) “com 2 braços” e o seu sumidouro (cachoeira de Paulo Afonso) (FF), onde sua representação desaparece entre montes. Apresenta-se em uma longa extensão, acompanhado por serras. São pontuadas duas quedas d'água, a (DD) “Primeira cachoeira donde entra o rio S. Frco” e a (EE) “Segunda cachoeira donde entra o rio das cõchas (possivelmente conchas)”. Cerca de vinte afluentes do grande rio são representados ao longo de sua extensão, nas duas margens, porém, nem todos são nomeados.

Neste grande rio entrão outros muitos dos quaes a mor parte seqão no verão, e no tempo que as agoagens deçem de sima say este rio de madre, e a lagua de hua parte e de outra polos vales maes de duas legoas de terra, e recolhido amai deixa grandes lagoas com tanto peixe que e cousa increivel ao qual acode grande copia de aves e de animais silvestres, e tantos porcos e bichos do mato q se fazem deles todo o anno grandes chacinhas, e nas lagoas grandes pescarias, de maneira q he hu dos sittios de sim mais abastados que tem a costa do Brazil e todo esta despovoado salvo nos pontos ditos, não tem terras para canas nem a aguoas para engenhos porq como padece accidentes nas aguoagens ficam as suas várzeas arcadas, e sem substancia, e os montes na major parte são escavados e de mato raro não faltando sítios com madeiras, e bons para matimentos (MORENO, 1612, p. 545-547).

Os rios e lagoas identificados na margem sergipana são: (V) lagoa Parauna e (T) lagoa Guaratuba, em que se “faze pescarias”, (X) Rio Ipochi, “q deçe do aracazem”, rio Jaguary, rio Propea, (QQ) rio Corimatangu (em posição semelhante à do atual rio Capivara).

Continuando a sinalização das águas, foram representadas na forma gráfica e escrita dois portos à beira do grande rio, identificado como (PP) porto da folha e (BB) Porto de Jasuaba, “que vai para o salitre”. Nas proximidades do porto de Jasuaba, Marcgrave pontua a Ilha dos Tapuias (SS) (Imagem 29).

Imagem 29 – Detalhe do escoamento do salitre das minas de S. Gregório até o porto de Jasuaba. (S) Forte na barra, (BB) porto de Jasuaba, (AA) Aldeia ao pé das serras Aracare - Carta do curso do rio São Francisco, João Teixeira de Albarnaz, 1612



Fonte: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Disponível em: http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos_BPMP/MS-126/MS-126_item1/MS-126_JPG/MS-126_JPG_24-C-R0072/BPMP_MS-126_162_t24-C-R0072.jpg, 2019

Quanto aos artifícios para escoamento da produção do salitre na Serra de São Gregório pela margem sergipana do rio São Francisco, dentre eles encontra-se menção à construção de um forte “na entrada da barra” a mando de Dom Diogo de Menezes e a fundação de uma povoação e aldeias em terras doadas a “homem poderoso”, elementos pontuados por Albarnaz nesta carta e na seguinte, que traz detalhadamente representado o “Forte Novo de Pasaiem”.

Assim sendo, nos aprofundaremos nas informações relacionadas a iniciativa de “Dom Dioguo de Menezes, a respeito de fazer navegavel o salitre que se acha na serra de São Gregório”. O mapa indica o caminho e a localização da fonte (+) S. Gregório, mina de salitre (ingrediente para fabricação de pólvora negra), assinalando com as letras (BB), o “Porto de

Iasuava q vai peraosalitre”⁵⁴; (CC) o “Caminho do Salitre até as serras de S qugrorio”, uma linha reta, que certamente é auxiliar para facilitar a visão de sua posição; com as letras (II), “Rio de Cabaços q dece daserra de Comandatuba”, cortado pela linha do caminho. Esclarece-nos o capitão Campos Moreno que para efetivar suas intenções de “poder cultivar as minas”, Dom Dioguo de Menezes “tratou por via de lingoas, e homens práticos do sertão passes e amizades com todas aquellas gentes, e mandou fazer na entrada da barra o forte” que se verá marcado no ponto (S) no mapa de Albernaz (MORENO, 1612, p. 546) (Imagem 29).

Paralelamente a construção do forte, determinou que Manoel de Miranda,

grande lingua dos Indios que povoassem com Pitiguares que tinha junto de diversas partes hu sitio ao pee das serras que chamão Aracare, e que juntamente levasse gente branca a ditta povoação como de feito levou, esta feita vai por tres anos em que estão prantados muito mantimentos para bem do trato do dito salitre, este lugar se assinala na ditta carta com as letras A.A., **deste sittio se povoou o anno passado de seiscentos e onze com outra aldeã e gente branca o sittio de Jasuaba** que se mostra no ponto B.B. e desde ali ate as minas da serra de São Gregório esta aberto o caminho para gente de pee e cavalgadas, por maneira que para se cultivar os ditos salitre[s] so faltão os mineiros e ordem para fazerçe que segundo o que tem mostrado a terra sera negocio de major importância que o do pau brazil, além de se ficar escuzando o campralo a estrangeiros (MORENO, 1612, p. 546, grifo nosso).

Outro mapa de Albernaz contido na obra de Campos Moreno, que se refere à Sergipe D’El Rey, representa detalhadamente o “Forte Novo”, levantado na foz do rio São Francisco para “defensa daquela/ passagem” (Imagem 30).

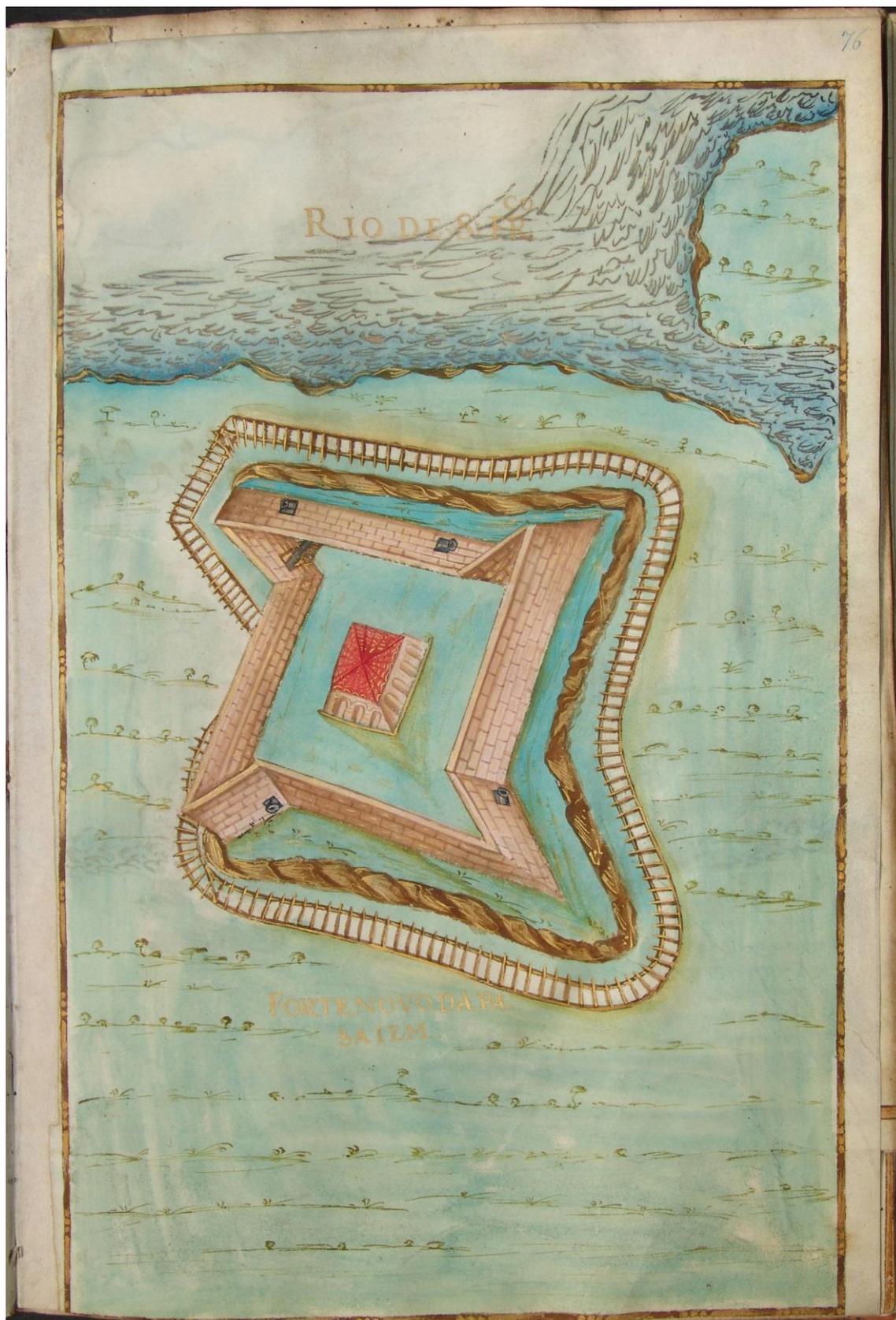
Ao capitão que faz o forte da barra se lhe tem nomeado duzentos cruzados de ordenado, e sse lhe na de dar des soldados de prezidio e duas peças dartelharia de ferro coado de ate vinte quintaes para defesa daquele surgidouro e abrigo das embarcações que na de andar ao salitre, e assi para defesa daquela/passagem, e entrada do rio tão importante os lugares donde se funda este forte e donde esta situada a povoação de Manoel de Miranda são terras do Serigipe atrás nomeado (MORENO, 1612, p. 546).

Ao expor uma panorâmica da ocupação de Sergipe d’El Rey, Moreno (1612) conclui suas observações sobre a capitania, destacando os conflitos de interesses surgidos frente ao processo de povoamento e dificuldades enfrentadas para a fixação de novas povoações na região do São Francisco, visto que,

(...) como são dadas de sesmaria a homem poderoso que defende a posse não quer ningem açudir as novas povoações por que não tem donde prantem nem fação fazendas que suas sejam porque lhas empedem os proprietarios das sesmarias os quaes não tem posse para fazerem as dittas povoações antes querem a terra sem gente para bem de seus currais o que he em perjuizo notavel da povoação deste rio e do trato que nelle fazerse pretende (MORENO, 1612, p. 546, grifo nosso).

⁵⁴ Guaraná (1916) confirma Iacioba = Jasuaba (Iaçuba).

Imagem 30 – Forte Novo da pasaiem, João Teixeira de Albernaz, 1612



Fonte: Biblioteca Pública Municipal do Porto
Disponível em: http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos_BPMP/MS-126/MS-126_item1/P164.html, 2019

A próxima carta a ser analisada está inserida na obra *Estado do Brasil Coligido...* (1631). Realizada pelo mesmo autor, a *Carta da costa que se estende da Bahia de Todos os Santos até a Barra do Rio São Francisco*, mostra o litoral norte da Bahia e o de Sergipe, até a foz do Rio São Francisco. Sobre este rio as informações seguem a mesma intenção das cartas anteriores, destacando seu uso para navegação e trazendo uma referência à entrada na barra e seu limite navegável: *Barra do Rio de S. Frco emq. Pode entrar pataxós; Até esta cachoeira navegação Caravelões* (Imagem 31).

Os afluentes do São Francisco são representados graficamente ao longo de sua extensão, apesar de não os nomear. Já os rios indicados no território sergipano de norte para sul já comparecem nomeados: rio São Francisco, rio Garatuba, rio Japarutuba (inserido na *Enceada de Vaza Baris*), rio Sergipe, rio Vaza-barris, rio Real e rio Itapicuru, onde “*não pode nelle entrar embarcações*”. Ademais, assinala-se na foz do rio Real um Cabedelo e no entorno do Vaza-barris a Cidade de São Cristóvão (Imagem 31).

Finalizando as obras de Albernaz I, segue uma carta contida na obra *Descricao de todo o Maritimo da terra de Sta. Crus chamado vulgamento o Brazil* (1640), que apresenta o litoral norte da Bahia e de Sergipe até o rio São Francisco (Imagem 32).

O enquadramento é o mesmo da carta anterior, onde o território é apresentado em diagonal, ocupando metade do quadro e o oceano a outra parte. Entre os elementos representados, predominam os rios e as barras nos dois mapas, reforçando-se as informações quanto à nomeação e caracterização das entradas de alguns rios, no sentido do tamanho das embarcações, conforme expressa o texto que o acompanha, localizado no seu verso.

Da baia de todos os Santos, athe o Rio de S. Francisco, são sessenta legoas por costa de Nordestesudeste; de todos os rios desta costa, os mais principaes e de melhor fundo em que podem entrar embarcaçoens são os seguintes; o Rio Pojuca, q he o da torre de Garcia D'Avila, tem barra para pataxos e caravellas, o mesmo hé o Rio real, e o Rio de Vazabarris e o de Sergipe del Rey, em que podem entrar navios grossos, mais com piloto practico naquela costa, por ter barra muyto perigosa; faz esta costa huma Enceada, que começa huma legoa do Rio Real, ao Nordeste, e acaba junto ao Rio de S. Francisco, q vem a ser 20 legoas; Chamão a esta Enceada de Vazabarris, e he muito perigosa por causa das correntes das agoas e Baixo, no interior desta terra há algumas fazendas de pessoas particulares, e alguns lugares, o de mais nome, he a povoação de S. Cristovão, Capitania de Sirigipe (ALBERNAZ, 1631).

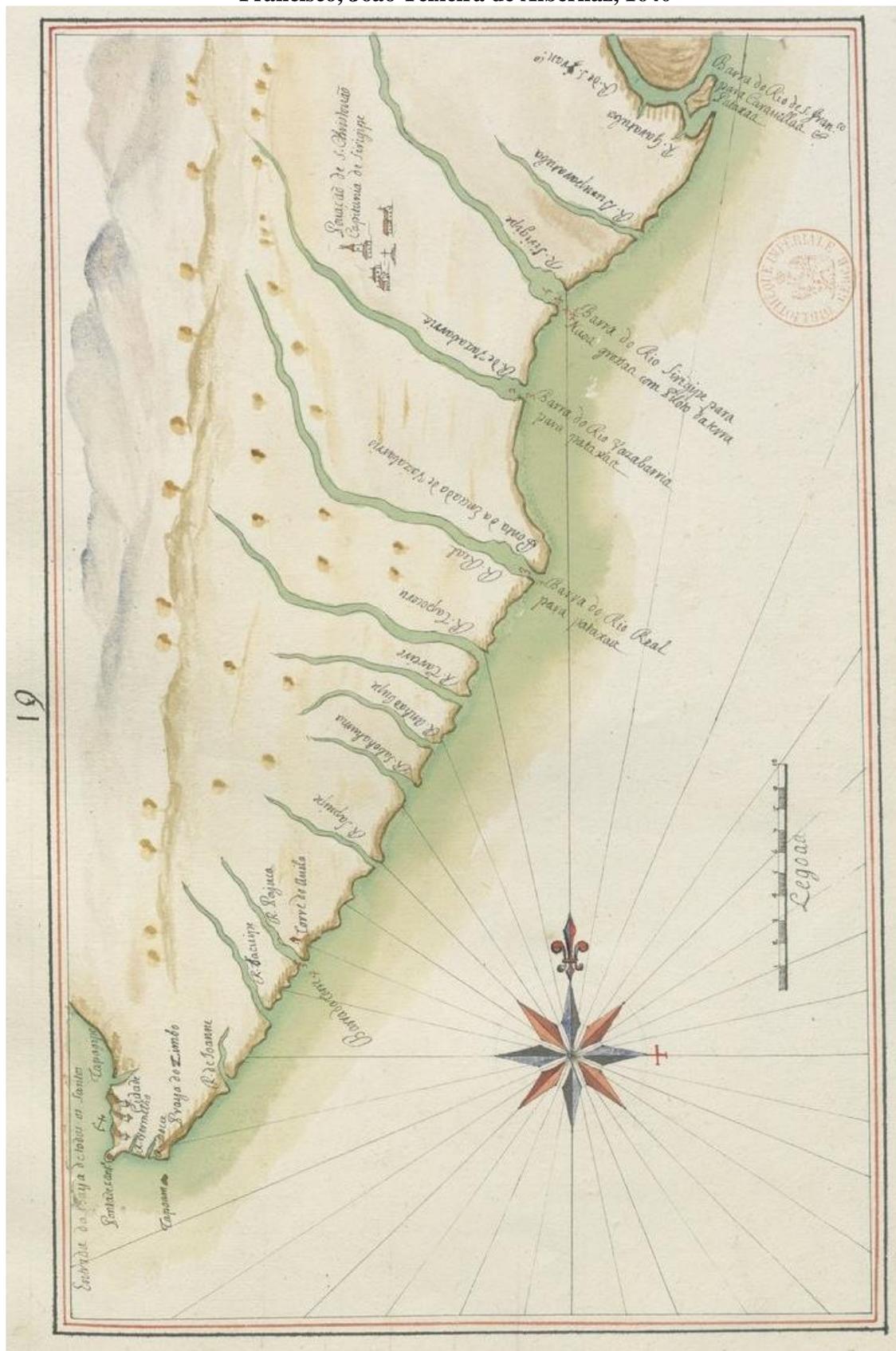
Pelas anotações deste cartógrafo português, que mira a costa desde o mar, e em terra a percorre com o olhar sem se adentrar muito pelo interior, reafirma-se o propósito de identificar as condições de suas entradas e desembarque. Assim, alguns pontos de referências, como as pontas, porções de terra que se projetam no oceano, e enseadas são frequentemente indicadas nos mapas observados, a exemplo da enseada do Japarutuba (antiga Vaza-Barris) e a ponta do rio Real.

Imagem 31 – Carta da costa que se estende da Bahia de Todos os Santos até a Barra do Rio São Francisco



Fonte: Teixeira de Albernaz I, 1631

Imagem 32 – Carta da costa que se estende da Bahia de Todos os Santos até a Barra do Rio São Francisco, João Teixeira de Albernaz, 1640



Fonte: Biblioteca Nacional da França

Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b55007846g/f81.item.zoom>, 2019

Entretanto, destaca-se o tímido registro de suas ocupações, em termos de núcleos habitados, reconhecendo-se apenas textualmente a povoação de São Cristóvão e fixação de moradores em pontos esparsos. Diogo de Campos Moreno e João Teixeira Albernaz mostraram de forma clara a dimensão territorial da capitania com a presença de ocupações separadas por longas distâncias. Na parte mais continental menciona-se a criação de gado. Essas descrições e observações detalhadas além de terem como objetivo a propaganda colonizadora, revelavam a necessidade de defesa. No caso do território, este é apresentado com grande extensão, banhado por rios com dificuldades de navegação e defesa. Essa era a realidade presente em Sergipe d’El Rey na primeira metade do século XVII.

Além do legado português, no século XVII, conta-se com o extraordinário acervo de imagens produzido pelos holandeses, especialmente durante a presença de Maurício de Nassau no Brasil (1637-1644), que até aqui se fez acompanhar por uma comitiva constituída por cartógrafos, pintores, naturalistas e cientistas. A atuação de Nassau no Brasil foi minuciosamente narrada por Gaspar Barléus em *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Publicado em 1647, o livro é ilustrado com mapas, plantas e vistas produzidos por Georg Marcgrave e Frans Post, registrando as capitanias conquistadas, dentre elas a capitânia de Sergipe d’El Rey. Por consistir em dados diretamente relacionados aos núcleos povoados, os registros cartográficos de Marcgrave foram selecionados, para serem revisados com mais atenção no subitem que se segue. Essa documentação revela o interesse holandês pela produção açucareira, o qual explica em larga parte a iniciativa holandesa da conquista do Nordeste.

5.1 “TU, SERGIPE, PÕES EM FACE DE TUAS MORADAS AS FLAMAS DE FEBO, E SOZINHO QUERES SER CHAMADO DE EL REI”⁵⁵.

“Ver a olho de pássaro, do alto, mas também ver o detalhe. A ambição de estender ao máximo a capacidade de observar acompanha a Idade de Ouro dos holandeses. O que ocorre quando olham outras terras e outro mar, vastíssimos, ao oposto da terra natal?” (SILVA, 2011). Este subitem tratará deste olhar, em especial sobre as terras de Sergipe d’El Rei, utilizando como uma das ferramentas metodológicas prioritárias as imagens.

Como é esse Sergipe d’El Rey que os holandeses encontram? Como o veem? Para responder essa questão nos utilizaremos dos registros deixados por eles, especialmente aqueles

⁵⁵Trecho de poesia apresentado por Gaspar Barléus em *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Mauricio Conde de Nassau* [...]. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940.

produzidos no contexto da presença de João Maurício de Nassau no Brasil. A comitiva que o acompanhou será responsável pela produção de um mapeamento singular das terras americanas, onde se inclui a representação de partes do atual território sergipano.

No contexto do Brasil Holandês, os neerlandeses contribuíram na elaboração de uma ampla e vasta documentação sobre os trópicos, incluindo fontes dos mais distintos gêneros, que incluem coleções de manuscritos, códices, relatórios, cartas, atas, objetos artísticos, e a rica cartografia, que se constituiu num importante instrumento de reconhecimento do território, descrevendo de forma detalhada prováveis locais a serem conquistados.

De acordo com Maria Angélica da Silva (2011) em *A Conquista Pela Visão: Mapas e Pinturas*, quando a missão de João Maurício de Nassau vem ao Brasil, aporta com ela uma outra cultura, firmemente arraigada em seus princípios particulares, distinta da portuguesa, instrumentalizada por outro arcabouço logístico, no que tange à priorização da experiência e da empiria. Baseando-se sistematicamente na observação e não na narrativa dos clássicos e da cultura cristã, os batavos elegem como motivo de reflexão a vida cotidiana. Portanto, “o universo da descrição, da miudeza, do interno” (SILVA, 2011, p. 76).

Dentre a produção do período nassoviano, nos dedicaremos ao *Praefectura de Cirii vel Seregippe del Rey cum Itapauama do Brasil*, um dos quatro mapas de Georg Marcgrave⁵⁶, que provavelmente feitos em 1644, representam os distritos (prefeituras) em que se dividia o Brasil holandês. Além desta carta, que apresenta a capitania de Sergipe com Itabaiana, integram o conjunto, *Præfectura Paranambucæ pars Meridionalis* e *Præfecturæ Paranambucæ pars Borealis, una cum Præfectura de Itâmaracâ*, que “põem ante os olhos tôda a capitania de Pernambuco, bem como a de Itamaracá” e *Præfecturæ de Paraiba, et Rio Grande*, que mostra a Paraíba e a capitania do Rio Grande (BARLÉU, 1940, p. 26). Este material se apresenta de duas formas, a partir das quatro gravuras individuais que consistem nos mapas propriamente ditos, inseridos na obra de Barléu, publicada em Amsterdã em 1647 e como mapa mural, editado por Joan Blaeu, em 1647 e intitulado *Brasilia qua parte paret Belgis* (Imagem 33).

Considerando-se a relevância dos aspectos contidos na cartografia holandesa, não só relacionados à geografia, mas também voltados às questões sociais, econômicas e políticas que caracterizam esse período, propõe-se aqui a ampliação e atualização do questionamento de Camara Cascudo (1942, p. 2) sobre “Qual seria o conhecimento geográfico do holandês na *Prefectura de Cirii vel Seregippe del-Rey com Itapuáma?*”.

Imagem 33 - Brasilia Qua Parte Paret Belgis, 1647

⁵⁶Este naturalista, alemão da Saxônia, versado em matemática, história natural, botânica, medicina e astronomia, produzirá trabalhos importantíssimos sobre as terras brasileiras (SILVA, 2011).

Imagem 33 - Brasilia Qua Parte Paret Belgis, 1647



Fonte: Technische Universität Darmstadt, ULB 03051_480

Enquanto as imagens da Família Albernaz contribuíram, sobretudo, para o entendimento ampliado do Nordeste em termos de ocupação urbana, o conjunto iconográfico de Marcgrave, apresenta informações mais específicas e detalhadas sobre o desenho conformado pela implantação das vilas e, por esse mesmo motivo, ganharam maior espaço de análise. Este documento pode ser dividido em três partes: a ilustrativa, com pequenos recortes de cenas nordestinas; a cartográfica, com os elementos da terra e da água e a textual, que reúne o título, a legenda e o texto situado na parte inferior.

Tratando-se da parte ilustrativa, diversas cenas do Brasil holandês distribuem-se no interior do continente: são imagens de autoria de Frans Post, pintor da comitiva de Maurício de Nassau.

Para Van den Boogaart (2011), as cenas de Frans Post seriam a reelaboração em estúdio de observações de campo, o que leva a se deduzir que o processo de feitura da imagem foi mais complexo do que se pensou até então. As visadas no campo eram apenas o primeiro passo numa elaborada cadeia de procedimentos que supunha a reorganização daqueles mesmos elementos percebidos num arranjo final que era já a fabricação de uma visão acerca do Brasil holandês. E que esse processo estava não só relacionado ao aspecto cultural da visualidade da época, mas também às redes sociais de poder que permeavam as relações entre o artista (o pintor de paisagens), e o patrão (o governador-general da colônia).

Além dos adornos de Frans Post, que nos permite um passeio pelas paisagens nordestinas, esta carta apresenta cartuchos informativos que destacam informações textuais. Extensa nota, em latim, francês e holandês, baseada em textos de João de Laet, colocada no rodapé ou nas laterais, descreve a fauna, a flora, o clima, os habitantes e o território e a história da colônia.

Contudo, apenas nas últimas décadas, valendo-se da disponibilidade de softwares de manipulação de imagens e de vistas áreas em alta resolução, foi possível extrair maior dose de informações trazidas neste mapa. Entre vários trabalhos científicos recentes, destacamos a investigação realizada pelo engenheiro aeronáutico Levy Pereira, que construiu uma detalhada análise comparativa entre a cartografia de Marcgrave e a estrutura atual do litoral brasileiro usando a ferramenta de satélite Google Earth. Os resultados do seu trabalho encontram-se disponibilizados na grande rede através do Atlas Digital da América Lusa.

Detendo-nos na descrição do mapa *Brasilia qua parte paret Belgis* apresentada por Pereira (2013) em *A Nota Técnica do Mapa Brasilia qua parte paret Belgis: Transcrição, tradução e comentários*, a tradução do cartucho posicionado na lateral esquerda do mapa mural confirma que este foi construído e delineado de acordo com “as observações e medições próprias,

fundamentadas em longas e demoradas viagens” do germânico Jorge Marcgrave, no ano de 1643 (PEREIRA, 2013, p. 5) (Quadro 13).

Quadro 13 – Tradução Cartucho - Brasília Qua Parte Paret Belgis, Georg Marcgrave, 1647



Tradução
(texto na fâmula
acima do brasão)

João Maurício de Nassau Comes, Governador por um octênio da Terra e do Mar do Brasil, [além] de todas anteriores, fez um novíssimo e muito preciso mapa do Brasil Holandês; com especial cuidado, fê-lo delinear, no ano do Senhor de 1644; na volta à Holanda os fez gravar, ficando concluído no ano de 1646.

BRASIL

Novo Mapa Geográfico e Hidrográfico contendo as Prefeituras de Sergipe, juntamente com Itabaiana, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Potengi, ou Rio Grande. Construído e delineado de acordo com as suas observações e medições próprias, fundamentadas em longas e demoradas viagens, por George Margrave, Germano, no Ano de Cristo de 1643.

Na lateral do Mapa colocamos a Longitude dos locais, em Graus e minutos, contados a partir das Ilhas Afortunadas, e situadas .36.45. (36 graus e 45 escrúpulos) de longitude (oeste) dinamarquesa de Uranoburgo, com relação às quais se pode, facilmente, para todos os locais, seja ao Oriente, seja ao Ocidente, no Brasil, obter a nossa medida de diferença em relação ao Meridiano (das Ilhas Afortunadas).

A Latitude, que aqui é do sul, pode ser obtida na régua de graduação do cabeçalho e do rodapé do Mapa, expressa em graus e minutos.

As distâncias em linha reta entre dois locais, em léguas expressas em hora e minutos [estatuímos o valor para essa légua equivalendo a um dezenove avos de um grau no Círculo máximo], devem com certeza ser aqui utilizadas.

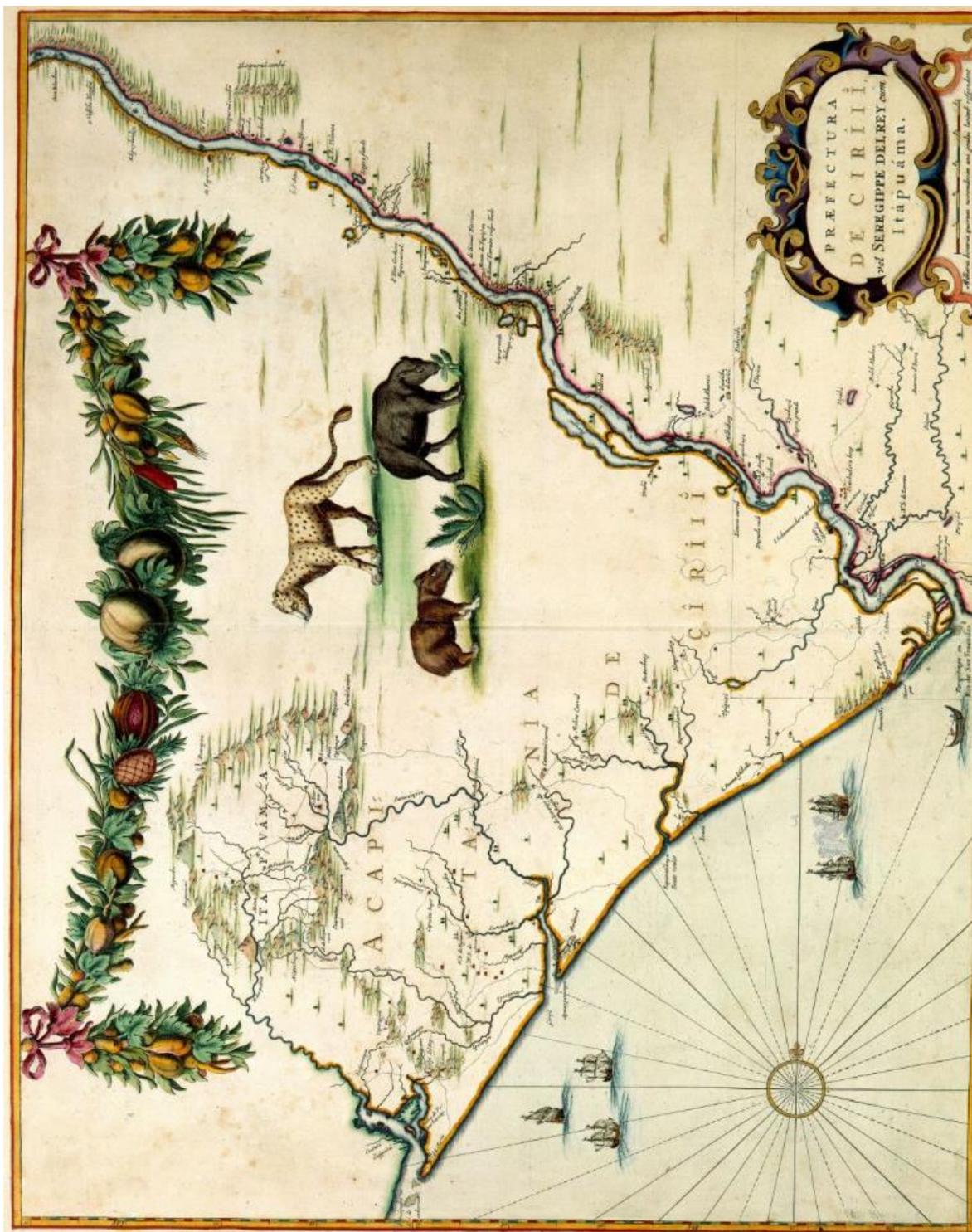
Tradução (texto abaixo do brasão)

Fonte: LEVY PEREIRA, 2013

A presença holandesa no Nordeste brasileiro é fato amplamente conhecido e estudado. Entretanto, a situação não é semelhante ao considerarmos as terras de Sergipe D’El Rey. Depois de Felisbelo Freire, que dedica três capítulos de sua *História de Sergipe* aos neerlandeses, com exceção dos estudos de Luíz da Camara Cascudo, em *Geografia de Sergipe no Domínio Holandês*, publicado na Revista do Instituto Histórico de Sergipe em 1942 e *Geografia do Brasil Holandês* em 1956, que tecem considerações sobre o conhecimento geográfico expresso na cartografia holandesa, a história desse período é quase sempre “glosada” sem nada acrescentar de novo quanto ao episódio e sua interpretação, especialmente no que se refere a espacialização das ações batavas neste território.

Assim, motivados pelo questionamento de Camara Cascudo (1942, p. 2) sobre “Qual seria o conhecimento geográfico do holandês na *Praefectura de Ciriii vel Seregippe del-Rey com Itapuáma?*” passamos a investigar atentamente todas as informações que Georg Marcgrave coloca sobre o território sergipano neste mapa (Imagem 34).

Imagem 34 - Praefectura de Ciriii vel Seregippe del Rey cum Itapuáma, Georg Marcgrave, 1647



Fonte: <http://www.atlasofmutualheritage.nl/nl/Kaart-gebied-Seregipe-del-Rey-tot-Itapuama.7746>,

Vale destacar, que para o reconhecimento proposto, tomaremos como base de análise o território que integra a capitania de Sergipe d’El Rey em destaque na carta de Marcgrave, compreendido entre os rios Parapitinga ou Rio de San Francisco e Potiipeba ou Rio de Vazzarbarries. Salienta-se que o limite sul mapeado, no rio Vaza-Barris, não cobre todo o território da capitania, que seguia até o Rio Itapicuru, extremo norte da capitania da Bahia.

Buscando-se levantar a maior quantidade possível de elementos representados, a análise desta carta foi sistematizada, tomando-se por base a classificação dos elementos apresentada nas notas explicativas elaboradas por Marcgrave para o conjunto *Brasilia qua parte paret Belgis* e complementadas por Levy Pereira em seus estudos.

Uma chave em latim e português marca as áreas que Barlaeus considerou dignas de prestar esclarecimentos ao leitor. Estas incluem cidades, igrejas, fortes, aldeias (aldeias nativas), casas, estábulos, poços, o campo (campina/campi), florestas (mato/sylvae) e plantações (engenhos/ingenios), cada um delineado por um pequeno pictograma: por exemplo, o campo é marcado por uma árvore, a floresta por duas árvores próximas umas das outras (Imagem 35) (Quadro 14) e assim por diante.

Imagem 35 – Notularum Explicatio - Brasilia qua parte paret Belgis, Georg Marcgrave, 1647



Fonte: <https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~305345~90075925:Brasilia-qua-parte-paret-Belgis-#>, 2018.

Quadro 14 – Nota explicativa – Elementos geográficos

	Villa ou Cidade	Orbs vel Civitas
	Povoação	Pagus vel vicus
	Fortaleza	Fortalitium
	Aldeia das Indias	Domus Indiarum
	Aldeia d' Tapijya	Domicilium Tapijyarum

	 Igreja Ecclesia
	 Eng. ^o d'agoa cum Igreja. Ingenio. vel. Mola Sacchari que vi aquarum rotatur, cum Ecclesia.
	 — sem Igreja. — idem sine Ecclesia.
	 Eng. ^o d'bois cum Igreja. Ingenio seu Mola Sacchari que vi animalium circumagitur.
	 Casa Domus .
	 Lugar des povoado. Domicilia da ferta .
	 Curral Stabula diversarum bestiarum.
	 Salinas Salinas
	 Fonte, olho d'agoa Caziba Fons .
	 Caminho Via .
	 Campina Campina
	 Mato Sylva .
	Cruzeiro
	Marco limite entre Capitancias
	Boqueirão
	Ponte
	Arrecifes/Baixio/Parcel
	Baia/Enseada
	Cabo/Ponta
	Porto
	Rio
	Lagoa
	Lagoa Fluvial
	Ilha
	Morro

Fonte: Adaptação de Pereira, 2013

Como se viu, ainda no final do século XVI e início do XVII as terras de Sergipe d'El Rey começaram a ser distribuídas. Como consequência da expansão baiana, a ocupação desta capitania se estende pelo litoral no sentido sul-norte, sendo identificados quatro fluxos de penetração territorial, especialmente próximos aos cursos de seus principais rios. Assim, foi ocupada, inicialmente, a bacia do Real-Piauí e logo depois as bacias do Vaza-barris e Sergipe,

posteriormente, chegam ao São Francisco, “o qual oferece natural limite geográfico” (BEZERRA, 1949, p. 63-64).

Segundo o historiador sergipano Feltre Bezerra em *Sergipe no quadro histórico-social do Brasil*, a “distribuição de sesmos deixa ver claramente que esse movimento de colonização do Vasa Barris provinha da capital sergipana, da sede da Capitania, embora o seu sentido geral indique a ação atrativa que sobre ele era exercida pela Baía, pois que o rumo de Itabaiana para Simão Dias procurava as terras baianas interiores” (BEZERRA, 1949, p. 57). Para o autor o povoamento de Sergipe se liga tanto ao ciclo do gado, como a penetração e desbravamento do sertão em busca das riquezas do subsolo.

Embora ainda concentrado na costa, o território sergipano representado por Marcgrave, expande-se significativamente com relação ao que se havia registrado até então. Comparando-o aos mapas de Albernaz, percebe-se o caráter mais abrangente e detalhado dos núcleos habitados e elementos fluviais. O grande número de dados expresso, possibilita que essas terras sejam analisadas de forma bastante ampla, pois além de permitir analisar seu processo de ocupação em maior extensão, por outro lado, torna possível identificar alguns mecanismos de territorialização utilizados pelos colonizadores como, a distribuição de currais e engenhos, a localização das vias de penetração e implantação de núcleos habitados.

Conserva-se a representação precisa da hidrografia, já que o sistema fluvial, entrada natural da costa e os portos e ancoradouros, foi de extrema importância para o funcionamento da Colônia, operando como canais e pontos de escoamento de produtos e deslocamento de pessoas. São minuciosamente esquadrihados os quatro maiores rios que cortam o território sergipano e desaguam no oceano Atlântico. A saber: Rio Parapitinga ou Rio de San Francisco, Iuparatibuçû Soute reuier (Rio Japaratuba), Rio Çiriji (RioSergipe) e Potiiipeba ou Rio de Vazzarbarries. Neste contexto, cabe salientar a importância dos pequenos mananciais, que vão se apresentando de forma inaugural neste mapa (Imagem 36).

Ao representar em seu mapa diversos currais, Marcgrave demonstra estar atento ao potencial econômico de Sergipe d’El Rey, reconhecendo o gado como uma potencialidade na região. Nesse período, embora seja claro o privilégio às vias fluviais, as estradas de terra também consistiam em importantes elementos de interligação entre os pontos de ocupação esparsos no território. Marcgrave registra diversos caminhos que pontilham a superfície do mapa, unindo diversas localidades, mas sobretudo os currais, engenhos e povoações. Há também estradas que ligam pontos habitados no território a rios, portos ou ao mar. Esta informação se apresenta como um novo dado sobre o território sergipano, já que até então seus caminhos de terra não haviam sido representados na cartografia.

Enquanto os rios podem ser encarados como caminhos naturais, as estradas constituem o resultado da intervenção humana no território, rasgando no chão a vontade dos nativos e dos colonizadores, de acordo com suas necessidades. De acordo com Esdras Arraes (2013) em *Rio dos currais: paisagem material e rede urbana do rio São Francisco nas capitânicas da Bahia e Pernambuco*, devido às investidas de conhecimento do território interiorano do Nordeste, iniciadas já no século XVI e intensificadas nos seiscentos, algumas “marcas”, trilhas e rotas, foram deixadas na região pelos colonizadores. Muitas delas eram reutilizações de antigos caminhos elaborados pelos indígenas locais, sendo útil destacar a ativa participação destes na transformação do *hinterland* das capitânicas da Bahia e Pernambuco.

Boiadas, pousos, fazendas e caminhos entram, portanto, no quebra-cabeças da urbanização tanto do vale sanfranciscano como de todo o interior da capitania de Sergipe d’El Rey. Os estudos de Esdras Arraes (2015), reforçam a ideia de que o desenvolvimento de estradas propriamente ditas ocorreu graças à pecuária e aos percursos criados pelo gado. As vias ensejavam o conhecimento do território, diminuição do isolamento em que se encontravam os moradores da área, aumento do comércio, controle fiscal e administrativo por parte das câmaras das vilas e lucro ao cofre da Fazenda Real, através da coleta dos dízimos.

Conforme já mencionado, propõe-se aqui a ampliação e atualização do questionamento de Camara Cascudo (1942, p. 2) sobre “Qual seria o conhecimento geográfico do holandês na *Prefectura de Cirií vel Seregippe del-Rey com Itapuáma?*”. Seguiremos esta incursão, inicialmente guiados pelas considerações de Cascudo apresentadas em sua *Geografia de Sergipe no Domínio Holandês* (1942) e *Geografia do Brasil Holandês* (1956), com os aditamentos cabíveis, frutos de outras fontes que encontramos nestas paragens.

Cascudo inicia seu texto dando-nos uma panorâmica das ações batavas desde que Bagnuolo, “perdendo Pôrto Calvo”, fugiu para S. Cristóvão, em Sergipe d’El Rey. Situado entre Pernambuco e Bahia, com a ampliação do conflito, forçosamente o seu território passou a ser palco de acontecimentos bélicos. O envolvimento de Maurício de Nassau com o rio São Francisco está indiretamente relacionado a uma das primeiras providências do descendente da Casa de Orange ao chegar ao Brasil: a expulsão de Giovano Vincenzo Sanfelice (então chefe do exército resistente) de Porto Calvo (em Alagoas), foco de combate ao domínio flamengo.

Travou-se aí, um combate violento, quase sem precedentes. Em verdadeira marcha forçada, correu em seu encalço, e quando alcançou o rio em março de 1637, “ainda lhe tomou bagagens deixadas às margens do S. Francisco”. O conde napolitano “abrirá o caminho para o holandês” (CASCUDO, 1942, p. 2).

Nassau, da margem esquerda do grande rio, mandou erguer um Forte. Chamou-se *Mauritius*. O lugar se chamava Penedo⁵⁷, *ubi Openedam venit*. O forte vigiava a passagem e também marcaria a pista para Sergipe del-Rei. Em Novembro de 1638 os holandeses assaltaram S. Cristóvão, incendiando casas, engenhos, destruindo plantações, cortando árvores do fruto e voltando com o raid feito, ao forte *Mauritius*, na riba alagoana. Com as guerras baianas, **Sergipe é no mens's land**. O forte atende aos chamados (CASCUDO, 1942, p. 1, grifo nosso).

Vagarosamente o holandês vem aparecendo para plantar e colher, ao longo das praias o S. Francisco, subindo a corrente. Em 1639, Nassau o inclui entre os domínios da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais, conforme relata-nos Gaspar Barléu:

Pela obediência e veneração à Pátria e aos seus representantes e movidos pelas cartas dos Estados Gerais e dos diretores da Companhia aquiesceu Nassau a prorrogar-se-lhe o governo por mais algum tempo e, resolvido a permanecer no cargo, **determinou dilatar o território da Companhia, enxando-lhe primeiramente o Sergipe del Rei, região antes deserta e do primeiro ocupante** (BARLÉU, 1940, p. 211, grifo nosso).

Era explícita a intenção batava em canalizar o potencial de “dobradiça” da pequena capitania para dar suporte aos seus intentos de conquista:

A causa desta expedição foi porque, situada essa região entre a capitania da Baía e as terras de domínio holandês, era vantajosa para a defesa das nossas fronteiras, abundava em gado e dava mais de uma esperança de minas.

(...)

Quanto à pesca, é afamada a região por estender-se à beira-mar. Entretanto, foram os holandeses burlados nas suas esperanças de minas ali, pois os minérios cavados em vários sítios não contem prata nem vale nada (BARLÉU, 1940, p. 211).

A capitania de Sergipe, “numa extensão do litoral de trinta e duas milhas”, servia como zona de proteção ao avanço dos portugueses e espanhóis vindos da Bahia para expulsar os batavos de Pernambuco. Assim, seu controle passou a ser disputado como ponto estratégico de grande importância para a sobrevivência das respectivas fronteiras. Cascudo dá continuidade ao seu panorama, referindo-se à fragilidade da ocupação do território de Sergipe d’El Rey diante da raridade do colono português. Posteriormente, encerra-o tratando das poucas condições para que os neerlandeses pudessem consolidar sua posse até a tomada do forte *Mauritius*:

Aqui e além falava-se o alemão e o holandês, nas casas de taipas de bofete, cobertas de colmo, presas com tóros ou raras telhas côncavas. **A toponímia mostra a raridade do colono português. Os nomes são tupís ou flamengos em sua maioria.** Era região pobre. Nem a mandaram vigiar, por capitão de fama, quando o conde da Torre reunia a grande esquadra da Baía, para o desastre de Janeiro de 1640. Os guerrilheiros, batendo pé desde a Baía, furavam Sergipe, nadando com cavalêtes o S. Francisco e vindo matar o holandês na sapata do *Mauritius* ou nos arredores do Recife. Nassau,

⁵⁷Conta-nos Luis Medeiros Neto em *História do São Francisco*, que a colonização regular do rio São Francisco decorreu da expedição do donatário da capitania de Pernambuco, Duarte Coelho, “que resolveu procurar conhecer o extremo sul de sua herdade”. Transpondo o estuário, alcançou Penedo, onde estabeleceu a primeira povoação do Baixo São Francisco. “Para o incipiente povoamento deixou-lhe algumas famílias (índios civilizados e portugueses, que com êle vieram de Portugal)”. Ainda segundo o autor, uma segunda expedição “à altura da povoação, que já se constituira” foi realizada em 1560, comandada por seu filho Duarte Coelho Pereira, acompanhado de seu irmão Jorge de Albuquerque (MEDEIROS NETO, 1941, p. 31).

na lua-de-mel com o marquez do Montalvão, não esqueceu, em 1641, **de mandar tomar S. Cristóvão, a cidade rebelde e tenaz**. A posse foi imediata e o governador geral Pedro da Silva, o Duro, já reclamava a invasão além do velho *Opara*, o mar, dos indígenas, que era o S. Francisco português em sua costa sergipana (CASCUDO, 1942, p. 1, grifo nosso).

Ponto de concentração de forças e exploração, as margens e águas do caudaloso *Parapitinga*, adquirem duplo significado: centro de abastecimento e fronteira natural do domínio neerlandês.

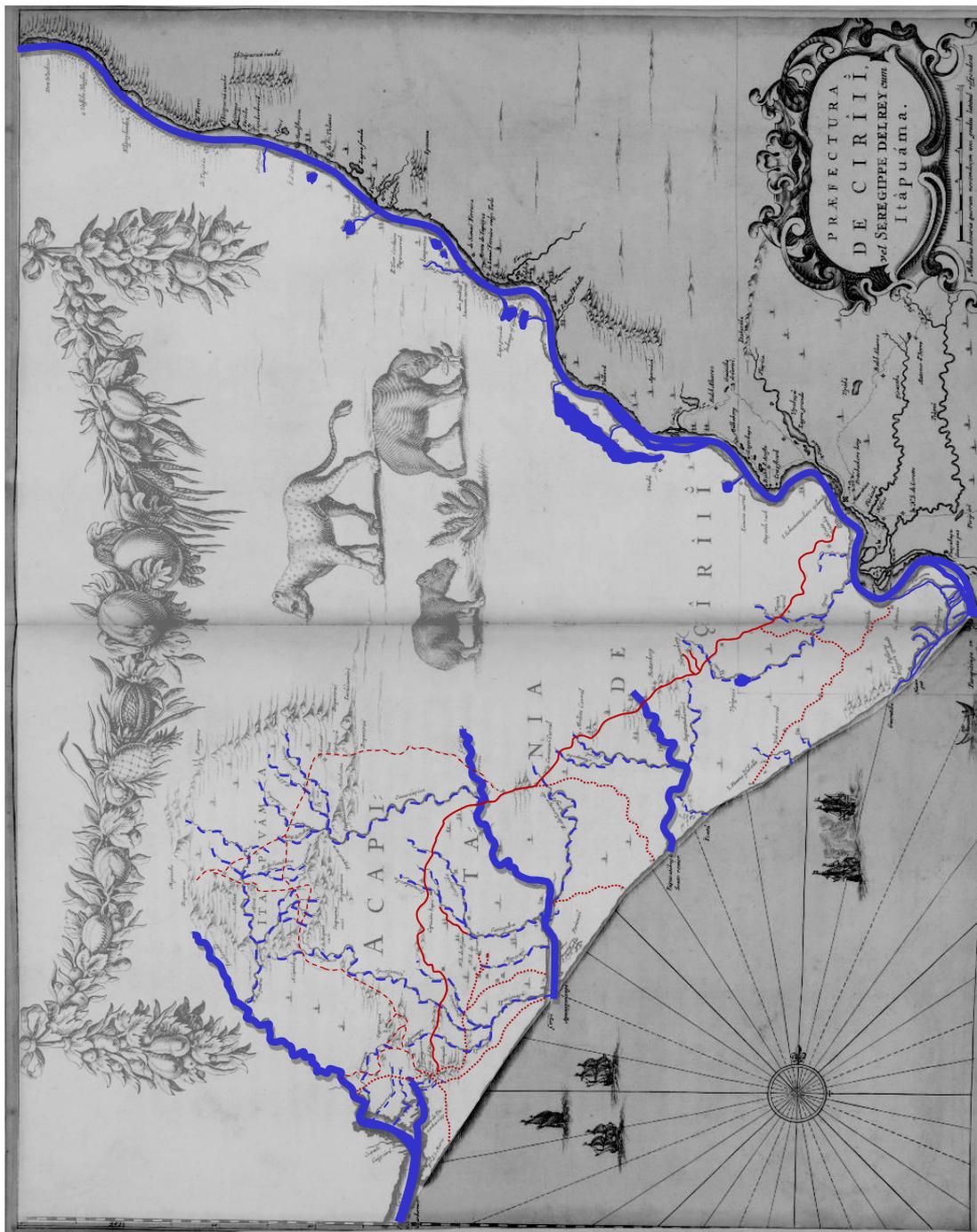
As represálias inicia-as o potiguar Felipe Camarão, Ihados, os holandeses comiam o que lhes chegava, tardiamente do Recife. Nassau não tem tempo para consolidar a posse sergipana. Tem o Ceará, o Maranhão, Angola, S. Tomé, a expedição maluca ao Chile, com Brouwer, soldado, o Herkmann, poeta. O fôgo se levanta, desde 1642, do Maranhão e corre ao Ceará. O limite ao sul fôra o rush do coronel Hans Van Kun, no rio Real, onde, no mesmo Outubro de 1640, Camarão, João Lopes Barbalho e dom Francisco de Moura o expulsavam. Em julho de 1645, socorrendo os moradores de Penedo, o capitão Nicolau Aranha Pacheco parte do rio Real, passa o S. Francisco, em Agosto, cercando o forte Mauritius, repelindo as sortidas e tomando-o em oito dias. O forte foi arrasado. Terminara o domínio (CASCUDO, 1942, p. 1-2).

Fechado o panorama das ações holandesas em território sergipano, seguimos com o questionamento: “Qual seria o conhecimento geográfico do holandês na *Prefectura de Ciriij vel Seregippe del-Rey com Itapuáma?*”. Conforme já mencionado, nossa incursão tomará a rota já utilizada por Cascudo (1942). Assim, num primeiro momento seremos levados pelos caminhos d’água. Marcgrave apresenta três grandes massas de terras, separadas pelos principais rios que cortam o território de Sergipe d’El Rey. De norte a sul colocam-se: a primeira, entre o Rio Parapitinga ou Rio de San Francisco e Iuparatibuçû Soute reuier (Rio Japarutuba), a segunda, deste até o Rio Çiriji (RioSergipe), a terceira, entre o Rio Çiriji e o Potiiipeba ou Rio de Vazzarbarries, estendendo-se para a região de Itapvâma (Imagem 36).

Entre os caminhos d’água, nos embrenharemos por terra, na teia dos caminhos rasgados pelo gado, que se locomovem para encher os espaços do território de Sergipe d’El Rey. No mapa de Marcgrave, identificamos três tipos de itinerários que irão conectar as zonas ocupadas entre os rios da capitania.

O primeiro, aqui definido como caminho do meio, interliga de maneira contínua, várias propriedades de criação desde áreas de maior ocupação no entorno de São Cristóvão até o São Francisco. O segundo tipo de caminho pode ser compreendido como um conjunto de trajetos, que segue próximo ao litoral, conectando o caminho do meio ou áreas de povoação à beira-mar. Identificam-se ainda os caminhos que correm pelo interior, distanciando-se da costa, penetrando por regiões pouco povoadas, onde se destaca a região de Itavâma (Imagem 36).

Imagem 36 – Destaque de rios e caminhos - Praefectura de Cirií vel Seregippe del Rey cum Itapauáma, Georg Marcgrave, 1643



Fonte: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/3598/1/002460_IMAGEM_003.jpg, 2018

Para além destes caminhos, buscaremos a representação de outros elementos indicadores da fixação de colonos no território sergipano, como os objetos arquitetônicos, quais sejam, as igrejas e casas. Conforme já mencionado, a igreja católica funcionou como forte instrumento de conciliação com os indígenas e de integração de algumas tribos à dominação

colonial. A presença destas edificações auxilia a visualização das áreas de ocupação que se espalharam por diferentes regiões, não se limitando às vilas e povoados.

Partiremos das entranhas do rio São Francisco, que aparece grafada por Marcgrave não só pelo orago, seu nome católico, mas também pelo topônimo tupi, *Parapitinga*⁵⁸. Segundo Daniel de Souza Leão Vieira em *Frans Post, a Paisagem e o Exótico: O Imaginário do Brasil na Cultura Visual da Holanda do Século XVII*, o emprego da palavra *para*, fazia alusão ao mar e ao fato deste rio ser reconhecidamente longo, largo e volumoso. Grandeza e potencialidades já relatadas por Gabriel Soares de Souza em seu Tratado:

Está o rio de São Francisco em altura de dez graus e um quarto, o qual tem na boca da barra duas léguas de largo, por onde entra a maré com o salgado para cima duas léguas somente, e daqui para cima é água doce, que a maré faz recuar outras duas léguas, não havendo água do monte. **A este rio chama o gentio o Pará, o qual é mui nomeado entre todas as nações, das quais foi sempre muito povoado, e tiveram uns com outras sobre os sítios grandes guerras, por ser a terra muito fértil pelas suas ribeiras, e por acharem nele grandes pescarias** (SOUZA, 1587, p. 63, grifo nosso).

Já, por seu espelho d'água obter um aspecto acinzentado ao refletir a luz de um dia muito nublado, ficando suas águas opacas, eram nomeadas *tinga*. Como em comum com a caatinga, que perdendo a folhagem na estação seca, tornavam-se cinzentas. Assim, é possível traduzir o topônimo tupi Parapitinga como “Mar cinzento”⁵⁹ (VIEIRA, 2012, p. 108) (Imagem 37).

Imagem 37 – Detalhe da foz do rio São Francisco - carta Praefectura de Cirii vel Seregippe del Rey cum Itapauáma, Georg Marcgrave, 1647



Fonte: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/3598/1/002460_IMAGEM_003.jpg, 2018

⁵⁸ “Para”, mar, + “petinga”, superfície esbranquiçada, em Tibiriça, Luiz Caldas. **Dicionário de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi. Significado dos nomes geográficos de origem tupi**. São Paulo: Traço Editora, 1985, p. 94.

⁵⁹ Armindo Guaraná (1916) em seu **Glossário etimológico dos nomes da língua tupi na geografia do Estado de Sergipe** apresentará Opará, como o nome primitivo do rio S. Francisco, hibridismo formado do artigo português – o - com o vocábulo tupi pará para exprimir a grandeza desse rio, o rio por excelência. O autor também se refere ao outro nome do rio, Parapitinga, compreendido como Pará — rio; petinga — branco. (GUARANÁ, 1916, p. 315, 316).

Ao longo do rio, estão localizados inúmeros topônimos neerlandeses, algo raro no conjunto, cuja toponímia encontra-se majoritariamente em português. Conforme mencionou Camara Cascudo (1942, p. 1) os topônimos tupi ou flamengos apresentados na carta, demonstram “a raridade do colono português” na região. Outra explicação para esta constatação está relacionada à exploração do rio São Francisco pelos membros da Companhia das Índias Ocidentais em 1641, da qual Marcgrave participou.

No sentido de operacionalizar a análise dos trechos deste mapa, ele foi dividido em partes e cada qual analisada no sentido da nomenclatura e marcação dos principais acidentes geográficos e marcas edificadas. Teve como suporte o Atlas Digital da América Lusa, uma página virtual com mapas interativos que permitem ao usuário obter a localização geográfica e outros dados relacionados aos vários núcleos urbanos do período colonial, dentre eles Sergipe d’El Rey. Esta ferramenta foi de grande valia para a localização e tradução dos topônimos registrados por Marcgrave. Assim, as informações extraídas da Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa se apresentam indicados nos quadros, juntamente com a sua representação no mapa de Marcgrave. Além dos documentos de concessões de terra e demais fontes citadas ao longo desta tese, outros registros históricos cartográficos e textuais, como Adriaen van der Dussen (1638) e Johan Nieuhof (1682) contribuíram para a construção desta seção.

Assim, teremos como ponto de partida as entranhas do rio São Francisco em direção à sua foz, sempre rumando pela margem direita, pertencente à capitania de Sergipe d’El Rey. No primeiro trecho analisado, inicialmente identifica-se três topônimos: *Den Wachter*, *Val]che Huy]em* e *Klipeylanden*, que Cascudo além de destacar a asperidade do local, dirá se tratar de “noções pouco simpáticas à colonização agrícola” (Quadro 15).

De acordo com as informações coletadas no Atlas Digital, o topônimo *Den Wachter* teria sua origem em *de wachter*, sendo compreendido como *o guarda / a sentinela*, o que talvez faça alusão a um morro. Já *Val]che Huy]em*, traduzido como *valse huizen, casas falsas*, é identificado por Levy Pereira (2019) como dois morros de formato triangular, a montante de *Klipeylanden*, arquipélago de ilhotas rochosas, bem identificados por Marcgrave.

Também neste trecho, temos o primeiro topônimo apresentado em português que é a Ilha do Ferro. “Era a extrema da expansão geográfica pelo S. Francisco, numa margem sul do seu baixo trecho de percurso” (CASCUDO, 1956, p. 141). “O desenho, até a maloca tapuia, faz correr o rio entre orlas de serras” (CASCUDO, 1942, p. 2). Localizado à margem direita da Ilha do Ferro, o acampamento de Tapĩria parece estar localizado em cima de um morro. A partir do

registro de Marcgrave, esse recorte do rio parece se tratar de um canyon, margeado por serras nas duas margens, com muitas ilhotas rochosas e pedras aflorando no leito do rio.

Quadro 15 – Rio São Francisco (Trecho 1), carta Praefectura de Cirii..., Georg Marcgrave, 1647



Den Wachter

Den Wachter = de wachter, o guarda / a sentinela.

Valfche Huyfen

Valfche Huyfen = valse huizen, casas falsas.

Klipeylanden

Klipeylanden = Klipeilanden, Ilha das rochas.

Tradução: BiblioAtlas, 2018.

Fonte: Adaptação da AUTORA, 2018

No trecho seguinte, destacamos na margem alagoana o registro de um morro com cruzeiro, identificado por Marcgrave como *Suyckerbrood* e traduzido como *suikerbrood*, *pão de açúcar*. Além deste, *Iacioba*, conforme já dito, local onde se estabeleceu a povoação e o porto para embarque do salitre explorado no início do século XVII na então chamada Serra de São Gregório (Quadro 16).

Quadro 16 – Rio São Francisco (Trecho 2), carta Praefectura de Cirii..., Georg Marcgrave, 1647



Suyckerbrood

Suyckerbrood = suikerbrood, pão de açúcar

Maelftroom

Maelftroom = maalstroom, redemoinho

Tradução: BiblioAtlas, 2018

Tradução: BiblioAtlas, 2018.

Fonte: Adaptação da AUTORA, 2018

Voltando à margem sergipana, Marcgrave assinala um curral, sem no entanto o nomear. A seguir, um riozinho, o Araticuí, posteriormente denominado rio Mocambo. Na sequência, mais um topônimo em português, que é a ilha da Anta. Próximo a esta, a indicação *Maelstrom*, traduzida como redemoinho faz um alerta à navegação (Quadro 16).

Imagem 38 – Detalhe - Carta do curso do rio São Francisco, João Teixeira de Albarnaz, 1612. (OO) Serras de Tabagua, (NN) Taraguaipu [Traipu], Rio (RR) Ilha do Ouro, (SS) Ilha dos Tapuias, (BB) Porto de Jasuaba e (DD) Primeira Cachoeira



Fonte: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Disponível em: http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos_BPMP/MS-126/MS-126_item1/MS-126_JPG/MS-126_JPG_24-C-R0072/BPMP_MS-126_162_t24-C-R0072.jpg, 2019

Conhecido o São Francisco desde 1501, recorreremos a registros anteriores a Marcgrave, como a já apresentada Carta do curso do rio São Francisco de João Teixeira de Albarnaz

(Imagem 28). A comparação entre os elementos representados nos dois mapas, nos possibilita algumas correlações e suposições. A primeira delas seria associar os trechos acima representados às proximidades do ponto DD assinalado no mapa português e apresentado como: “Prymeira cachoeira, donde entra o Rio de S. Frc^o”. Este, também fará referência à (SS) Ilha dos Tapuias, que segundo Levy Pereira (2019) provavelmente é a Ilha da Anta representada por Marcgrave. Ademais, refere-se ao (BB) “porto de Jasuaba que vai para o salitre” (Imagem 38).

Reforça esta correlação, a descrição apresentada por Theodoro Sampaio (1905) em *O Rio de S. Francisco e a Chapada Diamantina: trechos de um diário de viagem (1879-80)*:

Piranhas offerece ao visitante, quer do lado do rio quer do alto da montanha em cuja encosta asperas se edificou, um aspecto desagradavel. O local topographicamente falando não podia ser peor. Mas como ahi é que a navegação de facto termina, com o trecho navegavel do canhão em que o rio penetra desde Paulo Affonso até Pão d’Assucar, o porto natural se foi aos poucos povoando, e as edificações foram galgando a montanha ao longo da estrada do sertão que ahi começa. O trecho do rio que acabavamos de percorrer, para cima de Pão d’Assucar, é de facto, um estreito canhão de margens escarpadas, altas e pedregosas, onde o gneiss e o micaschisto predominam e dão á paisagem esse tom aspero e enegrecido, das regiões estereis e quasi despidas de vegetação (SAMPAIO, 1905, p. 14-15).

Seguindo, entre o S. Francisco e o rio das Porteiras, com lagoa no seu curso, outro vestígio tapuia, *Tapuyer engluck*, traduzido como *lugar onde um Tapuia naufragou numa jangada*. Diante da barra do Porteiras, registra-se a Ilha do Ouro, que segundo Cascudo (1956, p. 141) “representa trezentos anos de não modificado batismo”. Na sequência, o primeiro curral nomeado, *đ. Hier Cordeiro, Papencurral*, traduzido como *curral do Sr. Cordeiro, curral dos padres*, o que vem reforçar a atuação de religiosos nesta área, posteriormente conhecida como Porto da Folha (Quadro 17).

Quadro 17 – Rio São Francisco (Trecho 3), carta Praefectura de Cirii..., Georg Marcgrave, 1647



Tapuyer engluck

Tapuyer engluck = Tapuiers ongeluck, lugar onde um Tapuia naufragou numa jangada [Engluck = ongeluck = acidente], ou rápido onde naufragou um Tapuia.

đ. Hier Cordeiro

Papencurral

đ. Hier Cordeiro = Curral do Sr. Cordeiro; Papencurral = Curral dos Padres.

Tradução: BiblioAtlas, 2018

Fonte: Adaptação da AUTORA, 2018

No recorte seguinte, temos a representação de duas lagoas isoladas, sendo uma delas denominada *ĴanĴpatĴua* [lagoa Jenipatuba], logo após são assinalados o rio das Pedras e o das pedras Steenen curral, traduzido como curral das pedras. Talvez, uma referência ao rio

anteriormente citado, ou ainda ao costume de se construir currais com paredes de pedras empilhadas, geralmente em regiões onde abundavam esse material. Na margem alagoana, situado entre dois currais, destacamos mais uma referência à indígenas, que nomeiam o Monte de Tapuñas, situado nas proximidades do rio Tareipú, também assinalado por Albernaz como (NN) Rio Taraguaipu (Quadro 18).

Quadro 18 – Rio São Francisco (Trecho 4), carta Praefectura de Cirii..., Georg Marcgrave, 1647



des pedras Steenen curral

Steenen; stenen = pedras.

Tradução: BiblioAtlas, 2018

Fonte: Adaptação da AUTORA, 2018

No trecho que se segue, destaca-se a representação de uma “cinta de serras” entre dois lagos, denominada *Itabanga of E]elsberg*, toponimo traduzido como morro do asno (ou dos asnos). Esta serra servirá de referência para os pedidos de sesmaria nesta região, sendo também representada por Albernaz (Quadro 19) (Imagem 38).

Quadro 19 – Rio São Francisco (Trecho 5), carta Praefectura de Cirii..., Georg Marcgrave, 1647



Itabanga of E]elsberg

of E]elsberg - ezel = asno, E]elsberg = morro do asno (ou dos asnos).

Tradução: BiblioAtlas, 2018

Fonte: Adaptação da autora, 2018

De acordo com Guaraná (1916, p. 321) o topônimo Tabanga, terá sua origem em *Itá-b-anga*, pedra lisa. Por outra, *taba* por *tauá*: barro; *anga*:cheiroso, seguindo a aceção dada por Martius ao qualificativo *anga*.

Ainda neste fragmento, chega-se à indicação da lagoa fluvial *Purupiã*, ligada ao S. Francisco por dois canais. A seguir, há o morro Vrubû, com sinal de dois currais não nomeados, casa de morada e árvores de fruto. A importância deste topônimo é a sua ligação com um núcleo urbano visto que Câmara Cascudo levanta a possibilidade de 'Purupiã' indicar a origem do nome da cidade de Propriá, anterior vila do Urubu de baixo (CASCUDO, 1956, p. 148). De acordo com Guaraná (1916, p. 319), Própria terá origem em *po-piá*, significando ferrão, dentre de cobra. Já Sampaio (1905, p. 147), o traduzirá como o punhal, o estylete. Na margem oposta a *Purupiã*, identifica-se *Velbord*, região ou área de canais obstruídos ou de alagadiços e a serra *Aperoàcá* (Quadro 19).

O Diário ou breve discurso *Acerca da rebelião e dos perfidos designios dos portuguezes do Brazil, descobertos em junho de 1645, e do mais que se passou até 28 de abril de 1647*, “escrito por um curiozo que residia no Brazil no começo da rebelião, eu ainda agora ahi mora”, relatará a batalha entre forças neerlandesas e luso-brasileiras, com ação dos Tapuias, ocorrida na várzea entre o rio Vrubû e o São Francisco, próximo a um curral a 6 léguas do Forte Maurício, e do outro lado do Rio São Francisco:

Chegou do rio de S. Francisco um barco, trazendo-nos a seguinte triste noticia extrahida de uma carta escripta naquelle forte a 30 de Dezembro ultimo. « A 27 de **Dezembro sahiram d'aqui cinco companhias de brancos e uma de indios para irem ter a um curral de gado, que fica a seis legoas deste logar.** Commandava a tropa o capitão Lambert, aliás La Montangie; conduziam a vanguarda os capitães Kiliam e Gysselingh, que por duas vezes já tinham afugentado o inimigo, matando e apprehendendo a muitos delle. La Montangie, em vez de secundar, como devia, os ditos capitães, **tomou um outro caminho, atravessando o rio, e quando se achava no outro lado, foi cercado por deante e por detraz, de modo que não podia retirar-se. Os tapuyas deram sobre os nossos, que fugiam largando as armas, e assim a maior parte chegou ao forte sem armas, e até sem espadas;** o coronel Hinderson os quiz castigar pela covardia de abandonarem tão vergonhosamente os seus officiaes, mas foram perdoados por intercessão dos principaes officiaes e em attenção a serem moços. Os alferes La Fleur, Cornelis van der Voorde e Thomaz Rames salvaram a sua honra, e, como bravos militares, recolheram-se com uma porção dos nossos. **Esta derrota é lançada á conta do commandante La Montangie que a occasionou em razão da má ordem que deu. O maior mal, que soffreram os nossos soldados, foi feito pelos Tapuyas, que matavam os fugitivos.** Pela maior parte morreram os officiaes das cinco companhias, a saber: Mortos: os capitães Killiam Snyder, Gerrit Schut, Koin, La Montangie; os tenentes Jeronymus Helleman, Bailjaert de Flessinga, Cornaus de Haya e o alferes Middelburgh de Swol.

Foi preso o capitão Gysselingh.

Dos soldados perdemos os seguintes, cuja falta se verificou na revista: da companhia do capitão Schut, 19; de Koin, 34; de Killiam, 14; de Gysselingh, 22; de La Montangie, 14; indios brazilienses, 2; officiaes, 9; ao todo, 114 homens

Jan Jansz. van Yssendyck, tenente de Gysselingh, e Adriaen Mebus, alferes do capitão Schut, largaram em caminho as armas; e por isso a 29 de Dezembro as armas lhes foram quebradas aos pés, e elles condemnados, como desleaes, a voltar para Hollanda. Temos seguramente 1.300 homens, mas não ousamos afastar-nos d'aqui meio hora de viagem, porque o inimigo anda em grande numero por estes arredores. A perda de officiaes e soldados tão bravos causou aqui não pequena perturbação. Seja Deus servido virem nosso auxilio. Trabalha-se diligentemente no forte.» (ANÔNIMO, 1932, p. 215-216).

Esta “passagem de um dia sangrento” nos mostra a escala desta guerra, com expressiva participação indígena. Ademais, passamos a compreender alguns códigos de comportamento da tropa neerlandesa relacionados especialmente à seus deveres e honra. A este mesmo episódio na área do “Orambú” também se refere Johan Nieuhof em *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*:

No dia 5 do mesmo mês [janeiro de 1647], o Conselho recebeu outra carta do Rio São Francisco que dizia: como a nossa gente dalí tinha enviado **uma tropa de 5 companhias de brasileiros para Orambú, para atacar uma tropa inimiga, que ali estava acampada**; dizia também que logo à chegada dos nossos, **apareceu uma tropa inimiga de cerca de 100 cabeças, a qual foi atacada pelo nossos e fugiu. Mas perto dêsse lugar, o inimigo tinha um acampamento com algumas centenas de homens, que atacaram os nossos e fizeram com que recuassem, deixando para trás cerca de 150 homens**, cinco capitães, três tenentes e alguns outros officiais, dos quais morreu um capitão. Os capitães prisioneiros eram Samuel Lambert, La Montagne, Gerrit Schut, Kiliaen Snijder, Daniel Koin; o tenente Joost Koyman, Antony Baliart, Jeronimus Hellemans, com um porta-bandeira (NIEUHOF, 1682, p. 274 – 275, grifo nosso).

No trecho que se segue, marcam-se outros índices, uma lagoa sem nome, o *Limoencurral*, que significa *curral dos limãos*, e um canal em curva, denominado *Duyuels rack* e traduzido como *trecho do diabo*, o que provavelmente expressa sua forte correnteza. Logo após, mais uma ilhota que Marcgrave chama *'t Schoenmaeckers eylandt*. Segundo Cascudo (1956, p.148) talvez seja a ilha das Garças no município de Vila Nova. Assertiva que se relaciona com a informação oferecida por Levy Pereira, ao interpretar o termo *schoenmaker* como nome de uma espécie de aves. No entorno desta ilha, há a indicação do arquipélago fluvial *Parçeda*, certamente os penedos de São Pedro, assinalados no ponto (VV) no mapa de Albernaz (Imagem 39) (Quadro 20).

Para mais, destaca-se na margem alagoana a marcação de um acampamento indígena, *Guitiiba de Cariri*. O símbolo utilizado por Marcgrave para este topônimo, difere da indicação para acampamento tapuia ou aldeia de índios apresentados no “NOTULARUM EXPLICATIO”. Entretanto, assume-se ser um acampamento tapuia pela menção à tribo dos Cariri (Quadro 20).

Imagem 39 – Detalhe - Carta do curso do rio São Francisco, João Teixeira de Albernaz, 1612.
 (VV) Penedos de São Pedro, (X) “Rio ipoxi que deçe do aracáre” e (AA) “Aldea ao pee das serras do aracare”



Fonte: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Disponível em: http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos_BPMP/MS-126/MS-126_item1/MS-126_JPG/MS-126_JPG_24-C-R0072/BPMP_MS-126_162_t24-C-R0072.jpg, 2019

Quadro 20 – Rio São Francisco (Trecho 6), carta Praefectura de Cirii..., Georg Marcgrave, 1647



Limoen curral	Limoen curral = Limoenkraal, curral dos limãos
Duyuels rack	Duyuels rack = Duivels rak (Duivel = Diabo), trecho (do rio) do Diabo. Rak = trecho de rio entre duas curvas.
't Schoenmaeckers eylandt Schoenmaeckers eylandt	t Schoenmaeckers eylandt = schoenmaker = sapateiro; Ilha dos Sapateiros. 'schoenmaker' como nome duma espécie de aves.
Houte Wambis	Houte Wambis = Houten Wambuis; estância construída de madeira ou de pau a pique.

Tradução: BiblioAtlas, 2018

Fonte: Adaptação da AUTORA, 2018

Segue-se um trecho muito significativo do mapa, visto que compreende a região onde duas fortificações serão assinaladas por Marcgrave. De acordo com Barbara Consolini (2011) em *Impressões alagoanas, expressões holandesas. O Rio São Francisco e as Alagoas através dos documentos da WIC (1630 – 1647)*, com o intuito de ampliar a jurisdição holandesa, não só para defender a fronteira meridional, cortando as comunicações e recursos do inimigo, mas também para retirar possíveis vantagens econômicas, os batavos tinham o plano de integrar aos seus domínios Alagoas até o rio São Francisco. Além disso, a abundância de gado e a grande produção de mandioca na região, avalizavam essa necessidade de conquista.

Desde 1630, os batavos lutavam pela posse da capitania de Pernambuco, e com a chegada de Maurício de Nassau em 1637, finalmente conseguiram dominá-la. Conta este feito, o já relatado episódio, no qual os holandeses vieram desde Porto Calvo perseguindo os portugueses que atravessaram o rio São Francisco às pressas, em fuga para a Bahia. Observando a importância da povoação de Penedo como ponto estratégico, ideal para o controle da área e defesa do Brasil Holandês, Maurício de Nassau mandou que ali fosse construído um forte real⁶⁰ para proteção da nova fronteira:

Julgo cumprir o meu dever levando ao vosso conhecimento como Deus Omnipotente expulsou duma vez desta terra para além do rio de S. Francisco os nossos inimigos. Considerei necessária a conservação do paiz a construção de alguns fortes sobre este rio, a saber na foz do mesmo e também junto á cidadezinha de Penedo, onde o inimigo atravessou-o, situada cerca de seis milhas do mar. Este rio tem largura igual á do Maas antes do porto de Delft e tal correnteza que se não pode dizer. Espero com o auxilio de Deus, conter o inimigo nestas fronteiras (NASSAU, 1646, p.26).

Algumas fontes históricas textuais e cartográficas, dentre elas o mapa de Marcgrave irão indicar a existência de um forte denominado *Mauritius* na povoação de Penedo. Além desse, Nassau teria construído um segundo forte junto a foz do rio São Francisco, denominado *Keert de Koe*⁶¹, o que pode ser confirmado por alguns documentos, a exemplo de carta do próprio conde ao Príncipe de Orange:

Julgo esta capitania própria para proseguirmos na luta contra as terras inimigas, mormente no sítio onde o rio de São Francisco, de notável largura noutros pontos, estreita o seu álceo. Por essa razão levantei-lhe na margem, a 6 léguas da costa, um forte bastante sólido, cuja planta mostra o incluso mapa, resolvendo colocar outro menor na própria foz (BARLÉU, 1940, p. 44).

No “Breve discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas no Brasil” de 1638, lê-se: “Junto à foz, há um reduto denominado Keert de Koe, que serve para dominar o

⁶⁰ Segundo Consolini (2011, p. 32) esta denominação encontrada nos documentos, possivelmente relaciona-se à importância e às dimensões do forte.

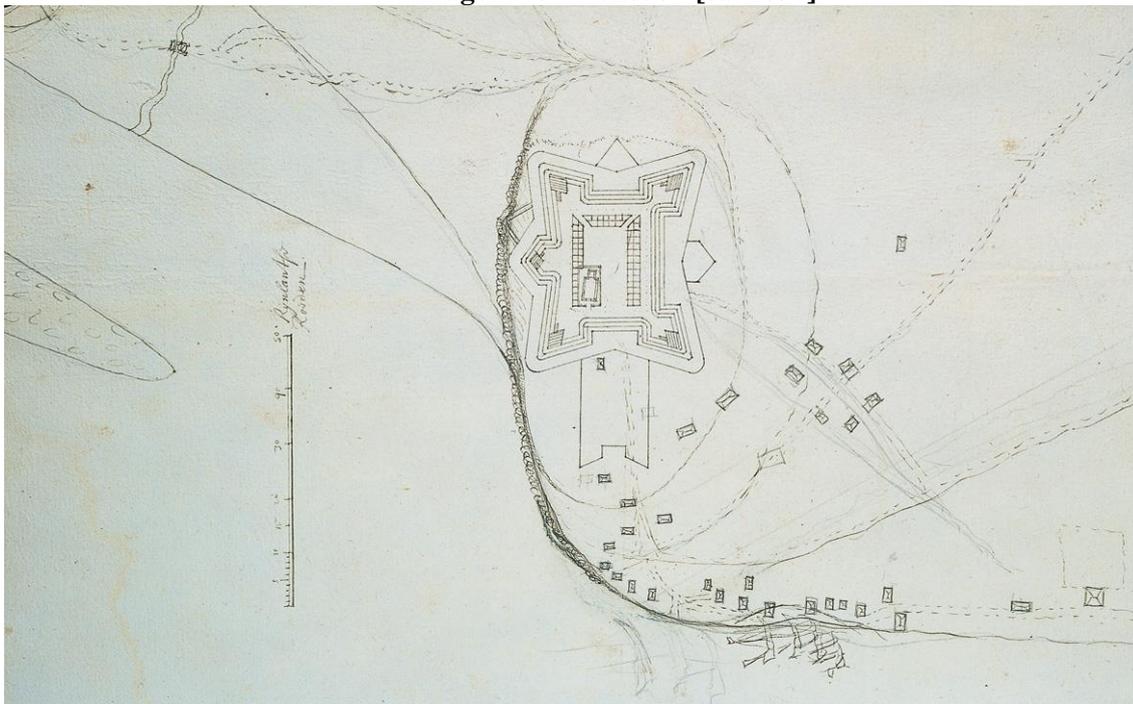
⁶¹ Ao tratar do significado desse nome Consolini (2011) afirma haver dúvidas. Entretanto, segundo a autora, Keert de Koe significa literalmente em holandês “vira, volta de boi”, o que levaria a afirmação que o nome tinha uma relação com a função, seja a de marcar o limite da área de pastagem do gado, seja, sobretudo, a de evitar que as manadas ficassem fora desse limite e fossem levadas pela correnteza do rio (CONSOLINI, 2011, p. 32).

rio, conservá-lo livre, proteger os nossos navios e termos um pé em terra nesse lugar”⁶². Entretanto, não encontramos nenhum registro cartográfico desta fortificação. Outro questionamento a ser feito é se este forte teria sido construído na margem alagoana ou sergipana do rio São Francisco. Tal dúvida decorre da indicação de Campos Moreno, de um “forte novo” levantado no lado sergipano da foz para “defensa daquela/ passagem” (MORENO, 1612, p.547), também indicado por Albernaz no ponto (S). Levy Pereira (2019) além de traduzir *Keert de Koe* como *refreie a vaca*, acredita que este forte teria sido construído no lado alagoano da foz. Para mais, supõe a existência de redutos holandeses nas duas margens do rio:

Nos anos antes da revolução dos moradores de 1645, os holandeses tinham redutos ou ‘wambuizen’ de madeira nas duas margens do RSF [Rio São Francisco], e perto da foz dele. Sobrevivem na nomenclatura dos mapas regionais da época. Depois da reocupação do Forte Maurício no final de 1646, os holandeses queriam restaurar as ruínas do fortim na margem sergipana do rio, mas sem resultado por falta de materiais de construção, insuficiência de tropas, e crescente obstrução do exército dos bahianos.

Bianca Machado Muniz (2001) em *Penedo: no caminho tinha um forte* acredita que a construção do forte Maurício tenha sido um dos motivos principais para realização da iconografia neerlandesa que documentou Penedo. A autora se refere a quatro mapas sobre a povoação e o forte. O mais antigo é uma planta anônima, que segundo Nestor Goulart Reis (2000, p. 326) em *Imagem de Vilas e Cidades do Brasil Colonial* seria “um dos primeiros traçados para o projeto do forte” (Imagem 40).

Imagem 40 – Penedo - [ca. 1637]



Fonte: Original manuscrito da Koninklijke Bibliotheek, Haia, REIS, 2000

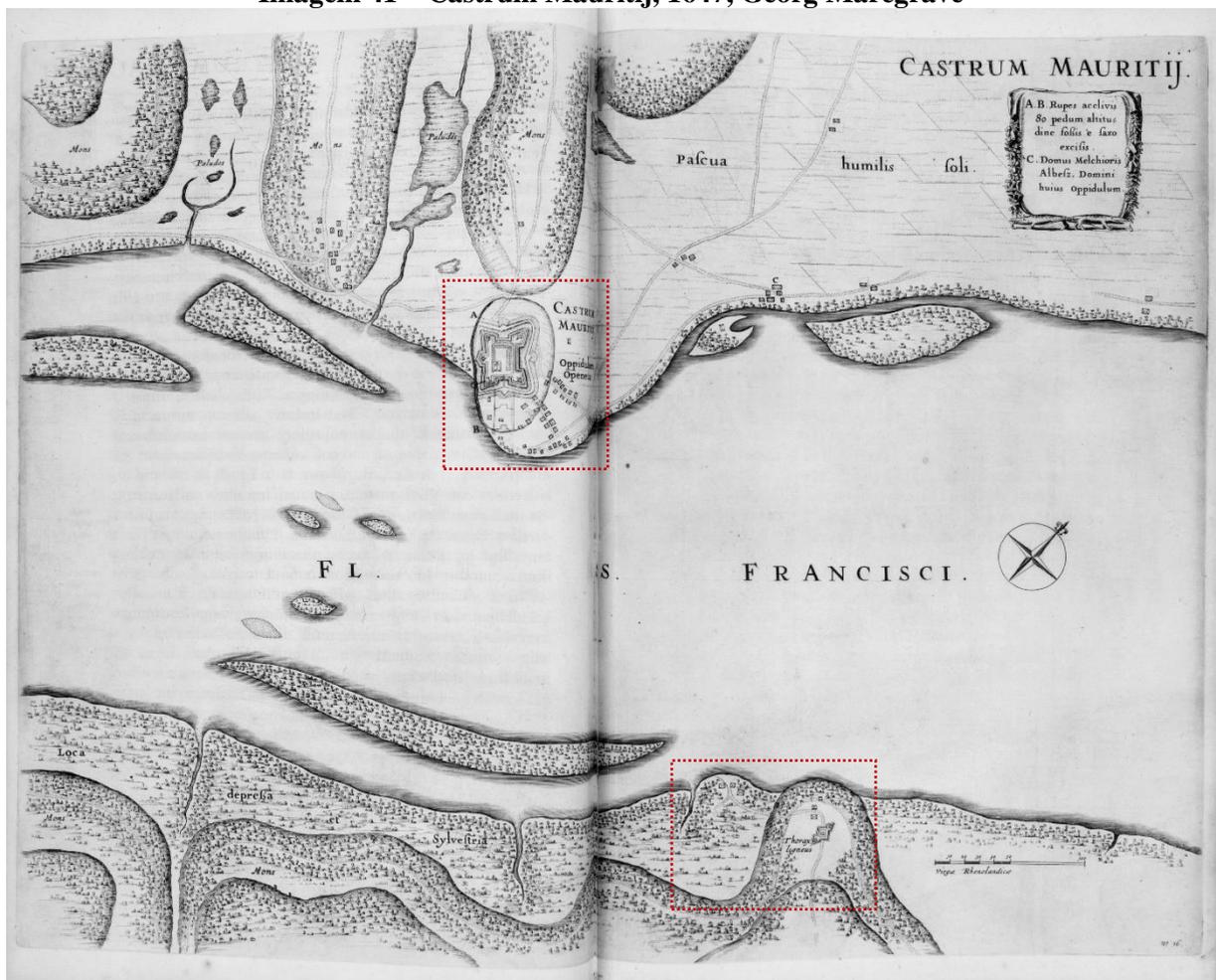
⁶²NA, OWIC 52, fólhos 58 e 59. Ver MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Fontes para o Brasil Holandês - a economia açucareira**, Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1981.

Outro é o que acompanha o *Rerum per octennium in Brasíliá.....* Acredita-se que o autor desse mapa seja Marcgrave, como atesta Barleu (1949, p. 346-347):

mandou desenhar cartas geográficas geográficas com grande cuidado e a sua custa, nas quais se representavam as cidades, vilas, povoações, fortalezas, currais, lagoas, fontes, cabos, estâncias navais, portos, rios, escolhos, engenhos, igrejas, conventos, plantações, posição das regiões, suas longitudes' e latitudes e outras cousas, sendo autor delas Jorge Marcgrav, exímio geógrafo e astrónomo (...).

Nele aparece o forte, a vila, alguns caminhos e casas, bem como a topografia do lugar. Está representado o rio São Francisco, e o seu lado oposto, pertencente à Sergipe d'El Rey (Imagens 41e 42). O fortim assinalado no *Praefectura de Cirií...* como *houte Wambis*, neste mapa aparece indicado pelo topônimo *Thorax ligneus*.

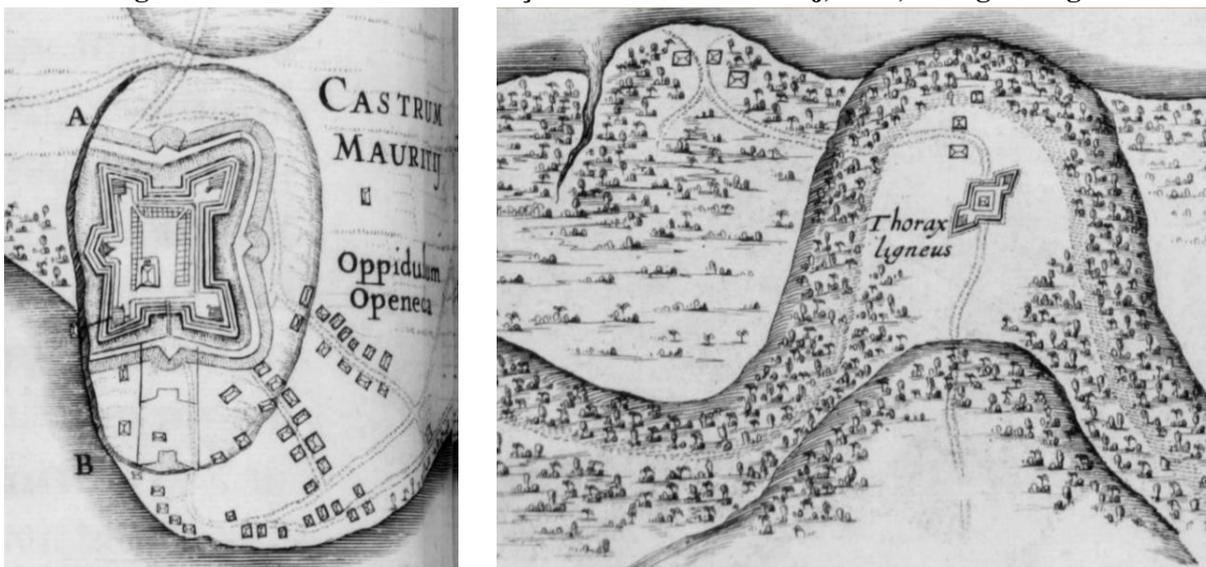
Imagem 41 – Castrum Mauritiij, 1647, Georg Marcgrave



Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e Jose Mindlin, 2018

Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/3615/1/002460_IMAGEM_018.jpg, 2018

Imagem 42 – Detalhes das fortificações - Castrum Mauritiij, 1647, Georg Marcgrave



Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e Jose Mindlin, 2018

Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/3615/1/002460_IMAGEM_018.jpg, 2018

Cascudo (1956) ao assinalar a existência do fortim *houte Wambis* quase defronte do forte Maurício, equivocadamente reproduz Felisbello Freire (1891, p. 77), que descreve essa estrutura como “um fortim de madeira, onde pôs uma bateria sobre uma árvore com três peças de calibre seis (...), construído “possivelmente aproveitando antiga casa portuguesa e nada mais” (CASCUDO, 1942, p. 2). De acordo com Levy Pereira (2019) tal engano, decorre da interpretação equivocada de "houte Wambis" como "casa de Wambis", sugerindo que a residência de um hipotético proprietário holandês teria dado origem ao nome em foco.

Talvez tenha contribuído para a afirmação de Cascudo o relato de Duarte de Albuquerque Coelho em *Memorias diarias de la guerra del Brasil*, uma das primeiras referências ao reduto *houte Wambis*:

Às onze do dia 27 [de março de 1637], acabou de chegar o inimigo à vila de São Francisco. Reconhecendo o lugar e paragem, e as conveniências que lhe resultariam de fortificar-se ali para defender a nossa passagem do rio para Pernambuco (parecendo-lhe que com isto impedia a entrada por aquela parte; e também porque servia para assegurar o muito gado que ali havia e para poder tirar mais da outra parte de Sergipe d'El-Rei, em que não havia menos), resolveu levantar um forte real com quatro baluartes e com um reduto na frente, da outra pane do rio, em umas casas que os Andradas ali tinham (COELHO, 1654, p. 411, grifo nosso).

Pereira (2019) argumenta que apesar de desconhecer quais fatos teriam levado o insigne historiador potiguar a semelhante conclusão, parece bem mais razoável supor que o nome desse pequeno forte fronteiriço na verdade fosse *Houten Walbazen* ("fortim de madeira" ou "wooden wharfinger" em inglês), hipótese coerente com a expressão latina *Thorax ligneus* utilizada por

Marcgrave no mapa *Castrum Mauritijs*, devendo a palavra *thorax* ser entendida como uma alusão à parte da couraça que cobre o peito, portanto aos muros do supracitado fortim por extensão. Este posicionamento é reforçado por Benjamin N. Teensma (2015) ao esclarecer que o equívoco, decorre da errada leitura da palavra *houck* (ângulo/ponta), traduzida como boom (árvore).

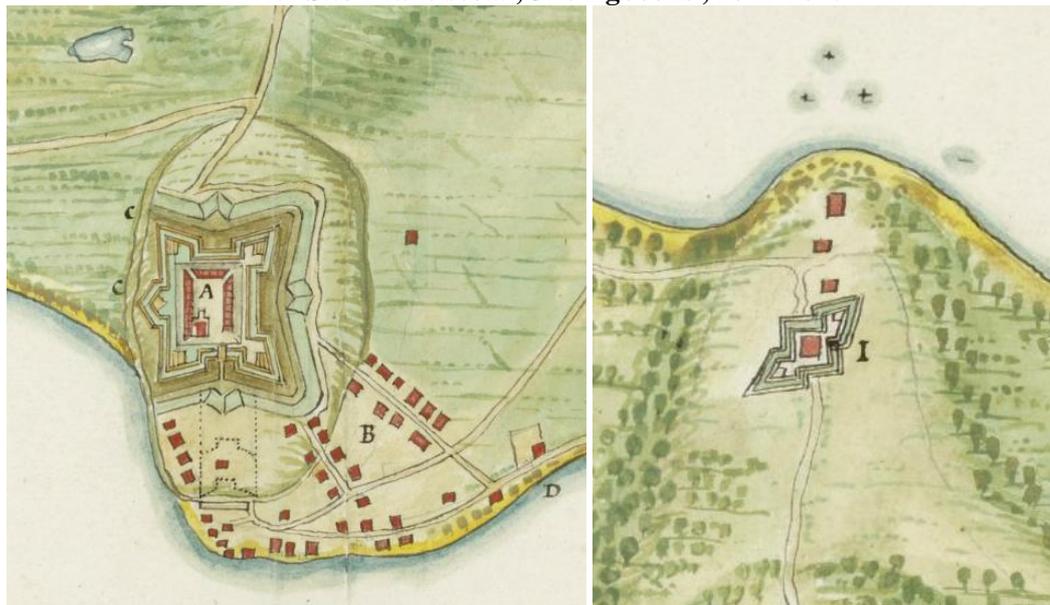
Há ainda mais dois mapas, realizados por Johanne Vingboons, muito parecidos com o mapa anterior. Segundo Muniz (2011) foram provavelmente realizados com base neste ou noutro mapadesconhecido, visto que seu autor nunca esteve no Brasil, mas era conhecido com ótimo copista, o que é visível pela qualidade de seus mapas. Um é o *Kaart van het fort't wolk Graaf - Maurits van Nassaun (...), do Algemeen Rijksarchief, Haia*. O outro mapa, pertencente ao Atlas Vingboons do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, parece não ter sido concluído (Imagens 43 e 44).

Imagem 43 – Kaart van het fort't wolk Graaf - Maurits van Nassaun (...) Rivier S.to Francisco...', J. Vingboons , 1652-1670



Fonte: Original manuscrito do atlas de J. Vingboons, do Algemeen Rijksarchief, Haia.
Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7c/Johannes_Vingboons_-_Kaart_van_Fort_Maurits_bij_Rio_Santo_Francisco_%281665%29.jpg, 2018

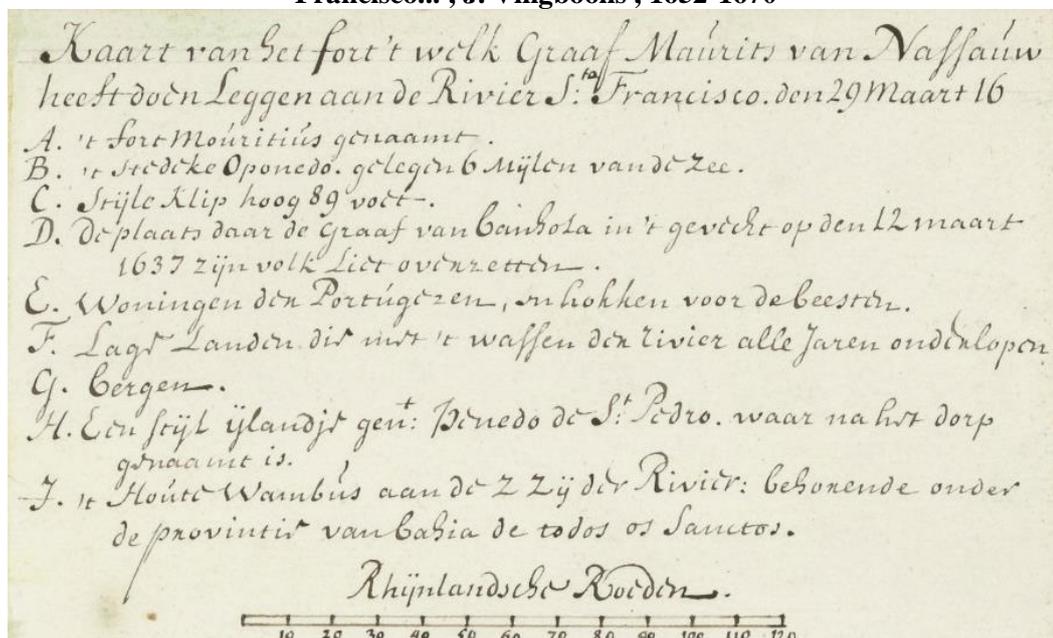
Imagem 44 – Detalhe fortificações - Kaart van het fort't wolk Graaf - Maurits van Nassaun (...) Rivier S.to Francisco...', J. Vingboons , 1652-1670



Fonte: Original manuscrito do atlas de J. Vingboons, do Algemeen Rijksarchief, Haia.
Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7c/Johannes_Vingboons_-_Kaart_van_Fort_Maurits_bij_Rio_Santo_Francisco_%281665%29.jpg, 2018

A legenda do mapa de Vingboons concede detalhes sobre o sítio em que estava localizado o forte: o penedo situado a 6 milhas do mar, rochedo com altura de 59 pés. Aponta também o local onde o conde e os portugueses atravessaram para Sergipe, a área das habitações holandesas, pontos de inundação e a ilha de São Pedro, na tradução “pequena ilha de nome São Pedro que deu nome à vila” (Imagem 45) (Quadro 21).

Imagem 45 – Legenda - Kaart van het fort't wolk Graaf - Maurits van Nassaun (...) Rivier S.to Francisco...', J. Vingboons , 1652-1670

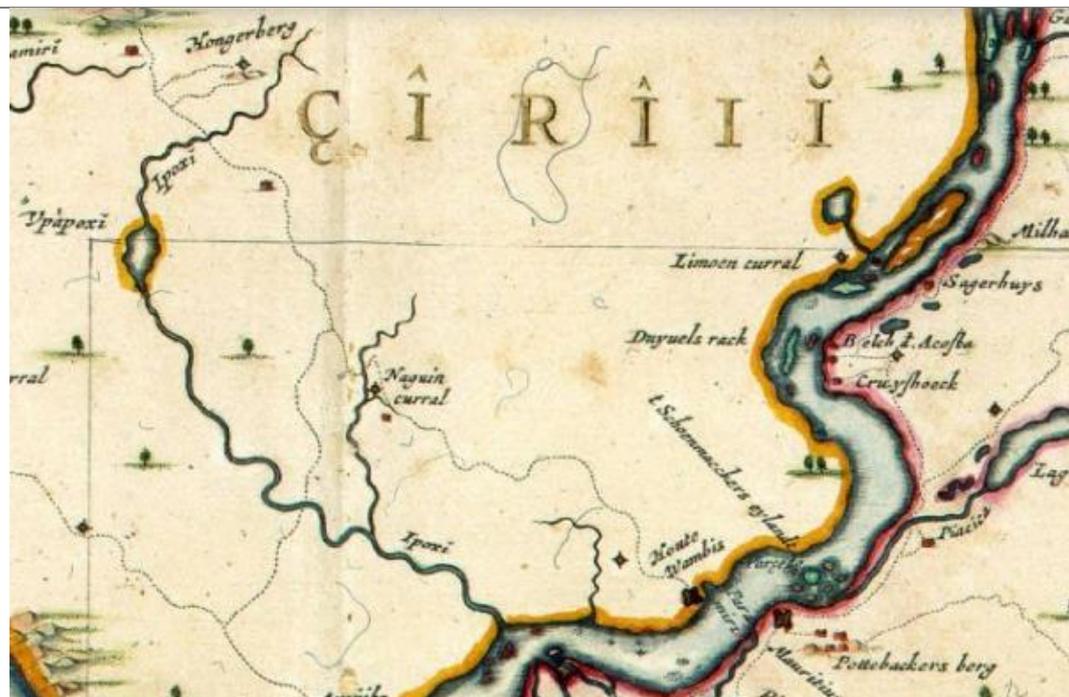


Fonte: Original manuscrito do atlas de J. Vingboons, do Algemeen Rijksarchief, Haia.
<http://www.alagoas-turismo.com/penedo/johannes-vingboons.htm>, 2018

Quadro 21 – Conteúdo das legendas no mapa elaborado por Johannes Vingboons com tradução

LEGENDA EM HOLANDÊS	TRADUÇÃO
Kaart van het fort't welk graff Maurits van Nassaun heet doen leggen aan de Rivier S. Francisco den 29 maart 16...	Carta da Fortaleza que o Conde Maurício de Nassau mandou construir do lado do Rio S. Francisco em 29 de março de 16...
A - 't fort Mauritius genaant (geraant)	A - fortaleza chamada de Maurício.
B - 'r stedeke Oponedo gelegen 6 mylen van de zec.	B - ... o Penedo situado a 6 milhas do mar.
C - srijle ou sryl e - klip hoog 59 vott	C - rochedo alto com altura de 59 pés. (aproximadamente 19 metros)
D - de plaas doen de graaf van Bristola in'tgeveert goden 12 maart 1637 wolk up .	D - o lugar onde o conde de Bristola na luta de 12 de março de 1637 mandou seu povo passar para o outro lado do rio.
E - woningen den portugesen nhokhen voor de beestin	E - habitações dos portugueses e lugares para os animais.
F - lags landen dis wassen den rivier alle jaren Odenhopen	F - lugar onde existem sempre inundações do rio.
G - lergen	G - montanhas
H - esen sryl islandjs gen. Penedo Dt St: Pedro. waar na list . dorp gnaant is	H - uma pequena ilha de Pedra de nome São Pedro que deu nome à vila.
I - jt honte wambus aan de zy der rivier : behonende onder de provintis van Bahia de Todos os Santos.	I - local de observação de madeira do lado sul do rio fazendo parte das províncias da Bahia de Todos os Santos.

Fonte: MUNIZ, 2011

Quadro 22 – Rio São Francisco (Trecho 7), carta Praefectura de Cirii..., Georg Marcgrave, 1647

Hongerberg | Hongerberg, Morro da fome

BiblioAtlas, 2018.

Fonte: Adaptação da AUTORA, 2018

Retomando a nossa exploração pela margem sergipana do São Francisco rumo à sua foz, registra-se a existência de um curral nas proximidades da fortim *houte Wambis*. Na sequência, momentaneamente tomamos o rumo do rio *Ipoxi*⁶³, já assinalado por Albernaz no ponto (X), que banha as terras povoadas de fazendas de criação. Seu afluente esquerdo, vai dilatar-se para formar a lagoa *Vpapoxi*⁶⁴, estendendo-se até o morro *Hongerberg*, com um curral em suas proximidades (Quadro 22).

Rumo à foz, registra-se neste último trecho, o braço de rio Paramiri, a região de ocupação indígena *Acajũiba* (cajueiro) ao sudoeste da igreja de S. Antonio, provavelmente o atual município de Brejo Grande, início do canal Parauna⁶⁵. Essa área também é assinalada no ponto (AA) do mapa de Albernaz como “Aldea ao pee das serras do aracare de Manuel” (Imagem 39). Logo após, um conjunto de três canais, identificados por Marcgrave como *Dryefering*, interligam o Parauna ao São Francisco (Quadro 23).

Quadro 23 – Rio São Francisco (Trecho 8), carta Praefectura de Cirii..., Georg Marcgrave, 1647



Dryefering

Dryefering = driedelinc = tri-partição.

Em alemão, seria o “terceiro círculo”, ou “anel triplo”, o que, ajustado as circunstâncias poderá ser “a terceira junção”, o terceiro afluente.

I. dos Paßaros - Reygers eylandt

Reygers eylandt : Ilha das Garças.

BiblioAtlas, 2018

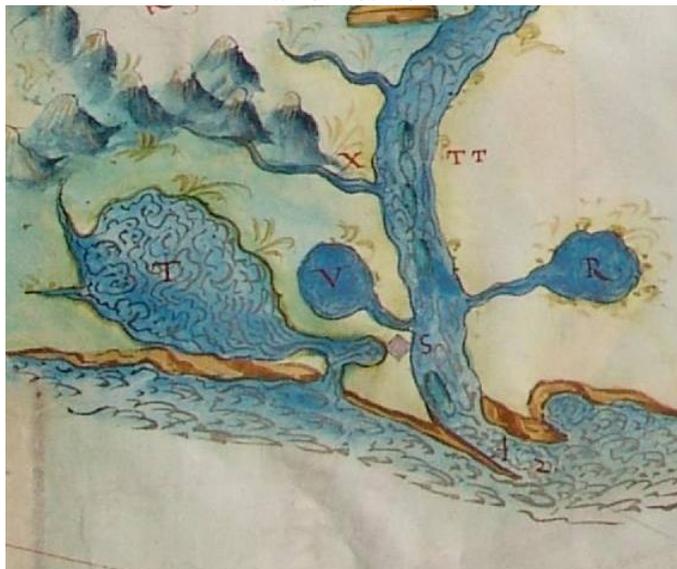
Fonte: Adaptação da AUTORA, 2018

⁶³ Poxim: *Ipoxi*, primitivo. Afluente do S. Francisco, conhecido por Poxim do Norte, tomando o nome de rio Betume de certo trecho em diante. Povoados em Pacatuba. Engenho. *Y*: rio; *puchi*: feio: rio feio, água ruim (GUARANÁ, 1916, p. 319).

⁶⁴ Rio Poxim, no baixo curso; Rio Papagaio, no médio curso e Rio Betume (e Rio Poxim), no alto curso.

⁶⁵ Paraúna: Riacho afluente do S. Francisco. *Pará*: rio; *uma*: negro, escuro. Nome indígena da ilha do Brejo Grande (GUARANÁ, 1916, p. 316).

Imagem 46 – Barra do rio São Francisco - Carta do curso do rio São Francisco, João Teixeira de Albernaz, 1612. (T) “Lagoa Guaratuba em que se faz pescarias”, (V) “Lagoa Parauna, donde se faz o mesmo”



Fonte: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Disponível em: http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos_BPMP/MS-126/MS-126_item1/MS-126_JPG/MS-126_JPG_24-C-R0072/BPMP_MS-126_162_t24-C-R0072.jpg, 2019

Já a barra do Rio São Francisco, ao sul de sua foz é nomeada *Niewe gat*, traduzida como *Barra Nova*, talvez uma referência à sua dinâmica, marcada por modificações frequentes. Isso pode ser constatado desde aquela época, pois a situação dessa foz no mapa de Albernaz é bastante diferente (Imagem 46).

Marcgrave desenhou duas barras no final do canal Parauna, formando a *I. dos Paßaros Reygers eylandt*, traduzida como ilha das garças. Sobre esta área, acrescenta Camara Cascudo (1956, p. 145): "Pelo litoral, sem recursos duraveis, a moradia é fortuita. Nenhum sinal de gente na Ilha dos Pássaros (Reygers eylandt) no braço do S. Francisco, antes de Guaratiba⁶⁶, até S. Christophlo, é o areial" (Quadro 23). Interpreta-se *Guaratiba* como a foz do canal sul do estuário do Rio São Francisco, ou seja, o nome de sua barra. As referências históricas a tratam como lagoa, rio, ilha, baía, barra e povoado. Ao voltar-se para a barra do rio São Francisco, Gabriel Soares de Sousa também se referira ao Guaratiba:

À boca da barra deste rio [São Francisco] corta o salgado a terra da banda do sudoeste, e faz ficar aquela ponta de areia e mato em ilha, que será de três léguas de comprido. E quando este rio enche com água do monte, não entra o salgado com a maré por ele acima, mas até a barra é água doce, e traz neste tempo grande correnteza.

(...)

Do rio de São Francisco ao de Guaratiba são duas léguas, no qual entram barcos da costa e tem este rio na boca uma ilha, que é a que vem da ponta da barra do rio de São Francisco; este rio se navega pela terra adentro três léguas, e faz um braço na entrada junto do arrecife, por onde entra o salgado até entrar no rio de São Francisco uma

⁶⁶ Garatuba: Gara por guará; tuba ou tyba: abundância: lugar freqüentado por guarás (GUARANÁ, 1916, p.306).

légua da barra, por onde vão os barcos de um rio ao outro, o qual braço faz a ilha declarada (SOUZA, 1587, p. 65).

Cascudo (1956, p. 156 – 157) considera que, “o rio S. Francisco, fronteira natural, insusceptível de controvérsia”, é representado por Marcgrave, “vazio de povoamento”. Para o autor, o rio “riscou o final para as avançadas militares de João Maurício de Nassau. Aí se deteve ele, sustendo com a mão enluvada de couro o cavalo que o levaria à cidade do Salvador. O rio riscou o limite. Os assaltos posteriores foram tentativas de jogo guerreiro. Pela exaustão das tropas ou certeza da impossibilidade de recursos, Nassau não passou o S. Francisco, depois de bater Bagnuolo. Deteve-o o S. Francisco quando não o detivera o Atlântico”.

Vencida a extensão do São Francisco, seguimos esquadrinhando a massa de terra compreendida entre o Grande rio até a foz do *Iuparatibuçu Soute reuier* (Rio Japarutuba). Pelo traço de Marcgrave, curiosa impressão a de seus afluentes: *Iuparatibamirí*⁶⁷, *Çiriri*⁶⁸ e *Maniçoba*,⁶⁹ nascerem do mar. De onde ora, se esticam, ou, se ajuntam, para assim findarem nas iniciais áreas de ocupação humana. Do rio São Francisco, passando pelo *Guaratiba* até a foz do *Iuparatibuçu* dizem areial de S. Isabel. Nas proximidades do Japarutuba, Marcgrave registra o riacho *Ëcatù*⁷⁰, antes Aguaboa, e agora assinalado como área despovoada (Quadro 24).

Roberta Bacellar Orazem (2015) em *Arquitetura, cidade e território no Brasil colonial: a contribuição dos carmelitas calçados da Bahia e Pernambuco (1580 – 1800)* faz referência a região de Santa Isabel, que foi propriedade da família de Cristóvão de Barros e onde sua esposa Dona Isabel de Lima residiu. Talvez por isso, o nome Santa Isabel. Certo é que se trata de um local conhecido pelos transeuntes da capitania de Sergipe D’El Rey na época colonial.

Felisbello Freire (1891) menciona a passagem dos holandeses por este local quando se dirigiam a cidade de São Cristóvão no ano de 1637:

Os holandeses, tendo à frente Gysselingh e Schkoppe, atravessam o S. Francisco, desembarcam na fortificação que tinha defronte do forte Mauritius, em demanda de S. Cristóvão. Atravessam o rio Poxim, afluente do Betume, de onde mandam uma fração do exército para a costa, **até os areais de Santa Izabel** e a ilha de Arambipe [Parauna]; (FREIRE, 1891, p. 80-81, grifo nosso).

⁶⁷Japarutuba-mirim: Acrescente-se à explicação precedente a palavra mirim:pequeno (GUARANÁ, 1916, p. 311).

⁶⁸ Siriri (Siriry): *Ciri-r-y*, rio dos siris (GUARANÁ, 1916, p. 321).

⁶⁹Maniçoba:Riachos, um afluente do Sergipe e outro confluente do Siriri. *Many-(ç)-óba*: folha: a folha da maniva (GUARANÁ, 1916, p. 313).

⁷⁰Catu: *Catú*: bom, bonito (GUARANÁ, 1916, p. 304).

Quadro 24 – Detalhe Rio Iuparatibuçû Soute reuier, carta Praefectura de Cirii..., Georg Marcgrave, 1647

	<p>Iuparatibuçû Soute reuier Iuparatibuçû</p> <p>Soute reuier; zout = sal, rio salgado</p>
<p>BiblioAtlas, 2018</p>	

Fonte: Adaptação da autora, 2019

Segundo Cascudo (1942, p. 8) não se identifica nesta região, “nenhum vestígio de comunicação, afora pelas cabeceiras”.

Do rio de Guaratiba a sete léguas está um riacho a que chamam de Aguaboa [Icatu], pelo ela ser, o qual, como chega perto do salgado, faz uma volta ao longo dele, fazendo uma língua de terra estreita entre ele e o mar, de uma légua de comprimento, e no cabo desta légua se mete o mar; entre um rio e outro é tudo praia de areia, onde se chama a enseada de Vazabarris, a qual tem diante de si tudo arrecifes de pedra, com alguns boqueirões para barcos pequenos, por onde podem entrar com bonança. Desse riacho de Aguaboa a uma légua está o rio de Ubirapatiba, por cuja barra podem entrar barcos e caravelões da costa com a proa ao léu-noroeste. A este rio vem o gentio tupinambá mariscar, por achar por aqueles arrecifes muitos polvos, lagostins e caranguejos; e a pescar à linha, onde matam muito peixe, o qual se navega pela terra adentro mais de três léguas (SOUZA, 1587, p. 65-66).

Retornado à questão dos caminhos, ainda segundo o mapa de Marcgrave, a região seria cortada pelo caminho do meio, que parte do *houte Wambis*, até separar-se depois do Naguin, “outra residência de colono estrangeiro”. Essa trilha, que parece principal, vem ligar-se a um dos caminhos da costa que, partindo de Sant’Antônio para Acajuíba, passa por outros currais, como o *Webers curral*, findando em S. Domna Isabella, que é o rio Sant’Isabel, e daí ao mar (Imagem 47). Diante do grande número de elementos identificados ao longo do caminho do

meio, no intuito de melhor apresentar a análise realizada, este foi seccionado em três trechos menores e apresentados nos quadros seguintes.

Imagem 47 – Caminhos terrestres que chegam ao rio São Francisco, carta Praefectura de Cirií...,Georg Marcgrave, 1647



Fonte: Adaptação da AUTORA, 2019

Assim, na imagem abaixo, são expostas tanto as informações referentes ao caminho da costa, que se inicia em S. Antonio e finda após *S. Donna Isabella*, no mar, quanto aquelas relacionadas ao primeiro trecho do caminho do meio, descritas no paragrafo anterior. Uma rápida consulta ao mapa rodoviário de Sergipe, nos faz notar, que apesar da ampliação do número de estradas, muitos dos caminhos aqui destacados, ainda podem ser vistos de forma semelhante. É o caso do caminho de *S. Donna Isabella* (Quadro 25).

Quadro 25 – Detalhe – Análise dos caminhos da costa e do meio (Trecho 1), carta Praefectura de Cirii..., Georg Marcgrave, 1647



Webers curral
Sem tradução
Naguin Curral
Sem tradução

BiblioAtlas, 2018

Fonte: Adaptação da AUTORA, 2019

Seguindo adiante ao *Naguin curral* beirando zonas entre rios, ladeando currais, este caminho se dividirá mais uma vez, tomando novo rumo direto para o mar. Do contrário, saltará um grupo de serras, cortando terras povoadas de fazendas de criação até chegar em São Cristóvão, nomeada por Marcgrave como *Siriji del Rey*. O segundo trecho do caminho do meio, além de cortar as cabeceiras dos rios: *Iuparatibuçu*, *Çirirĩ* e *Maniçoba*, é perpassado por serras, não nomeadas (Quadro 26).

Margeiam esta trilha, cinco propriedades de criação de gado. O primeiro curral é alocado nas proximidades do morro *Hongerberg*, cuja tradução é *morro da fome*. Logo após, nas proximidades do *Botterberg*, entendido como *morro da manteiga*, são assinaladas uma casa e um curral, possivelmente o núcleo histórico do atual município de Japarutuba. Além destes, Marcgrave demarca o *Molins curral*, que significa *curral dos moinhos*. Infelizmente não foi encontrado nenhum documento que se referisse às motivações da nomenclatura utilizada.

Continuando o caminho, destaca-se o curral de Dom Antonio Filipe Camarão. De fato, as fontes indicam que com a ocupação da vila de São Cristóvão pelos holandeses em 1641, este

foi encarregado pelo Governador-geral de vigiá-los, já que não dispunha de forças para expulsá-los. O quartel de Camarão foi situado por Nieuhof (1682, p. 139) no rio Real. Para Levy Pereira (2019), posicionado nesta localização, o quartel estaria fora da jurisdição do Sergipe neerlandês, que o limita no Rio Vaza-barris. Entretanto, se fixado no *Camarão Curral*, permaneceria dentro das doze léguas de distância da cidade de *Siriji del Rey*.

Na altura do rio Lorenzo de Sousa, atual Ganhamoroba⁷¹, este se divide em um novo caminho, que de maneira semelhante a um outro caminho identificado por Marcgrave em sua foz, partem para a costa, “assinalados por cruces na pancada do mar” (CASCUDO, 1952, p. 3) (Quadro 26).

Quadro 26 – Detalhe – Análise dos caminhos da costa e do meio (Trecho 2), carta Praefectura de Cirii..., Georg Marcgrave, 1647



Hongerberg
Botterberg
Molins Curral

Hongerberg, Morro da fome
Botterberg = Boterberg, Morro da Manteiga
Molins Curral; Molins; Holandês = molens; Français = moulins, Curral dos moínhos.

BiblioAtlas, 2018

Fonte: Adaptação da AUTORA, 2019

Saltando um grupo de serras em direção à São Cristóvão, mais dois currais ladeiam o último trecho do caminho do meio que cruzará o rio *Çiriji* e outros que dele correm. Nas proximidades da cabeceira deste rio, dois morros contíguos são associados ao topônimo *Bor]tem setirini*, devido à semelhança ao formato dos seios femininos. Neste trecho, também são assinaladas duas ocupações, uma delas está relacionada à presença dos padres de São Bento

⁷¹Ganhamoroba: Afluente do rio Sergipe, banha a cidade de Maruim. *Guaiamú*: crustáceo conhecido; (*r*) *óba*: folha: folha com que os guaiamuns se alimentam (GUARANÁ, 1916, p. 306).

na região, que localizada no entorno do rio Comendaroba⁷² e denominada *Capucins huys*, vem confirmar as intenções beneditinas de “novamente nesta sidade hordenar huma casa de sua ordem”. De acordo com carta de doação datada de 1603, os religiosos receberam “pello rio de cotimdiba huma llegoa de tera em coadro”, para que pudesse “llaurar mantimentos canas” e “fazer na sidade o seu mosteiro” (FREIRE, 1891, p. 387) (Quadro 27).

Quadro 27 – Detalhe – Análise dos caminhos da costa e do meio (Trecho 3), carta Praefectura de Cirii..., Georg Marcgrave, 1647



Borjtem setiriní

Borstem: tetas. Topônimo associado à dois morros, que se parecem com seios femininos.

Capucins huys

Capucins huys = Kapucijner huis, Casa dos Capuchos.

BiblioAtlas, 2018.

Fonte: Adaptação da AUTORA, 2019

Transposta a foz do Ciriji é “outra brancura deserta até S. Maria” (CASCUDO, 1952, p. 3). Antes do rio dos Siris, riscando a projeção da ponta, um nome: *Apacuypomonga*⁷³, Pomonga de hoje. Subindo o rio, uma palavra em português: Os coqueiros, nomenclatura provavelmente relacionado à marcante presença desta planta na localidade até os dias atuais.

Segundo Cascudo, o *Ciriji* é representado por Marcgrave “**com larga embocadura e bancos submersos em ambos os lados**”. Continua: “O Pomonga, no que sabemos, é um canal que liga os rios Cotinguiba e Japarutuba. **Forma a grande ilha dos Coqueiros**”, constatação que não é interpretado da carta, que “distacada da margem esquerda”, é figurada como uma “facha de terra, banhada pelo Ciriji” (CASCUDO, 1952, p. 4, grifo nosso) (Quadro 28).

⁷²Comendaroba: Riacho afluente do Cotinguiba no município de Laranjeiras. *Comandá*: feijão; *róba*: amargoso (GUARANÁ, 1916, p. 304).

⁷³Pomonga: Canal entre os rios Cotinguiba e Japarutuba e rio afluente daquele. Pomonga, visgo, grude. *Apomong* em guarani significa espesso, pegajoso (GUARANÁ, 1912, p. 318).

Às margens do *Ciriji*, nas proximidades da região dos Coqueiros, são indicados um curral e um povoado antes da igreja que recebe o mesmo nome da cidade sede da capitania: *S. Christophle*⁷⁴. No entorno do rio *Paràmiri*⁷⁵, registra-se mais de um caminho “assinalados por cruces na pancada do mar”. O afluente de vulto, é o rio Lourenço de Sousa, atual Ganhamoroba, que banha a povoação de Maruim (Imagem 28).

Imagem 48 – Detalhe – Entorno do rio Çirijî, carta Praefectura de Cirii...,Georg Marcgrave, 1647



Fonte: Adaptação da autora, 2019

Pelo sul o *Ciriji*, recebe quatro rios: *Iacaréaçica*⁷⁶, *Catingiba*, *Marecajî*⁷⁷ e *Ipoxigoaçû*. Estreitando-se, “curva-se em ângulo reto, pelas terras de árvores frutíferas, e, quase em espiral, desaparece para leste”. Segundo Cascudo, Marcgrave confunde-o “com seu tributário Iacaréacica, a quem dá trajeto longe e faz cabeceiras no enovelado de Itapuama”. O Cotinguiba recebe, pela destra, um afluente sem denominação, é este o riacho Comendaroba (CASCUDO, 1952, p. 4-5) (Imagem 48).

⁷⁴ Para Levy Pereira (2019) a indicação do ponto C na explanação de Moreno (1612), coincide com 'S. Christophle' de Marcgrave. Outro indício é o nome Santa Luzia, nome atual da grande ilha (Ilha dos Coqueiros) formada pelo rio Pomonga.

⁷⁵ Para-mirim ou Parna-mirim: Braço do rio Cotinguiba. Pará-mirim, mar pequeno (GUARANÁ, 1912, p. 316).

⁷⁶ Jacarecica: Rio afluente do rio Sergipe. *Yacaré-icica*, baba do jacaré (GUARANÁ, 1912, p. 310).

⁷⁷ Maratai (Maratahy): Braço do Cotinguiba que se junta a outro do mesmo rio, chamado rio do Sal. Ymirá: árvore; itá: rocha, o que é duro; hy: rio: rio do pau-ferro (GUARANÁ, 1912, p. 313).

O rio *Vazarbarries* de Marcgrave é ainda o Potiĩpeba, o rio dos camarões chatos, também descrito por Gabriel Soares:

Deste rio de Sergipe de que acima dissemos, a quatro léguas está outro rio, que se diz de Cotegipe, cuja bôca é de meia légua, no meio da qual tem uma ilha em que tem umas moitas verdes, a qual ilha faz duas barras a este rio; pela do sul podem entrar navios de oitenta tonéis, porque no mais debaixo tem de fundo duas braças de baixamar, e mais para dentro tem cinco braças; pela barra do norte entram caravelões da costa. Tem este rio à boca da barra uns bancos de areia que botam meia légua ao mar. Por este rio se navega três léguas, que tantas entra a maré por ele acima, o qual é **muito farto de peixe e marisco**, cuja terra é sofrível para se poder povoar e no sertão dela tem grandes matas de paubrasil (SOUSA, 1587, p. 67, grifo nosso).

Prolonga-se, pelo interior sergipano, em curvas estreitas, “numa direção obstinada, para o norte, até se perder nas fraldas duma serrania, Itaperaba” (CASCUDO, 1952, p. 3). Pela margem esquerda toma o rio das Pedras⁷⁸ e, muito abaixo o *Icaperangu* que nasce nos baixos das serras onde estava a povoação de *Tapera*⁷⁹ (Água Azêda), em São Cristóvão. Na sequência, são registrados mais dois afluentes sem nome e o *Piranupama*⁸⁰ (Piramopama), em cujas margens se ergueu a cidade de S. Cristóvão, indicada por Marcgrave no rio *Çiriji*. A barra anterior à real, tem na extrema esquerda a Ponta de S. Maria com a indicação de uma propriedade de criação (Imagem 49).

O rio das Pedras⁸¹, “afluente único para a geografia holandêsa”, inflete-se para leste, até a região de *ITAPVÁMA*⁸². Ao traspasar o *boqueiaró* divide-se em dois ramos. O que sobe, atravessa o varjão, onde os holandeses acreditavam existir minerais preciosos. Marcgrave “anota, cuidadoso: Mina, A Mina”⁸³. Essa linha d’água passa outro grupo de serras, tendo afluentes. Um destes, banha currais com edificações no entorno. Outro, se “estira numa várzea deserta” e o terceiro, maior, “vencendo toda planície, morre, com quatro riachos formadores, ao pé d’outras serras, desenhadas mas extremas do mapa”. Um sub-afluente desse terceiro rio,

⁷⁸Traíras (Trahiras): Corruptela de *ta-raguira*, o que está de rojo. Th. S. Nome de um peixe d’água doce (GUARANÁ, 1912, p. 324).

⁷⁹Tapera: Nome indígena da aldeia de Água Azeda em S. Cristóvão. *Tapera-guá*, morador da aldeia abandonada, a andorinha (GUARANÁ, 1912, p. 323).

⁸⁰Paramopama: *Pará* por *pirá*: peixe; *mopoam*: enganar, *iludir*: o peixe enganou, frase que serve para indicar a ausência de pesca em certas marés, não obstante seja o rio abundante em peixes — peixe que faz que bata, peixe às pancadas: *pirá-mo-pama* (GUARANÁ, 1912, p. 316).

⁸¹ Segundo Levy Pereira (2019), pela extensão e pela forma de representação desenhada, interpreta-se, que o 'R. dos pedras', no trecho superior, é o atual Rio das Pedras, e, no trecho baixo, a jusante da foz desse rio, é o atual Rio das Traíras.

⁸² Itabaiana: *Itá*: pedra; *taba*: aldeia; *oane*: alguém: naquela pedra mora alguém, há uma aldeia com gente. Itapuama: Nome de Itabaiana segundo Barleus. Itá, poã — levantar: pedra erguida, em pé (GUARANA, 1912, p. 309).

⁸³ "A Casa da Torre seguiu, esse sonho, no rumo de Itabaiana, com Guilherme Joosten Glimmer. E para aí voltaram, em 1655, os manos Calhelhas. No governo holandês rebuscaram-na curiosidades interesseiras e autorizadas pelo Supremo Conselho. Essas caçadas eram, inesperadamente, alargamentos para a fronteira geográfica. Barléu registra, convencional, essa Itaberaba onde as pratas deviam estar dormindo. E não sendo possível localizar, escreveu, difusamente, minas, minas ..." (CASCUDO, 1956, p. 133).

desce para o sul, “rodeando habitações e caminho trilhado” (CASCUDO, 1952, p. 4) (Imagem 48).

Registrada por Marcgrave como *ITAPVÁMA*, estas serras “quase se juntam num enovelado”. Os mapas atuais dizem: Itabaiana. “Postas num cone imenso cuja base se volta para o sul, tem o primeiro olhar. As outras elevações são raras e sempre em cadeias (CASCUDO, 1952, p. 3). De acordo com Levy Pereira (2019) a *ITAPVÁMA* está muito bem cartografada, fruto de um bom levantamento de campo, com boas chances de ter sido feito pelo próprio Marcgrave, e, essa região era de altíssimo interesse, pois havia muitas notícias à época de lá haver minas de prata (Imagem 49).

Os afluentes da esquerda do rio das Pedras “estão apenas curtamente indicados no curso”:

O primeiro, logo à sair do boqueirão, ganha declividade e subdividido em correntes que parecem surgir da serra. O segundo afluente da esquerda, adiante separado, toma em seu sub-tributário esquerdo, o nome de Iatabóca, e nasce na serra Itapuámucú. O outro, sub-afluente da direita, vem ter cabeceira na mesma serra mas não mereceu as honras do batismo (CASCUDO, 1952, p. 4).

O *Iacaréaçica*, “depois de estirado curso em região desabitada e nua de vegetação cuidada”, também alcança a *ITAPVÁMA* por *Itapuamoinha*, visando o *boqueiarom*, abrindo-se em quatro rios afluentes: o *rio do Pinheiro*, “curto, com curral de gado”, o *rio Salobre*, um “enigmático” *Rdêtor* e o *Iacaréaçica*, “cujas nascentes moram por três correntes, numa garganta à léste” (CASCUDO, 1952, p. 4). Entre os dois últimos, fica a povoação de S. Antonio (Imagem 49).

O círculo se fechava na serra da Itabaiana. Nessa região poder-se-ia dizer que residia. Barléu chamou-a Itaberaba, a pedra luminosa. Aí, com o governador, procurou as fontes da prata, não as apontando por não ter recebido os títulos exigidos e prometidos pelo Rei. Preso, Dias Moreira é condenado a dois anos de prisão e nove mil cruzados de multa, prejuízos das despesas da comitiva oficial (CASCUDO, 1956, p. 132).

"Para o conhecimento batavo, a curva cordilheira de Itaberaba é limite. Limite mesmo para a posse e para a ambição." (CASCUDO, 1956, p. 133). A crença na existência de metais preciosos originou-se da atuação de Belchior Dias Moréia, bandeirante que acompanhou Cristovão de Barros na conquista do território sergipano em 1590. Ficou famoso por estas suas buscas ao Eldorado, que supostamente estava localizado na serra de Itabaiana. O mito surge a partir das expedições deste aventureiro aos sertões de Sergipe e Bahia por volta de 1594, que alardeou a descoberta de uma grande quantidade de prata na região. Embora nada tenha sido efetivamente localizado, a notícia ajudou a impulsionar outras expedições particulares e governistas, que tomaram os caminhos da Serra nos séculos seguintes (NUNES, 1989, p. 44-45) (Imagem 49).

Assim nasceu a lenda das Minas de Prata da Serra de Itabaiana, que passou a alimentar o sonho de muitos aventureiros, que pelos caminhos rasgados pelo gado, contribuíram para o reconhecimento dos sertões de Itabaiana e Simão Dias.

A casa de Belchior, na fazenda de Jaberiri, tornou-se um ponto, para onde afluíam os exploradores de então, até mesmo os governadores da Bahia e Pernambuco. O território sergipano foi percorrido por estas caravanas que se dirigiam para o Ocidente e muito cedo se tornaram conhecidos os sertões de Itabaiana e Simão Dias (FREIRE, 1891, p. 65).

Para além dos caminhos aqui já trilhados, outros partirão de *Siriji del Rey* (S. Cristóvão) em várias direções. Para *S. Maria* e *S. Gonçalo*. Outros, sobem até as margens do Vaza-Barris. Um passando por *Piranupama* (Piramopama), atravessa o *Icaperangu*, indo acima. Um ramal atinge *Ipitanga*⁸⁴ e *Tapera*, povoados.

De Tapera, o caminho eleva-se, indo pelas encostas da região serrana, à Itabaiana, pelo Ipoxiguaçu, antes do *A Caçuibuçu*⁸⁵, entrando pelas serras. Daí, subia uma estrada até *Mugueba*⁸⁶, limite da expansão norte, no rumo baiano reconhecida oficialmente pelos holandeses e registrada por Marcgrave (CASCUDO, 1952, p. 2- 3) (Imagem 50).

Além dos elementos mencionados até então, o mapa de Marcgrave registra ainda a presença de indícios da fixação de colonos no território sergipano, para os quais usam como ícones casas e igrejas.

Na região da *ITAPVÁMA*, casas, currais, plantações são indicados pelos “desenhos quadrangulares ou fingindo morada e fortim”. Outro braço de caminho, atira-se, quase em reta, calcando o varjão, passando rios até Simão Dias. Para Cascudo, “numa situação errada aliás, onde há variante para S. Antônio”. Desce pelo *Taburuçu*⁸⁷, entre *Moiubama*, “varando o boqueirão e voltando a articular-se, depois do estirão em terras brancas de toponimos e cortada pelo Iacareacica, com a estrada que do Sirigi del-Rei” (CASCUDO, 1952, p. 3) (Imagem 50).

⁸⁴Pitanga: Chamado pelos aborígenes hypitanga. Pitanga o mesmo que *piranga*: vermelho, contração de *ybá-pitanga*, fruta vermelha; *hy-pitanga*: água vermelha (GUARANÁ, 1912, p. 318).

⁸⁵Interpreta-se este topônimo como monte, anda que esteja grafado 'A Caçuibuçu', que pode induzir a interpretação diferente, de rio, riacho, o A, como em outros topônimos, significando água, riacho, como em 'A de Boqueirão' (PEREIRA, 2019). Cajaiba (Cajahiba). Acayá-yba: árvore: árvore do cajá, cajazeira (GUARANÁ, 1912, p. 301). A Caçuibuçu = acauíba + açu = cajueiro grande. O nome do povoado no seu sopé pode reforçar essa interpretação, e, ainda, o termo acauí pode ter possivelmente se corrompido em acaíá, cajá (PEREIRA, 2019).

⁸⁶Miaba: Serra. *Mbiaba*: a prisão, o esconderijo (GUARANÁ, 1912, p. 314).

⁸⁷Tapiiruçú = tapii + açu = tapir (o animal mamífero anta) grande (PEREIRA, 2019).

Imagem 50 – Caminhos terrestres que partem de São Cristóvão, Praefectura de Cirii...,Georg Marcgrave, 1647



Fonte: Adaptação da AUTORA, 2019

Buscando realizar um balanço da análise deste mapa, a partir do *Praefectura de Cirii...* é possível perceber que a ocupação de Sergipe d'El Rey apresenta uma expansão da faixa de terra ocupada, ou pelo menos conhecida. Os registros de Marcgrave revelam dois polos de

concentração das marcas construídas, entre o Cotinguiba e o Vaza-Barris, com um adensamento dos pontos ocupados no entorno de São Cristóvão e na região de ITAPVÁMA. Algumas edificações são salpicadas ao longo do caminho do meio, que segue até Seriji Del Rey e a região de ITAPVÁMA. Registra-se ainda um vazio extenso no litoral do Ciriji até o São Francisco.

Entre o Cotinguiba e o Vaza-Barris, está a região densamente habitada. Aí ficam Nossa Senhora de Sozaria, N. S. do Rosário, a residência dos capuchinhos, São Gonçalo, Siriji del Rey, com casario espalhado até Taperagoa, cuja toponímia denuncia “abandono e mistério”. No Comendaroba, currais e moradias.

São representadas cerca de vinte e seis ícones que indicam algum tipo de ocupação humana na capitania de Sergipe d’El Rey. Elas estão localizadas, como já de certa forma era de se esperar, nas proximidades dos rios, ao longo dos caminhos ragados pelo gado. As que aparecem isoladas podem significar a ocupação de algumas poucas famílias; as agrupadas podem significar pequenas comunidades que não foram identificadas por Marcgrave como povoados.

Dos 26 ícones levantados, apenas um localiza-se para além do Vaza-Barris, na altura de seu afluente *Coandî*⁸⁸. Outros quinze estão situados entre os rios Vaza-Barris e Sergipe, três na região de *ITAPVÁMA*, um na foz do rio de Lourenço de Souza, um nas proximidades de Sta. Isabella, quatro salpicados ao longo do caminho do meio, entre o Japarutuba e o São Francisco e mais um na altura do Urubu, margeando o São Francisco. Ademais, identificam-se um acampamento de Tapuias na proximidade da Ilha do Ferro no rio São Francisco e duas aldeias despovoadas, sendo uma nomeada com Taperagoa e a outra sem nome, localizada na altura do Icatú. Estas informações confirmam as perspectivas e movimentos de ocupação indicados nas cartas de sesmarias.

Sobre a marcação de edifícios religiosos, em Marcgrave grande parte está disposta próxima aos pontos mais adensados no território, mas algumas, como a de S. Donna Isabella, se encontra isolada, o que pode indicar a existência de uma pequena comunidade que não recebeu o registro.

Sabe-se que em 1637, quando os holandeses invadiram o território sergipano, já existiam a Matriz de São Cristóvão e diversas capelas dispersas no interior. A partir do mapa de Marcgrave confirmamos a existência da igreja de S. Antonio, provavelmente onde hoje se encontra o atual município de Brejo Grande; a de Sta. Isabel, no povoado de mesmo nome; a

⁸⁸Coandî, termo de origem tupi, combinação de cuandu-ĩ, onde cuandu, o ouriço cacheiro, e ã, água, rio - rio do cuandu, rio do ouriço cacheiro (PEREIRA, 2018).

de Nossa Sra. do Rosário, à margem direita do rio Cotinguiba, possivelmente onde está a cidade de Laranjeiras; a de N. Sra. de Souzaia na mesma margem do Cotinguiba, local da atual cidade de Socorro; a dos Capuchinhos, em Comandaroba; a de S. Antonio junto ao rio Jacarecica, nas proximidades de Itabaiana, local conhecido como Igreja Velha; a de S. Cristóvão na ilha dos Coqueiros; a de S. Gonçalo junto a cidade de S. Cristóvão. Marcgrave registra ainda seis cruzeiros, divididos igualmente às margens do rio Sergipe e na costa entre o Japarutuba e o rio S. Francisco.

As seções anteriores desta tese buscaram analisar o que alguns autores denominam como uma lentidão na ocupação do solo do rio Real ao São Francisco. Como se viu, desde o início da colonização, o território sergipano tornou-se um espaço para pastagem e deslocamento de rebanhos baianos e terras transformadas em uma espécie de zona militar povoada por lutas e destruições mediante as intervenções estrangeiras. Os colonos tiveram dificuldades de se estabelecerem nessa localidade. Estavam isolados, dependendo dos criadores de gado e sob o controle das autoridades baianas.

Mas com o passar do tempo, o gado se espalhava pelas margens dos rios ao longo do território, distanciando-se cada vez mais da sede da capitania. Os produtores de gêneros alimentícios, de igual forma, plantavam em lugares mais afastados de São Cristóvão.

Além de São Cristóvão e outras aglomerações, Marcgrave representa outros pontos que indicam a fixação humana. Entre estes, os engenhos de açúcar constituem, sem dúvida, os mais importantes no sentido de incentivar a ocupação do território (Imagem 51).

Imagem 51 – Detalhes engenhos identificados na carta Praefectura de Cirii...,Georg Marcgrave, 1647



Fonte: Adaptação da AUTORA, 2019

Conforme já mencionado, Sergipe não acompanhou o mesmo surto de desenvolvimento econômico agroexportador do açúcar como nas capitanias vizinhas. Mesmo assim, Marcgrave registra seis complexos e os categoriza de acordo com a sua força motriz e a existência ou não de capela, fornecendo um ícone distinto para cada um dos tipos. Foram identificados três

engenhos de bois na região do Cotinguiba e Comendaroba, sendo apenas um com igreja. Além destes, mais dois engenhos de bois sem igreja são demarcados nas proximidades do rio Icaperangu e um engenho d'água sem igreja na região de ITAPVÁMA (Imagem 51).

Marcgrave não nomeia nenhum destes engenhos. Contudo, nos valendo do Inventário do Patrimônio Cultural do Ciclo da Cana-de-açúcar no Estado de Sergipe realizado pelo IPHAN em 2010, que por sua vez, se amparou na documentação do Arquivo Ultramarino, refere-se a 5 propriedades açucareiras entre os séculos XVI e XVII: Engenho São José, Engenho da Penha, Engenho Bom Jardim, Engenho São Pedro e Engenho São Francisco (IPHAN, 2010, p. 49).

Marcgrave também representou em seu mapa diversos currais, o que vem a endossar a potencialidade da região como produtora e fornecedora de gado. Ao todo são identificados vinte e oito currais. O registro desses elementos auxilia na compreensão da espacialização desta atividade econômica, que, posteriormente, pode ter resultado na formação de outros pontos de povoamento.

As propriedades de criação vão se distribuir no território de Sergipe d'El Rey da seguinte forma: seis currais margeiam o São Francisco, da Ilha do ferro até sua foz; dez salpicam o caminho que parte do reduto Houte Wambis, às margens do São Francisco e segue até a Ponta de S. Maria, passando pela capital São Cristóvão; Na margem sul do Vaza-Barris, mais um curral é registrado próximo a sua foz; dois beiram o rio Sergipe; três são identificados próximos à costa até os coqueiros; e seis na região de ITAPVÁMA.

Apesar das divergências, algumas fontes irão quantificar o número de engenhos e currais existentes em terras sergipanas, é o caso do relatório enviado às autoridades da Companhia das Índias Ocidentais, para dar notícias “sobre as cousas do Brasil e sobre todo o govêrno, províncias, riquezas, habitantes, forças militares, esquadras, mostrando os socorros e reformas de que necessitava”. Ao tratar de Sergipe, Nassau em carta transcrita por Barléu, faz referência a “quatro engenhos, pôsto que de menor custo, quarenta currais de gado e uma vilazinha, que contava cem fogos” (BARLÉU, 1940, p. 332).

Joan Nieuhof em sua *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*, além de apresentar a capital São Cristóvão como cidade “bem construída”, contabilizará em terras de Sergipe d'El Rey “quatro engenhos de cana” e “400 estábulos para o gado”:

Existiu outrora certa cidade, chamada Sergipe d'El-Rei, um pouco mais para cima do Rio Vaza-Barris **em lugar muito desolado**, cidade essa de área extensa, **bem construída, com três boas igrejas e um mosteiro de franciscanos, mas sem fortificação alguma**. Mais para cima dessa cidade, **pode-se ainda ver uma capelinha dedicada a São Cristóvão**, para onde os católicos romanos se dirigem em peregrinações.

Foi esta capitania primeiramente subordinada ao domínio português ou espanhol por Cristóvão de Barros a quem, por tão bons serviços, foram doadas todas as terras entre o pequeno lago de Sergipe e o São Francisco, com amplos poderes para colonizá-las, dentro de certo prazo. Isto fez com que os habitantes da Bahia de Todos os Santos para lá se dirigissem e, dentro de poucos anos, lançada a fundação da cidade, **construíram-se quatro engenhos de cana e ergueram-se cerca de 100 casas, com 400 estábulos para o gado** (NIEUHOF, 1682, p. 19-20, grifo nosso).

Já Francisco de Brito Freire em *Nova Lusitania, História da Guerra Brasileira*, diz que havia nesse distrito “oito engenhos de açúcar, muitas lavouras dos melhores tabacos e manadas grandes de vacas”. Ao tratar da entrada de Bagnolo em Sergipe d’El Rey, descreverá a estrutura urbana da cidade:

(...) **tendo nome de cidade de São Cristóvão**, toma geralmente o de Sergipe, por ser o mesmo do rio que a banha, em doze graus austrais, sem mais barra que para barcos ordinários. Consta de quatrocentos vizinhos, de plaino mas pequeno assento. **Tem igreja matriz, casa de misericórdia, dois conventos e jurisdição de capitania, por se uma das que formam a Nova Lusitânia**. Distante do mar quatro léguas, compreende pela costa quarenta e cinco. Termina-se outras tantas da Bahia, com o Rio Tapicuru ao sul e com o São Francisco ao norte (FREIRE, 1675, p. 407, grifo nosso).

De acordo com Duarte de Albuquerque Coelho em *Memórias diárias da guerra do Brasil* a povoação, com o nome de cidade de S. Cristóvão:

Dista do mar cinco léguas, em altura de 11 graus e um terço da equinocial para o sul, sem porto a não ser o de um rio (por onde se comunica) chamado incorretamente ‘Seregipe’ sendo seu verdadeiro nome ‘Serigp’. Está numa planície e tem tanto de circuito como uma praça; **não chega a 500 fogos. Uma igreja matriz e um convento do Carmo com poucos religiosos; e uma Casa de Misericórdia: num monte próximo, uma Ermida de S. Gonçalo**. Pelo que toca a sua jurisdição, para o norte ao Rio São Francisco 25 léguas e para o sul até ao Rio Itapicuru 20. **Tem oito engenhos de açúcar e muitos currais de gado que ali se dá muito bem por causa dos bons pastos** (COELHO, 1654, p. 411 – 412, grifo nosso).

Durante a presença flamenga na América Portuguesa, percebeu-se claramente o papel desempenhado pela capitania de Sergipe dentro do Império Ultramarino Português: suas terras eram pastos de gado da Bahia e o sustento de seus habitantes. Mas também cabe registrar a importância dos pastos sergipanos para os holandeses, abastecendo as tropas invasoras sediadas no forte Maurício. Ademais, de Sergipe iam os principais mantimentos para a Bahia, os quais passariam a faltar com a permanência e controle deste território pelos holandeses:

Eram os dois distritos de São Francisco e Sergipe de El-Rei os mais abundantes de gado em todo o Brasil, e como o inimigo tinha já por seu o primeiro, procurava tirar o que pudesse do segundo, não só para acrescentar o seu, mas também para ir-nos desfalcando, considerando (e bem) que depressa nos faltaria e à Bahia que também dali se provia; e que se por ventura chegassem nossas armadas, privados deste tão necessário mantimento, não poderíamos sustentar a guerra, assegurando-se na persuasão de que de Espanha não viria todo o preciso, como a ele tinha vindo de Holanda, pois sustentou-se assim mais de seis anos, em que não possuíam um palmo de campo (COELHO, 1654, p. 414-415, grifo nosso).

Ao tratar das estratégias adotadas pelos batavos para fazer “maior guerra” aos portugueses, retirando-lhes a provisão de gado, Duarte Coelho conta que:

Nassau punha todo o cuidado em fazer retirar o gado de Sergipe de El-Rei para Pernambuco. A fim de melhor conseguir isto, ajuntou-se com algumas pessoas, dando-lhes certa quantia por cada cabeça. Julgavam eles com fundamento que assim fazia maior guerra a Bahia, apertando-a mais do que com o sitio antecedente, em que não se tinha podido vedar-lhe a entrada de tanto gado (COELHO, 1654 p. 469, grifo nosso).

Nieuhof também descreve os artifícios utilizados pelos neerlandeses “para hostilizar o inimigo, cortando-lhe o abastecimento e desbaratando-lhe o gado”:

Nessa operação foram bem sucedidas as nossas forças que conseguiram matar mais de 3.000 bois, além de muitos outros que desgarraram para a outra margem do rio. Os que escaparam aos soldados foram transportados pelos habitantes da região para a Bahia de Todos os Santos. **Isso dá idéia da enorme quantidade de gado que esta região então produzia** (NIEUHOF, 1682, p. 20-21, grifo nosso).

O interesse de guardar em “Sergipe uns currais de vacas, havendo outros muitos no Rio Real e Itapicuru, que ficava doze e vinte léguas menos distante da Bahia”, não era decisão acertada para os holandeses, “visto que não convinha expor-nos ao perigo evidente de defender um lugar aberto e sem porto de mar principal, a 66 léguas da Bahia, distância grande para socorrê-la” (COELHO, 1654, p.429).

Nesse contexto, os saques e devastações de que foi alvo Sergipe, pelos conquistadores e fugitivos, fizeram da capitania um deserto, de onde desapareceram completamente o trabalho agrícola e a atrasada vida administrativa iniciada e mantida, sob os esforços dos primeiros colonizadores, contra a vontade dos naturais. Pelos campos pastava o resto do gado, que salvo da vingança dos fugitivos e da cobiça dos conquistadores, servia agora de alimento aos tigres:

“Tudo isso, devastado pelas guerras, deixou de si tristes vestígios, sendo dispersos os habitantes e expulsos para a Baía. O gado remanescente coube ao inimigo, a nós ou à voracidade das onças, e a tal ponto se tornou escassa a tomadia dêle que raros caçadores o buscam” (BARLÉU, 1940, p. 332).

A destruição incetada pelos conquistados é acabada pelos conquistadores, que entregam ás chamas a pequena cidade, devastam os canaviaes e os sítios, incendeiam os engenhos e em vez de protegerem os infelizes abandonados, aquelles cujas forças privaram de acompanhar os seus concidadãos, exortam-nos de seus lares, para, com a miséria e a dor, seguirem a reforçar o exercito fugitivo.

Depois de apagarem os holandezes todo o vestígio de vida, que ainda restava na capitania, e destruírem a pequena riqueza que uma colonização de quarenta e sete anos tinha acumulado, voltam para o rio S. Francisco, sem nella deixar o menor signal de administração publica, que cedo organizada, seguraria os interesses já presos ao norte de S. Francisco. Limitaram-se a effectuar correrias pelo território da capitania, ficando o vestígio de uma completa destruição nos logares por onde passaram (FREIRE, 1891, p. 81).

Deixando as fontes primárias, segundo Feltre Bezerra (1959) em *Ação e efeitos do período nassoviano em Sergipe Colonial*, “os holandeses aqui andaram apenas em correrias, de passagem”.

[O] estilo urbano da colonização intentada pelos invasores jamais poderia medrar a base econômica da produção agrícola. O interior lhes foi inconquistável. Faltaram-lhes para isso as excepcionais qualidades lusas, no jeitão de se mesclar a indígenas, a africanos e de com eles permutar modo de vida, hábito e costumes, num intenso processo transculturativo (BEZERRA, 1959, p. 9, 11).

Em seu pequeno e intenso artigo, Cascudo (1942) analisa o território sergipano ocupado pelos prepostos da Companhia das Índias Ocidentais, para discutir os limites e as possibilidades da existência de uma cultura material deixada pelos flamengos. Ao concluir sua inspeção, considera o mapa de Marcgrave “a denúncia da insignificância da ocupação flamenga em Sergipe. Sua ocupação nunca se positivou numa extensão considerável. Ficou, ocasionalmente, substituindo os moradores portugueses expoliados”.

Apesar de Barléu (1940) em sua *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Mauricio Conde de Nassau [...]* escrever que o Brasil holandês se iniciava do rio Real, incisivamente o autor destaca a não inclusão deste rio por Marcgrave, bem como a redução do território Sergipano às terras compreendidas entre o Vaza-Barris e o São Francisco: “Daquele rio, para o sul, nenhum registro. Era um terço menos do que, no Sergipe português, possuíam os colonos vencidos” (CASCUDO, 1952, p. 5).

Com a fabulosa situação de Itapuama (Itabaiána) o mapa atinge sua máxima em oeste. São 70 quilômetros distantes do mar e já nevoentos, embaraçados, confusos. O limite positivo da expansão chegaria a Sirigí del Rei, num ou noutro assalto. As margens do S. Francisco são indistintamente descritas. A vigilância mais eficiente começava em Penedo. Daí para a foz. Apenas 46 quilômetros. Para cima, a extrema do S. Francisco no mapa oficial alcançará alturas de Piranhas, a 277 quilômetros. É o máximo da notícia holandêsa sobre o grande rio, OPARA, o mar, com história velha e atração constante (CASCUDO, 1952, p. 5-6).

Para Cascudo (1952, p. 6) era essa “a informação total que, da terra sergipana, tinha a Holanda dominadora...”. “CIRIII era terra de ocasional conquista”, e tido como uma “reserva de gado”, “uma terra de saque para o holandês militar”, seu conhecimento geográfico era “mínimo” (CASCUDO, 1942, p. 6).

Tendo atravessado as águas, tinham atravessado a morte. Podiam então criar cidades, salvar povos, refazer o mundo (BACHELARD, 2013, p. 77)⁸⁹.

⁸⁹ BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos**: ensaio sobre a imaginação da matéria. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

6 RETOMADA DA COLONIZAÇÃO: “ESSE MOVIMENTO DE SERGIPE NÃO FAZIA MAIS DO QUE UNIR-SE AO DA BAHIA”.⁹⁰

Após analisar as cartas seiscentistas, o próximo passo será percorrer a documentação das doações de sesmarias emitidas entre 1650 e 1670, que nos trarão muitas informações sobre os movimentos de ocupação do território após a invasão holandesa. Com base na cartografia e relato da época também abordaremos o processo de urbanização de Sergipe sob a ótica da economia açucareira, atividade que, embora não tenha sido a única a se desenvolver no período em terras sergipanas, foi um dos aspectos que posteriormente acelerou seu processo de ocupação. A seriação de mapas permite constatar que, no início do século XIX, os contornos urbanos da capitania mostravam-se muito distintos dos originais. Novas vilas e povoações instalaram-se ao longo de caminhos, sítios rurais e povoados litorâneos, ou mesmo em fronteiras da colonização, onde quase não havia sinal de estruturas oficiais.

Diante das ações bélicas das tropas holandesas e portuguesas empreendidas na capitania de Sergipe d’El Rey, o período que vai de 1637 a 1648, é marcado por desestruturação econômica, social e militar. O desenvolvimento da colonização advindo das atividades criatórias com destaques para o gado, a pequena estrutura militar e a incipiente vida social foram diretamente afetadas pelo enfrentamento entre dois povos na localidade. As estratégias militares utilizadas resultaram na destruição de fazendas e matanças de gado, incêndio a prédios e documentos da capital sergipana, provocando fuga de moradores para outras localidades.

Com a retomada portuguesa, a Coroa começou a elaborar e dotar, paulatinamente, estratégias de caráter socioeconômico e militar para a capitania com objetivo de garantir domínio e exploração colonial. Para recompor o desenvolvimento econômico do território de Sergipe d’El Rey, mais uma vez, recorreu-se à prática de entregar a terceiros a tarefa da recuperação, como a doação de sesmarias que garantiria a conquista, segurança e consequentemente recolhimento de impostos. Essas novas propriedades vinham com a condição de reorganização, defesa do território contra inimigos externos e internos e revigoração do comércio entre as capitanias da América portuguesa.

Luís Siqueira (2016) em *HOMENS DE MANDO E DE GUERRA: capitães mores em Sergipe del Rey* salienta que a continuidade da política de doações para atividades criatórias em Sergipe d’El Rei contribuía como umas das soluções, diante dos agravantes pelo qual a Coroa portuguesa passava na segunda metade do século XVII: finanças deficitárias, contingente

⁹⁰ Felisbello Freire (1998) em *História Territorial de Sergipe* ao se referir ao movimento de colonização da capitania de Sergipe d’El Rey.

populacional diminuído e exército debilitado e mal treinado. Assim, o interesse em reorganizar Sergipe d'El Rey começou pelo incentivo às atividades agrícolas e criatórias e ocorreu com determinação de cunho material e militar, com a reedificação de São Cristóvão, destruída durante o domínio holandês.

Ainda segundo o autor, tal opção tinha uma razão de ser: o fato de a cidade estar localizada em um ponto elevado e de fácil estratégia de defesa caso uma nova invasão ocorresse. A partir dessa medida, já começa a aparecer o modelo de defesa planejado para a capitania, não de fortificação, mas de vigília das costas, vales, estradas e cidade. Na sua ótica, seria importante também a manutenção da população na localidade, ocupando as áreas destinadas para criações e plantações. A pecuária continuou a se expandir. Dessa forma, doando sesmarias como passo inicial, a Coroa garantia que os colonos dessem continuidade ao processo de expansão colonial (SIQUEIRA, 2016, p. 84).

Com o intuito de ampliar o entendimento das interrelações entre as atividades produtivas coloniais, a historiadora Maria Yedda Leite Linhares (1996) em *Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil (Séculos XVII e XVIII)*, buscou estabelecer vinculações entre a pecuária desenvolvida no interior do Brasil e as economias destinadas à exportação ocorridas no litoral, trazendo esclarecimentos sobre as economias locais, evidenciando um mercado interno no qual a “indústria do criatório” tinha um papel central. A autora salienta três aspectos da economia rural da Colônia que integravam a um macro-modelo:

(...) torna-se fundamental o papel que cabe à produção de alimentos a baixo custo a qual se deve associar, de algum modo, a criação de animais, de pequeno, médio e grande porte. Por outro lado, tanto nas fazendas de criação extensiva quanto nas áreas reservadas às culturas comerciais, tanto para exportação quanto para o mercado interno, é decisivo também o espaço ocupado, no primeiro caso, pela produção de alimentos no sistema de roça, e, nos outros dois casos, a pequena criação para o consumo local, sobretudo aquela que se localiza tão persistentemente e destinada ao mercado urbano (...) (LINHARES, 1996, p. 8).

Nesse contexto, a existência de um mercado interno importante na Capitania de Sergipe, foi capaz de fazer com que regiões inteiras se voltassem para o abastecimento, permitindo ao grupo detentor dos meios de produção o acúmulo de riqueza, esta em alguns momentos, superior àquela oriunda dos produtos destinados ao mercado externo. Segundo Anderson Pereira (2014) o gado em Sergipe no século XVIII foi uma das medidas de riqueza, ter gado constituía um importante diferencial entre seus possuidores. Pois, a riqueza ainda estava associada à sua posse.

Voltando às doações de terra concedidas entre 1650 a 1670, buscamos dar continuidade a investigação da dinâmica espacial das doações de sesmarias na capitania de Sergipe d'El Rey após as invasões holandesas. Destaca-se a dificuldade no levantamento destas fontes,

espalhadas entre diversos fundos documentais e arquivos tanto em Portugal como no Brasil. Contudo, tivemos dois aportes que auxiliaram no acesso a estas fontes. Felisbelo Freire (1998) cita a existência destes documentos e aborda como os donatários iam se distribuindo cronologicamente, mas sem que esta informação fique muito clara. Mas é Luis Siqueira (2016) quem vai mencionar a existência da Coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Localizamos este material, acessamos cada carta e, a partir daí, foi-se compondo esta parte do texto.

A Coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, conforme consta no site desta Instituição é,

uma das mais antigas publicações nacionais especializadas na divulgação sistemática dos grandes corpos de fontes documentais da nossa história. Seus 112 volumes, trazem a transcrição de documentos oficiais dos governos de Portugal e do Brasil, na quase totalidade referentes ao período colonial, tais como alvarás, correspondência de governadores, doações, forais, livros administrativos, leis, mandatos, ordens régias, patentes, provimentos seculares e eclesiásticos, regimentos etc. quase todos referentes aos séculos XVI a XVIII (BNDIGITAL, 2014).

Cinco volumes desta coleção irão tratar das doações de sesmarias registradas em Sergipe d'El Rey entre as décadas de 1650 e 1670. Neles, destaca-se o detalhamento dos dados sobre o registro da carta, explicando o trâmite que o pedido seguiu até receber o aval da autoridade competente pela doação. O que oferece uma noção da estrutura organizacional e hierárquica dos poderes envolvidos. As informações do provedor também são importantes por demonstrarem a atuação da fiscalização das terras e do cumprimento das exigências feitas aos sesmeiros.

Algumas exigências são recorrentes nas cartas analisadas, como o pagamento do “Dizimo a Deus que pagará dos frutos que nelas houver”, necessidade de demarcação das terras sem prejudicar a terceiros, permitir que outras pessoas passem pelas terras, o mesmo que “dar caminhos livre”. Em épocas de consolidação de aldeamentos indígenas, quando sesmarias eram concedidas em áreas nas quais viviam grupos indígenas, era obrigatório que se concedessem uma légua quadrada a estes grupos para sua sobrevivência.

De acordo com as peculiaridades locais e eventuais conflitos, as exigências mudavam e essas mudanças dão pistas sobre o uso da terra, a relação entre os confrontantes e a relação com as autoridades responsáveis pela fiscalização das sesmarias. O cumprimento das exigências era fundamental, pois somente a partir da comprovação era possível requerer ao rei a confirmação da sesmaria que também estava condicionada ao uso produtivo.

A partir da análise dos registros apresentados na coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, foram identificadas 17 concessões solicitadas por moradores da capitania.

Com base nas justificativas apresentadas pelos sesmeiros, percebe-se que os tamanhos dos lotes variavam de acordo com a necessidade da localidade. Por exemplo, a extensão dos lotes doados em áreas com a presença do “gentio bravo”, era maior do que em áreas densamente povoadas. Grande parte dos requerentes mencionam possuir gado e precisarem de mais terras para expandir a criação especialmente no sertão.

Outra justificativa recorrente refere-se às terras devolutas, ou seja, não aproveitadas pelo antigo sesmeiro. As cartas de sesmarias acessadas são apresentadas na íntegra seguido o padrão de informações já apresentado. Na Coleção, tivemos acesso a alguns registros de carta, que seria a confirmação da doação, este é mais conciso, trazendo os principais dados que atestam a concessão. No quadro que se segue, apresenta-se os dezessete registros, cujo texto provém de extrações e grifos realizados por mim (Quadro 28).

Interrompido pelos anos de lutas contra os holandeses, o ritmo da expansão colonizadora é retomado com a doação de sesmarias, sendo uma das primeiras a de Manoel Velho de Miranda, em 1653. Grande número de doações foram feitas, e eram os sesmeiros, em sua maioria, pessoas desmobilizadas da luta contra os holandeses. Percebe-se através das áreas doadas, a orientação política da metrópole em preencher os espaços vazios do território que haviam facilitado a penetração do invasor (NUNES, 1996, p. 17).

Nas últimas décadas do século XVII, a crise que envolveu o Império português no Oriente, ante a concorrência de ingleses e holandeses, deslocaria grande contingentes de imigrantes para a colônia. À capitania de Sergipe d’El Rey chegaram muitos deles que receberam sesmarias, identificaram-se com a terra, tornando-se o tronco de famílias que se projetariam no século seguinte, como Domingos da Cruz Porto Carreiro, Manoel da Rocha Pitta, Pedro de Abreu Lima, Francisco Gomes de Abreu Lima, dentre outros (NUNES, 1996, p. 17).

Quadro 28 - Distribuição de sesmarias entre as décadas de 1650 e 1670

<i>DOAÇÕES DE SESMARIAS – entre as décadas de 1650 a 1670</i>				
<i>1 légua = 6.600ms/ 1 légua² = 4.356ha</i>				
ANO	SESMEIRO	LOCALIDADE	JUSTIFICATIVA	DIMENSÕES
1653	MANOEL VELHO DE MIRANDA	A COMEÇAR ONDE ACABAVA A SESMARIA DE ANTONIO CARDOSO DE BARROS. DO JAPARATUBA ATÉ O SÃO FRANCISCO E AS SOBRAS QUE HOVER ATÉ A ILHA DO OURO.	SERVE A SUA MAGESTADE HÁ 19 ANOS. HÁ TRÊS ANOS COMO OUIDOR E PROVEDOR DESTA CAPITANIA SEM ORDENADO. PEDE TERRAS PARA O POUCO DE GADO QUE TEM.	ATÉ 6 LÉGUAS ²
1657	FELIPA PEREIRA, LICENCIADO JERONIMO DE BURGOS, ANDRE GONÇALVES INCHADO	CABECEIRAS DE SALVADOR DIAS, MANOEL CURVELLO E DOMINGOS FERNANDES QUARESMA RIO VASA BARRIS, JURUMOABA	VIÚVA DE ANTONIO CAMELLO PEGAS MORREU OCCUPADO NO SERVIÇO DE SUA MAGESTADE.	15 LÉGUAS ² 5 LÉGUAS ² PARA CADA UM

1658	MESTRE DE CAMPO NICOLÁO ARANHA PACHECO E OS CAPITÃES FRANCISCO DE BRÁ, DAMIÃO DA ROCHA E BALTHAZAR DE FARIA	COMEÇANDO AS PRIMEIRAS OITO LÉGUAS DO RIO DAS CABAÇAS PELO SÃO FRANCISCO ACIMA, E OITO DE LARGO.	MORADORES NESTA CIDADE DO RIO SÃO FRANCISCO. HOMEM DE CABEDAL, PEDE TERRAS PARA SE TRAZER GADO.	16 LÉGUAS ²
1658	CAPITÃO FRANCISCO DE BRÁ, DAMIÃO DA ROCHA E BALTHAZAR DE FARIA	POR DETRÁS DA SERRA DE PERAJA, COMEÇANDO DUAS DO PICO MAIS ALTO DA DITA SERRA PARA BAIXO, OUTRAS DUAS PARA CIMA E CINCO PARA O SERTÃO	MORADORES DESSA CIDADE E DO S. FRANCISCO. PESSOAS DE CABEDAL, PEDEM TERRAS DEVOLUTAS, PARA PASTOS DE GADO E OUTRAS CRIAÇÕES.	4 LÉGUAS ²
1654	PADRE ANTONIO PEREIRA	PELO RIO S. FRANCISCO ACIMA AO SERTÃO DA BANDA DO SUL. TODA TERRA QUE SE ACHAR DA BARRA DO SALITRE NO LUGAR DONDE SE METE NO RIO S. FRANCISCO, ATÉ ENTESTAR COM A BAHIA, INCLUINDO A NASCENÇA DO RIO TAPECURU E AS SERRAS DE TIGIPILHA E JACOBINA. A MAIOR PARTE DESTA TERRA É DE CAATINGAS SECAS SEM ÁGUAS NEM PASTOS E NÃO SE PODE POVOAR MAIS QUE A TERRA QUE TIVER PASTOS.	HOMEM DE CABEDAL, COM DISPENSA DE MUITA FAZENDA E RISCO DE SUA VIDA POVOOU ESTA CAPITANIA COM MUITO CURRAIS DE GADO, CAVAGALDURA, NEGROS E HOMENS BRANCOS. E DE NOVO LHE FAZ GRANDE SERVIÇO EM POVOAR UMA TERRA TÃO LONGE E HABITADA DE SELVAGEM.	20 LÉGUAS ²
1657	PADRE ANTONIO PEREIRA, CAPITÃO GARCIA DE AVILLA, CAETANA (CATTERINA) FROGAÇA (FOGAÇA), FRANCISCO DIAS DE AVILLA E BERNARDO PEREIRA	PELO RIO DE SÃO FRANCISCO ACIMA SEGUINDO PARA O SERTÃO DA BANDA DO SUL, ATÉ JUNTAR COM A DOAÇÃO DE 08.04.1654, ATESTANDO COM A BAHIA.	PESSOAS DE GRANDE CABEDAL QUE PRETENDEM CONTINUAR A POVOAR DE GENTE BRANCA, TERRAS HABITADAS SOMENTE DE INDIOS DE DIVERSAS NAÇÕES.	10 LÉGUAS ² PARA CADA UM
1658	CAPITÃO FRANCISCO DE BRÁ, MESTRE DE CAMPO NICOLÁO ARANHA PACHECO E DESEMBARGADOR CHRISTOVÃO DE BURGOS, ANTONIO PEREIRA MARINHO E GONÇALO BRAS DE CARVALHO	ALÉM DO SÃO FRANCISCO, COMEÇANDO EM GRASERÚ PELO RIO PAJAU ACIMA A RUMO DIRETO E UMA DE LARGO PARA A BANDA DA SERRA ITEPAN	TERRAS DEVOLUTAS ALÉM DO SÃO FRANCISCO PARA GADOS E CAVALGADURAS.	20 LÉGUAS ²
1660	CAPITÃO FRANCISCO RABELLO DE MORAES (CAVALLEIRO DA ORDEM DE CRISTO), ANTONIO GOMES LEITÃO	COMEÇANDO DO JAGUARYASU, SEGUINDO SEU RUMO DIREITO PARA O SERTÃO ATÉ AO ESTE E SEIS DE LARGO COMEÇANDO NA PONTA DE DETRO DA TABANGA, DUAS LÉGUAS CORRENDO PARA O SUL ATÉ TESTAR COM A NASCENÇA DO JAPARATUBA GRANDE.	TERRAS DEVOLUTAS PARA GADOS E CAVALGADURAS	10 LÉGUAS X 6 LÉGUAS

1660	CAPITÃO ANTONIO DE SOUZA DE ANDRADE, BENTO BARBOSA SOARES, MIGUEL SOARES DE MAIA E JOÃO DE MATTOS DA SILVA	NO RIO SÃO FRANCISCO DA BANDA DO NORTE NAS MARGENS DAS DATAS DOS CAPITÃES FRANCISCO DE BRAN, DAMIÃO DA ROCHA, ANTONIO DO SOUTO DE MACEDO.	PESSOAS COM CABEDAL BASTANTE PARA POVOAR E APROVEITAR TERRAS COM OS SEUS GADOS VACCUM E CAVALLAR E MAIS CRIAÇÕES.	4 LÉGUAS ² PARA ANTONIO DE SOUZA E 2 LÉGUAS ² PARA OS DEMAIS
1663	CAPITÃES ANTONIO GUEDES E BERNARDO VIERIA RAVASCO	NASCENÇA DO TAPICURI ATÉ O RIO SÃO FRANCISCO, E POR ELA ACIMA TANTAS LÉGUAS QUANTAS HÁ A DE PARAGUASSÚ.	PESSOAS COM BASTANTE CABEDAL PARA POVOAR TERRAS DEVOLUTAS ONDE HABITAM OS TAPUIAS NO MAIS INTERIOR DO SERTÃO, PARA CRIAÇÕES DE GADO E ROÇARIAS.	
1664	CAPITÃO MANUEL DA ROXA PITA	NO RIO VAZA-BARRIS DA BANDA DO NORTE, METADE PARA CIMA E METADE PARA BAIXO, FICANDO UM RIBEIRO QUE SE CHAMA PIABUSSU NO MEIO, O QUAL SE METE NO VASABARRIZ, DEFRENTE ONDE O SUPPLICANTE FAZ SUAS LAVOURAS EM TERRA DE ARRENDAMENTO. E A TERRA QUE HOVER DO DITO VASABARRIZ ATÉ A ESTRADA DA TABAIANNA, QUE É PELO DITO PIABUSSU. 1 LEGUA E POUCO.	MORADOR DA CAPITANIA A 17 ANOS, CASADO E COM 6 FILHOS. UM DOS PRIMEIROS QUE POVOARAM DEPOIS DE RESTAURADA AQUELA CIDADE DO PODER DOS HOLANDESES.	½ LÉGUA ²
1665	BALTHAZAR LOURENÇO PACHECO E SEU IRMÃO PACHECO E JOSE LEITÃO DE BARROS	RIO SERGIPE DA BANDA DO SUL, NAS CABECEIRA DE JOÃO DA ROCHA VICENTE QUE ORA SÃO DE MANOEL DA ROCHA DE SIQUEIRA.	SOLICITAM TERRAS DEVOLUTAS DE SEU BISAVÔ ANTONIO VAZ DE JABOATAM QUE DELAS FEZ UM ENGENHO E LHE FALTAM TERRAS PARA LENHAS , E ONDE POSSA LAVRAR CANNAS E SEUS LAVRADORES, ACOMMODAR SEUS GADOS, PARA A FABRICA DO DITO ENGENHO QUE CARECE DE PASTOS DE GADO VACCUM E CAVALLAR.	2 LÉGUAS ²
1665	BALTHAZAR LOURENÇO PACHECO	RIO SERGIPE PARA A PARTE DO NORTE. TODA AS PONTAS E ENSEADAS QUE SE ACHAREM FÓRA DA DITA DATA, ASSIM DA PARTE DO NORTE, COMEÇANDO A CORRER DA BARRA DO TAPOCAHI PARA BAIXO MEIA LÉGUA.	COMPROU UMA SORTE DE TERRA A DIOGO VELHO ROMEIRO. TERRA QUE ELE AS APROVEITOU DE OITO ANOS PARA CÁ. ATUALMENTE A ESTÁ CULTIVANDO E ARRENDANDO A VÁRIAS PESSOAS E TEM SEUS GADOS E MAIS CRIAÇÕES.	½ LÉGUA ²
1665	PEDRO D'ABREU DE LIMA	MATTAS E SERRAS CHAMADAS ATAMBAGUA (ASPERA E MONTUOSA), ATÉ ENTESTAR COM DOMINGOS DA CRUZ PORTO CARREIRO, CORRENDO PARA O SERTÃO, PELA PARTE DO SUL CORRENDO PEAS CABECEIRAS QUE FORAM DO SOGRO ATÉ PAULO ANTONIO FREIRE.	MORADOR DO SÃO FRANCISCO. FAZER PASTOS DE GADO E PLANTAR MANTIMENTOS PARA SUSTENTO DOS CURRAIS , QUE JUNTO A ELA FORAM DOADAS AO SEU SOGRO ANTONIO CARDOSO DE BARROS.	3 LÉGUAS ²

1665	DOMINGOS DIAS	HERANÇA DE FELIPPA E JOANNA TELLES NAS CABECEIRAS DE GASPAR DE SOUZA AO LONGO DO RIO SERIRI	TERRAS QUE COMPROU PARA PASTO DE GADO.	1 LÉGUA ²
1665	SEBASTIÃO DA SILVA	TEM FEITO CURRAL AO LONGO DO RIO SERIRI DA BANDA DO SUL, E DIZEM SER DADAS A ANTONIO D'AZEVEDO EM CABECEIRAS DE GASPAR DE SOUZA. FICANDO O CURRAL EM MEIO OU PARA ONDE MELHOR ESTIVER.	HOMEM DE POSSO QUE AJUDA A POVOAR FAZ MUITO TEMPO COM MUITO GADO CACCUM E CAVALLAR, CASAS ONDE TINHA HOMEM BRANCO E NEGROS. ANTONIO D'AZEVEDO ESTÁ POVOANDO OUTRA DATA E NÃO TEM POSSES PARA APROVEITAR ESTA.	1 LÉGUA ²
1670	MATHEUS MARINHO LEÃO	CABECEIRAS DA VARGEM DE BELCHIOR DIAS BARBOSA, QUE FOI DADA A GASPAR DE AMORIM.	TEM CABEDAL PARA PODER POVOAR E PEDE SOBEJOS DE TERRAS PARA PODER CULTIVAR SUAS LAVOURAS E CRIAR GADO VACCUM E OUTRAS CRIAÇÕES.	5 LÉGUAS ²

Fonte: Coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional (1930 a 1934), adaptação da AUTORA, 2019

Felisbelo Freire (1998) em sua *História Territorial do Brasil*, com base nos alvarás de doação, ampliará o recorte das concessões de sesmarias até a década de 1690. Apesar de apresentar esses documentos de maneira simplificada em notas de rodapé, a indicação do solicitante, data do Alvará, localização e os confrontantes da semaria, nos traz claramente a espacialização dos fluxos migratórios empreendidos pelas frentes colonizadoras para estabelecer o domínio português nos espaços ainda não conquistados ou desconhecidos da capitania de Sergipe d'El Rey. Os dados apresetados por Freire, motivaram a construção de mais um quadro, entretanto, a superficialidade das informações quanto às justificativas alegadas pelos requerentes, ocasionaram a supressão deste elemento no quadro abaixo (Quadro 29).

Quadro 29 - Distribuição de sesmarias entre as décadas de 1650 e 1690

DOAÇÕES DE SESMARIAS – entre as décadas de 1650 a 1670			
1 légua = 6.600ms/ 1 légua² = 4.356ha			
ANO	SESMEIRO	LOCALIDADE	DIMENSÕES
1669	CHRISTOVAM DE BURGOS, PEDRO GARCIA PIMENTEL, MANUEL DE COUTTO DESSA, HIERONIMO DA COSTA TABORDO E ANTONIO RODRIGES	TERRAS DEVOLUTAS ENTRE O RIO VAZA-BARRIS E SERGIPE, DE UMA BANDA E DA OUTRA INDO PELO SERTÃO ADENTRO, E PARA A PARTE DO SÃO FRANCISCO.	30 LÉGUAS ²
1673	FRANCISCO RABELLO DE MACEDO E SEUS FILHOS FRANCISCO RABELLO, D. MARIA E D. IGNACIA	NOS CAMPOS DO POENTE DESTA CIDADE NO SERTÃO, ADIANTE DA DADA DE AMARO HOMEM DE ALMEIDA, PARA O SUL OU PARA QUALQUER DOS LADOS. A COMEÇAR DA TABANGA, ATÉ ENCONTRAR AS CABECEIRAS DO JAPARATUBA.	6 ½ LÉGUAS ²
1672	PANTALEÃO DE SOUZA	2 ILHOTAS CERCADAS DE MAR NO VAZA-BARRIS PARA A CIDADE, Á ESQUERDA PARA PONTA DO LESTE, COM TERRAS DO CEL. FRANCISCO GIL D'ARAUJO, CHAMADA A PONTA GROSSA DO TINHARÉ, METENDO-SE O RIO SALGADO NO MEIO, E PARA O POENTE PELO RIO SALGADO DO VAZA-BARRIS.	600 BRAÇAS DE COMPRIMENTO E 400 DE LARGURA E MAIS 250 BRAÇAS COM UMA ESTRADA DE PERMIO, COM TODAS ÁGUAS E MATTOS.

1678	CAPITÃO JOSE DA COSTA DE FARIAS E PASCHOAL DA COSTA	RIO VAZA-BARRIS ACIMA ATÉ O RIO DAS PEDRAS, CORRENDO PARA ELE ACIMA, ABRAÇANDO O BOQUEIRÃO DA GUALHAIBA, QUE FICA PARA O NORTE NAS CABECEIRAS DOS SEUS ANTEPASSADOS.	2 LÉGUAS ²
1678	CAPITÃO BELCHIOR D'AFFONSECA SARAIVA, FRANCISCO DIAS PREGO E O DESEMBARGADOR JOÃO DO GOES ARAUJO.	ENTRE O RIO VAZA-BARRIS E LAGARTO, COMEÇANDO NAS CABECEIRAS DE JOÃO DE AGUIAR VILLAS BÔAS. CORTANDO PELAS CABECEIRAS DAS DADAS DE MORADORES DO LAGARTO, ATÉ O VAZA-BARRIS, E PELO RIO ACIMA ATÉ INTESTAR COM OS PRIMEIROS CURRAIS DE FRANCISCO DAS D'AVILLA.	5 LÉGUAS ²
1679	CAPITÃO GASPARE PEREIRA DE MAGALHÃES	PARTE PELO RIO JACOCA ATÉ A SERRA NEGRA, CORRENDO PELO RIO SERGIPE, ATÉ TOCAR EM OUTRAS SESMARIAS.	3 LÉGUAS DE COMPRIDO X 1 LÉGUA DE LARGO
1684	CAPITÃO DO MATTO ANTONIO FERNANDES, ANTONIO CABRAL TRAVASSOS, CAPITÃO ANTONIO DA FONSECA DORIA, ANTONIO DA COSTA E ANDRE, DISTRIBUIDOR E CONTADOR LEANDRO E CORRÊA DE VASCONCELLOS E SEBASTIÃO DA CAMARA	SOBEJOS DE TERRA ENTRE O RIO PIAUHY E AGOA BRANCA, FICANDO PIÃO NA TERRA QUE HOUVER NO MEIO PARA O SERTÃO, E ENTRE A SERRADA TABANGA E A NASCENTE DO RIO SERGIPE, ATÉ INTESTAR COM TERRAS DOS RELIGIOSOS DE NOSSA SRA. DO CARMO, E NA TAPERA, QUE FOI MOCAMBO DE GUNZA, CERTANDO PARA O RIO DO OURO, FICANDO OS MOCAMBOS, SERVINDO DE PIÃO.	2 LÉGUAS DE COMPRIDO X 1 LÉGUA DE LARGO A CADA UM
1686	PEDRO CARRILHO D'ANDRADE	TERRAS DEVOLUTAS AO LONGO DA CATINGUIBA, PARTE DO SUL, COMEÇANDO DA BARRA DO COMENDARROBA, PELO RIO ACIMA, ANTERIORMENTE DADA A MANOEL RODRIGUES EM 1602.	1000 BRAÇAS ²
1690	CAPITÃO SALVADOR DE TAVORA, CAPITÃO GONÇALO DA ROCHA SERRÃO, PEDRO SERQUEIRA BARBOSA, LUIZ DE TAVORA VALADÃO, MANOEL RODRIGUES CASTRO E BARTHOLOMEU VIEIRA	PELO RIO VAZA BARRIS ACIMA E ABAIXO, ENTRE AS CABECEIRAS DOS MORADORES DE ITABAIANA, OS DE GEREMOABO, E OS DO RIO SÃO FRANCISCO.	24 LÉGUAS ² 4 LÉGUAS ² PARA CADA UM
1691	CAPITÃO PEDRO BARBOSA LEAL	NO JACARÉ-MIRIM ENTRE O RIO SERGIPE E O DE JAPARATUBA GRANDE, COMEÇANDO NAS CABECEIRAS DE LOURENÇO DE BRITO DE FIGUEIREDO CORRENDO PARA O SERTÃO NO CUMPRIDO.	4 LÉGUAS ²
1691	PAULO DE MATTOS	NO JACARÉ MIRIM, ENTRE O RIO SERGIPE E O JAPARATUBA GRANDE, COMEÇANDO A CORRER DE ONDE ACABAR A SESMARIA DO CAPITÃO PEDRO BARBOSA LEAL, COM O CUMPRIMENTO PARA O SERTÃO.	4 LÉGUAS ²
1692	ALFERES DIOGO NUNES DA MOTTA	ENTRE O RIACHO DO SUCO DO CIPÓ QUE NASCE NA DITA SERRA DAS ILHOTAS E FINDA NAS SERRAS DAS CAJINDAS, COMEÇANDO DO FUNDO DAS CANDEAS E VÃO BUSCANDO O RIO SERGIPE ATÉ O SERTÃO.	NÃO MENCIONADO
1695	LEONOR PEREIRA MARINHO E SEU FILHO GARCIA D'ÁVILA PEREIRA	NO PONTA DA SERRA DE PIAGUI QUE CORTA PARA O RIO JACARECICA, CORRENDO PARA O NORTE ENTRE O VASABARRIS ATÉ TOPAR UMA E OUTRA BANDA.	NÃO MENCIONADO
1698	MARIA TEIXEIRA	NOS SERTÕES O RIO SÃO FRANCISCO, NO RIACHO DA ILHA DO OURO, FICANDO O DITO RIACHO NO MEIO, COMEÇANDO DA PRIMEIRA CACHEIRA.	4 LÉGUAS DE LARGO X 1 LÉGUA DE COMPRIDO
1698	ANGELA DA ROCHA FERREIRA	RIO SÃO FRANCISCO, NO RIACHO DA ILHA DO OURO, COMEÇANDO A DEMARCAR-SE ONDE ACABA A DADA DE DOMINGOS DA ROCHA TEIXEIRA.	4 LÉGUAS DE LARGO X 1 LÉGUA DE COMPRIDO
1698	DOMINGOS DA ROCHA TEIXEIRA	NOS SERTÕES DO RIO SÃO FRANCISCO, NO RIACHO DA ILHA DO OURO, FRONTEIROS AS TERRAS DE MARIA TEIXEIRA E ALFERES JOÃO VIEIRA, NO SÍTIO DO BURACO, CORRENDO PARA O POENTE COMEÇANDO NO MEIO DO RIACHO, ONDE ACABA GONÇALO DE SOUZA FERREIRA.	4 LÉGUAS DE LARGO X 1 LÉGUA DE COMPRIDO
1698	JOANA DA ROCHA FERREIRA	NO SERTÃO DO RIO SÃO FRANCISCO, NO RIACHO DA ILHA DO OURO, COMEÇANDO ONDE ACABA ANGELA DA ROCHA TEIXEIRA.	4 LÉGUAS DE LARGO X 1 LÉGUA DE COMPRIDO
1698	ALFERES MANOEL DE SOUZA	NO SERTÃO DO RIO SÃO FRANCISCO, NO RIACHO DA ILHA DO OURO, CONFRONTANDO COM AS TERRAS DE MARIA TEIXEIRA, NO SÍTIO DO BURACO, CORRENDO PARA O POENTE.	4 LÉGUAS DE LARGO X 1 LÉGUA DE COMPRIDO
1698	GONÇALO DE SOUZA	A COMEÇAR ONDE ACABA O ALFERES MANOEL DE SOUZA.	4 LÉGUAS DE LARGO X 1 LÉGUA DE COMPRIDO

Fonte: FELISBELO FREIRE, 1898, adaptação da AUTORA, 2019.

Assim, durante o século XVII, a colonização estendeu-se por quase toda a extensão da capitania, a começar pelo entorno do rio São Francisco. Ao longo do grande rio, segue rumo ao sertão, passando pela Ilha do Ouro até transpor a Serra Negra, no sentido marítimo, vara a Tabanga até o Japarutuba. Da Tabanga segue pelo interior até a nascente do Sergipe.

Grande parte as terras dos sertões sergipanos foram recebidas pela Casa da Torre para a expansão dos rebanhos. Conforme já mencionado, seu interesse pelas pastagens locais remonta à expedição de Luís de Brito em 1575, quando Garcia D'Avila, seu patriarca, recebeu a incumbência de fundar uma povoação nas margens do rio Real. Após a expansão dos holandeses, ao contrário das pequenas áreas que haviam recebido, os membros da Casa da Torre receberam extensos lotes. Ao Padre Antônio Pereira, em 1665 foram dadas vinte léguas quadradas de terra, doação confirmada em 1659. Na mesma ocasião, juntamente com Catarina Fogaça, o Padre Francisco Dias d'Ávila o Padre Antônio Pereira teria recebido mais dez léguas quadradas das quarenta contínuas recebidas e divididas igualmente entre eles.

Essas doações estendiam-se pelos sertões ocidentais alcançando o São Francisco, seguindo por suas margens até atingirem as terras do Morgado de Porto da Folha, que engloba a ilha de São Pedro de Porto da Folha de grande atuação indígena, local de Pedro Gomes Castelo Branco, doadas anteriormente ao seu instituidor, Pedro Gomes, que tomara parte na luta contra os holandeses (NUNES, 1996, p. 18). Outro lote destacado pela extensão seria adquirido em 1669 pelo Desembargador Cristóvão de Burgos, Pedro Garcia Pimentel, Manuel de Couto, Dessa Hierônimo da Costa Taborda e Antonio Rodrigues, “pessoas que têm cabedal para aproveitar”as:

(...) trinta legoas de terra de pasto que estiverem juntos, ou divididos, e como se acharem, reservando mattas e catingas desde o Rio Sergippe athe o Vazabarris, e por eles assima athe entestar com as terras povoadas... da demarcação de Serranegra e cabeceyras do Rio de Sergippe, de hua banda e de outra, caminhando pelo Certão dentro, e de largo, desde o dito Vazabarris, athe o de Sergippe, e para a prte do Rio de São Francisco, athe entestar com as cabeceyras das terras, que possui o Tenente Pedro Gomes, e outros hereos; (FREIRE, 1871, p. 421-422).

Como o São Francisco, o Vaza-Barris continua a povoar-se. Em *Piabussú*, terras são doadas ao capitão Manoel da Rocha Pitta, que importantes serviços, prestou na expulsão dos Holandeses, sendo um dos primeiros a povoar a capitania depois da retomada portuguesa, justificativa que passa a ser recorrente nesses novos pedidos e confirmações. Pelo Vaza-Barris, o fluxo de ocupação chega a Geremoabo (FREIRE, 1998, p. 294, 297).

A situação da capitania, contudo, era de estagnação. A Coroa portuguesa, a todo momento, buscava meios para torná-la próspera, mas a implementação das ações demorava muito, como a reconstrução da capital, São Cristóvão. Contudo há de se destacar um fato que

guarda relação direta com a história urbana de Sergipe. Um dado chamou a atenção nas concessões de sesmária desse período: a pressa e o cuidado da Coroa portuguesa em repovoar o termo da cidade de São Cristóvão. Desse modo, o solicitador que recebesse lote dentro do limite do termo da cidade seria bonificado com privilégio de não pagar “foro nem tributo algum e somente dizimos que se deve ordem de nosso senhor Jesus Cristo, com as condições e obrigações do foral dado das terras na forma da Ordenação do quarto Livro das Sesmarias”⁹¹.

Esse cenário um tanto caótico da capitania que contava com poucas edificações públicas, ausência de um quadro militar regular, tensões no relacionamento político entre os governantes locais, dentre outros, preocupava os administradores e fez com que a Coroa portuguesa apertasse as rédeas administrativas da localidade. E havia três razões fortes para isso: primeiro, Sergipe d’El Rey era local de criação de gado e contribuía com o abastecimento do mercado colonial, se projetando inclusive no o circuito comercial transoceânico; estava situada entre as duas capitanias mais expressivas do Estado do Brasil; e, terceiro, era local de possível existência de minério de prata. Essa posição fazia com que a capitania fosse considerada e entrasse no rol das prioridades do reino (SIQUEIRA, 2016, p.93).

A economia da pecuária, além de garantir posse do território, também contribuiu, de forma indireta, com a defesa militar da capitania, pois quando o número de soldados era insuficiente ou demorasse a chegar a São Cristóvão, eram os curraleiros que faziam a proteção da capital sergipana (SIQUEIRA, 2016, p. 54). O mesmo movimento de colonização operava-se pelos rios Sergipe e Cotinguiba, dando à propriedade particular quase toda a extensão dos vales destes rios.

As lendas acerca da existência de metais e pedras preciosas, levaram os colonizadores sertanistas para o interior da capitania, efetivando a ocupação do *hinterland* sergipano, conforme pode-se verificar na seção anterior, através da análise da cartografia holandesa. No contexto do século XVII, novas concessões de terras são feitas na região de Itapváma ou Itapuáma, alcançando o rio das Pedras.

Os anos de ocupação holandesa contribuíram para o desbravamento do ocidente sergipano, alcançado por criadores que tangiam seus rebanhos fugindo dos invasores e das tropas de Bagnuolo, como é exemplo Simão Dias Francês, personagem que, seguindo o curso do Vaza-Barris, alcançou a região onde hoje se situa a cidade do seu nome (NUNES, 1996, p. 21).

⁹¹ REGISTRO de uma Provisão por que se deu de sesmária a Balthazar Lourenço Pacheco e seu irmão Urbano Pacheco e José Leitão de Barros, de duas léguas de terras no rio de Sergipe de El-Rei. DHBN. Vol. XXII. 10/02/1665. p. 53.

Segundo Silvério Leite Fontes em *A formação do povo sergipano*, a sociedade pastoril sofreu duros golpes com a guerra holandesa, mas “esses provavelmente aguçaram o sentimento comum e a solidariedade”, saindo da guerra “decidida e árdega na defesa do que entendia serem seus direitos” (FONTES, 1999, p. 87-88). Ainda segundo o autor, no caso de Sergipe, as violências sofridas dos holandeses provocaram o esquentamento do sentimento coletivo, agora mais seguro de sua força e de sua capacidade de luta.

Felisbello Freire (1891, p. 169) acrescenta que as lutas com os holandeses deixaram no espírito do povo, principalmente das regiões do norte, onde a convivência com o elemento estrangeiro foi mais larga e demorada, uma “tendência à revolta, ao assassinato, a promover a alteração da ordem pública, por pequenas causas”.

Habitados às cenas de sangue, na guerra da emancipação da patria, não sentiam a menor repugnância de pratical-as. E os sucessivos annos em que tiveram necessidade de levar uma vida de nomades, por entre florestas virgens, a vigiar o inimigo e a não escolher meio de luta para vencel-o e eliminal-o do territorio apossado, fizeram-lhes adquirir hábitos selvagens, com obliteração completa dos sentimentos de paz e de ordem (FREIRE, 1891, p. 169).

A historiografia aponta um clima de desordem, conflito interno e abusos de poder em Sergipe d’El Rey. A vida econômica e social na capitania permanece desordenada, com a desunião política entre os seus pares e entre eles e o governo da Bahia.

Ainda assim alguma prosperidade fazia-se sentir. A Coroa portuguesa começou a colocar em prática estratégias de defesa tanto para a cidade de São Cristóvão quanto para todo o território. A falta de guarnição das fronteiras da capitania resultava em sentimento de insegurança e medo por parte dos agentes metropolitanos e da população, de um modo geral. Essas preocupações derivavam de duas vias: uma de natureza externa, efetivada pelo pavor de novos ataques de piratas de nações estrangeiras que adentravam pelas barras fluviais; e de perigos de ordem interna, como a presença de frequentes ataques indígenas e formação de mocambos pelos negros foragidos, que ameaçavam as plantações e os rebanhos existentes.

Segundo Nunes (1996, p. 231) durante o período de ocupação holandesa, muitos negros fugiram para os mocambos sediados em zonas do rio Real, do baixo São Francisco e nas matas de Itabaiana, de onde atacavam as propriedades da vizinhança.

Preocupados em “zelar com a ordem pública” da capitania, em 1668 foi criado o corpo de infantaria de ordenanças, com a divisão de Sergipe em distritos militares e nomeação de seus capitães. Até o fim do século, estava a capitania dividida em 5: Rio Real, Lagarto, Itabaiana, Cotingiba e Japarutuba. “Com o correr dos tempos, estes districtos foram sofrendo uma nova divisão e sendo traçados novos limites” (FREIRE, 1998, p. 298).

Assim, para firmar a expansão colonizadora, intensificou-se o combate aos mocambos dos negros foragidos e à resistência dos indígenas à ocupação das terras onde haviam se refugiado da perseguição do branco colonizador. Com o intento de alcançar êxito na política de ocupação dos espaços vazios executada após a retomada do território, várias entradas contra os mocambos se seguiram desde 1650, sendo a mais importante, pelos danos efetuados, a de 1668 comandada por Fernando Carilho (NUNES, 1996, p. 19).

“Para assegurar uma ação decisiva contra o inimigo”, em 1674, foi criada uma Companhia de Homens Pardos e um Corpo de Voluntários comandado pelo Capitão Belchior da Fonseca Saraiva Dias Morea, cuja jurisdição estendia-se da Torre de Garcia D’Ávila ao rio São Francisco. Sob seu comando, em 1677 foi realizada uma entrada contra os mocambos que ainda atuavam em Sergipe⁹² (NUNES, 1996, p. 19). A este corpo pertenciam “as companhias de ‘capitães de matto’, que em “Sergipe tornaram-se celebres, até mesmo nos períodos adiantados do movimento abolicionista” (FREIRE, 1998, p. 299).

O afluxo dos grandes contingentes de índios Kiriri para a margem direita do São Francisco, ante a perseguição que lhes moveram os colonizadores nos sertões pernambucanos, tornou-se ameaça aos criadores de gado que ali se encontravam. Na luta travada contra eles, assumiram posição importante os homens da Casa da Torre, disputando terras para localizarem seus rebanhos. Seus interesses na região do São Francisco chocar-se-iam novamente com a presença catequizadora dos missionários que por ali já atuavam, destacando-se os capuchinhos franceses chegados por volta de 1670, quando Frei Anastácio de Audierne iniciou a catequese dos índios Orumarus na ilha de São Pedro do Porto da Folha e margens adjacentes (NUNES, 1996, p. 19).

Ainda de acordo com a autora, estes indígenas, sob o comando do mestre-de-campo Pedro Gomes, haviam participado da expulsão dos holandeses da foz do São Francisco. E querendo gratificar-lhe a fidelidade com que os acompanhou, como senhor do Morgado de Porto da Folha, lhes facultou o direito de morarem em suas terras, franqueando-lhes meios de subsistência. Ademais, também lhes erigiu uma igreja e lhes deu missionário para “os instruir e conservar os sentimentos da religião e exercícios do culto divino” (NUNES, 1996, p. 19). A atuação das missões Capuchinhas do São Francisco encontrou dificuldades ante as pretensões da Casa da Torre.

Os jesuítas também buscaram criar missões na região sanfranciscana. Em 1685, aldearam os indígenas sitiados em Rodelas. No lado pernambucano eles possuíam as fazendas

⁹² Destas companhias, Freire (1998, p. 299), salienta a que compreendia toda a extensão do rio Real até a borda da mata de São João que era a sede dos “mais temerosos mocambos”.

Urubumirim e S. Brás, no lado sergipano, a fazenda Jaboatã. Porém, a ação missionária no rio São Francisco acabou sendo prejudicada, diante das divergências com os proprietários de terra, que constantemente encaminhavam suas indignações ao Rei. Com a derrota dos indígenas, mortos ou expulsos apesar da resistência oferecida, os que ali permaneceram foram escravizados, tornando-se “vaqueiros”, “boiadeiros”, “cabras do sertão”, “caboclos”, “sertanejos” (NUNES, 1996, p. 20).

Dominados os silvícolas da região pelas armas do colonizador, esta começou a se desenvolver a partir de um vigoroso estrado de pequenos produtores, sejam eles plantadores, com seus sítios de mantimentos ao longo dos rios, ou vaqueiros que após algum tempo carteando e ou tratando de rebanhos alheios recebiam suas próprias novilhas. Nessa região se sobressaiu o povoado de Santo Antônio do Urubu de Baixo, favorecido pela localização em lugar elevado, livre das inundações que as cheias do rio provocavam, e ponto de convergência de negociantes que, dos sertões, traziam seus produtos, para negociarem em uma feira periódica importante. Sobre esta localidade, voltaremos mais adiante.

Com relação à divisão judiciária, no final do século XVII, Sergipe logra a criação de sua própria Comarca⁹³, independente da Bahia (1696). Esse ato decorreu da solicitação dos camaristas de São Cristóvão, através de carta datada de 2 de junho de 1694⁹⁴. Segundo este documento, transcrito por Felisbelo Freire (1998, p. 299):

Assim se evitará o grande prejuízo que aquelle povo padecia, que como os juízes eram homens de capa e espada e os ouvidores sem sciencia, nem experiencia, ignorvam as leis, e eram notaveis os erros que se commettiam no judicial, ao que também conduzia não terem os ouvidores emolumento algum de que se manter e com detrimento, se valendo do cargo para vexações.

A criação da Ouvidoria, com a nomeação do Ouvidor e Provedor-mor permitia maior ação do poder administrativo, sobretudo na fiscalização e cobrança dos impostos. De acordo com Nunes (1996, p. 60) os proprietários rurais se sentiram prejudicados e defendendo “a autonomia e a prepotência que viviam, procuraram ficar sob a jurisdição da Bahia, sediada em Salvador, muito mais distante e, assim mais difícil de serem alcançados pelo poder metropolitano). Passaram a surgir desavenças entre esses habitantes e as autoridades de São Cristóvão, às vezes estimulados pelas autoridades baianas, principalmente por questões de limites territoriais.

⁹³ Segundo o *Vocabulario Portuguez e Latino, Aulico, Anatomico, Architetonico, Bellico, Botanico, Brasílico, Comico, Critico, Chimico, Dogmatico, etc. autorizado com exemplos dos melhores escriptores portuguezes e latinos, e oferecido a el-rey de Portugal D. João V*, elaborado entre 1712-1728 pelo clérigo inglês Rafael Bluteau, comarca consistia em um agrupamento de vilas e povoados os quais estavam sob uma mesma juristificação, esta representada por uma cidade ou vila notável, e subordinados à administração de um único corregedor.

⁹⁴ A pretensão foi deferida por despacho real de 19 de janeiro de 1695, com a criação da ouvidoria estabelecida por carta régia em 16 de fevereiro de 1696 (FREIRE, 1891, p. 299).

A instalação da Ouvidoria de Sergipe d'El Rey trouxe como consequência a ampliação do seu território, deslocando sua linha divisória para além do rio Real, até Itapoan. Entretanto, os povos das localidades de Itapicurú, Abbadia e Inhambupe, “mostravam visível repugnância a aceitar a jurisdição do ouvidor de Sergipe” (FREIRE, 1891, p. 171-173).

A carta do ouvidor de Sergipe d'El Rey, datada de 12 de agosto de 1727, transcrita por Prado (1919), busca apresentar as motivações para a “repugnância” em aceitar a jurisdição de Sergipe:

Toda a razão porque esses povos não querem estar sujeitos a correição de Sergipe d'El-Rey estando dentro dos limites, e divisão, que lhes fez o D. João de Alencastre por ordem de S. Magestade que Deus guarde ao mesmo tempo que fez a da Bahia, como já mostrei a V. Ex. não é outra mais que a consideração de que assim a freguezia da Abbadia como a do Itapicurú ficão distantes da Cidade da Bahia mais de quarenta léguas, e da Villa de Cachoeira mais de cinquenta, e que **como o corregedor da dita cidade, pela muita distancia e occupaçoens que tem na comarca, lhe é mais difficultoso vir corrigir estes povos, ficão mais a sua vontade sem o temor de poder serem castigados, o que lhes não succede estando sugeitos a correição de Sergipe d'El-Rey, onde quando os Ouvidores vão em correição a Villa Real de Santa Luizia, com a breve jornada de meio dia podem entrar a corrigir os ditos povos,** por ser a distancia ao mais de cinco léguas, e com pouco trabalho, e todos os annos tomarem conhecimento dos delictos e proceder a administração da justiça o que **the o presente se não fez pela perplexidade que tem causado estes povos com affectados requerimentos de que se valem quando vêem que os que querem corrigir, e tomar conhecimento de seus excessos, e absolutos procedimentos;** e continuados delictos que para este fim se encaminhão todos os pretextos que ponderão em sua supplica á que me parece se não atender para se evitarem os absurdos e infalliveis prejuizos, que se podem seguir (1727, apud PRADO, p. 108, grifo nosso) .

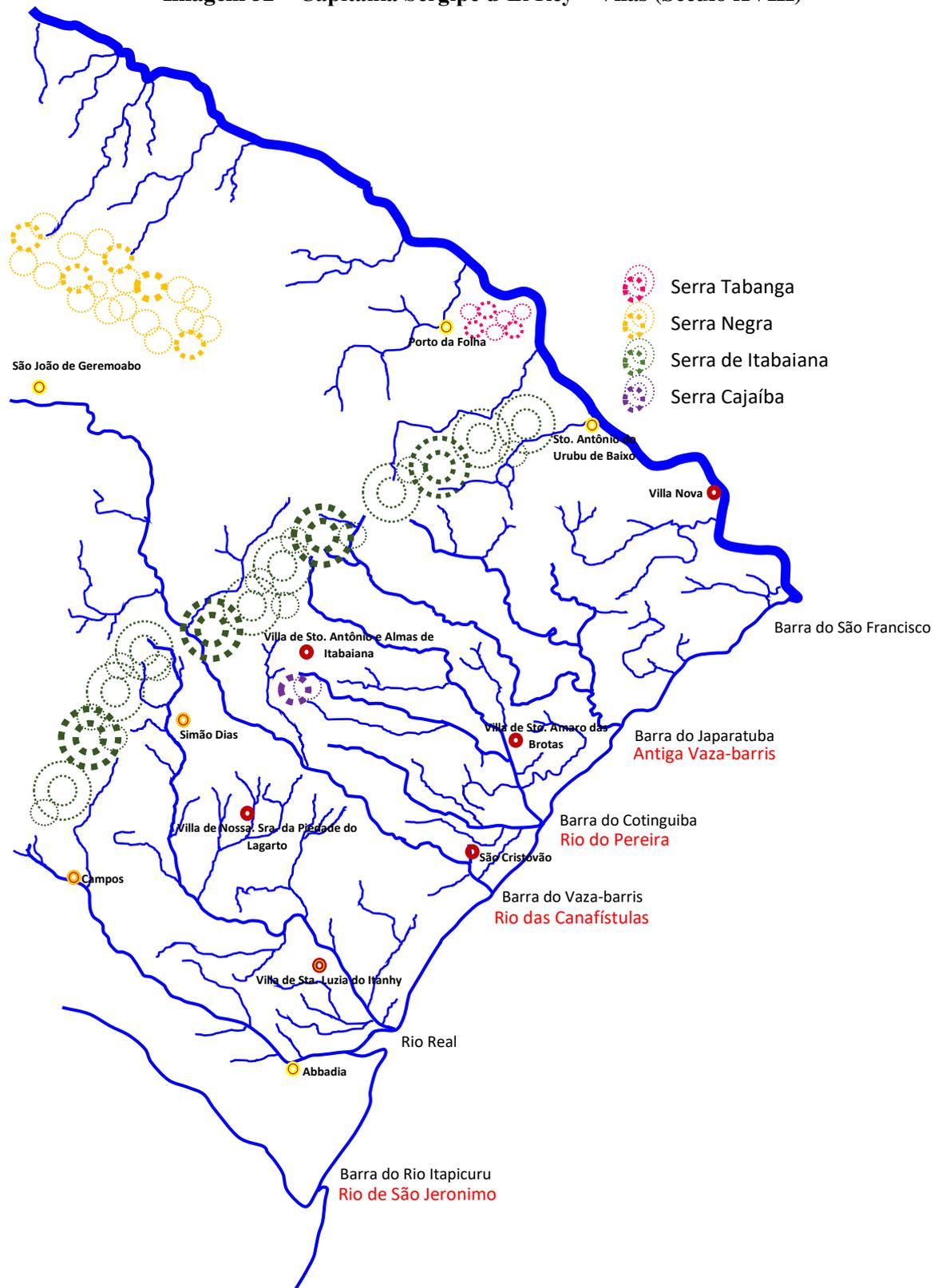
Passaram-se anos sem que esse conflito tivesse uma solução efetiva. “Em actos sucessivos”, a Coroa considerou como sergipano todo o território até Itapoan, ordenando que as vilas criadas em 1727 permanecessem anexadas à ouvidoria de Sergipe. Também o governo da Bahia, “em actos sucessivos”, dificultou a jurisdição sobre aquelas paragens, aconselhando a desanexação ao reino (FREIRE, 1998, p. 304).

Os conflitos permaneceram. De 1742 a 1762, “mudança nenhuma aparece na situação de taes villas: continuam todas pertencendo á capitania e comarca sergipanas, mas sujeitas, por abuso de auctoridade, á Bahia” (PRADO, 1919, p.153). Em 1788 estava agudo a disputa ente os capitães môres de S. Luzia e Abbadia, sobre a jurisdição militar do território compreendido entre os rios Saguim e Real, que sempre esteve sob o controle sergipano (FREIRE, 1998, p. 304). O decreto de oito de julho de 1820, veio cobrar o cumprimento do que já era definido deste a criação da comarca independente de Sergipe em 1696.

Para além da luta de jurisdição, outra consequência da criação comarca de Sergipe, foi a formação de cinco novas vilas: Santo Antônio e Alma de Itabaiana, Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, Santa Luzia do Itanhy, Santo Amaro das Brotas e Vila Nova. A marcha colonizadora já alcançava grande parte do seu território, conservando a intenção de

proximidade dos rios, mas já se espalhando praticamente em toda a faixa litorânea, com exceção de Itabaiana e Lagarto, que adentram pelo interior das terras. Neste diagrama, diferente dos anteriores, já incluiu os pequenos rios (Imagem 52).

Imagem 52 – Capitania Sergipe d’El Rey – Vilas (Século XVIII)



Fonte: FREIRE (1998) adaptado pela AUTORA, 2019.

Apesar de afirmar não ter encontrado o ato de criação dessas vilas, Felisbello Freire (1998), amparado em descrições geográficas remetidas pelos camaristas ao Governo da Bahia, traça os limites dos respectivos termos.

Assim, na descrição feita pelos camaristas de Itabaiana, datada de 30 de janeiro de 1757, lê-se:

Esta villa de S. Antonio e Alma de Itabaiana está edificada em uma grande planicie, uma legua distante da serra do mesmo nome e o seu termo confina com o da villa do Lagarto para o occidente e divide pelo Vasabarris, pouco abundante de aguas correntes, o qual tem o seu nascente no sertão da freguesia de S. João Geremoabo, da parte do nascente confina com o districto da villa de S. Amaro pelo rio Sergipe, que não tem aguas senão as que recebe das chuvas no inverno e só neste tempo corre; para a parte do sul confina com o termo da cidade de Sergipe d'El-Rei, sua capital da qual dista 10 leguas e a mesma distancia há desta villa a do Lagarto e a de S. Amaro; para o sertão confina com terras do sertão de Geremoabo e para esta parte corre um pequeno riacho chamado Jocola que termina seu curso no Vasabarris: há mais outro riacho Jacarecica que tem seu nascimento no termo dessa villa e atravessando muitas partes do seu continente se mette o seu curso no rio de Sergipe e não há nenhum outro rio navegável neste districto (FREIRE, 1998, p. 300-301).

Da descrição feita pelos camaristas de Lagarto, datada de 13 de março de 1757, Freire (1998, p. 301) transcreve o seguinte: “Tem o termo desta villa duas freguesias, uma a sobredita de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto e a outra de Nossa Senhora dos Campos do Rio Real de Cima”.

Os limites do termo da vila do Lagarto eram: uma grota chamada Quebradas Grandes, dividindo-a com o termo da cidade de São Cristóvão; o rio Vaza-Barris, que o separava do termo da vila de Itabaiana; as matas de Simão Dias, da freguesia de Geremoabo; o rio Piauí, do termo da vila de Santa Luzia, e o rio Real, do termo da vila Itapicurú.

Os limites do termo da Vila Nova, segundo descrição dos seus camaristas de 9 de fevereiro de 1757, são:

Compreende o seu termo a fox do Rio e por ele acima buscando o sertão ao Poente sincoeta leguas e confina com o termo de Girimoabo no riacho chamado Mochotozinho, o qual é secco e não navegavel. Tem este termo de Norte e Sul dez leguas e confina com o termo de Santo Amaro das Brotas na Japarutuba Merim riacho que Divide este termo daquelle o qual tendo o seu nascimento dez leguas ao Poente pello certão dentro vai fazer Barra no mar nove leguas ao sul do Rio S. Francisco, cuja barra e Rio não é navegável.

Fica esta Villa distante da de S. Amaro das Brotas dezoito léguas, é o termo dilatado porém muito despovoado de moradores por serem terras encapazes de habilitação e esterellis, quesómente servem para crear animaes domésticos e estes padecem grandes perdas pela razão de faltar as aguas no tempo de verão em cujo alagam os logradouros e Vargens (FREIRE, 1998, p. 302).

Tendo em consideração os limites que dividem as vilas do Lagarto, Itabaiana e Vila Nova para o ocidente, com Geremoabo, verificamos o seguinte: Cabeceiras do rio Real, Mattas de Simão Dias e o riacho Mochotozinho. Esses três pontos unidos por uma reta, definem a fronteira ocidental de Sergipe com a Bahia (FREIRE, 1998, p. 303).

Foi também criada a vila de S. Luzia, em 1698, estendendo-se seu termo: “por dez leguas do noroeste a sudeste ou desde as Moendas que a divide do Lagarto, até o rio Sagui, que o separa da Abbadia. Dilata-se oito léguas de sudoeste a noroeste ou desde a costa do mar até o Rapado” (FREIRE, 1998, p. 303).

A vila de Santo Amaro foi resultado do povoamento do rio Cotinguiba e Sergipe. O seu termo se limitava com o da Villa Nova, pelo Japarutuba, como o de Itabaiana, pelo rio Sergipe e como o de São Cristóvão, pelo rio Cotinguiba (FREIRE, 1998, p. 316).

Em 1763, o território sergipano, é reintegrado à capitania baiana por mais 57 anos. De acordo com Fernando Afonso Ferreira Júnior (2003) em *Derrubando os mantos purpúreos e as negras sotainas (Sergipe Del Rey na crise do antigo sistema colonial – 1763-1823)*, controlar Sergipe, significava conter o avanço pela sua principal porta de entrada. Uma necessidade para o próprio recôncavo, pois qualquer revolta no vizinho poderia significar a expansão para a Bahia e/ou além das suas fronteiras. Assim, o conflito interno nas capitanias, era um fator constante e o risco externo, sob os mais diversos aspectos, se associava aos riscos internos, fazendo com que a conjuntura exigisse maior atenção.

O trabalho de colonização e povoamento através da doação de sesmarias continuou, sempre ativo, a preencher os claros que tinham ficado do trabalho do século anterior se encaminhando pela zona sertaneja (FREIRE, 1998, p. 306). O gado se expandia continuamente. Os lotes tinham três léguas de extensão, mais alguns sesmeiros recebiam mais de uma concessão, tornando-se potentados rurais e desempenhando papel destacado na sociedade sergipana.

Como não existia uma linha divisória entre as capitanias de Sergipe e Bahia, do oeste chegavam os colonos oriundos da expansão baiana em decorrência do fracionamento dos latifúndios da Casa Torre. Os boiadeiros, conduzindo seus rebanhos, expandiam-se pelas zonas sertanejas, preenchendo os vazios existentes, alcançando nos fins do século, as matas de Simão Dias até a região da Malhada Vermelha ou Coité. Sem encontrarem resistência, ali se estabeleceram, obtendo respaldo das autoridades baianas, situação que geraria as futuras questões de limites de Sergipe.

Segundo Nunes (1996) através das doações realizadas nessa área, vê-se o desconhecimento que as autoridades metropolitanas tinham dos limites ocidentais da capitania de Sergipe. Embora as doações de sesmarias abrangessem praticamente todo o território de Sergipe d’El Rey, os colonos ou proprietários escolhiam bem seus sesmos, o que acabava por resultar em intercalados sobejos de terras despovoadas.

Luís dos Santos Vilhena (1802) em *Recopilações Soteropolitanas e Brasília* confirma, essa realidade territorial ao referir-se a capitania:

Apezar das muitas fazendas de gados que há pelos certos desta capitania, eles se acham em partes muito despovoados, sendo para sentir o ver povoados só de féras muitos sítios propriíssimos para criações e isto por se haverem dado por sesmarias a quem as não pondeu ou não quis povoar, quando por huma bem entendida politica deverão devolver para quem o fizesse (VILHENA, 1802, p. 606).

As pequenas fazendas que marcaram os primeiros tempos do povoamento dos sertões sanfranciscanos, foram sendo engolidas pelas grandes propriedades, tendência já apontada por Campos Moreno. Os maiores índices demográficos se concentrarão ao sudeste, leste, sudoeste e nordeste da capitania. À medida que penetramos nos sertões, os núcleos populacionais vão rareando. Nunes (1996, p. 23) destaca que as condições climáticas contribuíram para dificultar a ocupação dessas áreas interioranas sujeitas às secas periódicas, desafiando a atuação do homem. “Apesar do destemor, da ousadia na luta enfrentada pelos que a viveram, a expansão colonizadora sergipana sofreria a influência da geografia local na fixação dos grupos humanos e no êxito de sua atuação”.

Buscando novamente o apoio na cartografia no sentido de avançar no propósito de espacializar os movimentos dos fluxos de ocupação já vislumbrados através dos documentos sesmariiais, chegamos ao *Mappa tipográfico dos Portos, e Costa da Bahia de todos os Santtos, Olinda e Pernambuco* de Nicolao Martinho, produzido em Lisboa em 1776, um dos raros exemplares do século XVIII, que nos traz informações sobre a capitania de Sergipe d’El Rey nesse período. Como o próprio título indica, este mapa apresenta a demarcação de diversos rios e seus afluentes, além de portos, entradas e baías, vilas e povoações, além de algumas fortificações (nas partes da Bahia e Pernambuco) (Imagem 53).

O século XVIII é caracterizado por um novo momento no cenário colonial com a expansão dos bandeirantes e entradistas rumo ao interior do Brasil, e a posterior descoberta de ouro na Região Centro-Oeste. Em consequência, novas estratégias de colonização são traçadas pela Coroa, modificando os fluxos migratórios (internos e externos) e reconfigurando os movimentos de ocupação.

Dessa forma, é possível que a ocupação do território sergipano tenha passado por um período de retração, em decorrência desses dois fatores. Com isso, ocorreu também uma carência de material bibliográfico e cartográfico neste período. Antes da descoberta deste documento, as representações cartográficas do recorte estudado, avançavam do século XVII para o XIX, permanecendo o século XVIII praticamente em branco.

Imagem 53 – Mappa tipográfica dos Portos, e Costa da Bahia de todos os Santtos, Olinda e Pernambuco, 1776, Nicolao Martinho



Fonte: Biblioteca Nacional

Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart309964/cart309964.jpg, 2019

Entretanto, embora seja da segunda metade do século XVIII, período em que os aspectos gráficos dos mapas passam a ser mais sóbrios, esse exemplar apresenta desenhos figurativos para indicar a vegetação, como coqueiros, e os núcleos de povoamento, indicados como um agrupamento de edificações, algumas inclusive portando torres e pináculos.

Acredita-se que se trata de um mapa de levantamento de portos, e neste sentido, concentra as informações ao longo da costa oceânica, apresentando poucos detalhes sobre as regiões mais internas do território, considerando-se a intensa expansão para os sertões que já ocorria em alguns pontos nessa época. A topografia também parece ter sido desenhada de forma genérica, por meio da indicação de alguns grupos de morros aleatórios, especialmente na costa (Imagem 54).

Imagem 54 – Detalhe do território sergipano, com indicação dos núcleos urbanos e acidentes geográficos - Mappa tipográfica dos Portos, e Costa da Bahia de todos os Santtos, Olinda e Pernambuco, 1776, Nicolao Martinho



Fonte: Biblioteca Nacional

Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart309964/cart309964.jpg, 2019

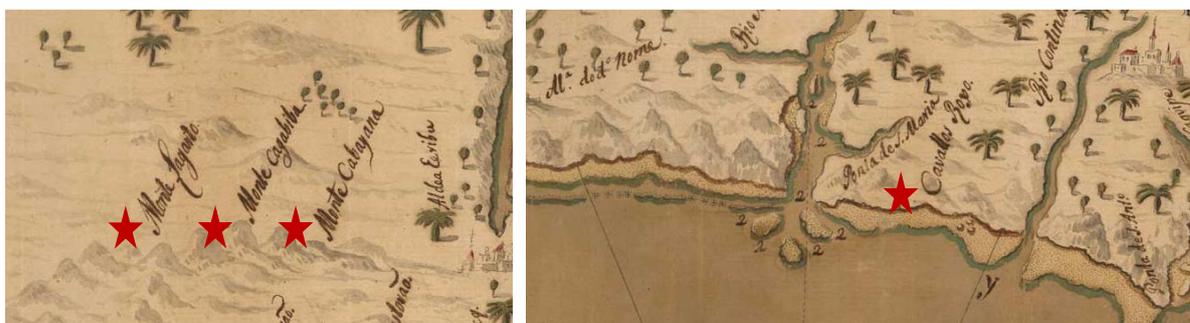
No trecho que corresponde a Sergipe d'El Rey, verifica-se que o recorte do território é desproporcionalmente encurtado, sendo a localização e toponímia de alguns rios representadas de maneira confusa e deslocada. Supõe-se a supressão do braço do rio Sergipe, sendo este

indicado como afluente do Vaza-Barris. Do norte para o sul são indicados em seus locais originais os rios São Francisco e a *Emceada da Vaza Baris* (atual rio Japarutuba). Entretanto, o *Rio Contidiva* (Cotinguiba) aparece equivocadamente marcado como um ramo desta enseada.

Pela indicação da ponta de Santa Maria e cidade de São Cristóvão, supõe-se que a nomenclatura do rio Vaza-Barris foi suprimida, sendo erroneamente registrado o rio Sergipe como um de seus afluentes. Posteriormente é denominado o rio Real, com a indicação de alguns afluentes desconhecidos. Além destes, a povoação Cajuípe, no entorno do São Francisco é marcada como rio e a Ilha dos Pássaros aparece na margem alagoana.

Apesar de extremamente deslocados para o norte, também são indicados alguns acidentes geográficos como Monte Lagarto, Cagabiba e o Monte Cabayana. Destaca-se também a extensão do areial, representado na costa sergipana, com pequena diferenciação formal se comparados aos montes. Registra-se também a indicação do porto dos Cavalos na região da Cotinguiba, futura zona açucareira (Imagem 55).

Imagem 55 – Detalhe território sergipano com indicação de acidentes geográficos e porto dos Cavalos - Mappa tipográfico dos Portos, e Costa da Bahia de todos os Santtos, Olinda e Pernambuco, 1776, Nicolao Martinho



Fonte: Biblioteca Nacional

Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart309964/cart309964.jpg, 2019

Afora as falhas encontradas, este mapa apresenta algumas curiosidades no que tange à quantidade e localização de vilas e povoações sergipanas. Às margens do rio São Francisco estão registradas o que acreditamos ser a Villa Nova do rio São Francisco e as povoações de Santo Antônio do Urubu de Baixo e de Porto da Folha. No entorno do Vaza-Barris, não denominado, estão marcadas São Cristóvão e o Convento de São Cristóvão. No entorno do rio Real, pontua-se mais uma vila que julgamos ser Santa Luzia do Itanhy (Imagem 55).

Embora a cartografia seja uma ferramenta inestimável para os estudos de urbanização, sabe-se que os mapas históricos, do mesmo modo que as fontes escritas, devem ser interpretados. Nesse sentido, faz-se uma ressalva para o mapa ora analisado, no que se refere à quantidade de vilas representadas no território sergipano. Não foi possível arrolar maiores

informações sobre o mapa e seu autor, inclusive sobre suas intencionalidades. O que se pode aventar, no caso deste número maior de vilas, é que seja provável que o autor tenha considerado alguns povoados como vilas, da mesma forma que omitiu em sua representação, outros núcleos habitados já existentes no período, como a Vila de Santo Amaro das Brotas, Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto e Vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana.

Entretanto, a análise da iconografia colonial combinada às cartas de sesmarias e demais fontes textuais contemporâneas, nos levaram à compreensão de que a formação do território de Sergipe envolveu diversos processos territoriais além da fundação das vilas oficiais. O material analisado até o momento demonstra uma grande variedade de elementos que denotam a fixação humana no território e posteriormente a sua urbanização.

6.1 DOCES INTENÇÕES PARA SERGIPE DEL REY E OS “MELHORAMENTOS DE QUE É CAPAZ”⁹⁵.

O processo de urbanização de Sergipe d’El Rey é contornado por diversos agentes e elementos que, de maneira singular, e ocorrendo em diferentes regiões, convergiram para três etapas cruciais deste processo: a inicial fixação no território, a consolidação dessa ocupação e a sua posterior expansão. Embora em várias partes desta tese tenha se relativizado o papel dos engenhos de açúcar, eles certamente desempenharam um papel na construção das bases territoriais e sociais do que viria a ser reconhecido como o Estado de Sergipe. Este será o foco deste item.

Quanto às fontes, lançaremos mão de um mapa da primeira metade dos oitocentos que abrange a Província de Sergipe d’El Rey, ilustrando sua divisão nas respectivas Freguesias de Sergipe e alguns documentos oficiais, especialmente relatórios das autoridades governamentais e eclesiásticas e descrição das freguesias e vilas. Também foi de grande valia para a construção dessa seção o Inventário do Patrimônio Cultural do Ciclo da Cana-de-açúcar no Estado de Sergipe realizado pelo IPHAN em 2010.

Como sabido, o surgimento dos engenhos de açúcar no Brasil decorreu de uma estratégia comercial implantada pelos portugueses, que pretendia otimizar o uso das terras introduzindo o cultivo da cana de açúcar que já havia sido bem-sucedido em outras partes do seu império. Devido à grande extensão territorial da colônia e suas características naturais propícias para o desenvolvimento da lavoura canavieira, os colonizadores logo se empenharam no estabelecimento de suas “fábricas”.

⁹⁵ Marco Antonio de Souza (1808) em Memória sobre a Capitania de Sergipe.

Entre o final do século XV e início do XVI, essa tão rara mercadoria era, ao contrário das demais especiarias contemporâneas, um complexo resultado do beneficiamento apropriado da cana-de-açúcar, que tinha que ser plantada, colhida, espremida, cozida, purgada e embalada até se transformar num bem comercializável.

O processo de fabricação do açúcar não foi implantado em larga escala de imediato. Como salienta Gilberto Freyre (2006, p. 87) em *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, nenhuma substância vegetal ou animal de valor consagrado pelas necessidades e gostos da Europa aristocrática ou burguesa foram encontradas pelos portugueses nos trópicos americanos. Isso sem falar no ouro e na prata, “mais farejados do que tudo e de que logo se desiludiram os exploradores da nova terra”. A conclusão melancólica de Vespúcio resume o amargo desapontamento de todos eles: “infinitas árvores de pau brasil e canna fistula” (VESPUCIO, 1867, p. 149).

A aquisição de peles, animais silvestres, plantas medicinais e a extração de madeiras para tinturaria e construção naval eram atividades em certa medida lucrativas, porém, não se comparavam às expectativas de se encontrar ouro e pedras preciosas em terras brasileiras.

Nessa conjectura inicial de frustração, a fixação à terra, com espírito empresarial, procurando tirar dela o maior proveito com a produção de uma mercadoria de alto valor na Europa passou a estimular uma nova etapa da colonização portuguesa:

Esse foi o verdadeiro sentido da colonização européia nos trópicos, de que o Brasil é um flagrante exemplo. Tratava-se de tirar o maior proveito econômico de um território virgem e não de ocupar terras sob pretextos civilizadores, até religiosos. A exploração do açúcar no Brasil era um negócio da coroa portuguesa e o rei era um mercador. E isso ocorreu não só com o açúcar, mas com todos os outros produtos da colônia (GOMES, 2006, p.25).

A alta lucratividade advinda da comercialização do açúcar atraiu diversos investidores, grandes e pequenos que aqui aportaram em busca de riqueza. O engenho desempenhou importante papel como agente para a fixação da população à terra, pois a produção de açúcar consistia em uma atividade permanente, que demandava trabalho constante e conseqüentemente, fixava as comunidades em um determinado local. Na região Nordeste estas unidades se expandiram a partir de dois pontos: de Olinda, atingindo as proximidades do São Francisco ao sul e para o norte, chegando até a Paraíba e o Rio Grande do Norte e de Salvador, expandindo-se para todo o Recôncavo Baiano (MENEZES, 2011).

Esta expansão resultou na chamada “civilização do açúcar” e determinou de maneira decisiva a forma como os núcleos de povoamento rurais e urbanos surgiram e se desenvolveram. Em Sergipe d’El Rey os engenhos são fundados a partir do século XVII, porém, a atividade açucareira nesta região não se deu nessa época com grande entusiasmo e

desenvolvimento, atingindo uma participação ainda modesta. Mesmo com a construção de alguns engenhos, a atividade que se desenvolveu com mais força, recebendo destaque na capitania, como se viu, foi a criação de gado e a chamada agricultura de subsistência.

Aqui também, a cultura açucareira se desenvolveu em decorrência da existência de diversos fatores naturais propícios tanto para o plantio da cana-de-açúcar, como para o estabelecimento físico dos engenhos, tais como o clima propício, com chuvas regulares e abundantes, a presença do solo macio de massapé, as extensas matas e a grande área de terra desocupada. Figuram juntamente nesse contexto, a presença de diversos cursos d'água na região, próximos dos quais os engenhos foram instalados e a utilização dos rebanhos bovinos como força motriz e meio de transporte.

É difícil precisar onde começou a produção açucareira em Sergipe nas últimas décadas do século XVII. Ao que tudo indica, surgiu simultaneamente nos distritos existentes, a exemplo de Itabaiana, Cotinguiba e São Cristóvão e acompanhou os cursos das bacias hidrográficas da capitania, tanto do norte como do sul. Corroboram para esta assertiva o mapa de Marcgrave anteriormente apresentado, que pontua registra seis engenhos, categorizados de acordo com a sua força motriz e existência ou não de capela. Foram marcados três engenhos de bois na região do Cotinguiba e Comendaroba, sendo um com igreja. Além destes, mais dois engenhos de bois sem igreja são assinalados nas proximidades do rio Icaperangu e um engenho d'água sem igreja na região de ITAPVÁMA.

Alguns documentos apresentados a seguir, se contrapõem ao que afirma a historiografia sobre Sergipe colonial ao apresentarem dados comprobatórios da instalação de engenhos de açúcar e produção açucareira na capitania anterior a segunda metade do século XVIII. Dentre eles, uma carta datada de 1660 e enviada para os oficiais da Câmara de São Cristóvão “para mandarem por a pregão a cachaça e aguardente da terra”, nos faz vislumbrar o aparecimento incipiente de unidades de produção de açúcar ao informar que a Coroa portuguesa já cogitava introduzir uma produção de aguardente na capitania sergipana⁹⁶. Medida, que segundo Siqueira (2016, p. 68) só começou a ser concretizada na década de 1680.

Outros documentos corroboram com as afirmações do capitão mor de Sergipe sobre a produção de açúcar na capitania, como os dados apresentados em livros de notas das décadas de 1680 e seguintes. Tratam-se de registros de vendas de terras nos quais os proprietários

⁹⁶ CARTA para os oficiais da Câmara desta cidade para mandarem por a pregão a cachaça e aguardente da terra, em 05/05/1661. DHBN. Vol. LXXXVI. p. 146. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094536&PagFis=25965&Pesq=CACHA%C3%87A%20E%20AGUARDENTE>. Acesso em: 10/02/2019.

afirmam estarem plantando cana e constituindo roças no rio Cotinguiba. Dentre eles, destaca-se uma escritura de compra e venda, na qual o capitão Francisco de Andrade, morador em seu engenho situado no distrito da cidade de São Cristóvão, comprou um sítio de terras medindo uma légua de largo e seis de comprido no distrito de Lagarto para plantar cana de açúcar e montar engenho⁹⁷.

O documento “Portaria que se expediu ao Coronel Pedro Barbosa Leal sôbre a observância da lei pertencente às marcas e repeso das caixas de açúcar, e do mesmo teor se passaram outras aos coronéis do recôncavo, donde se fabrica açúcar, e para o Capitão-mor da Jacobina fica registrada atrás” emitido em 02 de dezembro de 1720 pelo governador geral, traz a informação de que em 1687, foi outorgada uma lei determinando observação e controle da produção e transporte do açúcar produzido nessas regiões.

Esta lei, estipulava que “todo açúcar que das conquistas for comprador para o Reino se pese nos trapiches onde haverá peso, fazendo-se termo ... de assinar o comissário declarando a qualidade e ... do açúcar”. Alerta-se ainda “que nas caixas dele se ponha marca de fogo para que se conheça a qualidade do açúcar na maneira seguinte: o fino com F; o redondo com R; e o baixo com B”, para indicar os diferentes níveis de qualidade e controle na comercialização do produto⁹⁸. A indicação de letras a serem colocadas nas caixas de açúcares eram também uma forma da Coroa controlar e evitar o contrabando do produto. Ademais, com essa prática, evitar-se-ia a participação de atravessadores, garantindo-se o imposto cobrado sobre comercialização.

Uma petição do Capitão mor Custódio de Rabello Pereira, datada de 1718, indica a existência de mais de quarenta engenhos em Sergipe d’El Rey. Ao solicitar aumento de salário para que tivesse condições para administrar a capitania, uma das razões apresentadas pelo oficial administrativo era que a capitania era muito extensa, com “mais de setenta legoas de largo e mais de duzentas de cumprido até o certão, e que se tem fabricado mais de quarenta engenhos que a menos de trinta anos se não havia cultivação de canaviais”⁹⁹.

⁹⁷ 4PROVISAO concedida a Dona Maria de Brito viúva de Francisco Gomes de Abreu de Lima. APEBA. Tribunal da Relação. Alvarás e Provisões. 1715-1718. Seção Arquivo Colonial e Provincial. n.º 503. 20/07/1716.

⁹⁸ PORTARIA que se expediu ao coronel Pedro Barbosa Leal sobre a observância da lei pertencente às marcas e repeso do açúcar e do mesmo teor se passaram outras. DHBN. Vol. LXIX. p. 261-263. 02/12/1720.

Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094536&PagFis=37988&Pesq=Pedro%20Barbosa%20Leal%20sobre%20a%20observ%C3%A2ncia%20da%20lei%20pertencente%20%C3%A0s%20marcas%20e%20repezo%20do%20a%C3%A7%C3%BAcar%20e%20do%20mesmo%20teor%20se%20passaram%20outras>. Acessado em 10.02.2019

⁹⁹ CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre a petição do capitão mor de Sergipe del Rei, Custódio de Rebelo Pereira para que lhe acrescente o soldo igual ao do capitão mor da Paraíba. AHU, Sergipe del Rey Cx. 02, Doc. 28. 10/02/1718.

Na segunda década dos setecentos, referências ao engenhos sergipanos são feitas pelo cronista Sebastião da Rocha Pitta em *Historia da America Portuguesa: desde o ano de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro*: “(...) No seu recôncavo, e no das suas Villas se contaõ vinte e cinco Engenhos, de donde sahe todos os anos bom numero de caixas para a Bahia, de perfeito assucar em qualidade, e beneficio” (PITTA, 1878, p. 75-76).

Divergindo da tendência historiográfica, é possível relacionar as dificuldades na produção de açúcar à pouca quantidade de animais para serem utilizados nos engenhos. Reforça este pensamento, a carta datada de 1743, na qual os vereadores da câmara de São Cristóvão, além de informarem ao rei o bom desenvolvimento da capitania, sobre os donativos pagos nos prazos estipulados, com mais de trinta unidades açucareiras ativos e outros em processo de produção ou instalação, relatavam que o maior obstáculo para se poder continuar na fabricação do produto era a ausência de bois, carecendo cada unidade de cento e cinquenta animais para o seu funcionamento¹⁰⁰.

A carência de animais denunciada pelos vereadores da Câmara de São Cristóvão apresenta indícios sobre o tamanho dos engenhos em funcionamento na capitania. Se cada unidade produtiva funcionava com cento e cinquenta bois e outros necessitavam desse número.

O gado era uma fonte de alimentação importante para os colonos, além de serem empregados como força motriz (nos engenhos, no preparo das lavouras) e meio de transporte (de ferramentas, mercadorias e pessoas). Os rebanhos sergipanos, abasteciam não só Sergipe, mas também as capitanias da Bahia e Pernambuco, suprimindo suas necessidades de carne e animais para tração e transporte. Muitos eram os produtos extraídos do gado, como o couro, também largamente utilizado para exportação. Talvez por isso a demanda para que os rebanhos ainda se constituíssem retaguarda econômica dos engenhos, fosse em demasia.

No século XVIII, os currais já estavam espalhados por quase todo o território de Sergipe. De acordo com Anderson Pereira (2014), sua principal função era recolher o gado. Provavelmente os grandes cercados estavam localizados às margens dos rios Piauí, Vaza-Barris Sergipe e São Francisco. Os de médio porte, acredita-se que a grande maioria, estavam localizados nos tabuleiros costeiros. Existia uma zona de criação que cobria grande parte do

¹⁰⁰ CARTA do vice-rei e governador geral do Brasil Conde das Galveas, em resposta a Provisão Régia do Rei referente a informação dada pelo ouvidor de Sergipe del Rei Pedro da Silva Daltro. AHU, Sergipe del Rey, Cx. 05, Doc. 28. 07/12/1736.

pediplano sertanejo¹⁰¹ e tabuleiros costeiros. Já os de pequeno porte estavam próximos à planície litorânea.

Ainda segundo o autor, os principais currais estavam situados quase no centro do território, em áreas não aproveitadas para a produção de cana-de-açúcar e outros produtos voltados para a exportação. Entretanto, estavam próximos às vilas, o que facilitava a distribuição de carne e couro para toda a Capitania. O valor das terras destinadas à criação de gado estava condicionado ao tipo de solo, ao clima, a disponibilidade de água, ao tamanho da terra e a atividade econômica desenvolvida (PEREIRA, 2014, p. 161).

As zonas da pecuária extrapolavam o território de Sergipe, por mais que houvesse uma demarcação administrativa. Nesse momento a principal zona de criação seria a do Rio São Francisco, na qual possivelmente se criava bois, vacas e cavalos para suprir as demandas da Colônia. As zonas dos rios Piauí e Vaza-Barris estariam ocupadas com gado para o consumo interno e externo. E as dos rios Sergipe e Japarutuba pelo gado de quintal, para consumo próprio (PEREIRA, 2014, p. 161).

Dados ainda imprecisos levam Pereira (2014, p. 162) a supor a existência de uma média de 150 a 200 currais espalhados pelo território no século XVIII. Reafirmando o pensamento de Linhares (1996), também em Sergipe, a pecuária extensiva apresentou certa variedade nos tipos de fazendas, a depender da localização, submetidas a diferentes condições de clima e vegetação. As fazendas não tinham fronteiras e o gado era criado solto. Uma estância se constituía geralmente por três léguas de terra, dispostas ao longo de curso d'água, por uma de largura, sendo meia para cada margem.

Pereira (2014) identifica três tipos de propriedades em Sergipe, sendo elas: sítio¹⁰², fazenda e curral. As instalações de uma fazenda compreendiam os currais e casas de vivenda, tudo de construção rude. Conforme já dito, os currais serviam para juntar o gado, sendo comum a existência de objetos como: arames, arreios, cordas, estribeiras, escovas, ferraduras, freios, tesouras e selas.

No século XVIII, o gado continuou como elemento importante de riqueza nesse período de transição, sendo comum encontrar criadores que se tornaram lavradores de cana ou mesmo senhores de engenho. A estimativa do rebanho era de aproximadamente 15.000 reses, sendo

¹⁰¹Segundo Lucas Ebbesen (2017) em *Geografia de Sergipe*, o pediplano sertanejo é caracterizado por sua superfície extremamente plana, em virtude do clima seco que predomina na região. A altitude atinge limites de 750 metros em relação ao nível do mar. Ocorre ainda a existência de colinas rebaixadas que criam vales largos e rasos com declives bem limitados. Disponível em: <<http://istoiesergipe.blogspot.com/2017/04/geografia-e-historia-de-sergipe.html>>. Acessado em 5 Marc. 2019.

¹⁰² Denominação usual das terras arrendadas no Sertão, sendo bastante comum em Sergipe Colonial (PEREIRA, 2014, p. 162).

este considerado de tamanho médio se comparado com outras capitanias. Respeitando-se sua distribuição na área do território, o tamanho do rebanho variava de acordo com as condições de criação, clima, e demanda do mercado interno colonial. As maiores manadas estavam localizadas às margens do Rio São Francisco e o gado mais nobre/corte às margens do Rio Piauí e Vaza-Barris (PEREIRA, 2014, p. 162).

Aventa-se a possibilidade de que os investimentos na cultura canaveira foram atrelados à agricultura de subsistência, portanto, provenientes da comercialização do tabaco, da farinha, do sal, e valendo-se também de empréstimos contraídos nas Santas Casas de Misericórdia da Bahia e de Sergipe. Assim, embora a produção do açúcar em Sergipe d'El Rey, estivesse ainda num estágio de produção de pequena escala, associado a outras atividades econômicas como a criatória, a tabageira e a de gêneros alimentícios, o açúcar teria contribuído para a inserção da capitania no sistema mercantil (SIQUEIRA, 2016, p. 70).

Fato é, que ao longo da segunda metade do século XVII e primeira do seguinte, a Coroa portuguesa, mesmo dando ênfase na busca por metais preciosos, e sem condições de arcar financeiramente com altos investimentos na capitania, começou o processo de reorganização entregando essa tarefa a terceiros, através da distribuição de novas sesmarias, estimulando o desenvolvimento econômico e garantindo a posse e defesa territoriais.

Acredita-se que as relações comerciais provenientes da pecuária, da agricultura e das atividades extrativistas contribuíram para a formação de um excedente econômico, permitindo o surgimento de uma camada abastada, aumentando também o quadro populacional local e as possibilidades de investimento em outras alternativas econômicas mais onerosas.

Corroboram com este pensamento, o fato de junto com o tabaco, o açúcar produzido em Sergipe d'El Rei no início de século XVIII, além de gerar riqueza na capitania, também ter sido utilizado para pagar o dízimo à Coroa portuguesa, é o que revela a ordem do governador geral, que através de carta datada de 1715, ordenou que se fizesse notificar aos mestres das embarcações, que do porto da dita cidade de São Cristóvão, e da Cotinguiba que ao saírem “com caixas de açúcar para o desta Baía, pertencentes ao Dízimo, traga cada embarcação juntamente com a dita carga, duzentos alqueires de farinha; e as que vierem do Rio Real, cada uma a terça parte da sua carga de farinha, que é para o sustento da Infantaria desta Praça”¹⁰³.

¹⁰³ ORDEM que passou a favor do contratador para o capitão-mor da capitania de Sergipe del Rei, ouvidor da comarca dela e juiz ordinário fazerem notificar aos mestres das embarcações que do rio de Sergipe, Cotinguiba e Real vierem para esta Baía tragam a farinha da infantaria como se declara. DHBN. Vol. LIII. 14/02/1715. p. 327-328. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094536&PagFis=37988&Pesq=Pedro%20Barbosa%20Leal%20sobre%20a%20observ%C3%A2ncia%20da%20lei%20pertencente%20%C3%A0s%20marcas%20e%20re>

Tais constatações, apontam numa direção divergente da que foi sugerida pela historiografia sobre Sergipe colonial no que toca a questão, de que o capital responsável pela reinstalação dos engenhos de açúcar na segunda metade do século XVIII, em Sergipe, teria sido proveniente da Bahia, e da venda de terras da zona da mata sergipana, com o crédito fornecido pelos comerciantes baianos.

Outra resposta apresentada é a de que a expansão canavieira ocorreu por causa do esgotamento do solo do recôncavo baiano fazendo com que a capitania sergipana fosse vista como local para futuros investimentos. As unidades produtivas que foram construídas eram de pequeno e médio porte e a prova disso era o baixo número de escravos, chegando numa média de vinte e quatro por unidade. Essas duas hipóteses foram apresentadas, respectivamente, por Maria Thetis Nunes (1989), em *Sergipe colonial I* e por Josué Modesto dos Passos Subrinho, em *Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro, Sergipe 1850/1930*.

Contudo este estudo mostra que, mesmo que não ocorrendo talvez com a intensidade de outras capitanias nordestinas, a atividade açucareira, ainda que timidamente, teria sido iniciada no século XVII. Para autores como Nunes (1989), só a partir da segunda metade do século XVIII e, principalmente, no século XIX, aqui se consolidaram o domínio da cultura canavieira e suas implicações.

Ao reconstituir-se a economia sergipana após a expulsão dos holandeses, **a indústria açucareira encontraria grandes dificuldades para desenvolver-se**, não só por falta de capitais como de mão-de-obra em virtude da fuga dos escravos negros para os sertões, constituindo os quilombos, que tanta preocupação deram às autoridades da Colônia na segunda metade do século XVII. A esses fatores internos, somar-se-ia o externo, decorrente da concorrência, no mercado internacional, do açúcar produzido nas colônias inglesas e holandesas das Antilhas, desestimulando o interesse dos agricultores pela cultura canavieira. Estes se voltaram para as culturas de subsistência e do fumo, produto em crescente demanda no comércio externo (NUNES, p. 133-134).

Ainda segundo a autora, é numa segunda etapa da expansão açucareira do Nordeste brasileiro, onde o mercado vai ser ampliado com a absorção de uma parte da produção para regiões mineradoras, como pelo revigoramento do comércio internacional trazido da Revolução Industrial, que os canaviais, invadiram os vales fluviais da capitania de Sergipe d'El Rey, partindo do rio Real, ao Sul, atingindo o rio Piauí, o Vaza-Barris, o Poxim, o Cotinguiba, o Sergipe, o Ganhamoroba, o Siriri e o Japaratuba.

Colocadas as divergências, é consenso a influência da arrancada dos canaviais, no desenvolvimento dos diversos núcleos urbanos sergipanos como prolongamentos dos engenhos. Um quarto de século após a referência de Pitta aos 25 engenhos “(...) de donde sahe todos os anos bom numero de caixas para a Bahia, de perfeito assucar em qualidade, e beneficio” (PITTA, 1878, p. 75-76), em 1759, Jose Antônio Caldas em *Notícia Geral desta Capitania e da Bahia desde o descobrimento até o presente ano de 1759*, registra 39 engenhos.

Segundo Vilhena (1802, p. 604) se contavam em 1798 nesta capitania 140 engenhos, a maior parte “nos famosos campos do Cotinguiba, sendo de tal forma férteis”. Nos começos do século XIX chegam a 163, alcançando 226 quando a capitania de Sergipe d’El Rey se tornou Província independente da Bahia.

Katia Afonso Loureiro (1999) em *Arquitetura Sergipana do açúcar* identifica seis propriedades remanescentes construídas na Capitania de Sergipe entre os séculos XVII e XVIII. A partir de dados extraídos da sua obra acrescidos das informações encontradas no inventário produzido pelo IPHAN, já mencionado, foi construído o quadro a seguir (Quadro 30).

Quadro 30 - Propriedades remanescentes construídas na Capitania de Sergipe - séculos XVII e XVIII

<i>PROPRIEDADES AÇUCAREIRAS – SÉCULOS XVII E XVIII</i>		
<i>ENGENHO</i>	<i>LOCALIDADE</i>	<i>DESCRIÇÃO</i>
<i>Engenho Colégio</i>	<i>Itaporanga d’Ajuda</i>	<i>Sua função primitiva não foi destinada à fabricação de açúcar, mas à residência dos padres jesuítas e à catequese indígena. As terras da propriedade teriam sido obtidas por meio de carta de sesmaria em 1601. Inicialmente denominado Tejupeba, atualmente denomina-se Fazenda Iolanda (LOUREIRO, 1999, p. 22, grifo nosso).</i>



Fonte: AUTORA, 2011

<i>Engenho São Félix</i>	<i>Santa Luzia do Itanhi</i>
--------------------------	------------------------------

Teria sido fundado em 1632 por um ancestral da família Vieira, que até hoje administra a propriedade. Foi inicialmente movido à roda d’água, produzindo açúcar mascavo (LOUREIRO, 1999, p. 22, grifo nosso).

Dois documentos primários do século XIX se referem ao São Félix, datando-o do século XIX, sem fazer menção à propriedade no século XVIII (IPHAN, 2010, grifo nosso).



Fonte: ANA AMBRÓSIO, OBVIOUS MAGAZINE, 2019

Engenho
Retiro

Laranjeiras

A casa do Retiro teria sido a primeira habitação dos padres jesuítas em Laranjeiras, no final do século XVII. Loureiro (1999) cita dois documentos primários do século XIX referentes ao Retiro: uma Justificação Cível de 1897 e uma Petição de 1882¹⁰⁴.

O Inventário do IPHAN (2010), refere-se a mais dois documentos deste mesmo século: um inventário de 1871, e uma ação sumária de 1873. Esses registros, porém, não fazem menção à existência da propriedade no século XVIII.



Fonte: IPHAN, 2010

Engenho
Belém

São Cristóvão

Em 1760, Luís Francisco Freire teria empregado recursos para montar um engenho chamado Roma. Com sua morte, seu herdeiro adquire novas terras e estabelece outros dois engenhos: o Jerusalém e o Belém. Porém, em registro feito em Livro de Notas encontrado no fundo São Cristóvão do Arquivo Judiciário, em 1754 o Sr. Domingos da Costa Vale seria o dono de um engenho também chamado Belém. Há uma possível contradição entre as duas fontes, ou os textos podem estar mencionando duas propriedades diferentes chamadas “Belém” (ambas em São Cristóvão) (LOUREIRO, 1999, p. 30). Na terceira geração da família este engenho pertenceu a Felisbela Freire.



Fonte: LOUREIRO, 1999

¹⁰⁴ Engenho Retiro – CLJ 1ª Justificação Cível, cx. 01, 09/12/1897. Engenho Retiro (Capela de Nossa Senhora das Neves) CLJ 1ª Petição, cx. 01, 29/08/1881.

Engenho Jesus Maria José Laranjeiras

Supõe-se ter sido construído em 1796 na outrora Freguesia de N. Sra. do Socorro, atualmente Laranjeiras. Hoje restam apenas as ruínas da capela. Não foram encontradas fontes primárias sobre o engenho (IPHAN, 2010).



Fonte: IPHAN DIGITAL, 2007

Fonte: IPHAN, 2010

Engenho Penha Riachuelo

A escritura da propriedade teria sido lavrada por Ventura Rabelo Leite de Sampaio entre 1780 e 1784. A capela teria sido edificada em 1795 (LOUREIRO, 1999, p. 35).

Há evidências históricas de que a Igreja da Penha fez parte do conjunto rural do antigo Engenho Penha, que teria produzido açúcar desde fins do século XVIII até a instalação da Usina Central de Riachuelo. Teria sido concluída ainda no século XVIII. Não foram encontradas fontes primárias sobre o engenho (IPHAN, 2010).



Fonte: IPHAN, 2010, 1981

Fonte: LOUREIRO, 1999 E IPHAN, 2010, adaptação da AUTORA, 2019

Com base nos Inventários Judiciais da Comarca de São Cristóvão¹⁰⁵, a mais antiga de Sergipe, o Inventário do IPHAN (2010), relaciona dezoito propriedades açucareiras entre os anos de 1754 e 1776 (Quadro 31):

Quadro 31 - Propriedades açucareiras identificadas nos inventários judiciais da Comarca de São Cristóvão (1754 – 1776)

PROPRIEDADES AÇUCAREIRAS IDENTIFICADAS NOS INVENTÁRIOS JUDICIAIS DA COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO (1754 – 1776)

ENGENHO	DESCRIÇÃO
<i>Engenho Belém</i>	<i>sem caracterização da propriedade.</i>
<i>Engenho Cumbe</i>	<i>engenho com uma capela, casas de vivenda, senzalas, terras devolutas, terras de massapé.</i>
<i>Engenho do Tapnagoa</i>	<i>engenho com casa de engenho, casa de purgar com utensílios, terras e capela.</i>
<i>Engenho de Santa Bárbara</i>	<i>sem caracterização da propriedade.</i>

¹⁰⁵ Inventários, Testamentos e Livros de Notas da Comarca de São Cristóvão. (SCR/C. 1º OF.- Arquivo Geral do Judiciário).

<i>Engenho Mosquito</i>	<i>engenho com casas.</i>
<i>Engenho do Cafuz</i>	<i>sem caracterização da propriedade.</i>
<i>Engenho do Cambam</i>	<i>engenho corrente, com utensílios, casa de caldeira, casa de purgar, terras.</i>
<i>Engenho da Paty</i>	<i>engenho com casas de morada e terras.</i>
<i>Engenho Camaçari</i>	<i>engenho com uma capela chamada de Santo Antônio e São Gonçalo.</i>
<i>Engenho da Comandaroba</i>	<i>engenho com utensílios, terras, casa de alambique com tanques de curtir garapa e demais acessórios.</i>
<i>Engenho da Itapuranga</i>	<i>engenho com casa de morar e de purgar, com acessórios.</i>
<i>Engenho da Gameleira</i>	<i>sem caracterização da propriedade.</i>
<i>Engenho Lagoa da Penha</i>	<i>sem caracterização da propriedade.</i>
<i>Engenho das Anhumas</i>	<i>situado na Vila Nova, sem caracterização da propriedade.</i>
<i>Não identificado</i>	<i>engenho no lugar chamado Jacaressica, com terras próprias, moente e corrente, com seus acessórios.</i>
<i>Engenho Lagoa da Penha</i>	<i>situado em Itabaiana, sem caracterização da propriedade.</i>
<i>Não identificado</i>	<i>uma casa de engenhoca de alambique, com acessórios e lavouras.</i>

Fonte: LOUREIRO, 1999 E IPHAN, 2010, adaptação da AUTORA, 2019.

6.2 EM SERGIPE D'EL REY, “A EDIFICAÇÃO DA CAPELA OU DA IGREJA GERALMENTE PRECEDIA A VIDA URBANA DA REGIÃO”¹⁰⁶.

Como capitania, Sergipe passa a figurar com mais frequência nas fontes históricas e nos relatos de viajantes, mas as informações em geral são repetitivas, sem acréscimos relevantes que sirvam à caracterização local. Aqui ou ali, perdidos entre outros papéis, são encontrados registros sobre o seu povoamento, por exemplo. Contudo, em 1757 surgem os primeiros dados mais específicos sobre os territórios das freguesias de Sergipe. Portanto, uma documentação de base eclesiástica. São relatos datados, feitos por seus vigários responsáveis, trazendo dados já aguardados neste tipo de documento como listagem de igrejas e capelas, seus orngos mas também detalhes acerca do povoamento, da demografia, além de observações curiosas, como se verá.

Os padres atendiam, na verdade, a ordem do Vice-Rei Conde dos Arcos, datada da Bahia em 6 de maio de 1757, aos Ouvidores das comarcas, “Que mandassem a todas as Câmaras das mesmas Comarcas fizesse cada uma delas uma relação dos lugares e povoações do seu Distrito com os nomes e as distâncias, que há de uma às outras, praticando-se a mesma descrição dos rios, que pelas ditas povoações passam, individuando os seus nascimentos e os que são navegáveis e que em cada uma das Vilas se declararão a distância em léguas ou dias de jornada, que iam às outras vilas circunvizinhas” (BARRETO, 2008)¹⁰⁷.

Assim as *Relações e Notícias das Freguesias* formam o mais completo corpus de informações corográficas e estatísticas de Sergipe no século XVIII. Segundo Luiz Antonio

¹⁰⁶ Maria Thetis Nunes (1996, p. 220) em *Sergipe Colonial II* ao tratar do papel da igreja na vida colonial sergipana.

¹⁰⁷ Luiz Antonio Barreto (2008) em *A historiografia de Maria Thetis Nunes*.

Barreto (2005), “é também, um documento cultural precioso, mapeando o devocionário espalhado por todo o território, incluindo notícias sobre os aldeamentos, com seus respectivos responsáveis: jesuítas, carmelitas, capuchinhos e outros” (BARRETO, 2005, p. 11).

Completam os dados sobre Sergipe, dentre as fontes textuais ora utilizadas, a obra *Memória sobre a Capitania de Sergipe*, consolidada em 1808 (2005), por Dom Marcos Antonio de Souza, presbítero secular do hábito de São Pedro. Ao discorrer sobre uma série de elementos relacionados às vilas e freguesias da comarca, como produtos cultivados e comercializados e “melhoramentos de que é capaz”, nos auxiliará na compreensão deste enredado que se configura o território de Sergipe d’El Rey.

Voltando no tempo, antecede a presença dos jesuítas em território sergipano, a doação de algumas sesmarias ao sul do Rio Real, mas que não foram ocupadas devido à presença dos Tupinambá, e que por esse motivo, foram devolvidas ao controle da Coroa portuguesa. Esse fato pode ter favorecido a aliança dos nativos com os franceses, o que facilitou a partir dessa união, a exploração e manutenção do pau-brasil, ou seja, o comércio da madeira tintorial. Dessa forma, a instalação do Governo Geral na Bahia em 1548, não conseguiu o propósito de dar prosseguimento à conquista, nem de facilitar as comunicações entre as capitanias da Bahia e de Pernambuco, além de não evitar o contrabando do pau-brasil (FREIRE, 1977; SALOMÃO, 1996).

Vale destacar que os interesses entre franceses e portugueses eram distintos: o primeiro tinha a finalidade de pilhar os produtos locais e assim manter sua atividade comercial, sem interesse no controle da população indígena. O segundo pretendia o controle territorial, a proteção dos produtos locais para serem exportados no comércio europeu e o domínio da população nativa. Com isso, se configuravam as animosidades entre portugueses e franceses.

Nessa conjectura, independente dos conflitos, os portugueses vão adentrando os sertões e estabelecendo áreas para criações de animais, da pecuária e para a produção agrícola:

Sergipe não interessava aos colonos portugueses apenas como passagem entre Bahia e Pernambuco. Apresentava condições excepcionais para a pecuária, devido à abundância de rios e de seus pastos ainda virgens. Sem dúvida a sua conquista facilitaria o transporte dos rebanhos do vale baiano do rio São Francisco para o recôncavo. Além disso, localizado a meio caminho entre as capitanias de maior concentração populacional e as mais dinâmicas, em virtude da agro-indústria canaveira, Sergipe teria nelas os principais mercados para seus criadores (SALOMÃO, 1995, p.107).

Compreendido por Salomão (1996) como território “marginal”, por estar fora do espaço dominado, mas salienta a autora acerca da importância de conquista de Sergipe d’El Rey pelas “condições excepcionais para pecuária” como também por poder oferecer área de rios e pastos

ainda intocados. No processo de ocupação do “território marginal” é que se constituiu a demarcação do território eclesiástico.

Conforme já mencionado, o primeiro movimento de ocupação da capitania de Sergipe d’El Rey aconteceu em 1575, como parte da dinâmica catequética praticada pelos jesuítas, através das primeiras missões, que, como visto, tencionavam a conversão do gentio e a implementação dos aparatos administrativos do Império. “Ao evangelho e não as armas; à paz e não à guerra, entregou-se a conquista da nova capitania” (FREIRE, 1871, p. 4) ou seja, a presença desses religiosos nesse território estava inicialmente articulada com a prática de catequização dos grupos indígenas que habitavam o território sergipano.

Nessa fase, a historiografia sergipana desvela a formação dos primeiros aldeamentos denominados: São Tomé, Santo Inácio e São Paulo. Mas, as tentativas de instalar as missões despertaram conflitos entre os criadores de gados que já se encontrava instalados e os padres que em virtude disso, não consolidaram a empreitada (FREIRE, 1977; SALOMÃO, 1996; NUNES, 1989,1996).

Entretanto, já nesse contexto, algumas medidas intencionavam à organização das colônias e o surgimento de novos “espaços urbanos”, alicerçados no respeito ao consentimento da igreja que era algo indispensável para a Coroa portuguesa num projeto tão grandioso quanto a expansão marítima. Ao iniciar a interiorização da expansão colonizadora, os jesuítas desempenharam um papel político, econômico, religioso e social fundamental na formação colonial brasileira. Naquele momento, amplificaram o projeto católico de conversão dos gentios, que criou e arranhou os aldeamentos missionários formados nesse novo território.

De acordo com Verônica Maria Meneses Nunes (2018) em *Cultura Material e território eclesiástico: Uma leitura zooiconográfica em igrejas coloniais de Sergipe Del Rey entre os séculos XVII – XVIII*, a partir dos seus bens, tornaram-se, referências inventadas de urbanização e modernidade, elevando, muitas vezes, povoados em vilas, deste modo, influenciaram diversos aspectos da vida de diferentes povoações. Na verdade, os jesuítas foram, em Sergipe, a vanguarda da colonização.

Tendo fracassando a tentativa dos jesuítas, o território em questão continua fora do controle da administração portuguesa. Em 1590, sob a forma de campanha militar, se efetivou a ocupação de Sergipe por ordem real. A partir desse momento Cristóvão de Barros iniciou o processo de doação de sesmarias, organizando suas funções administrativas e deu-lhe o nome, Sergipe Del Rey, por ser, uma capitania devoluta à posse real. Nesse território conquistado militarmente, se instituiu a administração portuguesa em âmbito civil, jurídico e religioso, sendo que essa última instância vai estar subordinada às diretrizes da Diocese da Bahia.

Nunes (1996, p. 219), reforça que “o desempenho da igreja na Capitania de Sergipe deve ser compreendido dentro do contexto externo - a política expansionista portuguesa – e do contexto interno – a estrutura sócio-econômica local”. Portanto, a formação e estruturação do território sergipano impulsionou a instauração de núcleos populacionais, motivando assim, o desenvolvimento das práticas religiosas no cotidiano local, o que fez surgir o território do sagrado, a partir da criação de paróquias e freguesias cujos limites se modificavam à medida que outras novas eram erigidas ou desmembradas de suas antigas o que tornava esses limites bastante flexíveis.

Assim, é importante acompanhar o processo de ereções de paróquias e freguesias na capitania, cujo movimento de organização foi efetivado pela necessidade da aplicação dos serviços religiosos. Acerca do que significava estas instituições de caráter, religioso, diz Maria Fernanda Derntl (2010) em *Método e Arte: criação urbana e organização territorial na capitania de São Paulo 1765-1811*:

A instalação das estruturas eclesiásticas no território tinha início com a concessão de autorização para erigir uma capela curada, ou seja, servida regularmente por um cura ou vigário coadjutor. **A capela deveria ter um patrimônio fundiário próprio e um dote ou patrimônio capaz de assegurar uma renda anual mínima para a sua manutenção.** Antes de começar a funcionar, deveria ser inspecionada e consagrada para o culto. **A promoção de uma capela à condição de freguesia costumava levar em consideração critérios de ordem econômica e demográfica, embora fatores de ordem política pudessem mesmo ter preeminência.** Em geral, os moradores suplicavam a elevação à freguesia alegando encontrarem-se carentes de assistência espiritual devido à distância à sede paroquial e a dificuldades de caminhos. **Era necessário que a capela já tivesse sido então transformada em um edifício maior, a igreja matriz. O território onde viviam os fiéis que frequentavam a capela não era delimitado fisicamente. Já as freguesias, depois de fundadas, precisavam ir demarcando seu território à medida que surgissem freguesias confinantes** (DERNTL, 2010, p.66, grifo nosso).

Portanto, ainda segundo a mesma autora, a paróquia ou, na denominação mais comum, a freguesia, era a unidade territorial básica no domínio eclesiástico. As freguesias eram também espaço suplementar para exercício da justiça civil e atos administrativos, com destaque para o recrutamento militar e a cobrança de impostos. Ali se recolhia o dízimo, tributo mais duradouro e rentável na Colônia, aplicado a dez por cento de toda a produção.

No território da freguesia, como visto, necessariamente havia uma igreja matriz e um pároco ou vigário, podendo ainda contar com capelas filiais e seus respectivos capelães. As freguesias estavam submetidas à jurisdição da diocese, administrada por um bispo. Havia ainda as comarcas eclesiásticas, divisões que reuniam um certo número de freguesias, sendo administradas pelos vigários da vara. O pároco, como responsável pela direção da freguesia, deveria assegurar a doutrinação da população e cuidar de vários aspectos da vida da comunidade, cabendo-lhe zelar pela observação das normas da Igreja, garantir a presença dos

fiéis na missa, supervisionar a entrada e saída de pessoas na freguesia, conservar a construção e os ornamentos da igreja e controlar atividades religiosas em capelas distantes (DERNTL, 2010).

Contudo, havia problemas. Geralmente, compreendiam áreas excessivamente grandes, tornando-se impossível para alguns fiéis frequentar o culto. Outros fatores que dificultavam a rotina da vida religiosa eram os desequilíbrios na distribuição territorial e a imprecisão de seus limites, repercutindo no trâmite do atendimento aos fiéis, controle dos clérigos e na administração episcopal.

Mas se a saída adotada fosse a fundação de novas freguesias, esta alternativa envolvia ainda problemas relativos à provisão e manutenção dos clérigos. Havia dificuldade para se recrutarem sacerdotes dispostos a viver em povoações precárias e em locais inóspitos, onde nem sempre seriam bem aceitos pelos colonos (DERNTL, 2010).

Além disto, a opção por erigir novas freguesias não agradava a todos, e muitos senhores, diante da elevação para matriz e paróquia, reclamavam o pagamento de impostos pelo uso de suas terras e de sua capela adornada e preparada para o sacrifício da missa e dos seus sacramentos. Como exemplo dessa realidade, apresenta-se a carta de 27 de julho de 1719 enviada para a Mesa da Consciência e Ordens sobre o requerimento do coronel Garcia d'Ávila Pereira, transcrita por Ivo do Prado (1919) em *A Capitania de Sergipe e suas Ouvidorias*. O documento refere-se às capelas do coronel Garcia d'Ávila em Sergipe e no Norte da Bahia e por sua importância, transcreve-se um trecho mais longo dele:

Senhor. — Diz o coronel Garcia d'Ávila Pereira, morador no termo da cidade da Bahia que **elle é senhor e possuidor de varias terras na capitania delia e em outras do estado do Brazil em as quais ha varias cappellas que edificarão seus pães e avós a sua custa**, e as dotarão, e assistirão com tudo necessário para nellas se poder dizer missa dessentamente, e administrarem os Sacramentos a elles, e a sua familia e escravos **pondo para esse fim nellas capellaens a quem pagavam os quais com licença dos vigários administravam os ditos Sacramentos** também aos vizinhos e nesta mesma forma o tem feito o supplicante depois que entrou na administração, e **porem no anno passado foy V. Magestade servido mandar crear de novo varias freguezias na dita capitania da Bahia, e suas anexas nomeyando para Igrejas delias varias cappellas**, e entre ellas a do Espirito-Santo de Inhambupe de cima que está cita nas terras do supplicante e fundou seu avô Garcia de Ávila, e seu Tio o padre António Pereira, e a de Nossa Senhora do Campo do Ryo Real, cita nas terras que o supplicante possui, como administrador do Morgado ou Cappella que instituiu Belchior Dias Moreyra, (I) seu parente, e deyxando o necessário para a fabrica da dita capella declarou que nunca poderia ser freguezia, e que sendo se applicasse a renda delia a outra Cappella de Nossa Senhora de Jusus que também fundou nas terras que vincullou, com effeito se nomearão vigários para as ditas freguezias os quaes tomarão posse das ditas cappellas para delias usarem como de Matrices ao que o supplicante se nam opôs por não parecer desobidiente as ordens de V. Magestade, nem que queria empedir a administração dos sacramentos d'aqueles moradores que V. Magestade lhe facilitou com os ditos novos parrochos, recorre porem agora a V. Magestade, fazendo-lhe presente que o supplicante não foi ouvido para a erecção das ditas Cappellas em freguezias, e sem consentimento seu parece não seria a mente de V. Magestade

querello privar da administração delias, e mais quando além deste prejuizo recebe o supplicante outros muitos de serem as ditas cappellas freguezias porque os vigários hão de querer edificar casas junto a ellas, e trazer suas cavalgadas, e fazer creações sem pagarem renda alguma ao supplicante, e os freguezes lhe hão de devassar as suas terras, e causar damno aos gados, e criações para que lhe servem os quais damnos só podem secar mandando V. Magestade fazer a sua custa, ou a dos freguezes Igrejas para Matrizes em termo breve, e parte a onde não prejudique ao supplicante e não convindo que assim seja ao menos para de todo não ficar prejudicado pôde V. Magestade declarar compete ao supplicante o direito do padroado concedido por direito aos que edificação, e dotão Igrejas mandando que em virtude delle seja admittido o supplicante a apresentar os vigários das mesmas freguezias, e possa gozar das mais prerrogativas que competem os mais padroeyros deste Reyno declarando quais ellas são para que possa secar toda duvida, e por este modo também a não haverá para a futuro a respeito das mais cappellas, que o supplicante tem nas suas terras se vierem a ser freguezias as quais são a de Santo António de Jaguaripe, a de Sam Bento do Monte Gordo, a de Sam Miguel do Inhambupe da praya, a de Sam Bento de Itapicurú, a de Nossa Senhora de Jesus do Ryo Real, a de Sam Gonçalo do Salitre, e a de Nossa Senhora da Conceição da Torre, (i) Pede a V. Magestade que **atendendo as razões ref feridas, seja servido mandar que se restitua ao supplicante a posse, a administração das ditas capellas** do Espirito-Santo, e de Nossa Senhora do Campo que lhe tomarão para Matrizes, mandando-as fazer em outra parte na forma referida ou ao menos declare-lhe concede ou compete o padroado delias para por elle apresentar os vigários das ditas freguezias, e uzar das mais prerrogativas que tem os mais padroeyros deste Reyno declarando- se logo estas para evitar duvidas. E. R. M. D. Sebastião Pereira de Figueiredo (1719 apud PRADO, 1919, p.170-172, grifo nosso).

Com esta carta, ficam claros os movimentos que envolvem a criação de uma paróquia ou freguesia, que neste caso específico, tem por trás uma família, cujo poder financeiro lhe permitiu construir capelas. Ao relatar sua preocupação com a elevação da capela de Nossa Senhora do Campo do Rio Real à freguesia, declarando e justificando seus motivos, dentre eles por ter sido edificada por seu parente Belchior Dias Moreyra, o coronel Garcia d'Ávila demonstra sua preocupação em perder o controle de suas terras, enfatizando sua insatisfação diante de seus prejuízos e limitações do seu poder.

Nesse sentido, passamos a conhecer as motivações dos vários embates trazidos pela expansão dos domínios eclesiásticos, com os proprietários de terra que não abriam mão de suas posses territoriais, o que por outro lado, justificaria a forma lenta que as paróquias e freguesias foram se formando e se estabelecendo nesse território anexado à Diocese/Arquidiocese da Bahia.

6.3 AS MARCAS DO MOVIMENTO: REVELANDO OS ENGENHOS E OS NÚCLEOS URBANOS DE SERGIPE D'EL REY.

Ainda como parte do material eclesiástico, mas voltando à cartografia, acessando agora o século XIX, uma fonte interessante é o *Mappa topográfico da Provincia de Sergippe Del-Rei*, que abrange a Província de Sergipe d'El Rey, ilustrando sua divisão nas respectivas Freguezias de Sergipe (São Cristóvão), Cotinguiba, Divina Pastora, Propriá, Villa Nova, Santo Amaro,

Será tomado nesta seção da tese para prolongar os estudos sobre o papel da igreja na construção do território sergipano, mas também dará visibilidade ao tema anteriormente tratado, qual seja, os engenhos dos séculos XVIII e começo do XIX. Este mapa ilustra de forma bastante convincente a efervescência açucareira nesse contexto temporal e auxilia na compreensão de alguns dos seus aspectos, como a localização dos engenhos e currais, a configuração das vias terrestres e áreas de plantio em Sergipe d'El Rey na primeira metade dos oitocentos.

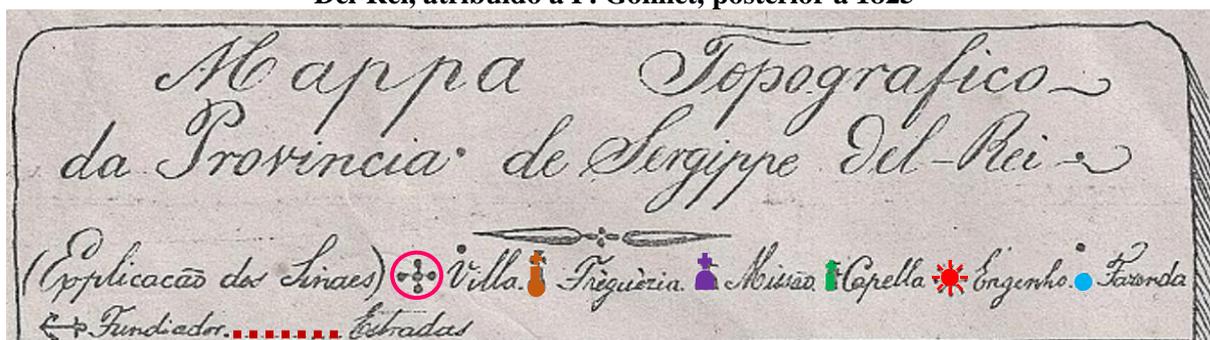
Sendo uma descrição do centro de Sergipe, nos tempos em que a Abbadia era sergipana. Apesar de não trazer os limites completos, deixa visível o Coité e as matas de Simão Dias. Nela, são indicadas as diversas freguesias e missões religiosas com sua população, bem como a indicação dos sinais utilizados no mapa (Quadro 32) (Imagem 57).

Quadro 32 – Diversas Freguesias e missões religiosas apontadas no Mappa Topográfico da Província de Sergipe d'El Rey, P. Gonet, 1825

<i>FREQUENCIAS E MISSÕES RELIGIOSAS DA PROVINCIA DE SERGIPE DEL-REI, 1825</i>			
<i>Nomes das diversas freguesias</i>	<i>População das ditas em 1815</i>	<i>População das ditas em 1815</i>	<i>Acrescimo da população em 10 anos</i>
<i>Nossa Senhora da Victória de Sergipe Del Rey</i>	<i>5275 almas</i>		
<i>Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba</i>	<i>9800 almas</i>		
<i>Santo Amaro das Brottas</i>	<i>6500 almas</i>		
<i>Divina Pastora e São Gonçalo do Pé do Banco</i>	<i>5000 almas</i>		
<i>Nossa Senhora da Purificação de Japarutuba</i>	<i>5000 almas</i>		
<i>Santa Luzia do Rio Real</i>	<i>11559 almas</i>		
<i>Nossa Senhora da Piedade do Lagarto</i>	<i>6800 almas</i>		
<i>Nossa Senhora dos Campos do Rio Real</i>	<i>3500 almas</i>		
<i>Nossa Senhora do Socorro do Juru</i>	<i>640 almas</i>		
<i>Santo Antonio e Almas de Itabaiana</i>	<i>11150 almas</i>		
<i>Santo Antonio da Villa Nova Real do Rio São Francisco</i>	<i>5166 almas</i>		
<i>Santo Antonio do Urubu debaixo Villa de Propria</i>	<i>4500 almas</i>		
<i>Missão de Agoa Azeide</i>	<i>Indios</i>	<i>60 almas</i>	
<i>Missão do Carmo</i>	<i>Ditos</i>	<i>25 almas</i>	
<i>Missão de São Felix</i>	<i>Ditos</i>	<i>400 almas</i>	
<i>Missão de São Pedro</i>	<i>Ditos</i>	<i>300 almas</i>	
<i>Total de Almas</i>	<i>75669 almas</i>	<i>101928</i>	<i>26259</i>

Fonte: Adaptação da AUTORA, 2019.

Imagem 57 – Legenda (Especificação de Sinais) - Mappa topográfico da Província de Sergippe Del-Rei, atribuído a P. Gonet, posterior a 1825



Fonte: Doc. 108. Gav. 1. Mapoteca/APES. 2019

Assim, são apresentadas informações sobre aspectos religiosos, a partir da relação das freguesias existentes e a quantidade de igrejas, capelas e missões. Fornece ainda a localização de diversas propriedades rurais em Sergipe, engenhos e fazendas, permitindo uma melhor visualização da mancha de expansão da indústria açucareira na primeira metade do século XIX.

Como se viu, antes de adentrarmos na análise do mapa, alguns aspectos do processo de colonização e ocupação do território sergipano foram reforçados, destacando-se sua articulação com a expansão política, econômica e religiosa da Coroa portuguesa na sua colônia americana. Partindo agora para a análise do *Mappa topográfico da Provincia de Sergippe Del-Rei*, Gonnet (1825) identifica 13 freguesias distribuídas entre as principais barras hidrográficas de Sergipe d'El Rey: Jeru, Abbadia, Luzia, Cidade de S. Cristóvão de Sergipe, S. Amaro, Capela, Itabayana, V^a. Nova e Propriá. O quadro abaixo, construído por Verônica Nunes (2008) teve por objetivo mostrar como as freguesias foram se formando e estabelecendo no território sergipano, período no qual estava anexado ao poder eclesiástico da Diocese/Arquidiocese da Bahia¹⁰⁸ (Quadro 33) (Imagem 58).

Quadro 33 – Relação das freguesias da capitania de Sergipe d'El Rey (Seculo XVII e XVIII)

RELAÇÃO DAS FREGUESIAS DA CAPITANIA DE SERGIPE D'EL REI NOS SÉCULOS XVII E XVIII

<i>Ano</i>	<i>Freguesia</i>	<i>Instituídas no Bispado ou Arcebispado</i>	<i>Localidade SEDE</i>	<i>Limites</i>
1617	Nossa Senhora da Vitória Da cidade de São Cristóvão	Bispo D.Constantino Barradas (1602-1618)	São Cristóvão	De São Cristóvão ao Rio Xingó/Rio São Francisco; e de São Cristóvão ao rio Real.
1675	Santo Antônio e Almas de Itabaiana	Arcebispo Dom Gaspar Barata de Mendonça (1676-1681)	Vila Santo Antônio de Itabaiana	Lagarto com o vaza barris; Geremoabo e o rio Sergipe separa de Santo Amaro. Obs: Pertence a essa freguesia os termos de Santo Antônio da piedade do Lagarto e Nossa Senhora dos Campos do Rio Real
1679	Santo Antonio da Villa Nova Real do Rio São Francisco (Desmembrada da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória da cidade de São Cristóvão	Arcebispo Dom Gaspar Barata de Mendonça (1676-1681)	Vila Nova do Rio São Francisco (Neópolis)	Da freguesia de Santo Amaro até o Riacho Xingó no Rio São Francisco
1679	Santo Antônio da Vila do Lagarto (Desmembrada da Vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana)	Arcebispo Dom Gaspar Barata de Mendonça (1676-1681)	Vila do Lagarto	Quebrada Grande que divide com São Cristóvão; O Rio Vaza Barris separa o termo da Vila de Itabaiana; Matas de Simão Dias separa da freguesia de Geremoabo; Rio Piauí do termo da vila de Santa Luzia e o Rio real do termo da Vila de Itapicuru.

¹⁰⁸ Segundo Israel Silva dos Santos (2006) em Igreja Católica na Bahia: A reestruturação do arcebispado primaz (1890 – 1930), o primeiro bispo a assumir a diocese de Aracaju, criada em 1910 por D. Jerônimo Thomé da Silva, foi Dom José Tomás Gomes da Silva, eleito em 12 de maio de 1911.

1698	<i>Santa Luzia do Rio Real (Desmembrada da freguesia de Santo Amaro do Ipitanga – Lauro de Freitas</i>	<i>Arcebispo João Franco de Oliveira (1691-1700)</i>	<i>Vila de Santa Luzia do Rio Real</i>	<i>Desde as moedas que a divide da freguesia do Lagarto; até o Rio Sagui que a separa de abadia (BA).</i>
1700	<i>Jesus, Maria e José e São Gonçalo do Pé do Banco.</i>	<i>Arcebispo João Franco de Oliveira (1691-1700)</i>	<i>Pé do Banco (Siriri)</i>	<i>Rio Sergipe que separa da Freguesia de Santo Amaro das Brotas</i>
1718	<i>Santo Antonio do Urubu debaixo (Propriá)</i>	<i>Arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide (1702 - 1722)</i>	<i>Villa de Propria</i>	<i>Da freguesia Santo Antônio da Vila Nova Del Rey do Rio São Francisco até o Riacho Xingó no Rio São Francisco</i>
1718	<i>Nossa Senhora dos Campos do Rio Real</i>			<i>Do limite da vila de Lagarto até o Rio Real</i>
1718	<i>Nossa senhora do socorro da Cotinguiba</i>			<i>Da Vila de Nossa Senhora do Socorro até pé do banco</i>
1783 (?)	<i>Santo Amaro das Brotas (?) (Grotas) (?)</i>	<i>Arcebispo Dom Frei Antônio Correia (1779-1802)</i>	<i>Vila de Santo Amaro</i>	<i>Da freguesia do Socorro até o Rio Sergipe que separa da Freguesia do Pé do banco</i>

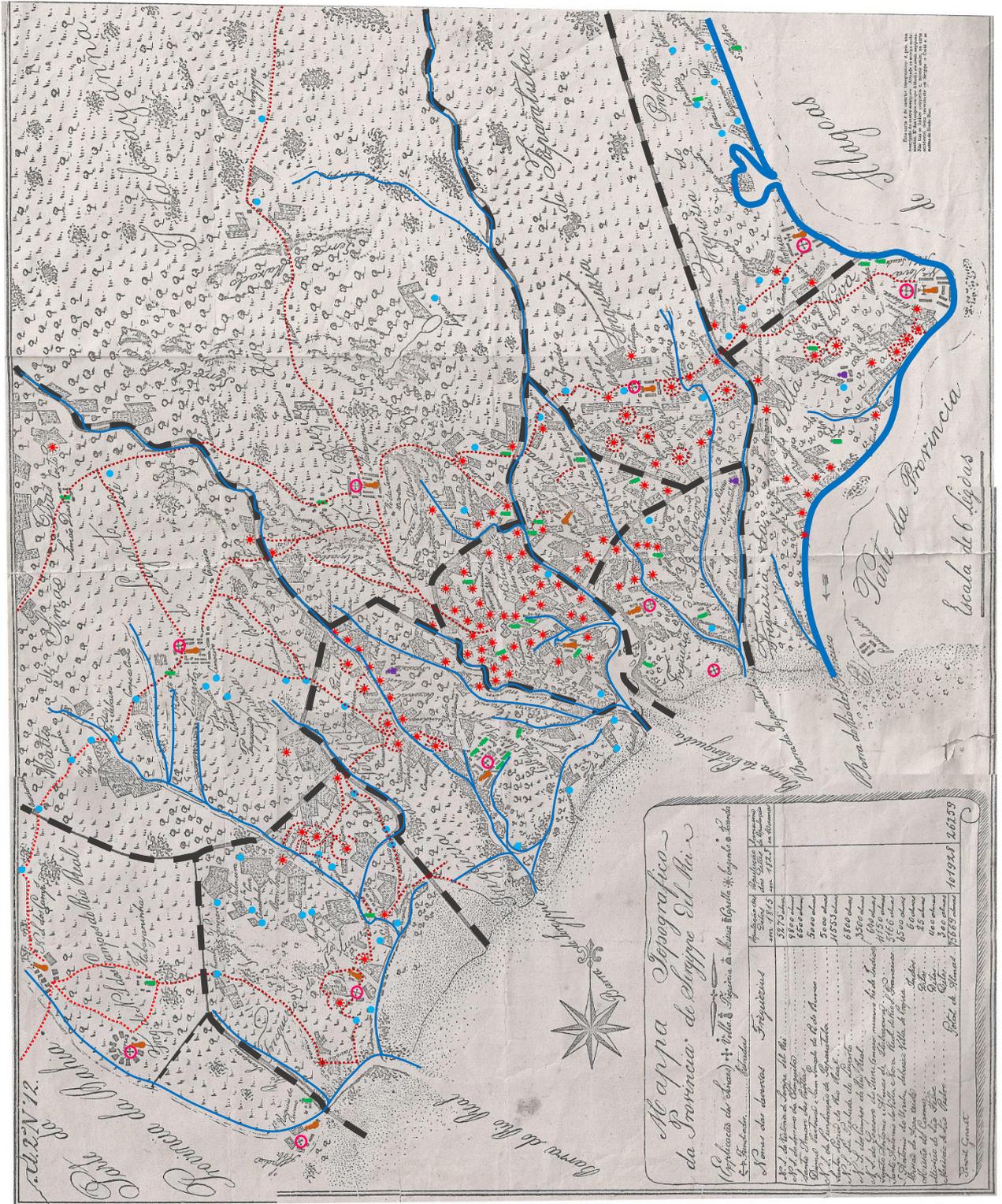
Fonte: NUNES, 1996 e MOUZART, 2008 adaptada pela AUTORA, 2019

Passando para a questão da expansão dos núcleos urbanos, o século XIX, cenário do mapa analisado, apresenta-se como um período de maior florescimento relacionado à aceleração do processo de ocupação do território, no qual foram criadas diversas vilas e algumas cidades. Sob este aspecto, tem-se em Sergipe d'El Rey um quadro peculiar, por ter sido iniciado com a fundação de uma cidade, São Cristóvão, em 1590 e ampliado com a elevação à vila de Itabaiana em 1665, Santo Amaro e Lagarto em 1697. Estas formavam em 1696 a Comarca de Sergipe. A quarta vila, Santa Luzia do Itanhy, foi criada em 1699, mas já existia como freguesia desde 1680.

No século seguinte, período marcado pela diversidade econômica, que visava também intensificar a ocupação e fixação do colonizador nas regiões mais internas do território, no ano de 1731 foi criada Vila Nova, já mencionada, que embora sem usufruir os privilégios conferidos pela categoria, assim já era denominada a povoação que se desenvolvia no fundo do estuário do São Francisco. Em 1759, é a vez de uma antiga aldeia de índios Kiriri, já citada, se tornar vila com a denominação de Nova Távora. Já o século XIX, é marcado por intensa divisão dos termos das duas vilas iniciais, com desmembramentos que levam à elevação de Maruim a vila em 1828, Laranjeiras em 1832 e Nossa Sra. do Socorro em 1835, desmembradas de Santo Amaro e Estância de Santa Luzia, em 1831.

Voltando à observação do Mappa Topográfico, vê-se que ele pode ser descrito como um amplo e minucioso levantamento de campo, repleto de inúmeros detalhes. Embora por vezes, apresente a grafia das palavras de forma quase ilegível e o desenho dos ícones fora de um padrão de tamanhos e formatos, muitas informações preciosas podem ser extraídas do mesmo (Imagem 58).

Imagem 58 – Análise do Mappa topográfico da Provincia de Sergippe Del-Rei ..., atribuído a P. Gonnet, posterior a 1825



(Explicação das Linhas) → Villa, Freguesia, Igreja, Capella, Engenho, Fazenda

← Fundador, Estradas

Fonte: Doc. 108. Gav. 1. Mapoteca/APES. 2019

As vilas e freguesias estavam situadas às margens dos rios, sendo os cursos fluviais, em sua maioria seus limites. Diante deste mapa, é fortalecida a ideia de que também em Sergipe d'El Rey o início de qualquer povoado era sempre um cuzeiro ou capela. São identificados 31 ícones para capelas, nem todas nomeadas. Eram cinco os aldeamentos sergipanos que alcançaram o século XIX: Gerú, Água Azeda, Japarutuba, Pacatuba e São Pedro do Porto da Folha. Diante deste mapa, é fortalecida a ideia de que também em Sergipe d'El Rey o início de qualquer povoado era sempre um cuzeiro ou capela. São identificados 31 ícones para capelas, nem todas nomeadas. Eram cinco os aldeamentos sergipanos que alcançaram o século XIX: Gerú, Água Azeda, Japarutuba, Pacatuba e São Pedro do Porto da Folha (Imagem 58).

Inicialmente iremos percorrer este mapa em busca de informações sobre atividades econômicas. Este coloca de forma bastante interessante informações peculiares, referentes à qualidade das terras, existência de engenhos e tipos de madeiras predominantes em algumas regiões. É visível no mapa a relação entre a produção de açúcar, a criação de gado e o desenvolvimento de outras atividades em prol de um diversificado sistema econômico, envolvendo diversos gêneros e comércio. Claramente concentrada nas regiões próximas às barras dos principais rios e ao longo do curso destes e de seus afluentes, a produção açucareira em Sergipe é representada em várias áreas do mapa, tanto do norte como do sul. Apesar de mais rarefeitos, irão se fixar na região sanfranciscana, predominantemente pecuarista desde o período colonial.

Outro aspecto importante está relacionado à localização dos criatórios, que similarmente se apresentam em várias regiões da comarca, inclusive em freguesias caracterizadas como zonas açucareiras. Esse aspecto mais uma vez evidencia a coexistência entre o gado, a cana-de-açúcar e outros produtos. São pontuados 119 engenhos e 59 fazendas distribuídos pelas freguesias.

Conforme já colocado, as vias terrestres desempenhavam importante papel, para o desenvolvimento de atividades diversas. Continuando a análise do mapa, percebe-se uma ampliação destas rotas, no sentido de atingir maior quantidade de pontos no território, percorrendo diferentes áreas do interior. Registra-se a permanência de alguns caminhos já identificados por Marcgrave, especialmente o que segue do rio São Francisco até a região de São Cristóvão, margeado por currais. Vale destacar a posição de Itabaiana como nó de caminhos, bem como a ampliação dos caminhos d'água no litoral, bordejados pelos engenhos e plantações. Registra-se uma espécie de caminhos internos, que circulam estas unidades, interligando-as às plantações do entorno.

Em seu emaranhado registro, minuciosamente preenchido por engenhos e currais que se ajuntam entre plantações e povoações, os caminhos apontados neste mapa, sejam eles d'água

ou de terra novamente corroboram a hipótese de um sistema produtivo, em voga na comarca de Sergipe d'El Rey, que explicitamente se entrelaça a outras atividades, inclusive a produção de açúcar.

Além da localização destas atividades exploratórias, cabe destacar finalmente um outro aspecto extremamente importante deste mapa, que será a sua contribuição na análise do desenho do território, agora através dos núcleos urbanos, com a localização e nomeação de vilas e povoações. De fato, somado à identificação de rios e da demarcação de estradas, temos a indicação de 11 localidades entre vilas e povoações sendo dez delas nomeadas pelo nome próprio, uma pelo termo villa, enquanto outra aparece sem indicação toponímica. Às margens do rio Sergipe identifica-se um reduto.

Através deste mapa verificamos a ocupação de Sergipe, apresentada de forma bem mais encorpada, com maior quantidade de núcleos habitados em relação ao que foi representado em mapas anteriores. Observa-se que a região predominantemente ocupada neste período, ainda é aquela circunscrita na abrangência da carta de Marcgrave, embora mais adensada na faixa mais próxima do litoral, especialmente na região do Cotinguiba.

O quadro a seguir consiste em uma síntese de algumas informações relevantes contidas no referido mapa (Quadro 34):

Quadro 34 – Diversas freguesias, vilas, povoações, missões religiosas, currais apontados no Mapa Topográfico da Província de Sergipe d'El Rey, P. Gonet, 1825

VILAS	Freguesias		Engenhos	Capelas	Fazendas	Localidades	Missões
	Elementos						
Tomar	Campos do rio Real		00	02	01		
						N. Sra. dos Campos Itabayaninha Juru	
Abadia	Abadia		00	01	00		
				Hospício do Carmo		Abadia Rio Sanguim	
Santa Luzia	Santa Luzia do Rio Real		09	01	15		
			Gavião Santa Luzia Moenda Serra Barro Vermelho Periperi		Guaringué Mironga Sacco dos Cais? Lecco Barro Mato Grosso Cumbe Periperi Palmeira Santa cruz Canabrava Bom Jesus Sedro Agoa Fria	Estância	

<i>Propriá</i>	<i>Santo Antonio do Urubu de baixo Villa de Propria.</i>	05	02	11		
		<i>Feiticeira Lagoa do Mato Miãou Topo</i>	<i>São Pedro Cimitério</i>	<i>Teia Breginho Esteves Lagoa Nova Caraiba? Virgueira? Pau da Canoa?</i>		
<i>S. Amaro Socorro</i>	<i>Santo Amaro das Brottas</i>	07	03	04		
		<i>Rozário</i>	<i>Rozario Santo Amaro</i>		<i>Rio Maruim Coqueiro</i>	
	<i>Nossa Senhora da Purificação de Japarutuba</i>	13	01	03		
		<i>Lavagem Catinga Palmeiras Murta Boa Vista Rezende Pedra Araticum</i>		<i>Lagartixa Retiro Pedra Branca Enforcados</i>	<i>Capela</i>	
		08	03			
<i>Jesus, Maria José e São Gonçalo do Pé do Banco</i>	<i>Bomfim Jurema Serra Negra</i>	<i>São Gonçalo Pé do Banco</i>				
<i>Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba</i>	40	02	05			
	<i>Contados Junco Retiro Mulungu Jacú Cambão de Baixo Ilha Penha Tramandahi Taboca Gameleira Brejo</i>			<i>Cotinguiba</i>		
<i>São Cristóvão</i>	<i>Nossa Senhora da Victória de Sergipe Del Rey</i>	15	05	04		01
		<i>Pati Capoeira Conceição Buraco Piabussú Belém Comandaroba Itaporanga Quindongá Cumbe Escurial Dira</i>	<i>São Gonçalo</i>	<i>Jape Cajueiro</i>	<i>Jardim Botânico</i>	<i>Agoa Azeda</i>

<i>Itabaitana</i>	<i>Santo Antonio e Almas de Itabaitana</i>	07	02	05		
		<i>Santa Roza Quilombo Boa Vista Jacaressica Santo Antônio Cumbe de Baixo Praieira</i>		<i>Lagoa Sergipe Boa Vista</i>	<i>S. Grande Lagoa S. de Cajaiba C. do Brito S. da Sta. Cruz Candeias Gameleiras S. das Almas</i>	
<i>Lagarto</i>	<i>Nossa Senhora da Piedade do Lagarto</i>	03	02	11		
		<i>Grito Coité N. S. do B. F. [Bomfim]</i>	<i>Santo Antonio</i>	<i>Campo do Crioulo Samba Colégio Lolé Limoeiro Sobrado Quebrado Grande</i>	<i>Cajueiro Retiro Boa Vista Papagaio</i>	
<i>Vila Nova</i>	<i>Santo Antonio da Villa Nova Real do Rio São Francisco</i>	16	04			01
		<i>Mangabeira Jaboatão Inhanhunya Prata Santo Antônio Batuma Ponteira Cantinho Mundo Novo Queimada Prauna</i>	<i>Nossa Sra. da Saúde Pindoba Santo Antônio</i>			<i>Pacatuba</i>

Fonte: Adaptação da autora, 2019.

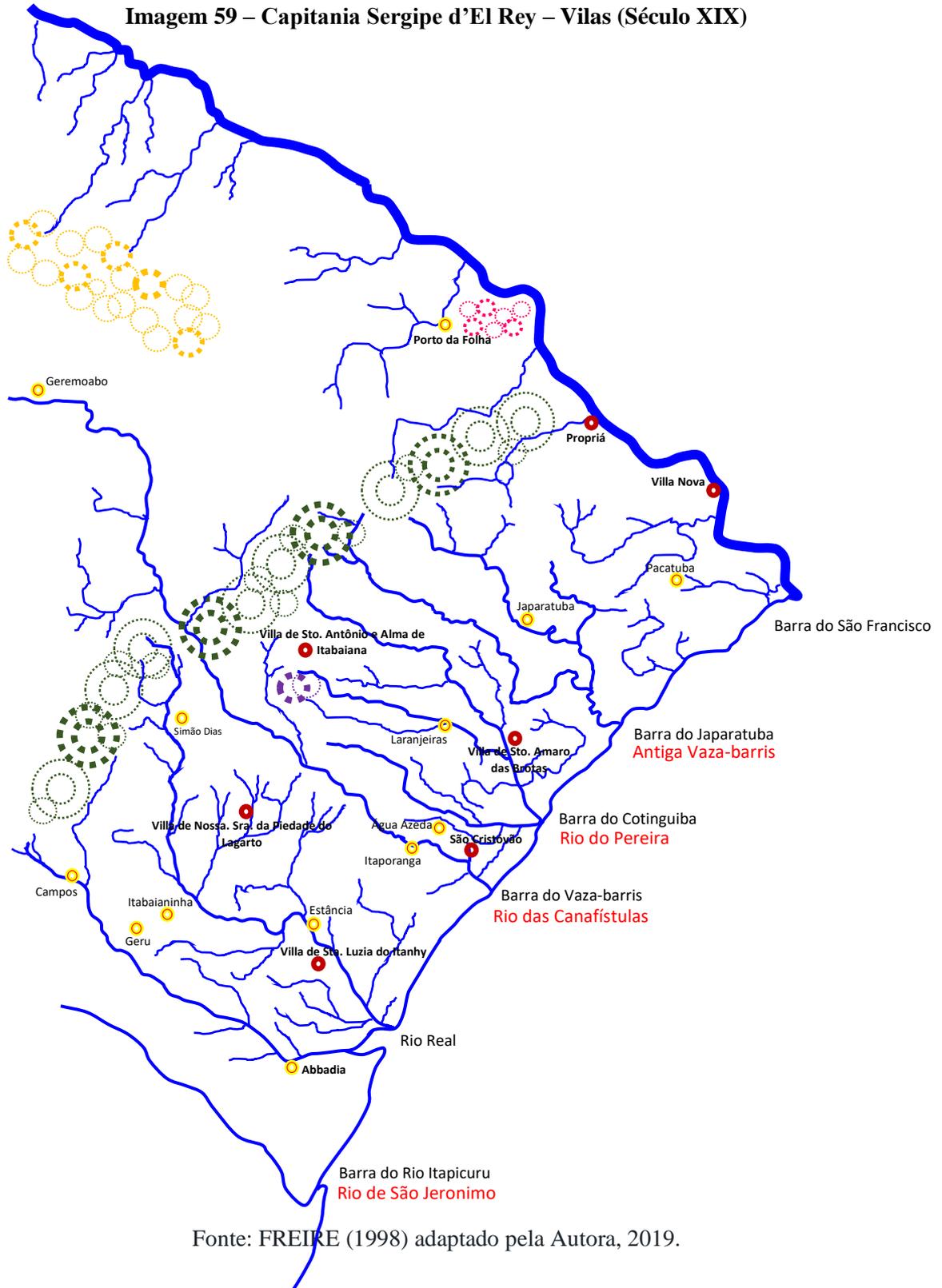
Como se percebe, ao tempo da elaboração do referido documento, por volta de 1825, Sergipe contava com diversos pontos de ocupação, além de suas principais vilas, que são constantemente mencionadas na historiografia local. Deve-se observar que essas localidades, engenhos, capelas, aldeias, sugerem uma aglomeração de pessoas, ainda que pequena, podendo ter dado origem a povoados posteriormente, e que certamente demandavam alguma circulação de produtos, denotando pequeno comércio.

6.4 SERGIPE, LUGAR HABITADO

Na busca do todo que se configurava o território de Sergipe d'El Rey, partiremos, conduzindo agora a observação do mapa e de outras fontes no sentido de investigar os núcleos urbanos. Assim, serão analisadas cada vila em particular, buscando-se os entremeios e pontos de contato desta ocupação territorial. Para isso, tomaremos como base os “parágrafos”, eixos utilizados por Souza (1808) em sua *Memória sobre a capitania de Sergipe*, para tratar de aspectos relacionados também à arquitetura religiosa, e à vida urbana, bem como a aspectos da vida rural, como potencialidades para plantações e “melhoramentos”. Levando-se em

consideração a pequena diferença temporal entre as fontes, de apenas sete anos, sempre que possível, buscaremos o cruzamento desta narrativa escrita em 1808 com o registro cartográfico de Gonnet datado de 1825. O mapa a seguir mostra as vilas e povoações que serão apresentadas na sequência. O agrupamento de vila, povoação e missão apresentados a seguirem uma mesma subseção, seguiu a inserção destas localidades em uma mesma freguesia (Imagem 59).

Imagem 59 – Capitania Sergipe d’El Rey – Vilas (Século XIX)



Fonte: FREIRE (1998) adaptado pela Autora, 2019.

6.4.1 CIDADE DE SÃO CRISTÓVÃO E ALDEAMENTO ÁGUA AZEDA

Em primeiro lugar, que se fale da “capital ou cidadela de Sergipe”, que já nasceu como cidade em 1590 e a que estarão subordinadas, as demais vilas. Tendo sua vida social, descrita com ironia e desprezo durante o século XVII, a exemplo do Soneto *Descrição da cidade de Sergipe del Rei*, do famoso poeta baiano Gregório de Matos, conhecido como Boca do Inferno¹⁰⁹, que destacava a pobreza, os poucos habitantes que ali viviam e seus costumes rústicos, à medida que os canaviais se estendiam pelas férteis várzeas de massapê, o impacto do progresso da indústria açucareira alcançava a “vetusta capital” (NUNES, 1996, p. 172).

Três dúzias de casebres remendados,
Seis becos, de mentrastos entupidos,
Quinze soldados, rotos e despídos,
Doze porcos na praça bem criados.

Dois conventos, seis frades, três letrados,
Um juiz, com bigodes, sem ouvidos,
Três presos de piolhos carcomidos,
Por comer dois meirinhos esfaimados.

As damas com sapatos de baeta,
Palmilha de tamanca como frade,
Saia de chita, cinta de raqueta.

O feijão, que só faz ventosidade
Farinha de pipoca, pão que greta,
De Sergipe dEl-Rei esta é a cidade.

No século seguinte, são visíveis as transformações ocorridas nas referências às seus fogos, habitantes e importância da sua arquitetura religiosa. Rocha Pitta na *História da América Portuguesa...*, efusivamente faz referência “à suntuosa matriz de Nossa Sra. da Vitória, Misericórdia, formosos conventos de Nossa Sra. do Carmo e São Francisco e uma devota capela de Nossa Sra. do Rosário”. Souza (1808, p. 24) acrescenta “a outra do Amparo, uma erminda não acabada com invocação do Senhor das Misericórdias e perto da cidade em um lugar eminente um “devoto santuário de S. Gonçalo”.

Contudo, apesar das palavras elogiosas, em muitos aspectos a qualidade de vida cotidiana deixava a desejar, incluindo os aspectos religiosos. Não obstante tantos templos, que deveriam indicar “um espírito de paz”, fervem em Sergipe “pleitos, intrigas e chicanas forenses”. Referindo-se aos “que pretendem ser muito distintos pela nobreza de seus nascimentos”, continua o religioso: “É verdade que ali habitam muitas famílias puras e podem bem numerar-se mais de 1.500 brancos naturais da Europa e descendentes de europeus, seus

¹⁰⁹ Escrito provavelmente entre 1682 e 1684, época que residiu na Bahia.

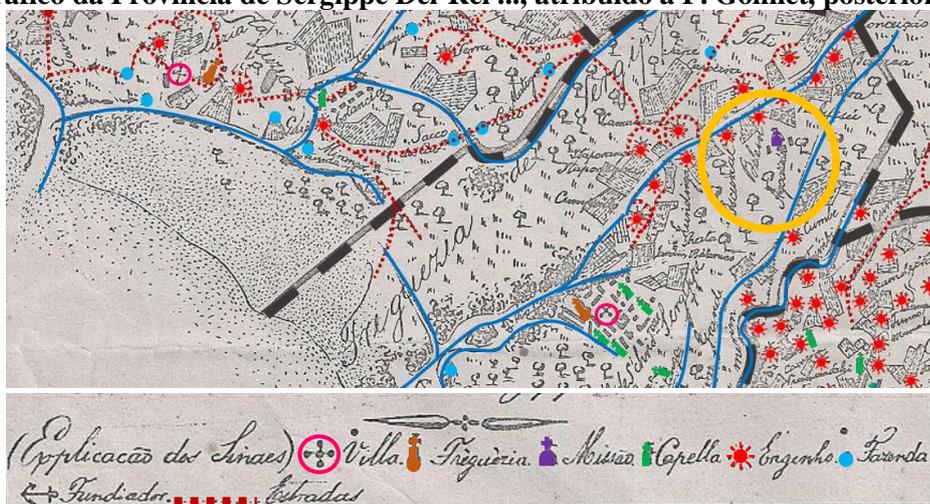
primeiros povoadores. Estes são os que servem nos cargos das camaras, nos postos das ordenanças, que contemplam como os mais enobrecidos empregos” (SOUZA, 1808, p. 25).

Para além dos “cômodos da vida urbana” presente em todos os distritos daquela capital, seu território geográfico ainda continua a merecer elogios. O nosso autor enaltece, com relação aos seus bonitos atributos, qualidade dos seus pescados, os campos próprios para a criação e propagação de gado vacum e cavalari. A narrativa de Dom Marcos também vem a enfatizar a fertilidade das margens dos rios, “cobertas de húmus ou massapê em que se plantam feijões, que servem de ordinário sustento a todos os habitantes deste território”, como ademais outras culturas de subsistência. Mas o destaque fica para a cana-de-açúcar.

Também se planta a mandioca, que produz muito bem. Muitas vezes mil covas rendem vinte e trinta alqueires de farinha. A cultura mais considerável é a da cana, que plantam nas margens do Vasa-barris e fazem a manipulação do açúcar em dez engenhos situados nas campinas por onde dirige seu rápido curso o sobedito rio, que fertiliza os terrenos, que banha quando sai do seu leito. Mas, quando as enchentes alagam os canaviais e estes por mais de três dias ficam afogados debaixo das ensoberbecidas correntes, então apodrecem as tenras e canas verdes. Depois desta enchente, que chamam de dilúvio, fica a terra mais fecunda, reanimam-se os agricultores pelo vantajoso lucro, que esperam da nova planta, a qual muito floresce e bem compensa seu trabalho (SOUZA, 1808, p. 26).

De fato, se agora nos voltamos para o mapa, observaremos como a área do entorno de São Cristóvão se mostra pontuada de ícones relativos aos atributos geográficos e a plantios. É possível identificar no mapa de Gonnet (1825) a confirmação da descrição acima, através da indicação clara do desenvolvimento de plantações ao longo dos rios, bem como a implantação dos engenhos no entorno de São Cristóvão (Imagem 60).

Imagem 60 – Detalhe – Entorno da cidade de São Cristóvão e Aldeamento Água Azeda - Mappa topográfico da Provincia de Sergipe Del-Rei ..., atribuído a P. Gonnet, posterior a 1825



Fonte: Doc. 108. Gav. 1. Mapoteca/APES. 2019

Alguns planos de melhoramentos são apontados para São Cristóvão, sugerindo-se a implantação de industrias voltadas a outros tipos de produção, como o feitiço de “muitos queijos

e grande quantidade de manteiga”, e que dessa forma se aproveitassem o leite dos gados, poupando-se “muito dinheiro que em todos os anos se despende em troca dessas coisas”. Insinua-se para alguns lugares, a ampliação nas plantações de mandioca, milho e feijão com o intuito de servirem ao consumo dos moradores da Bahia, tornando-se um “abrigo seguro em tempos de penúria ou invasão, por que não era difícil fazer-se uma comunicação continental”. Também deveria merecer atenção a cultura do trigo e a do fumo, dois grandes objetos de comércio, que teriam muita saída “pelo armazém do mundo” (SOUZA, 1808, p. 28).

Considerando-se ainda o mesmo recorte do mapa de Gonnet acima, longe “cinco léguas desta capital”, nas áreas dos rios Vaza-Barris e Poxim, identifica-se o aldeamento Água-Azeda, rodeado por engenhos e fazendas (Imagem 59). Sua fundação ocorreu na metade do século XVII. Porém, a historiografia registra o aparecimento anterior de aglomerados indígenas no entorno desse rio com as denominações de Taperoá (tepahouqa), Tapiragua, Tejupeba e [Cotigipeva]. Segundo Beatriz Gois Dantas (1976) em *Índios e brancos em conflito pela posse da terra. (Aldeia de Água Azeda, século XIX)*, o aldeamento sofreu constante despopulação e servia como braço armado dos colonizadores.

6.4.2 VILA DE SANTO AMARO DAS BROTAS, MISSÃO NOSSA SENHORA DO CARMO DA JAPARATUBA E POVOADO LARANJEIRAS.

Passemos a análise da Vila de Santo Amaro das Brotas, que elevada em 1697, era “a mais famosa e rica de toda a capitania”. Seu povoamento começou logo após a conquista do território, com doação de sesmaria a Aires da Rocha, responsável pela construção de um engenho ainda no começo do século XVII. Segundo Nunes (1996, p. 191), Antonio Martins de Azevedo, proprietário de uma fazenda e engenho na área, “doou 200 varas em quadra”, das terras situadas na elevação existente em sua fazenda, para ali ser erguida a sede da vila, dando início a construção da igreja de Nossa Senhora das Brotas.

Ainda sobre a vila de Santo Amaro, a grande expansão dos canaviais a partir de meados do século XVIII, marcaria o seu desenvolvimento. Ela se tornará o centro da mais importante região açucareira sergipana, o vale do Cotinguiba. Em sua área territorial foram se desenvolvendo prosperas povoações, somando sete em 1820, quando Sergipe se tornou capitania independente da Bahia: Capela, Maruim, Rosário, Japaratuba, Bom Jesus, Divina Pastora e Pé do Branco (NUNES, 1996, p. 193). Um documento elaborado pelas autoridades da vila, transcrito por Felisbelo Freire (1914) em *A antiga vila de Santo Amaro das Brotas*, cita os portos existentes na região:

Ao seu redor cinco portos do mar, diariamente frequentados de embarques, e desembarques, que vêm ser, Porto das Pedras, Porto dos Cavalos, Porto das Redes,

onde acorrem todas as embarcações de cabotagem, em distância cada um quase meia légua, Porto do Furado, e Tiririca, distantes 300 braças, além do porto do Engenho da Caeira, pouco acima do da Tiririca com um trapiche de recebimento e exportação de caixas de açúcar, e o Porto da Conceição (...) (FREIRE, 1914, p. 190).

Estendendo-se desde a barra do Cotinguiba até Japarutuba, seus quase “cinco mil e quinhentos habitantes”, viviam pela maior parte “da plano da cana e manipulação do açúcar em quarenta engenhos situados em toda a sua vasta extensão. (...) Embarcam suas caixas nos portos de Maruim e das Redes; toda essa produção se avalia em cem caixas” (SOUZA, 18080, p. 68). E voltando a Felisbelo,

Nela morava a elite da aristocracia sergipana, toda ela composta de senhores de engenhos de açúcar localizados nas bacias dos rios que correm na zona açucareira de Maruim, Laranjeiras, Japarutuba e Riachuelo. Nela reuniram-se as mais eminentes figuras da política sergipana e deliberavam o seu programa em face dos administradores, delegados do governo geral (FREIRE, 1914, p.187).

Pertence ao termo desta vila, metade da populosa freguesia de Nossa Senhora do Socorro até a margem do norte do rio Cotinguiba, que em 1808 era habitada por “sete mil pessoas”, dentre estas, mil cultivadores, dedicados a plantação e exportação de canas e feijão, “além de muitos porcos, galinhas e perus, de que abunda toda capitania”. À Santo Amaro, também estava sujeita a “dilatada” freguesia do Pé do Banco, onde “havia uma igreja quase arruinada sob a invocação de Jesus Maria Jose e São Gonçalo”. Nela habitavam “sete mil e quinhentos habitantes”, que se empregavam na lavoura de canas, chegando a exportar oitocentas caixas de açúcar nos tempos chuvosos (SOUZA, 1808, p. 68 - 69).

Envolvido com a potencial fertilidade desta região, o religioso aponta a plantação de canas nas varjantes do distrito de Japarutuba, zona com o alagamento de suas planícies, pelas cheias dos rios e de algodão, próximo a um lugar, que conserva o nome de Enforcados, cuja colheita chegava “a quatro mil arrobas, quando alias podia formar um ramo considerável da lavoura e comercio destes habitantes”. Na perspectiva de futuro, diante dos notáveis progressos desse território, chega a aconselhar uma “feira dos algodões” e a fundação de outra paróquia além da capela da Purificação de Japarutuba, diante da conveniência de se ter a matriz perto da vila.

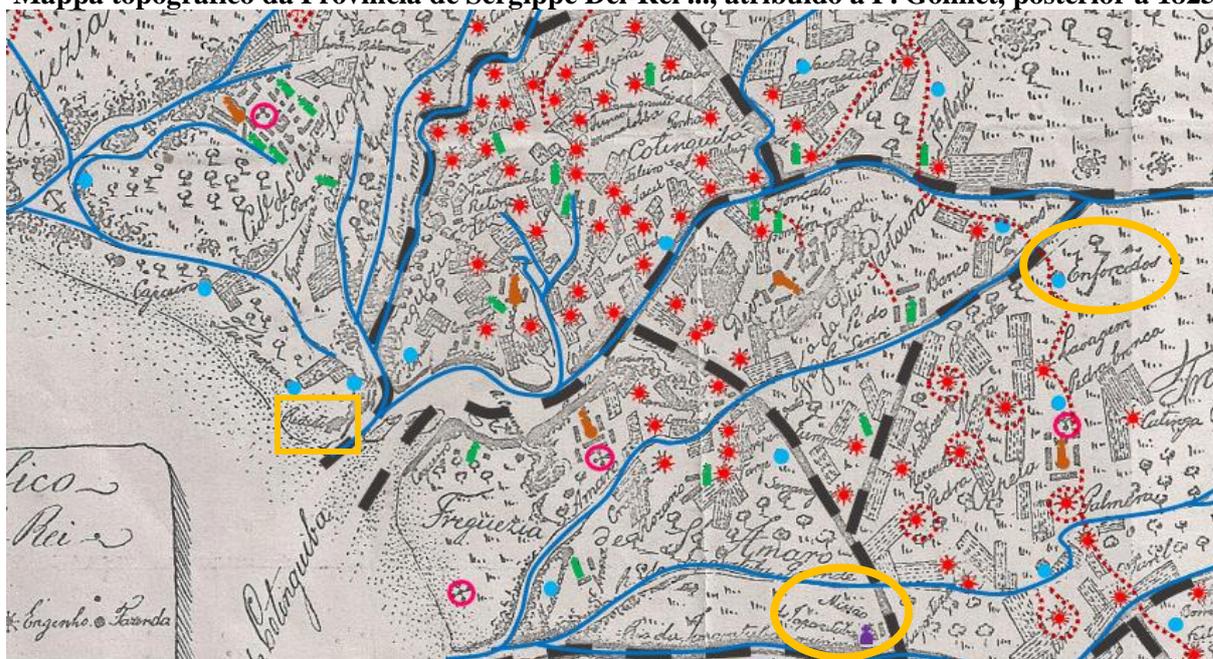
A narrativa de Dom Marcos Antonio, vem confirmar as suposições de escassez de gado para os trabalhos locais: “nas margens do Japarutuba se cria pouco gado, porém este não basta para o serviço dos engenhos” (SOUZA, 1808, p. 68, 70). Sob a perspectiva dos melhoramentos possíveis, “mais cresceria o povo da fertilíssima Japarutuba se fosse aberto um novo canal de comunicação”, fazendo-se a barra do rio navegável. Em uma palavra:

Aberta uma nova estrada para a circulação do comércio tirariam os mais vantajosos partidos desses terrenos fertilíssimos, emprenderiam outros gêneros de lavoura, aumentariam seu comércio, assegurariam a mais cômoda subsistência. Desta sorte

receberia a Metrópole, com mais facilidade, dos seus campos os objetos de consumo, os materiais da sua indústria (SOUZA, 1808, p. 72).

Retornando ao mapa de Gonnet, vamos encontrar respaldo para as afirmações de Dom Marcos Antonio, que além de marcar a região produtora de algodão, denominada Enforcados, localiza a Missão Nossa Senhora do Carmo da Japaratuba, que constituída pelos capuchinhos franceses em meados do século XVII, reuniu índios dispersos nos vales dos rios Japaratuba, Lagartixos e Siriri (Imagem 61).

Imagem 61 – Detalhe – Reduto, Vila de Santo Amaro, Enforcados e Missão da Japaratuba - Mappa topográfico da Provincia de Sergippe Del-Rei ..., atribuído a P. Gonnet, posterior a 1825



Fonte: Doc. 108. Gav. 1. Mapoteca/APES. 2019

Em 1808, compreendia esta Missão “trezentos índios” os quais eram doutrinados por um religioso carmelita. O olhar da sociedade lançado sobre os índios permanecia negativo e desmerecedor, para exemplificar, eram julgados “errantes” e “por serem imorigerados” serviam “de muito gravame aos seus vizinhos”. Não se polpava também os religiosos, pela proximidade que guardavam destas populações.

Nesses pequenos conventos algumas vezes se relaxa a disciplina regular; esses párocos saindo dos claustros pela maior parte não servem de exemplos aos fiéis. (...) Se adquirissem maior grau de civilização podiam ser úteis a si próprios e com seus braços reforçados servir à sociedade e ao Estado” (SOUZA, 1808, p. 72).

Os indígenas viviam da pecuária, das roças, caça, “pilhagem dos gados e vadiagem”, atividades que evidenciam o conflito com os proprietários dos arredores, que costumeiramente

invadiam suas terras. De acordo com Pedro Aberlardo de Santana (2015) em *Os índios em Sergipe Oitocentista: Catequese, civilização e alienação de terras*, até a década de 1830, as fontes registram notícias sobre a aldeia Japarutuba, entretanto nessa mesma década ela é dada como inexistente, não se encontrando nenhum registro de como ocorreu esse processo. As fontes apenas se silenciam. Sobre os seus habitantes é possível apenas especular se teriam sido transferidos para outro local, ou se, por não terem recebido sesmária, não teria havido luta pela terra. Segundo Luiz Mott (1986, p. 35) essa missão era habitada em 1825 por cerca de 213 moradores. Em 1854 Japarutuba foi transformada em freguesia, sendo elevada a vila em 1859.

A grande concentração de engenhos, a fertilidade do solo e a consequente importância dessa região também é evidente no mapa de Gonnet (1825), que contabiliza mais de sessenta engenhos na região de Santo Amaro. Destaca-se o número de áreas cultivadas ao longo dos rios e entorno das propriedades açucareiras, bem como o número reduzido de currais, se comparados a outras áreas do mapa (Imagem 61).

Outro aspecto interessante toca à participação da igreja católica na vida social e econômica de Sergipe e sua influência na configuração do espaço geográfico. Essa afirmativa já foi respaldada ao longo dos séculos continuando ocorrendo guiada pela elevação de templos religiosos, por sua vez, diretriz para o despontar e transformar os estabelecimentos urbanos. Expressão disso, é o grande número de igrejas e capelas assinalados por Gonnet, 16 nesta área.

Além de evidenciar o esforço da igreja e de seus fiéis em ampliar seu patrimônio, reforça a experiência da religião “santa e divina”, capaz não só de arrancar “com a doçura da persuasão a muitos pecadores do selo dos vícios, como conseguem muitas vantagens para os Reinos e Impérios” (SOUZA, 1808, p.31). Ao tratar dos edifícios religiosos presentes na região de Laranjeiras, Souza (1808) reafirma, como bom religioso, a importância da fé e sua dimensão material: “tão interessante ao espírito do homem, como a medicina ao corpo humano, se não pode conservar sem templos, sem sacerdotes e sem levitas”.

Além da matriz de Santo Amaro, identificam-se várias edificações religiosas nesta área, como a segunda residência dos Jesuítas, denominada de Retiro e construída em 1701 com o objetivo de dinamizar a evangelização no Vale do Cotinguiba, onde posteriormente se fixou Laranjeiras. Ao seu lado, a igreja de Santo Antônio e a Capela de Nossa Senhora das Neves (SOUZA, 1808). Segundo Tom Maia (1979) em *Sergipe Del Rei*, outra residência foi erguida pelos jesuítas à margem direita do Cotinguiba em 1731. Três anos depois, inaugurou-se a Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Comandaroba.

Em 1757, a povoação de Laranjeiras era catalogada, apenas como um dos sítios existentes na freguesia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba. Já nas descrições do final

do século XVIII, enfatiza-se sua ocupação por negociantes e a existência de uma feira “aos sábados onde gira dinheiro e efeitos”. D. Marcos confirma seu rápido progresso ao escrever que havia dentro desta povoação, “seiscentos fogos ou perto de três mil pessoas, que pela maior parte vivem do trafico de vender mercadorias de Portugal e de comprar os gêneros do pais para exportar para a Bahia” e se emprega em plantar mandioca, feijão, canas e na manipulação do açúcar (SOUZA, 1808, p. 29).

(...) **há vinte fábricas de moer as canas, que chamam engenhos** e outros tantos alambiques de aguardente destilado do mel que resta ou corre das fôrmas de barro, onde se faz a última operação de cristalização do açúcar e que chamam purgar. Exportam mil caixas de açúcar, porém aguardente quase toda se consome nas tavernas da comarca. Mais progresso teria esse ramo de indústria se os proprietários das oficinas não sofressem muitos vexames, da conduta cobiçosa dos arrematadores do imposto ou contrato da aguardente. Estes não somente são desatentos e intratáveis, porém praticam muitas extorções contra os donos dos laboratórios de aguardente (...) pelo que muitos desanimam e antes querem perder o seu mel do que sofrerem tais gravames (SOUZA, 1808, p. 29-30, grifo nosso).

A partir da segunda década do século XIX, torna-se marcante o desenvolvimento das povoações vizinhas. Os novos núcleos se encontravam melhor localizados quanto ao porto, favorecendo o comércio e as comunicações da região. Destaca-se nesse contexto, as alterações ocorridas na barra do Cotinguiba, que ao dificultar a entrada de embarcações de alto bordo em Santo Amaro, teria levado a transferência do embarque da produção açucareira para o Porto das Redes e Maruim. Assim, vão afirmando-se as povoações de Capela, Rosário e, principalmente Maruim que crescia em torno de um trapiche construído em 1816. Embora o núcleo urbano não se destacasse pelas construções levantadas, o porto em 1829 era considerado o maior, “pelo vulto das exportações mui superior a de todos os outros portos”¹¹⁰.

6.4.3 VILA DE SANTA LUZIA DO ITANHY E POVOAÇÃO DE ESTÂNCIA

Já o início da Vila de Santa Luzia do Itanhhy, elevada em 1699, se confunde com os primórdios da ocupação de Sergipe d’El Rey, quando aí chegaram os jesuítas para a catequese. Segundo Nunes (1996), este seria o local onde se estabeleceu a Missão de São Tomé, e depois se desenvolveria a povoação que se tornou sede da vila, conhecida por sítio Areticuíba. Duas léguas acima, se instalaria a povoação de Estância em torno da Capela de Nossa Senhora de Guadalupe, em terras de Pedro Homem da Costa e Pedro Alves, intencionados a “povoar e fazer engenho”.

A importância desta povoação logo se tornaria visível, resultante da prosperidade econômica trazida pela situação geográfica “junto a um rio navegável, para onde afluía a

¹¹⁰ Ofício do Presidente Inácio José Vicente da Fonseca ao Ministro dos Negócios do Império Clemente Pereira em 15 de setembro de 1929. NA, Secção dos Ministérios em Nunes (1996).

exportação do rio Piauí”. Nessa povoação “morava párocos, escrivães, camaristas e mil e seiscentos habitantes”.

Várias querelas marcariam a disputa pela transferência da vila para a povoação. Dentre os argumentos, figurava a melhor localização de Estância, na área da vila, em terra plana bem servida de água dos rios Piauí e Piauitinga, enquanto Santa Luzia era inabitável por falta de água. A igreja, sob invocação de Santa Luzia, se apresentava imprópria para a celebração dos atos divinos, construída com taipa e em ruínas. Alegavam ser o local “incapaz de comércio, com um rio muito largo, no qual não se podia fazer ponte”. Na questão estava evidenciada a rivalidade, entre os que chegaram à terra e a colonizaram, e os que a ela aportaram depois, alguns dedicando-se ao comércio. As desavenças se estenderiam por cerca de 120 anos, quando em 1831, Estância seria reconhecida, juntamente com Laranjeiras, um dos mais prósperos e atuantes centros urbanos sergipanos (NUNES, 1996, p. 184).

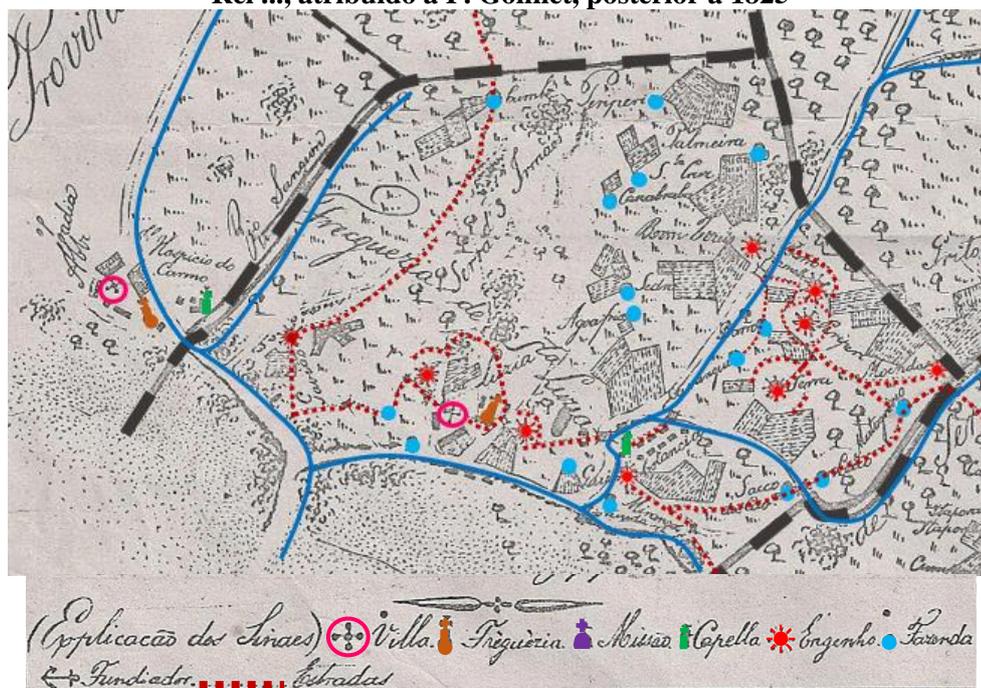
Em 1808, estava Santa Luzia “quase deserta (...), nela só residia um coadjutor que faz as funções de pároco e 20 famílias”. Já Estância, crescia em importância por escoar em seu porto a produção açucareira da região. Na descrição oferecida por Souza, são apresentados detalhes sobre o preparo da terra e produção da farinha, que “faz o principal objeto do tráfico destes habitantes”, sendo exportados do porto da Estância e de Santa Luzia cada ano, mais de cem mil alqueires” para Bahia e Pernambuco (SOUZA, 1808, p. 39,42).

Tem sido este termo não só o celeiro de Pernambuco, devastado por continuadas secas, como também tem favorecido todas as vilas da sua comarca e ainda grande parte do sertão da Bahia. Também cultivam o milho e o arroz, que produz muito bem; plantam o feijão, porem em pouca quantidade (SOUZA, 1808, p. 43).

Apesar da existência de vinte engenhos de açúcar, a cultura da cana é tida como “imprópria para este terreno por ser pela maior parte arenoso” e “seus proprietários não retiram grandes proveitos”. Mesmo assim, Souza (1808) confirma a exportação de quinhentas caixas de açúcar e quatrocentos arrobas de ticum para a Bahia.

Vislumbrando possibilidades de ampliação na produção e mercado internacional, conclui que “ali também se podia cultivar canela, pimenta da Índia, café e cacau; estes gêneros formariam um ramo considerável de comércio e fariam correr sobre a nação parte das riquezas, que felicitam a Inglaterra e que fizeram a mercantil Holanda florescente” (SOUZA, 1808, p.44). O autor, se ocupava ainda das poucas matas que restam ao ferro assolador dos agricultores, entretanto, haveria de se aproveitar “muitas madeiras de construção, que serviriam à marinha real e mercantil, sendo muito fácil a exportação pelos rios que banham este território. “Deste modo se abriria um novo caminho, para a indústria de todo este povo, que é espirituoso, ativo e inclinado ao trabalho, origem das riquezas” (SOUZA, 1808, p. 43 - 44).

Imagem 62 – Detalhe – Vila de Santa Luzia - Mappa topográfico da Provincia de Sergippe Del-Rei ..., atribuído a P. Gonnet, posterior a 1825



Fonte: Doc. 108. Gav. 1. Mapoteca/APES. 2019

A análise do recorte da vila de Santa Luzia apresentado por Gonnet (1825), vem confirmar a tímida vocação da região para engenhos de açúcar, se comparada ao vale do Cotinguiba. Observa-se a concentração de 9 engenhos margeando o rio Sergipe. Ao mesmo tempo, partindo-se para o sul, registra-se maior concentração de plantações no interior, sendo estas intercaladas por 14 fazendas (Imagem 62).

6.4.4 VILA DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO DO TOMAR (GERU)

Dez léguas adiante, passemos a descrição da vila de Nossa Senhora do Socorro do Tomar. Segundo Pedro Abelardo de Santana (2011) em *Extinção de aldeamentos e resistência indígena em Sergipe: 1840-1860*, o Aldeamento de Geru, localizado próxima ao Rio Real, foi fundado em 1666 para reunir índios Kiriri, época em que a região foi atingida por uma fonteira de expansão pastoril, liderada por Belchior Dias Moreia. Ao longo de sua história consta a catequese jesuítica, conflitos com fazendeiros e a transformação em Vila em 1758.

Ao findar o século XVII, já estava construída a igreja dedicada à Nossa Senhora do Socorro, “muito decente e rica de alfaias sagradas”. Junto a mesma, estava a casa de residência do pároco, que antes funcionou como um colégio da companhia de Jesus (SOUZA, 1808, p. 49).

A política do marques de Pombal contra a Companhia de Jesus, que culminaria no Alvará de 28 de outubro de 1759, expulsando os jesuítas de Portugal e suas colônias, laicizou a missão do Geru, ao elevá-la à categoria de Vila, com denominação de Nova Távora no ano anterior. Sem a guarda dos jesuítas, os índios passaram a ser vítimas dos colonos cobiçosos da mão-de-obra domesticada, já acostumados, que eram, ao trabalho agrícola na missão (NUNES, 1996, p. 200).

Com os anos uma população não índia foi se estabelecendo e tomando as atividades, especialmente a agricultura. Em 1803, informações enviadas ao Reino pelo Ouvidor da Comarca de Sergipe, dizia que a vila do Geru, “compunha-se de mais de cem casais: Com Escrivão, Diretor, e professor de Primeiras Letras e por Vigário um clérigo secular: e um Capitão-mor índio¹¹¹”. Na Câmara atuavam dois juízes ordinários, sendo um índio e outro branco. D. Marcos Antônio de Souza, assim definiu a situação: “Estes juízes ignorantes ordinariamente iludidos pelos seus assessores, que os arrastam por sinistras persuasões a favorecer seus interesses, a satisfazer as suas vinganças” (SOUZA, 1808, p. 49).

Em 1808, calculava-se que esta vila e seu termo compreendiam a extensão de uma légua quadrada e nela se numeravam 633 habitantes, sendo a maior parte “de índios e pessoas de raças misturadas”. A cultura deste território era “muito diminuta, pouca criação de gado vacum, mas aqui se podiam ocupar os braços de 1600 agricultores, porque o terreno pela fertilidade promete uma recompensa certa do trabalho” (SOUZA, 1808, p. 49) (Imagem 63).

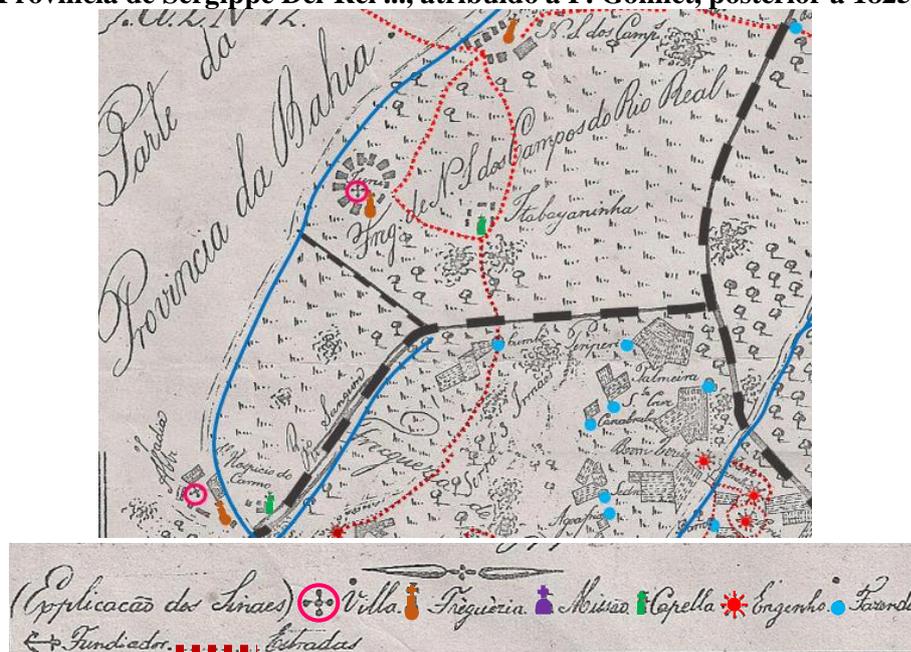
De acordo com Beatriz Góis Dantas (1973) em *A Missão Indígena do Geru*, no início do século XVIII, a vila do Tomar representava uma das maiores concentrações dos índios de Sergipe. Dos 1641 índios existentes no território sergipanos em 1802, 458 deles habitavam a extinta missão do Geru, que com o passar dos anos, na condição de vila, vai atraindo cada vez mais, maior número de “brancos”. Segundo Nunes (1996, p. 201) “as terras férteis da vila foram sendo ocupadas pelo branco, de forma lesiva aos interesses dos naturais donos que sempre saíam perdedores nos conflitos surgidos, nos quais chegam a ocorrer mortes”.

Acrescenta Dantas (1973) que nestas circunstâncias, sem terras para plantar, nem rendas que lhes garantissem a sobrevivência, os índios vêem-se forçados a abandonar o território da antiga missão, transferindo-se gradativamente para umas matas muito poucos habitadas que ficam a leste do Geru, onde passam a fazer suas roças. A situação anômala em que se encontrava a Vila deu respaldo à Resolução do Conselho do Governo da Província, de 04 de maio de 1833,

¹¹¹ AHU – Bahia, doc. 26.326. Estado atual da civilização dos índios da Comarca de Sergipe d’El Rey.

declarando “extinta a Villa de Tomar do Geru, fica em seu lugar erecta em Vila a Povoação de Nossa Senhora da Conceição de Itabaianinha”.

Imagem 63 – Detalhe – vila de Nossa Senhora do Socorro do Tomar - Mappa topográfico da Provincia de Sergippe Del-Rei ..., atribuído a P. Gonnet, posterior a 1825



Fonte: Doc. 108. Gav. 1. Mapoteca/APES. 2019

6.4.5 VILA DE SANTO ANTÔNIO E ALMAS DE ITABAIANA

Agora, cruzaremos o território, manobrando na direção da vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana. Comprovando que, geralmente, **o religioso precedeu o político**, a freguesia de mesmo nome já havia sido criada em 1675.

Ponto de convergência dos moradores da região para assistirem aos atos religiosos, a capela de Santo Antônio, junto ao rio Jacarecica, é a igreja mais distante do litoral sergipano durante a primeira metade do século XVII, tornando-se um marco da ocupação portuguesa nos sertões coloniais de Sergipe.

Conhecido desde o início da colonização e reunindo várias sesmarias, o território que integrou a vila de Itabaiana adquiriu notoriedade nas primeiras décadas do século XVII com a procura das lendárias minas de prata. Os metais preciosos não seriam encontrados, mas a lenda persistiria até o século XVIII. Frustradas as expectativas de se encontrar minérios nessa região, o crescimento da população de Itabaiana acabou por ocorrer lentamente, dificultado pela presença do indígena refugiado “ante as investidas dos colonizadores”, e dos mocambos dos escravos negros que escaparam da escravidão durante as guerras holandesas (NUNES, 1996, p. 176).

A pecuária se constituía na atividade básica desse período, ao lado das culturas de mantimentos, para o consumo local. A cultura do algodão começou a se expandir nas pequenas propriedades, originando uma indústria rudimentar de fiação. No último quartel do século XVIII, Itabaiana ainda abrangia um vasto território, mas tinha pouca população. Em 1782, havia apenas 5.344 habitantes distribuídos em 686 fogos. Para Francisco da Silva Lobo, vigário entre 1745 e 1768 a escassez da população e pouco desenvolvimento do povoado verificava-se em virtude de árida localização geográfica:

É o lugar da Vila e Matriz de poucos moradores, por ser aridíssimo, e tão falto de água, que não há senão no inverno, razão porque se faz digno que S. Majestade seja servido de mandar prover de alguma cisterna ou aguada de pedra e cal para remédio dos Párochos, e dos poucos moradores que nele habitam, o povo que vem às festas, missões e semanas santas, e mais funções da matriz da Vila, pois só no inverno tem água em um buraco chamado pedreira, que dura pouco tempo pelo verão, valendo-se os da Vila e mais povo que vem às festas e funções da Vila das cacimbas das serras distantes da Matriz uma légua grande.¹¹²

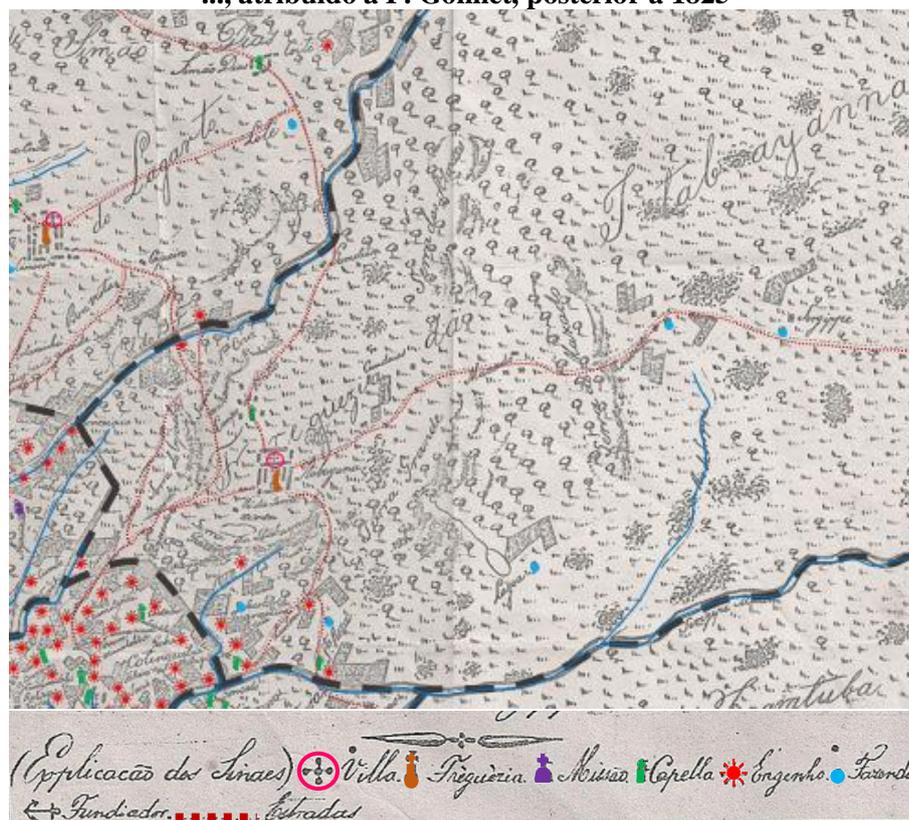
Os problemas se agravaram com a chegada dos rebanhos tangidos pela expansão dos canaviais, criados soltos nas matas. A maior parte da população vivia na zona rural “entregues as faínas agrícolas e atividades criatórias”, num habitat rural bastante disperso. No começo dos oitocentos pouco se alterara da vida urbana da vila, testemunha o relato de D. Marcos de Souza:

Na vila quase deserta em seu termo se contam novecentos e noventa e nove habitantes, entrando pessoas de todas as classes. Estes são os mais pobres de toda a Comarca e apesar de haver quatorze engenhos de açúcar, que embarcam suas duzentas caixas no porto de S. Ana e um deles no de Itaporanga, contudo são muito diminutos os seus produtos. Criam pouca porção de gado, que não chega para a sustentação dos habitantes, e da mesma forma da mandioca e legumes que plantam. É alimento quase comum a carne de ovelhas, á qual se atribui certa virtude prolífica (SOUZA, 1808, p. 59).

O mapa de Gonnet (1825) mostra que os engenhos estavam situados na várzea do Vaza-Barris, rio que separava Itabaiana da vila Lagarto, e do rio Sergipe, limite com a vila de Propriá. Assim, a exportação da produção açucareira seguia rumos que não influenciavam na vida econômica da povoação, permanecendo esta dependente da criação de gado, das culturas de mantimentos, também situada próximas aos rios e do comércio de rústicos tecidos de algodão. A abertura de estradas, facilitando as comunicações, concorreu para o desenvolvimento desses produtos comercializados para as capitâneas vizinhas (Imagem 64).

¹¹² AHU – Bahia, doc. Nº 2.715. Notícia sobre a Freguesia de Santo Antônio e Almas de Itabaiana, pelo vigário Francisco da Silva Lobo.

Imagem 64 – Detalhe – Vila de Itabaiana - Mappa topográfico da Provincia de Sergippe Del-Rei ..., atribuído a P. Gonnet, posterior a 1825



Fonte: Doc. 108. Gav. 1. Mapoteca/APES. 2019

Dom Marcos destaca o papel das “industriosas as mulheres de Itabaiana”, cujas “grosseiras manufacturas constituem o principal comércio de seus maridos e toda a vantagem de seu país. Levam os itabaianistas para os sertões altos vinte mil varas de pano de algodão, que se reputam em valor metálico dez mil cruzadas” (SOUZA, 1808, p. 60).

Na extensa área territorial, a vila de Itabaiana compreendia:

Da parte do norte os lugares chamados Pinão, Cuité, Salgado, Baatiqueri, Cayenda que distam da freguesia três, quatro seis, sete e oito léguas; da parte do sul os lugares também povoados chamados Mocambo, Cajaíba, Garangão, Tapera do Távora que distão da Matriz quatro e cinco léguas. Da parte da nascente tem os lugares povoados chamados Igreja Velha que dista da matriz uma légua e o rio Sergipe que também dista da matriz seis léguas e parte do poente tem os lugares chamados Campo do Brito que dista da Matriz duas léguas e Vaza-Barris que dista cinco léguas¹¹³.

No decorrer do século XIX, alguns destes lugares seriam alcançados pelo desenvolvimento, tornando-se povoados que passaram a atuar como centro de influência da região.

¹¹³ AHU – Bahia, doc. Nº 2.715. Notícia sobre a Freguesia de Santo Antônio e Almas de Itabaiana, pelo vigário Francisco da Silva Lobo.

6.4.6 VILA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE DO LAGARTO

Daqui, seguiremos para a parte central da comarca, buscando a vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, cuja colonização remonta ao início do século XVII com a doação de sesmarias que se destinavam à criação de gado. Seguindo o curso do Vaza-Barris, os rebanhos se expandiram, tornando-se a pecuária a base econômica dessa região.

Durante a invasão holandesa, o gado, que escapou à destruição, foi tanguado para áreas mais distantes alcançando as matas de Simão Dias. Posteriormente, esse território sediou um dos distritos militares de combate aos mocambos dos escravos negros foragidos durante a ocupação batava.

Criada como freguesia em 1679, em 1697 foi elevada à categoria de vila. Em 1700 já se encontrava instalada a Câmara e nomeados os funcionários necessários ao funcionamento da administração municipal. A economia respaldada na criação de gado, daria à vila a marca essencialmente rural de sua população (NUNES, 1996, p. 182).

Dispersos os moradores pelas fazendas e sítios, era insignificante o aglomerado urbano da sede do poder municipal, contando em 1777, apenas com 59 fogos, dos 390 levantados na vila. Neste mesmo ano, segundo *Notícia sobre a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Vila do Lagarto, no Arcebispado da Bahia, pelo Vigário João da Cruz Canedo*¹¹⁴, não apresenta “lugares nem povoações de que se possa fazer menção, porquanto os moradores moram em toda ela nos lugares mais úteis à sua cultura em distância de três, dois, uma e meia légua de uns a outros, e alguns ainda mais vizinhos”.

Em 1808, os habitantes de Lagarto chegavam “a seis mil indivíduos de diversas espécies, sendo o número dos brancos de dois mil”. Dedicavam-se,

em plantar mandioca, feijão e milho para o consumo do país, a exceção de duzentos alqueires de farinha e outros tantos de feijão que os moradores de Simão Dias terão a vender no mercado de Laranjeiras.

É muito diminuta a lavoura do algodão, cujo produto chega a mil e quinhentas arrobas, quando as referidas terras de Simão Dias são as mais próprias para esta plantação, sendo fácil a exportação pela proximidade do porto de Laranjeiras (...) (SOUZA, 1808, p. 53).

Muitos se ocupavam na criação e comércio de gado vacum e cavalariço, bastante utilizados como base de alimentação e força motriz dos engenhos da Cotinguiba e Bahia. Como grandes produtores dessa região aparecem os religiosos Carmelitas da Bahia, que possuíam “doze

¹¹⁴ AHU – Bahia. Documento nº 2.710 - Notícia sobre a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Vila do Lagarto, no Arcebispado da Bahia, pelo Vigário João da Cruz Canedo, em 1757.

ótimas fazendas de gado com a denominação de Palmares”, cujos pastos eram excelentes para sustentar vacas, bestas, ovelhas e cabras (SOUZA, 1808, p. 54).

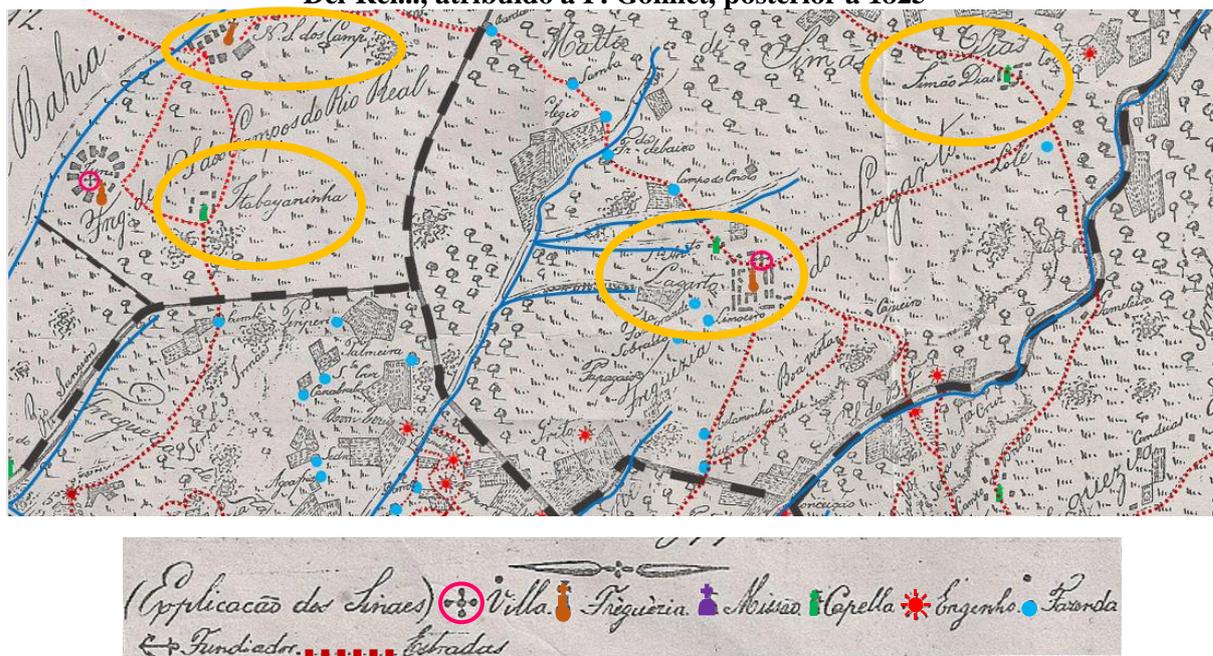
Vale sublinhar algumas observações curiosas feitas por Dom Marcos ao buscar alternativas para os tempos secos da região e a consequente falta de pasto: “Se mais adiantada estivesse a indústria, haveria pastos artificiais, que melhor conservariam os gados no tempo da cálida estação” (SOUZA, 1808, p. 54).

Há registros de engenhos nessa região, mas de pouca expressividade. Gonnet (1825) registra dentro dos limites da freguesia, 3 engenhos de açúcar e 11 fazendas, bem como as destacadas plantações na região de Simão Dias. Portanto, mais uma vez confirma-se uma grande diversidade na prática de atividades econômicas, mas com grande dependência do abastecimento de gêneros agrícolas.

No decorrer dos anos, começaram a surgir pequenas povoações em torno da igreja matriz de Nossa Senhora da Piedade, “cuja imagem devota tem atraído a veneração dos povos”:

(...) cinco léguas ao sul, uma denominada Itabaiana [Itabaianinha] com Capela dedicada a N. Sr^a. Da Conceição. Outra cinco léguas ao Leste, onde está a Freguesia de N. Sr^a. Dos Campos e outra a noroeste denominada Simão Dias, a quatro léguas de distância com Capela dedicada a Santana¹¹⁵ (Imagem 65).

Imagem 65 – Detalhe – Vila de Lagarto - Capelas - Mappa topográfico da Provincia de Sergippe Del-Rei..., atribuído a P. Gonnet, posterior a 1825



¹¹⁵ BACELLAR, José Teixeira d Motta. Relação abreviada da Cidade de Sergipe del Rei, Povoação, Vilas, Freguesias e suas denominações, pertencentes à mesma Cidade, e sua Comarca. IHGB – Manuscrito existente no Arquivo, Lata 44, doc. N° 15.

Também estava situada dentro do termo desta vila, a freguesia de Nossa Senhora dos Campos. A matriz em 1808, construída de madeiras, encontrava-se “quase arruinada e pouco decente para o Culto Divino”. Nessa época, o número de seus moradores chegava a “dois mil seiscentos e dezoito, enre estes se contavam mil brancos, quinhentos pretos e todos os mais são indivíduos de raças combinadas” (SOUZA, 1808, p. 56).

Região de “vastíssimas campinas e caatingas”, coberta de “abundantíssima” a criação de gado. Além do gado vacum e cavalariço, cobriam os campos do Rio Real criações de ovelhas, que serviam de “ordinário sustento aos seus povoadores”.

Segundo relata Dom Marcos, a produção de “duas mil cabeças de gado vacum e cavalariço” era comercializada em diversas feiras. Os habitantes pouco se dedicavam ao plantio da mandioca e legumes para o sustento, necessitando muitas vezes, “comprar farinhas nos celeiros de Estância” nos “tempos estéreis”. Apesar da qualidade das matas para o plantio do algodão, especialmente nos contornos de Itabaianinha, “muito diminuta” era a cultura do algodão (SOUZA, 1808, p. 56).

6.4.7 VILA NOVA DO RIO SÃO FRANCISCO E MISSÃO DE SÃO FELIX DE PACATUBA

Seguimos para esta povoação que se desenvolveu no fundo do estuário do rio São Francisco, que embora sem usufruir os privilégios conferidos pela categoria de vila, era assim denominada. Em 1668, essas terras foram doadas a Sebastião de Brito Castro com a condição de ali erigir uma vila com casas de Câmara, Pelourinho, Cadeia, e “casas para trinta moradores” e assim pudesse ser nomeado “Donatario della”. Caso, “não lhe mettendo dentro em seis annos a cem vizinhos”, ficaria a dita vila “voluta para a Corôa”¹¹⁶.

Com a morte de Sebastião de Brito, em 1683, seu filho, Antonio de Brito requereu a Corôa os direitos do pai de fundar a dita vila nas mesmas condições. Em 1689, ele informava o cumprimento das clausulas exigidas, solicitando que lhe fosse passada a carta de donatário. Após inspeção do Ouvidor de Sergipe, que evidenciou o não cumprimento das exigências determinadas, tornou sem efeito a doação (NUNES, 1996, p. 196).

¹¹⁶ REGISTRO de um Alvará de Sua Alteza por que concede licença ao Capitão Sebastião de Brito de Castro que erigindo uma Villa que tem nas terras do Rio de São Francisco com casas de Câmara, e Pelourinho, e Cadeia dentro de seis mezes se possa chamar Donatario della. DHBN. Vol. XXVI. 12/03/1678. p. 445-446. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094536&PagFis=37988&Pesq=Pedro%20Barbosa%20Leal%20sobre%20a%20observ%C3%A2ncia%20da%20lei%20pertencente%20%C3%A0s%20marcas%20e%20repto%20do%20a%C3%A7%C3%BAcar%20e%20do%20mesmo%20teor%20se%20passaram%20outras>. Acesso em 15.02.2019.

A povoação, entretanto, se desenvolvia, diante da localização geográfica que desfrutava como ponto de passagem da estrada da costa, que da capital baiana se dirigia a Pernambuco. O crescimento do núcleo urbano levaria os moradores a encaminharem à Coro uma Representação pedindo sua elevação à categoria de Vila, alegando as dificuldades de estarem a mais de 30 léguas da cidade de São Cristóvão.

Julgando ser bem fundada a pretensão “pelas razões expedidas, e ser aquele sítio a cômodo para fundação de uma boa Vila, onde já havia mais de cinquenta moradores místicos e arruadas, que não tem outras da comarca estar à beira do rio navegável em que entram barcos e sumatras e constrar a freguesia de 300 fogos”, a representação foi acatada pelo Conselho Ultramarino e, em 1731, a povoação de Vila Nova do rio São Francisco, tornava-se Vila “unida à Coroa Real”, estendendo-se 50 léguas pelos sertões¹¹⁷.

Sua economia assentava-se na criação de gado, nas culturas de subsistência e no comércio fluvial, que passaria a sofrer a concorrência da Vila de Penedo, localizada na margem pernambucana do rio São Francisco. Em 1757 era visível a decadência do núcleo urbano e a rivalidade de seus habitantes, registrada na Informação enviada a Portugal pelo Vigário Joaquim de Oliveira. Enquanto a vila pernambucana “opulenta, rica e muito antiga, tem convento de S. Francisco que a faz vistosa e tem mais uma boa Matriz e três capelas”, Vila Nova,

(...) somente a faz vistosa uma boa cadeia que a sua custa fez um morador por não haver aqui e ser de muita utilidade, e de uma Capela de N. Sr^a. Do Rosário também contígua à Cadeia, que uma outra é o que se acha nesta Vila que a faz lustrosa e padece da falta de Matriz e não haver meios de se acabar a que se tem principiado.¹¹⁸

No começo do século XIX, “contavam-se em toda a vasta extensão do termo desta vila “mil trezentos e nove fogos e quatro mil e cento e cinquenta e quatro almas”. D. Marcos Antonio de Souza enfatizou o “clima pouco saudável”, de todos os distritos que ficavam à borda do rio:

Porque a putrefação dos animais e vegetais depositados pelas enchentes nas grandes lagoas empesta com seus vapores nocivos todos os lugares próximos às águas estagnadas. São frequentes as febres intermitentes e podres. As sezões são um mal ordinário deste país e mais sensível é ele porque se não encontra algum médico, cirurgião ou boticário; somente se acham alguns charlatães e curadores que causam mais estragos do que os ares emprestados (SOUZA, 1808, p. 79-80). Apesar de enfatizar a carência de meios de subsistência, a pequena produção de mandioca e legumes e o pouco gado que pasta em suas vastas campinas, o religioso destaca

¹¹⁷ AHU – Bahia, doc. Nº 2.708, anexo ao 2.666. Relação dos lugares, povoações, distâncias da Freguesia à Vila Nova Real do rio S. Francisco, pelo Vigário Joaquim Marques de Oliveira.

¹¹⁸ Relação dos lugares, povoações, distâncias da Freguesia à Vila Nova Real do rio S. Francisco, pelo Vigário Joaquim Marques de Oliveira. AHU – Bahia, doc. Nº 2.708, anexo ao 2.666 em Nunes (1996, p. 199).

as grandes extensões de terras pertencentes aos religiosos carmelitas, onde abunda a criação de todo gênero de gado:

É verdade que os religiosos carmelitas ali possuem grande extensão de terra, que tem o nome de Fazendas de S. Isabel, porque estão situadas na costa do mar, que tem esta denominação. Aí abunda criação de todo gênero de gado, do qual parte vendem para o consumo do termo e comarca, e parte enviam para o serviço dos seus engenhos na Capitania da Bahia (SOUZA, 1808, p. 80).

Quanto a criação de novas oportunidades de rendimentos para a vila, salienta a potencialidade das madeiras da mata de Jaboaão e sua vocação para o plantio de algodão e o estabelecimento de manufaturas, aproveitando a grande população feminina da vila, “cujos braços permanecem na mais lastimosa letargia” (SOUZA, 1808, p. 81).

Alí também se achavam riquezas no reino mineral: “algum ouro se tem achado em um lugar denominado Ladeiras, do qual tem a sua origem as cristalinas águas dos riachos Pindoba e Aguaquente. Na Capivara se achou uma folheta de ouro que tinha 8 oitavas.

Dentro da mesma vila, distante três léguas da foz do rio São Francisco, estava a Missão de São Felix de Pacatuba, fundada no século XVII por padres capuchinhos oriundos de Pernambuco. De acordo com Dantas (1991), a Missão objetivou basicamente oferecer mão-de-obra barata para a construção de obras públicas como estradas, pontes e abertura de canais, dentre outros. Tais fatores contribuíram sobremaneira para que esta população ao longo dos anos “declinasse assustadoramente”.

A peleja entre indígenas, autoridades e latifundiários nesse território foi constante. Em 1808, sua população era de “setecentos índios”, dirigidos por um capuchinho italiano e ocupados na caça e na pesca.

As índias são muito cheias de simplicidade e inocência, porém os índios vivem errantes e esta é a causa da sua pobreza. Alguns se ocupam na caça ou na pesca, e isso mostra que aína vivem inclinados ao estado selvagem. Os lavradores circunvizinhos experimentam grande detrimento da parte destes índios tão pouco industriais (SOUZA, 1808, p. 83).

No mapa de Gonnet (1825) são identificados 16 engenhos e uma fazenda na região de Vila Nova, o que viria a explicar os diversos conflitos de interesses registrados na área. Um outro aspecto interessante desse registro é vislumbrarmos a possibilidade de que em regiões dedicadas anteriormente à criação de gado e lavoura de subsistência, também ocorreram o avanço da economia canavieira, sendo a produção de gêneros agrícolas empurradas para áreas ainda mais distantes do litoral, como as matas de Simão Dias (Imagem 66).

Imagem 66 – Detalhe – Vila Nova – Missão de Pacatuba e Jaboatão - Mappa topográfico da Província de Sergippe Del-Rei ..., atribuído a P. Gonnet, posterior a 1825



Fonte: Doc. 108. Gav. 1. Mapoteca/APES. 2019

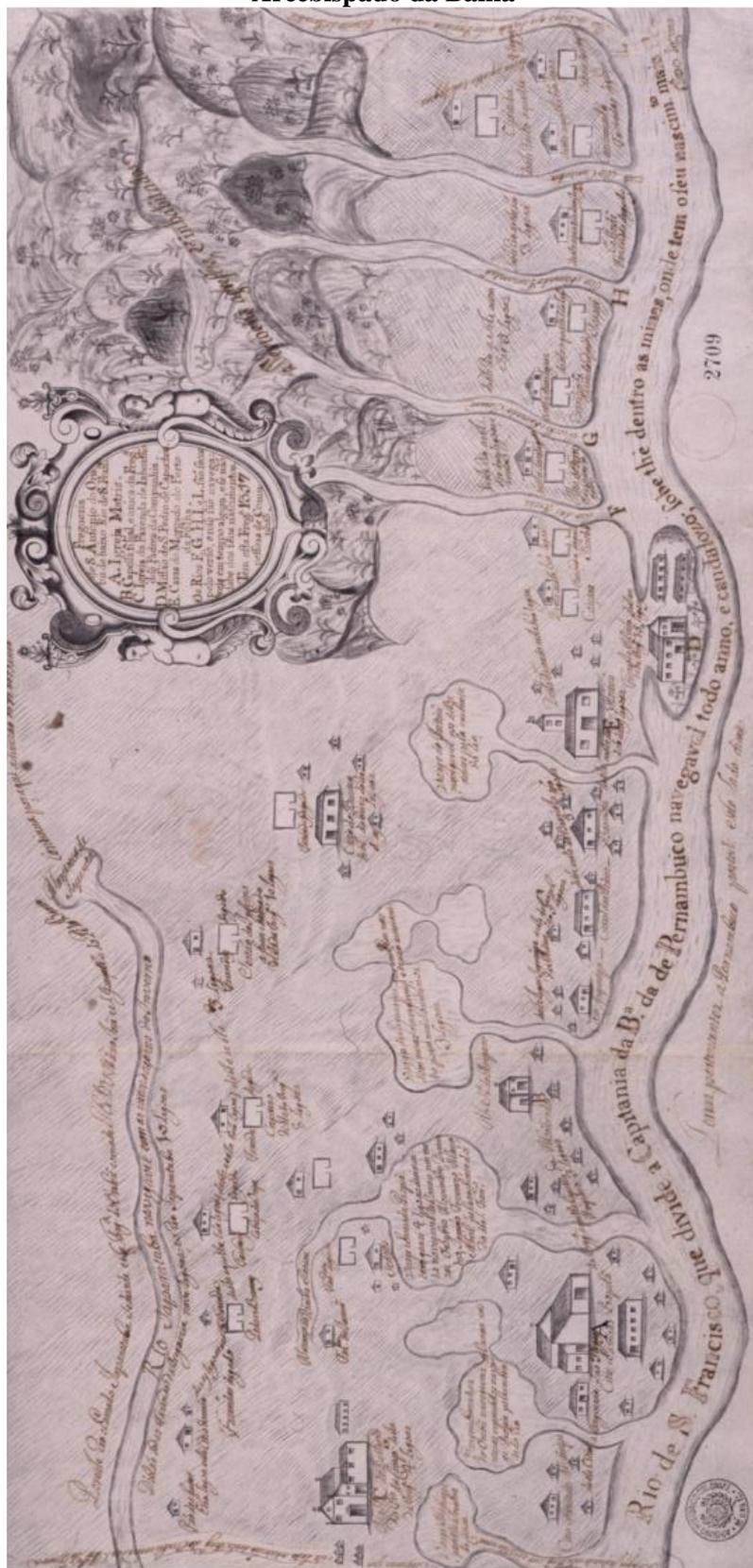
A partir de 1835, passou-se a negar a existência de índios e ganharam vulto os conflitos, tendo como causa a presença de posseiros brancos e negros. As autoridades são dúbias, ora negando, ora atestando existir “um pequeno número de índios” completamente civilizados e misturados com a população. Os índios não se conformaram com a usurpação de seus domínios e procuraram as vias legais para retomá-los apelando, inclusive, ao Imperador em 1873 (SANTANA, 2011).

6.4.8 VILA DE PROPRIÁ

A elevação do povoado de Santo Antônio do Urubu de Baixo à categoria de vila em 1801, trouxe a criação da última das vilas sergipanas da época colonial, a Vila de Propriá. As terras que integravam a nova vila pertenciam aos herdeiros de Pedro de Abreu Lima, genro de Antônio Cardoso de Barros, que recebeu a primeira doação de sesmaria do seu pai, Cristóvão de Barros, após ter iniciado a colonização de Sergipe d’El Rey em 1590.

Já no século XVIII, a coroa manifestou interesse em se informar sobre as condições da então freguesia. Devido a este fato, em 1757, foi enviado por destinatário não especificado, a planta da mesma. Assim temos em mãos, para a análise desta última vila, além das fontes que viemos nos valendo, um documento valioso e original que se encontra na Coleção especial de Mapas e Plantas existentes no AHU (Mapa nº 4) (Imagem 67).

Imagem 67 – Planta da Freguesia de S. Antonio do Orubu de baixo do rio de S. Francisco, no Arcebispo da Bahia



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico Ultramarino. (AHU_ACL_CU_Cx. 15, D. 2709), reprodução disponível em cd pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco.

Diferente do caso da cidade e de todas as outras vilas sergipanas, podemos ter acesso a uma imagem, embora apenas em croqui, que mostra, além do entorno da vila, seus elementos edificados. Assim, nela, segundo sua legenda, são representadas a Matriz, a igreja da fazenda de Jaboaão dos padres da Companhia, a Missão de São Pedro do Porto da Folha e suas casas. Ademais, sua legenda oferece informações sobre rios e condições de navegação (Imagem 67 a 71).

Imagem 68 – Legenda - Planta da Freguesia de S. Antonio do Orubu de baixo do rio de S. Francisco, no Arcebispado da Bahia



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico Ultramarino. (AHU_ACL_CU_Cx. 15, D. 2709), reprodução disponível em cd pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco.

Imagem 69 – Detalhe – (A) Igreja Matriz, (B) Capella filial e única da freguesia e (C) Igreja da Fazenda de Jaboaão dos Padres da Companhia - Planta da Freguesia de S. Antonio do Orubu...Arcebispado da Bahia



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico Ultramarino. (AHU_ACL_CU_Cx. 15, D. 2709), reprodução disponível em cd pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco.

Imagem 70 – Detalhe – (D) Missão de São Pedro de Capuchos e (E) Cazas do Morgado de Porto da Folha - Planta da Freguesia de S. Antonio do Orubu ..., no Arcebispado da Bahia



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico Ultramarino. (AHU_ACL_CU_Cx. 15, D. 2709), reprodução disponível em cd pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco.

Imagem 71 – Detalhe – (F, G, H, I, L) Os rios são secos pelo verão e não são navegáveis em tempo algum, esse não sabe dos seus nascimentos - Planta da Freguesia de S. Antonio do Orubu ..., no Arcebispado da Bahia



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico Ultramarino. (AHU_ACL_CU_Cx. 15, D. 2709), reprodução disponível em cd pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco.

Cerca de cinquenta anos depois da produção deste mapa e sete anos após ascender à condição de vila, D. Marcos Antônio de Souza, ao descrever Própria em 1808, registra que era ocupada por quatro mil e quinhentos habitantes, destacando a feira ali realizada todos os domingos. Fala com entusiasmo do progresso do núcleo urbano, predizendo que “no espaço de vinte anos disputará a grandeza da vila do Penedo, situada seis léguas abaixo na margem oposta do rio. Virá a ser uma das mais famosas vilas da Comarca por ser o mercado da toda o comércio anterior do rio de S. Francisco” (SOUZA, 1808, p. 87).

Com relação as atividades econômicas desenvolvidas na região, trata da existência de duzentas fazendas de gado vacum e cavalariço, da pequena produção de algodão, destacando as pescarias nas grandes lagoas formadas por enchentes do rio, cujo “monopólio se arremata em preça e constitui uma das principais rendas do Senado” (SOUZA, 1808, p. 87).

Em sua extensa área territorial, além do próspero núcleo urbano, “em distância de trinta léguas pelo rio acima” destacava-se a região de Porto da Folha, dotada de “fazendas muito prospera a criação de gado”, das “mais excelentes matas” e “terrenos mais convenientes para a lavoura do algodão” (SOUZA, 1808, p. 88).

Ao considerar os períodos de seca, “nos quais perecem o gado, murcham as plantas”, o religioso sugere o emprego de capitais na escavação e lavagens auríferas de Canindé, onde esta indústria “podia bem suprir a cultura de certos gêneros que se não podem cultivar pelo rigorosos verão” (SOUZA, 1808, p. 88). As dificuldades que envolviam as grandes propriedades desta região, já constatadas por Campos Moreno (1612), também serão tratadas por Dom Marcos, levando-o a conclusão de que eram “mais tardios os progressos da população nesse termo que em outras qualquer vida da comarca”.

Isto bem mostra ser um grande obstáculo à propagação da raça humana a concessão de um vasto terreno, feita a um só proprietário e principalmente quando este não pode vender-se ou repartir-se entre diferentes herdeiros por ser vinculo, como o de Porto da Folha. O mesmo Estado sofre algum incômodo, porque os grandes proprietários não podem melhorar as suas terras (SOUZA, 1808, p. 88).

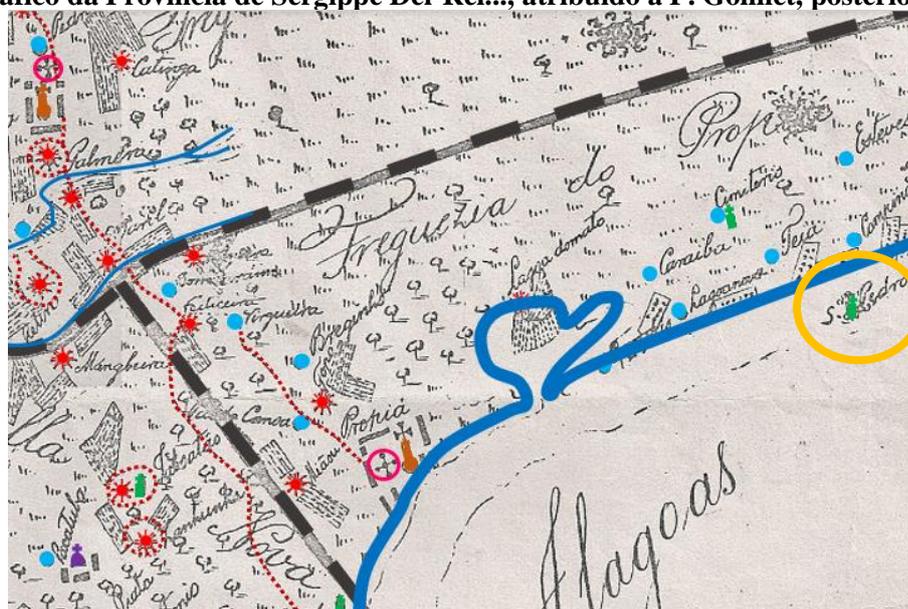
Também na região de Porto da Folha, na ilha de São Pedro, existia a Missão de São Pedro do Porto da Folha, cuja origem remontava à segunda metade do século XVII, decorrente da ação de catequese dos capuchinhos franceses Anastace de' Audierne, Theodor Lucé e Martin de Nantes (NUNES, 1996, p. 205). Em 1808, Dom Marcos faz alusão a presença de “trezentos índios muito indolentes, os quais vivem da pesca e muito pouca mandioca, que plantam nessa pequena ilha de S. Pedro, que tem meia légua de comprimento e quatrocentos braças de largo” (SOUZA, 1808, p. 89). Beatriz Góis Dantas e Dalmo Dallari (1980) em *Terra dos índios Xocó: estudos e documentos*, trazem informações de que neste mesmo século, os índios somavam 231

indivíduos e eram administrados por um capuchinho italiano; dedicavam-se a pequena lavoura, incluindo mandioca; parte das terras estava arrendada, habitada por brancos e, a parte denominada Caiçara, era disputada com os herdeiros do morgado fundado por Pedro Gomes. A saída e entrada de índios na aldeia eram constantes.

Após 1850, à semelhança do que ocorreu nas outras aldeias, passou-se a declarar a inexistência de índios e a autorizar a venda ou aforamento das terras. Somente no ano de 1888, estas foram entregues à Câmara de Ilha do Ouro e colocadas para aforamento, sendo repartidas em oito lotes, dos quais, cinco passaram a pertencer ao foreiro João Fernandes de Brito. A violência praticada pelo foreiro para expulsar os índios, os obrigou a viajar à Corte a fim de denunciar a situação e fugir para a aldeia dos Cariri em Alagoas (SANTANA, 2015).

No mapa de Gonnet (1825) é marcante a vastidão territorial da região, com a indicação de área de mata próxima a Lagoa do Mato, alguns currais e plantações na região de Porto da Folha e 4 engenhos de açúcar (Imagem 72).

Imagem 72 – Detalhe – Vila de Propriá, Missão de São Pedro do Porto da Folha – Mappa topográfico da Provincia de Sergippe Del-Rei..., atribuído a P. Gonnet, posterior a 1825



Fonte: Doc. 108. Gav. 1. Mapoteca/APES. 2019

Eis a descrição da Capitania de Sergipe d'El Rey, suas vilas, portos, habitantes e costumes, “também os melhoramentos de que é capaz”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Minha viagem chega ao destino! Foram meses pelos caminhos do ar, d'águas, até acessar o continente e assim me embrenhar por terra, em busca do desconhecido. Próximo dos olhos, mas ainda distante dos pés. Percorri os mais diversos caminhos, do São Francisco ao rio Real. Segui rastros de gado, passei por lama, cortei rios, pousei rapidamente em alguns lugares, para que ao amanhecer pudesse continuar minha viagem. Descobri novos caminhos pela grande rede da internet! Tudo ampliado, imenso!

Capelas, fortificações, vilas e povoados, pessoas. Assim, percorri um caminho de desejos expressos em cartas de sesmarias e mapas que deram feição ao território sergipano ao longo dos séculos. Percebe-se, neste sentido, a valência de se ter a retaguarda da cartografia para praticar comparações, levantar hipóteses e construir novos mapas, ampliando as potencialidades deste material ao atualizar e disponibilizar os seus resultados.

Decifrar as linhas do território sergipano através da cartografia constituiu um exercício complexo, inicialmente repleto de densas significações desconhecidas e não compreendidas. Entretanto, ao passo que suas linhas foram sendo decifradas, revelou-se uma ferramenta riquíssima, carregada de uma infinidade de informações, passíveis de interpretações as mais variadas. A partir desse momento, a falta de compreensão transformou-se em ponto de vista ou questionamentos, que se desdobraram em possibilidades.

Interessante perceber os conjuntos de mapas dos séculos XVI e XVII, como um grande arquivo do pensamento científico e cultural da época, agregando descobertas empíricas e os avanços tecnológicos da navegação, além de expressarem as concepções de mundo de um povo. Esta cartografia produziu documentos de grande valor histórico, como os mapas utilizados nesta tese, que puderam ter alguns de seus aspectos observados, lidos e transcritos. Estas fontes, cruzadas com as textuais, trouxeram a possibilidade do recorte do território de Sergipe d'El Rey e suas linhas d'água.

Tratando-se do mapa de Marcgrave, apesar da utilização de outras fontes para auxiliar sua compreensão, tornou-se um exercício bastante desafiador e instigante. Quantos detalhes, quantas marcas que permanecem nas rugosidades da paisagem atual, é só olhar. Como exemplo, podemos citar a permanência dos caminhos desenhados por Marcgrave no século XVII, o que pode ser confirmado numa rápida sobreposição desta carta com o mapa rodoviário atual de

Sergipe. Conectados a novas rotas, ou camuflados pelo entorno, eles permanecem marcados na pele deste território.

À estes, acrescento o mapa de Gonnet, já do século XIX, que apesar das dificuldades de leitura, muitas informações preciosas puderam ser extraídas do mesmo. Um verdadeiro trabalho de investigação e tradução, só possível graças “aos ampliados, olhos digitais” e cruzamento com outras fontes. Este mapa coloca de forma bastante interessante informações peculiares, referentes à qualidade das terras, existência de currais, engenhos e tipos de madeiras predominantes em algumas regiões. Nele, é visível a relação entre a produção de açúcar, a criação de gado e o desenvolvimento de outras atividades envolvendo um diversificado sistema econômico, de diversos gêneros e comércio.

A leitura dos mapas existentes, juntamente com a interpretação de escritas diversas, possibilitou a construção de mapas próprios, dando forma, novos contornos ao dizível. Os mapas esquemáticos produzidos nesse trabalho, trouxeram a possibilidade de acompanhar os movimentos de ocupação do território sergipano, dentro das fontes e dos aspectos abordados.

Por meio da análise desse material pode-se perceber que o processo de urbanização de Sergipe durante o século XVIII foi “intensificado”, sobretudo a partir da consolidação da cultura da cana-de-açúcar, que trouxe consigo a integração de outras atividades econômicas e novas relações comerciais. Apesar de estimulada e fortalecida nesses tempos, a formação da sociedade sergipana e sua urbanização já passavam por um processo bem mais diversificado do que se acredita e se tem afirmado em diversos estudos.

Antes de consolidar suas vilas e engenhos, Sergipe já apresentava outros elementos – povoações, fazendas, aldeias, capelas, portos, pousos, conventos, e até mesmo uma cidade, implantada ainda no século XVI mas de forma incipiente – que representavam uma ocupação diversificada do território, abrangendo inclusive áreas tidas como isoladas ou vazias, compondo um complexo sistema de relações, estas sim contribuindo para a formação da sociedade local e seu espaço urbano. E tudo isso ocorre sobre o rastro indígena, definidor das lógicas que presidiam escolhas e apropriações por parte dos colonos em simbiose com preexistências nativas.

De certo não era a meta, esgotar as perspectivas de análise, muito menos abordar o conjunto das relações e aspectos que geraram interferências concretas nas terras sergipanas, sempre

tracionadas pelo que se lhe avizinhavam: as duas poderosas capitânicas de Pernambuco e Bahia. Mas acredita-se que alguns fundamentos desse processo foram aqui lançados. E o que fica desta viagem? Fica o desejo do retorno, de parar mais vezes durante o caminho. Trazer a análise para os detalhes do território. Gostaria de permanecer alguns dias nos engenhos, visitar as “grandes capelas” de seu entorno, melhor compreendê-los como exemplares arquitetônicos e pontos de conexão nesta rede urbana. Amplia-se o desejo de sair do rastro da estrada, percorrer os interiores dos currais e fazendas. Adentrando esses lugares, ler seus testamentos, seus desejos. Quem sabe assim, eu conheceria melhor as pessoas que desenharam Sergipe antes de mim.

Fica a abertura para olhar o hoje, buscar conexões nos caminhos, sobrepor Marcgrave aos mapas rodoviários atuais. Ah! Não posso esquecer das fortificações, timidamente citadas nesse trabalho, mas que permanecem camufladas no desenho da cidade de Neópolis ou nas entradas dos rios.

O rio São Francisco ainda é motivo de fascínio, gostaria de voltar a percorrer suas margens pela banda de cá. Passar por Porto da Folha, “terra de índios”, que também extrapola o rastro oficial da estrada. Grande ganho neste trabalho foi perceber a presença desse povo no desenho deste território, que sobrevive nessa paisagem cultural.

Permanece o desejo de seguir... agora por terra.

REFERÊNCIAS

[Anônimo]: **Diário ou breve discurso [Acerca da rebelião e dos pérfidos desígnios dos portugueses do brasil, descobertos em junho de 1645, e do mais que se passou ate' 28 de abril de 1647], [Escreto por um curioso que residia no Brazil no começo da rebelião, e que ainda agora ahí mora]**. Arnhem, 1647. In: REVISTA IAHGPE, vol. XXXII, Recife, Pernambuco, Brasil, 1932, pp. 121-225.

ABREU, Mauricio de Almeida. **A apropriação do território no Brasil Colonial**. In: CASTRO, I.E., de; GOMES, P.C. da C.; CORRÊA, R.L. (orgs.). Explorações Geográficas: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

ADONIAS, Isa. **3ª Aula: A Cartografia Vetustíssima do Brasil até 1530**, In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Vol 287, pp 77-132, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1970.

ALBERNAZ, João Teixeira. **Estado do Brasil Coligido das mais sertãs noticias q pode aiuntar dõ Ieronimo de Atayde, por João Teixeira Albernaz (1631)**. Mapoteca do Itamarati – Ministério das Relações Exteriores / Rio de Janeiro.

ALBERNAZ, João Teixeira. **Descrição de todo o marítimo da terra de S. Cruz, chamado vulgarmente, o Brazil. Feito por João Teixeira cosmografo de Sua Magestade. Anno de 1640, por João Teixeira Albernaz**. Lisboa: Aeroportos de Portugal. Edição integral, facsimilada a cores, do códice pertencente ao Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo / Lisboa.

ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial, 2005.

ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Sergipe oitocentista nos estudos de História da Historiografia**. In: I Seminário Internacional Brasil no século XIX, 2014, Vitória/ES. Caderno de resumos do I Seminário Internacional Brasil no século XIX, 2014. p. 190-190.

ALMEIDA, Aurélio Vasconcelos de. **Vida do primeiro apóstolo de Sergipe (Pe. Gaspar Lourenço)**. p. 113-226. n. 21, V.XVI, Ano 1955.

ALMEIDA, Candido Mendes de. **Nota sobre a historia patria dos primeiros tempos da descoberta**. Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil. Rio de Janeiro: R.L. Garbier Livreiroeditor, tomo 39, 1876, pp. 05-24.

ALMEIDA, Candido Mendes de. **Notas para a História Patria – 2º artigo: Os primeiros povoadores. Quem era o bacharel de Cananéa?**. In: RIHGB, tomo 40, 1877, pp. 163-247.

ALMEIDA, Candido Mendes de. **Notas para a historia patria – 3º artigo: João Ramalho, o bacharel de Cananéa, precedeu Colombo na descoberta da América?** In: RIHGB, 1877, t. 40, pp. 277-373.

ALMEIDA, Candido Mendes de. **Notas para a historia patria – 4º artigo: Porque razão os indígenas do nosso littoral chamavam aos francezes de 'Maís', e aos portugueses 'Peró'?**. In: RIHGB, 1878, t. 41, pp. 71-141; ALMEIDA, C.M.. **Notas para Historia Patria – 5º artigo: As catastrophes de João Bolés foi uma realidade?**. In: RIHGB, 1879, t. 42, pp. 141-194.
ALMEIDA, Maria da Glória Santana de Almeida. **Sergipe: fundamentos de uma economia dependente**. Petropolis: Vozes, 1984.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de Almeida. **Nordeste açucareiro: desafios de um processo do vir- a - ser capitalista**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe; Secretaria do Estado do Planejamento, Banco do Estado de Sergipe, 1993.

ALMEIDA, Maria da Gloria Santana de. **Uma unidade açucareira em Sergipe - O Engenho Pedras**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA, 8, 1975, Aracaju. Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. A propriedade Rural. São Paulo: FFLCH-USP, 1976. V.2, p. 511-549.

ALVES, Francisco José. **Três Marcos de Sergipe Colonial: 1575, 1590 e 163**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, n. 45. V.2, Ano, 2015.

AMARAL, Sharyse Piroupo do. **Escravidão, Liberdade e Resistência em Sergipe: Cotinguiba, 1860-1888**. Universidade Federal da Bahia: Programa de Pós-Graduação em História Social – Doutorado em História, Salvador, 2007.

AMARAL, Sharise Piroupo do. **Um pé calçado, outro no chão: liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiba, 1860-1900)**. – Salvador: EDUFBA; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012.

ANTONIL, Andre João. **Cultura e opulência do Brazil por suas drogas e minas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa de Souza e Comp., 1837.

ANTONIO, Edna Maria Matos. **“A independência do solo que habitamos”**: poder, autonomia e cultura política na construção do Império brasileiro. Sergipe (1750- 1831) / Edna Maria Matos Antonio. –Franca: [s.n.], 2011. 391 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

ANTONIO, Edna Maria Matos. **A qualidade da terra e dos homens: colonização e posse de terras na América Portuguesa (Sergipe – séculos XVI – XVII).** SÆCULUM – Revista de História [26]; João Pessoa, jan./jun. 2012.

ARNAUT DE TOLEDO, C. A.; RUCKSTADTER, F. M. M.; RUCKSTADTER, V. C. M. **Verbete Padroado.** In: SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (orgs.). Navegando pela História da Educação Brasileira. Cd-Rom. Campinas: Graf. FE: HISTEDBR, 2006.

ARRAES, Damião Esdras Araújo. **Curral de reses, curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX.** 2001. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2012.

ARRAES, Damião Esdras Araújo. **Ecos de um suposto silêncio: paisagem e urbanização dos “certoens” do Norte, c. 1666-1820.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2017.

AZEVEDO, Aroldo de. **Vilas e cidades do Brasil Colonial. Ensaio de Geografia Urbana Retrospectiva.** Terra Livre. São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros. n.10, 1994.

BARRETO, Luiz Antonio. **A historiografia de Maria Thethis Nunes.** 2008. Arquivo Word.

BEZERRA, Feltre. **Etnias Sergipanas.** 2 ed. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 1984.

BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

BARLÉU, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Mauricio Conde de Nassau [...].** Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940.

BOOGAART, Ernst van den. **A well-governed colony: Frans Post’s illustrations in Caspar Barlaeus’s History of Dutch Brazil.** Rijksmuseum Bulletin 59, 3 (2011): 236-71.

BRAUDEL, F. **La Méditerranée et le monde méditerranéen à l’époque de Philippe II.** (1a. ed., 1949). 5. ed. Paris: Armand Collin, 1982, 2v.

BRAUDEL, F. **Civilisation matérielle. Economie et capitalisme, XVe-XVIIIe siècle.** Paris: Armand Collin, 1979, 3 v.

BRITO, M. S. **A participação da iniciativa privada na produção do espaço urbano.** São Paulo 1890-1911. São Paulo: FAU/USP, 2008.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico** ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogos das Grandezas do Brasil.** São Paulo: Melhoramento, 1977.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Desenho e desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822).** 2001. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822).** An. mus. paul., São Paulo, v. 17, n. 2, p. 251-294. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142009000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 Mar. 2019.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Por uma Arqueologia da Paisagem: mobilidade e enraizamento em perspectiva americana.** Labor & Engenho, Campinas [SP] Brasil, v.11, n.3, p.242-262, jul./set. 2017.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Arqueologia da paisagem urbana: lógicas, ritmos e atores na construção do centro histórico de São Paulo (1809-1942).** Rev. Inst. Estud. Bras., São Paulo, n.64, p.99-130. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-38742016000200099&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 5 de mar. De 2019.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Dossiê Caminhos da história da urbanização no Brasil-colônia.** Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.20. n.1. p. 11-40. jan.- jun. 2012.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **A última década, novos rumos. Balanço da historiografia no Brasil-Colônia. A contribuição dos estudos regionais recentes.** In: PESSOTTI, L.; RIBEIRO, N. P. (Org.). A construção da cidade portuguesa na América. Rio de Janeiro: POD, 2011.

BUENO, F. da Silveira. **Vocabulário Tupi-Guarani Português.** 7. Ed. São Paulo: VidaLivros, 2008.

CALDAS, Jozé Antonio. **Notícia Geral desta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente anno de 1759**. Editado por Alícia Duhá Lose, Vanilda Salignac de Souza Mazzoni e Perla Andrade Peñailillo. Salvador: Memória e Arte; 2015.

CALDAS, Luiz. **Dicionário de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi. Significado dos nomes geográficos de origem tupi**. São Paulo: Traço Editora, 1985.

CALMON, Pedro. **História do Brasil**. 1º Volume. São Paulo: Rio de Janeiro: Recife: Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939.

CALMON, Pedro. **História do Brasil**. 2º Volume. São Paulo: Rio de Janeiro: Recife: Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1941.

CALMON, Pedro. **História da Casa da Torre**. 3. Ed. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1983.

CARACI, Giuseppe. **A little known atlas by Vesconte Maggiolo, 1518**. In: *Imago Mundi*, 2: 37-54, 1937.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia do Brasil Holandês**. Livraria José Olímpio Editora, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1ª Edição, 1956.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia de Sergipe no Domínio Holandês** In: *RIHGB*, tomo XI, ANOS XV-XXV (1930-1940).

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem**. In: *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

CHICANGANA-BAYONA, Yobenj Aucardo. **Canibais do Brasil: os açougues de Fries, Holbein e Münster (século XVI)**. *Tempo* [online]. 2009, vol.14, n.28, pp.165-192. ISSN 1413-7704. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042010000100008>. Acesso em 20. Jan. 2018

COELHO, Duarte de Albuquerque. **Memorias diarias de la guerra del Brasil**. Madrid: Diego Diaz de la Carrera, Impresor del Reyno, 1654.

CONSOLINI, Barbara. **Impressões alagoanas, expressões holandesas**. In: SILVA, Maria Angélica da. (org). *O olhar holandês e o Novo Mundo*. Maceió: EDUFAL, 2011.

CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos Velhos Mapas**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2009.

CORTESÃO, Armando. **Cartografia e Cartógrafos Portugueses dos séculos XV e XVI (contribuição para um estudo completo)**, 2 vols, Lisboa, Seara Nova, 1935.

COSTA, Antônio Gilberto. **Dos Roteiros de Todos os Sinaes da Costa até a carta geral: um projeto de cartografia e os mapas da América Portuguesa e do Brasil Império**. In.: COSTA, Antônio Gilberto (org.). **Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

DANTAS, Orlando Vieira. **A vida patriarcal de Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

DANTAS, Beatriz Góis. **Os índios em Sergipe**. In: DINIZ, Diana Maria de Faro Leal. **Textos para a História de Sergipe**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe; Aracaju: Banco do Estado de Sergipe, 1991.

DERBY, Orville. **Os mapas mais antigos do Brasil**. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, VII (1902): 38-40.

DEFFONTAINES, Pierre. **Como se constituiu no Brasil a rede de cidades**. p.141-148. *Boletim Geográfico*. v.2, n.14, 1944.

DERNTL, Maria Fernanda. **Método e arte: criação urbana e organização territorial na Capitania de São Paulo (1756-1811)**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / USP, 2010. Tese de Doutorado.

DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Um sertão entre tantos outros: fazendas de gado nas Ribeiras do Norte**. 2013. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

DIAS, Gonçalves. **Diccionario da Lingua Tupy, chamada lingua geral dos indigenas do Brazil**. Lipsia: F.A. Brockhaus, 1858

DINIZ, Diana Maria de Faro et al. **Textos para História de Sergipe**. Aracaju: BANESE/UFS, 1991.

FACHIN, Patricia e JUNGES, Junges. **A dinâmica das populações reducionistas**. Revista do Instituto Humanitas Unisinos. Ed. 348, out. 2010. Disponível em: < <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3599-ernesto-maeder>>. Acesso em: 5 de mar. 2019.

FERREIRA JUNIOR, Fernando Afonso. **Derrubando os mantos purpúreos e as negras sotainas: Sergipe Dei Rey na crise do antigo sistema colonial (1763-1823)** Dissertação (Mestrado)- Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia, 2003.

FONTES, José Silvério Leite. **A Formação do Povo Sergipano**. Revista da Academia Sergipana de Letras. Atlas de Sergipe. G. ES/UFS, 1979. Disponível em: < <https://seer.ufs.br/index.php/RASL/article/view/8387/6697>:. Acessado em 5 Mar. 2019.

FONTES, José Silvério Leite. **Historiografia sergipana. Levantamento das Fontes Primárias do Estado de Sergipe**. In: Formação do Povo Sergipano (Ensaio de História). Organização, Introdução e Notas de Luiz Antônio Barreto. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura/ Governo do Estado de Sergipe, 2004, p.81-84

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Informações sobre o Brasil Jesuíta: Uma missiva do Padre Luiz da Fonseca de 1576**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. a. 171 (446): 251-288, jan./mar. 2010.

FRANCO, Emmanuel. **A Colonização da Capitania de Sergipe D'El-Rei**. Aracaju: J. Andrade, 1999.

FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe**, Rio de Janeiro: Typhographia Perseverança, 1891.

FREIRE, Felisbello. **História Territorial do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998.

FREIRE, Francisco de Brito. **Nova Lusitânia: história da guerra brasílica (1675)**. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2004 (cd-rom).

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2006.

FREITAS, Itamar. **Memórias de Antônio Travassos (Final)**. A Semana em Foco, Aracaju, p. 6B-6B, 11 jul. 2004. Disponível em: < <http://itamarfo.blogspot.com/2004/07/as-memorias-de-antonio-travassos.html>>. Acesso em 11 jan. 2019.

GARCIA, João Carlos. **O Atlas Universal atribuído a Fernão Vaz Dourado de c. 1576**. Disponível em: < <http://purl.pt/369/1/ficha-obra-vazdourado.html>> Acessado em: 5 Mar. 2019.

GUARANÁ, Armindo. **Glossário Etymologico dos nomes Tupis da Geografia do estado de Sergipe**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, n. 5, v. 1, ano, 1914/1916.

GIANESSELLA, R. **Paisagens no tempo: vilas litorâneas paulistas**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GOMES, Geraldo. **Engenho e Arquitetura**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2006.

HARLEY, J. Brian. **La Nueva Naturaleza de los Mapas: ensayos sobre la historia de la Cartografía**. México: FCE, 2005.

HEMMING, John. **Os índios do Brasil em 1500**. In: História da América Latina: América Latina Colonial, volume I. Organização Leslie Bethell. Tradução Maria Clara Cescato. 2ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

INFORMAÇÃO dos primeiros aldeamentos da Bahía. In: Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1554 – 1594). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1933.

JOHNSON, Harold B. **A colonização portuguesa do Brasil 1500 – 1580**. In: História da América Latina: América Latina Colonial, volume I. Organização Leslie Bethell. Tradução Maria Clara Cescato. 2ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

KUNSTMANN, Friedrich. **Die Entdeckung Amerikas: nach den ältesten Quellen geschichtlich dargestellt; mit einem Atlas alter bisher ungedruckter Karten**. München, Berlin | Erscheinungsjahr: 1859.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: Livraria Portugália / Civilização Brasileira, 1938.

LEVILLIER, Roberto. **O Planifério de Maiollo de 1504. Nova prova do itinerário de Gonçalo Coelho-Vespúcio à Patagônia, em sua viagem de 1501-1502**, Revista de História USP, V. 12 N. 26, 1956. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v12i26p431-440>>. Acesso em 13 mai. 2018.

LIMA JUNIOR, Francisco Antônio de Carvalho. **História dos limites entre Sergipe e Bahia: estudo de litígio interestadual**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1918.

LINHARES, Maria Yedda Leite. **Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII)**. Tempo, v. 1, n. 2 (1996), pp. 132-50.

LOUREIRO, Kátia Afonso Silva. **Arquitetura sergipana do açúcar**. Aracaju: Unit, 1999.

MARCGRAVE, George & PISO, Willem. 1648. **Historia Naturalis Brasiliae...** in qua non tantum plantae et animalia, sed et indigenarum morbi, ingenia et mores describuntur et iconibus supra quingentas illustrantur. Lugdun. Batavorum, apud Franciscus Hackium et Amstelodami apud Lud. Elzevirium. [Organizado por Joannes de Laet]. Disponível em: <http://biblio.etnolinguistica.org/marcgrave_1648_historia>. Acesso em: 25 jan. 2018.

MARCGRAVE, George. 1942 [1648]. **História Natural do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. Tradução de José Procópio de Magalhães.

MARQUES, Alfredo Pinheiro. **A cartografia do Brasil no século XVI**. Revista da Universidade de Coimbra, v.34, p.447-462, 1988.

MARTIUS, Carl F. P. Von. **Wortersammlung Brasilianischer Sprachen** [Glossarium linguarum Brasiliensium]: Glossarios de diversas lingoas e dialetos, que fallao os Indios no império do Brazil. Leipzig, 1867.

MAIRESSE, D. **Cartografia: do método à arte de fazer pesquisa**. In: Cartografias e Devires: a construção do presente/ organizado por Tania Mara Galli Fonseca e Patrícia Gomes Kirst. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MEDEIROS NETO. **História do São Francisco**. Maceió: Casa Ramalho Editora, 1941.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Fontes para o Brasil Holandês - a economia açucareira**, Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1981

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **A paisagem como fato cultural**. In: Turismo e paisagem. São Paulo: Contexto, 2002.

MENEZES, Catarina Agudo. **A escrita no chão: A formação do território de Alagoas por meio de fontes coloniais**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011.

MENEZES, Catarina Agudo. **Alagoas além do açúcar: diversidade econômica e formação do território no século XVIII**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017

MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MONTEIRO, Jacomé. “**Relação da Província do Brasil (1610)**”. In: LEITE, Serafim. *Historia da Companhia de Jesus no Brasil*. TOMO VIII; Apêndice; São Paulo: Editora Loyola, 2004).

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. Hucitec, São Paulo, 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume; Hucitec, 2002.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **O sertão: um “outro” geográfico**. In: *Terra Brasilis: revista de História do Pensamento Geográfico no Brasil*. Anos III-IV, n. 4-5, Rio de Janeiro, 2002-2003.

MICELI, Paulo. **A Última Terra: O Desenho do Brasil**. In: *O Tesouro dos Mapas: a cartografia na formação do Brasil*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002.

MORAES e SILVA, Antonio. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Lisboa, Typographia Lacerdina, 1813.

MORENO, Diogo de Campos. **Razão do Estado do Brasil**. *Rezão do Estado do Brasil no Governo do Norte somete asi como o teve dõ Diogo de Meneses até o anno de 1612* [Manuscrito]. - [c. 1616].

MOTT, Luiz Roberto de Barros. **Sergipe del Rei: População, Economia e Sociedade**, Aracaju: Fundesc, 1986.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. **A Inquisição em Sergipe**, Aracaju: Fundesc, 1989.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. **Sergipe Colonial e Imperial**, Aracaju: Fundesc, 1989.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. **Sergipe Colonial e Imperial: religião, família, escravidão e sociedade**, Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. **Tortura de escravos e heresias na Casa Torre**. In: *Bahia: inquisição e sociedade* [online]. Salvador: EDUFBA, 2010, 293 p. ISBN 978-85-2320-890-5. Available from SciELO Books. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em 24. Jan. 2018.

MOURA, Lucas Munhoz. **Regime de sesmarias no Brasil-colônia: uma análise comparativa entre as capitanias do GrãoPará e Piauí.** 2º Seminário Governança de Terras e Desenvolvimento Econômico, 2016.

MOURA FILHA, Maria Berthilde. **O Livro que dá “Rezão do Estado do Brasil” e o povoamento do território brasileiro nos séculos XVI e XVII.** Revista da Faculdade de Letras CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO. I Série vol. 2, pp. 591-613Porto, 2003.

MUNIZ, Bianca Machado. **Penedo: no meio do caminho tinha um forte.** In: SILVA, Maria Angélica da. (org). O olhar holandês e o Novo Mundo. Maceió: EDUFAL,2011.

NIEUHOF, Joan. **Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil.** Belo Horizonte, Minas Gerais, Editora Itatiaia; São Paulo, SP, Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial I.** Aracaju: Universidade Federal de Sergipe; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial II.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

OLIVEIRA, Igor Fonsêca de. **“Os Negros dos Matos”:** trajetórias quilombolas em Sergipe Del Rey (1871-1888). Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local - Universidade do Estado da Bahia. Santo Antônio de Jesus, 2010.

OLIVEIRA, Igor Fonsêca de. **“Por não querer servir ao seu senhor”:** os quilombos volantes do Vale do Cotinguiba (Sergipe Del Rey, século XIX) / Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em História, 2015.

ORAZEM, Roberta Bacellar Orazem. **Arquitetura, cidade e território no Brasil colonial: a contribuição dos carmelitas calçados da Bahia e Pernambuco (1580 – 1800),** 2015, 407p. Arquitetura, cidade e território no Brasil colonial: a contribuição dos carmelitas calçados da Bahia e Pernambuco (1580 – 1800), Natal, 2015.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Índios, naufragos, moradores, missionários e colonos em Kirimurê no século XVI: embates e negociações.** In: CAROSO, C., TAVARES, F., and PEREIRA, C., orgs. Baía de todos os santos: aspectos humanos [online]. Salvador: EDUFBA, 2011.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **De como se obter mão-de-obra indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVIII.** Revista História. São Paulo. n. 129-131, p. 179-208, ago.-dez/93 a

ago.-dez/1994. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18728>>. Acesso em 11. Jan.2019.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. **História econômica de Sergipe (1850-1930)**. Aracaju: Programa Editorial da UFS, 1987.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. **Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro, Sergipe: 1850/1930**. Aracaju: FUNCAJU, 2000.

PEREIRA, Levy. **A nota técnica do mapa Brasília Qua Parte Paret Belgis - Transcrição, tradução e comentários**. In BiblioAtlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa, 2013. Disponível em:< http://lhs.unb.br/wiki_files/NotaTecnica.pdf>. Acesso em 29. Jan. 2018.

PEREIRA, Levy Pereira & CINTRA, Jorge. **A astronomia e o mapa Brasília qua parte paret Belgis, de Jorge Marcgrave**. História da Astronomia no Brasil, v. I, 2014.

PEREIRA, Anderson. **O Gado em Sergipe no século XVIII**. Encontro Internacional de História Colonial: (5: 2014: Maceió, AL). Anais do V Encontro de Internacional de História Colonial: Cultura, Escravidão e Poder na Expansão Ultramarina (Século XVI ao XIX), Maceió, 19 a 22 de agosto de 2014 [recurso eletrônico], Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Curso de História, Maceió: Ufal, 2014.

PÉREZ, SáENZ-LÓPEZ. **Las primeras imágenes occidentales de los indígenas americanos: entre la tradición medieval y los inicios de la antropología moderna**. Anales de Historia del Arte, Norteamérica, 0, ene. 2011. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/ANHA/article/view/37474/36274>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

PERRONE-MOISES, Beatriz. **Índios livres e índios escravos: Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)**. In: História dos índios no Brasil. Organização Manuela Carneiro da Cunha. São Paulo: Companhia das letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

PESSOA, Ângelo Emilio da Silva. **As ruínas da tradição: 'A Casa da Torre' de Garcia D' Ávila - família e propriedade no nordeste colonial**. 2003. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em:<[10.11606/T.8.2003.tde-03102005-103312](https://doi.org/10.11606/T.8.2003.tde-03102005-103312)>. Acesso em: 20. abr. 2018.

PETRONI, Pasquale. **Aldeamentos paulistas**. São Paulo:EDUSP, 1995.

PRADO, Ivo do Prado. **A capitania de Sergipe e suas ouvidorias: memória sobre questões de limites** (Congresso de Bello Horizonte). Rio de Janeiro: Papelaria Brazil, 1919.

PRADO, João Fernando de Almeida. **A Bahia e as Capitanias do Centro do Brasil (1530 – 1626)**. São Paulo/ Rio de Janeiro/ Recife/ Bahia/ Pará/ Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1945.

PITTA, Sebastião da Rocha. **Historia da America Portuguesa**. Bahia: Imprensa Economica, 1878.

RÊGO, A. **O sertão e a geografia**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 63, p. 42-66, 29 abr. 2016.

RESENDE, José Mario dos Santos. **Entre campos e veredas da Cotinguiba: o espaço agrário em Laranjeiras (1850)**. São Cristóvão, 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) – NPGeo/UFS.

RESENDE, José Mario dos Santos & GUMARAES, Joselita Maria dos Santos. **A Geografia da Propriedade de Terras e das Técnicas Agrícolas na Imperial Cidade de Laranjeiras /SE (1850-1888)**. Revista da Fapese, v.3, n.1, p. 139-164, jan/jun. 2007.

RODRIGUES, José Honório. **História da História do Brasil: historiografia colonial**. 2.Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. **A cartografia e a relação pesquisa e vida**. Psicol. Soc. [online]. 2009, vol.21, n.2, pp.166-173. ISSN 0102-7182. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822009000200003>>. Acesso em: 9 fev. 2018.

REGIMENTO que levou Tomé de Souza Governador do Brasil, Almerim, 17/12/1548. Lisboa, AHU, códice 112, fls. 1-9. Disponível em: <http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/1.3._Regimento_que_levou_Tom__de_Souza_0.pdf> . Acesso em 16 out. 2017

REGISTRO de um Alvará de Sua Alteza por que concede licença ao Capitão Sebastião de Brito de Castro que erigindo uma Villa que tem nas terras do Rio de São Francisco com casas de Camara, e Pelourinho, e Cadeia dentro de seis mezes se possa chamar Donatario della. DHBN. Vol. XXVI. 12/03/1678. p. 445-446. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094536&PagFis=37988&Pesq=Pedro%20Barbosa%20Leal%20sobre%20a%20observ%C3%A2ncia%20da%20lei%20pertencente%20%C3%A0s%20marcas%20e%20repeso%20do%20a%C3%A7%C3%BAcar%20e%20do%20mesmo%20teor%20se%20passaram%20outras>. Acesso em 15 fev. de 2019.

REGISTRO de uma Provisão por que se deu de sesmaria a Balthazar Lourenço Pacheco e seu irmão Urbano Pacheco e José Leitão de Barros, de duas léguas de terras no rio de Sergipe de El-Rei. DHBN. Vol. XXII. 10/02/1665. p. 53.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens das vilas e cidades do Brasil colonial**. São Paulo:Edusp/Fapesp, 2000. (Colaboradores Paulo Bruna e Beatriz Bueno).

REIS, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil. 1500 - 1720**. 2ª edição, São Paulo, Pini, 2000.

REIS, Nestor Goulart Reis. **Sobre as escalas dos projetos**. Revista pós v.19 n.32.São Paulo. Dezembro 2012 Disponível em: www.revistas.usp.br/posfau/article/download/52502/56480/ Acesso em: 02.03 mar. 2019.

SALOMÃO, Lílian. **A lenta penetração portuguesa no Brasil: o caso de Sergipe d'El Rey, Território Marginal**. Cadernos UFS-História, vol 2, n.3, jul\dez, 1996, p.105-115.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil 1500-1627**. São Paulo/ Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918.

SAMPAIO, Theodoro. **O Tupi na Geographia Nacional**. Memoria lida no Instituto Historico e Geographico de S. Paulo. São Paulo: Typ. da Casa Eclectica, 1901.

SAMPAIO, Theodoro. **O Rio de S. Francisco e a Chapada Diamantina: trechos de um diario de viagem (1879-80)**. Revista S. Cruz. São Paulo: Escolas Professionaes Salesianas. 1905.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **A coragem de ser só: Cândido Mendes de Almeida, o arauto do ultramontanismo no Brasil**. Almanack , Guarulhos, n. 7, p. 59-80, junho de 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-46332014000100059&lng=en&nrm=iso. Acesso em 11 de jan. de 2019.

SANTANA, Pedro Abelardo de. **Da Bahia a Pernambuco no século 16: Viagens Entre dois Pólos da Colonização do Brasil**. Universidade Federal de Sergipe, Serviço Social do Comércio. Aracaju, 2003.

SANTANA, Pedro Abelardo de. **Aldeamentos indígenas em Sergipe Colonial: subsídios para a investigação de Arqueologia Histórica**. 2004, 116p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2004.

SANTOS, Cezar Alexandre Neri. **De Cirigype a Sergipe Del Rey: os topônimos nas cartas de sesmarias (1594 – 1623)**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, 2012.

SANTOS, Patrícia Verônica Pereira dos Santos. **Trabalhar, Defender e Viver em Salvador no século XVI**. Salvador, 2004. 132f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2004.

SANTOS, Fabricio Lyrio. **Da catequese à civilização: colonização e povos indígenas na Bahia (1750-1800)**. 2012, 315p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Salvador, 2012.

SANTOS, Joceneide Cunha dos Santos. **Entre farinha, procissões e famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888)**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2004.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: EDUSP, 2006.

SCHWARTZ, Stuart B. **Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society: Bahia, 1550–1835** (Cambridge Latin American Studies). Cambridge: Cambridge University Press, 1986. Disponível em: <doi:10.1017/CBO9780511665271>. Acesso em: 4. jun. 2018.

SCHWARTZ, Stuart B. **O Brasil Colonial, c.1580-1750: as grandes lavouras e as periferias**. In: BETHEL, Leslie (org). *História da América Latina: A América Latina Colonial*. V. II. São Paulo: EDUSP, 1999.

SCHWARTZ, Stuart; PÉCORA, Alcir (org.). **As excelências do governador: o panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)**. Trad. Alcir Pécora e Cristina Antunes. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHWARTZ, Stuart. **“De la plebe au «peuple» dans le Brésil du XVIIIesiècle”**, Caravelle, 84, 2005.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751** / Stuart B. Schwartz; tradução Berilo Vargas. — São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SILVA, Clodomir. **A Cotinguiba**. In: Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju: Typ. D’A Cruzada, 1925. Ano 10, vol. VI, 1925.

SILVA, José Calazans Brandão da. **Introdução ao Estudo da Historiografia sergipana**. In: Aracaju e Temas Esparsos. Aracaju: Governo do Estado do Sergipe/ FUNDESC, 1992.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Pecuária, agricultura de alimentos e recursos naturais no Brasil-Colônia**. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. História econômica do Período Colonial. São Paulo: Hucitec/Fapesp/ABPHE, 1997.

SILVA, Maria. Angélica da, OLIVEIRA, Roseline, & MOTA, Melissa. (2007). **Gestos humanos, gestos urbanos: memórias cotidianas da paisagem colonial alagoana**. Paisagem E Ambiente, (24), 355-362. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i24p355-362>>. Acesso em: 8 mar. 2018.

SILVA, Maria Angélica da. **A ponte no papel: atravessando a história de Recife nos mapas dos séculos XVII e XVIII**. 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Paraty, 2011.

SILVA, Maria Angélica da Silva. **A conquista pela visão: mapas e pinturas**. In: SILVA, Maria Angélica da. (org). O olhar holandês e o Novo Mundo. Maceió: EDUFAL, 2011.

SIQUEIRA, Luís. **Homens de mando e de guerra: capitães mores em Sergipe del Rey**. Tese (doutorado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, 2016.

SOBRINHO, J. Sebrão de Carvalho. **Laudas da História de Aracaju**. Aracaju: Regina, 1955.

SOUTHEY, Robert. **História do Brazil**. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1862.

SOUZA, Fernando Antonio Santos de. **Formação, movimento e descompasso da rede urbana de Sergipe**. Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, 2008.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Edição comentada por Francisco Adolfo de Varnhagen. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851.

SOUZA, Marco Antonio de. **Memória sobre a Capitania de Sergipe**. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 2005.

SOUZA, Pero Lopes de. **Diário da navegação da armada que foi á terra do Brasil em 1530 sob a Capitania-Mor de Martin Affonso de Sousa**. Lisboa: Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1839.

STRAFORINI, R. **Os Caminhos do Ouro: A importância de um complexo sistema de circulação na reestruturação do território colonial brasileiros.** Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (33). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-33.htm>> Acesso em 05 Mar. 2019.

STUDART, Guilherme. **Documentos para a história do Brasil e especialmente a do Ceará.** 4v. Fortaleza: Tipografia Studart, 1904.

VAN DER DUSSEN, Adriaen. **Breve discurso sobre o Estado das quatro capitanias conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil. (1638)** J. Maurice Conte de Nassau; M. Van Ceullen; Adriaen Van der Dussen. In.: MELLO, José Antônio Gonçalves de. Fontes para a história do Brasil Holandês. Economia açucareira. Vol. 01. Recife: Cepe-Editora de Pernambuco, 1981.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia do Brasil de 1850. Antes da sua separação e Independência de Portugal.** Rio de Janeiro : E. & H. Laemmert, [1877].

VIDAL, Laurent. **Considerações sobre uma experiência negligenciada: a fundação de vilas no tempo das capitanias hereditárias (1534-1549).** In: Espaço urbano latino-americano: ensaios sobre história e política territorial /organização Fania Fridman, 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

VIEIRA, Daniel de Souza Leão. **Frans Post, a Paisagem e o Exótico: O Imaginário do Brasil na Cultura Visual da Holanda do Século XVII.** In: VIEIRA, Hugo Coelho; GALVÃO, Nara Neves Pires; SILVA, Leonardo Dantas. (Org.). Brasil Holandês: História, memória e patrimônio compartilhado. São Paulo: Alameda, 2012.

VILHENA, Luiz dos Santos. **Recopilações de notícias soteropolitanas e brasílicas...** Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1802.

VESPÚCIO, Américo. **Cartas de Américo Vespúcio a Pedro Soderini, Gonfaloeiro Perpetuo da República de Florença, sobre duas viagens feitas por ordem sereníssimo rei de Portugal.** In: Colleccão de notícias para a historia e geographia das nações ultramarinas. Lisboa: Typographia da Academia, 1867.

VIANA, Francisco José de Oliveira. **Evolução do povo brasileiro.** 2ed. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938.

WHITEHEAD, Peter James Palmer & BOESEMAN, Martin. **Um retrato do Brasil Holandês do século XVII: animais, plantas e gente** pelos artistas de Johan Maurits de Nassau. Tradução Edmond Jorge. Rio de Janeiro: Kosmos, 1989.

TRAVASSOS, Antônio José da Silva. **Apontamentos Históricos e topográficos sobre a Província de Sergipe**. Revista do IHGSE, Aracaju, n. 6, v. III, Ano, 1915.

ZANOTELLI, Claudio Luiz Zanutelli. **A ilha brasileira na cartografia dos séculos XVI e XVII**. Dimensões - Revista de História da Ufes, v.11, Jul/Dez, 2000. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2325/1821>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

APÊNDICE A – QUADRO DE DOAÇÕES DE SESMARIAS (1594 – 1623)

DOAÇÕES DE SESMARIAS - SÉCULO XVI						
$1 \text{ legua}^2 = 6.600m \times 6.600m = 4.356ha = 14.400 \text{ ta}$						
1594						
DATA	SESMEIRO	DIMENSÕES CONCEDIDAS	LOCAL	JUSTIFICATIVA		
1	1	23.07.1594	THOMÉ FERNANDES	MIL BRAÇAS ² 48ha	COTENGUIBA MANGUES VERDADEIROS – CORROÍBA	VEIO COM CRISTÓVÃO DE BARROS. AJUDAR A POVOAR
1595						
DATA	SESMEIRO	DIMENSÕES CONCEDIDAS	LOCAL	JUSTIFICATIVA		
2	1	03.12.1595	DOMINGOS DE LOURENÇO	600 BRAÇAS ² 174,24ha	RIO PIAUHY – AFLUENTE DO RIO REAL	MANTIMENTOS
3	2	03.12.1695	GASPAR GOMES	800 BRAÇAS ² 309,76ha	RIO PIAUHY – AFLUENTE DO RIO REAL	VEIO COM CRISTÓVÃO DE BARROS. MANTIMENTOS
1596						
DATA	SESMEIRO	DIMENSÕES CONCEDIDAS	LOCAL	JUSTIFICATIVA		
4	1	06.04.1596	FRANCISCO RODRIGUES	TREZENTAS X OITOCENTAS BRAÇAS 116,16ha	PORTO DAS PEDRAS RIO PIAUHY	HABITAÇÃO E CRIAÇÕES
5	2	15.04.1596	DOMINGOS D'AMORIM SOARES	MEIA LEGUA ² 1.089ha	AFLUENTE DO PIAUI RIO DE GOARUJAHÍ – BURAREMA	AGASALHAR SEUS MUITOS FILHOS
6	3	20.04.1596	GASPAR D'ALMEIDA	2 MIL X 1500 BRAÇAS 1.597,2ha	RIO PIAUHY ALDEIA DE SAN TOME	MANTIMENTOS E CRIAÇÕES
7	4	20.04.1596	MANUEL DE BARROS	400 X 800 BRAÇAS 309,76ha	RIO PIAUHY PORTO DAS PEDRAS	MANTIMENTOS
8	5	26.04.1596	SALVADOR FERNANDES	400 X 800 BRAÇAS 154,88ha	SERRARIA DO PIAUIHY	LAVOURA E CRIAÇÕES
9	6	05.05.1596	SEBASTIÃO DE BRITO E FRANCISCO DE BARROS	2 LÉGUAS ² 17.424ha	RIO INAJAROBA - PIAUIHY FRONTEIRO DO BOGIO – SERRA	CRIAÇÕES DE GADO VACUM E DAS MAIS CRIAÇÕES
10	7	08.05.1596	NUNO DE AMARAL	2 LÉGUAS ² 17.424ha	RIO GUACUJAHÍ – BURAREMA – AFLUENTE RIO PIAUI	CRIAÇÕES E MANTIMENTOS
11	8	10.05.1596	CALISTO DA COSTA	MEIA LÉGUA ² 1.089ha	RIO DE INAJOROBA - PIAUIHY	MANTIMENTOS E CRIAÇÕES
12	9	13.05.1596	JORGE COELHO	MIL BRAÇAS ² 48ha	RIO INAJAROBA - PIAUIHY	MANTIMENTOS E PASTOS PARA GADO
13	10	13.05.1596	ESTEVIÃO GOMES D'AGUIAR	800 BRAÇAS ² 309,75ha	RIO INAJAROBA – PIAUIHY	CRIAÇÕES E MANTIMENTOS
14	11	13.05.1596	DAMIÃO DA MOTTA	MEIA LÉGUA ² 1.089ha	RIO PIAUHY	VEIO COM CRISTÓVÃO DE BARROS
15	12	13.05.1596	DIOGO SILVEIRA DO REGO	2 MIL BRAÇAS ² 1.936ha	MESTRE DA CAPELA DA CIDADE DA BAHIA BARTOLOMEU FERNANDES ARITICUIBA – AFLUENTE RIO REAL	SERTOS VACAS E GADO E OUTRAS CRIAÇÕES
16	13	15.05.1596	THOME FERNANDES	ILHA PATATIBA – TINHARÉ – S.CRISTOVÃO 96ha	TINHARÉ - VASABARIS	
17	14	16.05.1596	MIGUEL SOARES DE SOUSA	UMA LÉGUA	TAPERA DE TAJOABA- ALDEIA – RIO POXIM RIBEIRO DE HIPOXY	ROÇAS E CASA PARA TRZER SUA FAMÍLIA

18	15	16.05.1596	GASPAR D'AMORIM	MIL BRAÇAS ² 48ha	RIO PIAUHY	
19	16	16.05.1596	PEDRO ALVES ARANHA	MEIA LÉGUA ² 1.089ha	RIO PIAUHY	MANTIMENTOS E CRIAÇÕES
20	17	16.05.1596	CHRISTOVAM REBELLO	MEIA LÉGUA ² 1.089ha	RIO REAL	MORAR E VIVER NO RIO REAL. TRAZER SUAS POSSES.
21	18	23.05.1596	DOMINGOS DE ANDRADE	MEIA LÉGUA ² 1.089ha	RIO REAL	MORAR E VIVER
22	19	24.05.1596	BALTHASAR FERREIRA	MEIA LÉGUA ² 1.089ha	RIO REAL	VIVER COM MULHER E FILHOS
23	20	24.05.1596	FRANCISCO ALVARES	500 BRAÇAS ² 121ha	RIO REAL	VIVER COM SUA MULHER, FILHOS E FAMÍLIA
24	21	24.05.1596	CHRISTOVÃO DIAS	MIL BRAÇAS ² 48ha	RIO REAL CORRENDO PARA O RIO PIAUHY	GADO E CRIAÇÕES
25	22	25.05.1596	DOMINGOS FERNANDES NOBRE	2 MIL BRAÇAS ² 1.936ha	RIO TÃO MYTIAIAIA - JACARÉ BRAÇO DO RIO PIAUHY	POVOAR COM SUA FILHA JOANA NOBRE
26	23	26.05.1596	ANTONIO GONÇALVES DE SANT'ANNA	500 BRAÇAS ² 121ha	RIO SAIBETIAIA - JACARÉ BRAÇO DO RIO PIAUHY	VEIO COM CRISTÓVÃO DE BARROS LAVRAR TERRAS. MORAR COM SUA CASA E OBRIGAÇÕES
27	24	26.05.1596	MIGUEL SOARES DE SOUSA	1500 BRAÇAS 1.089ha	RIO SERGIPE	POVOAR E TRAZER SUAS CRIAÇÕES
28	25	27.05.1596	GASPAR DE MENESES	MIL BRAÇAS ² 48ha	RIO PIAUHY	VEIO COM CRISTÓVÃO DE BARROS. TERRAR PARA LAVRAR E VIR MORAR COM MULHER E FILHOS
29	26	31.05.1596	PERO DOMINGUES	800 BRAÇAS ² 309,76ha	RIO REAL	LAVRAR E FAZER SUAS ROÇAS E TRAZER CRIAÇÕES
30	27	10.06.1596	JOÃO GARCIA	1200 BRAÇAS 696,96ha	RIO REAL RIO DE TAIPITAIA	VIVER E LAVRAR
31	28	10.10.1596	MANOEL THOME	200 BRAÇAS 19,36ha	RIO DO PORTO DE SÃO CATERYNA PADRES DE SÃO BENTO RIO SERGIPE	CRIAÇÕES

1597

		<i>DATA</i>	<i>SESMEIRO</i>	<i>DIMENSÕES CONCEDIDAS</i>	<i>LOCAL</i>	<i>JUSTIFICATIVA</i>
32	1	15.03.1597	FRANCISCO FERNANDES DE ALMEIDA E ANTONIO DE MEIRA	MEIA LÉGUA 1.089ha	PITANGUÃ AFLUENTE DO RIO SERGIPE	CASA, CRIAÇÕES E CURRAL
33	2	21.03.1597	SALVADOR FERNANDES	800 X 400 RAÇAS 237,16ha	RIO REAL RIO PIAUHY	CRIAÇÕES E GADO

1599

		<i>DATA</i>	<i>SESMEIRO</i>	<i>DIMENSÕES CONCEDIDAS</i>	<i>LOCAL</i>	<i>JUSTIFICATIVA</i>
34	1	20.01.1599	SIMÃO DE ANDRADE	600 BRAÇAS ² 1.074,24ha	RIO VASA BARYS E CAYPE	LAVRAR E FAZER BENFEITORIAS
35	2	07.08.1599	GASPAR DE SOUZA	MEIA LÉGUA ² 1.089ha	ESTEIRO DE AGUA PETIBA - RIO SANTA MARIA CAIPE	CRIAÇÕES DE GADO VACUM E OUTRAS CRIAÇÕES MIÚDAS
36	3	15.08.1599	FRANCISCO RODRIGUES	1200 BRAÇAS ² 695,96ha	CAIPE	CRIAÇÕES DE GADO E OUTROS MIÚDOS

<i>1600</i>						
		<i>DATA</i>	<i>SESMEIRO</i>	<i>DIMENSÕES CONCEDIDAS</i>	<i>LOCAL</i>	<i>JUSTIFICATIVA</i>
38	1	01.01.1600 03.01.1600	GASPAR FONTES	MEIA LÉGUA ² 1.089ha	IPOCHI	MANTIMENTOS E PASTOS DE GADO VACUM
39	2	13.01.1600 13.02.1600	DOMINGOS NARCISO	Área imprecisa	POCHI GAUQUAJÚ – BURAREMA	CASA, CURRAL DE GDO E ROÇA
40	3	15.01.1600	FRANCISCO DA SILVEIRA	MEIA LÉGUA ² 1.089ha	RIO IPOCHI RIBEIRA D'ÁGUA MOCORI	PASTOS E MANTIMENTOS
41	4	17.01.1600	THOMÉ FERNANDES	MEIA LÉGUA ² 1.089ha	RIO IPOCHI RIO DE MOCORI	MANTIMENTOS E CRIAÇÕES
42	5	20.01.1600	GASPAR RIBEIRO	MEIA LÉGUA 309,70ha	AFLUENTE DO VASA BARIS PIRAMOPANA	CRIAÇÕES DE GADO VACUM E OUTRAS MIÚDAS
43	6	20.01.1600	PERO LOPES	800 BRAÇAS ² 309,76ha	TESTADA DE MANUELL ANDRE VASABARRIS – PARRATIGI?	CRIAÇÕES E MANTIMENTOS
44	7	24.01.1600	MANOEL ANDRE	800 BRAÇAS ² 309,76ha	VAZA BARIS PÁRRATAGI	CRIAÇÕES DE GADO VACUM E OUTROS MIÚDOS
45	8	16.10? 1600	DOMINGAS DINIZ	MEIA LÉGUA ² 1.089ha	GASPAR DOLLIVEIRA AFLUENTE DO VAZA BARRIS PARAMOPAMA	CRIAÇÕES E MANTIMENTOS
46	9	04.03.1600	SIMÃO D'ANDRADE	1200 X 1500 BRAÇAS 871,20ha	RIBEIRA DE PIRAO MOPAMA PARAMOPAMA – AFLUENTE DO VAZA BARRIS	CRIAÇÕES E MANTIMENTOS
47	10	04.03.1600	GASPAR DE AMORIM	1200 X 1500 BRAÇAS 871,20ha	RIO VASABARIS	CRIAÇÕES E MANTIMENTOS
48	11	05.03.1600	MANOEL DA FONSECA	MIL X 3 MIL BRAÇAS 1.452ha	RIO DE CAJAIBA POTIHIPEBA – VAZA BARRIS ALDEA DE TAPERAGUA	ROÇAS E CRIAÇÕES
49	12	10.03.1600	BARTHOLOMEU FERNANDES	MEIA LÉGUA ² 1.089ha	AFLUENTE DOS RIOS REAL E PIAUÍ EETEIRO ARITICUIBA	MANTIMENTOS E CRIAÇÕES
50	13	12.03.1600	BETO FERRAZ	MIL BRAÇAS ² 484ha	RIO REAL EETEIRO ARITICUIBA	GADO, CRIAÇÕES E MANTIMENTOS
51	14	14.03.1600	GASPAR DE AMORIM	MIL X 500 BRAÇAS 242ha	RIO VASA BARIS VARZIA DE PIRAMOPAMA VARZIA DOS CAJUEIROS	CRIAÇÕES E MANTIMENTOS
52	15	14.03.1600	GASPAR D'AMORIM	500 BRAÇAS 174,20ha	AGOA PETIBA E O MAR RIO SANTA MARIA	-----
53	16	31.03.1600	PERO SANCHES	1500 BRAÇAS ² 1.089ha	RIO ACIMA DE PIRAMOPAMA AFLUENTE VAZA BARRIS	ROÇAS E CRIAÇÕES
54	17	20.03.1600	MARCOS FERNANDES	UMA LÉGUA X MEIA LÉGUA 6.534ha	RIO VASABARIS	TERRAS PARA GADO, CRIAÇÕES E ROÇAS
55	18	05.04.1600	MELCHIOR MACIEL	1200 BRAÇAS 696,96ha	RIO GUITIHIWA AFLUENTE DO RIO REAL	-----
56	19	16.04.1600	JOÃO DIAS	UMA LÉGUA ² 4.356ha	ABAIPE RIO REAL – ABAIPEUA?	GADO, ROÇAS E CRIAÇÕES

57	20	24.04.1600	MARTIN LOPES	MEIA LÉGUA ² 1.089ha	ALDEA TEPAHOQUA – TAPERAGUA ALDEIA ÁGUA AZEDA SÃO CRISTÓVÃO	criações e mantimentos
58	21	25.04.1600	MATHEUS DE FREITAS	2 LÉGUAS ² 8.712ha	RIO SERGIPE	Ajudar a povoar com os filhos.
59	22	26.04.1600	AMBROSIO GUARDEZ	MIL X 1500 BRAÇAS 726ha	RIO SERGIPE	GADO E OUTRAS criações
60	23	04.06.1600 04.07.1600	MELCHIOR MACIEL E PAULO ADORNO	2 MIL BRAÇAS ² 1.936ha	CABEDELO IPELEMPE RIO REAL	GADO
61	24	19.07.1600	MATHIAS MOREIRA	MIL BRAÇAS ² 484ha	RIO VASA BARRIS	MANTIMENTOS E criações
62	25	13.10.1600	PADRE BENTO FERRAZ E BARTHOLOMEU FERNANDEZ	UMA LÉGUA ² 4.356	AFLUENTE DOS RIOS REAL E PIAUÍ RIO ARITICUIBA – GUARAREMA	GADO, CRIAÇÕES MIÚDAS E MANTIMENTOS
63	26	11.11.1600	JOÃO DIAS	UM LÉGUA ² 4.356ha	VASA BARRIS ESTEIRO DE PIRAMOPAMA TINHARE	VEIO COM CRISTÓVÃO DE BARROS GADO E LAVOURA
64	27	11.11.1600	PEDRO DA LOMBA	DUAS MIL BRAÇAS ² 1.336ha	RIO VASA BARIS ITAPORÃOQUA	criação de gado
65	28	12.11.1600	SIMÃO DE ANDRADE	300 BRAÇAS ² 174,20ha	RIO VASABARRIS RIO AUGUAPETIBA – SANTA MARIA	GADO VACUM, OUTRAS MUITAS CRIAÇÕES
66	29	12.11.1600	MANUEL ANDRE E SIMÃO DE ANDRADE	UMA LÉGUA 4.356ha	RIO VASABARIS	MANTIMENTOS, criações de gado vacum e outras miúdas
67	30	17.11.1600	SIMÃO DE ANDRADE E MANUEL ANDRÉ	ÁREA IMPRECISA	ESTEIRO DE AUGIAPIOBA RIO POXIM	GADO E MAIS CRIAÇÕES
68	31	18.12.1600	SIMÃO DE ANDRADE	400 BRAÇAS 77,44ha	CAIPE	MANTIMENTOS
69	32	26.12.1600	PADRE AGOSTINHO MONTEIRO	1 LÉGUA ² 24.356ha MIL BRAÇAS ² 484ha	VARZEA DO RIO SERGIPE	MANTIMENTOS, CANAVIAIS E CURRAIS
70	33	26.12.1600 18.01.1601	JOÃO MARTINS BERTANHA	UMA LÉGUA ² 4.356ha	ALLAGDO DE VASA BARIS	LAVOURA E CRIAÇÕES

DOAÇÕES DE SESMARIAS - SÉCULO XVII

1601						
	DATA	SESMEIRO	DIMENSÕES CONCEDIDAS	LOCAL	JUSTIFICATIVA	
71	1	20.01.1601	MANOEL THOMÉ D'ANDRADE	300 X 1500 BRAÇAS 217,80ha	MANOELL PIRES PARAMOPAMA AFLUENTE DO VAZA BARRIS	AMPLIAÇÃO DE TERRA PARA AS CRIAÇÕES
72	2	10.0 3.1601	DOMINGOS GONSALVES	Área imprecisa	RIO DE SERGIPE	MANTIMENTOS E PASTOS
73	3	11.03.1601	PADRE BENTO FERRAZ	3 LÉGUAS	RIO VASA BARIS CÁBOHI ABAHI	GADO E CRIAÇÕES
74	4	12.03.1601	GASPAR FONTES	MIL BRAÇAS ² 484ha	RIO VASABARIS TINHARE	MANTIMENTOS E criações
75	5	14.03.1601	GONÇALO FRANCISCO	MEIA LÉGUA ² 1.089ha	RIO VAZA-BARRIS	POVOAR COM VACAS E OUTRAS CRIAÇÕES
76	6	14.03.1601	FRANCISCO D'ALMEIDA	MEIA LÉGUA ² 1.089ha	RIO POCHIM	ACENTAR FÁBRICA, FAZER ROÇAS E PASTOS PARA GADO
77	7	14.03.1601	MARTIM DE SOUZA	MEIA LÉGUA ² 1.089ha	RIO DE MOCORI MOCORIRIA RIO POCHIM	FAZER ROÇAS E OUTRAS BENFEITORIAS

78	8	15.03.1601	JOÃO FRANCISCO	DUAS MIL X MIL BRAÇAS 968ha	CAIPE CORRENDO PELOS CÃOPOS DE HEPERAGUA HOPIRAMOPAMA	TERRAS PARA CURRAL DE GADO
79	9	10.03.1601	PADRES DA CIA DE JESUS	2 LÉGUAS ² 17.424ha	SERRA DE CAYAIBA VASABARIS FRALDAS DA ITANHANA	AMPLIAÇÃO DE FRONTEIRAS GADO E MANTIMENTOS
80	10	06.04.1601	MANOEL RODRIGUES	2 MIL BRAÇAS ² 1.936ha	TAPERA DE TAJAIBA RIO IPOCHI ITAPORANGA?	MANTIMENTOS E PASTOS PARA GADO
81	11	07.04.1601	MELCHIOR MACIEL	MEIA LÉGUA ² 1.089ha	TINHARÉ RIO VASA BARIS	REGISTROS PERDIDOS
82	12	09.04.1601	AFFONSO PEREIRA	MEIA LÉGUA ² 1.089ha	RIO VASA BARIS	VEIO COM CRISTIVÃO DE BARROS PASTOS DE GADO E MANTIMENTOS
83	13	09.04.1601	FRANCISCO FERNANDES	MEIA LÉGUA ² 1.089ha	RIO VASABARIS	VEIO COM CRISTOVÃO DE BARROS LAVRAR, FAZER ROÇAS E "TARGUA" SUAS CRIAÇÕES
84	14	09.04.1601	FRANCISCO DA SILVEIRA	MEIA LÉGUA ² 1.089ha	RIO VASABARIS	PASTOS DE GADO VACUM E MANTIMENTOS
85	15	09.04.1601	MANOEL CORREIA	UMA LÉGUA X DUAS MIL BRAÇAS MEIA LÉGUA ² 3.993ha	RIO SERGIPE VARZEA	LAVOURA E CRIAÇÕES
86	16	10.04.1601	ANTONIO LOPES	MEIA LÉGUA ² 1.089ha	RIO VASABARIS	TERRAS PARA LAVRAR
87	17	07.05.1601	GASPAR DE MENEZES	MEIA LÉGUA ² 1.089ha	RIO SERGIPE RIO IPOCHI	CRIAÇÕES
88	18	05.06.1601	ANTONIO GUEDES	MEIA LÉGUA ² 1.089ha	AFLUENTE DO RIO VASABARIS BRAÇO DE MAR AGOA PETIBA RIO SANTA MARIA	AMPLIAÇÃO DE SUAS TERRAS
89	19	02.07.1601	JOÃO GARCEZ	UMA LÉGUA ² 4.356ha	RIO POTEGIPE – COTINGUIBA TAPEROGOI – TAPERAUÁ	"FAZER FASENDA E CREAR GADO VACUM E OUTRAS CRIASOIS"
90	20	15.07.1601	NUNO DE AMARAL	UMA LÉGUA ² 4.356ha	RIO VASABARIS TAPORANGA	AJUDAR A POVOAR
91	21	16.10.1601	JOÃO GUERGO	MEIA LÉGUA ² 1.089ha	RIO CAIABA MANOELL DA FONSEQUA VAZA-BARRIS TAPERAGUA	POVOAR COM MULHER E FAMÍLIA
92	22	16.10.1601	FRANCISCO JORGE	MEIA LÉGUA ² 1.089ha	RIO VASABARIS	MANTIMENTOS E CRIAÇÕES
93	23	20.10.1601	SIMÃO DE ANDRADE	400 BRAÇAS 77,55ha	RIO PIAUHY	MANTIMENTOS, CASA E CRIAÇÕES
94	24	20.10.1601	SEBASTIÃO FRANCISCO VIEIRA	MEIA LÉGUA ² 1.089ha	RIO VASABARRIS	POVOAR COM MULHER E FAMÍLIA
95	25	20.10.1601	PADRE BENTO FERRAZ	MEIA LÉGUA ² 1.089ha	AREIAL - TAPERAGUA MAITACANEMA IPOCHIMERIM	CRIAÇÕES DE VACAS, EGUAS, PORCOS, CABRAS E OUTRAS MUITAS
96	26	23.10.1601	JOÃO PHILIFE	MEIA LÉGUA ² 1.089ha	RIO MOCURI GONÇALO FRANCISCO	VEIO COM CRISTÓVÃO DE BARROS TEM MUITA FÁBRICA. TERRAS PARA LAVRAR
97	27	30.12.1601	FRANCISCO RODRIGUES	UMA X MEIA LÉGUA 2.178ha	RIO IOPOCHI	POVOAR COM MULHER E FILHOS TERRA PARA CRIAÇÕES

98	28	04.12.1601	MELCHIOR DIAS CARAMURÚ	TRÊS LÉGUAS ² 39,204ha	LIMITES DO RIO REAL PIXAXIAPA – INDIATUBA IBIRAREMA – GUARAREMA	POVOAR COM ESCRAVOS E GADO. TERRAS PARA CULTIVAR
1602						
		DATA	SESMEIRO	DIMENSÕES CONCEDIDAS	LOCAL	JUSTIFICATIVA
99	1	02.01.1602	SIMÃO DIAS	MEIA LÉGUA ² 1.089ha	RIO PITANGA	MANTIMENTOS
100	2	18.01.1602	FRANCISCO DA SILVEIRA	MEIA LÉGUA 1.089ha ²	RIO VASA BARIS TAPERAGUA	CONFIRMAÇÃO DE DOAÇÃO GADO VACUM
101	3	18.01.1602	CHRISTOVÃO DIAS	2 MIL BRAÇAS ² 1.936ha	RIO IPOCHI	CONFIRMAÇÃO DE DOAÇÃO
102	4	21.01.1602	JOAN FERREIRA E FRANCISCO DALMEIDA	½ LÉGUA ² 1.089ha	RIO IPOCHI DO NORTE	CONFIRMAÇÃO DE DOAÇÃO
103	5	16.06.1602	GASPAR DE MENESES	2 MIL BRAÇAS ² 1.936ha	RIO VASABARIS	VEIO COM CRISTÓVÃO DE BARROS LAVOURA E CRIAÇÕES DE GADO VACUM
104	6	01.07.1602	MANOEL CASTANHO DE SOUZA	3 MIL X 2 MIL BRAÇAS 2.904ha	RIO VASABARRIS RIO POTIGIMIRIM	TERRAS PARA LAVRAR E TRAZER SUAS CRIAÇÕES DE GADO VACUM E DE OUTRAS SORTES
105	7	06.07.1602	ANTONIO VAZ	UMA LÉGUA ² 4.356ha	RIO VASABARRIS	“FABRIQUA DE GENHO CRIASOIMS”
106	8	02.08.1602	MANOEL RODRIGUES	MIL BRAÇAS ² 1.936ha	RIO COTINGIBA COMENDAROBIA	TERRAS PARA LAVRAR E TODA SORTE DE CRIAÇÕES
107	9	02.08.1602	GONSALO ALVARES	UMA LÉGUA ² 4.356ha	BARRA DA IBURA RIO COTINDIBA	POVOAR, FAZER UM ENGENHO E CRIAÇÕES
108	10	03.08.1602	MANUEL RODRIGUES E SIMÃO LOPES	2 MIL BRAÇAS ² 1.936ha	RIO DE COTINGIBA IBURA	TERRAS PARA LAVRAR
109	11	02.08.1602	PADRE GASPAR FERNANDES	1 LÉGUA ² 4.356ha	RIO MOCURY RIO IPOCHIM	TERRAS PARA USAR E TRAZER SUAS CRIAÇÕES
110	12	21.01.1602	PADRE GASPAR FERNANDES	1 LÉGUA ² 4.356ha	RIO VASABARIS TINHARE RIBEIRA UMA	FAZER ROÇA E CRIAÇÕES
111	13	21.01.1602	MANUAEL THOME	1 ½ LÉGUA PARA CADA UM 189ha	ITABAIANA	CRIAÇÕES DE GADO
112	14		D'ANDRADE			
113	15		FRANCISCO BORGES GONÇALO FRANCISCO			
114	16	21.01.1602	SEBASTIÃO VASQUES	½ LÉGUA ² 189ha	RIO IPOCHI	CRIAÇÕES DE GADO E ROÇARIAS
115	17	21.02.1602	DOMINGOS FERNANDES	½ LÉGUA ² 189ha	RIO IPOCHI TAPERA DE TAIAOBA	MANTIMENTOS CRIAÇÕES DE GADO
116	18	19.04.1602	DUARTE MUNIZ BARRETO	½ LÉGUA ² 189ha	ITABAIANA	VEIO COM CRISTÓVÃO DE BARROS
117	19	19.04.1602	JORGE BARRETO	½ LÉGUA ² 189ha	ITABAIANA	MANTIMENTOS E GADO VACUM
118	20	19.04.1602	PERO DE NOVAES SAMPAIO	½ LÉGUA ² 189ha	ITABAIANA	MANTIMENTOS, GADO VACUM E OUTRAS CRIAÇÕES
119	21	07.08.1602	PERO GONÇALVES	MIL X 700 BRAÇAS 338,80ha	CABO DO RIO ARACAJU APECUS PONTA DE TERRA RIO SERGIPE	MANTIMENTOS E GADO
120	22	07.08.1602	SEBASTIÃO DA SILVA FRANCISCO RODRIGUES GASPAR FONTES	1 LÉGUA ² 4.356ha	RIO VASABARIS ITAPORANGA TAPERA DE SEROBIM	MANTIMENTOS E GADO VACUM

121	23	19.08.1602	JOÃO DIAS	1200 BRAÇAS ² 696,96ha	JARAPUTANEMA LAGOA SECA ESTRADA ENTRE ITABAIANA E ITAPORANGA	CRIADOS BRANCOS, GADO, CRIAÇÕES E ESCRAVOS
122	24	15.09.1602	BALTASAR DE LEÃO	½ LÉGUA ² 1.089ha	RIO VASABARRIS	VEIO COM CRISTÓVÃO DE BARROS GADO, MANTIMENTOS E OUTRAS COISAS NECESSÁRIAS
123	25	05.10.1602	GASPAR DE MEIRENS	800 BRAÇAS ² 309,79ha	RIO PARATIGIM AFLUENTE DO VAZA-BARRIS	TERRAS PARA LAVRAR E GADO
124	26	20.01.1602	BARTHOLOMEU DIAS	½ LÉGUA ² 1.089ha	RIO MOQUORI RIO IPOCHI	MANTIMENTOS E CRIAÇÕES
125	27	20.01.1602	DIOGO LOPES VELHO	2 LÉGUAS 17.424ha	RIO QUOTIDIBA	FINANCIOU A TOMADA DA CAPITANIA DE SERGIPE CRIAÇÕES
126	28	21.01.1602	NICOLLAU DE LUCAS	½ LÉGUA 696,96ha	LAGOA DE JARAQUATENEMA – LAGOA SECA ESTRADA DE ITABAIANA E ITAPORANGA	LAVOURA E GADO VACUM
127	29	21.01. 1602	BALTHASAR DE SOUZA	½ LÉGUA ² 1.089ha	RIO MOCORI RIO IPOCHI	LAVOURA E CRIAÇÕES
128	30	21.01.1602	PERO CHAVES	500 BRAÇAS 121ha	RIBEIRA PIRANAPAMA – PIRAMOPAMA	ROÇAS
129	31	21.01.1602	SEBASTIÃO DIAS	MIL BRAÇAS 484ha	RIO IPITANGA	AMPLIAÇÃO DE TERRAS PARA LAVRAR
130	32	21.01.1602	ANTONIO PEREIRA	Não menciona	RIO VASA BARRIS	CONFIRMAÇÃO DE TERRA
131	33	22.01.1602	ANTONIO DO AMARAL	1 LÉGUA ² 4.356ha	RIO DE SERGIPE	MANTIMENTOS E GADO
132	34	01.02.1602	PADRE GASPAR FERNANDES	½ LÉGUA ² 1.089ha	RIO VASA BARRIS	MANTIMENTOS, CRIAÇÕES DE GADO E OUTRAS MIÚDAS
133	35	04.02.1602	LUIZ ALVES	1 LÉGUA ² 4.356ha	RIO DE GURUAHY AFLUENTE DO RIO REAL	CRIAÇÕES DE GADO VACUM E MUITAS OUTRAS
134	36	09.02.1602	LUIS ALVARES	2 MIL BRAÇAS X 1 LÉGUA 5.292ha	RIO VASA BARRIS RIO ITAQUANDIBA	ESCRAVOS, GADO VACUM E OUTRAS MUITAS CRIAÇÕES
135	37	15.04.1602	ANTONIO LUIS	½ LÉGUA ² 1.089ha	ITAPORANGUA	TERRAS PARA GADO
136	38	19.04.1602	ANTONIO VIEIRA CAMELLO	1 LÉGUA ² 4.356ha	RIO DE SERGIPE	MANTIMENTOS E GADO VACUM
137	39	19.04.1602	ANTONIO DUARTE	½ LÉGUA ² 1.089ha	RIO IPOCHI	MANTIMENTOS E GADO VACUM
138	40	22.04.1602	FRANCISCO DA COSTA	½ LÉGUA ² 1.089ha	RIO IPOCHI	MANTIMENTOS, GADO VACUM E OUTRAS CRIAÇÕES
139	41	25.04.1602	GASPAR DEAMORIM E FRANCISCO BORGES	1 LÉGUA ² 4.356ha	RIO DE VASA BARRIS TAPORÁGUA	AMPLIAÇÃO DE TERRAS PARA GADO, ESCRAVOS E SUAS PESSOAS
140	42	20.05.1602	PADRE GASPAR FERNANDES	½ LÉGUA 1.089ha	RIO VASA BARRIS	TERRAS PARA LAVRAR E TRAZER CRIAÇÕES CONFIRMAÇÃO
141	43	14.06.1602	JOAN GARCEZ	2 MIL BRAÇAS ² 1.936ha	RIO VASA BARRIS TAPERAGUA A VELHA TAPERA QUE TEM A ARVORE REDONDA	FAZENDA DE GADO VACUM, CAVALAR E OUTRAS
142	44	15.06.1602	BALTASAR FERRAZ	2 LÉGUAS ² 17.424ha	RIO DE SERGIPE RIBEIRA TAPECAHY	FAZENDA DE CRIAÇÕES DE GADO VACUM, CAVALAR E OUTRAS CRIAÇÕES FAZER ENGENHO DE AÇÚCAR

143	45	16.06.1602	ANTONIO DA COSTA	½ LÉGUA ² 1.089ha	RIO DE VASA BARRIS	TERRAS PARA LAVRAR, CRIAÇÕES DE GADO E MAIS CRIAÇÕES
144	46	07.07.1602	JOAN FERREIRA	700 BRAÇAS ² 237,16ha	RIO IPOCHI JABOTINHAIA	MANTIMENTOS, CRIAÇÕES DE GADO VACUM, CAVALAR E OUTRAS CRIAÇÕES
145	47	20.07.1602	MELCHIOR MASIEL DANDRADE	½ LÉGUA ² 1.089ha	RIO QUATINGERIBA – COTINGUIBA RIO DE COMENDAROBA RIO IBURA	TERRAS PARA LAVRAR
146	48	29.07.1602	DOMINGOS DE VILLACHAM	½ LÉGUA ² 1.089ha	RIO COTINGUIBA	AJUDAR COM FABRIQUA DE GADO, ESCRAVOS E FAMÍLIA
147	49	29.07.1602	MARTINS DE SOUSA	½ LÉGUA	RIO MOCORY RIO IPOCHI	ROÇAS, OUTRAS BENFEITORIAS E CURRAL DE GADO CONFIRMAÇÃO
148	50	02.08.1602	HEITHOR GONÇALVES VELHO	2 MIL BRAÇAS ² 1.936ha	RIO IPOCHI	MANTIMENTOS E GADO VACUM
149	51	02.08.1602	MELCHIOR MASIEL DANDRADE	½ LÉGUA ² 1.089ha	RIO QUOATINGUYBA PEDRA ITABOCA COTINGUIBA – LARANJEIRAS	CONFIRMAÇÃO DE TERRAS REGISTRO PERDIDO
150	52	02.08.1602	ANTONIO FERNANDES	1 LÉGUA ² 4.356ha	RIO COTINGUIBA	
151	53	02.08.1602	GASPAR DAMORIM E MANOEL TOME	1 LÉGUA ² 4.356ha	RIO COTINDIBA	FAZER UM ENGENHO E PLANTAR CANAS
152	54	02.08.1602	PERO NOVAIS DE SAMPAIO	700 BRAÇAS ² 237,16ha	RIO COMTEGIBA	MANTIMENTOS E CRIAÇÕES
153	55	02.08.1602	JOAM FERREIRA	1200 X 1500 BRAÇAS ½ LÉGUA ² 1.089ha	RIO GUATIMGUIBA	CRIAÇÕES E ROÇAS
154	56	02.08.1602	ANTONIO GUEDES	½ LÉGUA ² 1.089ha	RIO GUATIMDIBA	FAZER ENGENHO
155	57	04.08.1602	CLLEMENTE LLUIS	½ LÉGUA ² 1.089ha	RIO SERGIPE	PARTICIPOU DA GUERRA AO GENTIO AJUDAR A POVOAR
156	58	06.08.1602	FRANCISCO ROIZ	1200 BRAÇAS ² 696,96ha	RIO DE ARACAJÚ RIO DE QUATIMDIBA	CRIAÇÕES DE GADO E CAVALO
157	59	07.08.1602	CRISTOVAO DARAUJO	1 X 2 LÉGUAS 489ha	RIO PITANGA	ROÇAS E GADO
158	60	08.08.1602	M ANOELL AFONSO	1200 BRAÇAS ² 484ha	RIO QUATIMDIBA	TERRAS PARA LAVRAE E FAZER FAZENDA
159	61	08.08.1602	MANOEL DABREU ESTEVAM BORGE	1 LÉGUA ² 4.356ha	JARATAQUANOMA – LAGOA SECA ESTRADA ENTRE ITAPORANGA E ITABAIANA	CRIAÇÕES
160	62	09.08.1602	SEBASTIÃO FRANCISCO	½ LÉGUA ² 1.089ha	RIO VAZA-BARRIS	CONFIRMAÇÃO DE TERRA
161	63	17.08.1602	ILARIO RAMOS	MIL X 1500 BRAÇAS 4.356ha	RIBEIRA DA QUATIMGUIBA COMENDAROBA	TERRAS PARA LAVRAR E CRIAÇÕES
162	64	17.08.1602	MELCHIOR MASIEL E BALTAZAR MASIEL	1 LÉGUA ² 4.356ha	RIO QUATINGUIBA TAPERAGUARAUNA	AJUDAR A POVOAR AS FRONTEIRAS CRIAÇÕES E ENGENHO
163	65	17.08.1602	FRANCISCO DE BARROS E SEBASTIÃO DE BRITO CORREIA	4 MIL BRAÇAS ² 338ha	RIO DE SERGIPE	AJUDAR A POVOAR COM CRIAÇÕES DE GADO E ESCAVOS FAZER ENGENHO DE AÇÚCAR
164	66	09.09.1602	CRISTÓVÃO DIAS	½ LÉGUA 484ha	RIO COMENDAROBA COTINGUIBA	PRIMEIROS MORADORES QUE ROÇARAM E FIZERAM BENFEITORIAS

165	67	09.09.1602	BASTIÃO ALVARES	1200 BRAÇAS ² 696,96ha	RECONQUOS DO RIO REAL RIO BURAZEMA ARETECA - GUARAREMA	TEM FABRIQUA PARA FAZER CANAVIAIS E ROÇAS E MAIS BENFEITORIAS E CRIAÇÃO DE GADO
166	68	15.09.1602	DOMINGOS ANTUNES	MIL BRAÇAS ² 487ha	RIO CAHIPE – SÃO CRISTÓVÃO	TERRAS PARA LAVRAR
167	69	03.10.1602	PADRE BENTO FERRAS	½ LÉGUA ² 1.089ha	RIACHO MUCURY CAMINHO VELHO DE TAPERAGUA	CRIAÇÕES DE GADO VACUM E CAVALAR
168	70	03.10.1602	MESTRE RANGEL FRANCISCO	700 BRAÇAS ² 237,17ha	RIBEIRA MOCURY RIO POCHIN MERIN	MANTIMENTOS E CRIAÇÕES
169	71	03.10.1602	FRANCISCO DA SILVEIRA	½ LÉGUA ² 1.089ha	RIO DE VASA BARIS	MANTIMENTOS E CRIAÇÕES DE GADO VACUM
170	72	03.10.1602	JOAM FERREIRA	½ LÉGUA ² 1.089ha 7.744 ha	RIO MOCORY RIO POCHIM CAMINHO VELHO PARA TAPERAGUA	AJUDAR A POVOAR COM SUA PESSOA E FAZENDA
171	73	05.10.1602	MATIAS MOREIRA	1500 BRAÇAS 1.089ha	RIO VAZA-BARRIS	MANTIMENTOS, CRIAÇÕES DE GADO VACUM E CAVALAR
172	74	08.10.1602	PERO NOVAIS DE SAMPAIO	700 BRAÇAS ² 871,20ha	RIO QUOATIMGIBA	MANTIMENTOS E CRIAÇÕES
173	75	13.10.1602	PERO CARNEIRO	2 MIL BRAÇAS 1.936ha	RIO POTEGIPE – COTINGUIBA VAZABARRIS	TERRAS PARA LAVRAR E GADO
174	76	13.10.1602	HENRIQUE MUNIZ BARRETO	1 LÉGUA ² 4.357ha	RIO DE VASA BARIS	AJUDAR A POVOAR. ESCRAVOS, GADO E TERRAS PARA ROÇAR
175	77	26.10.1602	PERO SANCHES	1200 BRAÇAS ² 696,96ha	RIO MOCURY	MANTIMENTOS E GADO VACUM
176	78	01.12.1602	JOAM GARCEZ	MIL BRAÇAS 484ha	RIO VASABARRIS	AMPLIAÇÃO DE TERRAS PARA MANTIMENTOS, GADO, CAVALOS E OUTRAS CRIAÇÕES ESCRAVOS
177	79	24.12.1602	ANTONIO GUEDES	1 LÉGUA ² 4.356ha	RIO QUATIMDIBA RIO DE SERGIPE	TERRAS PARA CANAVIAIS, ENGENHO, MANTIMENTOS E ALGODÃO

1603

		<i>DATA</i>	<i>SESMEIRO</i>	<i>DIMENSÕES CONCEDIDAS</i>	<i>LOCAL</i>	<i>JUSTIFICATIVA</i>
178	1	26.02.1603 26.02.1602	ANTONIO FERNANDES E FRANCISCO DIAS	1 LÉGUA X 2 MIL BRAÇAS 2.904ha	RIO DE ARYTICUIBA – GUARAREMA RIO HUMBURA-INDIATUBA	TERRAS PARA SE ACOMODAREM
179	2	11.05.1603	BALTHAZAR LUIS, DOMINGOS FERNANDES E CRISTOVÃO LEAL	½ X 2 LÉGUAS 17.424ha	RIO TAPAQRURU – TAPACURÁ – ITAPICURÁ ABAIPIERA VAZABARRIS	PARTICIPARAM DA GUERRA DE SERGIPE E SURUBY TERRAS PARA GADO VACUM
180	3	30.06.1603	LEANDRO PERO VELHO	1 LÉGUA ² 4.356ha	RIBEIRA DE YPOXI GRANDE TAPERAHAGUA	
181	4	07.07.1603	DOMINGOS ROIZ PILLOTO	½ LÉGUA ² 1.089ha	RIO DE VAZA BARIS RIBEIRA DE TAPORANGA	TERRAS PARA VACAS E ROÇAS
182	5	11.07.1603	PADRE VIGARIO GASPAS FERNANDEZ	1 LÉGUA ² 4.356ha	RIO MOCORY	CONFIRMAÇÃO DE TERRA
183	6	12.08.1603	ANTONIO LOPES SERRALHEIRO	MIL BRAÇAS ² 484ha	CAIPE RIO SANTA MARIA	ROÇAS, CRIAÇÕES DE GADO VACUM E MAIS CRIAÇÕES MIÚDAS

184	7	20.08.1603	FRANCISCO PINTO	2 LÉGUAS ² 1.424ha	ENTRADA CAJABUTA CAJABUTA CAJABUTA POVOAÇÃO JUNTO A LARANJEIRAS	GADO E CRIAÇÕES
185	8	18.08.1603	RODRIGO DA ROCHA	½ LÉGUA ² 1.089ha	RIO DE COTINDIBA	ROÇARIAS, GADO VACUM E CAVALLAR E MAIS CRIAÇÕES
186	9	05.08.1603	PADRES DE SÃO BENTO	1 LÉGUA ² 4.356ha	RIO DE COTENDIBA	HORDENAR UMA CASA DE SUA ORDEM LAVRAR MANTIMENTOS E CANA
187	10	03.09.1603	CARTA DO CONSELHO GASPAR DE FIIIGEIREDO	MIL BRAÇAS 387,20ha	CAMINHO VELHO PARA CAIPE	MUDANÇA DE SÃO CRISTÓVÃO
188	11	03.09.1602 03.09.1603	CRISTOVÃO DIAS	2 MIL BRAÇAS ² 1.936ha	RIO POSCIM TAPERAGOA	UM DOS PRIMEIROS QUE FIZERAM ROÇAS SUSTENTA OS SOLDADOS DOS PRESÍDIO COM SUAS ROÇAS
189	12	14.09.1603	RODRIGO DA ROCHA PEIXOTO	1 LÉGUA ² 4.356ha	BARRA DO RIO CATIMDIBA RIO SERGIPE	“ROSARIAS E LLEGUMES E CRJASOIS E MAIS COUZAS”
190	13	05.10.1603	FHILIPPE DA COSTA E MELCHIOR VELHO	1 LÉGUA ² 4.356ha	OITEIRO DE TABANHAMA VAZABARRIS	ROÇAS E GADO
191	14	18.11.1603	DOMINGOS FERRAZ E FRANCISCO MOREIRA	1 LÉGUA ² 4.356ha	RIBEIRA AMDALJASU ITAPORAMGOA RIO VAZA-BARRIS	GADO VACUM E OUTRAS CRIAÇÕES MIÚDAS
192	15	27.11.1603	GASPAR MERENS	MIL BRAÇAS x 1 LEGUA 1.432ha	ENTRE RIO VAZA- BARRIS E PARAMOPAMA	MANTIMENTOS E CRIAÇÕES
1604						
		DATA	SESMEIRO	DIMENSÕES CONCEDIDAS	LOCAL	JUSTIFICATIVA
193	1	27.05.1604	MUNIZ ALVARES	1,5 X 2 LÉGUAS 13.068ha	RIO VASA BARIS RIO HUNIS ESTRIGA – UPUTINGA – URUBUTINGA – JUNTO A LAGARTO	MANTIMENTOS, GADO VACUM E TODAS AS MAIS CRIAÇÕES
1606						
		DATA	SESMEIRO	DIMENSÕES CONCEDIDAS	LOCAL	JUSTIFICATIVA
194	1	25.08.1606	SEBASTIAM DE PONTES	1 LÉGUA ² 4.356ha	TAPERA MANYLHA ESTRADA DE LARANJEIRAS PARA ITABAIANA COTINGUIBA	VEIO COM CRISTÓVÃO DE BARROS TERRAS PARA MUITO GADO VACUM
195	2	07.09.1606	JOAN DIAS MARTIN ALVEZ E DOMINGOS FERREIRA CORESMA	5 LÉGUAS ² 108.900ha	RIO DE SERGIPE	TERRAS SUFICIENTES PARA SUAS CRIAÇÕES DE GADO VACUM, CRIAÇÕES MIÚDAS E LAVRAS
196	3	09.09.1606	JOAN DIAS	2 LÉGUAS ² 17.424ha	RIO DE SERGIPE RIO DE SAM FRANCISCO	FAZENDA E CULTIVO
197	4	09.09.1606	LUIS ALVARES	1 LÉGUA ² 4.356ha	RYO DE SERGIPE	CRIAÇÕES E LAVOURAS
198	5	01.10.1606	PERO NOVAIS SAMPAIO	400 BRAÇAS 35,20	RIO PARATIGI AFLUENTE DO RIO REAL RIO DAS PEDRAS	TERRAS PRÓXIMAS PARA MORAR COM MULHER E FILHOS
199	6	04.10.1606	PERO NOVAIS DE SAMPAIO	2 LÉGUAS ² 17.424ha	TOSEIRA DO PIRANHA EMFORQUADOS (OITEIRO)	GADO E CRIAÇÕES

200	7	06.10.1606	DOMINGOS LOURENSO E DOMINGOS FOI	4 LÉGUAS ² 69.696ha	TOSEJRAS DA PIRANHA TAPERA DOS ENFORQUADOS RIO SERGIPE	AJUDAR A POVOAR
201	8	08.10.1606	JOAM LEITAM DE FARO D'OLLIVEIRA	1 LÉGUA ² 2 LEGUAS ² 17.424ha	RIO DE SERGIPE	AMPLIAÇÃO DE TERRA PARA SUAS NECESSIDADES
202	9	08.10.1606	THOMÉ DA ROXA	10 X 6 LÉGUAS 261.360ha	OUTJEIRO DA TABANGUA DEJOSEABA – JOSEOBA - OUTEIRO JUNTO AO RIO SÃO FRANCISCO	TERRAS PARA PASTOS

1607

		<i>DATA</i>	<i>SESMEIRO</i>	<i>DIMENSÕES CONCEDIDAS</i>	<i>LOCAL</i>	<i>JUSTIFICATIVA</i>
203	1	07.01.1607	GASPAR MASIEL	2 LÉGUAS ² 17.424ha	RIO DE SERGIPE	CRIAÇÕES E ROÇARIAS
204	2	09.01.1607	PERO NOVAIS DE SAMPAIO E DOMINGOS LOURENSO	ÁREA IMPRECISA	RIO DE VAZA BARIS	POVOAR E CULTIVAR TERRAS
205	3	08.02.1607	ANTONIO NUNES RUMAO E DIOGO DA SILVA	2 LÉGUAS ² 17.424ha	RIO DA QUATENJIBA LIMITES DA PITANGA	ROÇAS E GADO
206	4	24.02.1607	SEBSTIÃO DA COSTA	MIL BRAÇAS ² 484ha	PONTA DE TINHARE RIO VASA BARIS	TERRA PARA AGASALHAR SUA MULHER, FILHOS E NETOS
207	5	24.02.1607	FERNÃO COREA DE LIMA E MANOEL PERO	SOBEJOS DE TERRA	RIO DE VASA BARIS	MANTIMENTOS E CRIAÇÕES
208	6	27.02.1607	CRISTOVÃO DIAS, SIMÃO DIAS FONTES E AGOSTINHO DA COSTA	3 LÉGUAS ² 39.204ha	TABANHANANAM	GADO

1610

		<i>DATA</i>	<i>SESMEIRO</i>	<i>DIMENSÕES CONCEDIDAS</i>	<i>LOCAL</i>	<i>JUSTIFICATIVA</i>
209	1	20.09.1610 13.06.1610	CAMARA DE SÃO CRISTÓVÃO PROCURADOR DO COSELHO PERO LOPES	½ LÉGUA ² 1.089ha	SAM CRISTOVÃO RIBEIRA DO PERAMUPENBA CAHIPE OITEIRO ENTRE AS MANGABEIRAS	DESPEJOS DE CAVALGADURAS MADEIRAS PARA CAZAS, LENHAS E LAGOAS

1611

		<i>DATA</i>	<i>SESMEIRO</i>	<i>DIMENSÕES CONCEDIDAS</i>	<i>LOCAL</i>	<i>JUSTIFICATIVA</i>
210	1	10.06.1611	LOURENÇO DE BRITTO CORREIA	6 LÉGUAS ² 156.816ha	RIO SERGIPE LAGOA DE JACARÉ MERIN	

1614

		<i>DATA</i>	<i>SESMEIRO</i>	<i>DIMENSÕES CONCEDIDAS</i>	<i>LOCAL</i>	<i>JUSTIFICATIVA</i>
211	1	20.07.1614	COSME BARBOSA DE ALMEIDA	1 ½ LÉGUA 9.801ha	RIO COMMENDAROBA	FAZER ENGENHO REAL

1621

		<i>DATA</i>	<i>SESMEIRO</i>	<i>DIMENSÕES CONCEDIDAS</i>	<i>LOCAL</i>	<i>JUSTIFICATIVA</i>
212	1	16.09.1621	PEDRO HOMEM DA COSTA E PEDRO ALVES	4 LÉGUAS ² 69.696ha	RIO REAL RIO PIAUHY	GADO, MANTIMENTOS, CANAS E ALGODÃO. FAZER ENGENHO

1623						
	DATA	SESMEIRO	DIMENSÕES CONCEDIDAS	LOCAL	JUSTIFICATIVA	
213	1	15.05.1623	BRAS DBREO	1 LÉGUA ² 4.556ha	RIO DE SERGIPE RIO PIRAGOHI TAPERA DO PERANAASU – ALDEIA DE PARANASSÚ	VEIO COM CRISTÓVÃO DE BARROS
214	2	08.06.1623	BERNARDO CORREA LEITÃO	2 LÉGUAS ² 17.424ha	RIO DE SERGIPE RIO SAM FRANCISCO TAPERA DOS ENFORQUADOS	TERRAS PARA MORAR E TRAZER SUAS CRIAÇÕES
215	3	22.06.1623	GASPAR DARAUJO E ANDRE GONSALVES	ÁREA IMPRECISA	RIO DE SAN FRANCISQUO TAPERAS DE UNS NEGROS GENTIOS SAMBAS	TERRAS PARA MORAR E TRAZER SUAS CRIAÇÕES
216	4	15.07.1623	BERNANRDO COREA LEITÃO, FRANCISCO DE SOUZA E ANTONIO FERNANDES GUINDASTE	4 LÉGUAS ² 69.696ha	RIO DE SERGIPE RIO DE JAPARATUBA RIO JAQUAREMERIM	TERRAS PARA MORAR E CRIAÇÕES
217	5	17.08.1623	ANTONIO DAZEVEDO E CRISTOVÃO DARAUJO	1 LÉGUA ² 4.356ha	RIO DE SERGIPE	AMPLIAÇÃO DE TERRAS PARA LAVRAR E AGASALHAR A FAMÍLIA
218	6	17.08.1623	FRANCISCO DUARTE GALVAO	1200 BRAÇAS ² 696,96ha	RIO QUAIPE VAZABARRIS	
219	7	18.08.1623	ANTONIO DE AZEVEDO	1 LÉGUA ² 4.356ha	RIO DE SERGIPE ENTRE RIO DO ARACAJU – COTINGUIBAE SERGIPE GANHAMOROBA	TERRAS PARA AGASALHAR-SE E TRAZER SUAS CRIAÇÕES
220	8	26.09.1623	ANTONIO MUNIZ DE LISBOA	½ LÉGUA ² 1.089ha	CAMINHO DAS MANGUEIRAS CURAL GONSALO ANTONIO PIRAMOPAMA	FAZER ROÇAS
221	9	26.09.1623	MELCHIOR MASIEL DE ANDRADE E ANTONIO DE ANDRADE CAMINHA	4 LÉGUAS ² 17.424ha	TABANGUA – OITEIRO SÃO FRANCISCO - PENEDO JASCOBA – SERRA EM GARARU – AFLUENTE DO SÃO FRANCISCO – MARIA PEREIRA PORTO DA FOLHA	POVOAR E CULTIVAR
1669						
	DATA	SESMEIRO	DIMENSÕES CONCEDIDAS	LOCAL	JUSTIFICATIVA	
222	1	29.11.1669	CHRISTOVAM DE BURGOS, PEDRO GARCIA PIMENTEL, MANUEL DE COUTTO DESSA, HIERONIMO DA COSTA TABORDO E ANTONIO RODRIGUS	30 LÉGUAS	RIO DE SERGIPPE RIO VAZABARRIS RIO DE SÃO FRANCISCO SERRANEGRA	TERRAS PARA GADO